

LUDENS

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISAS
SOBRE FUTEBOL E MODALIDADES LÚDICAS



Estudos Interdisciplinares em Sociologia do Esporte

Aspectos Filosóficos, Sociais, Políticos e Econômicos

Marco Bettine (Org.)

Universidade de São Paulo

Apoio

Ludens – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Edital Esporte.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Estudos Interdisciplinares do Esporte: Aspectos Filosóficos, Sociais, Políticos e Econômicos
(3: 2016: São Paulo, SP)

Estudos Interdisciplinares em Sociologia do Esporte / III Encontro Paulista de Sociologia do Esporte; organização do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Futebol e Modalidades Lúdicas. – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2016, 542 p.

Modo de acesso ao texto em pdf: <<http://www.usp.br/ludens/index.php/pt/>>

ISBN 978-85-64842-19-8 (Brochura)

ISBN 978-85-64842-21-3 (Documento eletrônico)

1. Sociologia do esporte. 2. Esportes – Aspectos sociais. 3. Antropologia urbana. 4. Sociabilidade. 5. Interdisciplinaridade – Encontros. I. Universidade de São Paulo. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Futebol e Modalidades Lúdicas. Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte, org. III. Título. CDD 22. ed. – 306.483

Autorizo a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

Sumário

PREFÁCIO	7
-----------------	---

PARTE 1. O CAMPO ESPORTIVO

Capítulo 1. Possíveis Categorias Sociológicas Para Análise Do Campo Esportivo.	11
Bárbara Schausteck de Almeida (UFPR); Leila Salvini (UFPR); Taiza Daniela Seron Kiouranis (UFPR); Wanderley Marchi Júnior (UFPR).	

Capítulo 2. O Tempo e o Desempenho na Atividade Física – Um Olhar Cronobiológico.	30
Luiz Menna-Barreto (USP).	

Capítulo 3. A Espetacular Experiência dos Jogos da Vida	40
Luiz Gonzaga Godoi Trigo (USP); Edmur Antonio Stoppa (USP).	

Capítulo 4. Jogo – Sobre Aproximações e Encontros	56
Ana Cristina Zimmermann (USP); Soraia Chung Saura (USP).	

Capítulo 5. Um olhar para as transformações culturais e sociais por meio do Esporte.	75
Marco Bettine (USP).	

PARTE 2. CORPO, IMAGEM E DEFICIÊNCIA: O ESPORTE COMO EXPRESSÃO SOCIAL

Capítulo 6. Imagem Corporal no Contexto Fitness das Academias: Corpos ou Vitrines?	110
Aline Cavalcante de Souza (USP)	

Capítulo 7. Esporte e Imagem corporal: Discussões Sobre a Formação do Corpo do Atleta. 140

Luzia Mêire Ferreira Rall (USP)

Capítulo 8. Dança Esportiva em Cadeira de Rodas: Algumas Reflexões Sobre Esporte, Participação e Deficiência. 154

Renata Ferreira (UNICAMP); Michelle Aline Barreto (UNICAMP)

PARTE 3. GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS INTERNACIONAIS E POLÍTICAS SOCIAIS NO ESPORTE

Capítulo 9. A Apropriação das Técnicas de Gestão pelo Campo Esportivo - A Constituição do Campo da Gestão Esportiva e os Novos Desafios. 183

Gustavo Luis Gutierrez (UNICAMP); Renato Francisco Rodrigues Marques (USP); Ricardo Aurélio Carvalho Sampaio (UNICAMP).

Capítulo 10. Políticas Públicas de Esportes, A Relevância do Financiamento Público e das Interfaces Socioestatais: Análise do Município de São Paulo de 2010 a 2014. 205

Ursula Dias Peres (USP); André Galindo da Costa (USP).

Capítulo 11. Burocracia, Estratificação e Elites nos Clubes do Futebol: Analogias Entre A Política nas Arenas Parlamentares e as Relações de Poder nos Clubes de Futebol a Partir de Weber e Michels. 236

Alex Fernandes de Oliveira (PUC/SP); Olívia Cristina Perez (UNIP/Santos)

Capítulo 12. Futebol e a Gestão dos Estádios: O Caso do Morumbi. 254

Danilo Luttiano Valerio (USP).

Capítulo 13. A Institucionalização Política dos Esportes em Perspectiva Comparada: 277
O Totalitarismo Nazista (1933-1945) e o Autoritarismo Vargasista (1930-1945).
Marcus Vinícius Costa Lage (UFMG); Elcio Loureiro Cornelsen (UFMG).

Capítulo 14. Príncipe Esporte Clube: Especulações Sobre a Gestão Esportiva à Luz 301
dos Apontamentos de Maquiavel.
Rodrigo Pojar Paiva (PUC/SP); Adriano José Rossetto Junior (PUC/SP); Lucia Maria Machado
Bógus (PUC/SP)

PARTE 4. ESPORTE, GÊNERO E SOCIEDADE

Capítulo 15. Onde o Futebol não é Coisa pra Macho: Práticas não Normativas do 336
Futebol na Cidade.
Maurício Rodrigues Pinto (USP)

Capítulo 16. A Invisibilidade das Mulheres em Programas de Esportes na TV Aberta 351
Brasileira: Tradição Histórica ou Competência Silenciada?
José Carlos MARQUES (UNESP); Noemi Correa BUENO (UNESP)

PARTE 5. O ESPORTE COMO FATOR DE IDENTIDADE NACIONAL

Capítulo 17. A Identidade Brasileira em Jogo na Imprensa Francesa. 372
Matheus Morais Rentero (UNIFESP); Vinicius Demarchi Silva Terra (UNIFESP)

Capítulo 18. Os Clubes de Futebol de São Paulo e a Formação dos Espaços de 398
Sociabilidade: Da Comunidade Britânica à Iniciativa dos Trabalhadores Fabris,
1895-1930.
Renan Vidal Mina (USP)

Capítulo 19. Identidade Nacional e o Rugby No Brasil. Diego Gutierrez (USP)	422
Capítulo 20. O Futebol como Elemento da Identidade Nacional Brasileira. Guilherme Silva Pires de Freitas (USP); Luiz Gonzaga Godoi Trigo (USP)	442
Capítulo 21: A Racionalidade das Paixões: Território, Poder e Identidade Entre as Barras Bravas Argentinas. Ailton Laurentino Caris Fagundes (UFG).	459
Capítulo 22: Formação E Atuação do(a) Profissional De Educação Física Brasileiro(A): Aspectos Da Pedagogia Do Esporte E Psicologia Esportiva. Rubens Venditti Jr (DEF/FC - UNESP BAURU) ; Marlus Alexandre Sousa (FEF-UNICAMP) ; Luiza Darido da Cunha (UNESP R. CLARO) ; Roberto Rodrigues Paes (FEF- UNICAMP)	485
MINI CURRÍCULOS	524

PREFÁCIO

Pensando na Sociologia do Esporte...

Quando me coloco nesse exercício intelectual e reflexivo, inevitavelmente, me ocorre alguns momentos e iniciativas que delimitaram, e porque não dizer, determinaram caminhos, encontros e realizações.

Recordo, por exemplo, do ano de 2007, na cidade de Guadalajara, no México, quando um significativo grupo de pesquisadores e estudiosos latino-americanos do esporte se reuniram numa sessão temática do Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia/ALAS.

Naquele momento surgia uma audaciosa iniciativa de organizar minimamente esses profissionais, e seus respectivos trabalhos e produções, em torno de um lócus acadêmico que pudesse legitimar e consolidar um espaço institucional para a Sociologia do Esporte.

Contudo, a ideia preliminar sobre essa área de conhecimento parecia um tanto quanto “restritiva”, assim sendo, entendeu-se que os estudos socioculturais do esporte contemplariam a magnitude e os objetivos desejados daquele grupo. E, nesse contexto, resumidamente exposto, é que a Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte/ALESDE nasce.

A partir de então, pesquisadores, estudiosos e, fundamentalmente, amigos criados nessa ambiência, foram efetivamente se encontrando e trocando suas experiências, compartilhando seus conhecimentos e produções nos Congressos que se sucederam, em 2008 na cidade de Curitiba, Brasil; em 2010, Maracay, Venezuela; em 2012, Concepción, Chile; em 2014, Bogotá, Colômbia, e agora em 2016, em Puebla, no México.

Esse primeiro pensamento, ou reflexão, sobre a Sociologia do Esporte tem um ponto em comum com o atual estágio da área e, objetivamente, com a proposta da obra que o professor Marco Bettine organiza para a comunidade científica e acadêmica, a saber, a interdisciplinaridade.

Ao analisar preliminarmente os “Estudos Interdisciplinares em Sociologia do Esporte”, tenho a percepção de que os objetivos elencados e determinados inicialmente na e para a ALESDE, constituíram-se em aspirações de um grupo de abnegados nos estudos socioculturais do esporte e que, ao longo do tempo, serviram, implícita ou explicitamente, de inspiração e motivação para outros colegas em determinadas propostas e ações.

Dito de outra forma, fica a sensação confortante e edificante de ver uma obra sendo organizada com um número expressivo de qualificados agentes do universo acadêmico, tratando de temáticas extremamente relevantes e atuais balizadas por várias áreas do saber, ou seja, a interdisciplinaridade se faz presente, e melhor, de maneira consistente.

A porosidade das fronteiras estabelecidas entre as ciências manifesta-se positivamente no diálogo e na construção do conhecimento. A crítica que durante muito tempo decorreu por conta da suposta delimitação dos espaços, e por decorrência, do abuso de uma pretensa “autoridade institucionalizada”, cai por terra e abre espaço para estudos, pesquisas e produções, como a presente obra, que nos brinda com refinadas articulações e diálogos interdisciplinares sem vícios ou rancores acadêmicos.

Esse é um dos principais destaques observados nos textos aqui presentes, saber transitar e dialogar com várias matrizes teóricas, relacioná-las

com objetos específicos de estudos, tendo como pano de fundo a complexidade social do esporte contemporâneo e seus diversos questionamentos.

Acredito que o cenário atual da Sociologia do Esporte, em contextos nacionais e internacionais, transita por essa questão originariamente levantada em 2007, ou seja, trabalhar a polissemia do esporte a partir de construções interdisciplinares. E o esforço e competência do professor Bettine materializa-se como uma dessas ações para atender tal demanda.

Ao parabenizar organizador e autores, fica o registro e o convite aos leitores a percorrer nesses capítulos um universo de possibilidades que as Ciências Humanas e Sociais nos oferece. E me permito ir além, que as tendências e perspectivas futuras para os estudos socioculturais do esporte encontram-se manifestas em cada trabalho que compõe essa obra.

Fica com essas palavras iniciais, o sentimento de gratidão e satisfação explicitados em duas situações. Primeira, por ter tido o privilégio de fazer parte dessa produção e, segunda, por ter tido a oportunidade de reviver, a partir da reflexividade proposta inicialmente, um percurso histórico e acadêmico que me faz, de maneira efetiva, continuar pensando na Sociologia do Esporte...

Grande abraço a todos, e tenham uma inspiradora leitura.

Wanderley Marchi Júnior,

Curitiba, inverno de 2016.

PARTE 1

O CAMPO ESPORTIVO

POSSÍVEIS CATEGORIAS SOCIOLÓGICAS PARA ANÁLISE DO CAMPO ESPORTIVO¹

O processo de aproximação das Ciências Sociais e do Esporte como área de produção acadêmica tem sido objeto de interesse de diversos pesquisadores no Brasil (BETTI, 2001; FREITAS; COSTA, 2006; GASTALDO, 2010; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2010; FERREIRA, 2014), na América Latina (ALABARCES, 2011; ROLDÁN, 2012) e na Europa (DUNNING, 1999; PILZ, 1999). De modo relativamente unânime, esses autores notam um crescimento na produção científica na área nas últimas décadas, mas em um processo ainda muito tímido se comparado às outras áreas de conhecimento nos estudos do esporte, bem como na Sociologia. Nessa aproximação, inúmeros desafios ainda estão presentes. No cenário brasileiro, na produção acadêmica sob a forma de artigos, nota-se a concentração dos estudos em modalidades esportivas, predominantemente o futebol, que não necessariamente possuem um aprofundamento ou uma reflexividade teórica compatível com as expectativas (FERREIRA, 2014).

Ao mesmo tempo, apesar da produção científica não ter alcançado os níveis desejáveis de desenvolvimento, a Sociologia do Esporte tem se tornado uma disciplina presente nos currículos universitários da Educação Física. Em outra ocasião, explicitamos as estratégias conceituais e metodológicas utilizadas para o ensino da Sociologia do Esporte no curso de bacharelado em Educação Física da

¹ Bárbara Schausteck de Almeida (UFPR); Leila Salvini (UFPR); Taiza Daniela Seron Kiouranis (UFPR); Wanderley Marchi Júnior (UFPR).

Universidade Federal do Paraná (SOUZA *et al.*, 2012). Dessa experiência que se originou nesse formato desde 2005 – ou antes, como “Diagnose da Realidade Contemporânea” (1998) e “Aspectos sociológicos da Educação Física” (2002) – um contínuo desafio tem sido engajar os discentes e docentes do curso através da aproximação de conceitos e teorias ao cotidiano da prática profissional. Uma das estratégias utilizadas é pelo uso de conceitos sociológicos advindos das Ciências Sociais que possuem exemplos muito característicos ou observáveis na realidade do esporte.

Com base nesse propósito, elencamos catorze categorias de análise que têm fornecido subsídios teóricos para auxiliar na interpretação do fenômeno esportivo em suas diversas manifestações. Assim, nosso objetivo neste capítulo é explicitar sumariamente a discussão teórica dos principais autores que utilizam tais categorias de análise, exemplificando-as com fatos esportivos tornados públicos e os possíveis reflexos que os conceitos podem provocar na prática do profissional de Educação Física, num exercício sociológico de apropriação teórica e interpretação prática. São as categorias: catarse, socialização, distinção social, racionalização, secularização, dominação ideológica, resistência, identidade, diversidade, inclusão social, corporeidade, globalização, ecologização e violência.

É necessário esclarecer que essas catorze categorias estão longe de se encerrarem em si mesmas, e que associadas a determinadas teorias sociológicas e contextos sociais, viabilizam e qualificam as pretensas análises desejadas para o esporte. Destacamos também que existem outras categorias, e teorias, que poderiam ser utilizadas e citadas nessa proposição, ou mesmo outros autores que têm abordagens diferentes sobre as mesmas categorias que elencamos aqui. Entretanto, visando uma aproximação e apropriação inicial, traçamos esses limites

tentativos que, grosso modo, tem satisfeito as necessidades metodológicas e pedagógicas dessa disciplina além de propiciar um exercício analítico no desenvolvimento desse arcabouço da Sociologia do Esporte.

Catarse

O termo catarse, de acordo com os estudos de Elias e Dunning (1992), refere-se ao estado de clímax ou de libertação da tensão alcançado pelo corpo em virtude de estímulos emocionais provenientes, entre outros, de atividades como a arte, o lazer ou o esporte. A catarse indica um desencadeamento de emoções ou uma evocação da excitação, que provoca no corpo um efeito alegre e purificador. Os autores esclarecem que, na antiguidade, a palavra catarse derivava de um conceito médico que possuía associação com a ideia de limpar ou expulsar substâncias nocivas do corpo através de uma purga. Destarte, Aristóteles, em seus estudos sobre a implicação da música e do drama nas pessoas, sugeriu que essas manifestações artísticas poderiam provocar um efeito curativo sobre o corpo, de forma similar a uma purga, contudo através de uma manifestação da alma. Nesse sentido, a catarse sugere a existência de atos miméticos (imitativos), cuja consequência curativa está baseada na excitação agradável que produzem. (ELIAS; DUNNING, 1992).

No contexto esportivo a categoria catarse pode ser amplamente explorada. Para além do lazer e das lutas, analisados por Elias e Dunning (1992), podemos discorrer sobre os esportes radicais, como a escalada, o surfe, o rapel e o *parkour*, que a cada dia têm alcançado mais adeptos. O efeito catártico oriundo dessas manifestações esportivas está claramente manifesto, uma vez que, por

envolverem riscos e manobras corporais ousadas, levam a um transbordamento de tensões que provocam um efeito catártico ou purgativo, sendo ao mesmo tempo aprazíveis, pois não oferecem perigos ao praticante, já que sua integridade física é preservada graças aos aportes tecnológicos.

Socialização

Émile Durkheim, o primeiro dos autores considerados “clássicos” da Sociologia que tratamos aqui, foi provavelmente pioneiro ao utilizar o termo socialização. Sua utilização se deu para a abordagem da educação, entendida por Durkheim como uma ação dos adultos para as gerações mais novas que carecem de preparação (física, intelectual e moral) para conviver no meio social em que estão inseridas. A educação foi caracterizada pelo autor como uma “socialização metódica”, pois seria a preparação da porção social de cada indivíduo, ao serem ensinados por adultos, para conviver em sociedade, de acordo com as suas tradições, crenças, práticas morais e políticas (DURKHEIM, 2010 [1922]). Essa compreensão, em especial das crianças como seres passivos para serem integrados em sociedade, gerou discordâncias e avanços no conceito de socialização por autores subsequentes. Em especial, vários autores tendem a concordar que a socialização se dá através de vários processos e interações sociais múltiplas, de maneira dinâmica e móvel e não apenas através do ensinamento direto por parte do adulto (GRIGOROWITSCHS, 2008).

A participação no esporte costuma ser vista como uma atividade privilegiada para interações sociais, tanto pela convivência de crianças e adultos, como por ser um espaço de convivência a partir de regras e valores que costumam

ser bem aceitos pela sociedade, como disciplina, trabalho coletivo, respeito ao próximo e às regras. Ações com o esporte em ambiente educativo, formal e não-formal, principalmente envolvendo crianças e adolescentes, geralmente têm como expectativa "gerar" a socialização e, por vezes, completar as lacunas deixadas por ambientes como escola, família e comunidade.

Distinção social

A noção de distinção social foi elaborada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2009) a partir de entrevistas profundas e observações etnográficas realizadas entre os anos de 1963 e 1968, com aproximadamente dois mil entrevistados (homens e mulheres) residentes em duas cidades francesas, Paris e Lille². O foco das investigações estava no estilo de vida das diferentes classes sociais que se materializavam nos gostos e na forma de consumir obras de arte, alimentos, vestimentas, músicas, entre outros. De modo que quanto mais rara for determinada prática, mais ela se caracteriza como de luxo, por ser inacessível aos ocupantes de níveis inferiores. Uma prática só é distintiva quando subverte a ordem da necessidade e se concatena ao volume dos capitais econômico e cultural.

A relação com o próprio corpo e com as práticas esportivas são outra forma de evidenciar o consumo distintivo ou vulgar. Por ser uma espécie de *mimesis* da vida social, da posição que o agente ocupa no espaço social, as práticas esportivas reproduzem valores e ações comuns aquelas já desenvolvidas

² Reflexões sobre o método utilizado para a coleta das informações podem ser consultadas em Bourdieu (2009, pp. 461-476).

em outros espaços, tais como a submissão e docilidade, ou, a agressividade e a liderança. A preocupação com a distinção, com a falta de gosto e a relação com o próprio corpo, afastam agentes das classes dominantes de práticas esportivas como o boxe ou a luta livre, ou ainda, qualquer outra modalidade que exponha seus corpos desnudos, que exija força e intenso contato físico, preferindo aquelas que os mantêm a certa distância de seus oponentes, tais como o tênis ou o golfe. (BOURDIEU, 1983; 2009).

Racionalização

Uma das possibilidades de interpretação do conceito de racionalização – conforme Max Weber, outro autor considerado como “clássico” da Sociologia – é vê-lo como o início e a institucionalização de atividades produtivas e sociais que têm características comuns de operação a partir de ações cada vez menos pessoais e mais distanciadas (“profissionais”). Para a diminuição da personalidade individual, percebe-se o aperfeiçoamento das técnicas para cálculo e aferição quantitativa dos processos, a valorização do conhecimento especializado e o constante controle e aumento das técnicas sobre os processos de produção (SELL, 2012). Essa porção entre as múltiplas possibilidades e interpretações do conceito é especialmente útil para compreender a relevante transição que o sistema capitalista teve em seus modos de produção a partir da revolução industrial na Inglaterra no final do século XIX.

Não coincidentemente, é justamente nesse período que se aceita o surgimento dos “esportes modernos”. A lógica racional de organização no contexto histórico e social daquele momento, a partir das características descritas,

influenciaram a incorporação do esporte como prática da sociedade capitalista. No esporte, a ideia de racionalização é tratada por Allen Guttmann (2004) como sendo traduzida na existência de regras. Além das regras, a cientificidade no treinamento esportivo, a especialização dos jogadores em posições e em modalidades, a constante especialização e profissionalização dos eventos, bem como a organização dos praticantes e das modalidades em federações e confederações, também são evidências da presença da racionalidade no esporte moderno.

Secularização

Seguindo na linha teórica traçada por Max Weber, quando este investiga o processo em que o capitalismo se manifesta nas sociedades ocidentais, além da racionalização, o autor aponta para o processo em que as pessoas se distanciam, diminuem ou abandonam o status religioso de suas práticas e concepções do mundo moderno. Isso se dá, especialmente, pela separação da religião e do Estado (laicização), a diminuição de sua importância cultural e na adoção de novas formas de integração social. Para Weber, no século XVII a religiosidade era substantiva para os seres humanos, mas não era mais o caso no período em que ele mesmo viveu (início do século XX) (PIERUCCI, 1998).

Allen Guttmann (2004) vê semelhanças nessa análise quando investiga o esporte. As atividades antigas que tinham finalidades para rituais sacros, de culto e cerimônias relacionadas às religiões, se diferenciam do esporte moderno porque nele tais características podem ser existentes, mas não representam seu objetivo final. Nessa linha, o secularismo é entendido como categoria para representar o

esporte moderno por indicar que nele os objetivos são menos sacros e mais mundanos (seculares) por parte de seus praticantes. Se ainda persistem algumas manifestações rituais ou religiosas individuais, elas não se caracterizam como o objetivo final desses agentes, mas um processo ou manifestação secundária. A presença de manifestações religiosas é evidente por parte de alguns esportistas profissionais, mas sabemos que fama, reconhecimento e recursos financeiros costumam ser, geralmente, seus objetivos finais no esporte. Sem perder de vista, ainda no contexto da modernidade, as inexoráveis tentativas – muitas vezes midiáticas – de “sacralização” de atletas.

Dominação ideológica

Os estudos de Karl Marx, tido como um dos “clássicos” da Sociologia, tiveram significativa influência sobre as análises do sistema capitalista. Uma de suas colaborações se deu pela percepção da dominação e da exploração que se estabelecem nas relações sociais, especialmente na submissão dos trabalhadores por seus empregadores e pelo Estado. Segundo essa linha teórica, o Estado é uma máquina repressora que assegura a reprodução (perpetuação) dos sistemas de opressão burguês sobre a classe operária (MARX; ENGELS, 1998 [1848]). Para Althusser (1974), a dominação só se efetiva e continua porque existe a sujeição à ordem atual desse sistema no nível ideológico, que é “ensinada” por famílias, escolas, igrejas, meios de comunicação, pelo Estado, entre outras instituições. Por isso, a dominação ideológica passa despercebida para a maioria das pessoas, pois elas entendem que as coisas “são assim”, acabam por aceitar a ordem social da forma como ela é e favorecem a manutenção das classes dominantes. Abre-se

nesse contexto a polêmica e a polarização entre passividade e conhecimento, ou seja, uma possível relação inversamente proporcional.

O esporte é considerado um aparato cultural ideológico do Estado para Althusser (1974). Assim, podemos refletir sobre os usos políticos que diversos países fizeram do esporte, como a Alemanha nazista com os Jogos Olímpicos de 1936 e, no caso brasileiro, o uso do título mundial de futebol em 1970 pelo governo militar. Vale ainda pensar sobre o uso do esporte como estratégias de conquista de pessoas por instituições e governos locais, com a promoção de ações por figuras que buscam se destacar perante uma comunidade e a perpetuação no poder de dirigentes esportivos.

Resistência

Na tentativa de conceituação desse termo, Hollander e Einwoher (2004) percebem a prescrição de uma intenção de oposição a algo ou alguém via uma ação. Essas ações podem ser visíveis e reconhecidas como oposição de imediato, como na forma de protestos, passeatas ou resistência verbalizada e gestual, mas também têm meios mais sutis como a dissimulação, falsa cooperação, sabotagem ou indisposição. Outro ponto relevante é o grau de intenção consciente por trás da resistência. Embora de difícil medição, existem exemplos de resistências que são percebidas pelos outros, mas não são tomadas pelo próprio indivíduo como tais.

Deste caso, podemos pensar no esporte sobre a prática por mulheres de modalidades esportivas hegemonicamente masculinas na sociedade brasileira, como o futebol, as lutas e treinamentos de hipertrofia, quando algumas

praticantes entendem que não se trata de uma resistência, porém terceiros assim podem considera-las. Ou, para outras mulheres, essa é conscientemente uma estratégia de resistência à “prescrição de papéis sociais”. Outros exemplos de resistência são: as manifestações contra a FIFA durante a Copa das Confederações no Brasil em 2013; a criação do chamado Bom Senso F.C., organizado por jogadores de futebol visando a valorização profissional e mudanças organizacionais no futebol brasileiro; a chamada “Democracia Corinthians”, quando atletas de futebol lutaram e ganharam poder de decisão sobre as ações do clube; a indisposição à própria prática esportiva, especialmente nos ambientes escolares em que as aulas são obrigatórias; entre outras ações pontuais, como greve de jogadores e árbitros, manifestações de torcedores contra equipes, árbitros, organizações, etc.

Identidade

O sociólogo espanhol Manuel Castells (1999), em seu livro “O poder da identidade”, entende a formação da identidade como um processo de construção de significados (que o autor chama de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais) que ocorre tendo como base os aspectos culturais, que prevalecem sob outras formas de significações. Nesse sentido, as significações são organizadas e reorganizadas pelos agentes sociais de acordo com sua posição na estrutura social, ressaltando que existe diferença entre os conceitos de identidade

e de papéis sociais³. Castells (1999 p. 23) explica que “as identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem”.

Nesse contexto e ao investigar a liquidez das relações humanas na sociedade atual, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman trata a identidade como algo a ser inventado, experimentado, e não descoberto (BAUMAN, 2005). Podemos pensar a mobilidade identitária, apresentada pelo autor, ao direcionarmos nosso olhar para a personificação da “identidade nacional” vinculada ao futebol no Brasil. É possível visualizarmos modificações nas representações dos jogadores – enquanto atores sociais – ao longo dos anos, de modo que a identificação com a modalidade foi sendo reorganizada, recebendo novas roupagens. Contudo, devido ao conjunto de significações atrelado tanto ao futebol, quanto aos jogadores, a aproximação e identificação com o público consumidor foram mantidas.

Diversidade

Num contexto teórico e social de globalização, tratamos o conceito de diversidade como parte de “um conjunto diferenciado de unidades sociais: nações, religiões, tradições e civilizações” (ORTIZ, 2007, p. 11). Já em termos mercadológicos, a diversidade se manifesta na comercialização de produtos destinados a públicos específicos de consumidores orientados pelos estilos de

³ A título de ilustração, Castells (1999, pp. 22-23) menciona alguns papéis sociais, como “[...] por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante ao mesmo tempo”.

vida. O sociólogo brasileiro Renato Ortiz (2007) salienta que a diversidade, muitas vezes, oculta questões como a desigualdade, especialmente quando nos atentamos a contextos onde as assimetrias entre classes sociais e etnias são evidentes. Ainda em termos de fatores limitadores, Goellner (2010) incorpora as noções de gênero, geração, sexualidade e capacidade física.

A diversidade nos modos de apropriação das práticas corporais e esportivas por parte dos agentes é orientada e organizada em detrimento às categorias previamente citadas, que muitas vezes acabam engessadas e reproduzidas no contexto prático da Educação Física. Devido aos resquícios culturais e históricos, o campo esportivo pode ser compreendido como um espaço em que a reprodução de discursos e de ações práticas dominantes está arraigada. Considerando esses fatores, entendemos que a inclusão pela diversidade ocorra de maneira mais limitada no espaço esportivo.

Inclusão Social

A inclusão social tornou-se, nos últimos anos, uma temática recorrente nos debates que almejam mudanças na configuração da sociedade. A ideia da inclusão social refere-se à garantia de acesso às oportunidades e à participação social por todos os sujeitos, fazendo valer os direitos de toda pessoa. Ao pensar na inclusão social nos remetemos imediatamente à ideia de exclusão social, pois a primeira não existiria se não houvesse a situação de exclusão. Assim, apoiada em Moati (2003), Zioni (2006, p. 24) entende que a exclusão social pode se referir “ao enfraquecimento da participação dos indivíduos nas redes sociais mais fundamentais do contexto em que vivem”, podendo estar associada à pobreza,

mas não se restringindo somente a ela, uma vez que existem mais desigualdades na sociedade atual do que aquelas geradas pela sociedade industrial⁴. Além disso, a ideia de enfraquecimento revela que o sujeito não é descartado ou abandonado, mas que “pertence ao sistema em relação ao qual ele tende a ser colocado à margem” (ZIONI, 2006, p. 24).

No contexto esportivo, a inclusão social é marcante, por exemplo, na criação de programas ou projetos de inclusão, no entanto, muitas vezes, por não combater processos de exclusão mais amplos, acabam por tornar-se efêmeros, pois não necessariamente os mais necessitados é que serão os mais beneficiados. Collins (2004) nos mostra como o processo de mercantilização do esporte tem impedido o processo de inclusão no esporte, ao privar o seu consumo e participação por parte das classes sociais economicamente mais carentes. Para Price e Parker (2003), a inclusão social também perpassa as questões de gênero, levando à exclusão quando normas esportivas heterossexuais dominantes se sobressaem ou há um nível alto de intolerância aos praticantes homossexuais. Podemos ainda pensar a inclusão social também a partir das perspectivas de participação das pessoas com deficiência, os negros ou os imigrantes.

Corporeidade

⁴ Vale destacar que, de acordo com Zioni (2006), alguns especialistas como Robert Castel, Philippe Quéau e José de Souza Martins, dentre outros, são contra a utilização do termo exclusão social, assim como há ainda autores que reconhecem a possibilidade de sua utilização, como Philippe Moati. Optamos por abordar o conceito tendo em vista as profícuas discussões sobre a exclusão social na área do Esporte, tais como os trabalhos de Price e Parker (2003) e Collins (2004).

Estudos que se debruçam a compreender a corporeidade humana como um fenômeno social e cultural vêm sendo desenvolvidos com maior ênfase a partir dos anos 1960. Esse tipo de estudo é denominado sociologia do corpo, e aponta a relação com o outro e suas construções culturais como importantes para a formação da corporeidade (LE BRETON, 2007). O avanço das ciências médicas traz à tona um debate sobre a “objetificação” do corpo, nessa esteira, o sociólogo francês David Le Breton (2003) menciona que a anatomia do corpo não é mais um destino, e sim, uma matéria-prima a ser modelada e adequada ao design do momento. Dessa maneira, a relação que os agentes estabelecem com seus corpos está associada aos usos que fazem dele, um atleta, por exemplo, tem seu corpo como ferramenta de trabalho. O “corpo máquina” é o resultado do investimento de ações práticas disciplinadas e conjugadas de séries de exercícios físicos e cuidados com a dietética.

Peça chave da afirmação pessoal, o corpo carece de constantes emparelhamentos e investimentos, tendo em vista que “é preciso se colocar fora de si para se tornar si mesmo” (LE BRETON, 2003, p. 29). Com esses argumentos, é possível compreender o corpo como a exteriorização dos gostos, e conseqüentemente, como a materialização das experiências. Nesse sentido, Malysse (2007) chama de “corpolatria” o investimento exacerbado nas manipulações para adequação do corpo à “corporeidade modal” ou ao “estereótipo corporal”. Ao investigar o espaço da academia de ginástica, autora identificou que “a corporeidade modal de um grupo social é reinterpretada e atualizada por cada um dos seus membros” (MALYSSE, 2007, p. 80), conferindo à prática corporal um significado particular.

Globalização

A globalização é um fenômeno marcado por transformações políticas e econômicas, iniciadas ao final do século XX, que tem atingido todas as esferas da existência humana, como a social, a cultural, a simbólica e a produtiva, tornando-as multinacionalizadas ou integradas. De acordo com Bauman (1999, p. 66), a globalização pode ser definida como o “caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo”. Nesse processo globalizante, Ianni (2001) afirma que a Terra se transformou em mundo e o globo é um local onde todos os indivíduos se encontram “relacionados e atrelados, diferenciados e antagônicos”.

Assim como outras manifestações humanas, o esporte também sofre influências dessa marcha global. Sobre esse assunto, Maguire (2011, p. 924, tradução nossa) afirma que, se por um lado esse processo pode ser considerado como um fenômeno progressivo que permite melhor diálogo e laços de amizade, por outro “a estrutura do esporte global pode também ser vista como uma sintomática de uma fase nova e dominada pelo consumo do capitalismo ocidental”. Para termos uma ideia de como a globalização tem atingido o esporte, basta observarmos seu processo de “televisação”, que transformou o esporte em um produto global, a ser consumido por todos. Assim, de acordo com Betti (1998, p. 128), “o esporte telespetáculo é também uma ‘mercadoria desterritorializada⁵’, para usar a expressão de Ortiz, capaz de fazer convergir os gostos dos

⁵ A expressão “desterritorialização”, dentre outras, foi utilizada por Ianni (1993) para descrever o fenômeno da globalização.

consumidores". Esse processo de "desterritorialização" nos ajuda também a entender a perda da referência original do esporte. Por exemplo, atualmente joga-se críquete na Inglaterra, mas também na Índia, no Canadá, na Escócia ou nas Bermudas, assim como joga-se futebol na Coreia do Norte, na Islândia e na Bielorrússia: a linguagem é a mesma, as regras são as mesmas, ou seja, o processo de globalização mundializou o esporte.

Ecologização

De forma sumária, o termo ecologização remete ao processo de retorno à natureza, por meio do qual o homem busca estabelecer uma relação de zelo, conexão e troca respeitosa com o meio ambiente. Para Ribeiro (s/d), ecologizar é lançar mão de conhecimentos das ciências ecológicas e da sabedoria da consciência, e aplica-los às situações da vida, na sociedade e na cultura. A questão ecológica, segundo Moscovici (2007), possui abordagem universal, sendo que atualmente se faz necessário uma nova visão de homem, natureza e cultura. Segundo Gonçalves-Dias (2008, p. 153), Moscovici é considerado um ecomarxista ou ecosocialista⁶, e para esses estudiosos "apenas uma nova organização da sociedade e do espaço geográfico, associada a um novo papel do Estado, criará as condições para o surgimento de uma nova relação homem/natureza, mais harmoniosa".

Em se tratando do contexto do esporte é possível perceber essa tendência nas Atividades Físicas de Aventura na Natureza (AFANs), que marcam

⁶ Segundo Gonçalves-Dias (2008, p. 153), "os ecomarxistas partem da idéia de que a natureza é considerada um recurso transformado em mercadoria no sistema capitalista".

uma reaproximação do homem com natureza, cuja relação foi perdida, especialmente, pela mudança da vida rural para a vida urbana. Além dessas, podemos citar o Tai Chi Chuan e a Yoga, atividades associadas à imagem de um equilíbrio entre corpo, mente e natureza e as modalidades esportivas convencionais, como basquetebol e handebol, que têm adentrado espaços alternativos, tais como a praia. Nessa direção, não podemos desconsiderar o papel do mercado de produtos esportivos, que tem atendido plenamente essa demanda, produzindo mercadorias variadas para atender a essa nova demanda.

Violência

A violência pode ser compreendida como um ato de agressão física, verbal ou simbólica, utilizado intencionalmente, causando danos físicos e/ou psicológicos. Para Elias (1993; 1994) a questão da violência pode ser analisada a partir do processo civilizatório, por meio do qual é possível identificar em um processo de longa duração da história da humanidade, os avanços (pacificação) do comportamento humano em relação ao controle de pulsões e de emoções, bem como à sensibilização ao ato violento. Ao analisar o processo de esportivização na Inglaterra em meados do século XVIII e no decurso do século XIX, Elias e Dunning (1992) o comparam a um impulso civilizador, pois ao se inserir regras de conduta, por exemplo, o esporte ganhou certo nível de ordem e autodisciplina, ao mesmo tempo em “que asseguravam o equilíbrio entre a possível obtenção de uma elevada tensão na luta e uma razoável proteção contra os ferimentos físicos” (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 224).

A partir da teoria *eliasiana*, um recuo no processo civilizador pode ser compreendido como um ato de violência. No contexto do esporte, há muitas situações que podemos denominar de violenta, como a violência entre torcidas organizadas, entre jogadores adversários ou outros tipos de abusos ou atos injuriosos, como os exemplos citados por Young (2002) que envolvem atentados em locais de eventos esportivos (explosão de bomba em 1996 durante os Jogos Olímpicos de Verão em Atlanta), esfaqueamento de atletas (caso da Monica Seles), envolvimento de atletas do sexo masculino no assédio sexual contra mulheres, casos de ameaça, assédio e perseguição no mundo esportivo, entre outros.

Chegando ao final desse capítulo, reforçamos que as categorias apresentadas são apenas algumas indicações selecionadas inicialmente e que não necessariamente são inibidoras de outras propostas. Esperamos que nossas reflexões e postulações contribuam para aperfeiçoar a leitura dos contextos nos quais estamos inseridos, permitindo a análise de nossos objetos de estudo e da realidade da prática cotidiana da Educação Física.

Temos na experiência das aulas ministradas nos cursos de graduação em Educação Física exemplos de práticas efetivadas nas quais os alunos trouxeram vídeos, artigos, notícias de jornal e revistas, propagandas, entre outros materiais específicos da realidade do esporte – não só do esporte de alto rendimento, mas também de práticas relacionadas ao conceito polissêmico do esporte (MARCHI JÚNIOR; AFONSO, 2007) – onde uma estrutura de análise sociológica foi aplicada e exercitada a partir da utilização dessas categorias.

Nosso intuito, originariamente, sempre esteve pautado na qualificação da disciplina e do trabalho acadêmico na Sociologia do Esporte, não obstante,

temos clareza das limitações impostas. É obvio que para cada categoria elencada poderíamos desenvolver um “bloco” teórico de autores que aportaram seus estudos na construção de análises focais desses conteúdos, ou mesmo aqueles que em determinados momentos de suas trajetórias destinaram olhares questionadores e críticos para tais formulações. Contudo, a profundidade não foi o nosso objetivo primeiro, mas sim um dimensionamento de possibilidades, sem, declaradamente, perder de vista a rigorosidade das “raízes” teóricas que subsidiaram e orientaram a discussão das categorias presentes neste texto.

Em adição, muitas das categorias apresentadas mantêm relações entre si, podendo, inclusive, tornarem-se complementares, ou seja, pensadas em conjunto, uma vez que a realidade social é múltipla, complexa e envolve variadas interpretações. Diante desse contexto, ao “costurar suas ideias”, o pesquisador ainda poderá buscar, como parte do seu “artesanato intelectual”, outras teorias ou novas referências para a análise de seus objetos de estudo.

E esse processo de qualificação do “artesanato intelectual” é, indubitavelmente, o nosso propósito maior. Em síntese, num projeto aberto para a discussão e consolidação acadêmica da Sociologia do Esporte no Brasil, fica o convite a todos os profissionais envolvidos nesse campo a colaborar na construção de estratégias, metodologias e conteúdos que efetivamente tornem as análises e realidades sociológicas do esporte mais acessíveis, atrativas e transformadoras.

O TEMPO E O DESEMPENHO NA ATIVIDADE FÍSICA – UM OLHAR CRONOBiolÓGICO¹

Neste capítulo discutirei aspectos temporais da atividade física humana em geral e do desempenho em particular². Começo com uma reflexão sobre o tempo e as novidades conceituais presentes na extensa literatura da área da Cronobiologia, incluindo um convite ao abandono da expressão “relógio biológico”; em seguida apresento as duas vertentes presentes nos estudos dos tempos na atividade física humana, com ênfase no desempenho. Prossigo com considerações sobre a ritmicidade no desempenho, desde aspectos conceituais até aplicações, passando por reflexões sobre condicionamento reflexo e a noção de antecipação da atividade física. Discuto os fenômenos associados a dessincronizações entre ritmos biológicos e ciclos ambientais, incluindo propostas de ajustes possíveis em situações de mudança brusca de fuso horário (jet-lag). Apresento relatos de dois estudos do nosso grupo de pesquisa sobre o tema.

O que é e para o que serve a Cronobiologia

A história da Cronobiologia é relativamente recente, a palavra foi cunhada na década de 1960 (Cold Spring Harbor Symposium on Quantitative Biology, realizado em Junho de 1960) para identificar uma área que vinha se

¹ Luiz Menna-Barreto (USP).

² . Existe uma publicação brasileira na qual alguns dos conceitos fundamentais da Cronobiologia são abordados (Marques e Menna-Barreto, 2003).

expandindo dentro do conhecimento biológico. Cronos, deus grego do tempo e biologia, estudo da vida, compuseram então esse neologismo identificador de uma área que surgia no cenário acadêmico. Resumidamente, a Cronobiologia pode ser definida como o estudo da dimensão/organização temporal da matéria viva. Essa dimensão abrange desde o nível celular até o populacional e se faz presente nas mais variadas espécies, de procariotos a eucariotos. Os trabalhos mais antigos vieram da botânica através de descrições de movimentos de plantas (De Mairan, 1729; Darwin e Darwin, 1880) ainda no século 19, secundados por observações em humanos vivendo na Escandinávia (Lombard, 1887). A curiosidade sobre esses achados que se estenderam a muitas outras espécies, associada ao desconhecimento sobre os mecanismos envolvidos nessas oscilações que passaram a ser conhecidas como "ritmos biológicos". É também de meados do século 20 a demonstração do caráter endógeno de alguns desses ritmos e a expressão "relógio biológico" começa a aparecer na literatura científica³. Ritmos biológicos são identificados em praticamente todos os seres vivos em todos seus planos de organização, podendo ser definidos como oscilações regulares nas diversas expressões da matéria viva. Alguns ritmos podem ser puramente endógenos, como é o caso dos batimentos cardíacos, movimentos respiratórios e secreção pulsátil de hormônios. No outro extremo há ritmos cuja determinação é essencialmente externa, como acontece com comportamentos humanos como a dança, passos militares, etc. No meio do caminho encontramos ritmos cuja determinação original remete para a ação de ciclos ambientais sobre estruturas

³ NOTA: Neste capítulo optei pelo abandono dessa expressão por considerá-la inadequada, uma vez que alude a uma precisão na marcação do tempo que não convive bem com as observações tanto no campo como em laboratório (ver discussão sobre a expressão "relógio biológico" em Menna-Barreto, 2005).

orgânicas melhor definidas como osciladores; exemplos dessa categoria de ritmos são o ciclo vigília/sono, atividade/repouso,, temperatura corporal, etc. Essa última classificação contém os ritmos que mais tem merecido atenção na literatura científica, notadamente aqueles ritmos conhecidos como circadianos dada sua relação (sincronização) com o ciclo ambiental de 24h do dia/noite. Há ritmos sincronizados pelo ciclo das marés, da lua e das estações do ano, nem sempre presentes em todas as espécies. Uma interpretação sobre as diferenças encontradas entre espécies diferentes (atividade diurna x noturna, por exemplo) nos remete à história evolutiva dessas espécies, que por assim dizer, “construíram” os nichos temporais aos quais se adaptaram. É possível atualmente considerar dois planos de organização temporal, um mais interno que se refere às sequências de eventos no organismo - diz-se de uma “organização temporal interna” que aparece por exemplo na ocorrência dos valores mais baixos da temperatura corporal que antecipam o despertar. O desconforto que experimentamos ao despertar fora dessa janela constitui assim a expressão de uma dessincronização interna, ou ruptura da organização temporal interna. O outro plano, que pode ser identificado como da “organização temporal externa” (Menna-Barreto e Díez-Noguera, 2012), refere-se às relações temporais entre eventos ambientais e ritmos biológicos, por exemplo, horários de estudo/trabalho e ciclo vigília/sono.

Com essas considerações espero ter ajudado o leitor a compreender a originalidade e o interesse acadêmico contidos nas questões debatidas na Cronobiologia. Resta apontar as consequências práticas mais imediatas que podemos identificar nessa área. Compreendendo como os organismos se estruturam no tempo podemos entender, e conseqüentemente intervir, melhor tanto em sua saúde como em estados patológicos, fica possível avaliar ajustes dos

organismos a tempos impostos como por exemplo no caso dos horários de trabalho ou estudo. Efeitos de drogas merecem observações sobre eventuais efeitos sobre ritmos. Duas considerações se impõem quando pensamos na possível generalidade dos achados na Cronobiologia: uma se refere a importantes diferenças entre indivíduos e outra às mudanças nos ritmos que acompanham as diferentes etapas do desenvolvimento. A difusão crescente da Cronobiologia em meios de comunicação acabou tendo um efeito indesejável, qual seja a expectativa que há um horário “correto” para realizar atividades, como aparece em jornais de grande impacto como é o caso da matéria publicada pelo *The Wall Street Journal* em sua edição de 26 de setembro de 2012.

Dois olhares complementares sobre ritmos na atividade física

O primeiro olhar: encontramos na literatura científica inúmeros artigos sobre a identificação de ritmicidade, quase sempre circadiana, em medidas da atividade física ao longo do dia e da noite (ver por exemplo revisões de Atkinson e Reilly, 1996; Teo et al. 2012; Thun et al., 2015).

O segundo olhar: aqui encontramos artigos sobre os efeitos da atividade física sobre ritmos circadianos, situações nas quais o exercício aparece como agente do processo de sincronização de ritmos como ciclo vigília/sono, temperatura corporal, tanto em modelos animais (Edgar e Dement, 1991) como em humanos (Atkinson et al, 2005). Essas demonstrações acrescentam complexidade ao sistema de temporização que se supunha ser sincronizado apenas pelo ciclo claro/escuro. Além da luz e da atividade física, a ingestão de alimentos e a interação social são atualmente reconhecidos como agentes

sincronizadores da ritmicidade circadiana humana (Sharma e Chandrashekar, 2005). Essa multiplicidade de controles temporais oriundos tanto do ambiente como dos comportamentos dos indivíduos recomenda cautela com interpretações apressadas como aquelas que consideram apenas o padrão de iluminação como agente capaz de sincronizar ritmos circadianos. Mesmo supondo a iluminação ambiental como único agente sincronizador, o fato dos indivíduos fecharem os olhos já muda o padrão da exposição à luz. Assim, a recomendação para avaliações da ritmicidade circadiana em humanos e eventuais intervenções, deve levar em consideração que os ritmos observados resultam da interação entre distintos processos de sincronização (Menna-Barreto e Díez-Noguera, 2012).

Ritmos e desempenho

O desempenho nas atividades físicas pode ser avaliado através de medidas de força/potência, rapidez, precisão, etc., e em todas essas medidas estará presente um padrão temporal evidenciando oscilações. Parte dessas oscilações refletem a ação dos sistemas de temporização acima considerados, a outra parte inclui motivação no momento da avaliação e recursos técnicos disponíveis, das quais não nos ocuparemos neste capítulo. O desempenho oscilante não deve ser considerado uma limitação ou imperfeição do indivíduo, a não ser que estejamos entendendo o organismo como uma máquina da qual se espera regularidade absoluta. Suponha ser acordado no meio da noite e levado a uma pista para correr 100m rasos, em contraste com a mesma corrida no início da manhã ou final da tarde, as óbvias diferenças são facilmente detectáveis e explicáveis, o que sempre me parece absurdo é a expectativa de regularidade

nesses desempenhos. A atitude recomendável me parece ser aquela que se informa das oscilações e as leva em consideração na programação das atividades físicas, seja em competições seja em recomendações de vida saudável. Uma consequência disso é tomar como referência as inclinações matutinas ou vespertinas de atletas conforme relatam Facer-Child e Brandstaetter (2015). Levar em consideração essas inclinações significa programar intervenções de acordo com os ritmos medidos na situação tomada como controle (antes da mudança de fuso, por exemplo).

Aspectos comportamentais

Início esta parte do capítulo com uma breve reflexão sobre um dos conceitos fundamentais das neurociências, o processo de condicionamento reflexo, também conhecido como condicionamento clássico ou pavloviano. A demonstração de Pavlov no início do século 20 consistiu no condicionamento do reflexo de salivação em um cão ao som de uma campainha. Essa associação foi estabelecida após uma série de pareamentos na ordem campainha-comida=salivação e que produz aprendizado na forma de campainha=salivação. Tão importante quanto a aquisição desse comportamento é o seu processo de extinção, que se observa após uma nova série de oferecimentos do estímulo sonoro da campainha sem pareamento com alimento. O cão já não saliva mais nessa nova condição, embora seja suficiente uns poucos pareamentos para que o condicionamento seja reestabelecido. O que se conclui desse experimento é que de algum modo o sistema nervoso desse animal demonstrou mudanças tanto na aquisição quanto na extinção, abrindo as portas para o que hoje se entende como

propriedade fundamental dos sistemas nervosos, a plasticidade. Além de evidenciar a plasticidade, podemos ler também nesse experimento a participação do que poderia ser chamado de regulação temporal dos comportamentos (e, portanto, do sistema nervoso). As inúmeras tentativas de inverter a ordem campanha-comida não promovem condicionamento, e há limites para o intervalo entre o som da campanha, evidenciando a importância da informação temporal no processo de aprendizagem (Delamare e Holland, 2008). Uma leitura possível do processo de aquisição do condicionamento é reconhecer a natureza antecipatória que o som da campanha passa a apresentar, permitindo a interpretação que essa dimensão temporal é de fato relevante na promoção da plasticidade.

Retomando a discussão dos ritmos biológicos, podemos entender a presença de um ritmo biológico como o resultado de um longo processo de antecipação (condicionamento) desenvolvido ao longo da evolução das espécies. Essa hipótese foi proposta por Amir e Stewart (1998) e, no meu entendimento, ainda se sustenta. O elo frágil (ou menos robusto) dessa leitura é a suposição segundo a qual essa propriedade (antecipação) teria sido transmitida hereditariamente. Entretanto, nada impede que uma mutação gerando essa capacidade tenha tido consequências que se perpetuaram pelos mecanismos envolvidos na seleção natural, naquilo que entendemos hoje como adaptação. Assim, quando nosso corpo expressa uma tendência de aumento da temperatura central precedendo o despertar, coincidindo com a liberação de hormônios que mobilizam reservas metabólicas e que esse conjunto viabiliza um despertar e a subsequente busca de alimento, podemos ver nessa sequência um exemplo prático de ordenação temporal forjada ao longo da evolução. O avesso dessa

noção consiste no desconforto sentido por nós quando essa sequência é alterada ou interrompida, ao sermos acordados antes do aumento da temperatura, por exemplo. Também não é mera coincidência o fato de diversos estados patológicos se manifestarem após perturbações crônicas dessa organização temporal, os chamados estados de dessincronização (externa e interna). Em uma revisão relativamente recente, Reiter e colaboradores (Reiter et al, 2011) discutem as implicações da manutenção/ruptura dessa organização temporal. Essas noções compõem hoje o cenário no qual se começa a reconhecer a importância da atividade física na manutenção/restauração da organização temporal para a saúde humana.

Descrevo a seguir três resultados de projetos de pesquisa desenvolvidos sob minha orientação envolvendo aspectos cronobiológicos da atividade física, desenvolvidos por dois mestrados, Rodrigo Tambelli (2007) e Marco Aurélio Oliveira (2014) e um doutorado, Eduardo Santos (2009), os três graduados em Educação Física. Para seu mestrado, Rodrigo convidou um grupo de conhecidos nos quais aplicou questionários de preferências de matutividade/vespertinidade que praticavam algum tipo de exercício físico. Depois de identificar dois grupos de indivíduos, uns claramente matutinos e outros sem dúvida vespertinos, convidou-os a realizar atividade física em horários opostos aos de suas tendências, matutinos com exercícios no final da tarde e vespertinos no início da manhã. Para desespero do Rodrigo, os voluntários desistiram do protocolo algum tempo depois de tentarem se ajustar, obrigando-nos a mudar o projeto que se constituiu então na proposta de um "inventário do desconforto" gerado pelo conflito temporal contido no protocolo proposto.

O mestrado de Marco Aurélio consistiu na observação do fenômeno da hipotensão pós exercício em mulheres adultas de idade avançada. O exercício resistido realizado em baixa intensidade na fase matutina é capaz de desencadear hipotensão 9,5h após o término do exercício, perdurando por algumas horas quando comparado com a sessão controle em dia em que nenhum exercício físico foi realizado, sendo essa relacionada à fase do dia de sua realização. Não foi observado o mesmo resultado quando a sessão foi realizada na fase noturna. Esse mesmo acontecimento foi observado em menor escala em outros componentes da pressão arterial, sendo em alguns momentos o inverso com aumento da pressão. Em adultos jovens essa mesma intensidade de exercício não foi capaz de gerar modificações significativas no perfil pressórico em nenhuma fase do dia em que o exercício foi realizado.

Em seu doutorado, Eduardo Santos acompanhou adolescentes escolares em dois momentos, durante as aulas e durante as férias, evidenciando o que chamamos de “atritos temporais” presentes no contraste entre as duas situações, bem claramente nas alterações de ritmos (temperatura corporal e sono) durante a época das aulas. Esses atritos na população escolar vem sendo objeto de diversas pesquisas em diversos países, merecendo olhar atento sobre as eventuais consequências danosas para a saúde associadas a horários de aulas – o exemplo mais claro consiste em iniciar aulas para adolescentes às 7 horas da manhã (Menna-Barreto e Louzada, 2007).

Um exemplo de protocolo cronobiológico

Como conclusão do capítulo passo a propor um protocolo possível no qual será possível “ler” o funcionamento de um organismo do ponto de vista de sua dimensão temporal circadiana. O exemplo de protocolo consiste no monitoramento dos ritmos de temperatura corporal e atividade/repouso, incluindo episódios de sono (Wang et al, 2008), ao longo de duas semanas consecutivas, já nos fornece quadro razoável do estado do organismo do ponto de vista cronobiológico. Supondo nesse mesmo exemplo que o indivíduo vá para outro fuso horário, o mesmo protocolo deve ser repetido para avaliar o ajuste do organismo à nova realidade temporal. Sabemos hoje que esse ajuste não é indiferente no que diz respeito a avanços e atrasos nos fusos horários – o ajuste nos atrasos tende a ser mais rápido. Claro que o ajuste depende também da magnitude (horas) da mudança de fuso (Reilly et al., 2005).

A ESPETACULAR EXPERIÊNCIA DOS JOGOS DA VIDA¹

*Foi um gol de anjo, um verdadeiro gol de placa, e a galera agradecida se encantava. (Fio maravilha, João Sabiá)
O gol é o orgasmo do futebol. E, como o orgasmo, o gol é cada vez menos frequente na vida moderna. (GALEANO, 2013, p. 16)*

Esportes e aventuras

Aventura, competição, shows, grandes empresas e experiências inesquecíveis. O mundo dos esportes é profundamente articulado com o universo do espetáculo, do entretenimento e dos prazeres mundanos, das viagens e dos eventos organizados e patrocinados para gerar estéticas (reais e virtuais). Essas geram mídia e lucros para toda a cadeia produtiva da hipermodernidade líquida que se desmancha (e se refaz) nos ares hodiernos.

Um dos filmes paradigmáticos sobre a realidade contemporânea dos esportes é *Jerry Maguire* (Dir. Cameron Crowe, 1996). Demitido de uma grande empresa de relações públicas para astros do esporte, Jerry (Tom Cruise, no papel principal) tenta uma carreira solo e seu objetivo estratégico é inserir seu cliente em uma matéria da ESPN, uma das maiores redes de TV especializada em esportes no mundo. Fundada em 1979, ela é parte do grupo The Walt Disney Company e se denomina "*the leading multinational, multimedia sports entertainment company featuring the broadest portfolio of multimedia sports assets with over 50 business*

¹ Luiz Gonzaga Godoi Trigo (USP); Edmur Antonio Stoppa (USP)

entities." (<https://thewaltdisneycompany.com/disney-companies/media-networks#341>). O que Maguire almejava era transformar seu atleta em um astro global disputado por clubes, empresas patrocinadoras e outras mídias. Uma das funções do agente esportivo, literário, teatral ou artístico em geral, é fazer de seu cliente um produto, uma experiência, um espetáculo que seja curtido e compartilhado por muitos. Há cada vez mais possibilidades esportivas, turísticas e artísticas surgindo ou se renovando em escala global e à velocidade do mundo virtual.

O jornalista especializado em viagens, Peter Guttman, escreveu para a Fodor's Travel Publications (*Adventures to imagine: Thrilling escapes in North America, 1997*) listas sugerindo esportes e recreação escapistas: morar a bordo de um barco, *mountain bike*, canoagem, *cattle driving*, velejar, caçar tornados, observar focas e pássaros, buscar icebergs, caçar pássaros no mar, dirigir carros de corrida, andar de balão, escalar montanhas, explorar grutas, viajar de jangada, percorrer *canyons*, voar em helicóptero, *hut-to-hut hiking*, observar baleias, percorrer a rota das lhamas, assistir espetáculos em celeiros, *land yatching*, reencenar batalhas históricas, navegar no gelo, buscar ursos polares, *dogsledding*. Outras aventuras similares podem ser elencadas na África, América do Sul, Europa, Ásia ou na Antártica, sempre visando experiências espetaculares e emocionantes, em massa ou individualizadas.

Há uma vasta literatura e filmografia sobre experiências aventureiras pelo mundo. Jon Krakauer transformou a cara e perigosa experiência de turistas almejando escalar o ponto mais alto da Terra em um livro de sucesso (*Into thin air, 1997*), que virou filme de TV (1997) e um filme de aventuras (*Evereste*, dirigido por Baltasar Kormákur, 2015). A história se refere às oito mortes ocorridas em

1996, durante uma tempestade que surpreendeu montanhistas e turistas no teto do planeta. Há quem pague dezenas de milhares de dólares para ser literalmente carregado até o topo da montanha pelos guias gurkas só para ter a sensação única de pisar em um lugar exclusivo, onde pouquíssimos chegaram e muitos morreram tentando.

Autor de livros sobre o Himalaia, a Islândia e outras áreas belas e perigosas do planeta, Krakauer descreveu a vida do jovem Christopher McCandless, no livro *Into the wild (Na natureza selvagem, 1996)*. É a história de um jovem em busca de um sentido da vida, um significado para si mesmo, de novos horizontes e experiências, mesmo que sejam experiências-limite no sentido sartreano do termo. Chris termina suas aventuras em um inverno no Alaska, morto por um engano traiçoeiro ao confundir uma planta comestível com uma venenosa, apesar de seu planejamento cuidadoso para a viagem, seus manuais sobre a natureza local e sua experiência em aventuras solitárias.

A aventura através do esporte, de um projeto de vida sonhado durante anos ou para encarar um desafio real e objetivo encanta vários seres humanos. Algo similar ao que levou o personagem Larry Darnell, de *O fio da navalha* (Somerset Maughan, 1944), a procurar conhecimentos pelo mundo logo após a Primeira Guerra Mundial. Rico, universitário, exímio desportista, ele larga tudo após voltar da Europa onde lutou na guerra e decide procurar um sentido mais denso, oriundo de sua liberdade intelectual, para sua existência burguesa. Pode ser também uma viagem sem retorno fixado, como a realizada pelo personagem do romance *O navegador* (1976), de Morris West, um professor que sai pelas ilhas do Pacífico em busca de conhecimentos étnicos de sua própria família para embasar a pesquisa antropológica de seu concurso de titular na universidade onde trabalha.

Um dos fascinantes personagens dos romances de espionagem é Nicholai Hel. Criado por Trevanian (pseudônimo de Rodney William Whitaker), no romance *Shibumi* (1979), Hei é filho de uma aristocrata russa exilada e de um pai alemão, nascido e criado em Xangai na época da dominação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial. Ele passa por uma esmerada educação que inclui línguas, pensamento e meditação oriental, lutas marciais e política, se transformando em um assassino mercenário após o final da Segunda Guerra Mundial. Sofisticado e inteligente, ele realiza seu lazer e distanciamento do mundo praticando montanhismo e espeleologia, atividades que reputa como nobres e capazes de aperfeiçoar o físico, a psique e o caráter das pessoas. Hel aparece novamente no romance *Satori* (2011), de Don Winslow, que recebeu permissão dos herdeiros e detentores dos direitos de Trevanian para escrever uma continuação da história. Em ambos romances, Hel cuida diligentemente do corpo, da mente e do espírito, especialmente com práticas de meditação oriental e artes marciais.

Don Winslow é um dos autores norte-americanos mais conectados com as mazelas e delícias da hipermodernidade. Vários de seus livros (*Savages*, 2010; *The Kings of Cool*, 2012; *The Winter of Frank Machine*, 2006; *The death and life of Bobby Z*, 1997) tem o *surf* como tema central ou intimamente relacionado com o enredo dos romances. Surfistas que são traficantes educados e bem relacionados, mafiosos com um forte código de ética, ou criminosos com claros objetivos na vida sobre competitividade, qualidade dos serviços prestados e capacidade de curtir a existência são bastante descritos na literatura policial ou de espionagem. O *surf* é ao mesmo tempo um treinamento físico, lazer com prazer, terapia de relaxamento e conexão com o mundo natural. Os livros de Winslow têm

tudo a ver com o filme *Point Break* (EUA. 1991, Dir. Kathryn Bigelow), onde uma quadrilha ousada assalta bancos usando máscaras de presidentes norte-americanos. O agente do FBI (Keanu Reeves), encarregado de procurar o grupo os encontra em uma praia onde exercem sua outra atividade lúdica, o *surf*. Roubam bancos em assaltos altamente profissionais durante alguns dias por ano para viverem com plenitude e conforto o resto do tempo, curtindo as ondas e as praias ao redor do mundo.

E há os esportes relacionados com a velocidade. Possibilidade tecnológica da modernidade motorizada, os carros, barcos, aviões e motocicletas oferecem novas perspectivas de viagens, esportes e aventuras. Mas a tecnologia e os novos materiais também permitem a velocidade em artefatos sem motor como bicicletas, veleiros, trenós, balões, skates, patins, paraquedas e seus derivados e, claro, o *surf*.

A sensação de velocidade é universal. *"Em primeiro lugar, a velocidade tem sua utilidade: quem quer que pretenda realizar grandes empreendimentos no mundo precisa mover-se para todos os lados, com rapidez. Além disso, porém, a velocidade gera uma aura nitidamente sexual: quanto mais rápido ele pode 'correr com eles', mais 'verdadeiro homem' será. Essa equação de dinheiro e velocidade, sexo e poder, está longe de ser exclusiva do capitalismo. É igualmente fundamental para a mística coletivista do socialismo do século XX e para as várias mitologias populistas do terceiro mundo: os imensos pôsteres e grupos escultóricos nas praças públicas, evocando grupos de pessoas em marcha, seus corpos arfando de energia e potência, como se fossem um corpo só, uma onda impetuosa que emerge para desbançar o estéril e combalido Ocidente"* (BERMAN, 1987, p. 50).

Esporte, aventura, drogas e crimes são relações frequentes na vida real e no imaginário cultural. Assim como a relação entre esportes, jogos em geral, jogos de azar, cassinos, gastronomia (esportes-bar, dietas especiais, vitaminas energizantes, comida balanceada e restaurantes orgânicos e saudáveis para manter a boa forma), artes e turismo.

O lucrativo prazer dos esportes

O esporte é uma atividade contemporânea de espetáculo, de entretenimento, de motivação para viagens (torneios, maratonas, copas do mundo, olimpíadas) e de motivação para superação dos limites humanos. Vários filmes sobre lutas, danças, corridas de todos os tipos, jogos em equipe ou quebras de recordes povoam o imaginário contemporâneo. As artes marciais são um tema recorrente no ocidente no que se refere à sofisticação da eficácia e eficiência do corpo humano, disciplina, equilíbrio, motivação e utilização de armas brancas em geral. Mesclado às religiões, às artes (cerimônia do chá; escultura em jade, madeira ou marfim; dança) e aos princípios de saúde física e mental, o esporte oriental articula esses campos humanos numa harmonia pretensamente totalizante. Porém é ao mesmo tempo fragmentada, pois também o esporte, tanto no oriente como no ocidente, é utilizado para guerras, negócios, marketing, política e até mesmo crimes organizados como os diversos maus exemplos envolvendo corrupção em algumas federações de futebol, lutas, automobilismo ou corridas de cavalos. O esporte é uma atividade humana antiga, com as mesmas qualidades e vícios de outras áreas e afazeres das culturas e civilizações.

No ocidente, a tradicional cronologia dos esportes inicia em 776 a.C., data dos primeiros jogos olímpicos registrados em Olímpia, Grécia. Mas antes as habilidades relacionadas aos esportes já eram desenvolvidas para caça, pesca, guerra, construção ou outras atividades que exigem esforço físico calculado, treinamento e execução, geralmente, em grupo. Foi uma longa jornada de milênios até se chegar às ligas profissionais organizadas, cujos jogos são transmitidos pela mídia global *on-line* ou em programas e *sítes* especiais. Essa estruturação institucional dos esportes data do século XIX, fruto da Revolução Industrial que expandiu a classe média e ampliou o uso do tempo para atividades de lazer. A implementação de modernos sistemas de transportes (navios a vapor e, posteriormente, a diesel, trens, automóveis e aviões) e uma sociedade de consumo em grande escala provocaram altas taxas globais de crescimento econômico, urbanização e criação intensa de novas tecnologias em todas as áreas. A modernidade, analisada por poetas como Charles Baudelaire, tornou-se uma realidade mutável que abrangeu todo o planeta.

Os diversos campos humanos se organizaram em grupos cada vez mais estruturados e regulamentados. O mesmo aconteceu com a organização das atividades esportivas. Nos EUA, os primeiros registros sobre o basquete datam de 1891; os antecessores do baseball remetem ao ano de 1744; e as noções de jogos como futebol ou hóquei são perceptíveis há séculos. Um dos mais instigantes jogos com bola era o realizado como cerimonial pelos maias e seus antecessores na península de Yucatán, no México, em plena América pré-colombiana.

A crise da Bolsa de Valores de 1929, foi um dos fatos da modernidade que exigiu uma redefinição de parâmetros econômicos e financeiros que influenciaram o setor de estatísticas e de pesquisa quantitativa nos EUA. Isso

provocou a criação de mensuração fundamentada em dados confiáveis e verificáveis em todas as áreas, inclusive no setor de esportes, espetáculos, artes e lazer em geral.

Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, o mundo dos esportes ficou cada vez mais dependente dos meios de comunicação de massa, das redes sociais e das possibilidades tecnológicas de produção, edição e divulgação. Tudo articulado com os patrocinadores e consumidores que entendem o significado da expressão “valor agregado” a uma marca, atleta ou atividade. Relógios *Breitling*, tênis *Nike*, energético *Red Bull*, *Coca-Cola* ou *Budweiser* são marcas reconhecidas em torneios esportivos globais ou regionais, assim como vários bancos, companhias aéreas, seguradoras, cartões de crédito, montadoras de carros, redes de *fast food* e outras empresas que financiam e divulgam os mercados de jogos, shows, cultura e outras atividades de massa.

Nos EUA existe a lei *Sports Broadcasting Act*, assinada pelo Congresso em 1961, que dá às ligas esportivas o direito de agir como um cartel, livre de qualquer sanção antitruste, nos contatos com redes de TV e essa lei foi sendo atualizada face ao surgimento de TVs a cabo, internet e as redes sociais (VOGEL, 2004, p. 395). Um dos pontos de corrupção da FIFA é justamente a negociação dos direitos de transmissão da Copa do mundo nos países-sede e para todo o mundo. A exposição na mídia e a recepção por parte dos espectadores virtuais ou reais é a base dos negócios esportivos, assim como da organização dos espetáculos na forma de torneios, copas, campeonatos e outras modalidades de competição e promoção do entretenimento.

Os *sites* nos informam os placares e últimas notícias esportivas; os programas de discussão e análises sobre as situações e crises; as edições dos jogos

e treinos, acidentes e cenas hilariantes ou dramáticas; as estatísticas e prognósticos dramáticos; os escândalos envolvendo clubes, atletas e dirigentes; a vida de suas celebridades, desde o fausto e o clímax até as crises, acidentes e a decadência rumo à velhice e à morte. Tudo isso traz emoções cuidadosamente colhidas e melhoradas para gerar a conexão com alguém disposto a consumir as informações e a gostar, pelo menos seu tempo, com esse fluxo de adrenalina sintética e anódina.

As pessoas desejam emoções no conforto de suas casas, carros ou nas telas de seus celulares cada vez mais conectados e equipados com programas que ajudem a romper a frugalidade, a mediocridade e a monotonia do cotidiano insípido de milhões de pessoas. Esporte também é escapismo, especialmente para nos dar a ilusão de uma vida intensa. *"Esgotamento e estafa, nossos vícios modernos, dizia Nietzsche. Em luta contínua contra fantasmas, somos vítimas de danos incalculáveis, gravemente feridos pela monotonia. E é gritante o contraste entre a morosidade da nossa vida e o ritmo trepidante das imagens e das mídias: a velocidade com que o mundo se move põe em relevo a rotina monótona da minha existência. Tanto alvoroço de feitos e de dramas e a minha vida tão desprovida de graça. É um estranho paradoxo o fato de a banalidade vir a nós com uma feição de desordem e a astenia impor-se sob a máscara da velocidade e do turbilhão"* (BRUCKNER, 2002, p. 92).

É necessário uma visão crítica dessas diversas relações entre esportes e a sociedade. Marcellino (2006), em artigo que discute as relações entre o Esporte, o Lazer e a Educação Física, aponta que ocorre um declínio das práticas das atividades físicas após o período educacional, fenômeno verificado não apenas no caso brasileiro, como em vários outros países.

Segundo ele, é muito distinta a relação percentual entre o querer e o fazer da prática das atividades físico-esportivas no lazer. Algumas questões poderiam ser apontadas para o entendimento da questão tais como: o fascínio por determinado esporte espetáculo, a seletividade da atividade esportiva e suas relações com a performance e a formação das elites esportivas, o escasso número de equipamentos específicos e espaços urbanos e vazios, a pequena diversificação das modalidades e a precária existência de políticas públicas que tratem da questão com eficiência na área.

Além disso, se o esporte pode ser vivenciado a partir de emoções diversas, muitas vezes ele também é disseminado por meio de valores e crenças questionáveis do ponto de vista de uma sociedade mais justa e democraticamente humana. Se a mídia, muitas vezes, propaga tais valores cabe aos profissionais ligados à área trabalhar na perspectiva da contrainformação, resignificando os valores ligados ao esporte.

Segundo Betti (2009), a televisão amplifica esses estereótipos, mas, no entanto, esses não são hegemonicamente definitivos, o que realça a importância da ação dos profissionais de diferentes áreas, tais como da Educação Física e do Lazer, que atuam com a problemática do esporte no cotidiano.

No que se refere à problemática urbana, o esporte enquanto vivência de lazer, extrapola suas cercanias e leva, por meio da mídia, essa problemática para cidades e regiões do país, com diferentes tamanhos e processos de urbanização (MARCELLINO, 2006).

Para ele as políticas públicas ideais deveriam ser planejadas enquanto estratégia de ação com a reunião dos setores público, governamental e não governamental, e privado, com o “[...] enfrentamento da situação das questões

que procurassem assegurar o direito constitucional do acesso ao lazer a toda população [...]” (p. 59), uma vez que a ocorrência de uma série de barreiras para o lazer (MARCELLINO, 2006) dificulta a inclusão social na área do lazer.

Do preconceito ao show elitizado

O prestígio do esporte na modernidade dependia da classe social que o exercesse. As classes dominantes europeias praticavam hipismo, polo ou outros jogos com bolas (tênis, rúgbi e, de certa forma, o futebol). Posteriormente vários esportes se tornaram de massa, trazendo consigo o preconceito e a intolerância por parte das elites.

No caso do futebol, a Inglaterra tem uma enorme importância em sua história. Na época da rainha Vitória o futebol já era prestigiado nas ilhas, tanto como vício plebeu como virtude aristocrática. *“Os futuros chefes da sociedade aprendiam a vencer jogando o futebol nos pátios dos colégios e das universidades. Ali, os rebentos da classe alta desafogavam seus ardores juvenis, aprimoravam sua disciplina, temperavam sua coragem e afiavam sua astúcia. No outro extremo da escala social, os proletários não precisavam extenuar o corpo, porque para isso havia as fábricas e as oficinas, mas a pátria do capitalismo industrial havia descoberto que o futebol, paixão de massas, dava diversão e consolo aos pobres e os distraía de greves e outros maus pensamentos.”* (GALEANO, 2013, p. 33).

Um jogo famoso em boa parte do mundo (com exceção dos Estados Unidos, onde tem aumentado consideravelmente sua popularidade, da Índia, Austrália e Nova Zelândia), o futebol foi louvado e desdenhado por muitos. As crônicas esportivas de Nelson Rodrigues são um exemplo brasileiro. Ele escreveu

ao longo de vinte e cinco anos para vários jornais e revistas e muitos de seus textos permanecem inéditos. Ruy Castro organizou parte de sua obra em dois volumes: *À sombra das chuteiras imortais* e *A Pátria em chuteiras*. O primeiro volume abrange os vinte anos entre a derrota do Brasil perante o Uruguai, em 1950, e a conquista do tricampeonato no México, em 1970. O segundo volume trata do declínio que se seguiu a essas conquistas. Ele morreu em 1980, antes de ver outros sucessos e outras derrotas ainda mais chocantes. O que Nelson Rodrigues escreveria sobre a Copa do mundo no Brasil, em 2014? Talvez aprofundasse seus conceitos metafísicos sobre o futebol, desenvolvesse mais profundamente sua teoria sobre a imagem da pátria refletida nos feitos e desfeitos nos campos de grama onde corre a bola e vinte e dois jogadores em busca de glórias e fama. Para ele era mais que um esporte, era um cerimonial, um estilo de vida e uma arte sagrada.

Mas nem para todos. Em 1880, "Rudyard Kipling desdenhou o futebol remetendo-o 'as almas pequenas que podem ser saciadas pelos enlameados idiotas que jogam'. Um século depois, em Buenos Aires, Jorge Luís Borges foi mais sutil: proferiu uma conferência sobre o tema da imortalidade no mesmo dia, e na mesma hora, em que a seleção argentina estava disputando sua primeira partida na Copa de 1978. O desprezo de muitos intelectuais conservadores se baseia na certeza de que a idolatria da bola é a superstição que o povo merece. *"Possuída pelo futebol, a plebe pensa com os pés, como corresponde, e nesse gozo subalterno se realiza. O instinto animal se impõe à razão humana, a ignorância esmaga a cultura, e assim a ralé tem o que quer"* (GALEANO, 2013, p. 41).

Entre as contradições e os paradoxos humanos, os esportes se democratizaram, se massificaram e se espetacularizaram. O que tornou isso

possível foram as comunicações eletrônicas e de massa. Inicialmente o rádio e a imprensa possibilitaram a divulgação de notícias e entretenimento, envolvendo a cultura e as artes para o grande público e não apenas para as elites. Mas a televisão a grande responsável pela popularização de conteúdos diversificados, inclusive os esportes. Finalmente, no final do século XX, a TV por satélite e cabo, a internet e as redes sociais, alimentadas por novas técnicas de produção, edição e distribuição de conteúdos, geraram novas possibilidades de espetáculo e interatividade. “Se sustentamos a ideia de uma terceira fase do capitalismo a partir dos anos 1980, isso se deve à conjunção de todo um grupo de fenômenos tecnológicos, políticos, econômicos e estéticos. É no decorrer dos anos 1980-90 que os microcomputadores começam a se difundir, pondo ao alcance de um público mais amplo a potência dos grandes sistemas informáticos. Multiplicam-se os softwares que permitem transpor uma ideia de objeto em modelo virtual em três dimensões mostradas no monitor, modificar facilmente suas características, prever suas reações antes mesmo de sua fabricação industrial. Advento da simulação virtual, acompanhada por uma automatização flexível. Com o desenvolvimento dos sistemas informatizados, da concepção e da fabricação assistidas por computador, da robótica, é uma terceira Revolução Industrial que vem à luz e subverte radicalmente os métodos de concepção e de produção dos objetos industriais, mas também das indústrias culturais” (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 225).

Essas indústrias culturais, como eram chamadas pela Escola de Frankfurt, são hoje designadas com o nome de indústrias criativas, situadas na teia articulada entre as artes, cultura, tecnologia e o mundo dos negócios. As tradicionais fronteiras que separavam cultura e economia, arte e indústria se desvaneceram. Segundo esses autores, a cultura tornou-se uma indústria mundial e a indústria se

mistura com o cultural. Surge uma hipercultura midiática-mercantil que se embasa não apenas no cinema, na música ou na televisão, mas também na publicidade, na moda, na arquitetura, no turismo, entretenimento e esportes. Em um mercado globalizado e ao mesmo tempo regionalizado, os grandes fluxos de consumo e produção abrangem desde os países desenvolvidos até as regiões menos ocidentalizadas e desenvolvidas (partes da África, do Oriente Médio, da Ásia e América Latina). É uma nova e imensa teia de produções culturais e possibilidades inéditas de prazer, negócios e atividades lúdicas e hedonistas (MARTEL, 2012).

No caso brasileiro há um paradoxo, uma certa nostalgia ao passado que é marca importante no discurso da mídia em relação ao esporte, em especial o futebol. Segundo Betti (1998) a televisão procura sempre resgatar a cada partida, a “história” do confronto, as estatísticas, o passado dos campeões, de modo a atualizar o espectador, além de informar e contextualizar a modalidade ou evento. Para o autor, no entanto, outra abordagem aparece mais insistentemente neste discurso: é a chamada recordação nostálgica, ou seja, a nostalgia dos “velhos e bons tempos”, dos tempos mais românticos, mais artísticos, mais irresistíveis dos diversos esportes e seus campeões.

Para Betti (1998) essa nostalgia se contrapõe à violência, à ganância do profissionalismo, à retranca do esporte dos dias de hoje. De forma crítica, o autor aponta que seria importante voltar ao passado, pois o futuro, projetado nas tendências atuais seria ainda mais trágico.

Para ele [...] refugia-se no passado por temer o futuro, e assim imobiliza o presente, impossibilita a reflexão histórica, a redescoberta dos sentidos originais do futebol, sua atualização para o presente, e a preposição de novos sentidos para um futuro possível” (BETTI, 1998, p. 142)

Mas essas são exceções em um mundo facetado e contraditório. No presente, esses novos mercados atraíram desde grandes patrocinadores (as já citadas empresas esportivas, as montadoras de carros, companhias aéreas, empresas de cosméticos, de artigos de luxo, bebidas e cigarros etc.) até produtores especializados em cobertura esportiva. Esse vasto campo de trabalho exigiu jornalistas, publicitários, relações públicas, gente de marketing em geral, editores, especializados em *web design*, artes (fotografia, cinema, ilustração) e articuladores financeiros que se especializaram em financiar os diferentes elos dessa grande cadeia produtiva e garantir a sinergia e criatividade para potencializar seus investimentos e lucros.

Em uma sociedade hipermoderna, tudo virou arte, espetáculo, experiência ou liquidez. A denominada pós-modernidade foi revestida de uma nova beleza destinada ao consumo gerando o que alguns denominam de capitalismo artista. *"Sistema de essência transestética, o capitalismo artista mistura estruturalmente arte e indústria, arte e comércio, arte e entretenimento, arte e lazer, arte e moda, arte e comunicação. Nele a arte nunca se apresenta numa forma pura ou autônoma, mas sempre associada e misturada às lógicas do comercial, do utilitário, do entertainment. Desse modo, o capitalismo artista deve ser entendido como o estado da ordem econômica liberal que, não tendo mais como eixo fundamental a produção de bens de equipamento, investe cada vez mais nas indústrias de criação a fim de colocar no mercado uma multidão de produtos e serviços de consumo atraentes, de bens que proporcionem prazer, distração e experiências emocionais"* (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 70).

O esporte é um desses produtos magníficos juntamente com a moda, os artigos de luxo, o turismo, a gastronomia, a moda, os cosméticos e artigos de

beleza, os *shopping centers* e *malls*, o *design*, o cinema e a música, a publicidade, os *shows* de todos os tipos, a política, as cerimônias religiosas e a vida transformada em um *thriller* pretensamente instigante e dinâmico, bem ao contrário do cotidiano muitas vezes insípido, conforme detectado por Bruckner.

JOGO – SOBRE APROXIMAÇÕES E ENCONTROS¹.

Introdução

Jogar é desafiar e desafiar-se, aceitar um convite, provocar. A cada desafio um novo gesto, que se torna nova pergunta à espera de outro gesto. A cada gesto possíveis caminhos ou condutas. O jogo, assim, requer engajamento em um movimento que se dá em direção ao outro e ao mundo. Jogar solicita a aposta em uma relação, permeada por regras, com objetos, com o ambiente, com animais, mas sobretudo com outras jogadoras e jogadores. Essa relação costura também o diálogo entre tradição e novidade, hábito e gestualidade espontânea. Deste modo, recuperamos neste texto alguns argumentos publicados em artigos anteriores² a fim de avançar e evidenciar o caráter gregário do jogo, o encontro com o outro, para então nos aproximarmos um pouco mais dos temas de grandeza: ética e estética.

Embora tais temas – ética e estética – sejam oriundos da filosofia enquanto área de estudo, é no campo social que tais questões emergem, no interior das relações humanas. O jogo, manifestação presente ao longo da história da humanidade, ainda nos dá a pensar, e auxilia nas reflexões acerca das relações e formações grupais. Huizinga, em seu conhecido estudo *Homo ludens* (1996), analisa a presença do jogo em todas as esferas da cultura e, de certa forma,

¹ Ana Cristina Zimmermann (USP); Soraia Chung Saura (USP).

² Saura, (2015; 2014a; 2014b), Saura, Meirelles e Eckschmidt (2015); Zimmermann e Morgan (2011); Zimmermann (2013, 2013a, 2014),

evidencia seu caráter gregário ao sugerir que *é no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve*. Gadamer (1998) vai enfatizar que jogar é sempre “jogar com”. Há sempre um desafio, algo ou alguém com quem se joga. A ação do jogo está orientada por regras auto impostas, e muitas vezes permite explorar seus limites, discuti-las e transformá-las, em grupos regidos por diferentes lógicas das que estamos habituadas no dia-a-dia. Enfrentamos desafios e conflitos circunscritos a um tempo e espacialidade próprios e que nos mobilizam por inteiro. O jogo expõe diferentes possibilidades de vivermos em relação aos outros e em relação ao passado e futuro.

As dimensões ética e estética ganham destaque na sociedade contemporânea, considerando a fluidez e relevância dos grupos na elaboração dos afetos. Frente ao individualismo valorizado e incentivado das mais diversas formas, há a preocupação com o estar junto, a busca do outro, que se atualiza nas mais diferentes formas de inter-relação. No prefácio à segunda edição de *O tempo das tribos*, Michel Maffesoli (1998) recupera a afirmação de que a relação entre ética e estética é o que melhor poderia caracterizar a pós-modernidade. Sugere um olhar mais atento ao vínculo social que se estabelece a partir da emoção compartilhada ou do sentimento coletivo. O neotribalismo identificado por Maffesoli caracteriza-se pela fluidez, pelas reuniões pontuais e dispersão. Tais encontros, ainda que caracterizados pela fragilidade, são objetos de grande investimento emocional. Ao sugerir um olhar mais aguçado para novas formas de reagrupamento social, o autor lança uma crítica ao discurso que difunde o individualismo e o fim do espaço público e das ideias coletivas como fato consumado. Só existimos como pessoa na relação com o outro. Frente a dramas, alegrias e conflitos, é no encontro que elaboramos uma originalidade. Este

encontro mediado pela sensibilidade sugere uma estética do nós, pois parte de uma abertura ao outro. Esta abertura permite estabelecer um laço estreito entre estética e ética. A experiência do espaço vai favorecer uma estética e produzir uma ética com a partilha de valores ou ideias a ele circunscritos (MAFFESOLI, 1998).

O jogo predispõe a partilha de um mesmo território (real ou simbólico), e podemos dizer que, de certa forma, promove um espaço que se torna público. Diferentes formas de sociabilidade são experimentadas. Considerando tais elementos introdutórios, este artigo se propõe a pensar nossa experiência coletiva a partir do jogo: fonte de relações afetivas, muitas vezes conflitais, mas também flexíveis, que distendem os laços humanos nos limites do jogar.

O jogar com o Outro

Uma característica muito celebrada acerca do jogo é seu caráter autotélico. O jogo tem vida própria, não jogamos por outro motivo que não seja o próprio jogar. Temos defendido, deste modo, que estes fenômenos justificam-se por si só. Ainda que possam ser utilizados como um meio para se atingir determinados objetivos, o lazer, o brincar e o jogo são abordados como um fim em si mesmo, pois seus atributos intrínsecos justificam-se em ato e presença, no aqui e no agora, neste tempo e neste espaço, unindo pares de oposição conceitual e solucionando impasses, no ato e no corpo (SAURA, 2012, 2013). Gumbrecht (2007) associa este caráter autotélico à autonomia ou insularidade da experiência estética, e chega a sugerir que mesmo jogadores profissionais podem esquecer os interesses externos no meio do jogo ou da competição. Há, no jogo, portanto,

uma participação voluntária, o que implica em desejo. Participação significa também aceitação, expectativa, comunicação, abertura ao outro.

O outro faz com que reconheçamos nossa própria existência no mundo da vida e a necessidade de estabelecer convenções. Não há mundo da cultura sem o outro que descobrimos como aquele em que nos reconhecemos: “é justamente meu corpo que percebe o corpo de outrem, e ele encontra ali como que um prolongamento miraculoso de suas próprias intenções, uma maneira familiar de tratar o mundo [...]” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 474). Em jogo, o outro é capaz de assumir posturas similares as nossas ou resistir e indicar outros caminhos.

O outro é surpresa, mas é também a certeza de que compartilhamos um mundo. Em jogo é particularmente notório esta relação intercorporal, especialmente entre jogadores que jogam juntos há algum tempo. Basta um gesto mínimo para que suspeitemos o que o outro espera de nós, da mesma forma que um olhar aponta uma sugestão. Até afirmamos saber o que o outro está pensando quando partilharmos uma jogada. Em verdade não lemos pensamento, até porque os movimentos do outro nem sempre são previamente determinados pela razão, mas sim intuímos as intenções do outro configuradas no movimento que se desenha no próprio jogar. Para muitos jogos não há necessidade de palavras, apresentações pessoais ou combinações prévias. Basta se apresentar ao jogo. A participação requisita a posse de um dialeto que não é necessariamente falado mas expresso em gestos, o domínio de uma gramática que se atualiza em conjunto.

O bom jogador reconhece no bom oponente aquele que pode oferecer boas oportunidades de elaborar o melhor que tem a oferecer. A presença do

outro não compromete uma individualidade, pelo contrário, garante sua elaboração. O outro pode exigir reações diversas, criações que requerem originalidade.

Independente do grau de flexibilidade em relação a sua organização, todo jogar está submetido a determinadas regras, acordadas entre jogadores previamente ou então no desenrolar do próprio jogo, e um dos principais elementos é a seriedade em relação a estas. Mas este engajamento não diz respeito apenas às regras, trata-se de uma postura.

Os espectadores esportivos de uma torcida querem que seu time ganhe, mas não consideram seu investimento emocional ou de tempo inteiramente perdidos desde que o jogo seja emocionante. O que mais decepciona a torcida, mais que perder, é a chatice – a falta de ação e de empenho. Nada é pior que assistir a um jogo em que nenhum dos dois times quer ganhar (GUMBRECHT, 2007, p. 147).

Respeitar o outro não significa ser condescendente. Como lembra Gumbrecht (2007), no esporte, o “espírito esportivo” jamais significa dar uma vantagem ao adversário. Ao descobrir que o adversário está nos deixando ganhar, somos em verdade, humilhadas. No contexto esportivo principalmente é importante que cada oponente participe do jogo com seu melhor esforço. Uma participação sem esforço pode ser vista até mesmo como insulto. O que podemos repensar, em casos de extrema desvantagem, são as condições do jogo, mas nunca abandonar a posição de diálogo.

Falta de seriedade inviabiliza o jogo. Trata-se de uma seriedade incorporada, um modo de ser. Jogar com seriedade é não apenas se adequar ao

jogo, mas também reconhecer a presença do outro e deslocar toda a energia em direção ao diálogo que ali se realiza. Essa energia é sobretudo uma energia criadora: a força, a potencia, a agilidade, a resistência se mostram em função de uma manifestação original.

Neste sentido, Huizinga (1996) destaca uma importante característica do jogo: ele cria ordem e é ordem. Para o autor, o jogo:

Introduz na confusão da vida e na imperfeição do mundo uma perfeição temporária e limitada, exige uma ordem suprema e absoluta: a menor desobediência a esta 'estraga o jogo', privando-o de seu caráter próprio e de todo e qualquer valor. É talvez devido a esta afinidade profunda entre a ordem e o jogo que este (...) parece estar em tão larga medida ligado ao domínio da estética. Há nele uma tendência para ser belo (HUIZINGA, 1996, p.13).

Encontramos também a criação desta ordem em outras atividades menos estruturadas: no lazer e no brincar, por exemplo. Ainda que se atenda a gestos espontâneos, a brincadeira e os motivos lúdicos, com toda liberdade de gestos e possibilidades que possuem, inscrevem-se em um ritmo, uma busca de harmonia, de equilíbrio, de simetria. Uma busca humana por estes elementos, que ordenando o visível, parecem organizar o invisível. Esta organização, em jogo, está presente nos gestos que se complementam uns nos outros, nos espaços que se preenchem e se esvaziam, no fluxo e no *timing*, no diálogo corporal que se estabelece, toma-lá-dá-cá.

Gadamer (1998; 1985), exalta o potencial criativo do jogo, considerando principalmente seu caráter vivo e expressivo. Jogo é excesso e exceção; apresenta-se a si próprio, orienta o próprio movimento. No entanto, o que permite o caráter

autônomo do jogo é o encontro e as relações que se estabelecem. Os jogadores não apresentam os movimentos cada qual na sua vez de maneira aleatória, eles estabelecem uma aliança. O jogador precisa daquela ocasião para que seus movimentos se elaborem em uma nova atualidade. O outro abre um espaço, um vazio que convida e sustenta o diálogo. Consequentemente reconhecer o outro é reconhecer sua potência e liberdade para apresentar questões que nos requisitam expressão, ou seja, ir além do que já somos ou sabemos. Assim o jogo, embora apresente uma estrutura que pode ser compreendida algumas vezes como uma maior rigidez, no interior de sua execução, permite liberdade, espontaneidade, manifestação de si.

O outro nos leva a uma experiência de descentramento, na qual nos transformamos também em outro. O termo descentramento refere-se à perda de uma posição central, de um poder constituinte, substituído por uma espontaneidade que se apresenta em relação. Considerando como referencial a fenomenologia de Merleau-Ponty, este outro do qual falamos não é “o outro imaginário, objetivado, personificado” mas o “estranho” (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2007, p. 299). Trata-se de uma experiência de estranhamento diante do outro. Esse outro não está diante de nós como um sujeito, mas como um desafio. Portanto, nesse sentido, o descentramento é a manifestação da alteridade.

Quando participantes de um mesmo campo, o gesto de um é algo de que o outro participa; experiência exemplar no jogo, pois nossos gestos sempre estão em situação de participação com os demais. Este reconhecimento do outro pode sugerir consequências éticas ao pensarmos as condições para sociabilidade

presentes no jogo, e estéticas ao atentarmos para as formas da relação com o outro na partilha do espaço.

Estética em movimento

São muitos os elementos que evidenciam o potencial estético do jogo. Huizinga lembra que muitas das palavras utilizadas para descrever o jogo pertencem ao universo estético: "São as mesmas palavras com as quais procuramos descrever os efeitos da beleza: tensão, equilíbrio, compensação, contraste, variação, solução, união e desunião. O jogo lança sobre nós um feitiço: é 'fascinante', 'cativante'" (HUIZINGA, 1996, p.13).

Podemos dizer que o jogo, seus gestos e movimentos perseguem o maravilhoso, o belo, o sublime, o drama e a vida emocional. Os poetas e literários, os cinegrafistas e documentaristas, os jornalistas esportivos e narradores sabem que para se contar de um jogo ou discorrer sobre um feito, é necessário mais do que fatos ou dados objetivos, pragmáticos, cindidos. Há que se ter imagens poéticas, metáforas, recursos de linguagem contidos nos detalhes cotidianos. Ao buscá-los, têm a possibilidade de transportar o leitor ou espectador para a participação efetiva. Nelson Rodrigues já era um consagrado dramaturgo e contista quando se propôs a atuar como cronista esportivo. Sabe falar do que importa nos resultados de um jogo: "Eu me daria por satisfeito se, em vez de um, fosse meio a zero" (2007, p. 279).

Acerca da estética do futebol Graça e Lacerda (2011, p.428) destacam que "o jogo, é, ele mesmo, fruto da relação entre sujeitos que o constroem, e com ele e entre eles se envolvem. É o valor estético dessa construção que interpela,

que comunica com o observador e com o atleta, sustentando e reforçando a experiência estética”.

A ampla discussão sobre o caráter estético do jogo evidencia que não existe uma unanimidade em relação ao que exatamente está em jogo. “Não adianta dizer que o espetáculo coreográfico foi maravilhoso, que os times exibiram técnica de rara beleza. Ninguém vai ao futebol para ver beleza. Beleza em futebol só é bonita quando o time da gente ganha. Futebol não é concerto. É pra sofrer e fazer sofrer”. (ALVES, 2006, p. 1).

Mumford (2012), entre outros, sugere a existência de dois tipos de fã esportivo: o partidário, que defende enfaticamente um time ou agremiação e valoriza especialmente a vitória; e o purista, que acompanha e contempla o esporte e não um time em especial. Cada um assiste e avalia o jogo de maneira diferente. Mumford (2012) advoga em nome do purista, entretanto cada qual a sua maneira, entre espectadores e jogadores, encontram no jogo muitos elementos de fascínio. Gumbrecht (2007, p.15) lembra o fascínio pelas brigas em alguns jogos, “que hoje todo mundo critica da boca para fora e que nenhum torcedor tradicional do hóquei quer perder”, sem saber exatamente onde está o fascínio. Questionável questão, mas muitos esportes não existem sem a violência, ou pelo menos sem a ameaça da violência, que revela uma elegância naqueles que conseguem evitá-la. Ao estudar a questão, Gumbrecht (2011) destaca em seu estudo alguns dos fascínios do esporte: corpos, sofrimento, graça, instrumentos, formas, jogadas e *timing*. O jogo é aglutinador, não apenas para quem joga mas para quem tem seu olhar atraído pelo jogo que se desenrola, pela performance dos jogadores, pelos dramas e narrativas intrínsecas aos acontecimentos do jogo.

Muitos praticantes de atividades esportivas relatam ter mais “graça” estar em grupo e ter graça sugere uma forma de convívio, uma forma de ser-com-o-outro, modo de presença. Graça, entre outros significados, indica beleza, elegância ou atrativo de forma, de aspecto, de composição, de expressão, de gestos ou de movimentos.

A vivacidade e a graça estão originalmente ligadas às formas mais primitivas do jogo. É neste que a beleza do corpo humano em movimento atinge seu apogeu. Em suas formas mais complexas o jogo está saturado de ritmo e harmonia, que são os mais nobres dons de percepção estética de que o homem dispõe. (HUIZINGA, 1996, p.10)

Na opinião de muitos praticantes esportivos, essa graça se elabora mais facilmente em uma experiência de grupo. A produção de imagens, de narrativas, de dramas e de situações imprevisíveis e inusitadas acontecem com mais recorrência a partir do encontro e do conjunto. Para alguns a graça está associada ao desafio e a oportunidade de responder adequadamente a uma provocação. O movimento do outro, porque imprevisível, permite que nosso movimento seja também surpreendente. Desta forma, ter graça se aproxima também da passividade diante da experiência de fluxo quando partilhamos um movimento que parece orientado pelo próprio jogo.

A graça, pela estética do século XVIII, é a beleza em movimento, para ser gracioso não se deve dar a impressão de dificuldade, o encanto da graça consiste na facilidade, na harmonia e delicadeza de postura e de movimento (ABBAGNANO, 2007). No ensaio “Ueber das Marionettentheater” (1810), o escritor alemão Heinrich Von Kleist desenvolveu uma compreensão de graça (Anmut) no qual inverte o conhecimento tradicional sobre a relação entre mente e corpo

humanos. A graça é, conforme Kleist apresenta, “o produto de um distanciamento do corpo e de seus movimentos em relação à consciência, à subjetividade e à sua expressão” (GUMBRECHT, 2007, p. 120).

Ao analisar a dança, Alan Badiou (2002, p. 83) sugere que a leveza identificada na dança nos mostra “a capacidade do corpo de manifestar-se como corpo não forçado”. Da mesma forma é possível referir-se ao jogo e particularmente ao esporte, àquelas jogadas em que o jogador “voa” ou “desliza” em um movimento que distende o tempo e desafia o espaço. Leveza que se conquista ao caro custo de treinamento exaustivo, mas que indica o pertencimento a um fluxo de movimento. Em muitas execuções parece que o movimento surgiu naquele instante e o jogador apenas corresponde a algo, como se não fizesse força. Algo se faz ali quase sem autor, o que lembra a ideia de êxtase, de arrebatamento.

A “ginga” brasileira, entre outros exemplos, bastante festejada em nosso futebol, demonstra muito bem uma potência de excesso e exceção, presente em muitos movimentos lúdicos e esportivos. Ela está mais vinculada à fruição do que ao resultado final do jogo. Jogadoras e jogadores, muitas vezes aparentemente preocupadas com a vitória ou com a execução bem-sucedida de determinadas habilidades, mostram que o sucesso consiste também em extrapolar técnicas e brincar com as próprias regras, espaço, tempo, adversários, ampliando objetivos com o próprio jogar.

Jogadores que abusam destes recursos mostram que além de buscar a vitória é importante jogar “bonito”. Tais movimentos acentuam o prazer estético do jogo por tornarem realidade aquilo que parecia impossível. Por outro lado, vale lembrar que muitos movimentos e jogadas que surpreendem não foram

executados para serem bonitas, mas eficientes. Algumas destas jogadas, não necessariamente injustas mas especialmente astutas, podem humilhar adversários por seu caráter enganoso. Aqui, ética e estética se aproximam. Em muitos jogos, estratégias para enganar, perturbar ou atrapalhar o outro jogador são presentes, aceitáveis e até valorizadas. De qualquer forma, essa gestualidade estética, quando envolve a ética, pressupõe uma finta justa, hábil, explícita. Uma malandragem lúdica, como aquelas que consagraram o futebol brasileiro como "*beautiful game*" – do qual Garrincha é sua principal expressão. E é para falar de seu jogo que Nelson Rodrigues (2013, p.42) esmera-se em descrições metafóricas e imagéticas:

Amigos, a bola foi atirada no fogo como uma Joana d'Arc. Garrincha apanha e dispara. Já em plena corrida, vai driblando o inimigo. São cortes límpidos, exatos, fatais. E, de repente, estaca. Soa o riso da multidão — riso aberto, escancarado, quase ginecológico. Há, em torno do Mané, um marulho de tchecos. Novamente, ele começa a cortar um, outro, mais outro. Iluminado de molecagem, Garrincha tem nos pés uma bola encantada, ou melhor, uma bola amestrada. O adversário para também. O Mané, com quarenta graus de febre, prende ainda o couro. (...) Para o adversário, pior e mais humilhante do que a derrota, é a batalha desigual de um só contra onze. A derrota deixa de ser sóbria, severa, dura como um claustro. (...) Se aparecesse, na hora, um grande poeta, havia de se arremessar, gritando: — "O homem só é verdadeiramente homem quando brinca!" Num simples lance isolado, está todo o Garrincha, está todo o brasileiro, está todo o Brasil. E jamais Garrincha foi tão Garrincha, ou tão homem, como ao imobilizar, pela magia pessoal, os onze latagões tchecos, tão mais sólidos, tão mais belos, tão mais louros do que os nossos. (RODRIGUEZ, 2013, p. 42)

A ginga, a finta, o drible, a molecagem, a malandragem, são tentativas de sugerir diferentes fluxos de movimento amplamente presentes em jogo e mais do que permitidos, são desejáveis. Nestes casos, a frustração e desapontamento são frequentemente maiores no jogador ao ser enganado por um drible ou finta, do que se fosse simplesmente superado por força ou rapidez. Falamos daquelas jogadas que não exigem abuso de força ou violência, mas sofisticada astúcia.

E para Garrincha, o brinquedo, no fim da batalha, foi a molecagem livre, inesperada, ágil e criadora. Varou os pés adversários, as canelas, os peitos. Não tinha nenhum efeito prático a sua jogada arrebatedora e inútil. Mas o doce na molecagem é a alegria insopitável e gratuita. E não houve, em toda a Copa, um momento tão lírico e tão doce. (RODRIGUEZ, 2013, p. 43)

Na descrição acima, não há transgressão de regras, mas há uma finta bem sucedida. Estas geram, com frequência, o seguinte comentário de desapontamento: “ah, assim não vale, isso não é justo!” Aggerholm, Jespersens, Ronglan (2011) analisam tais exemplos como um drama de sedução, uma estratégia de criar uma falsa expectativa para obter vantagem com uma ação inesperada. Mas mais do que vantagem, resultado ou “efeito prático”, há beleza em curso, porque justa. Esta que provoca graça, “riso escancarado da multidão”, elementos estéticos de primeira grandeza. Mais do que isso: demonstra superioridade moral e ética frente ao adversário.

Assim, a postura dialógica na partilha do espaço, a abertura para a imprevisibilidade e a sensibilidade para a dinâmica do jogo são fundamentais para o sucesso no jogar. Aggerholm, Jespersens, Ronglan (2011) enfatizam o contexto dinâmico e social do jogo ao analisar justamente esta performance criativa no

futebol. Ao considerar em especial o exemplo da finta, os autores afirmam que para lidar com as situações de jogo não basta estar consciente do próprio corpo e de seus movimentos, mas estar em relação com o outro de tal forma a transcender suas expectativas: “ser efetivo requer sensibilidade e abertura para a configuração dinâmica da situação social.” (AGGERHOLM, JESPERSENS, RONGLAN, 2011, p.354). É deste modo que o jogador pode transitar do campo da estética para a ética.

No caso de muitos esportes pode-se afirmar que o treinamento já apresenta um leque de alternativas possíveis, mas é a própria dinâmica do jogo que irá abrir a possibilidade para o movimento se elaborar espontaneamente, sem que dependa necessariamente de uma tomada de decisão previamente determinada. O adjetivo espontâneo está de certa forma associado a noção de liberdade.³ Muito porque há uma permissão para responder ao ambiente sem a mediação de uma racionalização. O jogador sente o movimento, não como uma reprodução do que já sabia ou treinou, não se trata de mera reprodução de um trabalho pré-existente, mas de uma criação, de uma elaboração que se processa a partir do treinamento, mas o sobrepuja. Não à toa a expressão: “treino é treino, jogo é jogo” amplamente difundida no universo do jogar. Pois que o jogo permite a ousadia e a criação, o exercício mesmo da autonomia. Este exercício se dá dentro dos limites do jogo, e mesmo que circunscrito a essa experiência, permite um vislumbre do significado da palavra liberdade.

Ética em campo

³ Estudo mais aprofundado sobre o tema da espontaneidade no contexto do jogo foi apresentado em evento científico (ZIMMERMANN e SAURA, 2013). O texto completo foi encaminhado para publicação e estará disponível em breve.

A ética está associada às ideias do bom e do mau, do justo e do injusto, da virtude e do vício. Deste modo dedica-se à análise dos valores de uma sociedade e das condutas humanas. O sujeito ético é o ser racional e consciente de si e dos outros, que decide e responde pelo que faz como um ser livre e responsável (CHAUÍ, 1997). Ética, portanto, relaciona-se as noções de liberdade e autonomia, que se efetivam no universo das relações humanas. No campo da moral, ao enriquecer o mundo com um fato imprevisto, o sujeito pode vir a infringir regras, mas pode também produzir gestos inovadores que dizem respeito a si e aos outros agindo em sintonia com alguns marcos gerais (COSTA, 2007). Assim, as inovações indicam o reconhecimento da potência expressiva do sujeito. A transgressão pode ser um dos efeitos desta ação, entretanto “o ato moralmente transgressor é ético se der margem ao surgimento de outros atos inovadores no terreno da reinvenção de ideais do eu” (COSTA, 2007, p.63).

A conduta ética correlaciona-se com a reflexão sobre normas sociais, com a moral, com códigos ou princípios de conduta. Se um determinado jogo reforça uma determinada moral presente na sociedade, isso não significa que esta seja uma moral desejável. Mencionamos anteriormente que ao jogar concordamos em agir sob determinadas regras, ou seja, “jogar o jogo”. Entretanto é sempre bom lembrar que o jogo, enquanto manifestação humana, reflete características e valores de uma sociedade. Ademais, muitas regras, ou mesmo normas de conduta, não existem para fazer justiça, apenas indicam uma condição. A ideia de justiça é frequentemente mal interpretada, como atesta a sociologia do esporte. Supostas condições de igualdade ou imparcialidade na condução de um jogo ou competição não garantem necessariamente justiça ou situações justas.

Entretanto, o jogo permite experimentar diferentes lógicas, sobretudo quando consideramos a diversidade de manifestações existentes, notadamente na riqueza dos jogos tradicionais, por exemplo.

Argumentamos anteriormente que a partir de uma experiência de descentramento aprendemos com o outro, e o que aprendemos não é necessariamente sobre o outro, mas sobre o outro de nós mesmos. Tal proposição indica consequências éticas na possibilidade de vivermos as diferenças e construirmos algo a partir delas – e não contra elas. Também a oportunidade de dar ao passado uma nova orientação. Reconhecer a diferença significa adotar uma postura de respeito frente ao outro que tem tanto poder de intervir no mundo quanto nós mesmos.

Em situação de jogo ou estamos nele ou não estamos, não existe meio termo. Mesmo a posição do “café-com-leite” das brincadeiras espontâneas e tradicionais do universo da cultura da infância refere-se mais a uma condição de iniciação técnica do que ao modo de ser do jogador. Um jogo que começa a ser jogado antes de estar em campo: na observação e no desejo de jogar. Inclusive o “café-com-leite”, quando entra em jogo, logo quer desfazer-se de sua condição iniciática: quer jogar para valer.

Pesquisadores da área concordam que ética e estética não são autônomas, mas interdependentes entre si. Um par de oposto que busca seu alinhamento constante. Há uma aproximação entre valores éticos e estéticos de tal forma que um interfere amplamente no outro (MUMFORD, 2012). Neste sentido, a partilha do espaço e da mesma atividade levantam outro tema de aproximação entre ética e estética que refere-se a presença, o aqui e agora. “Na dimensão da presença, as pessoas sentem-se parte do mundo físico, e contíguas

aos objetivos que o compõem” (GUMBRECHT, 2007, p.51). É este autor que, ao buscar uma definição para o esporte a fim de avançar acerca de sua atração estética, detém-se em seu aspecto de presença: “algo presente é algo que está ao alcance, algo que podemos tocar, e sobre o qual temos percepções sensoriais imediatas.” (GUMBRECHT, 2007, p.50). Ao mencionar o exemplo do esporte, Gumbrecht (2010) busca recuperar o *status* dos efeitos de presença, e, contra a centralidade da interpretação, defende uma relação com as coisas do mundo que possa oscilar entre efeitos de presença e efeitos de sentido.

A interdependência entre ética e estética é especialmente revelada no jogo e em todas as atividades que envolvem a corporeidade, pois para jogar não basta apenas aprender determinadas jogadas, regras, movimentos. A presença exige que a execução busque o primor e a beleza, o tecnicamente perfeito, o moralmente correto. As superações táticas e técnicas incluem beleza, justeza. Um empenho com leveza, atos heroicos com delicadeza. Para Bachelard (2008) o heroísmo moral, tantas vezes encontrado em jogo, relaciona-se diretamente com a imaginação e os parâmetros de sonho, desejo e vontade. A corporeidade busca este diálogo com o mais humano e remoto do homem.

A riqueza de possibilidades e o caráter vivo do jogo evidenciam o exercício frente ao outro, nossas potências e limites, permitindo ainda a experimentação e questionamento de diferentes formas de sociabilidade.

Considerações finais

Estas são algumas reflexões que extraímos do jogar, a partir de seu caráter gregário. O jogo se apresenta sempre como potência, um convite que se efetiva no encontro entre aqueles que jogam.

O que primariamente aprendemos em experiências coletivas criativas não é algum tipo de conteúdo, mas uma forma de lidar com conflitos e desafios. “O que define o ser humano não é a capacidade de criar uma segunda natureza - econômica, social ou cultural - mas a capacidade de ir além de determinadas estruturas para criar outras” (MERLEAU-PONTY, 1975, p. 175). Se esportes e jogos refletem uma determinada cultura, podem ser também a ocasião para questionar certas lógicas de pensamento ou de conduta. Reconhecemos que podemos nos organizar criativamente. Novas configurações surgem sobretudo a partir de formas em gestos e movimentos – ou seja, a partir da estética. Notadamente, em muitos momentos da ginástica artística, por exemplo, foi a transgressão de normas rigorosamente instituídas que fizeram surgir novos e belíssimos movimentos, que, por sua vez, alteraram não apenas suas regulamentações, como também ampliaram suas possibilidades.

Em nossa cultura ocidental reforçamos uma tradição que por vezes traduz autonomia por individualismo e buscamos como algo favorável a autossuficiência. Se por um lado existe um discurso crescente sobre a importância do diálogo e do trabalho em grupo, o primeiro ainda é compreendido como troca de palavras e este último traduzido pelo mote de que “cada um deve fazer a sua parte”. Ora, se entendemos grupo como a soma de partes, não teremos ali diálogo, apenas superposição de ideias, ou tarefas. Ao pensarmos a ética e a estética, destacamos o caráter transitório destas experiências, que só são possíveis, entretanto e sobretudo, junto ao outro. Não se trata de uma conquista

permanente, e o jogo permite esse constante exercício onde o estar com o outro possibilita inúmeras elaborações, entre estas experimentações éticas e estéticas. A ênfase nestas dimensões é uma aposta na humanidade de nossa existência social, na dinâmica orgânica e sensível da socialidade.

O jogo nos oferece uma nova chance frente ao outro. Ao reconhecermos que cada jogo é diferente do anterior, mesmo em similares circunstâncias, descobrimos que também somos seres em elaboração. Diante do outro, podemos perceber nossa habilidade para construir e adotar novas formas de relacionamento, novas perspectivas.

UM OLHAR PARA AS TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS E SOCIAIS POR MEIO DO ESPORTE¹.

A principal tarefa do pesquisador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade em compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou. Estamos duplamente envolvidos nesta tarefa de compreender os fatos, mesmo com as paixões dos homens envolvidas na tarefa diária de se fazer conhecedor do homem no tempo, fazem-se necessárias algumas intermediações, saber o momento e o tempo que envolve a ideia de compreender o significado das coisas (Hobsbawn 1995).

O período de análise deste trabalho concentra-se no século XX, época de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que mudaram a sociedade. Estas transformações também afetaram o Brasil, tivemos, neste período, a consolidação, mesmo que tardia da República, logo afetada pelos sentimentos ultranacionalistas que pairaram nas nossas terras com a figura de Getúlio Vargas. Principalmente com a falsa ideia de democracia social, ou participação popular.

Nesta nova perspectiva o mundo estava repleto de uma tecnologia revolucionária em avanço constante, baseada em um triunfo da ciência natural. As revoluções nos transportes e nas comunicações foram a que maior impacto teve na sociedade, pois praticamente anulou o tempo e a distância. "Um mundo que

¹ Marco Bettine (USP).

podia levar a cada residência, todos os dias, a qualquer hora, mais informação e diversão do que dispunham os imperadores de 1914" (Hobsbawn, 1995 p.22).

A interação das pessoas construiu novas formas de vida, possibilitando ampliar o leque cultural de uma ou de outra, não esquecendo o processo apontado por Habermas (1987) de colonização de certa forma industrial de ver o mundo, frente a uma sociedade menos diversificada. Há formas de incorporação de práticas que se constituem neste processo favorecendo a integração regional e ampliação dos laços que ligam povos.

Mas como o futebol, um esporte inglês, tem a participação neste processo tão complexo?

A revolução apontada pelo historiador inglês mostra-nos algo muito mais amplo. Na pequena história do Estado de São Paulo podemos perceber que impacto cultural ocorreu com a vinda dos meios de transportes, seja fluvial ou terrestre, na vida destes antigos pequenos, núcleos populacionais. Novas formas de vida, criação de socializações, novos laços comunitários.

O futebol deixa de ser um simples jogo de elite de ingleses e filhos de ingleses que queriam manter as tradições e a união em países inhóspitos, como o Brasil, São Paulo, particularmente, para ser um legado de tradição cultural e formação de uma identidade nacional (Antunes, 2004; Franco Jr. 2007; Guedes2009).

Outro ponto foi compreender como a prática do lazer começa a ser algo importante dentro destas sociedades. Alain Corbin (1995) descreve o surgimento do lazer e das atividades de tempo livre como um acontecimento urbano industrial. Particularmente, o futebol tem múltiplos caracteres, no sentido de ser difuso, e não de raso. Porque ele pode ser interpretado desde a luz do tempo livre

dos trabalhadores, passando por representação e identidade do clube e da agremiação, representando a cidade, ou até mesmo como forma de rito simbólico de determinados grupos, sem ter uma relação direta com os valores esportivos e agremiações.

São inúmeras as questões suscitadas neste tema, escolhemos trabalhar com a ideia de disseminação da modalidade, o processo de popularização e a influência do esporte na cultura da cidade. Motivos estes que nos levaram a entender o processo de transformação da sociedade e dos clubes de futebol por intermédio do processo de complexificação sistêmica.

Esta complexificação pode ser traduzida pelo seguinte cenário: qual impacto social, cultural, política, econômico há quando chega, pela primeira vez, um trem em uma cidade? Ao pensarmos no interior de São Paulo, onde as pessoas somente viam mulas cargueiras, com mantimentos contados, esta revolução é complexa. Em um processo lento, mas avassalador ocorre à revolução cultural do olhar, ao ver uma máquina a cortar a cidade. Logicamente um trem não chega com um passe de mágica, antes disso existe o processo da construção das linhas férreas e neste processo caminha a relação entre as pessoas e a formação de comunidades e a fortificação do espírito urbanita no interior.

Para responder às questões levantadas anteriormente, fizemos o seguinte trajeto metodológico: (1) levantamos os dados das regiões administrativas do Estado de São Paulo, juntamente com as cidades Metropolitanas; (2) escolhemos as cidades mais importantes na economia do Estado; (3) buscamos as linhas férreas que cortam ou tangenciam estas cidades: São Paulo Railway, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro, Estrada de Ferro Bragantina, Companhia

Mogiana de Estrada de Ferro, Estrada de Ferro Araraquara e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; (4) pesquisamos os clubes destas cidades, em documentos da Federação Paulista de Futebol, nos sites da prefeitura da cidade, nos sites oficiais dos clubes; (5) elaborado a relação de clubes, entramos em contato com a diretoria que nos enviava os dados específicos; (5) analisamos a data da fundação dos clubes com a inauguração das linhas férreas (conforme quadro 3, em Almeida, 2013); (6) propomos uma análise interpretativa a partir dos seguintes temas geradores: (a) urbanização; (b) industrialização; e (c) transformação social. Na urbanização buscamos entender as novas formas de vivenciar a cidade com os avanços, conflitos e retrocessos da modernidade a partir do processo de colonização do mundo da vida (Habermas, 1988). Com a industrialização buscamos entender o capital cafeeiro e as novas formas de consumo. As transformações sociais ficam por conta do olhar do “Orfeu estático da MetrÓpole” e o espírito do sportmanship.

Quadro 1: São Paulo Railway; Quadro 2: Companhia Paulista de Estrada de Ferro (Almeida, 2013).

Cidade	Cia Estrada de Ferro	Inauguração	Clubes de Futebol	Fundação
Santos	São Paulo Railway	1867	S. C. Americano Santos F. C. A. A. Americana	1903 1912 1914
Jundiaí	SP Railway Cia. Paulista Cia Ytuana	1867 1872 1873	Paulista F. C. Jundiahy F. C.	1909 1903
São Paulo	SP Railway	1867	São Paulo A. C. Mackenzie College C. A. Paulistano A. A. das Palmeiras	1888 1898 1900 1902
Campinas	Cia. Paulista	1872	A. A. Ponte Preta	1900
Rio Claro	Cia. Paulista	1875	Rio Claro F. C.	1909
Sorocaba	Sorocabana	1875	S. C. São Bento	1914

			Sorocabana F. C.	1930
Piracicaba	Cia. Ytuana	1877	XV de Novembro C. A. Piracicabano	1913 1914
Botucatu	Sorocabana	1889	A. A. Ferroviária de Botucatu	1939
Bauru	Sorocabana Nordeste do Brasil	1905 1906	E. C. Nordeste	1910
Assis	Sorocabana	1914	A. A. Ferroviária de Assis	1927
Mairinque	Sorocabana	1937	C. A. Sorocabana de Mairinque	1940
Mogi Mirim	Cia. Mogiana	1875	E. C. Mogiana Mogi Mirim S. C.	1933 1932
Ribeirão Preto	Cia. Mogiana	1883	Botafogo F. C. Comercial F. C.	1919 1911
Franca	Cia. Mogiana	1887	A. A. Francana	1912
Atibaia	Bragantina	1884	A. A. Catebê	1934
Bragança Paulista	Bragantina	1884	C. A. Bragantino	1928
São José do Rio Preto	Araraquara	1912	Rio Preto S. C. S. C. Nordeste	1919 1910

Análise interpretativa do período

A expansão dos transportes e comunicações foi condição para o incremento do comércio e da indústria, visto que possibilitou a integração de diferentes mercados. O aumento das interações regionais, a maior mobilidade e acessibilidade no espaço e a reprodução acelerada do capital são aspectos resultantes da expansão e modernização dos transportes e comunicações que também influenciaram a disseminação da prática esportiva no país.

Este processo de urbanização e desenvolvimento foi marcado pelo crescimento econômico, a partir do qual o Estado de São Paulo, que tinha a condição de Estado eminentemente agrário-exportador, se transforma em uma sociedade, também, urbano-industrial.

A cidade de São Paulo passou por um momento crucial de transformações, na qual a intensificação e as tensões do seu processo de urbanização puderam ser notadas, como as transformações espaciais, econômicas, demográficas, sociais, políticas e culturais que ocorreram. São Paulo, integrada ao complexo da economia agrário-exportadora, cresceu e experimentou modificações que transformaram sua feição de provinciana Vila de Piratininga, para o de uma frenética e cosmopolita metrópole, cujos modelos de urbanização refletiram os valores da modernidade e civilização que predominaram nas sociedades europeias. A sociedade paulistana desenvolveu-se pela economia cafeeira, instalação das ferrovias, abolição da escravidão, criação de um mercado de mão-de-obra via imigração de europeus e industrialização.

A história da cidade está intimamente ligada ao Porto de Santos. Pois a Vila de Piratininga era caminho do café. A comercialização, a necessidade dos insumos para o plantio e a rede de comércio colateral trouxe grande dinamicidade à capital, e, a cidade de Santos se tornou o principal porto da América Latina. Em 1876, a inauguração da São Paulo Railway, estrada de ferro que ligava Jundiaí a Santos, proporcionou uma concomitante modificação socioeconômica na região, que transformou São Paulo em local apropriado para a prática esportiva. Surgia um verdadeiro local de encontros, onde: a elite consolidava seus negócios e iniciava um processo de migração das suas moradias para o centro financeiro; a mão-de-obra nacional, que não fora captada pela lavoura, buscou emprego na dinâmica metrópole; a presença dos imigrantes, que chegaram a representar no início do século XX, metade da população da cidade (Hall, 2004), auxiliou a trazer novas técnicas na lavoura e na indústria.

O estrangeiro esteve presente neste processo, seja pela mão-de-obra, seja pelos capitais nos setores urbanos que atuaram diretamente no mercado nacional com a instalação de empresas, ferrovias, portos, como a São Paulo Railway e a Light & Power Company (Skidmore, 1996).

Talvez uma das questões mais sensíveis deste trabalho seja perceber que, neste período, estava latente uma situação de efervescência: (a) econômica, como citado anteriormente; (b) política, com a primeira e segunda grande guerra, revolução de 1930 e 1932, a constituinte de 1933, o Estado Novo em 1937; (c) cultural, a Semana de Arte Moderna, o desenvolvimento de uma arte nacional-popular, as companhias de cinema e teatro, uma vida cultural na cidade de São Paulo com os cafés e restaurantes (Almeida, 2011).

Neste processo de desenvolvimento, o esporte, e mais particularmente o futebol, torna-se elemento integrante de análise da sociedade paulista. Os momentos mais importantes foram: a vitória da seleção brasileira no Campeonato Sul-Americano de 1919, com destaque para Artur Friedenreich, e a profissionalização do atleta de futebol em 1933. A última ação demonstra que o governo percebeu a importância do futebol dentro desse novo tempo. O projeto governamental abrangeu o esporte como central para a transformação do brasileiro e também para a superação das diferenças políticas (Del Priore; Melo, 2009).

Para fortalecer esta ideia de casamento entre futebol e governo, podemos utilizar como exemplo o discurso de Getúlio Vargas na inauguração do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu) e seus comícios no Estádio do Vasco, em São Januário, Rio de Janeiro, Capital Federal, quando ele

anunciou a criação do salário mínimo em 1940 e a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943.

O Estado Novo, ao regulamentar o esporte, aproximou-se do futebol. Entretanto, este processo estabelecido pelo Estado não foi aceito passivamente pela população, pelo contrário, foi transformado e readaptado, readequando-se às exigências da sociedade. Fica claro que a formulação de uma nova identidade e de uma nova ideologia não foi unicamente criada pelo Estado, mas uma relação de troca entre iniciativas estatais e demandas sociais. O futebol, além de outras ferramentas culturais utilizadas pelo governo, atendia a anseios e aspirações já existentes nas camadas populares.

O futebol estava em todos os locais, desenvolveu-se vertiginosamente, por isso da sua força nas ações políticas e sociais. O futebol ganha foros de nacionalidade e forma toda uma imagem na beleza plástica das jogadas e a afinidade do brasileiro com os pés. Mesmo com o discurso de formação da beleza atlética pelo futebol, o Brasil vive a dualidade, da ginga, do malandro, do floreio, da dança com os pés, com os objetivos claros do vencer, da racionalização e da busca deste homem (Mazzoni, 1950).

São Paulo e o futebol: capital cafeeiro.

A lavoura cafeeira foi a responsável pelas grandes transformações que ocorreram em São Paulo. As ferrovias foram criadas para atender a expansão agrícola da província. Com isso tiveram um efeito multiplicador, acelerando o dinamismo da economia e atraindo gente de todas as partes. Para termos uma ideia geral dos números, os 23.243 moradores de 1872 seriam 64.930 em 1890 e

130 mil em 1895. Na virada do século XX, em 1901, São Paulo contava com 375 mil pessoas (Queiroz, 2004). É um crescimento exponencial, de 23 mil para 135 mil (seis vezes mais moradores em 30 anos). Estes avanços reforçam a característica de São Paulo ser a cidade do desenvolvimento e da diversidade, que permitia ter uma rica participação nos esportes, não somente pelos imigrantes e primeiros clubes de europeus, mas também de ser formada por diversas identidades que tinha no clube, que às vezes representavam um bairro ou comunidade, sua referência. Segundo Queiroz (2004) faltam pesquisas sobre as inúmeras instituições que surgiram no Estado de São Paulo, principalmente as de natureza cultural, científica e esportiva, para construir este universo de pertencimento dos sujeitos com sua cidade. O pertencimento ocorre em vários sentidos, desde a formação de uma identidade de imigrantes, os novos usos que as pessoas fazem das tecnologias, a própria transformação urbana da cidade.

Um dos principais nomes destas transformações foi o primeiro prefeito da República, Antônio da Silva Prado (1899-1911), que iniciou as ações urbanísticas, continuadas por Raimundo da Silva Duprat (1911-1914), que contratou A. Bouvard – diretor geral dos serviços arquitetônicos de Paris -, para trazer justamente um estilo moderno para a cidade. Este estilo trazia a ideia dos espaços livres para a prática do esporte, muito difundida com os clubes e as escolas de Ginástica da Europa. Além de Duprat e Prado, Francisco Prestes Maia (1938-1945) foi o responsável pela renovação do Rio Tietê. A retificação permitiu a sua utilização para a navegação e vários clubes utilizaram suas margens para a prática esportiva. Além disso, previa uma enorme intervenção no centro da cidade, com o objetivo de descentralizar a vida comercial e ampliar a área central (Paoli; Duarte, p.67, 2004). Neste processo percebem-se tanto as ações que ampliaram

a prática do esporte, como as que diminuíram os espaços de práticas ao ar livre, como a intervenção nas várzeas do Rio Tietê, ou a desapropriação de terrenos para a construção das avenidas.

A mudança da modernidade com os trens, prédios, metais alteram as representações e expectativas relativas ao futuro e ao destino do país, fossem elas marcadas pelo otimismo dos grupos beneficiados com a Regeneração (processo de elitização das cidades) ou pelos pressentimentos sombrios dos que, nos sertões ou nas capitais, viam ameaçados seu modo de vida e seus valores, indica a percepção geral de que a sociedade estava sendo engolfada por um processo de transformação mais amplo e complicado que a mera reforma das instituições políticas (Sevcenko, p.35, 1998).

No Brasil o período republicano se caracterizou pelos princípios apontados nesta citação, como a pluralidade de pessoas nos centros urbanos, a crença no desenvolvimento tecnológico, investimento nos meios de transporte e a internacionalização do mercado de bens de consumo. De 1900 a 1920 inicia-se um novo padrão de consumo, instigado por uma nascente, mas agressiva, publicidade e pelo dinamismo cultural representado pela interação entre as revistas ilustradas, a difusão das práticas esportivas, a criação do mercado fonográfico e a popularização do cinema.

O acesso a estes segmentos novos se daria pela participação da elite que, posteriormente, se expande para a própria cultura da cidade. Com estes novos padrões de consumo e atividades do tempo livre em São Paulo, surgem novas formas de interação dos paulistanos com a cidade, como as práticas esportivas.

As primeiras intervenções de aformoseamento de espaços públicos já vinham acontecendo, quando a capital paulista passou a centralizar definitivamente a economia da província. Entroncando as linhas férreas que levavam à Corte e ao Vale do Paraíba, ao prospero Oeste e a Santos, porto escoador da produção cafeeira, São Paulo consolidou-se como centro político e financeiro paulista. Passou a atrair levas cumulativas de fazendeiros que migravam, sobretudo, das fazendas e cidades do Oeste, e que se fixavam na capital buscando ascensão definitiva aos negócios da província, marcada pelo movimento republicano que representava os interesses da nova área cafeeira (Marins, p.171, 1998).

A década de 1910 consolida a conquista do sertão desconhecido, conforme as imagens apontadas anteriormente. Com este avanço a cidade de São Paulo passou a ser lugar de residência dos barões do café, acelerando a expansão das atividades urbanas e de serviços de utilidade pública. Isso nos mostra a íntima relação entre atividades urbanas, fazendeiros e ferrovias. O cafeicultor em plena ascensão social deixa a residência rural e passa na cidade longas temporadas; assim, suas instalações urbanas tornam-se permanentes. A formação de empresas capitalistas e suas necessidades não eram compatíveis com o modo de vida tradicional. Elas exigiam uma convivência urbana.

O processo de urbanização iniciado a partir dos anos 70 do século XIX foi extremamente rápido, impulsionado pela atividade cafeeira e pelo começo da atividade industrial. No fim da década de 1890 já se desenhava a configuração urbana espaço-social que foi conduzida e definida nas primeiras décadas do século XX: na parte alta, no maciço, os bairros mais ricos, e na parte baixa, ao longo dos rios Tietê e Tamanduateí, na várzea, as vilas operárias.

Mario de Andrade profetizou o que seria a metrópole de São Paulo, o local pulsante. O que chama a atenção é a valorização do esporte já no final do século XIX, o teatro dos esportes. Mario de Andrade colocava a importância das apresentações ao ar livre, como as ginásticas europeias, e as atividades esportivas como ciclismo indoor e a natação.

O desenvolvimento de São Paulo no final do século XIX é notório, além das práticas esportivas, um dado concreto que temos é a construção das ferrovias, grande parte do transporte ferroviário já estava pronto antes do século XX.

Não podemos pensar na urbanização de São Paulo sem os imigrantes. Hall (p.121, 2004) nos traz números surpreendentes, em 1893 os estrangeiros formavam a maioria da população da capital 54,6%. Em 1934 os imigrantes formavam 28% da população. Mas o número mais impressionante é que somando os imigrantes e filhos de imigrantes temos 67% da população de São Paulo em 1934. As relações desta cidade só podiam se constituir na diversidade e no cosmopolitismo.

Um dos motivos da necessidade dos imigrantes foi a expansão dos cafezais para o oeste. Primeiro o que viria a ser a Baixa Mogiana, como Campinas e Amparo; e depois, a Alta Mogiana, especialmente Ribeirão Preto, onde foram descobertas as terras roxas que revolucionaram a produtividade, fazendo da cidade de São Paulo o intermediário natural entre a riqueza que o café produzia e Santos, o porto de exportação do produto. O fato de que a cidade fosse capital política da província contribuiu poderosamente para que a imensa infraestrutura do comércio e dos negócios do café fossem nela estabelecida, e não em Santos, como seria natural no padrão próprio de uma economia de exportação (Martins, 2004).

Com o estabelecimento da ferrovia, a São Paulo Railway, de Santos à Jundiá, o destino da cidade de São Paulo como capital econômica e política do café se consolidou. O prolongamento da ferrovia, através da Paulista e da Mogiana, e a abertura da Sorocabana, trouxeram as fazendas para perto da capital. O que era viagem de mais de um dia de São Paulo a Campinas, tornou-se viagem de pouco mais de uma hora. O que era a penosíssima a viagem de dois dias para Santos, tornou-se viagem de cerca de duas horas.

São Paulo foi a capital não dos fazendeiros, nem a cidade do café, e sim a Capital do Capital Cafeeiro. A noção de capital cafeeiro, bastante frequente na historiografia recente, procura dar conta de uma característica peculiar dos empresários paulistas do período. Com uma riqueza fundada na propriedade da terra, esses fazendeiros de café adquiriram feição de empresários urbanos: são acionistas e dirigentes das estradas de ferro, comerciantes, banqueiros, acionistas e dirigentes de empresas de serviços urbanos, industriais e frequentemente políticos. Assim, seu capital, embora circule em torno de atividades ligadas à produção cafeeira, não se limita à esfera estritamente agrária dessa atividade: é um capital agrário, mas é também capital comercial, capital financeiro, capital industrial. Daí a noção de capital cafeeiro, que procura dar conta das múltiplas faces da atividade desses empresários paulistas da Primeira República (Saes, p.240, 2004).

Não é difícil imaginar que o capital cafeeiro exigiu a montagem de uma rede urbana no Estado de São Paulo, compreendendo um sistema de transporte e uma rede de comércio e de serviço para uma grande massa de trabalhadores. À medida que o complexo cafeeiro foi se desenvolvendo, gerou-se em paralelo um processo de urbanização que também propiciou a expansão de uma

agricultura de alimentos e de matéria-prima, que passava a operar com recursos próprios, fora da propriedade agrária cafeeira (Prado Jr., 2004).

Historiadores da cidade de São Paulo como Bruno (p.1061, 1954) descrevem todo o esplendor de São Paulo, "simbolizado nessa época pela construção da Estação da Luz, edifício de proporção monumentais, uma das mais notáveis edificações de seu gênero no mundo. Todos os materiais, das plantas até o prego vieram da Inglaterra". Se os pregos vieram da Inglaterra quanta relação cultural foi estabelecida entre a cidade de São Paulo e Londres? Dos meios de transportes, aos clubes, a cultura inglesa permeava a cidade.

Apresenta-se assim toda uma estrutura que se articula mutuamente, a densidade populacional, os investimentos na área do café, o crescimento das lavouras, a inovação dos transportes e o nascimento e povoamento das cidades, a circulação de pessoas e ideias, o surgimento de uma cultura esportiva europeia, principalmente com os imigrantes, rapidamente incorporada à cultura paulista. Este processo complexo e interessante mostra a relação do urbano, da tecnologia, dos transportes, com o esporte.

Integração econômica, social, política e esportiva.

As vilas operárias traduziam uma vida rural na metrópole, os costumes ainda eram difusos, as pessoas tentavam incorporar seus modos de vida às novidades que vinham dos trilhos ou do mar. Novos produtos, novas roupas e novos empregos. Novas formas de se portar. Roupas elegantes, curtas e atraentes. Rádio, radionovela, hábito e cultura. As pessoas se olhavam, encontravam outras e os costumes se misturavam. Os rapazes e as moças não eram da mesma vila, às

vezes não eram do mesmo país, o “caldo” cultural estava formado. Novidade, às vezes a novidade era o outro, pois a novidade era a própria pessoa, sua língua, seu gesto, seu olhar. Falamos aqui dos meios de transporte, mas o encontro destas pessoas, este sincretismo cultural, é tão revolucionário quanto às máquinas a vapor que possibilitaram estes encontros. São Paulo transformou-se em um lugar de encontros, de desencontros, de conflitos, de chegadas, de sonhos e de partidas. Todas estas influências viviam conjuntamente com o carro de boi, ou as plantações de hortas na Avenida Paulista.

Em uma vila ou comunidade interiorana os encontros ocorrem nas festas religiosas, e há um território formal que possibilita o fortalecimento das tradições. Na cidade “tudo que é sólido desmancha no ar”, as tradições entram em choque com a nova forma de ser da metrópole. Mas este processo não é linear, as pessoas criam espaços de resistência para preservar os valores, aquilo que faz parte da vida. As vilas, os espaços de bairro e os clubes esportivos surgem desta necessidade de encontros com os iguais, já que na cidade há uma multiplicidade de pessoas e formas de pensar. Somente nestes encontros, onde as pessoas se reconhecem em um Mundo da Vida comum é que se criam os laços de identidade, não mais originais como no país ou região de procedência anterior, mas algo novo, algo deste encontro dos novos valores, da tentativa de preservar a tradição e a busca por pensamentos e linguagens que se encaixam. Em uma cidade, como diria Giddens, de desencaixes.

Interessante pensarmos como algo que surge do avanço industrial, como o esporte e os clubes esportivos, podem servir de espaço de encontros, na tentativa de criar identidades, ou como um local de preservação da cultura local (Nobling et al., 2014).

No Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto de 1929 é possível perceber a importância e esperança de desenvolvimento da modernidade trariam para o interior. Esse sentimento de evolução é influenciado pelas pessoas que vivem nas grandes cidades à época e a cultura dos indivíduos que se deslocam pelo interior. O trecho abaixo explicita bem esta esperança (Cavalheiro, p. 12, 1929): “Em 09 de Maio de 1912, reboou festivamente, pelas quebradas dolentes daquelas campinas, o silvo crepitante da locomotiva”.

Talvez na capital São Paulo, a vinda do progresso já não fosse tão atrativa, já que o maior centro urbano-industrial do início do século XX respirava avanços e tecnologias advindas do exterior, porém para a população que estava distante desses centros qualquer mudança no seu cotidiano abalaria toda a estrutura cultural na qual estavam inseridos. “Vem finalmente a Estrada de Ferro, e com ella, vieram também novas correntes de actividade, que, incorporadas às que já existiam, transformaram num relance, a vida pacata e monótona de Rio Preto (Cavalheiro, p.460, 1929)”.

As Estradas de Ferro foram muito importantes no estímulo à prática do futebol no Estado de São Paulo, uma vez que funcionários de vários escalões participaram da criação de alguns clubes no interior. A popularização do futebol, assim como a de outras modalidades, como afirma Nicolau Sevcenko, transformou radicalmente a relação do público com o espaço urbano, desenvolvendo um novo conceito do corpo individual e social como máquinas. Os jornais noticiavam com entusiasmo esse novo estilo de vida, urbano e moderno, com um dinamismo diferente da pacata vida no interior. O público se reunia para aplaudir os novos ídolos da cidade, os ‘spotmanships’.

O desenvolvimento dos meios de transporte contribuiu para que muitos clubes do interior fossem convidados a participar dos campeonatos do início do século XX. Isso foi possível graças à expansão das malhas ferroviárias. Eram os vagões de trem que carregavam os novos bandeirantes, que tinham as chuteiras e as “pelotas”, e que estimularam o gosto pelo futebol pelo interior paulista.

Alguns dos clubes criados pelo impacto das ferrovias foram:

- Estrada de Ferro Sorocabana: C.A. Sorocabana (Mairinque), Ituano F.C., C.A. Sorocabana (Itapetininga), A.A. Ferroviária (Botucatu), U.A. Ferroviária (Cândido Mota), A.A. Ferroviária (Assis) e União Ferroviária Anastaciana (Santo Anastácio);

- Estrada de Ferro Araraquara: A. Ferroviária de Esportes (Araraquara) e América F.C. (São José do Rio Preto);

- Estrada de Ferro Mogiana: E.C. Mogiana (Campinas);

- Companhia Paulista: Paulista F.C. (Jundiaí) e;

- Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: E.C. Noroeste (Bauru) e C.A. Ferroviário (Araçatuba).

Quadro 2: São Paulo Railway



São Paulo Railway

Cidade	Inauguração da Estrada de Ferro	Time de Futebol	Fundação do Time de Futebol
Santos	1867	Sport Club Americano	1903
		Santos Foot-ball Club	1912
		Associação Atlética Americana	1914
Jundiaí	1867	Jundiahy Foot Ball Club	1903
		Paulista Futebol Clube	1909
São Paulo	1867	São Paulo Athletic Club	1888
		A.A. Mackenzie College	1898
		Clube Atlético Paulistano	1900
		Associação Atlética das Palmeiras	1902

Quadro 3: Companhia Paulista de Estrada de Ferro



Companhia Paulista de Estradas de Ferro

Cidade	Inauguração da Estrada de Ferro	Time de Futebol	Fundação do Time de Futebol
Campinas	1872	Associação Atlética Ponte Preta	1900
		Guarani Futebol Clube	1911
		Esporte Clube Mogiana	1933
Rio Claro	1875	Rio Claro Football Club	1909
Descalvado	1876	Equipe Descalvadense de Futebol	1912 (?)
		Esporte Clube América de Descalvado	1944
São Carlos	1884	Expresso São Carlos Esporte Clube	1953
		Clube Atlético Paulistinha	1958
Araraquara	1885	Associação Ferroviária de Esportes (AFE)	1950

No quadro 2 e 3 apresentamos as companhias de estrada de ferro analisadas neste estudo, destacando as cidades escolhidas para esta análise, bem como seus times de futebol. O quadro apresentou a data da inauguração da estrada de ferro na cidade em questão, contrastando com a data da fundação do time de futebol analisado.

Grande parte dos clubes possui o nome: ferroviária, ou o da própria Estrada de Ferro, outros clubes tiveram como fundadores operários ou engenheiros das estradas de ferro.

De maneira geral, buscou-se apresentar a relação que foi tecida durante todo o texto, a importância do processo de urbanização e dos meios de transporte para a difusão dos clubes de futebol no Estado de São Paulo e a interação entre os operários, engenheiros, políticos. Há uma simbiose entre estes atores mais destacados, mostrando que a ampliação da modalidade acabou marcada por encontros e desencontros das várias classes sociais.

Pensar o futebol passa, necessariamente, por compreender o espaço urbano em que ele é praticado (Fausto, 2010). Se o Estado de São Paulo passou nos últimos cem anos por transformações significativas, permeadas por destruições e reconstruções periódicas, também o futebol se transformou. Percebemos claramente que o futebol de várzea, ou varzeano, era típico dos operários, apesar do primeiro jogo que Charles Miller organizou acontecer às margens do Tietê. A visão dual do futebol oficial e varzeano passam também pela forma como a cidade foi concebida, isto é, uma separação clara, inclusive geográfica, separada pelo espigão da paulista, entre os bairros operários e os elitizados.

A participação do futebol oficial vai sendo ampliada a partir do momento que o território começa a ser difuso, e a separação Casa Grande e Senzala começa a ter contornos menos óbvios. Assim a prática começa a se difundir e os clubes, em um processo cheio de contradições e distensões, percebem a riqueza do futebol em campos distantes do Velódromo (Rua da Consolação). O futebol

paulista onde jogava Friedenreich (Fried), herói do título de 1919, estava por criar novos laços e maior dinamicidade.

Há uma relação simbiótica entre urbano, cidade e futebol. Este processo é muito forte no Estado de São Paulo e a relação entre os meios de transporte, o Rio Tietê e os Clubes de Futebol, fortalece estas características do futebol como fenômeno urbano industrial.

(...) ao pensarmos o nascimento do futebol em São Paulo, somos levados a entender que o espaço urbano permitiria essa experiência. Dessa forma, seria possível perceber a forte ligação do espaço urbano com o futebol. Ligação que também foi estabelecida entre a maioria das outras práticas esportivas, como de inúmeras formas de lazer. Assim, importa considerar que a expansão prática do futebol em São Paulo se fez rapidamente. Aliás, este esporte, que começava a ser organizado em São Paulo, era marcado pelas suas bases essencialmente elitistas. Os primeiros clubes a dedicarem-se ao novo esporte mantinham vínculos com grupos de estrangeiros que trabalhavam no Brasil, como foi o caso do São Paulo Athletic Club, associação congregadora de ingleses com funções superiores dentro das empresas britânicas atuantes na cidade de São Paulo; passando por clube de alemães em condições semelhantes, chegando ao Clube Atlético Paulistano, que se preocupou em reunir representantes da oligarquia paulista e de seus próximos. Aliás, clube fundado com muito orgulho pela elite paulistana, já que se tratou do primeiro clube apenas de brasileiros na cidade de São Paulo (Negreiros, p.142, 2003).

Além do futebol profissional, organizado na Liga Paulista de Futebol — mais tarde Federação Paulista de Futebol — existia o chamado futebol de fábrica ou de empresas, organizado em várias entidades diferentes. As principais entidades eram Associação Comercial de Esportes Atléticos (ACEA), fundada em 1929, e a Liga Esportiva do

Comércio e Indústria (LECI), fundada em 1927, ambas atentas para organizar os esportes, principalmente o futebol, entre clubes de fábricas, casas comerciais, prestadoras de serviços, entre outras atividades econômicas (Negreiros, p.146, 2003).

Percebe-se claramente que a dinamicidade do futebol ocorre juntamente ao processo de urbanização, com ampliação das fábricas e formação de campeonatos de bairros ou mesmo de empresas. Segundo Bruno (p.1091, 1954), “em fins do século passado (XIX) e no começo do atual (XX) passou realmente o Tietê a ter localizado nas suas margens os primeiros clubes náuticos da cidade. Em 1905, à esquerda da ponte, o lugar chamado Floresta estava ocupado pelo Clube Regatas de São Paulo. E em frente outra associação esportiva, o Clube Espéria, montara sua sede”.

Os esportes amadores tiveram desenvolvimento extraordinário, sobretudo a partir da criação da Diretoria de Esportes, em 1939, depois convertida no Departamento de Esporte do Estado de São Paulo, cujo o relatório de 1952 revelava a existência na cidade de 484 campos de futebol, 14 quadras de bola ao cesto, 42 retângulos de vôlei, 115 quadras de tênis, 7 pistas de atletismo, 8 piscinas, 18 canchas de bochas, 7 campos de malha, 10 ringues de pugilismo, 2 campos de beisebol, 3 estandes de tiro ao alvo, 4 picadeiros para hipismo e 8 ginásios (Bruno, p.1368, 1954).

O esporte estava consolidado em São Paulo. Em termos muito gerais, a cidade acaba por incorporar esta nova prática e se associar literalmente com os avanços e retrocessos do futebol. Podemos, portanto, construir uma pequena história do Estado de São Paulo olhando para esta nova prática que contagiou os paulistas.

Estes contatos, estas pessoas, trouxeram e levaram o futebol nas suas bagagens de vida, isto é, como experiência corporal excitante que deveria ser apreendida por todos, até porque como esporte coletivo que é o futebol só poderia ter uma vivência plena se várias equipes jogassem. Neste processo o próprio jogo se consolidou. Hoje esporte, jogo, brincadeira, o futebol é manifestado de diferentes formas. O espectador, o comprador, o radinho de pilha, as camisas coloridas dos times. Hoje é uma festa de cores, e formas de vivenciar o futebol. Rebatida, bobinho, três dentro, são formas de manifestação do futebol, o gol, o drible, a improvisação, outras, mas com o mesmo espírito do jogo.

O importante para nós neste texto é perceber a riqueza de conteúdo que o futebol possui, e como ele se relaciona com as várias esferas sociais, seja na política, na produção cultural, na economia, no cotidiano, enfim, as palavras de Nelson Rodrigues que nos dizia que podemos analisar uma sociedade pelo futebol nos parecem bem verdadeiras.

Por fim, este trabalho é uma tentativa de contribuir com as pesquisas na área do esporte e do lazer, buscando trazer novos olhares e novas dimensões para um campo de pesquisa que a cada dia se consolida mais no Brasil.

REFERÊNCIAS (PARTE 1)

ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGGERHOLM, K.; JESPERSEN, E.; RONGLAN, L.T. Falling for the feint – an existential investigation of a creative performance in high-level football. In. Sport, Ethics and Philosophy. v.5, n.3, 2011, p. 343-358.

ALABARCES, P. 2011. Veinte años de Ciencias Sociales y Deportes, diez años después. Journal of the Latin American Socio-Cultural Studies of Sport (ALESDE), v. 1, n. 1, pp. 11-22.

ALMEIDA, M. 2013. O Processo de urbanização e os clubes de futebol no Estado de São Paulo. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo.

ALMEIDA, M. GUTIERREZ, G. 2011. Lazer no Brasil. São Paulo: Phorte.

ALMEIDA, M.; GUTIERREZ, G.; FERREIRA, R. 2010. Futebol e ferrovia: a história de um trem da industrialização que parte para o noroeste paulista. São Paulo: Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v.24, n.2, p.249-58.

ALTHUSSER, L. 1974. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (notas para uma investigação). Lisboa: Editorial Presença.

ALVES, R. Sobre o futebol e o estupro. In Projeto Releituras. Arnaldo Nogueira Jr. Disponível em: <http://www.releituras.com/rubemalves_futebol.asp>. Acesso em: 15 mai. 2006.

AMIR S E STEWART J. Conditioning in the circadian system. Chronobiol Int. v.15, p. 447-456, 1998.

ANTUNES, F. 2004. Com Brasileiro não há quem possa. São Paulo: Editora Unesp.

ATKINSON, G. et al., Exercise as a synchroniser of human circadian rhythms: an update and discussion of the methodological problems. Eur J Appl Physiol. V.99, p. 331-341, 2007.

BACHELARD, G. A Poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BADIOU, A. Pequeno manual de inestética. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BAUMAN, Z. 1999. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. 2005. *Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BETTI, M. 1998. *A janela de vidro*. Campinas: Papyrus.

_____. 2001. Educação física e sociologia: novas e velhas questões no contexto brasileiro. In: CARVALHO, Yara M.; RUBIO, Katia (Orgs.). *Educação física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, pp. 155-169.

_____. Entre assistir e praticar: Educação Física, Esporte, Televisão e Lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Lúdico, Educação e Educação Física*. Ijuí: Unijui, 2009, p. 231-248.

BOURDIEU, P. 1983. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

_____. 2009. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.

BRUCKNER, Pascal. *A euforia perpétua*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

BRUNO, E. 1954. *História e Tradições na Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora.

CASTELLS, M. 1999. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

CAVALHEIRO, A. A. (Org.). 1929. *Album Ilustrado da Comarca de Rio Preto*. 1ªed. São Paulo: Duprat-mayenã. (Propaganda Regional do Estado de São Paulo).

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

COLLINS, M. 2004. Sport, physical activity and social exclusion. *Journal of Sports Sciences*, v. 22, pp. 727-740.

CORBIN, A. 1995. *L'Avènement des Loisirs*. Paris: Aubier.

COSTA, J.F. Criatividade, transgressão e ética. In: LASTINO, C. A. (Org.) *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 63-76.

DEL PRIORE, M.; MELO, V. 2009. História do Esporte no Brasil: Do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP.

DELAMATER, A.R. E HOLLAND, P.C. The influence of CS-US interval on several different indices of learning in appetitive conditioning. *J Exp Psychol Anim Behav Process* v.34, n.2, p. 202–222, 2008.

DUNNING, E. 1999. Sport matters: sociological studies of sport, violence and civilization. Londres: Routledge.

DURKHEIM, É. 2010. Textos selecionados. In: FILLOUX, Jean Claude. Émile Durkheim. Trad. Maria Lucia Sales Boudet. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.

EDGAR, D.M. E DEMENT, W.C. Regularly scheduled voluntary exercise synchronizes the mouse circadian clock. *American Journal of Physiology - Regulatory Integrative and Comparative Physiology* v.261, n.4 (30-4), p. R928-R933, 1991.

ELIAS, N. 1993. O processo civilizador II: formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. 1994. O processo civilizador I: uma história dos costumes. 2.ed. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____; DUNNING, E. 1992. A Busca da Excitação. Lisboa: DIFEL.

FACER-CHILDS, E. E BRANDSTAETTER, R. The Impact of Circadian Phenotype and Time since Awakening on Diurnal Performance in Athletes. *Current Biology*, v. 25, n.4, p. 518–522, 2015.

FAUSTO, B. 2010. De alma lavada e coração pulsante. In: Revista de História. Dossiê História e Futebol, p.139-148.

FERREIRA, A. L. P. 2014. O campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte no Brasil (1980-2010): entre a institucionalização, os agentes e sua produção. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FRANCO JR., H. 2007. A dança dos Deuses. Futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Cia. Das Letras.

FREITAS, C. M. S. M.; COSTA, A. S. 2006. Gênese da Sociologia do Desporto: Evolução Histórica. *Mneme*, v. 8, n. 21, pp. 6-23.

GADAMER, H-G. A atualidade do belo: a arte como jogo, símbolo e festa. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1985.

_____. Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1998.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GASTALDO, É. 2010. Estudos Sociais do Esporte: vicissitudes e possibilidades de um campo em formação. *Logos 33 Comunicação e Esporte*, v. 17, n. 2, pp. 6-15.

GIDDENS, A. 1991. As conseqüências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp.

GOELLNER, S. 2010. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. *Cadernos de Formação RBCE*, v. 1, n. 2, pp. 71-83.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. 2008. Um convite à reflexão sobre o dilema "sociedade ou natureza". *RAE*, v. 48, n. 2, pp. 152-153.

GRAÇA, L.G.; LACERDA, T.O.. Da estética do desporto a estética do futebol. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis*, v. 33, n. 2, p. 427-444, 2011.

GRIGOROWITSCHS, T. 2008. O conceito "socialização" caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. *Educação & Sociedade*, v. 29, n. 102, pp. 33-54.

GUEDES, S. 2009. Futebol e identidade nacional: reflexões sobre o Brasil. P.453-480. In: Del Priore, M. e Mello, V. *História do Esporte: No Brasil: Do Império Aos Dias Atuais*. São Paulo: Unesp.

GUMBRECHT, H.U. Elogio da beleza atlética. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.PUC-Rio, 2010.

GUTTMANN, A. 2004. From ritual to record: the nature of modern sports. New York/Chichester: Columbia University Press.

HABERMAS, J. 1987. Teoria de la Acion Comunicativa. Tomo I e Tomo II. Versión Castellana de Manoel Jemenez Redondo. Madri: Taurus.

HALL, M. 2004. Imigrantes na Cidade de São Paulo. p. 121-15. In: Porta, P. (Org.). História da Cidade De São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX – 1890- 1954 v.3, Paz e terra, São Paulo.

HOBBSBAWN, E. 1995. A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia Letras.

HOLLANDER, J. A.; EINWOHER, R. L. 2004. Conceptualizing Resistance. Sociological Forum, v. 19, n. 4, pp. 533-554.

HUIZINGA, J. Homo ludens. São Paulo: Perspectiva, 1996.

IANNI, O. 1993. A sociedade global. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. 2001. Teorias da globalização. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LE BRETON, D. 2003. Adeus ao corpo: Antropologia e sociedade. Campinas: Papirus.

_____. 2007. A sociologia do corpo. Petrópolis: Vozes.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo – Viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOMBARD, W.P. The variations of the normal knee-jerk and their relation to the activity of the Central Nervous System. American Journal of Psychology, v.1, n.1, p. 5-71, 1887.

LOUZADA, F. E MENNA-BARRETO, L. O sono na sala de aula – tempo escolar e tempo biológico. Rio de Janeiro, Editora Vieira&Lent, 138pp, 2007.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGUIRE, J. 2011. Globalization and Sport: Beyond the Boundaries? *Sociology*, n. 45, v. 5, pp. 923-929.

MALYSSE, S. 2007. "Em busca dos (H)altères-Ego": Olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca. In: Miriam Goldenberg (Org). *Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação Física. In: DE MARCO, Ademir. (Org.) *Educação Física: cultura e sociedade - contribuições teóricas e intervenções da Educação Física no cotidiano da sociedade brasileira*. Campinas: Papyrus, 2006. p. 47- 69.

MARCHI JÚNIOR, W.; AFONSO, G. F. 2007. Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, Luiz Carlos (org.). *Futebol e Globalização*, v. 1. Jundiaí: Fontoura, pp. 127-143.

MARINS, P. 1998. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras p.131-214. In: Novais, F.; Sevcenko, N. *História da Vida privada no Brasil: da Belle Époque à Era Rádio*. São Paulo: Cia das Letras.

MARQUES, N., e MENNA-BARRETO, L. *Cronobiologia: Princípios e Aplicações*. São Paulo, Editora da USP, 3ª. edição, 435pp, 2003.

MARTEL, Frédéric. *Mainstream – a guerra global das mídias e das culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARTINS, J. 2004. O Migrante Brasileiro na São Paulo Estrangeira. p. 153-213. In: Porta, P. (Org.). *História da Cidade De São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX – 1890- 1954 v.3*, Paz e Terra: São Paulo.

MARX, K.; ENGELS, F. 1998. Manifesto do Partido Comunista. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 34, pp. 7-46.

MAZZONI, T. 1950. *História do futebol no Brasil – 1894 – 1950*. São Paulo: Edições Leia.

MENNA-BARRETO, L. E DÍEZ-NOGUERA, A. External temporal organization. *Biological Rhythm Research*, v.43, n.1, p. 3-14, 2012.

MENNA-BARRETO, L. Relógio biológico – prazo de validade esgotado? *Neurociências*, v.2, n.4, p. 1-4, 2005.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. *A estrutura do comportamento*. Belo Horizonte: Interlivros, 1975.

MOATI, P. 2003. *Nouvelle économie, nouvelles exclusions?* Paris: Ed. de l'Aube.

MOSCOVICI, S. 2007. *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia.

MÜLLER-GRANZOTTO, M. J.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. *Fenomenologia e gestal-terapia*. São Paulo: Summus, 2007.

MUMFORD, S. *Watching sport: aesthetics, ethics and emotion*. Abingdon: Routledge, 2012.

NEGREIROS, P de C. 2003. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 39, p. 121-151, Editora UFPR.

NOBLING, H. (et al.) 2014. *Primeiros passes: documentos e dados históricos da implantação do futebol em São Paulo*. Org. Wilson Gambeta, São Paulo: Biblioteca Mario de Andrade; Ludens.

OLIVEIRA, M.A. *Avaliação do efeito hipotensivo pós-exercício em diferentes fases do dia*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Neurociências e Comportamento, IPUSP, 2014.

ORTIZ, R. 2007. Anotações sobre o universal e a diversidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, pp. 7-16.

Campus, 1999.

PAOLI, M. C. DUARTE, A. 2004. São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade p. 53-99. In: Porta, P. (Org.). *História da Cidade De São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX – 1890- 1954* v.3, Paz e terra, São Paulo.

PIERUCCI, A. F. 1998. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37, pp. 43-73.

PILZ, G. 1999. Sociologia do Esporte na Alemanha. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 23, pp. 03-15.

PINE II, B. Joseph; GILMORE, James H. *O espetáculo dos negócios*. Rio de Janeiro:

PRADO JR., C. 2004. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

PRICE, M.; PARKER, A. 2003. Sport, Sexuality, and the Gender Order: Amateur Rugby Union, Gay Men, and Social Exclusion. *Sociology of Sport Journal*, v. 20, pp. 108-126.

QUEIROZ, S. 2004. Política e Poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In: Porta, P. (Org.). *História da Cidade De São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX – 1890- 1954 v.3*, Paz e Terra, São Paulo, p. 15-53.

REILLY, J. et al. Jet-lag and air travel: implications for performance. *Clinics in Sport Medicine*, v. 24, n.2, p. 367-380, 2005.

REITER, R.J. et al. The photoperiod, circadian regulation and chronodisruption: the requisite interplay between the suprachiasmatic nuclei and the pineal and gut melatonin. *J Physiol Pharmacol*, v.62, n.3, p.269-74, 2011.

RIBEIRO, M. A. s/d. Ecologizar. Disponível em: <http://www.ecologizar.com.br/docs/08_Ecologizar.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

RICALDE, Douglas Neves. *A crônica esportiva de Nelson Rodrigues*. Trabalho de Conclusão de curso do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, N. *A Pátria de Chuteiras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

RODRIGUES, N. *O Berro Impresso das Manchetes*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

ROLDÁN, D. L. Q. 2012. *Estudios Socioculturales del Deporte: desarrollos, tránsitos y miradas*. Armenia: Editorial Kinesis.

SAES, A. 2004. São Paulo Republicanana: Vida Econômica. p. 215-257. In: Porta, P. (Org.). História da Cidade De São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX – 1890-1954 v.3, Paz e terra, São Paulo.

SANTOS, E.H.R. Atrito temporal em adolescentes escolares. 96f. Tese Doutorado em Fisiologia, Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo; São Paulo, 2009.

SAURA, S.C. A Pedagogia do Movimento na Perspectiva do Lazer. In: BASSO, L.; CORREA, W. *Pedagogia do Movimento do Corpo Humano*. Varzea Paulista: Editora Fontoura, 2012. p. 121-140.

_____. As múltiplas faces do lazer: o fazer das culturas populares, a experiência em museus, o Bumba-meu-boi e o tempo dos sonhos. In: ALMEIDA, R.; SANCHES, J.; SAURA, S.C.; *Interculturalidade, Museu e Educação*. São Paulo. Editora Laços, 2013. p. 96-112.

_____. Sobre Bois e Bolas. In: ZIMMERMANN, A.C.; SAURA S.C. *Jogos Tradicionais*. 1 ed. São Paulo: Editora Laços. 2014a. p. 165-188.

_____. O imaginário do Lazer e do Lúdico Anunciado em Práticas Espontâneas do Corpo Brincante. In: *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v.28, n.1, p. 163-75, jan-mar. 2014b.

_____. Brincantes e Goleiros, considerações sobre o Brincar e o Jogo a partir da fenomenologia da imagem. In: CORREIA, W.R.; RODRIGUES, B.M. (orgs) *Educação Física no Ensino Fundamental: da inspiração à ação*. Varzea Paulista: Editora Fontoura, 2015. p. 35-60.

SAURA, S.C.; MEIRELLES, R. ECKSCHMIDT, S. Educação Física Escolar: sentir, pensar e agir na Educação Infantil – considerações para um possível caminho do brincar espontâneo. In: *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 29, Supl. 9, p.19-27, dez. 2015.

SELL, C. E. 2012. Racionalidade e racionalização em Max Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, pp. 153-233.

SEVCENKO, N. 1998. Orfeu estático da Metrópole. São Paulo: Cia das Letras.

SHARMA, V. K. E CHANDRASHEKARAN, M. K.. Current Science, v.89, n.7, p. 1136-1146, 2005.

SKIDMORE, T. 1996. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. 2010. Por uma gênese do Campo da Sociologia do Esporte: cenários e perspectivas. Movimento, v. 16, n. 2, pp. 45-70.

SOUZA, J; MEDEIROS, C. C. C.; ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. 2012. Metodologia do ensino e da pesquisa em Sociologia do Esporte na Universidade Federal do Paraná: o programa investigativo do Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade. Motrivivência, v. 24, n. 38, pp. 247-261.

TAMBELLI, R. Uma análise dos efeitos do exercício aeróbio sobre os ritmos circadianos da temperatura, atividade/repouso e ciclo vigília-sono humanos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Fisiologia – Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, 2007.

THE WALT DISNEY COMPANY. In: <https://thewaltdisneycompany.com/disney-companies/media-networks#341>> acesso em 12 de dez. 2015. TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Entretenimento, uma crítica aberta*. São Paulo: Senac, 2003.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Entretenimento*. São Paulo: senac, 2004.

VOGEL, Harold L. *Entertainment Industry Economics – A guide for financial analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

WANDERLEY, M. B. 1999. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, pp. 16-26.

WANG, D. et al. The Validity of Wrist Actimetry Assessment of Sleep With and Without Sleep Apnea. Journal of Clinic and Sleep Medicine, v.4, n.5, p. 450-455, 2008.

WINTER, J. 2010. Imigrante, um fator de transformação da sociedade brasileira – São Paulo (1850-1914). p. 119- 134. In: Odáli, N.; Caldeira, J. *Historia do Estado de São Paulo. A Formação da Unidade Paulista V.2 REPÚBLICA*, São Paulo: Editora Unesp.

YOUNG, K. 2002. Sport and violence. In: COAKLEY, Jay; DUNNING, Eric. Handbook of Sports Studies. London: SAGE Publications, pp. 382-407.

ZIMMERMANN, A. C.; MORGAN, J. The Possibilities and Consequences of Understanding Play as Dialogue. In: *Sport, Ethics and Philosophy*, v. 5, p. 46-62, 2011.

ZIMMERMANN, A. C. Entre arte e aventura: possibilidades de pensar o corpo e o movimentar-se. In: SANCHES, J.; ALMEIDA, R. de; SAURA, S. C. (Orgs.). *Interculturalidade, Museu e Educação*. São Paulo: Laços, 2013. p. 37-55.

ZIMMERMANN, A. C. Educação física no ensino fundamental: notas para reflexão. In: CORREIA W.R.; BASSO L.. (Orgs.). *Pedagogia do Movimento do Corpo Humano*. Várzea Paulista: Fontoura, 2013a, p. 165-184.

_____. O jogo: sobre encontro e tradições. In: ZIMMERMANN, A.C.; SAURA S.C. *Jogos Tradicionais*. São Paulo: Editora Laços, 2014. p.151-164.

ZIMMERMANN, A.; SAURA S.C. *On Spontaneity*. In: IAPS 41th International Conference (*International Association for the Philosophy of Sport*), Fullerton, EUA, 04 a 08 de set. de 2013, Fullerton: California State University Fullerton, 2013. p. 119.

ZIONI, F. 2006. Exclusão social: noção ou conceito? *Saúde e Sociedade*, v. 15, n. 3, pp. 15-29.

PARTE 2

CORPO, IMAGEM E DEFICIÊNCIA: O
ESPORTE COMO EXPRESSÃO SOCIAL

IMAGEM CORPORAL NO CONTEXTO FITNESS DAS ACADEMIAS: CORPOS OU VITRINES?¹

Os primeiros estudos documentados na temática de imagem corporal (IC) foram conduzidos com o objetivo de descobrir quais estruturas do cérebro eram centrais para manter um padrão normal de reconhecimento do corpo, bem como o que uma determinada lesão acarretava na percepção do sujeito sobre seu próprio corpo ou sobre o espaço que o circundava¹. Neste contexto, o neurologista francês Pierre Bonnier introduziu o conceito de “esquema corporal”, como “uma representação espacial consciente do corpo, que determina a orientação do corpo e de suas partes, incluindo o volume, a localização exata das informações sensoriais, o que baseia a noção de ter um corpo”¹.

Cash e Pruzinsky² descrevem quatro fases no campo de pesquisa da IC: a primeira fase – entre o final do século XIX e início do século XX – caracterizou-se pelo esforço clínico em compreender as formas de neuropatologias das experiências corporais; o foco da segunda fase (até a metade do século XX) foram as experiências corporais nas distorções perceptivas, induzidas por lesões cerebrais; a terceira fase (iniciada na segunda metade do século XX) caracterizou-se pelos estudos sob a perspectiva psicanalítica e psicodinâmica; e a quarta fase (a partir da década de 1990 até os dias atuais) foi proposta uma teoria integrativa, relacionando informações de várias áreas da psicologia experimental, considerando a experiência corporal como multidimensional³.

¹ Aline Cavalcante de Souza (USP)

O pesquisador Paul Schilder foi um dos primeiros teóricos da imagem corporal, e em 1994 a definiu como “a figura de nossos corpos que formamos em nossa mente”, caracterizada por aspectos fisiológicos – relacionados à organização cerebral do esquema corporal –, sociológicos – que dizem respeito à influência do meio na imagem corporal – e libidinais – relacionados às pulsões, emoções e fantasias”. Na mesma época Seymour Fisher buscou valorizar as relações entre a IC e a personalidade, sendo, desta forma, pioneiro ao afirmar que a multiplicidade de conceitos envolvendo a IC contribuía para o atraso no entendimento do fenômeno^{1,3}.

No Brasil, as pesquisas relacionadas à IC iniciaram-se no âmbito da avaliação dos transtornos alimentares (TA), assim, a maior parte das investigações desenvolvidas até a década de 1990 buscava avaliar este fenômeno entre populações clínicas, através de instrumentos diversos. Cordás e Castilho⁴ apresentaram em 1994 a versão do Questionário de Imagem Corporal (Body Shape Questionnaire - BSQ) para o português para avaliação da insatisfação corporal entre pacientes com TA, e após a disponibilização deste instrumento em português, o BSQ passou a ser utilizado também como instrumento de avaliação entre populações não clínicas¹.

Também na década de 1990, outra importante contribuição científica na área da IC foi a definição proposta por Slade (1994)⁵, segundo a qual a IC pode ser compreendida como “a imagem que o indivíduo tem do tamanho, da forma e do contorno de seu próprio corpo, bem como dos sentimentos em relação a essas características e às partes que o constituem”^{1,6}.

Na perspectiva desta definição, a IC não é apenas uma construção cognitiva, mas também um reflexo dos desejos, emoções e da interação social², e

pode, desta maneira, ser caracterizada por dois componentes⁶: o perceptivo e o atitudinal. O primeiro define a exatidão no julgamento do tamanho, da forma e do peso corporais; e o atitudinal envolve três principais construtos: 1) afetivo – experiência de sentir emoções relacionadas ao corpo, que resultam na avaliação e interpretação individual de eventos, objetos ou situações; 2) cognitivo – os pensamentos que revelam um elevado senso crítico mental a respeito do próprio corpo; 3) comportamental – as ações sobre ou relacionadas ao próprio corpo, podendo se caracterizar por comportamentos autodefensivos, motivados para prevenir algum desconforto relacionado ao próprio corpo ou para evitar uma dor emocional¹.

Do ponto de vista acadêmico, Cash e Pruzinsky² destacam as cinco principais linhas de pesquisas e suas diferentes perspectivas sobre a IC: (a) perspectiva social, voltada para a aparência física; (b) perspectiva psicodinâmica, na qual a IC é a representação mental do próprio corpo, sendo dinâmica e multifacetada; (c) perspectiva cognitivo-comportamental, onde a IC é constituída pelas influências do passado do indivíduo e os eventos ou processos do futuro; (d) perspectiva da teoria do processamento de informação, em que a IC é um tipo de predisposição cognitiva que é determinada e ao mesmo tempo determina outros processos cognitivos – como o conhecimento, o comportamento social e a autorrepresentação – e (e) perspectiva neurológica¹.

1.1 Distúrbios de imagem corporal

A imagem corporal é um construto multidimensional e dinâmico, que pode ser influenciado pelo sexo, idade, meios de comunicação, pela relação do

corpo com os processos cognitivos como crenças, valores e atitudes⁷. Os distúrbios da IC são alterações graves e persistentes em qualquer componente (perceptivo ou atitudinal) da IC, e causam sofrimento, prejuízos sociais, físicos e emocionais. Eles podem ocorrer nos dois componentes, de maneira independente ou simultânea⁶.

Quando o distúrbio ocorre no componente perceptivo, há uma alteração na forma como o indivíduo percebe seu corpo, ou seja, ele é incapaz de estimar acuradamente o tamanho do seu corpo e mostra uma discrepância entre as dimensões percebidas e dimensões reais do próprio corpo⁸. Tal distúrbio pode ser, portanto, nomeado como distorção da imagem corporal, e pode afetar o corpo como um todo ou apenas partes específicas⁶.

A distorção é um tipo de distúrbio de IC, mas há também os distúrbios atitudinais, definidos como alterações graves e persistentes nos sentimentos e/ou pensamentos sobre o corpo e/ou nas ações voltadas para o corpo⁶, assim, é possível que uma pessoa tenha uma adequada percepção corporal (não tenha distorção), mas apresente alterações nas ações, pensamentos e sentimentos em relação ao corpo. Um dos distúrbios atitudinais mais comuns é a insatisfação corporal – que comporta duas facetas: 1) avaliativa, que é caracterizada pela diferença entre o corpo atual e o considerado ideal pelo indivíduo; e 2) afetiva, o quanto o indivíduo sofre em função dessa diferença. Outros exemplos de distúrbios atitudinais, são depreciação corporal, evitação corporal, preocupação extrema com o corpo, medo mórbido de engordar, valorização extrema do corpo, checagem repetitiva do corpo, investimento extremo no corpo⁶.

2. Ambiente fitness das academias: entre espelhos, balanças e olhares

A atividade física pode ser entendida como qualquer movimento corporal, produzido pela musculatura esquelética, que resulta em gasto energético, tendo como exemplos exercícios físicos, atividades laborais e deslocamentos. Seus benefícios fisiológicos e psicológicos são amplamente discutidos pela literatura, quando praticada com regularidade, a atividade física está intimamente relacionada à melhora das capacidades cardiovascular e respiratória, à prevenção de doenças crônico-degenerativas, possuindo também benefícios psicológicos, tais como: melhora do bem-estar geral, da autoestima e do humor^{9,10,11,12,13}.

A academia de ginástica é um local para a prática de exercício frequentada por indivíduos que, em sua maioria, não têm um compromisso profissional com o esporte, mas que buscam qualidade de vida, saúde e benefícios estéticos¹⁴. A busca pela melhor aparência física ou tipo físico idealizado dos praticantes de atividade física tem ocupado um espaço bastante significativo no cotidiano das pessoas, e os locais culturalmente escolhidos para cuidar do corpo e obter os padrões estéticos estereotipados pela sociedade são as academias¹⁵.

No universo fitness das academias, o culto ao corpo é parte de uma busca inalcançável, trilhada por meio de uma árdua rotina de exercícios, através dos quais se pretende superar os próprios limites em nome de contornos corporais concebidos como ideais¹⁶. Nesse sentido, percebe-se que as práticas corporais como a musculação e as mais diversas modalidades de ginástica passam por um processo de esportivização, onde se apropriam de elementos do esporte, como grande dedicação de tempo, sacrifícios auto-impostos, renúncia de momentos de lazer, medo de falhar ou de estar abaixo do rendimento ideal, e ainda a vigilância

do corpo pelas balanças, adipômetros, fitas métricas e espelhos¹⁶ – podendo-se inferir que estes “vigias”, de certa forma, ocupariam o lugar ocupado pela plateia e pelo juiz no esporte.

No âmbito do esporte, busca-se a melhoria do rendimento físico por meio de exercícios disciplinados, para tanto, os atletas passam por treinamento prolongado, exigindo uma grande disponibilidade de tempo e esforço a fim de se atingir o objetivo predeterminado; desta forma, o corpo está sempre próximo de um "limite" que deve ser constantemente superado¹⁶. Deste processo fazem parte dor, lesões e certo grau de sofrimento, que se vencidos, representarão espécie de "prêmio" pelo trabalho realizado¹⁷.

Nesta apropriação do universo esportivo no âmbito das academias, valoriza-se também o enfrentamento da dor, vista como um inimigo a ser combatido, superado, ou ainda, como uma experiência a ser glorificada – mérito pela dilaceração do próprio corpo. Entretanto, diferentemente do esporte, o sucesso na academia não diz respeito à vitória em uma competição ou à quebra de um recorde, mas ao rendimento máximo no que se refere à conquista da forma física ideal, ao reconhecimento (principalmente externo) e espetáculo deste corpo adquirido¹⁷.

Na contemporânea era das imagens, existir é ser visto, e para ser visto e ser protagonista do espetáculo, cabe ao indivíduo ter o melhor corpo¹⁸. Destaca-se neste cenário o papel das redes sociais, nas quais se apresenta um corpo em construção, produzido para ser exibido naquele espaço social e chamar a atenção do outro¹⁹. Ir à academia parece não ser o suficiente, é preciso fotografar o momento de treino para que as imagens sejam veiculadas nas redes sociais com mensagens de “incentivo” e superação por um dever arduamente cumprido.

Dentre os “inimigos” a serem superados no mundo fitness está a gordura, para a qual se atribui o sinônimo de doença, preguiça, falência moral, falta de cuidado e de força de vontade. Indivíduos com sobrepeso e obesidade são, muitas vezes, vítimas de olhares e atitudes preconceituosos e estigmatizados. Destaca-se também o valor atribuído à porcentagem de gordura corporal, uma vez que um peso adequado já não é mais suficiente, é preciso conquistar um corpo musculoso e com a mínima porcentagem de gordura.

Quando assunto é a muscularidade, cabe também mencionar o risco de desenvolvimento e/ou manutenção da dismorfia muscular (popularmente conhecida como “vigorexia”), caracterizada como um transtorno dismórfico corporal (TDC) no qual o indivíduo se preocupa com a ideia de que sua estrutura corporal é muito pequena ou insuficientemente musculosa²⁰.

Assim, o ambiente das academias pode reforçar a divulgação e perpetuação do padrão estético atual, – caracterizado por um corpo forte e musculoso para os homens, magro e definido para as mulheres; e, em ambos os sexos, porcentagens mínimas de gordura são incentivadas^{14,11,21,22,18,15} – o que aumenta a preocupação dos indivíduos com a aparência e contribui para a existência de distúrbios de imagem corporal, visto que esses padrões são, muitas vezes, inatingíveis.

3. O corpo, a beleza e seus diferentes significados ao longo da história

O corpo representa a forma elementar de comunicação do indivíduo com o universo ao seu redor. No decorrer da vida, de maneiras distintas, esta comunicação é influenciada por diversos elementos como sentimentos, emoções,

crenças e religião, costumes, hábitos, história, aprendizado, cultura, desejos, expectativas, desafios, família, genética, alimentação, fisiologia, vivências, avaliação externa, condições socioeconômicas entre outros.

No que diz respeito aos elementos externos ao indivíduo, cada sociedade, cada cultura estabelece seus valores e age sobre o corpo, ao determinar aquilo que se considera ideal e enfatizar determinados atributos em detrimento de outros, e criar os seus próprios padrões de beleza, de sensualidade, de saúde, de postura, que dão referências aos indivíduos para se construírem como homens e como mulheres²³. Estes padrões não são fixos, e seus elementos e significados passaram por mudanças no decorrer do tempo e da história.

Nos tempos da Grécia Antiga, o corpo era idealizado, treinado, produzido em função do seu aprimoramento, exposto e valorizado pela perfeita saúde, capacidade atlética e fertilidade. O corpo belo era tão importante quanto a inteligência e o conhecimento, e estava subordinado à alma^{23,13}.

Avançando-se ao período de ascensão do cristianismo da Idade Média o corpo passou da expressão da beleza para fonte de pecado²³. De um lado, o corpo era fruto da benção e da glorificação, principalmente religiosa (quando se trata do corpo de Cristo), e, de outro, era desprezado, condenado, humilhado, caracterizando certo conflito entre o material e o espiritual. A sexualidade feminina, seus gestos, suas práticas, sua conduta na sociedade eram questões mediadas pela Igreja e aceitas pela sociedade – de forma conflituosa também, pois o corpo feminino estava associado ao “bem” (procriação, virgindade, castidade e cuidado com a família) e ao “mal” (sexualidade, prostituição, luxúria e perversão da alma)^{24,18}. Neste contexto, valorizou-se também a renúncia à alimentação (jejuns) como uma forma de abandonar o material e alcançar o espiritual²³, bem

como se condenou os excessos alimentares, ao considerar a gula como um pecado.



Figura 3. “As Três Graças”, do pintor Peter Paul Rubens.

No Renascimento, o progresso científico e técnico trouxe uma nova visão ao corpo, que, como objeto de estudos e experiências, era o corpo anatômico e biomecânico²³. Ao fim do século XIX, com a ascensão do sistema capitalista, o trabalho passou a ser realizado em série (lógica industrial) e o corpo percebido como “máquina manipulável”²³ – que, paradoxalmente, via sua perfectibilidade ameaçada pelas enfermidades causadas pelas condições insalubres das fábricas²⁵. Neste período, as grandes metrópoles mundiais passaram por reformas urbanas guiadas por um novo tipo de orientação regida principalmente pela medicina, com a expansão das práticas de saneamento e higiene a fim de sanar as epidemias.

Com a expansão dos processos de modernização que atingiu esferas como a arte, a ciência, os pensamentos e os valores²², o início do século XX foi marcado por importantes acontecimentos que influenciaram os significados do corpo, dentre eles o advento do cinema como nova forma de entretenimento e grande divulgador de tendências, modismos e pensamentos – o modelo corporal de atores e atrizes (principalmente norte-americanos) passou a ser objeto de desejo da sociedade emergente²⁵. O período após a Primeira Guerra Mundial era de grande instabilidade e ao mesmo tempo de tentativa de recuperação do que fora destruído nos conflitos, assim, o corpo ainda debilitado encontra a euforia da intensidade de viver cada momento como se fosse o último²⁵.

No cenário da Segunda Guerra Mundial, campos de concentração e experimentos “científicos” com a raça não-ariana, a força física do corpo e as habilidades de luta já não eram mais o suficiente, e os corpos mutilados eram apenas números, sem história, rostos ou identidade – reforçando-se a ideia de que o poder humano estava na ciência, na física, nos cálculos, na precisão do movimento do controle de uma bomba.

A segunda metade do século XX iniciou-se com a tentativa reconstrução pós Segunda Guerra Mundial nos países atingidos, enquanto no Brasil também se aproximava o início do Regime Militar. As perdas, principalmente de homens nos combates, abriram maior espaço para a entrada da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho²⁵. O corpo feminino não estava mais restrito ao ambiente doméstico, a exposição era necessária e as roupas ganharam novos cortes, que acentuavam as formas corporais.

O clima de tensão do período acentuou-se quando vários países testavam bombas atômicas e a sensação coletiva de constante ameaça deu ao

corpo o conceito de fragilidade e à vida o sentido de ser a efêmera via de acesso ao mundo material²⁵. As agitações mundiais incitaram diversos movimentos de revoltas entre os jovens – por tudo o que se havia perdido ao longo dos anos e como uma forma de contestação dos valores morais repressores – representando a busca pela liberdade de expressão, de atitude sexual e pelo prazer, noções que foram ao longo dos séculos reprimidas pela religião e aniquiladas pelas guerras. O corpo do amor livre, dos ilimitados experimentos com drogas alucinógenas despertou a transcendência mental dos desejos, e a realidade concreta cedeu espaço ao abstrato do corpo²⁵.

No Brasil, o Regime Militar imprimia nos corpos as dolorosas marcas de tortura a pesquisadores, intelectuais, artistas e líderes políticos. A conquista do tricampeonato em 1970 incitou o incentivo à prática de atividade física e esporte também como artifício de entretenimento entre os jovens. Aumentavam-se assim os locais para cuidar do corpo, bem como a oferta de cosméticos e roupas que incentivavam uma homogeneização de corpos e padrão de beleza jovem²⁵.

Na década de 1980 e início dos anos 1990 os meios de comunicação (TV, rádio, fax, internet) reafirmaram seu caráter massificador e mudaram a relação do indivíduo com o tempo-espaço²², as distâncias entre as culturas foram encurtadas com o fenômeno da globalização. Novos comportamentos, gestos, movimentos e crenças foram apropriados e adaptados de diferentes sociedades ao redor do mundo, reestruturando seus significados próprios. Posteriormente, o corpo humano e sua genética foram investigados pelo Projeto Genoma²⁵, onde se buscou através da genética a cura e superação de doenças. Ao final do século XX o corpo se consolidou como consumidor do capitalismo, sujeito à lógica do mercado e sociedade de consumo, onde também a ciência e o conhecimento

colocaram em xeque algumas verdades absolutas instituídas pelo pensamento religioso.

3.1 Corta, estica, modela e transforma: o corpo do século XXI

O corpo do início do século XXI é marcado pelos crescentes avanços da tecnologia, imediatismo, fluidez das relações e sujeição ao mercado do consumo¹¹. O padrão de beleza vigente preconiza um corpo jovem, esbelto, símbolo de perfeição, livre de gorduras, modelo de saúde e disposição – magro e definido para as mulheres, forte e musculoso para os homens^{26,7,22,21,11}. Este corpo reina e padece diariamente em uma sociedade que o cultua como um objeto de adoração e desejo (esforços constantes para mantê-lo ou conquistá-lo), mas que ao mesmo tempo não cessa desvalorizar as singularidades e potencialidades dos sujeitos, desprezando-os como objetos descartáveis, sem sentido e sem valor^{27,28}.

O corpo, na atualidade, parece assim se apresentar como uma síntese de desejo, ciência e tecnologia, a serviço do chamado bem-estar²⁹, as relações que o mercado estabelece são múltiplas, criando sempre demandas corporais e novas exigências aos indivíduos²⁷. Diversas são as técnicas de transformação deste corpo e para cada uma de suas partes há uma “solução”, como inúmeros tipos de cosméticos, cirurgias estéticas, procedimentos rejuvenescedores e modeladores, exercícios físicos, dietas e restrições alimentares, alimentos especiais (diet, light, gluten free), suplementos, medicamentos (emagrecedores, diuréticos, laxantes), hormônios anabolizantes^{27,22}. Assim, o corpo é visto como um objeto de consumo cujas peças podem ser substituídas, redesenhadas, cortadas, modeladas e transformadas, conforme os anseios pessoais, de forma que seu valor é medido

pelos atributos físicos que possui (ou conquista) – e dos significados que assumem. Valoriza-se a cultura do narcisismo, pois é exigido que aquilo que o indivíduo possa parecer sobreponha o que ele é; e o corpo se transforma em um objeto de apresentação, parte de um espetáculo, que precisa ver e ser visto²⁷.

A indústria da beleza, implícita ou explicitamente induz a ideia de que para se ter sucesso, felicidade ou dinheiro, o único caminho é através da beleza estética^{30,29}, de forma que aquele corpo esculpido, de músculos bem torneados, mais do que um (possível) indicador de boa saúde, é também o resultado de uma cadeia de interesses³⁰.

O discurso da saúde se misturou ao discurso da aptidão e da estética e resultou num processo de constante insatisfação que converge para o que se acredita ser um cuidado com o corpo²², tal cuidado vem se tornando demasiado, quase uma obrigação diária, gerando por vezes sentimento de culpa, insuficiência, vergonha e fracasso naqueles que não podem alcançá-lo²⁹.

Dia após dia, o corpo é vitimizado por políticas de saberes/poderes que o identificam, classificam, recalcam, estigmatizam, enfim, formam e deformam a imagem corporal³⁰. Pessoas são integralmente responsabilizadas pela conquista de um corpo perfeito, jovem e saudável, não importando suas preferências, biologia, valores e condições.

4. Mídia: Avalanche de imagens e informações sobre o corpo

A mídia de massa tem um papel crucial na formação e reflexão da opinião pública. Acredita-se que ela pode influenciar valores, normas e padrões estéticos incorporados pela sociedade moderna³¹. A onipresença da mídia produz

uma avalanche de imagens que sufoca a possibilidade criativa do sujeito, e a sofisticação tecnológica e dos canais de distribuição têm permitido um fluxo cada vez mais intenso e imediato de imagens¹⁸.

Considerada a principal responsável pela propagação dos ideais de forma física, que passam a ser desejados e cultivados³², a mídia interfere diretamente na imagem corporal e na concepção pessoal de corpo e beleza.

Em todo tempo corpos de homens de mulheres esportivas e atléticos são expostos na TV, revistas, jornais e internet, inclusive quando o objetivo não é “vender beleza” – como, por exemplo, na publicidade de carros, eletrodomésticos, fast food, bebidas. Estes corpos tão intensamente desejados são frequentemente “retocados” e “corrigidos” por softwares que oferecem às imagens corporais tudo aquilo que a natureza costuma recusar aos organismos vivos, e também aquilo que o mercado da beleza não consegue produzir²⁷.

Quando as pessoas são expostas a imagens que se encaixam no padrão de beleza atual, aceito e propagado pela mídia, recebem a mensagem de como devem parecer para serem julgadas atraentes, e frequentemente percebem uma discrepância significativa entre sua própria atratividade e a dos modelos, gerando insatisfação. Além disso, a mídia constantemente apresenta mensagens sobre como características positivas, tais como autocontrole, felicidade, poder, liberdade, autonomia, bem-estar e mobilidade social estão associadas ao ideal sociocultural de beleza, o que aumenta a ânsia para estar dentro destes padrões e alcançar sucesso em todas as esferas da vida³².

Nesta concepção de mundo belo se o indivíduo tiver alguma dificuldade sobre como proceder para conquistar o corpo ideal, o motivo não é a carência de informações e sugestões de dietas, exercícios físicos, equipamentos, enfim, todo o

aparato comercial de que a sociedade dispõe³⁰. As revistas “especializadas”, os programas de TV, a internet, a publicidade em geral, levam os indivíduos a acreditarem que toda e qualquer imperfeição ou defeito é fruto de negligência pessoal e falta de cuidado de si, e que com bastante disciplina e força de vontade, seguindo os conselhos dos experts, qualquer um pode atingir uma aparência próxima ou similar ao padrão de beleza vigente²⁹.

Esculpir, modelar e transformar são verbos muito presentes nos discursos midiáticos sobre o corpo e verbos muitas vezes endossados pelo saber médico, na cadeia tecnológica a serviço de uma suposta melhoria no corpo²⁹, mas faz deste um objeto cada vez mais vazio, sem valor e desprovido de identidade.

A imagem corporal é um construto multidimensional em constantemente mudança, constituído e influenciado por diversas esferas da vida das pessoas. Ao longo da história, o corpo experimentou diferentes significados, sendo constantemente submisso a uma aprovação social.

Com crescente indústria da insatisfação e perspectiva mercadológica do corpo, vende-se a ideia de que as pessoas sempre terão algo a melhorar, neste contexto, no universo das academias o lugar anteriormente ocupado pela busca aos benefícios à saúde cede espaço à busca pela beleza e corpo ideal. Todavia, este “mundo belo” e inalcançável traz consigo inúmeros prejuízos e sofrimento a um número cada vez maior de indivíduos.

Embora em contextos diferentes, os padrões estéticos de beleza sempre existiram e sempre foram injustos, à medida impõem aquilo que é aceito e que excluem quem não atende aos requisitos da “perfeição”. Os primeiros estudos documentados na temática de imagem corporal (IC) foram conduzidos com o objetivo de descobrir quais estruturas do cérebro eram centrais para manter um

padrão normal de reconhecimento do corpo, bem como o que uma determinada lesão acarretava na percepção do sujeito sobre seu próprio corpo ou sobre o espaço que o circundava¹. Neste contexto, o neurologista francês Pierre Bonnier introduziu o conceito de “esquema corporal”, como “uma representação espacial consciente do corpo, que determina a orientação do corpo e de suas partes, incluindo o volume, a localização exata das informações sensoriais, o que baseia a noção de ter um corpo”¹.

Cash e Pruzinsky² descrevem quatro fases no campo de pesquisa da IC: a primeira fase – entre o final do século XIX e início do século XX – caracterizou-se pelo esforço clínico em compreender as formas de neuropatologias das experiências corporais; o foco da segunda fase (até a metade do século XX) foram as experiências corporais nas distorções perceptivas, induzidas por lesões cerebrais; a terceira fase (iniciada na segunda metade do século XX) caracterizou-se pelos estudos sob a perspectiva psicanalítica e psicodinâmica; e a quarta fase (a partir da década de 1990 até os dias atuais) foi proposta uma teoria integrativa, relacionando informações de várias áreas da psicologia experimental, considerando a experiência corporal como multidimensional³.

O pesquisador Paul Schilder foi um dos primeiros teóricos da imagem corporal, e em 1994 a definiu como “a figura de nossos corpos que formamos em nossa mente”, caracterizada por aspectos fisiológicos – relacionados à organização cerebral do esquema corporal –, sociológicos – que dizem respeito à influência do meio na imagem corporal – e libidinais – relacionados às pulsões, emoções e fantasias”. Na mesma época Seymour Fisher buscou valorizar as relações entre a IC e a personalidade, sendo, desta forma, pioneiro ao afirmar que

a multiplicidade de conceitos envolvendo a IC contribuía para o atraso no entendimento do fenômeno^{1,3}.

No Brasil, as pesquisas relacionadas à IC iniciaram-se no âmbito da avaliação dos transtornos alimentares (TA), assim, a maior parte das investigações desenvolvidas até a década de 1990 buscava avaliar este fenômeno entre populações clínicas, através de instrumentos diversos. Cordás e Castilho⁴ apresentaram em 1994 a versão do Questionário de Imagem Corporal (Body Shape Questionnaire - BSQ) para o português para avaliação da insatisfação corporal entre pacientes com TA, e após a disponibilização deste instrumento em português, o BSQ passou a ser utilizado também como instrumento de avaliação entre populações não clínicas.

Também na década de 1990, outra importante contribuição científica na área da IC foi a definição proposta por Slade (1994)⁵, segundo a qual a IC pode ser compreendida como “a imagem que o indivíduo tem do tamanho, da forma e do contorno de seu próprio corpo, bem como dos sentimentos em relação a essas características e às partes que o constituem”^{1,6}.

Na perspectiva desta definição, a IC não é apenas uma construção cognitiva, mas também um reflexo dos desejos, emoções e da interação social², e pode, desta maneira, ser caracterizada por dois componentes⁶: o perceptivo e o atitudinal. O primeiro define a exatidão no julgamento do tamanho, da forma e do peso corporais; e o atitudinal envolve três principais construtos: 1) afetivo – experiência de sentir emoções relacionadas ao corpo, que resultam na avaliação e interpretação individual de eventos, objetos ou situações; 2) cognitivo – os pensamentos que revelam um elevado senso crítico mental a respeito do próprio corpo; 3) comportamental – as ações sobre ou relacionadas ao próprio corpo,

podendo se caracterizar por comportamentos autodefensivos, motivados para prevenir algum desconforto relacionado ao próprio corpo ou para evitar uma dor emocional.

Do ponto de vista acadêmico, Cash e Pruzinsky² destacam as cinco principais linhas de pesquisas e suas diferentes perspectivas sobre a IC: (a) perspectiva social, voltada para a aparência física; (b) perspectiva psicodinâmica, na qual a IC é a representação mental do próprio corpo, sendo dinâmica e multifacetada; (c) perspectiva cognitivo-comportamental, onde a IC é constituída pelas influências do passado do indivíduo e os eventos ou processos do futuro; (d) perspectiva da teoria do processamento de informação, em que a IC é um tipo de predisposição cognitiva que é determinada e ao mesmo tempo determina outros processos cognitivos – como o conhecimento, o comportamento social e a autorrepresentação – e (e) perspectiva neurológica¹.

Distúrbios de imagem corporal

A imagem corporal é um construto multidimensional e dinâmico, que pode ser influenciado pelo sexo, idade, meios de comunicação, pela relação do corpo com os processos cognitivos como crenças, valores e atitudes⁷. Os distúrbios da IC são alterações graves e persistentes em qualquer componente (perceptivo ou atitudinal) da IC, e causam sofrimento, prejuízos sociais, físicos e emocionais. Eles podem ocorrer nos dois componentes, de maneira independente ou simultânea⁶.

Quando o distúrbio ocorre no componente perceptivo, há uma alteração na forma como o indivíduo percebe seu corpo, ou seja, ele é incapaz de estimar

acuradamente o tamanho do seu corpo e mostra uma discrepância entre as dimensões percebidas e dimensões reais do próprio corpo⁸. Tal distúrbio pode ser, portanto, nomeado como distorção da imagem corporal, e pode afetar o corpo como um todo ou apenas partes específicas⁶.

A distorção é um tipo de distúrbio de IC, mas há também os distúrbios atitudinais, definidos como alterações graves e persistentes nos sentimentos e/ou pensamentos sobre o corpo e/ou nas ações voltadas para o corpo⁶, assim, é possível que uma pessoa tenha uma adequada percepção corporal (não tenha distorção), mas apresente alterações nas ações, pensamentos e sentimentos em relação ao corpo. Um dos distúrbios atitudinais mais comuns é a insatisfação corporal – que comporta duas facetas: 1) avaliativa, que é caracterizada pela diferença entre o corpo atual e o considerado ideal pelo indivíduo; e 2) afetiva, o quanto o indivíduo sofre em função dessa diferença. Outros exemplos de distúrbios atitudinais, são depreciação corporal, evitação corporal, preocupação extrema com o corpo, medo mórbido de engordar, valorização extrema do corpo, checagem repetitiva do corpo, investimento extremo no corpo⁶.

Ambiente fitness das academias: entre espelhos, balanças e olhares

A atividade física pode ser entendida como qualquer movimento corporal, produzido pela musculatura esquelética, que resulta em gasto energético, tendo como exemplos exercícios físicos, atividades laborais e deslocamentos. Seus benefícios fisiológicos e psicológicos são amplamente discutidos pela literatura, quando praticada com regularidade, a atividade física está intimamente relacionada à melhora das capacidades cardiovascular e

respiratória, à prevenção de doenças crônico-degenerativas, possuindo também benefícios psicológicos, tais como: melhora do bem estar geral, da autoestima e do humor^{9,10,11,12,13}.

A academia de ginástica é um local para a prática de exercício frequentada por indivíduos que, em sua maioria, não têm um compromisso profissional com o esporte, mas que buscam qualidade de vida, saúde e benefícios estéticos¹⁴. A busca pela melhor aparência física ou tipo físico idealizado dos praticantes de atividade física tem ocupado um espaço bastante significativo no cotidiano das pessoas, e os locais culturalmente escolhidos para cuidar do corpo e obter os padrões estéticos estereotipados pela sociedade são as academias¹⁵.

No universo *fitness* das academias, o culto ao corpo é parte de uma busca inalcançável, trilhada por meio de uma árdua rotina de exercícios, através dos quais se pretende superar os próprios limites em nome de contornos corporais concebidos como ideais¹⁶. Nesse sentido, percebe-se que as práticas corporais como a musculação e as mais diversas modalidades de ginástica passam por um processo de esportivização, onde se apropriam de elementos do esporte, como grande dedicação de tempo, sacrifícios auto-impostos, renúncia de momentos de lazer, medo de falhar ou de estar abaixo do rendimento ideal, e ainda a vigilância do corpo pelas balanças, adipômetros, fitas métricas e espelhos¹⁶ – podendo-se inferir que estes “vigias”, de certa forma, ocupariam o lugar ocupado pela plateia e pelo juiz no esporte.

No âmbito do esporte, busca-se a melhoria do rendimento físico por meio de exercícios disciplinados, para tanto, os atletas passam por treinamento prolongado, exigindo uma grande disponibilidade de tempo e esforço a fim de se atingir o objetivo predeterminado; desta forma, o corpo está sempre próximo de

um "limite" que deve ser constantemente superado¹⁶. Deste processo fazem parte dor, lesões e certo grau de sofrimento, que se vencidos, representarão espécie de "prêmio" pelo trabalho realizado¹⁷.

Nesta apropriação do universo esportivo no âmbito das academias, valoriza-se também o enfrentamento da dor, vista como um inimigo a ser combatido, superado, ou ainda, como uma experiência a ser glorificada – mérito pela dilaceração do próprio corpo. Entretanto, diferentemente do esporte, o sucesso na academia não diz respeito à vitória em uma competição ou à quebra de um recorde, mas ao rendimento máximo no que se refere à conquista da forma física ideal, ao reconhecimento (principalmente externo) e espetáculo deste corpo adquirido¹⁷.

Na contemporânea era das imagens, existir é ser visto, e para ser visto e ser protagonista do espetáculo, cabe ao indivíduo ter o melhor corpo¹⁸. Destaca-se neste cenário o papel das redes sociais, nas quais se apresenta um corpo em construção, produzido para ser exibido naquele espaço social e chamar a atenção do outro¹⁹. Ir à academia parece não ser o suficiente, é preciso fotografar o momento de treino para que as imagens sejam veiculadas nas redes sociais com mensagens de "incentivo" e superação por um dever arduamente cumprido.

Dentre os "inimigos" a serem superados no mundo *fitness* está a gordura, para a qual se atribui o sinônimo de doença, preguiça, falência moral, falta de cuidado e de força de vontade. Indivíduos com sobrepeso e obesidade são, muitas vezes, vítimas de olhares e atitudes preconceituosos e estigmatizados. Destaca-se também o valor atribuído à porcentagem de gordura corporal, uma vez que um peso adequado já não é mais suficiente, é preciso conquistar um corpo musculoso e com a mínima porcentagem de gordura.

Quando assunto é a muscularidade, cabe também mencionar o risco de desenvolvimento e/ou manutenção da dismorfia muscular (popularmente conhecida como “vigorexia”), caracterizada como um transtorno dismórfico corporal (TDC) no qual o indivíduo se preocupa com a ideia de que sua estrutura corporal é muito pequena ou insuficientemente musculosa²⁰.

Assim, o ambiente das academias pode reforçar a divulgação e perpetuação do padrão estético atual, – caracterizado por um corpo forte e musculoso para os homens, magro e definido para as mulheres; e, em ambos os sexos, porcentagens mínimas de gordura são incentivadas^{14,11,21,22,18,15} – o que aumenta a preocupação dos indivíduos com a aparência e contribui para a existência de distúrbios de imagem corporal, visto que esses padrões são, muitas vezes, inatingíveis.

O corpo, a beleza e seus diferentes significados ao longo da história

O corpo representa a forma elementar de comunicação do indivíduo com o universo ao seu redor. No decorrer da vida, de maneiras distintas, esta comunicação é influenciada por diversos elementos como sentimentos, emoções, crenças e religião, costumes, hábitos, história, aprendizado, cultura, desejos, expectativas, desafios, família, genética, alimentação, fisiologia, vivências, avaliação externa, condições socioeconômicas entre outros.

No que diz respeito aos elementos externos ao indivíduo, cada sociedade, cada cultura estabelece seus valores e age sobre o corpo, ao determinar aquilo que se considera ideal e enfatizar determinados atributos em detrimento de outros, e criar os seus próprios padrões de beleza, de sensualidade,

de saúde, de postura, que dão referências aos indivíduos para se construírem como homens e como mulheres²³. Estes padrões não são fixos, e seus elementos e significados passaram por mudanças no decorrer do tempo e da história.

Nos tempos da Grécia Antiga, o corpo era idealizado, treinado, produzido em função do seu aprimoramento, exposto e valorizado pela perfeita saúde, capacidade atlética e fertilidade. O corpo belo era tão importante quanto a inteligência e o conhecimento, e estava subordinado à alma^{23,13}.

Avançando-se ao período de ascensão do cristianismo da Idade Média o corpo passou da expressão da beleza para fonte de pecado²³. De um lado, o corpo era fruto da benção e da glorificação, principalmente religiosa (quando se trata do corpo de Cristo), e, de outro, era desprezado, condenado, humilhado, caracterizando certo conflito entre o material e o espiritual. A sexualidade feminina, seus gestos, suas práticas, sua conduta na sociedade eram questões mediadas pela Igreja e aceitas pela sociedade – de forma conflituosa também, pois o corpo feminino estava associado ao “bem” (procriação, virgindade, castidade e cuidado com a família) e ao “mal” (sexualidade, prostituição, luxúria e perversão da alma)^{24,18}. Neste contexto, valorizou-se também a renúncia à alimentação (jejuns) como uma forma de abandonar o material e alcançar o espiritual²³, bem como se condenou os excessos alimentares, ao considerar a gula como um pecado.

No Renascimento, o progresso científico e técnico trouxe uma nova visão ao corpo, que, como objeto de estudos e experiências, era o corpo anatômico e biomecânico²³. Ao fim do século XIX, com a ascensão do sistema capitalista, o trabalho passou a ser realizado em série (lógica industrial) e o corpo percebido como “máquina manipulável”²³ – que, paradoxalmente, via sua perfectibilidade

ameaçada pelas enfermidades causadas pelas condições insalubres das fábricas²⁵. Neste período, as grandes metrópoles mundiais passaram por reformas urbanas guiadas por um novo tipo de orientação regida principalmente pela medicina, com a expansão das práticas de saneamento e higiene a fim de sanar as epidemias.

Com a expansão dos processos de modernização que atingiu esferas como a arte, a ciência, os pensamentos e os valores²², o início do século XX foi marcado por importantes acontecimentos que influenciaram os significados do corpo, dentre eles o advento do cinema como nova forma de entretenimento e grande divulgador de tendências, modismos e pensamentos – o modelo corporal de atores e atrizes (principalmente norte-americanos) passou a ser objeto de desejo da sociedade emergente²⁵. O período após a Primeira Guerra Mundial era de grande instabilidade e ao mesmo tempo de tentativa de recuperação do que fora destruído nos conflitos, assim, o corpo ainda debilitado encontra a euforia da intensidade de viver cada momento como se fosse o último²⁵.

No cenário da Segunda Guerra Mundial, campos de concentração e experimentos “científicos” com a raça não-ariana, a força física do corpo e as habilidades de luta já não eram mais o suficiente, e os corpos mutilados eram apenas números, sem história, rostos ou identidade – reforçando-se a ideia de que o poder humano estava na ciência, na física, nos cálculos, na precisão do movimento do controle de uma bomba.

A segunda metade do século XX iniciou-se com a tentativa reconstrução pós Segunda Guerra Mundial nos países atingidos, enquanto no Brasil também se aproximava o início do Regime Militar. As perdas, principalmente de homens nos combates, abriram maior espaço para a entrada da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho²⁵. O corpo feminino não estava mais restrito ao ambiente

doméstico, a exposição era necessária e as roupas ganharam novos cortes, que acentuavam as formas corporais.

O clima de tensão do período acentuou-se quando vários países testavam bombas atômicas e a sensação coletiva de constante ameaça deu ao corpo o conceito de fragilidade e à vida o sentido de ser a efêmera via de acesso ao mundo material²⁵. As agitações mundiais incitaram diversos movimentos de revoltas entre os jovens – por tudo o que se havia perdido ao longo dos anos e como uma forma de contestação dos valores morais repressores – representando a busca pela liberdade de expressão, de atitude sexual e pelo prazer, noções que foram ao longo dos séculos reprimidas pela religião e aniquiladas pelas guerras. O corpo do amor livre, dos ilimitados experimentos com drogas alucinógenas despertou a transcendência mental dos desejos, e a realidade concreta cedeu espaço ao abstrato do corpo²⁵.

No Brasil, o Regime Militar imprimia nos corpos as dolorosas marcas de tortura a pesquisadores, intelectuais, artistas e líderes políticos. A conquista do tricampeonato em 1970 incitou o incentivo à prática de atividade física e esporte também como artifício de entretenimento entre os jovens. Aumentavam-se assim os locais para cuidar do corpo, bem como a oferta de cosméticos e roupas que incentivavam uma homogeneização de corpos e padrão de beleza jovem²⁵.

Na década de 1980 e início dos anos 1990 os meios de comunicação (TV, rádio, fax, internet) reafirmaram seu caráter massificador e mudaram a relação do indivíduo com o tempo-espaço²², as distâncias entre as culturas foram encurtadas com o fenômeno da globalização. Novos comportamentos, gestos, movimentos e crenças foram apropriados e adaptados de diferentes sociedades ao redor do mundo, reestruturando seus significados próprios. Posteriormente, o

corpo humano e sua genética foram investigados pelo Projeto Genoma²⁵, onde se buscou através da genética a cura e superação de doenças. Ao final do século XX o corpo se consolidou como consumidor do capitalismo, sujeito à lógica do mercado e sociedade de consumo, onde também a ciência e o conhecimento colocaram em xeque algumas verdades absolutas instituídas pelo pensamento religioso.

Corta, estica, modela e transforma: o corpo do século XXI

O corpo do início do século XXI é marcado pelos crescentes avanços da tecnologia, imediatismo, fluidez das relações e sujeição ao mercado do consumo¹¹. O padrão de beleza vigente preconiza um corpo jovem, esbelto, símbolo de perfeição, livre de gorduras, modelo de saúde e disposição – magro e definido para as mulheres, forte e musculoso para os homens^{26,7,22,21,11}. Este corpo reina e padece diariamente em uma sociedade que o cultua como um objeto de adoração e desejo (esforços constantes para mantê-lo ou conquistá-lo), mas que ao mesmo tempo não cessa desvalorizar as singularidades e potencialidades dos sujeitos, desprezando-os como objetos descartáveis, sem sentido e sem valor^{27,28}.

O corpo, na atualidade, parece assim se apresentar como uma síntese de desejo, ciência e tecnologia, a serviço do chamado bem-estar²⁹, as relações que o mercado estabelece são múltiplas, criando sempre demandas corporais e novas exigências aos indivíduos²⁷. Diversas são as técnicas de transformação deste corpo e para cada uma de suas partes há uma “solução”, como inúmeros tipos de cosméticos, cirurgias estéticas, procedimentos rejuvenescedores e modeladores, exercícios físicos, dietas e restrições alimentares, alimentos especiais (diet, light,

gluten free), suplementos, medicamentos (emagrecedores, diuréticos, laxantes), hormônios anabolizantes^{27,22}. Assim, o corpo é visto como um objeto de consumo cujas peças podem ser substituídas, redesenhadas, cortadas, modeladas e transformadas, conforme os anseios pessoais, de forma que seu valor é medido pelos atributos físicos que possui (ou conquista) – e dos significados que assumem. Valoriza-se a cultura do narcisismo, pois é exigido que aquilo que o indivíduo possa parecer sobreponha o que ele é; e o corpo se transforma em um objeto de apresentação, parte de um espetáculo, que precisa ver e ser visto²⁷.

A indústria da beleza, implícita ou explicitamente induz a ideia de que para se ter sucesso, felicidade ou dinheiro, o único caminho é através da beleza estética^{30,29}, de forma que aquele corpo esculpido, de músculos bem torneados, mais do que um (possível) indicador de boa saúde, é também o resultado de uma cadeia de interesses³⁰.

O discurso da saúde se misturou ao discurso da aptidão e da estética e resultou num processo de constante insatisfação que converge para o que se acredita ser um cuidado com o corpo²², tal cuidado vem se tornando demasiado, quase uma obrigação diária, gerando por vezes sentimento de culpa, insuficiência, vergonha e fracasso naqueles que não podem alcançá-lo²⁹.

Dia após dia, o corpo é vitimizado por políticas de saberes/poderes que o identificam, classificam, recalcam, estigmatizam, enfim, formam e deformam a imagem corporal³⁰. Pessoas são integralmente responsabilizadas pela conquista de um corpo perfeito, jovem e saudável, não importando suas preferências, biologia, valores e condições.

Mídia: Avalanche de imagens e informações sobre o corpo

A mídia de massa tem um papel crucial na formação e reflexão da opinião pública. Acredita-se que ela pode influenciar valores, normas e padrões estéticos incorporados pela sociedade moderna³¹. A onipresença da mídia produz uma avalanche de imagens que sufoca a possibilidade criativa do sujeito, e a sofisticação tecnológica e dos canais de distribuição têm permitido um fluxo cada vez mais intenso e imediato de imagens¹⁸.

Considerada a principal responsável pela propagação dos ideais de forma física, que passam a ser desejados e cultivados³², a mídia interfere diretamente na imagem corporal e na concepção pessoal de corpo e beleza.

Em todo tempo corpos de homens de mulheres esportivas e atléticos são expostos na TV, revistas, jornais e internet, inclusive quando o objetivo não é “vender beleza” – como, por exemplo, na publicidade de carros, eletrodomésticos, *fast food*, bebidas. Estes corpos tão intensamente desejados são frequentemente “retocados” e “corrigidos” por *softwares* que oferecem às imagens corporais tudo aquilo que a natureza costuma recusar aos organismos vivos, e também aquilo que o mercado da beleza não consegue produzir²⁷.

Quando as pessoas são expostas a imagens que se encaixam no padrão de beleza atual, aceito e propagado pela mídia, recebem a mensagem de como devem parecer para serem julgadas atraentes, e frequentemente percebem uma discrepância significativa entre sua própria atratividade e a dos modelos, gerando insatisfação. Além disso, a mídia constantemente apresenta mensagens sobre como características positivas, tais como autocontrole, felicidade, poder, liberdade, autonomia, bem-estar e mobilidade social estão associadas ao ideal sociocultural

de beleza, o que aumenta a ânsia para estar dentro destes padrões e alcançar sucesso em todas as esferas da vida³².

Nesta concepção de mundo belo se o indivíduo tiver alguma dificuldade sobre como proceder para conquistar o corpo ideal, o motivo não é a carência de informações e sugestões de dietas, exercícios físicos, equipamentos, enfim, todo o aparato comercial de que a sociedade dispõe³⁰. As revistas “especializadas”, os programas de TV, a internet, a publicidade em geral, levam os indivíduos a acreditarem que toda e qualquer imperfeição ou defeito é fruto de negligência pessoal e falta de cuidado de si, e que com bastante disciplina e força de vontade, seguindo os conselhos dos experts, qualquer um pode atingir uma aparência próxima ou similar ao padrão de beleza vigente²⁹.

Esculpir, modelar e transformar são verbos muito presentes nos discursos midiáticos sobre o corpo e verbos muitas vezes endossados pelo saber médico, na cadeia tecnológica a serviço de uma suposta melhoria no corpo²⁹, mas faz deste um objeto cada vez mais vazio, sem valor e desprovido de identidade.

A imagem corporal é um construto multidimensional em constantemente mudança, constituído e influenciado por diversas esferas da vida das pessoas. Ao longo da história, o corpo experimentou diferentes significados, sendo constantemente submisso a uma aprovação social.

Com crescente indústria da insatisfação e perspectiva mercadológica do corpo, vende-se a ideia de que as pessoas sempre terão algo a melhorar, neste contexto, no universo das academias o lugar anteriormente ocupado pela busca aos benefícios à saúde cede espaço à busca pela beleza e corpo ideal. Todavia, este “mundo belo” e inalcançável traz consigo inúmeros prejuízos e sofrimento a um número cada vez maior de indivíduos.

Embora em contextos diferentes, os padrões estéticos de beleza sempre existiram e sempre foram injustos, à medida impõem aquilo que é aceito e que excluem quem não atende aos requisitos da “perfeição”.

ESPORTE E IMAGEM CORPORAL: DISCUSSÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO CORPO DO ATLETA¹.

O corpo humano sofreu um adestramento com o passar dos séculos, representando ascensão social, obedecendo a regras de etiqueta, beleza e higiene. As pessoas começaram a ser modeladas por meio de regulamentação de condutas e Norbert Elias (1993) chamou este modelo influenciado pelas camadas sociais superiores de teias sociais abrangentes. A partir destas ocorre a transformação de hábitos por um pequeno grupo que estabelece um modelo de conduta e os demais grupos o imitam, incorporando e se adaptando a ele. Esse movimento de mudança de longa duração foi descrito por Elias como o Processo Civilizador que ocorreu a partir do século XVIII na Europa.

Para Marcel Mauss (2003, p. 407) “o corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem”. O autor relatou, em 1935, as atitudes e os modos de agir do corpo nas diferentes sociedades em *As Técnicas do Corpo*, onde técnica continha um significado de ato tradicional eficaz de ordem mecânica, física ou físico-química, sendo realizado com finalidade específica. Ainda segundo Mauss, os homens de cada sociedade aprenderam de maneiras diferentes a usarem seus corpos.

Já o perfil físico dos atletas era muito parecido no início do século passado, independentemente da modalidade esportiva praticada, caracterizando um corpo de estatura e peso médios. Esta peculiaridade dos esportistas era

¹ Luzia Mêire Ferreira Rall.

explicada pela semelhança dos treinamentos, pois não havia distinção dos mesmos entre as modalidades.

Na atualidade o mundo esportivo busca cada vez mais a tecnologia para aprimorar o desempenho dos atletas e essa evolução teve início a partir dos anos 1940, quando cientistas e treinadores perceberam que cada modalidade esportiva tinha a sua especificidade. Teve início um “modelo ideal” e uma seleção natural na busca pelo biotipo apropriado em suas respectivas bases esportivas. O “modelo ideal” nos remete à discussão metodológica de Max Weber (2002) já que esta tem como aspecto básico a concepção do tipo ideal. Este não é necessariamente um exemplo ou uma perfeição, mas um modelo a ser seguido na realidade que se apresenta para um pesquisador ou neste caso para um treinador.

Esporte, Mídia e Corpo

Pode-se afirmar que o esporte contemporâneo está intimamente ligado aos meios de comunicação, em uma relação de dependência para sua divulgação e transmissão. Inclusive algumas modalidades esportivas chegaram a modificar suas regras para se adequarem a padrões exigidos pela mídia televisiva. A internet, com sua forma democrática e acesso a novas formas de tecnologia, vem ganhando destaque nos meios de comunicação esportivos. Porém, mesmo com toda essa tecnologia, a palavra esporte para a mídia, representa apenas alto rendimento e retrata o vencedor-perdedor. O sentido polissêmico que o esporte traz, perde o significado neste caso específico.

Para Bourdieu (1997) a lógica que precisa ser entendida é a busca pela audiência, que não pode entrar em choque com ideias político-econômicas dos

responsáveis pela transmissão. Dessa forma, um atleta ou uma prática esportiva ocuparão mais espaço nos meios de comunicação, quanto mais se identificarem com o sentimento de 'orgulho nacional'. Ainda segundo o autor "os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras...Eles operam uma seleção e construção do que é selecionado" (1997, p. 25).

Essa superexposição na mídia acarreta como consequência uma preocupação maior com o corpo na busca por formas ideais, para garantir sua escolha ou permanência na equipe ou clube, podendo distorcer a imagem corporal do atleta e levar a métodos insalubres que passam longe da saúde física e mental. Para Foucault (1999) o corpo está diretamente ligado às relações de poder e de dominação, num investimento político complexo que depende da sua utilização econômica.

De acordo com Tiggemann (2011) o modelo sociocultural dita a existência de ideais sociais de beleza a serem seguidos, transmitidos por vários meios de comunicação na sociedade. Estes ideais são absorvidos pelas pessoas e a partir daí se estabelece a satisfação ou não com o corpo.

Portanto, o corpo belo retratado na mídia, de um modo geral, influencia a aparência e imagem corporal das pessoas em nossa sociedade contemporânea. Pode-se dizer que isto afeta mais as mulheres e meninas, preocupadas em conseguir o "corpo ideal", pois sobre elas recaem o peso da cobrança da estética preconizada. Porém os homens também estão vivenciando esta insatisfação corporal na medida em que buscam por mais musculatura. Dentro desse universo midiático incluem-se os atletas, ora como protagonistas do *marketing* ora se espelhando em seus ídolos.

Imagem Corporal

A definição de Imagem Corporal deve ser precedida do significado de cada palavra separadamente. Assim, Imagem nos remete a uma representação mental ou imagem mental, na qual são incorporados aos objetos conceitos e valores adquiridos por nossas experiências, aprendizados e observações. Corporal nos traz o corpo com sua identidade existencial, isto é, toda a bagagem de uma pessoa.

Paul Schilder (1994, p. 11) entende como “a imagem do corpo humano a figuração de nosso corpo formada em nossa mente, ou seja, o modo pelo qual o corpo se apresenta para nós”. De acordo com este autor, as estruturas fisiológica, libidinal e social são a base para a formação da imagem corporal e cada corpo é único e singular.

Diferentemente de Paul Schilder, a psicanalista francesa Françoise Dolto (2010) conceitua imagem corporal como uma representação inconsciente, que sintetiza as experiências emocionais vividas. Ainda “...atual, viva, em situação dinâmica, simultaneamente narcísica e inter-relacional: camuflável ou atualizável na relação aqui e agora, por qualquer expressão *linguagreira*...” (IDEM, p. 15). E mais, para a autora, a imagem do corpo se sustenta e se cruza com o esquema corporal, para poder entrar em contato com o outro.

Assim:

“esquema corporal especifica o indivíduo enquanto representante da espécie, quaisquer que sejam o lugar, a época ou as condições nas quais ele vive... É, em princípio, o mesmo para todos os indivíduos (aproximadamente de mesma idade, sob um mesmo clima) da espécie humana” (DOLTO, 2010, p. 14).

A imagem corporal, para Tavares (2003, p.100), se define como “a representação mental do nosso próprio corpo, a maneira como nosso corpo aparece para nós mesmos”, representando uma experiência onde cada sujeito vivencia e dimensiona o sentido de seus impulsos, percepções e tomadas de decisões, pois essa imagem tem a ver com a identidade da pessoa. Então para o desenvolvimento da imagem corporal, deve-se desenvolver a identidade corporal do indivíduo, por meio de intervenções motoras e psíquicas.

Para Paul Schilder (1994), em seu resultado final, a imagem corporal representa uma unidade que não é rígida e sim possível de transformações. Barros (2005) completa que esta unidade seria a junção de várias relações e experiências ocorridas no decorrer de nossa vida, em busca de sentido por meio de uma totalidade do corpo e da imagem de nós mesmos em constante modificação.

Assim, a imagem corporal de um adulto é construída ao longo de sua vida, por meio de suas experiências, percepções e relações sociais, comparando-se com o outro e formando sua identidade. Portanto, a imagem corporal não é estática e está em constante transformação, recebendo influência da sociedade e da mídia, mas também influenciando os outros ao seu redor.

O Papel do Esporte

Ao longo dos tempos o esporte tem demonstrado seu papel como transformador do homem na vida em sociedade. Para Almeida e De Rose Jr. (2010) o esporte socializa e transmite valores, é um instrumento importante para ser usado na educação e para a saúde, expressa a arte, mas também pode ser voltado para a violência. Fenômeno multifacetado, com destaque na mídia e estrutura

trabalhista das práticas corporais. Ainda para os autores, o esporte, sendo uma prática entre sujeitos, instituída pelas relações sociais, pode atuar como interlocutor na sociedade contemporânea.

Num sentido contrário à violência, o esporte passou pelo mesmo Processo Civilizador de Norbert Elias na sociedade inglesa, contribuindo para a mudança de hábitos, valores e comportamentos, buscando o controle das emoções.

O esporte moderno, assim chamado a partir das diferenças das práticas esportivas antigas se comparadas às práticas dos séculos XIX e XX, possui as seguintes características, de acordo com Allen Guttmann (1978): secularização, especialização, racionalização, burocratização, quantificação, qualidade de chances na disputa e busca de recorde.

Porém, ocorreram transformações nas manifestações esportivas com o passar dos anos que não podem ser explicadas somente pelas características acima, como por exemplo, uso político do esporte, comercial e sua espetacularização. Para Tubino (1992) o *status* de espetáculo proporcionou um aumento das possibilidades de práticas, como também uma evolução do esporte moderno para o esporte contemporâneo.

Assim, segundo Marques, Almeida e Gutierrez (2007, p. 229):

“o esporte seria um fenômeno sociocultural que engloba diversas práticas humanas, norteadas por regras de ação próprias, regulamentadas e institucionalizadas, direcionadas para um aspecto competitivo, seja ele caracterizado pela oposição entre sujeitos ou pela comparação entre realizações do próprio indivíduo, que se manifestam através da atividade corporal”.

Sendo um fenômeno sociocultural, o esporte influencia a sociedade de acordo com o sentido da prática e de sua modalidade, pois toda ação esportiva tem que ser contextualizada para ser suficiente perante o que ela quer representar. De acordo com os autores acima (2007) a manifestação esportiva surge da inter-relação entre o sentido da prática e a modalidade da atividade. O sentido da prática diz respeito das condições sociais e valores dos participantes envolvidos, pois suas características influenciam a atividade, colaborando para a formação humana. A modalidade considera as modalidades esportivas, com suas regras e universos diferenciados. Então, a prática esportiva se manifesta por meio de um sentido e de sua modalidade. Desta forma não existem vários esportes e sim várias manifestações esportivas. Uma modalidade esportiva não é um esporte, mas parte integrante desse universo.

Paralelamente ao mundo esportivo, o uso da tecnologia tem propiciado o afastamento do coletivo, facilitando o isolamento. A indústria cultural também foi afetada por essa tecnologia, além de permitir ações fantásticas amplamente exploradas e disseminadas nos filmes. A sociedade atual cultua o individualismo, valorizando o “novo”, deixando de lado vínculos familiares e tradições.

O século XXI não está dando conta dessas emoções, por isso surgiram outras modalidades esportivas, como os esportes radicais, para substituírem os sentimentos que as atividades coletivas não provocavam mais. Os indivíduos vão à busca de uma “catarse”, que para Elias surge como um elemento de limpeza do corpo, acalmado pela emoção. Pode-se dizer que este sentimento de catarse produz uma interface que é construída socialmente.

Nesse sentido, o esporte representa a sociedade, não só como válvula de escape para as emoções reprimidas, mas influencia a política, a economia, se reinventa, avança, criando novos paradigmas.

Corpo do Atleta

As competições esportivas na infância e na adolescência estão sendo organizadas cada vez mais em todos os lugares. A preocupação surge quando a proposta de se apresentar modalidades esportivas para as crianças é substituída pela especialização precoce, onde a pedagogia esportiva é toda voltada para o alto rendimento de uma determinada modalidade esportiva.

De acordo com De Rose Jr. (2009) diversos interesses envolvem as crianças, jovens e seus responsáveis precocemente em competições esportivas, tais como: influência de adultos; influência da mídia que retrata atletas famosos; expectativa em atingir alto nível esportivo; expectativa de melhoria do *status* social; expectativa de melhoria econômica pessoal e familiar; estilo de vida competitivo (esportivo e pessoal).

Por outro lado, muitos profissionais que atuam com o esporte vão em busca da detecção, seleção e posterior formação do 'talento esportivo' nas diversas modalidades esportivas para gerar novos atletas a longo prazo. Segundo Böhme e Ré (2009) a palavra "talento" designa uma pessoa com "aptidão acima da média em determinado campo de ação ou aspecto de atividade humana considerada..., que é possível de ser detectada, treinada e conseqüentemente melhor desenvolvida". Ainda segundo os autores, o conceito de talento esportivo está intimamente relacionado com o processo em que ocorre o seu

desenvolvimento, levando-se em conta as condições ambientais propícias, quantidade e qualidade dos treinamentos. Portanto o talento esportivo está diretamente ligado a um bom programa de treinamento a longo prazo (TLP).

O esporte de alto nível fundamentado num programa de TLP dura em média de seis a dez anos, de acordo com a modalidade esportiva, dividido em três níveis: formação básica geral, treinamento específico e treinamento de alto nível. Cada nível possui etapas com suas respectivas idades, sendo que a escolha de uma modalidade esportiva só deverá ocorrer por volta dos 12 ou 13 anos (na 2ª etapa do 2º nível).

Pensando no bem-estar de jovens praticantes de modalidades esportivas, uma vez que a sociedade atual incentiva as competições, seria prudente que profissionais da área esportiva e responsáveis por essas crianças e adolescentes, considerassem o crescimento e maturação dos mesmos. Por maturação entende-se que o organismo está apto a realizar suas funções. Ela implica em progresso em direção à maturidade e esta é atingida por todos os tecidos, órgãos e sistemas do corpo humano. A maturação é um processo e a maturidade é um estado. A maturação relata o calendário cronológico, entretanto, não necessariamente, a idade cronológica é diretamente associada à maturidade biológica.

Portanto, a participação de esportistas jovens em competições em que eles não estão preparados fisicamente para os desafios da modalidade, pode acarretar problemas de ordem física e psicológica, levando até ao afastamento precoce dos treinamentos. As lesões físicas podem acontecer a médio e longo prazo e as psicológicas, gerarem desmotivação, estresse, ansiedade, autoimagem negativa.

Segundo Malina e Bouchard (2002) a atividade física regular de um treinamento esportivo adequado não tem efeito sobre o crescimento em altura ou a maturação sexual, esquelética ou somática. Porém, o treinamento esportivo intenso, associado a outros fatores como, restrição alimentar, pode afetar a maturação sexual de meninas. Mas, deve-se levar em conta a importância do treinamento para o desenvolvimento de habilidades motoras, força muscular, potência aeróbia e capacidade anaeróbia, fatores estes imprescindíveis para o bom desempenho nos esportes.

Controvérsias à parte, pois muitos pesquisadores são contra a iniciação esportiva competitiva alegando efeitos psicológicos negativos e outros, a favor, argumentando que isto possa trazer benefícios para a preparação do indivíduo, com seus valores sociais e normas de conduta, não se pode esquecer a importância da vivência esportiva para a vida da criança e do adolescente, fazendo parte do seu desenvolvimento educativo, físico e psicológico. Dessa forma contribui-se para combater o sedentarismo, aumentando as atividades físicas regulares e diminuindo o tempo diante da televisão, computador e eletrônicos, melhorando sua qualidade de vida.

Esporte e Imagem Corporal

A sociedade contemporânea tem a marca do exagero e imediatismo. Por conta disto, os Transtornos Mentais Comuns (TMC), como o estresse, depressão, têm acometido as pessoas e podem ter sua origem no modo ou estilo de vida. Estes distúrbios foram discutidos por Almeida e Vitagliano (2009) como patologias sociais, as quais são processos de adoecimento que afetam tanto os cidadãos

como outras doenças comuns, decorrentes da rotina de vida. Outros podem ser menos identificáveis como a obesidade que pode desencadear os transtornos alimentares da anorexia e/ou bulimia nervosa.

O Transtorno do Comportamento Alimentar (TCA) é uma perturbação insistente que modifica os hábitos alimentares do indivíduo, prejudicando sua saúde física, mental e social. Compreendem a anorexia, a bulimia nervosa e o transtorno da compulsão alimentar periódica. De causas múltiplas, os TCAs podem incluir fatores genéticos, comportamentais e ambientais. Há uma preocupação exagerada com o peso, além da distorção da imagem corporal, sendo que muitas vezes as pessoas acometidas por estes transtornos são resistentes ao tratamento.

Diversos estudos têm demonstrado que um fator fundamental do autoconceito e do comportamento é a percepção de como somos vistos e avaliados pelos outros (CAMPOS et al, 2007).

A preocupação com o corpo na busca por formas ideais pode distorcer a imagem corporal e levar a métodos insalubres que passam longe da saúde física e mental. A insatisfação com a imagem corporal e baixa autoestima são fatores que predisõem o TCA.

O padrão de beleza magro ditado pela sociedade atual, não corresponde necessariamente à ideia de saúde e respeito ao tipo físico da população e um número cada vez maior de mulheres são levadas para este padrão distorcido de beleza.

Embora o treinamento físico nas diversas modalidades esportivas possa modelar um corpo harmonioso, a pressão exercida pela competitividade pode distorcer a imagem corporal das atletas, além das cobranças do perfil de massa corporal ideal exigido para a modalidade em que elas estão inseridas.

Certas modalidades são consideradas por pesquisadores, como de risco para o TCA, pois exigem de suas atletas leveza e graça dos movimentos, flexibilidade, entre outros, para um bom desempenho técnico da modalidade esportiva, como é o caso da ginástica artística, rítmica, nado sincronizado, patinação e outras que sugerem baixa porcentagem de gordura corporal.

Nas modalidades esportivas de lutas, como judô, boxe, tae kwon do, jiu jitsu e outras, a categorização se constitui baseada no peso corporal do atleta, para garantir combates justos e prevenir lesões. Mas os atletas procuram burlar as regras para levar vantagem e entrar na categoria anterior. A perda de peso rápida utiliza métodos agressivos, pois só perdem água, com grande risco para a saúde, fazendo restrição da ingestão de líquidos de 24 a 48 horas, sudorese forçada, hipo-hidratação extrema, jejum prolongado e vômitos induzidos, uso de laxantes e diuréticos. Alguns esportistas podem apresentar distorção com relação à sua imagem corporal, principalmente atletas do sexo feminino e mais jovens, pois estão sempre em busca do ideal social do corpo magro.

Pesquisas têm demonstrado que mesmo dentro de um padrão estético nos parâmetros para massa corporal saudável para gênero e idade, alguns atletas apresentam insatisfação com seu corpo e sua imagem corporal. Mais estudos são necessários para esclarecer se é uma pressão imposta pela modalidade esportiva que o atleta de alto rendimento defende ou se há uma cobrança social, que na contemporaneidade privilegia o corpo magro. Em defesa das modalidades esportivas tem-se que em jovens estudantes não atletas, trabalhos mostram que há uma grande susceptibilidade para os transtornos de comportamento alimentar, em virtude do impacto social que a magreza traduz, criando uma imagem corporal negativa com baixa autoestima. Isto é reforçado pelo estudo sobre

“Autopercepção da imagem corporal entre estudantes de nutrição” no município do Rio de Janeiro, de Bosi et al (2006), que concluiu que o corpo ideal ditado pela sociedade – corpo magro – predomina, pois mesmo com peso adequado, um grupo de estudantes insatisfeitos, desejava alterar sua imagem corporal para se adequarem aos padrões sociais. Este achado é relevante, posto que se tratasse de futuras nutricionistas.

Para Murnen (2011, cap.19) tanto homens como mulheres estão expostos a ideais de corpos irreais, o que pode comprometer a sua autoestima e bem-estar, porém as mulheres são mais influenciáveis pelos meios de comunicação.

Outro processo de exagero em nossa sociedade, criando novas formas de transtorno do comportamento alimentar é a vigorexia, que se caracteriza pelo excesso da prática de exercícios físicos, com o intuito de desenvolver a musculatura, numa relação de fanatismo pelo corpo ideal. Como acontece com outras doenças do TCA a vigorexia também vem acompanhada de grande distorção e insatisfação da imagem corporal e acomete mais os homens do que as mulheres.

Freire (2011, p. 466) discute que “ o corpo toma a cena e se torna o protagonista da vida cotidiana, saindo do espaço privado, da intimidade das casas, e ganhando o espaço público da rua”. O corpo está sendo usado para expressar os exageros da vida contemporânea, mas pode esconder aflições íntimas.

Deve-se enfatizar o valor do esporte como fenômeno sociocultural, com diversas formas de manifestação quanto ao sentido da prática, capaz de proporcionar interação social para a melhora da autoestima, inclusão social e ajuda na conquista de ideais.

O desempenho de alto rendimento, num ambiente profissional, não é associado com uma vida saudável, mas seus atletas vão a busca de outros valores, os quais são perseguidos por anos de dedicação ao esporte. O esporte como lazer, num ambiente amador, para Marques, Almeida e Gutierrez (2007) pode trazer as normas e o formato das modalidades esportivas do alto rendimento, realizando campeonatos e torneios, valorizando o jogo e não o jogador, buscando vitórias e comparações nos desempenhos. Pode também trazer adaptações para possibilitar o esporte como prática com intenções diferenciadas, não buscando vitórias, mas vivências. É o chamado esporte res-significado.

Para uma relação mais estreita entre esporte e sociedade, se faz necessária a continuidade de pesquisas, com integração entre teoria e prática por parte dos profissionais envolvidos com esporte. Faz-se necessário criar um ambiente de trabalho mais acolhedor e humanizado, oferecendo a prática esportiva para diversas faixas etárias, aberto para a socialização das pessoas, de modo a integrá-las e não só inclui-las. O profissional da área esportiva ligado ao alto rendimento deve ficar atento para conduzir com critérios um bom programa de treinamento a longo prazo.

Desta forma, pode se esperar uma adesão e aderência maior aos programas de atividade física e lazer ligados ao esporte e jovens com oportunidades de vivenciar uma vida mais saudável e ativa fisicamente, e talvez, alguns se tornem atletas.

DANÇA ESPORTIVA EM CADEIRA DE RODAS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESPORTE, PARTICIPAÇÃO E DEFICIÊNCIA¹

O esporte para pessoas com deficiência é um dos possíveis meios de inclusão, reabilitação e desenvolvimento global dos indivíduos. Com o passar dos anos, tornou-se também uma oportunidade para que atletas com deficiência alcançassem resultados tão expressivos quanto o das pessoas/atletas sem deficiência no esporte de competição.

O esporte para pessoas com deficiência, evoluiu gradativamente. Iniciou-se como uma proposta de atividade física, especialmente nas escolas especiais. A atividade física para pessoas com deficiência é relatada desde 1838 como prática escolar, sendo que em 1870 as escolas de surdos começaram a oferecer o beisebol, e em 1885 o futebol americano foi introduzido, e anos mais tarde, em 1906, o basquetebol. Porém, estes foram fatos pontuais e isolados que não evoluíram com eficiência (WINNICK, 2004).

A grande ascensão do esporte para pessoas com deficiência data de 1944, pois a partir da Segunda Guerra Mundial, muitos soldados voltaram dos combates mutilados ou com graves lesões, e precisaram ser reabilitados. Em Stoke Mandeville, na Inglaterra, um neurocirurgião chamado Ludwig Guttmann, introduziu algumas modalidades esportivas, em especial o tiro com arco, o pólo e uma modalidade muito parecida com o basquete em cadeira de rodas, durante o processo de reabilitação dos soldados com o propósito de melhorar a qualidade

¹ Renata Ferreira (UNICAMP); Michelle Aline Barreto (UNICAMP)

de vida e a condição psicossocial destes indivíduos, o que conseqüentemente foi um passo importante para o desenvolvimento e estado atual do esporte paralímpico (WINNICK, 2004; COSTA, SOUSA, 2004; PARSONS, WINCKLER, 2012).

Costa e Winckler (2012) apontam que a partir desta iniciativa houve uma evolução e concretização do que é o movimento paralímpico. Bailey (2008) indica que tal fenômeno ocorreu porque o esporte foi proposto com funções além da reabilitação e socialização, como por exemplo, a competição e o rendimento dos atletas, modelo no qual o resultado passou a ser componente central no processo. Esse caráter competitivo pode ter sido decisivo para o sucesso das modalidades adaptadas do esporte, pois motivava as pessoas com deficiência a participarem e buscarem metas dentro destas.

A partir desta experiência positiva, diversos países passaram a adotar o esporte com caráter competitivo, criando assim um movimento mundial que com o passar dos anos foi organizado chegando aos Jogos Paralímpicos, que hoje se configuram como um mega evento de abrangência extraordinária.

Dentre os diversos países que hoje são potências paralímpicas, e outros que se estruturam para tais competições, está o Brasil, que começou a passos lentos e hoje ocupa uma posição de destaque entre as dez grandes forças paralímpicas do mundo, tendo alcançado o sétimo lugar na última edição dos jogos em Londres no ano de 2012.

O esporte para pessoas com deficiência tem se desenvolvido de tal forma que novas práticas são adaptadas para permitir a participação destes indivíduos, a exemplo temos a dança, tanto com caráter artístico quanto esportivo. Este fato destaca o crescimento e a representação de importantes ganhos tanto para o esporte quanto para a dança, quando vistos enquanto áreas distintas e

separadas, que na verdade, apresentam-se unidas quando nos referimos à dança esportiva.

A área da Educação Física tende a ser ampliada, na medida em que abrange todas as práticas de atividade física, sem acepção, principalmente ao relacioná-las, expandindo suas dimensões. Por isso, este capítulo busca trazer uma reflexão sobre a dança esportiva em cadeira de rodas como proposta de participação da pessoa com deficiência no esporte.

Desde o seu surgimento nos anos 1990, e seguindo uma grande proliferação de trabalhos no exterior e no Brasil, a dança esportiva em cadeira de rodas ganhou visibilidade e atrai um crescente interesse de profissionais da área, mas ainda permanece desconhecida. A participação e a maior notoriedade de pessoas com deficiência na dança destacam a singularidade e a pluralidade sob as quais esta deve ser compreendida e estudada.

Assim é importante compreender alguns aspectos históricos e sociais que possibilitaram que a dança em cadeira de rodas fosse reconhecida como uma modalidade esportiva pelo Comitê Paralímpico Internacional em 1998, e também ilustrar de que forma a participação nesta prática esportiva tem gerado impactos físicos, psicológicos e sociais para as pessoas com deficiência física motora que a aderem.

A dança para pessoas com deficiência física motora

Historicamente, as pessoas com deficiência sempre foram desfavorecidas socialmente, ao serem exterminadas, reclusas da sociedade e alvo de todas as formas de preconceito. Com o passar dos anos, estas pessoas começaram a exigir

seus direitos, a participar ativamente da sociedade, e se mostrar como cidadãos em todas as instâncias sociais, como nas escolas, no mercado de trabalho, nas artes e nos esportes (BARRETO; FERREIRA, 2011).

A dança, que pode ser visualizada como prática esportiva, artística, de recreação, de lazer, ou até mesmo terapêutica, tem conquistado a ampla participação de pessoas com deficiência, que usufruem de seus benefícios físicos, psicológicos e sociais. Esses benefícios geram impactos em sua qualidade de vida e são instrumentos valorosos, por meio dos quais a própria dança tem se desenvolvido, ao enfrentar a quebra de paradigmas passados, que estabeleciam que apenas um determinado tipo de corpo poderia dançar. A visibilidade do corpo com deficiência gera reflexões sobre o papel que é assumido por esses corpos, já que eles começam a ocupar espaços até então dominados pelos corpos ideais. Neste sentido, pode-se afirmar que a participação na dança por pessoas com deficiência resulta tanto no desenvolvimento das pessoas, quanto no da prática em si.

Na dança, as pessoas com deficiência encontram um lugar no qual podem se subjetivar, onde enxergam a plenitude de quem são, e não apenas a sua condição de deficiência. Ferreira (2005) explica que o entendimento dos recursos da dança não abarca a totalidade do universo social, e nem fornece um esquema estruturador desta relação, mas apresenta elementos para refletir sobre a importância da construção que essas pessoas fazem de representações sobre si mesmas (identificação/subjetivação), sobre o seu espaço social e o seu corpo.

A apresentação de dança de um corpo com deficiência, longe do propósito de fomentar o sentimento de compaixão, pode levar as pessoas sem deficiência que o vislumbram a dialogar/confrontar a história deste corpo com

deficiência com a sua própria história, valores e (pré)conceitos. Por esse trajeto, o dançarino pode desafiar as representações de corpo que estão estabelecidas na dança. É claro que as pessoas com deficiência física motora não mudarão o sentido da deficiência, mas elas poderão mudar as suas relações com as pessoas que estão estabelecendo o sentido da deficiência.

Evidentemente, a dança para pessoas com deficiência ainda não se despreendeu do conceito de deficiência, mas, cabe salientar que a deficiência aparente, significada pelo seu aspecto sócio/cultural, em muitas situações, já está um pouco amenizada (FERREIRA, 2005), enfraquecendo os parâmetros de estética imbuídos na prática, que ao invés de promoverem a dança, tornam-se limites para o seu desenvolvimento.

Para entender o que levou a esta atenuação do padrão estético da dança, e conseqüentemente, a ampliação de oportunidades na dança para pessoas com deficiência, é preciso compreender o modelo social de deficiência, que promoveu mudanças sócio-políticas referentes à esse grupo. Este modelo, considerando que a deficiência é um problema gerado pela sociedade, que apresenta inadequações em sua forma de incluir a todos, quebra o conceito anterior descrito pelo modelo médico, que entende que a lesão leva à deficiência, e que, portanto, ela encontra-se no indivíduo, que apresenta uma condição de inadequação para a sociedade.

Para Vendramin (2013), os fatores que colaboram para a modificação de paradigma, e o reconhecimento e firmamento de um território da dança feita com pessoas com e sem deficiência, são agentes inevitavelmente ligados a questões culturais e sociais. A recente emergência de estudos sobre deficiência (como um domínio de estudo) salienta a discussão de questões voltadas não apenas ao

significado da deficiência, mas que colocam em debate a natureza da sociedade, os valores dominantes, o significado de qualidade e direito à vida. Ao invés de entender a deficiência como uma condição individual (considerada como uma falha), estudos atuais sobre deficiência a compreendem como uma condição da sociedade, todavia, ainda há muitos vestígios do modelo médico inseridos no entendimento, e no comportamento da sociedade e da dança.

De um modo geral, a dança tem representatividade social, ou seja, possui sentidos e ao mesmo tempo determina e gera outros sentidos para a dança e a deficiência. Muitas pessoas com deficiência estão se reconhecendo na dança, que tem sido uma possibilidade de se estar em sociedade. Neste sentido, a dança pode ser um elemento de equilíbrio social para as pessoas com deficiência, e/ou possivelmente, de transformação pessoal e social (ALVES et al., 2012).

Por mais que atualmente, a dança esteja sendo praticada por pessoas com deficiência, a sua disposição para esta população, na maioria das vezes é de caráter recreativo, deixando que a aprendizagem motora de uma determinada técnica seja colocada em um segundo plano. Claro que, a dança pode e deve ser utilizada para fins recreativos, que objetivem a criatividade e a diversão, todavia, se a dança for empregada desta maneira, tendo em vista primordialmente a incapacidade decorrente da condição do indivíduo, ela estará se voltando para a restrição, e não para a ampliação de oportunidades para esta população. Isto pode desvalorizar tanto a capacidade da pessoa, quanto a dança. Adaptações devem ser feitas, mas a dança não deve ser transformada em algo que não é, ao ser influenciada por pensamentos que se restrinjam às limitações impostas pela deficiência, pelo contrário, ela deve ser desenvolvida tendo em vista o desenvolvimento do sujeito. Nesse contexto surge a dança esportiva que busca o

desenvolvimento integral e atlético do indivíduo e conserva a essência técnica da dança. Ainda hoje há uma lacuna na disposição entre a participação recreativa e competitiva de pessoas com deficiência na dança, que sugere que estas pessoas não têm acesso a formação em dança, ou que são excluídas desta prática.

A dança esportiva em cadeira de rodas é um exemplo de como a dança tem sido empregada valorizando a capacidade e a ampliação de oportunidades para pessoas com deficiência física motora, que optam por esta prática tanto a nível profissional, quanto de lazer.

Dança esportiva em cadeira de rodas: um breve histórico

A partir dos anos 1970, a queda dos estereótipos quanto ao modelo de corpo capaz de dançar, permitiu que aos poucos, uma nova dança fosse instituída. A dança em cadeira de rodas é resultante deste processo, e tem encorajado e fomentado pesquisas de exploração dos movimentos corporais, abrangendo novos universos e conhecimentos voltados para um corpo considerado suscetível a arranjos e combinações insólidas. Mesmo com poucas referências históricas, esta modalidade de dança é praticada em diversos países, com estilos diversificados (FERREIRA, 2005).

A dança em cadeira de rodas é resultado de um processo histórico, baseado em três vertentes: 1) no desenvolvimento da dança moderna, com a valorização da criatividade e da improvisação do movimento; 2) na dança-terapia com o desenvolvimento da psicologia, da expressão afetiva e na descoberta da ligação entre o corpo e as emoções; e 3) no esporte adaptado, oriundo dos

movimentos históricos de reabilitação das pessoas com deficiência no contexto pós-guerra (LOPES, ARAÚJO, 2011).

A primeira competição de dança em cadeira em rodas ocorreu em abril de 1971, no *Hammersmith Palais*, local cedido por E. Morley da Mecca Promotions, e contou com a participação de 10 grupos. As duplas participantes foram divididas de acordo com a idade em adultos e juvenis e, subdivididos em classe A (atletas dançarinos com movimentos de mãos preservados e bom controle da cadeira de rodas), e classe B (atletas dançarinos que usavam cadeira de rodas elétrica). As primeiras competições de dança esportiva em cadeira de rodas, como os campeonatos regionais locais, foram realizadas em caráter não oficial. O primeiro país a sediar a modalidade foi a Holanda (1985), posteriormente a Bélgica (1987) e a Alemanha (1991). Paralelamente a este último campeonato na Alemanha, foi realizada a segunda Conferência de Dança em Cadeira de Rodas (que contou com a participação de 40 atletas dançarinos de 13 países europeus), em 18 de janeiro de 1991 no Hotel Íbis, em Munique, na qual a *Wheelchair Dance Sport Committee* – WDSC, um subcomitê da Internacional *Sports Organization For The Disabled* – ISOD, foi constituída. A WDSC era a responsável pela dança em cadeira de rodas, na modalidade recreativa e competitiva.

A partir de 1993, a cada biênio, o subcomitê organizou os seguintes campeonatos europeus: Holanda (1993), Alemanha (1995), Suécia (1997) e Grécia (1999). Contudo, o reconhecimento da dança esportiva em cadeira de rodas como competição internacional, ocorreu somente em 1997 na Suécia. Neste mesmo ano, a modalidade também foi demonstrada nas Paralimpíadas de Inverno em Geilo, Noruega, fato que incentivou vários países a se reunirem para regulamentar esta nova modalidade esportiva, entre eles a Alemanha, Bélgica, Holanda, Suécia

e Ucrânia. Em 2000, na Noruega, foi realizado o Primeiro Campeonato Mundial da modalidade, já reconhecida pelo Comitê Paralímpico Internacional, em 1998.

A dança esportiva em cadeira de rodas é uma modalidade esportiva adaptada da dança de salão, na qual o par é composto por um atleta dançarino usuário de cadeira de rodas com deficiência física motora de membros inferiores e por um atleta dançarino andante (sem deficiência), na categoria *combi*, e por dois atletas usuários de cadeira de rodas, na categoria *duo dance*. Mesmo sendo reconhecida como esporte pelo Comitê Paralímpico Internacional, esta modalidade ainda não apresenta os requisitos necessários para poder participar dos Jogos Paralímpicos. Semelhantemente às demais modalidades esportivas adaptadas, a dança esportiva em cadeira de rodas também pode ser desenvolvida no meio recreativo e em programas de reabilitação.

A dança esportiva em cadeira de rodas que nasceu na Europa, derivada das danças de salão, sem uma data precisa, chegou ao Brasil por meio de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, que divulgaram a modalidade nas instituições, em grupos de dança que já trabalhavam com pessoas com deficiência e, em 2001, promoveram o I Simpósio Internacional de Dança em Cadeira de Rodas, que contou com a participação de várias entidades, pesquisadores e interessados em conhecer a nova modalidade (BARRETO; FERREIRA, 2011). Concomitante ao seminário ocorreu a fundação da Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas – CBDCCR, e posteriormente a isso, campeonatos de dança esportiva em cadeira de rodas passaram a ser organizados no país por essa confederação, como também o fomento da modalidade.

A realidade social do país durante a implantação da dança esportiva em cadeira de rodas foi imensamente favorável, pois neste período havia muitas pesquisas sendo realizadas nas instituições de ensino, e se pensava firmemente na elaboração de políticas públicas que favorecessem esta população. A causa destes fatos pode ser atribuída à receptividade dos atletas em experimentar a nova proposta, num período no qual a participação em outras modalidades esportivas estava em alta, principalmente no basquete em cadeira de rodas, que foi um possível facilitador para o conhecimento e desenvolvimento da dança esportiva em cadeira de rodas (BARRETO; FERREIRA, 2011).

Atualmente, 43 países praticam a modalidade no mundo, incluindo o Brasil. A modalidade comporta dois estilos: o *standard*, que inclui a valsa inglesa, tango, valsa vienense, slow fox e o quickstep; e as danças latinas, que contemplam o samba, chachacha, rumba, paso doble e jive.

As competições de dança esportiva em cadeira de rodas costumam acontecer em quadras esportivas ou em salões de baile, onde até 9 duplas (dependendo do tamanho da pista disponível e do número de competidores) disputam simultaneamente, executando as danças no sentido anti-horário de deslocamento. Todos recebem previamente a informação sobre qual estilo que dançarão (*standard* ou latinas), assim como a sequência que já é predeterminada por regra, mas desconhecem a música que será executada.

Comumente, os atletas dançarinos andantes apresentam uma história anterior na dança, salvo algumas exceções, enquanto que a maioria dos atletas dançarinos cadeirantes já praticava algum esporte, e optaram pela dança como atividade de reabilitação, ou já dançavam antes de começarem a usar a cadeira

de rodas, sentindo-se assim motivados a continuar a dançar, agora competitivamente.

Para assegurar que a concorrência na dança esportiva em cadeira de rodas seja justa, há um processo de classificação funcional, que avalia os atletas dançarinos e os aloca em duas classes, *Level Wheelchair Dance* (LWD1 e LWD2). Os atletas dançarinos são classificados de acordo com as suas capacidades funcionais, com base em testes específicos do esporte, que incluem rotação do tronco, rotação do braço, controle do movimento da cadeira de rodas, entre outros.

Ferreira (2005) afirma que a modalidade surgiu como uma reação à imobilidade corporal das pessoas confinadas a uma cadeira de rodas, reação que por sua vez, foi iniciativa do próprio usuário da cadeira de rodas, na maioria das vezes. Por mais que a proposta inicial de movimento com ritmo estivesse ligada à tradição da reabilitação corporal, a imaginação criativa das pessoas a quem ele se destinava, direcionou-as a romper com as regras, superar os limites, realizar os movimentos e fazer dança. E partir deste momento, novas possibilidades não só de movimentos, mas especialmente de questionamentos de valores existenciais foram abertas. A dança em cadeira de rodas permitiu as pessoas com deficiência mobilizarem seus corpos como instrumentos para a liberdade, na qual elas se fizeram e se fazem sujeitos da dança, na dança. Ou seja, a participação desta população no esporte abrange significados que ultrapassam o aprimoramento de habilidades motoras. Sentir-se capaz, competir, socializar-se, enfrentar desafios, entre outras possibilidades oferecidas pelo esporte, de fato, tem o poder de transformar a vida destas pessoas. O esporte pode ser considerado um agente transformador, se assim ele for aceito, por aqueles que o praticam.

Dança esportiva e benefícios para pessoas com deficiência física motora

O campo de atuação da dança em cadeira de rodas tem crescido e conquistado cada vez mais espaço no meio social com apresentações artísticas, e também como busca de autoconhecimento, bem-estar e qualidade de vida de pessoas com deficiência física motora. Estas pessoas são capazes de dançar, na medida de suas potencialidades de movimentos, o que lhes permite experimentar diferentes relações de movimento com a cadeira de rodas, além de novos contatos corporais, que são firmados em ambientes de amizade, cumplicidade e busca de oportunidades com diferentes parceiros (LOPES, ARAÚJO, 2011).

A dança pode oferecer possibilidades de vivenciar e ampliar as emoções e percepções, e também pode trazer benefícios para os seus praticantes em cadeira de rodas, como a melhora na saúde, referente às suas capacidades físicas, e nas condições organo-funcional (aparelho circulatório, respiratório, digestivo, reprodutor e excretor), além de gerar impactos na autoestima (através da valorização e potencialidades individuais), proporcionar a independência e a interação com outras pessoas, melhoria na imagem corporal e qualidade de vida. Também eleva a percepção das limitações, por meio da vivência de situações tanto de sucesso, como de fracassos, que são comuns no cotidiano de todos aqueles que dançam. A dança também contribui para o enriquecimento das possibilidades artísticas e estéticas das pessoas com deficiência física motora, para a educação corporal, estímulo da criatividade e autonomia. Diante disto, a hipótese de que a dança em cadeira de rodas é eficaz para o desenvolvimento global de pessoas com deficiências físicas motoras tem sido afirmada (GIRALDI; SOUZA, 2011).

A dança em cadeira de rodas é vista de forma paradoxal, pois ao mesmo tempo que ela representa a limitação de movimentos corporais e sociais, ela também é garantia de autonomia, e a possibilidade da transformação desta limitação. Todos os movimentos executados nas coreografias revelam possibilidades, e estes movimentos registram momentos que destacam uma linha corporal que não busca primordialmente a representação de figuras, mas principalmente reivindica um posicionamento social. A dança em cadeira de rodas auxilia as pessoas com deficiência a construírem diferentes identidades, possibilitando-as a não se perderem na dispersão/limitação sócio-corporal. Ao dançarem, estas pessoas estão se construindo menos impotentes frente ao real, e estão se percebendo no próprio processo de identificação dos outros que as oprimem (FERREIRA, 2005).

É fato que existe o limite da deficiência, mas é importante destacar que o limite social é grande e pode ser vencido a partir do momento em que as diferenças entre os seres humanos são respeitadas, proporcionando momentos em que pessoas usuárias de cadeira de rodas e andantes desfrutam do prazer de dançarem juntas em uma mesma pista de dança, alterando o olhar sobre as pessoas com e sem deficiência (FREITAS; TOLOCKA, 2005).

Mas até que ponto a sociedade respeita as diferenças? Será que a sociedade de fato as respeita, ou simplesmente as tolera? As diferenças são definidas nos parâmetros da sociedade, portanto são socialmente formuladas. Se não existisse um grupo que coletivamente conceituasse e empregasse importância e valor às diferenças, elas, provavelmente, não existiriam.

É pertinente questionar sobre a possibilidade de o indivíduo se diferenciar diante de uma realidade que o induz, cada vez mais, a moldar-se a padrões pré-estabelecidos socialmente.

Alguns apontamentos sobre esporte, diferença e deficiência

A comunicação da dança em cadeira de rodas pode ser direcionada a duas vertentes distintas: a primeira comunica o quanto esta experiência corporal é diferente, e desafia a reconhecer e aceitar as diferenças, já a segunda se direciona a linguagem simbólica, na qual o corpo é tido como elemento expressivo, fazendo referência a uma dança universal, que comunica e une profundamente cada pessoa naquilo que tem de mais íntimo, que é a sua condição humana.

Para compreender a comunicação deste corpo, é preciso enxergar além das aparências. A aparência do corpo é muito relacionada a valores e crenças. Danos físicos causam particularidades na experiência corporal, mas não devem causar danos na imagem corporal, considerando-a no sentido de uma representação da identidade do sujeito. O significado de uma experiência corporal, não deve ser limitado somente às características observáveis, ou seja, à aparência (TAVARES, 2002). Podemos relacionar isso não somente ao corpo que apresenta a condição de deficiência, mas também aos corpos considerados feios, baixos, gordos, velhos, entre outros, por se encontrarem distantes da estética predominante de corpo ideal.

Cada vez mais, a busca pelo "corpo ideal" tem levado pessoas a se submeterem a procedimentos estéticos como cirurgias, dietas, exercícios físicos de

maneira exacerbada, que acabam desencadeando uma série de prejuízos a saúde. Busca-se alcançar o tão sonhado corpo ideal a qualquer custo, sem considerar as consequências.

Muitas vezes, a dificuldade de aceitar a diferença não se encontra apenas no próximo, mas também na própria pessoa que a apresenta. Superar o próprio estigma é tão necessário, como libertador. E quanto mais a sociedade estiver aberta, e aceitar de fato, as diferenças, mais contribuirá para que o sujeito se sinta bem consigo mesmo, parte da comunidade, exercendo seu papel de cidadão.

Para Duarte e Santos (2003), a diferença é fundamental para o crescimento pessoal, compreendendo as particularidades de cada sujeito, sem julgamentos (o que é difícil). É possível aprender de forma que os paradigmas não se tornem elementos bloqueadores do desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, entendendo a lógica do pensamento de um surdo, por exemplo, ou a percepção do ambiente por um cego, a maneira de estar e ser no mundo é ampliada.

A diferença ensina de forma extraordinária, mas muitas vezes é desconsiderada, frente ao padrão que se sobrepõe e se torna referência. Há a necessidade de se encaixar no padrão, como se os corpos fossem padronizados. O padrão impõe a beleza, a eficiência, a aceitação, entre outros aspectos, mas não é criativo. Ele obedece a interesses econômicos, sociais, políticos, entre outros, e determina também o preconceito, característico da maioria dos homens e que está presente em toda cultura. É elemento, impregnado na sociedade, que deve ser desestruturado a fim de que todo processo de inclusão alcance o êxito (DUARTE; SANTOS, 2003). É preciso haver disposição. Disposição para aprender com a diferença, para aceitá-la e para conviver com ela. Se não houver disposição,

haverá hipocrisia, firmada sob aquela conhecida história que norteia a sociedade: “eu respeito a diferença das pessoas, mas não quero manter contato com elas”. Este tipo de pensamento sugere a exclusão, e talvez o próprio preconceito velado.

O processo de individualização, em nossa sociedade, passa pela formação de preconceitos referentes a várias categorias humanas como, por exemplo, a mulher, o negro, o homossexual, a pessoa com deficiência, entre outros, o que indica que o sentimento de preconceito está menos envolvido com as características dos alvos de preconceito, que são diferentes entre si. É nesse sentido que o preconceito se encontra mais voltado às necessidades do preconceituoso, do que às características dos agrupamentos a que se refere. Cada alvo de preconceito suscita variados afetos no preconceituoso, que são ligados a conteúdos psíquicos distintos para cada um deles, mas que são reunidos pela mesma impossibilidade da experiência de contato com a alteridade (OHL; et al, 2008).

Como citado anteriormente, a mudança de conceito da deficiência ocasionada pelo destaque fornecido ao modelo social, geradora de mudanças nas formas de atendimento e tratamento oferecidos às pessoas com deficiência, tem marcado profundamente o modo de representação e significação deste conceito construído pelas sociedades, e claro, a própria pessoa que vivencia a deficiência. A dança é um exemplo disto, por meio da qual há possibilidade de mudanças de pensamento (ou mesmo, de posicionamento) frente à deficiência, tanto por aqueles que a assistem enquanto espetáculo artístico e/ou esportivo, quanto por aqueles que efetivamente a praticam.

Atualmente, assegurar uma vida digna a todas as pessoas, não se restringe exclusivamente à oferta de bens e serviços médicos, mas também requer

a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais (DINIZ; et. al, 2009), ou seja, a ampliação das oportunidades para todos.

Considerar a pessoa como incapaz por conta da deficiência que ela possui, ou mesmo sugerir que somente ela é a responsável por ultrapassar os seus limites físicos, sensoriais ou intelectuais, é um conceito que precisa ser amplamente revisto. Deve-se considerar que quanto mais a pessoa com deficiência se localiza num ambiente que lhe restrinja a mobilidade, a comunicação, o acesso à informação e aos bens sociais para uma vida plena e autônoma, mais ela se encontra numa situação de desvantagem. Todavia, se revertermos o cenário, representando-o como mais favorável às realizações da pessoa com deficiência, a desvantagem que esta experimenta é modificada, relativizando assim a condição de incapacidade com a qual a desvantagem é confundida (MARTINS, 2008).

Diniz e colaboradores (2009) afirmam que “habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais é uma das muitas formas de estar no mundo”. Corroborando com este pensamento, Martins (2008) explica que a sociedade torna-se menos excludente, e conseqüentemente mais inclusiva, na medida em que reconhece a diversidade humana, como também as necessidades específicas que todos os segmentos sociais apresentam, incluindo as pessoas com deficiência, com o objetivo de promover ajustes razoáveis e correções que são imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e social. As deficiências representam o parâmetro mais eficaz para revelar a diversidade humana, visto que assinalam as várias formas de ser que a pessoa pode exercer, e que fogem de um padrão tradicional de ser e perceber. Nas pessoas com deficiência, podemos observar as várias formas de ser como pessoa, que são erroneamente

reconhecidas como especiais ou extraordinárias, mas que realizam apenas a condição humana de estar no mundo de um modo diferente. Ao analisarmos mais profundamente esta questão, vamos verificar que a diferença é apenas o modo como podemos exercer outras formas de ser. Ou no caso deste estudo, outras formas de dançar também.

É difícil visualizar a inclusão, se não houver informação e um processo educativo eficaz, no qual as atitudes voltadas ao preconceito e à discriminação sejam dissipadas. A inclusão passa, antes de tudo, pela transformação de atitudes, que não são determinadas por decretos ou leis, mas sim por meio da conscientização e aceitação das diferenças (DUARTE; SANTOS, 2003).

E fica a expectativa que esta transformação de atitudes resulte na ampliação de oportunidades, acesso e incentivo à prática da dança esportiva em cadeira de rodas, a todas as pessoas, independente de sua condição.

A dança para pessoas com deficiência mostra-se muito efetiva como transformadora de paradigmas: desmistificou a dança apenas para corpos perfeitos; colocou o corpo com deficiência em destaque e com capacidade de produzir movimentos artísticos e técnicos, e também mostrou para a sociedade que a deficiência não é o fim, e sim um meio para se produzir uma nova forma de dançar.

A dança esportiva em cadeira de rodas possibilita a manifestação do espírito competitivo dos indivíduos com deficiência em um espaço que antes era palco da recreação. Assim, esta é capaz de modificar a pessoa com deficiência e a sociedade, que passam a desconsiderar os limites e a focar nos alcances, que deixam de visualizar uma cadeira de rodas e passam a enxergar a beleza da

técnica da dança, o que gera uma sociedade mais inclusiva, que visa a participação de todas as pessoas no esporte, independente de sua condição.

Além disso, o atleta dançarino em cadeira de rodas pode beneficiar-se dos diversos privilégios que a dança proporciona aos indivíduos nas esferas físicas, psíquicas e sociais, tornando-o mais saudável, confiante, ativo, e com uma melhor qualidade de vida.

A dança esportiva em cadeira de rodas é um exemplo de como o esporte é plural em sua manifestação, sendo composto por modalidades que são tão distintas tecnicamente, e ao mesmo tempo tão semelhantes com relação a seus objetivos de rendimento e competição. Sobretudo, o esporte apresenta-se como um meio eficaz de promover a participação de todas as pessoas (com e sem deficiências) em sua prática, seja a nível profissional, ou de lazer.

REFERÊNCIAS (PARTE 2)

Capítulo 6

1. Campana ANNB, Tavares MCGCF. Imagem corporal: conceito e evolução das pesquisas. In: Avaliação da imagem corporal: instrumentos e diretrizes para a pesquisa. São Paulo: Phorte, 2009; 21-48.

2. Cash TF, Pruzinsky T (orgs). Body Image: a handbook of theory, research, and clinical practice. New York: Guilford Press; 2002.

3. Ferreira MEC, Amaral ACS, Fortes LS, Conti MA, Carvalho PHB, Miranda VPN. Imagem corporal: contexto histórico e atual. In: Ferreira MEC, Castro MR, Morgado FFR (orgs). Imagem corporal: reflexões, diretrizes e práticas de pesquisa. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014; 15-29.

4. Cordás TA, Castilho S. Imagem corporal nos transtornos alimentares – instrumentos de avaliação: Body Shape Questionnaire. *Psiquiatr. Biol.* 1994; 2(1):17-21.

5. Slade PD. What is body image? *Behav Res Ther.* 1994; 32(5):497-502.

6. Sato PM, Timerman F, Fabbri AD, Scagliusi FB, Kotait MS. A imagem corporal nos transtornos alimentares: como o terapeuta nutricional pode contribuir para o tratamento. In: Alvarenga M, Scagliusi FB, Philippi ST. *Nutrição e transtornos alimentares – Avaliação e tratamento.* Barueri: Manole, 2011; 477-482.

7. Martins CR, Gordia AP, Silva DAS, Quadros TMB, Ferrari EP, Teixeira DM, Petroski EL. Insatisfação com a imagem corporal e fatores associados em universitários. *Estud. psicol.* 2012; 17(2); 241-46.

8. De Paula AI. Percepção de dimensões corporais de adolescentes do sexo feminino. Aspectos psicofísicos e comportamentais. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade (Biodinâmica da Motricidade Humana) da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2010.

9. Fortes LS, Miranda VPN, Carvalho PHB, Ferreira MEC. Influências do nível de atividade física e do estado nutricional na insatisfação corporal de universitários de Educação Física. *HU rev.* 2011; 37(2): 175-80.

10. Miranda PN, Neves CM, Filgueiras JF, Carvalho PHB, Ferreira MEC. Nível de atividade física e satisfação corporal em estudantes de Educação Física. *R. bras. Ci. e Mov* 2013; 21(2): 98-105.

11.. Nunes RT, Lopes ECD, Damasceno VO, Miranda R, Bara Filho MG. Dependência do Exercício Físico e Insatisfação com a Imagem Corporal. *HU ver.* 2007; 33(4): 113-118.

12. Ogden J, Veale D, Summers Z. The development and validation of the Exercise Dependence Questionnaire. *Addic Res.* 1997;5:343-56.

13. Nuñez PRM. Exercício físico na imagem corporal: o jogo entre o imaginário e o real. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2007.

14. Costa ACP, Torre MCMD, Alvarenga MS. Atitudes em relação ao exercício e insatisfação com a imagem corporal de frequentadores de academia. *Rev. bras. educ. fís. esporte.* 2015; 29 (3): 453-64.

15. Damasceno VO, Vianna VRA, Vianna JM, Lacio M, Lima JRP, Novaes JS. Imagem corporal e corpo ideal. *R. bras. Ci e Mov.* 2006; 14(1): 87-96.

16. Hansen R, Vaz AF. Treino, culto e embelezamento do corpo: um estudo em academias de ginástica e musculação. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte.* 2004; 26(1): 135-52.

17. Gonçalves MC, Turelli FC, Vaz AF. Corpos, dores, subjetivações: notas de pesquisa no esporte, na luta, no balé. *Movimento.* 2012;18(3):141-58.

18. Vilhena J, Medeiros S, Novaes JV. A violência da imagem: estética, feminino e contemporaneidade. *Rev. Mal-Estar Subj. (Impr.).* 2005; 1:109-44.

19. Jubé CN, Almeida DF, Neto AF. Os "avatares" do corpo rascunho: experiência de jovens universitários nas redes sociais. *Licere.* 2014; 17(1).

20. [APA] American Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V).* 5.ed. Arlington: APPI, 2013.

21. Ferrari EP. Percepção da imagem corporal e fatores associados em universitários do curso de Educação Física. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-

Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2012.

22. Pereira VA. Corpo ideal, peso normal: transformações na subjetividade feminina. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

23. Barbosa MR, Matos PM, Costa ME. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicol. soc. (Impr.)*. 2011; 23(1): 24-34.

24. Roiz DS. O corpo no Ocidente Medieval. *Rev. Estud. Fem.* 2010; 18(2):611-14.

25. Malagoli LS. Corpos em movimento: conceitos e perspectivas na virada do século XXI. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em

Pedagogia do Movimento Humano. Universidade de São Paulo, 2006.

26. Costa KCBC, Santos NO, Modesto SF, Benute GRG, Lobo RCMM, DeLucia MCS. Insatisfação corporal em estudantes universitários da área de saúde nos Estados de Alagoas e Sergipe. *Mudanças – Psicologia da Saúde*. 2010; 18 (1).

27. Trinca TP. O corpo-imagem na “cultura do consumo”: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2008.

28. Souza MCDFP, Douza LV, Barroso SM, Comin FS. Padrões alimentares e imagem corporal em mulheres frequentadoras de academia de atividade física. *Psico-USF*. 2013; 18(3): 445-54.

29. Dantas JB. Um ensaio sobre o culto ao corpo na contemporaneidade. *Estud. pesqui. psicol. (Impr.)*. 2011;11(3): 898-912.

30. Russo R. Imagem corporal: construção através da cultura do belo. *Mov. Percepção*. 2005; 5(6): 80-90.

31. Alvarenga MS, Dunker KLL, Philippi ST, Scagliusi FB. Influência da mídia em universitárias brasileiras de diferentes regiões. *J Bras Psiquiatr.* 2010; 59(2):111-18.

32. Laus MF. Influência do padrão de beleza veiculado pela mídia na satisfação corporal e escolha alimentar de adultos. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação

em Psicobiologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2012.

Capítulos 7 e 8

ALMEIDA, M. A. B.; DE ROSE JR, D. Fenômeno Esporte: Relações com a Qualidade de Vida. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I. (org.). Qualidade de Vida: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI. Campinas: Ipês, 2010. p.11-18.

ALMEIDA, M. A. B.; VITAGLIANO, L. F. Patologias sociais e a qualidade de vida na sociedade moderna. Revista Brasileira de Qualidade de Vida, Ponta Grossa, v. 01, n. 02, jul./dez. 2009. p. 01-07. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/viewFile/424/435>>. Acesso em: 26 outubro 2015.

ALVES, Flávia Regina Ferreira; GIL, Flávia Ceccon Moreira; CATALDI, Carolina Lessa; PAULA, Otávio Rodrigues de; FERREIRA, Eliana Lúcia. Proposta metodológica de dança para crianças com deficiência intelectual. Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 10, n. 3, p. 101-112, set./dez. 2012.

ARAÚJO, Paulo Ferreira. Desporto Adaptado no Brasil. São Paulo: Phorte, 2011.

AUJLA, Imogen J.; REDDING, Emma. Barriers to dance training for young people with disabilities. British Journal of Special Education, v. 40, n. 2, p. 80-85, 2013.

BAILEY, Steve. Athlete First: A History of the Paralympic Movement. West Sussex: John Wiley, 2008.

BARRETO, Michelle Aline; FERREIRA, Eliana Lucia. Dança esportiva em cadeira de rodas: a história contada pelas vozes de quem dança. Revista de História e Estudos Culturais, v. 8, n. 3, ano VIII, p. 1-10 dez. 2011.

BARROS, D. D. Imagem corporal: a descoberta de si mesmo. História, Ciência, Saúde, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, maio-ago. 2005. p. 547- 54. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/19.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

BÖHME, M. T. S.; RÉ, A. H. N. O talento esportivo e o processo de treinamento a longo prazo. In: DE ROSE JR., D. et al. Esporte e atividade física na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 171-183.

BOSI, M. L. M., et al. Autopercepção da imagem corporal entre estudantes de nutrição: um estudo no município do Rio de Janeiro. *J Bras Psiquiatr*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, 2006. 108-113. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v55n2/v55n2a03.pdf> >. Acesso em: 10 maio 2014.

BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997. 143 p.

CAMPOS, M. T.; AVOGLIA, H. R. C.; CUSTÓDIO, E. M. A imagem corporal de indivíduos com paraplegia não congênita: um estudo exploratório. *Psicólogo Informação*, São Paulo, ano 11, n. 11, jan./dez. 2007. p. 27-55. Disponível em: < www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/PINFOR/article/viewFile/530/528 >. Acesso em: 10 maio 2014.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DANÇA EM CADEIRA DE RODAS. Disponível em: <http://www.cbdc.org.br/cbdc/danca-esportiva>. Acesso em: 24 nov 2015.

COSTA, Alberto Martins da; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 3, p. 27-42, jul. 2008.

COSTA, Alberto Martins da; WINCKLER, Ciro. A Educação Física e o Esporte Paralímpico. In: *Esporte Paralímpico*. Marco Túlio de Mello; Ciro Winckler, Ciro. São Paulo: Editora Ateneu, 2012.

CRUZ, Anete Otilia Cardoso de Santana. Simetria na dança: vestígios matemáticos na prática da dança esportiva em cadeira de rodas. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

DE ROSE JR., D. Esporte, competição e estresse: implicações na infância e na adolescência. In: DE ROSE JR., D. et al. Esporte e atividade física na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 103-114.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.

DUARTE, Edison; SANTOS, Tereza Paula dos. Adaptação e inclusão. In: *Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas*. Edison Duarte e Sonia Maria Toyoshima Lima. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993. 264 p.

FERREIRA, Eliana Lúcia. *Corpo – Movimento – Deficiência: as formas dos discursos da/na dança em cadeira de rodas e seus processos de significação*. Juiz de Fora, MG: CBDRC, 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 288 p.

FREIRE, D. S. Com açúcar, sem afeto. In: DEL PRIORE, M.; AMANTINO, M. (Org.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.453-475.

FREITAS, Alessandro. *Elaboração de um instrumento de análise da dança esportiva em cadeira de rodas*. Dissertação (Mestrado). Universidade Metodista de Piracicaba, 2007.

FREITAS, Maria do Carmo Rossler; TOLOCKA, Rute Estanislava. Desvendando as emoções da Dança Esportiva em Cadeira de Rodas. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 13, n. 4, p. 41-46, 2005.

GIRALDI, Aline; SOUZA, Marco Aurélio da Cruz. Dança para cadeirantes: um exemplo de superação. *Revista da Unifebe (Online)*, p. 188-197 jan./jun. 2011.

GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B.; MARQUES, R. F. R. A influência de condições especiais de corporeidade na construção comunicativa de consensos. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n.11 (66), set./dez. 2011. 165-175. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n3/12.pdf> >. Acesso em: 30 agosto 2014.

GUTTMANN, A. *From ritual to record: the nature of modern sports*. New York: Columbia University, 1978.

LOPES, Keyla Ferrari; ARAÚJO, Paulo Ferreira. Qualidade de vida e bem estar percebido por dançarinos com lesão medular: um estudo de caso. In: Políticas públicas, qualidade de vida e atividade física. Gustavo Luis Gutierrez; Roberto Vilarta, Roberto Teixeira Mendes (orgs.). Campinas: Ipês, 2011.

MALINA, R. M.; BOUCHARB, C. Atividade Física do Atleta Jovem: do crescimento à maturação. São Paulo: Roca, 2002. 480 p.

MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Esporte; um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. Movimento, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 225-242, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3580/1975>>. Acesso em: 30 novembro 2015.

MARTINS, Lília Pinto. Definições. In: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Versão Comentada – Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 536 p.

MURNEN, S. K. Gender and Body Images. In: CASH, T. F.; SMOLAK, L. Body Image: a handbook of science, practice and prevention. New York, 2011. p. 173-179.

NASÁRIO, J. C.; ERNEST, T. N. Imagem corporal e a deficiência visual: a Educação Física na compreensão do corpo. Revista Caminhos, On-Line, "Dossiê Humanidades", Rio do Sul, a.2, n.1, p. 229-248, jan/mar 2011. Disponível em: <http://www.caminhos.unidavi.edu.br/wp-content/uploads/2011/08/Artigo13.pdf>. Acesso em: 12 junho 2014.

OHL, Nathalie Guerreiro; ANGELUCCI, Carla Biancha; NICOLAU, Aneline Menezes; HONDA, Caroline. Escolarização e preconceito: lembranças de jovens com e sem deficiência. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v. 13, n. 2, p. 243-250, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, E. L., et al. O cego e a representação social do corpo. VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, Londrina, 2011. Disponível

em:

<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/familia/119-2011.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

PARALYMPIC MOVEMENT. Disponível em:

<http://www.paralympic.org/wheelchair-dance-sport/rules-and-regulations/classification>
Acesso em: 24 nov 2015.

PARSONS, Andrew; WINCKLER, Ciro. Esporte e as Pessoas com deficiência – Contexto Histórico. In: Esporte Paralímpico. Marco Túlio de Mello; Ciro Winckler, Ciro. São Paulo: Editora Ateneu, 2012.

SCHILDER, P. A imagem do corpo – As energias construtivas da psique. Tradução: Rosanne Wertman. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SILVA, Luciene Maria. A deficiência como expressão da diferença. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 44, n. 44, p. 111-133, dez. 2006.

TAVARES, M. C. G. C. F. Imagem Corporal: conceito e desenvolvimento. Barueri: Manole, 2003.

TAVARES, Maria da Consolação Gomes Cunha Fernandes. (2002) Imagem corporal, comunicação e a dança em cadeira de rodas. In: Interfaces da dança para pessoas com deficiência. Eliana Lucia Ferreira, Maria Beatriz Rocha Ferreira, Vera Aparecida Madruga Forti (orgs.), Campinas: Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de Rodas, p. 64-72.

TIGGEMANN, M. Sociocultural Perspectives on Human Appearance and Body Image. In: CASH, T. F.; SMOLAK, L. Body Image: a handbook of science, practice and prevention. New York, 2011. p. 12-19.

TUBINO, M. J. G. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

VENDRAMIN, Carla. Diversas danças – diversos corpos: discursos e práticas da dança no singular e no plural. Do Corpo: Ciências e Artes, Caxias do Sul, v. 1, n. 3, p. 1- 18, 2013.

WEBER, M. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002. 325 p.

WINNICK, Joseph P. Introdução à Educação Física e Esportes Adaptados. In: Educação Física e Esportes Adaptados. Joseph P. Winnick, 3ª edição. Barueri, SP: Manole, 2004.

PARTE 3

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS,
POLÍTICAS INTERNACIONAIS E POLÍTICAS
SOCIAIS NO ESPORTE

A APROPRIAÇÃO DAS TÉCNICAS DE GESTÃO PELO CAMPO ESPORTIVO - A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA GESTÃO ESPORTIVA E OS NOVOS DESAFIOS¹

Este texto procura desenvolver a ideia de que o campo esportivo, a partir de suas características intrínsecas, faz uma apropriação seletiva das técnicas de gestão mais conhecidas e utilizadas no meio corporativo, em função das mudanças no ambiente e da sua própria evolução, apontando para um cenário mais amplo onde convivem desde ações de natureza amadorísticas e voluntárias, até intervenções complexas e atualizadas de planejamento, gestão e controle.

O texto começa apresentando uma reflexão sobre a pesquisa e a prática da gestão do trabalho, procurando ilustrar que, primeiro, nem todas as soluções administrativas cabem para todo tipo de organização e, segundo, não se trata de uma área de ciências exatas e, portanto, a possibilidade de atingir determinado objetivo não é garantida. A partir desta reflexão inicial, o artigo busca mostrar as características próprias do campo esportivo e como, a partir da sua especificidade, ele traça uma espécie de diálogo com as técnicas de gestão, incorporando-as e adequando-as às suas necessidades conjunturais. Finalmente, apresenta uma reflexão mais ampla sobre a gestão no campo esportivo e procura reforçar a ideia

¹ Gustavo Luis GUTIERREZ (UNICAMP); Renato Francisco Rodrigues MARQUES (USP); Ricardo Aurélio Carvalho SAMPAIO (UNICAMP).

inicial com o exemplo dos megaeventos, como Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol.

Administração e Gestão como área acadêmica

Sob o conceito de gestão do trabalho ou administração de empresas, vamos encontrar uma área de pesquisa e de intervenções sistematizada, complexa e em permanente evolução (MOTTA, 2002; CHIAVENATO, 2003). Como todo campo de conhecimento, é atravessado por disputas entre diferentes escolas de pensamento, caracteriza-se por um objeto definido e um leque de alternativas metodológicas reconhecidas e legitimadas através dos principais centros de pesquisa e ensino. O objeto é a organização do trabalho nas condições contemporâneas e o método é a observação e sistematização de dados. É uma área normativa, por definição, como a economia, o direito e a pedagogia. Depende, portanto, da determinação externa de valores para reconhecer o conteúdo de verdade das diferentes possibilidades de intervenção. Em termos bem gerais, e de forma resumida, tanto mais verdadeira vai ser a solução quanto mais eficiente ela seja na alocação dos recursos envolvidos, incluindo aí a dimensão humana do trabalho, para a obtenção dos resultados almejados, como a colocação no mercado de um bem ou serviço específico. Trata-se, portanto, de apresentar a forma mais eficiente de planejar, organizar, executar e avaliar o trabalho numa organização produtiva visando objetivos pré-determinados.

Para efeito deste texto, vamos nos referir aqui simplesmente ao campo da gestão. Este campo, embora embasado teoricamente em escolas, termina sempre numa proposição de natureza normativa ou, em outras palavras, numa

prescrição de técnicas de administração que aumentam a probabilidade do gestor alcançar um determinado objetivo, se comparado com o uso de outras técnicas alternativas ou com o uso do conhecimento intuitivo de um leigo. Estas técnicas se aplicam num mercado de concorrência imperfeita e, portanto, a ideia do mercado permeia todo o campo da própria produção intelectual em gestão.

Esta lógica mercadológica leva a que as áreas onde a atividade econômica é mais intensa, onde há mais recursos financeiros envolvidos, haja também maior número de pessoas envolvidas com a pesquisa sobre gestão. A aproximação entre o campo da gestão e as atividades que envolvem esportes segue esta mesma lógica. A expansão da importância econômica da esfera esportiva na sociedade é acompanhada por uma expansão do diálogo com o campo da gestão e com o desenvolvimento de técnicas e estratégias especificamente voltadas para este tipo de atividade.

A aproximação entre áreas distintas sempre exige atenção, na medida em que soma a complexidade e especificidade de ambas num processo que não é necessariamente linear e homogêneo. No nosso caso, a gestão esportiva, temos de um lado o próprio campo esportivo, cujas características fundamentais estão em formação e carecem em alguns casos de mais pesquisas, relacionando-se com a gestão do trabalho enquanto área de pesquisa e de intervenção, construída numa relação forte com as dimensões econômicas e políticas da sociedade.

A compreensão das práticas administrativas, de uma forma geral, passa pelo conhecimento de: (a) ramo de atividade, (b) local e cultura e (c) momento histórico.

(a) Ramo de atividade: as soluções, ou as ações alternativas para busca de soluções, no campo corporativo, são desenvolvidas a partir de um diálogo com campos definidos da atividade econômica. De uma forma resumida, uma solução como, por exemplo, a departamentalização, surge de um ambiente de atividade fabril, até estender sua aplicabilidade para outras áreas num processo de adaptação. Ou seja, vivencia-se um processo onde, a partir do nascimento da fábrica, temos desdobramentos no campo da teoria organizacional, como o taylorismo e o fordismo, cuja aplicabilidade, em médio prazo, transcende sua origem na linha de produção (OLIVEIRA, 1987; DE DECCA, 1987) podendo inclusive acarretar, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do trabalho, consequências danosas a nível psicológico e físico dos participantes (MOTTA, 2000). Num segundo momento, setores de serviços, como o financeiro, podem apropriar-se de soluções originais de outras áreas, adequando-as à sua própria realidade. Neste sentido, convivem no campo da reflexão sobre gestão do trabalho soluções com origens específicas, mais adequadas a um ou outro segmento da atividade econômica, entre diferentes soluções possíveis. Quanto mais tradicional a atividade econômica, mais claras são as alternativas que melhor funcionam desde uma perspectiva histórica, o que não impede, obviamente, o espaço para a inovação e a criatividade. Quando mais recente ou mutável for o campo da atividade econômica, menos claras são estas soluções, exigindo maior disposição para a experimentação. Em nossa opinião, o campo esportivo aproxima-se mais deste segundo exemplo, dada sua recente expansão e suas características, em muitos casos, ainda em construção.

(b) Local e cultura: as intervenções de gestão não acontecem no vazio, pelo contrário, elas se dão numa realidade organizacional com características específicas. Os membros de toda organização vivenciam e compartilham uma cultura própria, a partir da qual eles tomam decisões e constroem alianças estratégicas na busca dos objetivos da própria empresa, do seu grupo de referência, ou ainda simplesmente pessoais (FREITAS, 1999). Esta cultura organizacional é, em parte, dependente de valores e costumes prevalentes na sociedade mais ampla em que ela está inserida e, em parte, uma construção específica daquele grupo de pessoas e da sua historicidade. No caso da gestão esportiva, convém ter presente que, se por um lado a digamos como “empresa” esportiva, ainda é um fenômeno relativamente recente. Por sua vez, o esporte enquanto prática social e manifestação cultural é antigo, complexo e rico. Esta complexidade deverá ser levada em conta quando o pesquisador, e o gestor, se aproximar do objeto, frente ao risco de não ser aceito pelo grupo ou, então, de imaginar alternativas inviáveis, ou incompreensíveis, para o coletivo de pessoas a que se referem.

(c) Momento histórico: finalmente, é importante uma percepção cuidadosa das características do momento histórico em que a ação administrativa se insere. Nas sociedades complexas e fragmentadas, ou desencaixadas, como diria Giddens (1991), as transformações sociais correm a velocidades que carecem maior interpretação, como procuram compreender tanto os pós-modernos, como Harvey e Lyotard, quanto os meta-teóricos como Habermas, Bourdieu e Elias. Fazendo uma aproximação com o esporte, podemos usar como exemplos destes processos rápidos de transformação na sociedade contemporânea, a passagem

do torcedor para telespectador, do assalariamento para o contrato de imagem, dos eventos esportivos para os megaeventos políticos e econômicos.

Pensar a gestão esportiva, portanto, deve partir desta tensão interna. Por um lado, é um campo relativamente novo no Brasil, onde há muito a ser construído, onde ainda não há muitas referências teóricas nacionais e casos estudados. Numa pesquisa bibliográfica inicial podemos delinear os seguintes textos acadêmicos: Bastos (2004); Bastos, Mazzei e Sarmiento (2011); Rocha e Bastos (2011); Rocha e Chelladurai (2011); Rocha e Turner (2008); Strigas e Jackson Junior (2003). Por outro lado, a atividade esportiva tem uma longa tradição, principalmente nas sociedades ocidentais, que investe seus espaços de manifestação com uma cultura complexa, diferenciada, onde os membros adotam uma lógica de ação e articulação interna muito específica do campo. Qualquer intervenção bem-sucedida parece depender de encontrar um bom equilíbrio entre estas duas dimensões de um mesmo problema.

A gestão, o trabalho e o conflito

O trabalho, nas sociedades industriais capitalistas contemporâneas, caracteriza-se por ser um espaço de recorrentes conflitos e sua correspondente busca de soluções. Estes conflitos podem ter uma dimensão estritamente econômica, em função da distribuição do fruto do trabalho, nos termos colocados por Marx (1946), pode caracterizar-se pela competição entre sujeitos individuais e pequenos grupos na busca racional de benefícios materiais e simbólicos, como colocam, entre outros, Weber (1980) e Bourdieu (1983), ou ainda pela distribuição

assimétrica das oportunidades de vida e uso estratégico da linguagem, nos termos típicos da obra de Habermas (2010).

O fato é que, independente da escola de pensamento a que o autor pretende se aproximar, há um consenso com relação a que o espaço do trabalho é, também, um espaço de conflitos, que devem ser administrados da melhor forma possível (GUTIERREZ, 2005). Neste sentido, o modelo burocrático se apresenta como a forma mais adequada e mais disseminada. Toda a reflexão atual sobre gestão do trabalho parte da lógica burocrática de organização para então buscar alternativas e inovações (MOTTA, 1980, 1986). Da mesma forma, é um pensamento que busca ancorar-se num estado de direito, onde as garantias e liberdades individuais e institucionais deverão ser preservadas e defendidas na forma da lei. Hoje, toda decisão de investimento passa por uma avaliação da segurança jurídica do ambiente onde ele será feito. Um histórico de leis e regras claras, conhecidas e respeitadas há tempos, influem de forma muito positiva.

Burocracia e institucionalização garantem direitos iguais e tratamentos justos, tanto a nível individual como coletivo. Ao mesmo tempo, desenvolvem uma dimensão formal que diminui a agilidade dos processos de intervenção na realidade. Embora a essência lógica da burocracia seja a racionalização e a justiça, sua implementação na realidade concreta pode afastá-la destes objetivos originais. A burocracia, por exemplo, tem uma tendência permanente à expansão. Sempre é possível controlar mais e melhor, assim como é possível criar instrumentos para controlar e avaliar o próprio controle. A burocracia tende, em situações limites, a perceber os meios como fins e esquecer os fins. É o que acontece quando o sucesso em uma avaliação deixa de relacionar-se com o mérito em algum aspecto, para ser um fim em si mesmo. O controle burocrático,

que em sua origem visa defender as pessoas em geral de formas arbitrárias de autoridade, pode também tornar-se um negócio, onde se criam dificuldades e barreiras com o intuito de, depois, vender facilidades (GUTIERREZ, 2004).

Neste contexto, o direito é um bom sinalizador dos limites até onde o capital financeiro e as instituições de poder político podem avançar sobre os consensos construídos comunicativamente no seio da sociedade, a exemplo do que defende Habermas (2010). O mundo do trabalho e seus conflitos recorrentes estão diretamente relacionados, para não dizer inseridos, neste contexto mais amplo. A legislação, percebida como algo vivo e em transformação, constitui um elemento cada vez mais importante para a gestão do trabalho.

Até há poucos anos prevalecia, no ambiente corporativo, a ideia de que o espaço interno da organização adotava regras próprias e diferentes das que vigoram na sociedade em geral. Acusações que seriam vistas com certa naturalidade fora do ambiente da empresa, podiam ser consideradas, em seu interior, como uma deslealdade com a própria organização que o acolhera. Esta realidade parece estar mudando e os direitos fundamentais do ser humano adentram o espaço organizacional, com benefícios para todas as partes envolvidas. A tipificação do assédio sexual e do assédio moral como crime, a partir das pesquisas originais de Yrigoyen (2006), Freitas (2008), servem de exemplo para esta nova realidade.

A gestão esportiva passa então a conviver, desde sua origem, com um mundo de valores e regras específico, diferente daquele em que se originaram as práticas de gestão do trabalho fabril e das instituições bancárias, para ficar nestes dois exemplos.

O que o gestor tem na prateleira

A gestão do trabalho e algumas variações semânticas, como empreendedorismo, tornaram-se objeto de uma série de publicações com bastante alcance comercial. Estes livros, em geral, associam aspectos do mundo corporativo com personagens improváveis, como monges, profetas ou filósofos chineses, trazendo uma áurea de novidade. Na prática, o campo da administração de empresas possui um leque de instrumentos mais ou menos clássicos que continuam sendo a espinha dorsal do campo. Basta lembrar, por exemplo, que o sistema contábil de partidas dobradas se remete às práticas comerciais do século XV, mais precisamente 1494, quando é publicado o *Tractatus de Computis et Scripturis* (contabilidade por partidas dobradas) de Frei Luca Pacioli.

Neste mesmo sentido, o modelo organizacional básico da maioria das empresas é a departamentalização, dividindo as funções em produção, marketing, finanças e relações humanas, complementando suas necessidades com assessorias específicas, como jurídica, planejamento, tecnologia da informação ou pesquisa e desenvolvimento, conforme as especificidades da empresa e as opções organizacionais dos gestores. Este modelo, que vai sendo desenvolvido a partir da expansão da empresa industrial, e acaba sendo adaptado às características do momento e ramo de atividade. Por exemplo, em períodos de inflação alta e turbulência nos mercados, a área de finanças passa a ter uma importância maior do que em períodos mais tranquilos. Neste mesmo sentido uma empresa que produz e vende bens de capital, normalmente, tem menos foco em marketing do que uma empresa de venda ao consumidor no varejo. Esta realidade pode gerar conflitos internos e diferentes níveis de competição (GUTIERREZ, 1992).

O caso da gestão esportiva, como será melhor desenvolvido adiante, em função da sua especificidade e das características da legislação do setor, também apresenta uma evolução própria com a valorização do marketing e um certo distanciamento de práticas financeira transparentes.

Outro elemento importante neste contexto é o estilo de gestão ou, em outras palavras, a política de desenvolvimento organizacional a ser adotada pelos gestores. Existe uma série grande de decisões que não podem ser respondidas a partir de um manual ou de um cálculo de probabilidades preciso. São decisões organizacionais que devem ser tomadas desde uma perspectiva filosófica (no sentido de valores morais), ou ainda de forma subjetiva (GUTIERREZ, 2004).

Por exemplo:

(a) deve-se incentivar a participação e improvisação dos membros ou exigir um respeito geral às linhas hierárquicas e de comunicação?

(b) deve-se incentivar a cooperação ou a competição entre os membros do grupo?

(c) devemos propiciar uma sensação de segurança ou, pelo contrário, buscar tirar as pessoas de sua zona de conforto?

(d) devemos ter uma atitude frente ao mercado agressiva, assumindo riscos, ou conservadora e cuidadosa?

(e) deve-se valorizar mais o cargo ou a pessoa?

(f) deve-se trabalhar com um respeito absoluto às normas legais ou podemos fazer interpretações mais soltas, no limite da ilegalidade?

Estes exemplos buscam apenas ilustrar como a prática da gestão está muito longe de ser uma ciência exata e, a cada momento, exige decisões de seus membros com forte conteúdo moral e político.

Outro aspecto importante, bastante pesquisado na atualidade, diz respeito à cultura da organização. As empresas, de uma forma geral, têm valores e práticas disseminadas internamente, geralmente não explicitadas, mas fortemente arraigadas, construídas com o passar do tempo, frente aos desafios enfrentados e às idiossincrasias dos seus membros (FREITAS, 1999; MOTTA, 2000). Os membros das organizações agem racionalmente, buscando conciliar seus objetivos com os dos grupos próximos e os da organização, antecipando os efeitos prováveis de cada ação nos limites da cultura vivenciada. As políticas de gestão, implementadas no espaço corporativo, irão se relacionar com esta cultura, podendo tanto reforçá-la, como ir contra seus preceitos. O ideal é que o gestor conheça a cultura da organização e busque implementar políticas que, de forma harmônica, a aproximem de seus objetivos (GUTIERREZ, 1999).

É sempre importante ter presente que a administração é um elemento a mais no processo da vida organizacional, muito importante sem dúvida, mas que se articula num espaço econômico, social e político, no qual seus membros não possuem todas as informações e nem tampouco conseguem controlar grande parte das variáveis.

O campo do esporte e a gestão

É comum, atualmente, autores sugerirem imagens originais do esporte para apresentar soluções administrativas. Se fizermos uma análise mais cuidadosa

deste fenômeno vamos ver que o esporte, ao qual o teórico da administração se refere, está longe do esporte enquanto manifestação efetiva no mundo real. Trata-se, antes disso, de uma construção idealizada do esporte vista desde fora da sua prática. Usa-se, por exemplo, a referência a esportes coletivos, como um time de futebol, enquanto ilustração da união de todos na busca de um objetivo comum. Isto, obviamente, não corresponde à realidade concreta, já que podem ocorrer inúmeras divisões e conflitos dentro de um time, como sabem todos os treinadores.

Neste mesmo sentido, o esporte é usado como exemplo de iniciativa, coragem e superação, quando o esporte de alto rendimento é técnico, disciplinado e até, em alguns casos, burocratizado. Igualmente, o teórico de administração pode valorizar os aspectos de luta e confronto presentes no esporte, ignorando que estas características são originais da guerra e mimetizadas pelo esporte contemporâneo, ou ainda apontar para o conhecimento popular (DUNNING, 2015).

A base concreta do campo esportivo, a qual o gestor precisa conhecer e utilizar, é principalmente o sistema esportivo nacional, que muitas vezes é organizado em federações e confederações, ou em ligas. Tendo sempre presente que estes clubes ou equipes podem ter diferentes formatos legais, como clube associativo, social ou empresa, e que este ambiente traz consigo características organizacionais muito específicas do campo. O ambiente do clube, na maioria das vezes, pressupõe um espaço amador, ou quase amador, de gestão, onde os processos regulares de eleições levam a uma sobrevalorização das relações pessoais, dos contatos e das amizades entre os membros. São organizações que atuam num marco legal relativamente frouxo, ou pelo menos mais solto do que,

por exemplo, a legislação sobre as sociedades anônimas. Caracterizam-se também por, como subproduto do amadorismo, uma forma de gestão onde é mais valorizada a experiência e sensibilidade de pessoas com longa vivência no campo, do que o conhecimento técnico, ou experiência profissional em outros ramos de atividade. Estamos falando, aqui, de uma cultura bastante específica e fechada.

A questão da competição, no campo esportivo, acaba assumindo uma dimensão dupla. As organizações esportivas, a exemplo das outras empresas, dependem de recursos financeiros para se manterem presentes e atuantes, dependem, portanto, de uma relação no mercado onde elas vão competir com outras organizações que fornecem o mesmo tipo de serviço ou produto. Ao mesmo tempo, ao participar de competições onde sistematicamente seus resultados são medidos e comparados com os das outras concorrentes, vai depender do sucesso esportivo para sobreviver e expandir-se. Ou seja, enquanto necessita de recursos para manter-se na competição, o sucesso nestas competições vai impactar de forma positiva ou negativa na obtenção de recursos. Este modelo de permanente competição incentiva a criação de heróis, o que leva o gestor a ter que lidar com vaidades pessoais e egos inchados, numa proporção distinta de outros campos de atuação. Trata-se, assim, de um contexto onde é valorizado tanto a disciplina e capacidade de organização, como também o talento individual e a genialidade.

Outro aspecto distintivo muito exclusivo, que deve ser destacado, é a valorização da capacidade individual para assumir o papel de reserva. Na cultura das empresas, de uma forma geral, o elemento que não se adapta a uma determinada situação tende a ser substituído e descartado, inclusive porque não

é comum uma atitude pessoal de aceitar passivamente ser transferido para uma situação de menor importância e prestígio. O próprio campo corporativo não parece valorizar de forma positiva a resignação, percebida talvez como passividade ou falta de iniciativa. No campo esportivo, da mesma forma, as pessoas em geral reagem mal à passagem para uma situação de menor prestígio. A diferença está em que o campo parece valorizar de forma positiva esta capacidade individual de lidar com a mudança, assim como a paciência necessária para “ficar na reserva”, sem jogar contra o grupo ou tentar criar um clima geral de insatisfação.

Tomando o clube, e sua organização em federações e confederações, como uma espécie de matriz cultural, ou ainda um tipo ideal weberiano do campo, o fenômeno esportivo pode se manifestar em diferentes ambientes, mantendo uma relação mínima com sua origem.

As políticas públicas, por exemplo, tendem a incentivar a prática esportiva associada a valores positivos como a saúde, integração social, amadurecimento e prevenção do uso de drogas. Embora nem sempre fique muito clara esta dimensão funcionalista do esporte, seu uso é recorrente e mais ou menos aceito pelos agentes do estado e as populações com que se relacionam. Na verdade, vamos encontrar aqui um amplo leque de intervenções, indo do incentivo ao esporte de alto rendimento, em parcerias com a iniciativa privada ou não, buscando o sucesso em competições nacionais e internacionais, até políticas voltadas aos setores populares mais carentes da sociedade. É um espaço muito diversificado, onde os aspectos da lógica da gestão (como organização, planejamento, controle, busca da eficiência, etc.) podem terminar subordinados às prioridades da política, e até mesmo da política partidária, com a divisão do

trabalho em esporte entre grupos diferentes, em busca da construção de uma maioria parlamentar necessária ao governo. A sucessão de diferentes governos, nem sempre preocupados em dar continuidade ao trabalho anterior, ou até mesmo buscando desconstruir o trabalho anterior e iniciar um novo, é outro elemento de cisão com a lógica da gestão, no sentido mais objetivo.

As Organizações Não Governamentais (ONG's) e associações assistenciais, ligadas ao esporte surgem numa interface entre as políticas públicas e a sociedade civil organizada, com características próprias e uma importância que não deve ser subestimada. Este é um campo muito heterogêneo, onde vamos encontrar tanto grupos profissionais e organizados, como grupos característicos da política partidária tradicional e sua relação clientelista com o estado, como ainda grupos marcados pelo voluntarismo e a militância frente a uma causa comum.

As academias constituem outro espaço da prática esportiva e, portanto, de formas de gestão. A academia possui uma especificidade toda própria e é, provavelmente, o lugar onde as características de administração mais comuns nas empresas, como planejamento, divisão de funções, uma política de vendas estabelecida, controle da qualidade do produto fornecido, mais se manifestam. No espaço da academia a prática esportiva convive com o exercício físico e, eventualmente, com manifestações culturais específicas. Esta diversidade leva a que o campo da academia se afaste da lógica mais característica do esporte e sua organização em clubes, para assumir sua identidade organizacional. Neste mesmo sentido, convém ter presente também que as academias, desde sua origem, estão na maioria das vezes inseridas no mercado concorrencial, sem nenhum tipo de respaldo extra, seja em função da identificação de grupos sociais com sua marca

(como pode ocorrer com os clubes) e nem tampouco legitimadas frente ao estado enquanto alguém que cumpre uma função social essencial e indispensável às pessoas.

O esporte faz uma apropriação seletiva das formas de gestão.

A ideia de que o campo do esporte seria administrado de forma meio amadorística, ou ainda de que seria uma área pouco profissionalizada, precisa ser encarada com cuidado. Dados recentes falam de um orçamento de R\$ 2,54 bilhões para a realização da última Copa do Mundo de futebol, no Brasil (MÁQUINA DO ESPORTE, 2014) e o orçamento dos próximos Jogos Olímpicos deve chegar aos R\$ 7 bilhões (VEJA, 2015). São eventos que ocorrem regularmente, sempre com grande visibilidade e que exigem um exercício de coordenação e logística muito complexo. Não se pode realizar isto sem profissionalismo e técnicas modernas de gestão.

Estes megaeventos só são possíveis porque integram uma grande rede de praticantes e interessados que reforçam sua presença no cenário mundial e apresentam pessoas talentosas. Aí sim podemos encontrar um paradoxo, entre a organização dos megaeventos e a organização de um clube de futebol do interior de um estado (de onde pode surgir um craque), ou de um grupo de entusiastas praticantes de um determinado esporte (de onde pode sair um recordista olímpico).

O conhecimento específico das pesquisas em gestão parece ser apropriado, pelo mundo do esporte, de uma forma desigual. É evidente que existem barreiras específicas, como a pouca divulgação de determinados estudos

ou a dificuldade para lidar com técnicas particularmente complexas, que vão exigir do coletivo um maior nível de aprendizagem e complexidade organizacional. A globalização do esporte como empreendimento multinacional é mais recente do que outras manifestações no campo dos serviços (por exemplo, bancos) e da indústria (por exemplo, setor automobilístico). Este, contudo, parece não ser o único elemento que interfere na forma específica pela qual o mundo do esporte se apropria do campo da gestão.

Vamos perceber o campo da gestão, da forma mais clássica possível, subdividido em:

Produção, engenharia de produto, engenharia de processo, contabilidade de custos

Relações humanas, política corporativa e relações institucionais

Finanças, planejamento e orçamento de projetos, contabilidade fiscal

Marketing e os 4 P's (produto, ponto de venda, propaganda e preço).

Como a organização esportiva pode apropriar as funções de cada um destes departamentos? No esporte não se privilegia um olhar a partir da lógica da produção. Não há uma concorrência direta com produtos que possam substituir o seu, caso ele fique muito caro, defasado tecnologicamente ou apresente problemas técnicos. Pode haver, eventualmente, no caso dos esportes coletivos, um debate genérico sobre a qualidade do espetáculo, merecimento e ética. No caso do atletismo, pode-se perceber uma relação contraditória entre a busca da quebra de recordes e o combate ao *doping*. Como sempre há vencedores e perdedores, pressupõe-se que os vencedores ilustram exemplos de relativa

melhor qualidade. Só mais recentemente, após o fim da guerra fria, quando o sucesso esportivo passa a ser menos político e mais mercadológico, se começa a observar com mais atenção as estratégias que podem maximizar o retorno de vitória, comparado com os recursos financeiros investidos. Há exemplos nesse sentido, inclusive em atividades paralímpicas. Por exemplo, uma medalha em uma atividade individual tende a exigir menos investimento, na média, que a mesma medalha num esporte coletivo (MARQUES e GUTIERREZ, 2014). Embora, de uma forma geral, os princípios da administração de produção não parecem ser prioridade na apropriação que os gestores fazem da teoria em administração, uma subárea de produção, com certeza, tem sido muito observada: a logística. Isto é uma decorrência dos megaeventos e a enorme quantidade de pessoas e materiais envolvidos.

A área de administração de Recursos Humanos, ou ainda de Relações Humanas (RH) passa por uma redefinição de seu papel, procurando ampliar sua presença e as formas de colaborar com o planejamento organizacional e a definição de políticas da empresa. Enfrenta problemas com os processos de terceirização e uma maior autonomia das áreas sobre as pessoas que trabalham nelas. Em compensação, o aumento da repercussão política e social de questões relacionadas às práticas internas, com casos de assédio, trabalho em condições de risco, semiescravo, infantil, entre outros, ou ainda questões referentes às relações com consumidores, fornecedores e o estado, têm trazido a área de RH mais para o centro dos debates e dos processos de tomadas de decisões. Parece prematuro, contudo, afirmar como este cenário tem um impacto significativo na forma como se pesquisa e se desenvolve a gestão esportiva.

Com relação à dimensão financeira das organizações, a questão central parece ser a legislação vigente. É muito provável que se perguntarem ao CEO de uma multinacional se ele prefere atuar sob a lei das S.A., ou a legislação que vigora sobre uma associação de jogadores de bocha, que ele escolha a segunda. Aqui uma coisa puxa a outra, quanto menos eficaz for a legislação em vigor, menos interesse terão os gestores em produzir relatórios financeiros claros e transparentes. Sem esta base, fica comprometida a possibilidade e qualidade de qualquer planejamento financeiro. Neste mesmo sentido, mantido o mesmo cenário legal, é incongruente pensar numa controladoria forte, independente e atuante, voltada a denunciar desvios e ilegalidades a qualquer custo.

E, finalmente, temos a questão do marketing. É provável que aqui encontremos o aspecto mais feliz e melhor resolvido da relação entre esporte e gestão. A grande expansão recente do fenômeno esportivo e de seu mercado não se limita à expansão das pessoas que praticam esportes. O número de pessoas fazendo esportes aumenta, mas o que leva à sua globalização como fenômeno é o número de pessoas que acompanham os esportes e se identificam com eles. Ou seja, é uma expansão que se dá mais por sua dimensão simbólica e imaterial, do que pela dimensão concreta de uma prática. O mercado esportivo é muito mais amplo que a prática esportiva, envolvendo desde a venda de produtos até sua divulgação através de meios de comunicação diferentes. Trata-se de transcender seu próprio espaço para "esportivizar" diferentes dimensões da vida social, incluindo a própria reflexão sobre a gestão do trabalho, como quando autores vão utilizar imagens e alegorias esportivas para refletir o mundo corporativo. O esporte é, claramente, um fenômeno de marketing e os gestores esportivos estão constantemente preocupados com seus diferentes aspectos. O esporte tem que

ser devidamente divulgado e ampliado, deve ter uma política de preços adequada e coerente com seu objetivo de expansão, tem que estar facilmente disponível e atender, na medida certa, as expectativas de inovações do mercado consumidor, apresentado produtos diferenciados e específicos para um número cada vez maior de segmentos de mercado.

Procuramos ilustrar aqui como o campo esportivo, a partir da sua especificidade e características inerentes, se apropria das técnicas e políticas de gestão, disponíveis no mercado, de uma forma desigual em função da sua cultura, ou ainda do *habitus* de seus membros, a partir da necessidade de resolver problemas e desafios de cada conjuntura, ou ainda respondendo a pressões externas recorrente de mudanças no macro ambiente econômico, político e, principalmente jurídico, com o surgimento de novas legislações que expressam a vontade do estado, ou da sociedade civil, de exercer algum tipo de controle e incentivar transformações.

Neste sentido, olhar a forma de apropriação das técnicas de gestão pelo campo nos permite pensar o momento mais amplo que o campo esportivo vive. Os Jogos Olímpicos, por exemplo, tiveram desde 1936, na Alemanha, até o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, em 1989, uma forte conotação política, onde o sucesso esportivo se confundia com o sucesso do próprio regime político. Com o fim do socialismo real a ênfase passa, gradativa e parcialmente, da política para o mercado e a busca de lucros (PRONI, 2008; MARQUES, GUTIERREZ, MONTAGNER, 2009). O fim da exigência da condição de amadorismo nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, já apontava para essa direção. Esta ênfase na

dimensão mercadológica passa a ser uma característica dos megaeventos e tem um papel importante na visibilidade e divulgação do esporte em geral.

Já com relação à apropriação das técnicas de gestão pelo campo esportivo, este movimento aponta três aspectos importantes e que devem ser destacados:

(a) o marketing passa a ser um elemento fundamental e seu uso é cada vez mais sofisticado,

(b) a questão logística é fundamental para o sucesso dos eventos, onde os espectadores esperam que tudo ocorra no momento certo e na forma esperada, com uma ênfase crescente na questão da segurança, principalmente depois do atentado às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001 (SCIMMEL, 2013).

(c) os recursos financeiros aplicados tendem a ter cada vez mais controles e acompanhamento.

Com o aumento da importância econômica do esporte, mudam também as formas de financiamento. Agora, ao lado de associações de entusiastas, clubes e universidades, passa a existir um volume grande de dinheiro que vem do estado (que vem, portanto, “carimbado”, com destino certo, exigindo comprovação do seu uso e acompanhado pela opinião pública), ou da iniciativa privada (que também presta contas a acionistas e ao próprio estado, através da legislação em vigor). Ou seja, mesmo que em muitos casos não mude radicalmente a legislação que controla a atividade esportiva, grande parte dos recursos que afluem ao campo segue uma lógica distintiva e muito mais rígida (PRONI, 2014)

Procuramos ilustrar, assim, como o campo esportivo, a partir de sua própria especificidade, vai apropriando-se das técnicas de gestão, respondendo às exigências de cada nova conjuntura distanciando-se o menos possível do seu *habitus*.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTES, A RELEVÂNCIA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO E DAS INTERFACES SOCIOESTATAIS: ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DE 2010 A 2014¹

Políticas públicas de esportes tem sido um tema de constante debate nas três esferas governamentais brasileiras nos últimos anos, seja em função de discussões acerca de obras de infraestrutura em prol de grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, ou da aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte em 2006. Porém, ao mesmo tempo em que se torna um tema cada vez mais tratado, as políticas públicas de esportes no Brasil ainda carecem de definições conceituais e de estudos sistematicamente organizados pela comunidade acadêmica (STAREPRAVO, et al. 2011). As pesquisas realizadas até o atual momento têm evidenciado algumas características marcantes sobre as políticas públicas nessa área, dentre as quais se destacam: um enfoque no esporte de alto rendimento (BUENO, 2008), conflitos de interesses com instituições privadas (OLIVEIRA, et al. 2011), investimentos em megaeventos esportivos (CURI, 2013); (DAMO; OLIVEN, 2013), escassez de recursos (BUENO, 2008) e ausência de uma organização permanente (STAREPRAVO, 2011) e transversal dessas políticas (MENDES; AZEVEDO, 2010). Esse quadro contrapõe-se com uma significativa evolução na quantidade de instrumentos legais e institucionais na área após a promulgação da Constituição de 1988 (ALVES; PIERANTI, 2007).

¹ Ursula Dias Peres (USP); André Galindo da Costa (USP).

No sentido de contribuir com o aprofundamento da reflexão sobre as políticas públicas de esportes, em especial no que tange à discussão sobre o seu financiamento e estruturação de interfaces socioestatais, o *objetivo deste trabalho é analisar os gastos entre 2010 e 2014 e caracterizar as interfaces socioestatais da Prefeitura de São Paulo na área de esportes.*

São Paulo distingue-se como sede de importantes eventos esportivos, além de ser a cidade mais populosa do Brasil, com a maior rede escolar – aproximadamente 1 milhão de alunos na educação básica, e cerca de 300 equipamentos esportivos espalhados pela cidade². Desse modo, justifica-se a importância de compreensão dos canais de encontro do Estado com a sociedade e das características dos gastos públicos em esportes no município de São Paulo.

Para a consecução da pesquisa foi realizado um levantamento das interfaces socioestatais por meio do sítio da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e das despesas com base nos dados orçamentários disponibilizados pelo Portal da Transparência do Município de São Paulo. O levantamento inicial aponta que, apesar do contexto de importância do esporte na atualidade brasileira e da pujança do município de São Paulo, esse setor representa menos de 1% dos recursos alocados anualmente no orçamento municipal, aproximadamente R\$ 300 milhões.

O presente texto está organizado em seis seções, incluindo esta Introdução e as Considerações Finais. A próxima seção, intitulada *Políticas Públicas no Brasil após a Constituição Federal de 1988*, busca apresentar como o esporte

² Os dados referem-se ao exercício de 2015, tendo sido pesquisado nos sítios das Secretarias Municipais de Educação (<http://eolgerenciamento.prefeitura.sp.gov.br/>) e Esportes (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretaria/esportes/>) de São Paulo.

passa a figurar de forma mais marcante na agenda política brasileira, após o tratamento que lhe dá a Constituição Federal de 1988, assim como também apresenta alguns dos principais marcos legais e institucionais desde a sua promulgação.

Na terceira seção, *A Política Nacional do Esporte: interfaces socioestatais e financiamento no contexto do governo federal*, é exposto como o governo federal, através do lançamento da Política Nacional do Esporte, estabelece, em caráter normativo, um conjunto de diretrizes para a organização do esporte, sobretudo no que diz respeito às interfaces socioestatais.

Em *Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo: interfaces socioestatais*, que constitui a quarta seção, é apresentado o levantamento das interfaces socioestatais no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo. Este capítulo é resultado de uma investigação realizada no sítio da secretaria e no Decreto 50.212/08, decreto este que institui e trata da organização do Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

A partir de dados fornecidos pelo Portal da Transparência no sítio da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, foi realizada uma análise entre os anos de 2010 e 2014 das características das despesas em Desporto e Lazer da Prefeitura de São Paulo. Tal apreciação pode ser vista na quinta seção, que recebe o nome de *O financiamento das políticas públicas de esporte no Município de São Paulo entre 2010 e 2014*. Para a execução dessa etapa da pesquisa, foram consideradas as classificações orçamentárias da despesa (MTO, 2014), e os valores foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

Com esta pesquisa, busca-se gerar um relatório com as principais características das interfaces socioestatais e despesas públicas na área do esporte da prefeitura paulistana no período recente. Acredita-se que essa investigação permitirá não apenas gerar reflexões sobre o papel da política municipal de esportes em São Paulo, mas também poderá trazer novas discussões e perspectivas para outros municípios e para as políticas públicas de esportes, de forma geral.

Políticas Públicas de Esporte no Brasil após a Constituição Federal de 1988

Athayde (2014) defende que, durante a ditadura brasileira, ocorrida entre os anos 1960 e 1980, os governos militares impingiram à política esportiva um caráter nacionalista e ufanista. Conforme Bueno (2008), tal característica ficou bastante marcante na Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo que compunha o Plano de Educação Física e Desporto em 1971. O foco no esporte de alto rendimento, para a representação do país em jogos internacionais, foi uma constante nesse período e trouxe características bastante específicas para este setor, com destaque para a hierarquização, centralização das decisões e baixa interdisciplinaridade (BUENO, 2008; PACHECO, 2011).

Esse perfil de gestão da política de esportes se dá em várias outras áreas, durante o auge do período ditatorial (anos 1960 e início dos 1970), no qual a possibilidade de interação e participação com a sociedade para negociação de visões distintas era muito difícil dentro das estruturas do aparelho de Estado. Contudo, conforme Souza (2001), o Brasil passa a conhecer diversas formas de

organizações que buscavam promover a participação da sociedade junto ao Estado ainda no final da década de 1970. Essas experiências viriam a se popularizar com o passar do tempo, e com a Constituição de 1988 (CF/88), a democracia participativa receberia status de princípio constitucional, tendo que ocorrer concomitantemente à democracia representativa. A partir dos anos 1990, o Brasil teve um aumento significativo no número e tipos de arranjos participativos (PERES, et al. 2014).

O processo de redemocratização foi um marco para a contestação de regras e paradigmas da ditadura militar e trouxe importantes mudanças para vários setores das políticas públicas brasileiras, dentre os quais se inclui o de esportes. Interessa saber que houve também uma importante organização da comunidade epistêmica durante a década de 1980, que culminaria com a organização de forte *advocacy* para a construção de um capítulo na Constituição Federal, onde o esporte seria reconhecido em três manifestações: esporte-educação, esporte-lazer/participação e esporte performance/desempenho (TUBINO, 2010).

A CF/88 estabeleceu em seu art. 217 que o esporte é dever do Estado e direito de todos, determinando, inclusive, que serão destinados recursos públicos para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para a promoção do desporto de alto rendimento.

Tubino (2010) faz uma divisão em três categorias teóricas distintas de esporte enquanto campo de atuação do Estado na forma de políticas públicas. A primeira delas é a de esporte-educação, que, conforme o autor, está estritamente associada à formação cidadã. Essa categoria divide-se em duas outras subcategorias, que são as de esporte educacional e a de esporte escolar. O

esporte educacional seria aquele promovido entre crianças e adolescentes dentro e fora das escolas e que busca promover princípios como inclusão, participação e cooperação. O esporte escolar é aquele destinado a jovens com algum potencial para a prática esportiva e sua materialização se dá através de competições esportivas.

A segunda categoria tem finalidade lúdica e leva o nome de esporte-lazer. O esporte-lazer tem por objetivo o uso do tempo livre para a busca do bem-estar físico e psicológico dos indivíduos, tendo um papel fundamental para as políticas públicas de saúde coletiva e saúde pública. A última categoria é a de esporte de alto rendimento, que compreende as atividades esportivas profissionais com regras de competição estabelecidas por órgãos esportivos internacionais. Essa, além de ter na atualidade a característica da busca por níveis cada vez maiores da performance dos atletas, envolve projeção midiática, patrocínios de empresas privadas, profissionalismo e grandes eventos esportivos (TUBINO, 2010).

Segundo Carvalho (2013), coube às leis infraconstitucionais determinar as esferas governamentais responsáveis pela promoção do esporte e seus respectivos objetivos. Diante disso, o governo federal deve envolver todos os seus ministérios e seus setores na política federal de esporte que, além de ter abrangência nacional, deve buscar a melhoria na qualidade de vida e autoestima dos brasileiros. Aos estados e ao Distrito Federal, cabe aplicar os planos estaduais de esporte, os quais devem ser fruto de um diagnóstico, e refletir as suas particularidades sociais, econômicas e regionais.

Os municípios devem focar suas políticas públicas de esporte em práticas populares e comunitárias, assumindo responsabilidades no que diz respeito ao esporte-educação nas escolas municipais de ensino fundamental. As universidades

e agências de fomento à ciência são responsáveis pela formação de recursos humanos, produção e promoção do conhecimento na área do esporte. As empresas públicas têm tido nos últimos anos um papel importante no patrocínio de atividades esportivas, porém essas ações ainda carecem de marco regulatório e institucional e alinhamento com a Política Nacional do Esporte (CARVALHO, 2013).

O período que sucedeu a CF/88 é destaque por seus diversos marcos normativos e institucionais que viriam a influenciar a formação da concepção de esporte enquanto área de destaque nas políticas públicas do país. Alguns dos principais momentos podem ser vistos no quadro 1.

Quadro 1: Evolução da legislação e dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas de esporte no âmbito do governo federal.

Marco institucional ou normativo	Ano	Características
Constituição Federal de 1988	1988	Estabelecimento do esporte enquanto dever do Estado e direito de todos, considerando, inclusive, que recursos públicos devem ser destinados a sua promoção.
Lei 8.672/93 (Lei Zico)	1993	Definiu a prática do esporte enquanto atividade física e intelectual dividindo suas manifestações entre : desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento. Criou o Conselho Superior de Desporto.
Criação do Ministério Extraordinário do Esporte	1995	Surge no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso com o objetivo futuro de criar um Ministério permanente na área do esporte no país. Englobou a pasta de turismo em 1998 formando o Ministério do Esporte e Turismo.
Lei 9.615/98 (Lei Pelé)	1998	Extinguíu o Conselho Superior de Desporto e a Secretaria de Desporto e criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. Assim como a Lei Zico, priorizou o futebol e tratou pouco de outras

Políticas Públicas De Esportes, A Relevância Do Financiamento Público E Das Interfaces Socioestatais: Análise Do Município De São Paulo De 2010 A 2014

		modalidades esportivas. Não criou marcos muito relevantes para o esporte educacional e o esporte participação.
Lei 9981/00 (Lei Maguito Vilela)	2000	Além de ter criado o Ministério do Esporte e Turismo e fortalecer o papel e as funções do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro, cuidou de questões referentes ao profissionalismo dos atletas no Brasil.
Lei 10264/01 (Lei Agnelo/Piva)	2001	Determinou que 2% da arrecadação bruta das loterias federais fossem destinadas na proporção de 85% ao Comitê Olímpico do Brasil e de 15% ao Comitê Paralímpico Brasileiro e obrigou essas duas entidades a investir 10% de suas arrecadações em desporto escolar e 5% em desporto universitário.
Criação do Ministério do Esporte	2003	Composto pelo Conselho Nacional do Esporte e três secretarias, as quais ficaram responsáveis pelas seguintes áreas: lazer, educação e alto rendimento. Entre outras competências, no momento de sua criação, encontrava-se a de estabelecer uma política nacional de desenvolvimento de práticas esportivas.
Criação da Secretaria Nacional de Esporte Educacional	2003	Nasce com a finalidade de democratizar o acesso à prática de esporte promovendo o desenvolvimento, a cidadania, a qualidade de vida e reduzindo a vulnerabilidade social. Também tem a responsabilidade de implantar centros de esportes educacionais em parcerias com entidades públicas e privadas.
Criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	2003	Essa Secretaria surgiu com o propósito de gerar conhecimento e acesso à prática do esporte recreativo e de lazer, por meio de atividades esportivas, artísticas, práticas corporais e lazer para todas as faixas etárias. Prevê também a implantação, reforma, ampliação e modernização da infraestrutura esportiva para a promoção de tais práticas.
Lançamento da Política Nacional do Esporte	2005	Fruto das atividades da 1ª Conferência Nacional do Esporte, estabeleceu diretrizes para o esporte enquanto dever do Estado. Entre seus principais temas estão: universalização do acesso, promoção da saúde, desenvolvimento econômico, controle social e descentralização.
Lei 11.438/06 (Lei de Incentivo ao Esporte)	2006	Criou a possibilidade das pessoas jurídicas aplicarem 1% e as pessoas físicas 6% dos valores devidos do imposto de renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte.

Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados e informações de Ministério do Esporte (2004), Silva (2008), Carvalho (2013), Bueno (2008) e Perruci (2006).

Conforme Carvalho (2013), o sistema político nacional do esporte é formado, atualmente, pelo Ministério do Esporte, Conselho Nacional do Esporte,

sistemas de esporte dos estados, Distrito Federal e municípios, comitês olímpicos e paraolímpicos brasileiros, entidades nacionais e regionais de esporte, ligas regionais e nacionais e entidades de práticas esportivas.

Uma questão relevante a salientar é que, apesar de todo o esforço da comunidade epistêmica em torno da construção do esporte como direito em 1988, a definição de um comando institucional para essa área, por meio da criação do Ministério do Esporte em 1995 e da busca pela consolidação de leis que expressassem essas conquistas, como destacado no quadro anterior, a reorganização da estrutura da política pública de esportes, a partir da formação da criança, do jovem e do cidadão num espírito esportivo comum, não logrou o êxito desejado. O esporte foi mantido como política pública apartada da educação, saúde, cultura, isto é, com baixa interdisciplinaridade com outras áreas. Essa construção tem reflexos importantes nas formas de financiamento da política de esportes, que não encontra respaldo em uma estrutura consolidada no orçamento público e é bastante dependente de leis de incentivo (nas diferentes esferas administrativas).

Nesse cenário, uma preocupação comum no que diz respeito às políticas públicas de esporte trata-se da capacidade de durabilidade das mesmas, sendo que há uma longa tradição de produção de políticas no campo do esporte de forma pontual e que trazem benefícios a poucos indivíduos. Além disso, é importante destacar que a forma de financiamento escolhida para uma política pública ajuda a determinar as formas de relacionamento socioestatal que esta terá; a maior ou menor dependência de verbas orçamentárias ou de recursos de incentivo fiscal levam a uma proximidade de atores distintos na comunidade de política pública, que se constitui no entorno da política. Essa característica poderia

colocar em risco os recentes avanços na consolidação de uma política nacional e de um melhor alinhamento dos diferentes atores que compõem o sistema nacional (ALVES e PIERANTI, 2007).

Faz-se necessário, então, analisar o contexto de relações socioestatais no âmbito da política de esportes federal e municipal, bem como as questões relacionadas ao financiamento das ações previstas na política esportiva.

A Política Nacional do Esporte: interfaces socioestatais e financiamento no contexto do governo federal

No dia 19 de agosto de 2005, através de um discurso realizado no Esporte Clube Pinheiros, na cidade de São Paulo (SP), o então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva lançou a Política Nacional do Esporte. Na ocasião, a retórica do presidente foi marcada pela exaltação da importância do Estado assumir responsabilidades junto às políticas de esporte no Brasil, e também pelo destaque dado ao esporte profissional, à importância do Esporte Clube Pinheiros no cenário nacional, aos megaeventos esportivos e a necessidade de sanar a dívida dos clubes brasileiros. Assim, pode-se destacar, analisando esse evento em particular, que houve, pelo menos no discurso, uma priorização de questões relacionadas ao esporte de alto rendimento e ao modelo clubista em detrimento do esporte-educação e do esporte-lazer. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2005)

Mesmo com essas características do discurso do presidente, a Política Nacional do Esporte foi um marco para o campo das políticas públicas de esporte no Brasil. A política é fruto de um conjunto de diretrizes legais que vão desde o art. 217 da CF/88 até a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional. No documento, há como premissas o reconhecimento de desigualdades dramáticas nas práticas esportivas brasileiras, o reconhecimento do esporte como manifestação cultural, o esporte enquanto questão de Estado e a necessidade de um diagnóstico mais conciso sobre o esporte no Brasil e de definições mais claras dos papéis da União e de segmentos da sociedade no esporte. Outra inovação foi o destaque dado para a atividade esportiva voltada para pessoas portadoras de deficiência (POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE, 2005).

Em seu texto é admitido que, historicamente, no Brasil, as atividades estatais e a tomada de decisões importantes no campo político foram realizadas predominantemente por uma elite, e poucas vezes foi dada a oportunidade de participação de grande parcela da população nesses processos. Porém, a questão da participação surge de uma forma bastante implícita dentro do documento. Pode-se considerar que a gestão democrática, a participação social e o controle social foram timidamente tratados no texto da Política Nacional do Esporte quando é assumida a necessidade de aprofundamento de vínculos institucionais (POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE, 2005).

A questão da participação nas políticas públicas de esportes é colocada através de um compromisso em ampliar os canais de comunicação e diálogo entre o governo e a sociedade. No entanto, não é possível afirmar que há nesse documento uma preocupação clara e propositiva sobre a criação, o fortalecimento e a ampliação dos canais de participação, com exceção do Conselho Nacional do Esporte a quem foi determinado um importante papel, inclusive deliberativo, no sistema político esportivo nacional (POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE, 2005).

O Conselho Nacional do Esporte configura-se como órgão paralelo e assessor à estrutura do aparelho administrativo do Estado, como forma de lhe

resguardar certa independência e autonomia, porém está vinculado ao Ministério do Esporte como órgão colegiado. Ele tem capacidade de deliberação e interferência sobre determinadas decisões das entidades estatais. Está prevista a expectativa de que o conselho seja capaz, através dos conselheiros, de representar os interesses da comunidade esportiva diante do governo federal. Também tem a responsabilidade pelas atualizações da normatização contra o *doping* e por propor uma legislação específica sobre esse tema. A Política Nacional do Esporte (2005, p. 31) determina que “O Conselho Nacional do Esporte, recém criado na estrutura esportiva brasileira, deve ser o órgão superior legalmente indicado para dirimir os conflitos do esporte institucionalizado do Brasil (...)”.

Como se está destacando os mecanismos formais de interconexão entre Estado e sociedade civil, que aqui estão sendo definidos como interfaces socioestatais, cabe também apresentar o que se entende como tal. Souza e Pires (2012) realizam uma definição de interface socioestatal a partir de uma abordagem crítica em relação aos espaços participativos estatais institucionalizados, e é essa definição que está sendo utilizada nessa pesquisa. Quando pensam esse conceito, Souza e Pires (2012) tentam superar a concepção de que esses espaços são fruto única e exclusivamente da ação coletiva. Assim, os mesmos passam a ser apresentados como resultado de uma multiplicidade de relações entre Estado e sociedade civil. Desse modo, definimos interfaces socioestatais como instrumentos teórico-analíticos, que consideram os arranjos participativos, que existem na estrutura do aparelho do Estado, como espaços de intercâmbio compostos por sujeitos sociais e estatais com interesses e papéis múltiplos e distintos.

Através de um levantamento que focou em oito tipos de instrumentos de interlocução da sociedade com o Estado, Vaz e Pires (2012) apresentaram um panorama da incidência de interfaces socioestatais no contexto do governo federal entre os anos de 2002 e 2010. Os tipos de instrumentos utilizados para a efetivação desse levantamento são: conselhos gestores de políticas, conferências temáticas, reuniões com grupos de interesse, Planos Plurianuais de Ação (PPAs) participativos, ouvidorias, audiências públicas, consultas públicas e instrumentos com outros formatos específicos. Entre os instrumentos com outros formatos específicos, encontram-se: sítios da internet, comitês gestores e telefones para contato.

Com esse estudo, que utilizou dados fornecidos pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN), foi possível identificar pelo menos três pontos importantes sobre interfaces socioestatais no âmbito do governo federal, os quais são destacados a seguir:

1- Houve um aumento de programas que passaram a contar com interfaces socioestatais. Em 2002, 81% dos programas do governo federal faziam uso desses instrumentos e, em 2010, o percentual de programas que passa a utilizar interfaces é de 91,7%;

2- O número de órgãos que passou a contar com programas visando de alguma forma ao estímulo à implantação de interfaces subiu de 60,4% em 2002 para 91,7% em 2010;

3- Durante o período estudado, os órgãos que já contavam com interfaces socioestatais em seus programas também presenciaram um incremento no número e tipos de canais de interlocução entre Estado e sociedade (VAZ E PIRES, 2012).

Nesse contexto, é possível observar que também o Ministério do Esporte teve um aumento significativo no número de programas que contam com interfaces socioestatais. Em 2002, esse ministério contava com 28,6% de seus programas tendo interfaces, já em 2010, 75% dos programas passaram a ter. Porém, vale destacar que, em 2002, o Ministério do Esporte dispunha de sete programas, e que, em 2010, ele passa a ter somente quatro programas. A título de comparação, observa-se que entre os ministérios que percentualmente possuem o maior número de interfaces por programa, no caso 100%, figuram o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação. O Ministério da Defesa é o que apresenta o menor número, já que somente 50% dos seus programas possuem interfaces socioestatais.

Um espaço de crucial importância no que diz respeito a interfaces socioestatais no Brasil no campo das políticas públicas de esportes tem sido as Conferências Nacionais do Esporte. Conforme Costa e Peres (2014, p. 4), conferências são:

(...) instâncias participativas criadas pelo poder público para que haja a participação da sociedade em atividades de planejamento, controle e gestão de um conjunto de políticas públicas ou mesmo de uma determinada política específica.

A realização de conferências no campo do esporte foi instituída através do Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, prevendo que estas tinham por objetivo ser um espaço de debate, formulação e deliberação das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Desde então já foram realizadas três conferências nos anos de 2004, 2006 e 2010 (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Como um dos resultados da I Conferência Nacional do Esporte, em 2004, foi colocada com unanimidade a importância de se promover valores como a democracia participativa e o controle social no campo das políticas públicas de esporte (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2004). Em 2010, a III Conferência Nacional do Esporte contou com cinco tipos de etapas: livre, preparatória, municipal/regional, estadual e municipal (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

A Política Nacional do Esporte (2005) tratou pouco sobre o financiamento das políticas públicas do esporte no Brasil. Cabe destacar que a área do esporte hoje no Brasil, assim como as áreas da assistência social e da cultura, reivindica que recursos tributários sejam vinculados a suas atividades, a exemplo do que já acontece nas áreas da saúde e da educação. Em 2004, o deputado federal Gilmar Machado, do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição, que vinculava o percentual de 2,5% das receitas orçamentárias de impostos e de recebimentos da dívida ativa às atividades de desporto e lazer (PEC 353/04). Além disso, o documento final da II Conferência Nacional do Esporte apresentou um conjunto de diretrizes para o financiamento das políticas públicas de esporte no Brasil, que previam desde a criação de um fundo para o financiamento das políticas públicas de esporte até a vinculação de 1% de receitas tributárias para a área nos três níveis de governo (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006).

A Política Nacional do Esporte (2005), no que diz respeito ao financiamento das políticas públicas de esportes, faz referência a duas questões, que são as considerações e as ações frente às prioridades dos recursos públicos. Quanto às considerações, o documento afirma que uma das *características dos recursos públicos na área é a sua insuficiência e também a falta de critérios claros*

de priorização. Também é destacado que, frente às largas extensões do país, é necessário estabelecer critérios geográficos para a distribuição desses recursos. Como forma de superar tais deficiências, fica previsto duas diretrizes as quais se considera como ações. A primeira delas é a que os recursos sejam distribuídos conforme diagnósticos prévios, e que no esporte de alto rendimento fosse dado preferência a modalidades olímpicas, paraolímpicas, pan-americanas e pan-americanas paraolímpicas.

Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo: interfaces socioestatais

O município de São Paulo é a capital do estado de São Paulo e constitui-se no principal centro financeiro do Brasil e da América do Sul. São Paulo é composto hoje por uma população estimada de mais de 11 milhões de pessoas, tendo um PIB de R\$ 499 bilhões (IBGE, 2015). O orçamento previsto pela prefeitura de São Paulo para o ano de 2015 foi de R\$ 51 bilhões. No mesmo ano, o total estimado de recursos orçamentários destinados à Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação da Prefeitura de São Paulo (SEME) foi de R\$ 539 milhões, 1,05% do total dos recursos orçamentários do município (SÃO PAULO, 2014).

A cidade é destaque pelo seu grande potencial cultural, econômico e científico, sendo todos os anos sede de diversos eventos esportivos nacionais e internacionais. São Paulo ficaria ainda mais em evidência depois de ter sido escolhida como sede de dois grandes eventos esportivos nacionais: a Copa do Mundo do Brasil de 2014, a qual a cidade foi uma de suas sedes, e os Jogos

Olímpicos de Verão de 2016 do Rio de Janeiro, a qual a cidade figura como subsede.

Em relação às interfaces socioestatais da SEME, podemos destacar algumas, entres elas a Ouvidoria, criada em 2013 pela Portaria nº 0005/SEME.G/2013. Tal portaria estabeleceu como atribuição da ouvidoria a apuração de denúncias por atos ilegais cometidos pelos servidores da secretaria ou por entidades conveniadas à secretaria, garantindo sempre o sigilo dos denunciantes (SÃO PAULO, 2015).

Outro instrumento importante como interface socioestatal no âmbito da SEME é o Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, criado em 2008, na gestão do então prefeito de São Paulo Gilberto Kassab. O conselho foi constituído como órgão colegiado da secretaria, tendo caráter consultivo e propositivo na política municipal de esporte, lazer e recreação. O conselho tem caráter consultivo e é responsável formal pela institucionalização da relação entre administração pública e setores da sociedade civil ligados à área do esporte (SÃO PAULO, 2015).

O conselho tem como presidente o secretário municipal de esportes, lazer e recreação e é composto por (SÃO PAULO, 2008, ART. 4º):

- II - 1 (um) representante de cada uma das seguintes Secretarias Municipais, indicado pelo respectivo Titular:
 - a) Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras;
 - b) Secretaria Municipal de Educação;
 - c) Secretaria Municipal de Participação e Parceria;
 - d) Secretaria Municipal de Cultura;
 - e) Secretaria Municipal da Saúde;
- III - 2 (dois) servidores municipais, efetivos ou comissionados, lotados na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, indicados pelo titular desse órgão;

IV - 1 (um) representante indicado por cada uma das seguintes instituições:

- a) Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo - SIN-DI-CLUBE;
- b) União das Federações Esportivas do Estado de São Paulo - UFEESP;
- c) Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP;
- d) Panathlon Club de São Paulo;

Em 2014, já sob o governo do prefeito Fernando Haddad, com o intuito de fortalecer e dar maior capacidade de gestão ao conselho foi criada a Secretaria de Apoio do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Recreação (SÃO PAULO, 2015).

Cabe destacar também que, no ano de 2010, a SEME, com o apoio do Ministério do Esporte, organizou a III Conferência Municipal de Esportes. A mesma contou com a participação de 1800 pessoas e teve o seguinte tema: *Plano Decenal de Esporte e Lazer 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais*. Das discussões resultaram ações e metas específicas para o município ligadas a dez diferentes linhas estratégicas, as quais são (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010):

- Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- Formação e valorização profissional;
- Esporte, lazer e recreação;
- Esporte, saúde e qualidade de vida;
- Ciência, tecnologia e inovação;
- Esporte de alto rendimento;
- Futebol;
- Financiamento do Esporte;
- Infraestrutura esportiva;

- Esporte e economia.

O Financiamento das políticas públicas de esporte no Município de São Paulo entre 2010 e 2014³

A CF/88 não foi apenas um marco importante para a organização de espaços participativos, mas também trouxe importantes contribuições no que diz respeito ao planejamento público, sobretudo o planejamento associado às despesas. A Carta Magna foi um importante divisor de águas nas atividades de planejamento financeiro e orçamentário, na medida em que criou o sistema orçamentário composto por três instrumentos legais: Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual de Ações (PPA). Com o passar dos anos, essas ferramentas têm se aperfeiçoado tanto do ponto de vista técnico quanto legal e hoje configuram, desde a etapa de planejamento até a sua efetiva execução, como importantes meios de monitoramento das políticas públicas. Uma das questões mais relevantes do campo orçamentário, e que permite tal atividade, são os avanços em publicidade e transparência, permitidos tanto pela evolução de tecnologia da informação quanto da legislação (ABRUCIO; LOUREIRO, 2004).

O orçamento público do município de São Paulo e sua respectiva execução, quando analisados entre os anos de 2010 e 2014, demonstram importantes particularidades que ajudam na compreensão sobre as políticas

³ Para as reflexões desse capítulo, contamos também com a fala do Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo na palestra que deu no III Encontro Paulista de Sociologia do Esporte.

públicas de esportes no município. As observações, nesse estudo, ficam direcionadas à evolução e à composição dos gastos públicos na área. Porém, quando feitas algumas comparações ou destacadas algumas características específicas, é possível realizar algumas inferências importantes, como a continuidade na estrutura econômica das despesas e a baixa transversalidade da política de esportes em outros órgãos municipais, como será demonstrado adiante.

Tabela 1: Relação percentual de valores orçados e empenhados do município em relação a função de Desporto e Lazer entre 2010 e 2014.

Valores em R\$ milhões.

Ano	Município Orçamento inicial	Desporto e Lazer Orçamen to inicial	Orçado Esporte/ Orçado Município (%)	Município Valor Empenhado	Desporto e Lazer Valor Empenhado	Empenhado Esporte/ Empenhado Município (%)
2010	35.432	264	0,75%	36.529	265	0,73%
2011	42.530	344	0,81%	38.138	256	0,67%
2012	43.649	363	0,83%	41.018	315	0,77%
2013	44.732	388	0,87%	41.640	309	0,74%
2014	50.569	663	1,31%	41.660	280	0,67%

Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados e informações da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

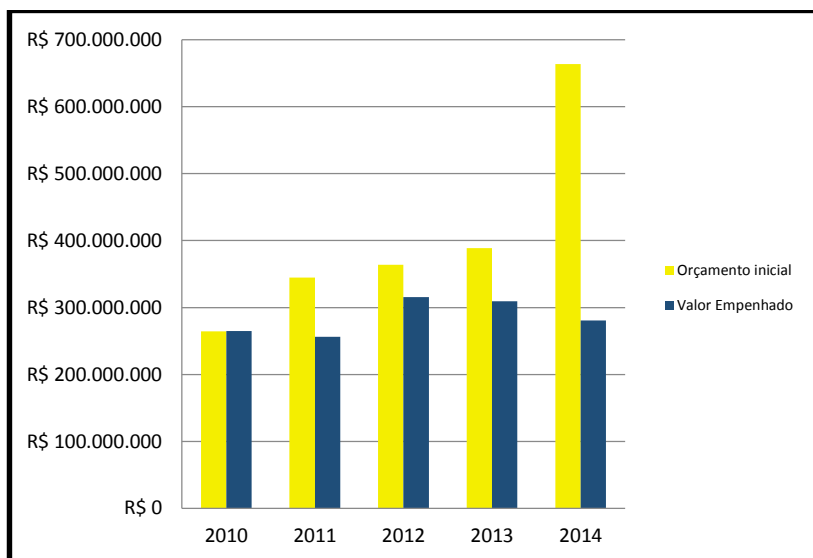
As apreciações referentes ao orçamento, com enfoque para as despesas na área de Desporto e Lazer⁴, iniciam-se com uma característica muito importante, conforme pode ser visto na tabela 1 acima. Tal característica é a de que os gastos na área de Desporto e Lazer representam um percentual muito pequeno frente ao orçamento do município de São Paulo. Isso pode ser identificado quando, por exemplo, encontramos que, entre 2010 e 2014, os valores percentuais destinados à função Desporto e Lazer no orçamento foram inferiores a 1% do total previsto no orçamento, com exceção do ano de 2014, quando o valor percentual foi de 1,31% do total do orçamento do município. Nesse mesmo ano, a quantidade orçada para a função de Desporto e Lazer também teve importante variação quando comparada ao ano anterior em valores reais. Para 2013, o valor orçado foi de R\$ 388.663.301,71, já em 2014 foi de R\$ 663.684.092,00, ou seja, de um ano para outro houve um aumento percentual de 71% do valor orçado.

Porém, quando analisados os valores executados, considerando como tal os empenhos efetivamente realizados, os valores da área são ainda menores. Isso se dá já que no período do total empenhado pelo município a função Desporto e Lazer representou no máximo 0,77% no ano de 2012. Os anos de 2011 e 2014 alcançariam os piores resultados durante o período analisado, já que nos dois anos executou-se apenas 0,67%. Isso faz com que, enquanto o ano de 2014 teve uma importante melhora em relação a valores orçados, isso não se refletiu nos valores empenhados. Em valores reais, empenhou-se da função Desporto e Lazer R\$ 309.519.433,17 em 2013 e R\$ 280.771.065,32 em 2014, tendo, então, uma redução de R\$ 9,29% de um ano para o outro. O gráfico 1 abaixo sintetiza a

⁴ Conforme a Portaria MOG 42/99, que estabeleceu a classificação funcional das despesas, a função da área das políticas públicas em esportes é denominada como Desporto e Lazer.

imagem de baixa execução orçamentária na função Desporto e Lazer; neste, percebe-se que a exceção do ano de 2010, em todos os outros anos, os valores empenhados foram inferiores aos orçados.

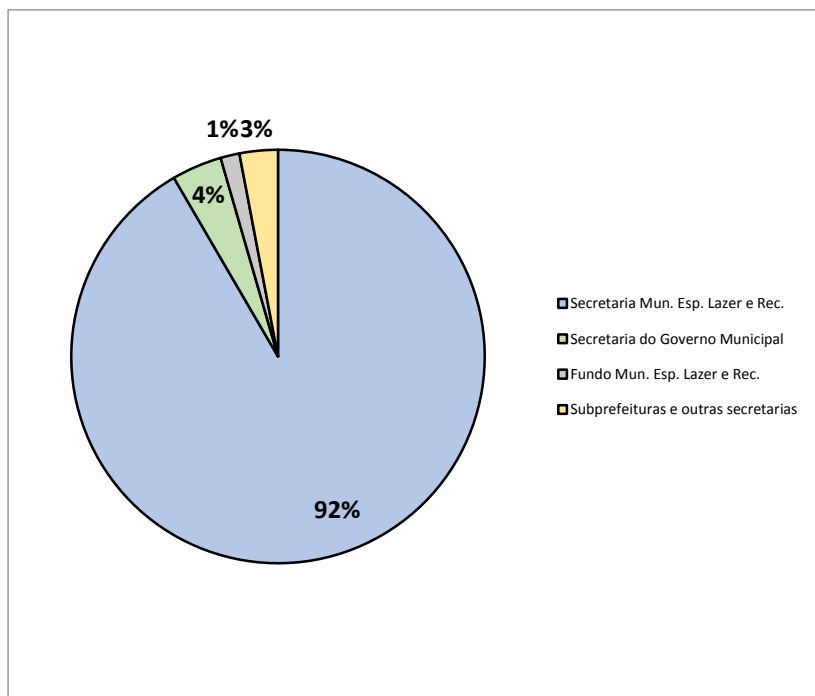
Gráfico 1: Comparação entre os valores orçados e empenhados na função Desporto e Lazer.



Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados e informações da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Entre os anos de 2010 e 2014, do total de despesas empenhadas referentes à função Desporto e Lazer houve uma grande concentração na SEME, que correspondeu a um percentual de 92% do total, como pode ser observado no gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2: Total empenhado da função Desporto e Lazer nos diferentes órgãos entre 2010 e 2014.



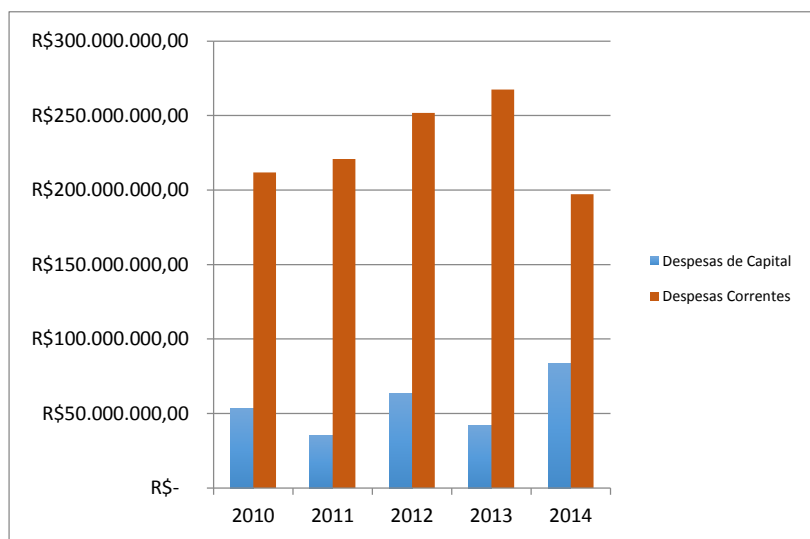
Fonte: Produzido pelos autores a partir de dados e informações da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

A Secretaria do Governo Municipal foi responsável pela execução de 4% do total das despesas empenhadas no período, e as subprefeituras e outras secretarias foram responsáveis pela execução de 3% do total das despesas. Chama a atenção o fato de o total da execução orçamentária referentes ao Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação corresponderem a apenas 1% do total. Isso gera a necessidade de novas pesquisas que pensem qual tem sido o papel do fundo

desde a sua criação até os dias de hoje, além de refletir sobre se efetivamente tem tido uma importância na promoção do esporte no município. Cabe destacar que o Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação foi criado pela Lei 13.790/04 e regulamentado pela Lei 50.248/08, as quais preveem que seus recursos devem ser destinados ao estímulo de atividades físicas e recreativas e em eventos, desde que estes tragam contribuições econômicas ou de qualidade de vida.

A partir do gráfico 3 a seguir, que apresenta as despesas por categoria econômica, pode-se observar como, entre os anos de 2010 e 2013, as despesas correntes foram superiores às despesas de capital.

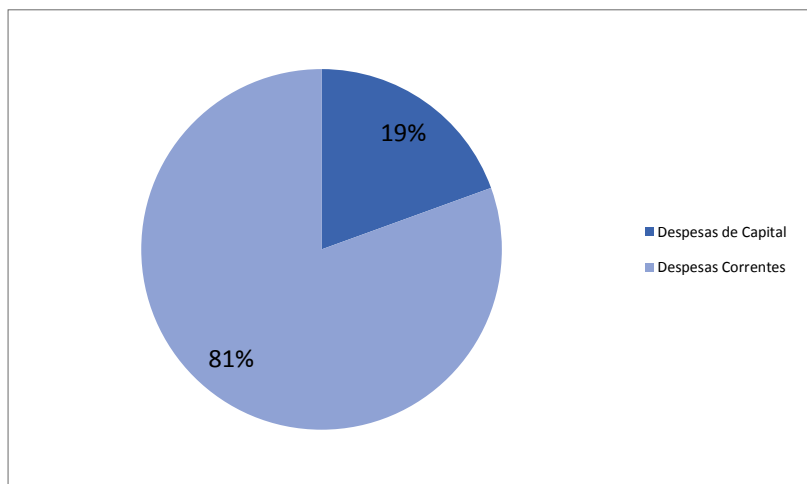
Gráfico 3: Despesas empenhadas com a função Desporto e Lazer por categoria econômica.



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Outro ponto marcante é que as despesas correntes em valor real tiveram uma tendência de aumento constante entre os anos de 2010 e 2013. Essa lógica sofreu uma inversão no ano de 2014 quando as despesas correntes tiveram uma redução acompanhada de um aumento das despesas de capital. Quando visto o gráfico 4, a premissa de maior concentração de despesas correntes frente às despesas de capital se reforça, já que, entre os anos de 2010 e 2014, da totalidade de despesas empenhadas da função Desporto e Lazer 81% foram na forma de despesas correntes, restando assim 19% para as despesas de capital em todo o período estudado.

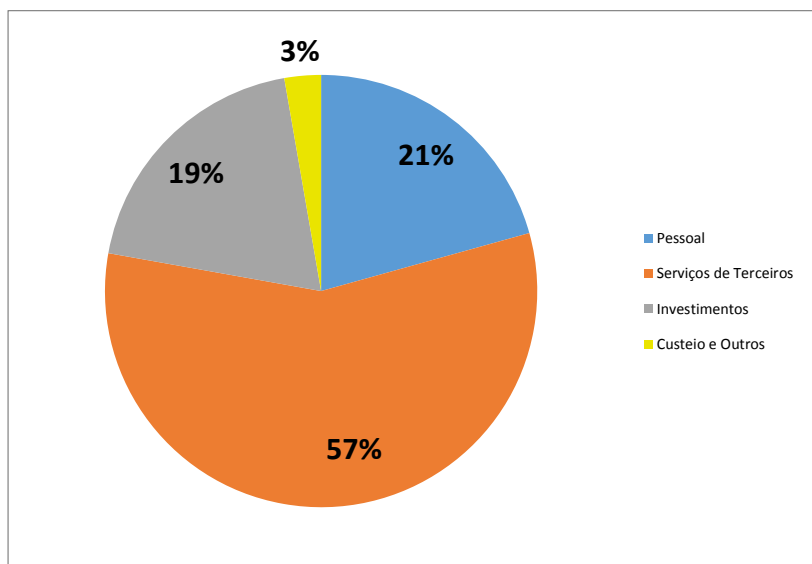
Gráfico 4: Totais percentuais de despesas de capital e de despesas correntes empenhadas das despesas da função Desporto e Lazer entre 2010 e 2014.



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Quando as despesas classificadas conforme a categoria econômica são desmembradas na subclassificação por grupo de natureza econômica, novos elementos importantes surgem, como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5: Valores percentuais de despesas empenhadas em Desporto e Lazer por grupo de natureza da despesa entre 2010 e 2014.



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Entre eles, está o fato de que de 2010 a 2014 as despesas empenhadas concentraram-se em serviços de terceiros, que correspondeu a 57% do total empenhado na função Desporto e Lazer no período. As despesas com pessoal corresponderam a 21% das despesas empenhadas no período e os custeio e outras despesas a apenas 3%.

Tabela 3: Despesas em Desporto e Lazer por grupo de natureza da despesa entre 2010 e 2014.

Valores em R\$ mil.

ANO	Pessoal	Serviços de Terceiros	Investimentos	Custeio e Outros	TOTAL ANO
2010	51.218	151.645	53.292	8.877	265.035
2011	59.988	152.999	35.162	7.866	256.016
2012	62.327	179.679	63.643	9.788	315.438
2013	63.379	196.236	41.975	7.927	309.519
2014	58.060	134.591	83.600	4.518	280.771
TOTAL GRUPO	294.975	815.151	277.673	38.978	1.426.779

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico de São Paulo.

Através da tabela 3 acima, é possível perceber que, entre os anos de 2013 e 2014, houve uma importante redução nos valores das despesas empenhadas com pessoal, serviços de terceiros e custeio e outros. A mesma foi acompanhada de um aumento no valor dos investimentos. Destaque para as despesas com serviços de terceiros que eram de R\$ 196.236.395,82 no ano de 2013 e passaram para R\$ 134.591.619,00 em 2014, redução de 31,4%. Já os investimentos, que eram no valor de R\$ 41.975.613,42 em 2013, passaram para R\$ 83.600.106,25 no ano de 2014, aumento de quase 100% quando comparado ao ano anterior.

Analisando as características das análises orçamentárias da SEME, à luz da palestra de Pacheco (2015) temos um conjunto fértil de reflexões e suposições. Pacheco (2015) destaca que, apesar da evolução normativa e institucional das últimas décadas, as políticas públicas de esporte ainda carecem de demarcações

e diretrizes mais claras, assim como garantias para sua continuidade. Conforme o professor, a cidade de São Paulo, em especial, frente a sua complexidade, grande extensão territorial, populacional e importância nacional, apresenta particularidades ainda mais relevantes nesse contexto. Associar a política de esportes ao desenvolvimento da criança e do jovem como pressuposto nas propostas dos Centros Educacionais Unificados teria possibilitado a associação das atividades esportivas ao lazer e, principalmente, à educação, como ocorre em diversos países da OCDE. Na análise de Pacheco (2015), no entanto, com o passar dos anos, diversos fatores, dentre eles a alternância de governos, fizeram com que tal objetivo não fosse integralmente atingido (PACHECO, 2015).

Para Pacheco (2015), o modelo clubista, no qual o esporte é desenvolvido, dissociado da educação e outras políticas públicas, atrapalha o desenvolvimento de uma política pública de esporte inclusiva. Esse modelo baseia-se no fato de que tradicionalmente no Brasil recursos públicos são destinados a organizações privadas, que, apesar de figurarem sem fins lucrativos, tem grandes dimensões patrimoniais e aporte de receitas e limitam-se à promoção de esporte profissional de alto rendimento ou aos seus associados. Exemplo clássico disso são os clubes de futebol. Ao optar pelo desenvolvimento de atividades esportivas nos Centros Desportivos Municipais (CDM's), por meio da contratação de serviços terceirizados, a municipalidade reforça esse modelo. Soma-se a esse aspecto outra importante característica SEME paulistana, destacada por Pacheco (2015); trata-se da ausência de estrutura de recursos humanos efetiva e especializados em política esportiva na prefeitura de São Paulo. Para o professor, há a necessidade de pessoal capaz de atuar, sobretudo, em políticas públicas que buscam a promoção do esporte-lazer e do esporte-educação, políticas essas que teriam um caráter

transversal e intersetorial e apresentasse interfaces com secretarias municipais como a de saúde e de educação (PACHECO, 2015).

Como apresentado, uma das características das despesas da função Desporto e Lazer é sua concentração na SEME, o que dificulta a transversalidade da política. Outro ponto relevante é que 57% dos recursos entre os anos de 2010 e 2014, como apresentado no gráfico 5, pertencem ao grupo de Serviços de Terceiros, enquanto as despesas de pessoal representam apenas 21% do total. Isso vai ao encontro de outro problema apontado por Pacheco, que é a necessidade de estruturação de um quadro de pessoal preparado para os desafios das políticas de esportes na cidade de São Paulo. Isso se dá já que boa parcela desses serviços contratados faz com que eles configurem como responsáveis como implementadores das políticas públicas na área, sem que haja uma conexão adequada com os tomadores de decisão e as diretrizes estratégicas para a área, como afirma Pacheco (2015). O quadro apresentado abre a possibilidade de dois estudos necessários para o aprofundamento da questão. O primeiro é uma investigação que busque entender os limites e potencialidades dos prestadores de serviços, sobretudo as organizações sociais, e o segundo que demonstre qual o papel que essas prestadoras de serviço têm diante do Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e outras interfaces socioestatais existentes na estrutura organizacional da SEME.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um importante marco para as políticas públicas de esportes, já que estabeleceu tal campo como dever do Estado e direito de todos. Os anos posteriores foram marcados por um conjunto de instrumentos que vieram dar destaque a esse campo, como a Lei Zico, a Lei Pelé, a criação do Ministério dos Esportes e o lançamento da Política Nacional

do Esporte. Apesar do surgimento de mudanças para todos os níveis da federação, as antigas práticas que impossibilitam o integral desenvolvimento das políticas públicas de esportes conforme o desejado continua existindo, e no Município de São Paulo parecem possuir formas de manifestações bastante peculiares.

Este trabalho teve como principal intuito apresentar algumas facetas da política de esportes enquanto preocupação do Estado, no contexto da Prefeitura de São Paulo, com enfoque para dois aspectos: as interfaces socioestatais e o seu financiamento. Quanto às interfaces, foi possível perceber que elas passaram a ter uma presença mais significativa na última década no governo federal. Na Prefeitura de São Paulo não foi diferente, já que hoje dentro da estrutura da SEME existem também espaços participativos permanentes, como o Conselho de Esportes, Lazer e Recreação, e esporádicos, como as Conferências Municipais. O que essa pesquisa não alcançou e que deixa como proposta de novas atividades investigativas é a compreensão dos limites e potencialidades dos mesmos e compreender como se dão os conflitos e relações de forças dentro deles, sobretudo no que tange às organizações sociais que atuam na área.

Quanto ao financiamento dessas políticas, foi possível identificar algumas características comuns no contexto brasileiro, como, por exemplo, uma maior concentração de recursos na forma de despesas correntes, quando comparado às despesas de capital. Isso reflete em gastos com custeios superiores aos gastos com investimentos em bens patrimoniais. Quando levado em conta que a maior parte desses recursos, no período estudado, foi destinado a serviços de terceiros, destaca-se a opção por uma política na qual a postura do governo municipal é mais de coordenação e regulação de organizações prestadoras de serviços, com baixo aparato efetivo de recursos humanos na área de esportes. Tal característica

implica a necessidade de aprofundamento da pesquisa sobre os tipos de relações geradas entre o Estado e essas organizações terceirizadas, e quais os impactos disso para as políticas públicas de esportes do município.

Outro ponto de destaque para futuras pesquisas é o levantamento das características programáticas da área de Desporto e Lazer no período e seus respectivos projetos e atividades. Tal levantamento é de extrema importância para que se tenha uma melhor representação e detalhamento de como foram realizados os gastos na área de esportes. Esse estudo seria capaz de mostrar, por exemplo, qual a importância dos megaeventos esportivos nos gastos com esportes e quais desses gastos podem ser considerados importantes para a promoção do esporte-educação.

Por fim, vale destacar que essa pesquisa representa um passo inicial na compreensão do universo das políticas públicas de esportes na cidade mais populosa do Brasil. Mesmo assim, teve o potencial de demonstrar quantas carências existem nesse contexto, apesar da estruturação evolutiva na política esportiva. Também foi capaz de nos mostrar como as decisões tomadas no nível da União geram regras institucionais que condicionam e influenciam a atuação em nível local, e que, por mais que se queira construir uma concepção mais universal, educativa e democrática das políticas de esportes, interesses particularidades e movimentos com magnitudes internacionais apresentam-se como agentes conflitantes e que aumentam a complexidade da busca por esse ideal.

BUROCRACIA, ESTRATIFICAÇÃO E ELITES NOS CLUBES DO FUTEBOL: ANALOGIAS ENTRE A POLÍTICA NAS ARENAS PARLAMENTARES E AS RELAÇÕES DE PODER NOS CLUBES DE FUTEBOL A PARTIR DE WEBER E MICHELS¹

O futebol representa mais do que uma mera prática esportiva de origem britânica que se espalhou pelo mundo. Ele foi constituído no ventre da revolução industrial com o objetivo de doutrinar a classe operária ao modelo capitalista que se descortinava na aurora do século XX. Produzindo e reproduzindo as forças envolvidas no sistema capitalista de produção, o futebol se configurou como importante ferramenta de dominação da burguesia industrial inglesa sobre as demais nações. (FRANCO JÚNIOR, 2007).

O futebol devidamente disciplinado convergia os interesses tanto do capital como dos pedagogos, que passaram a ver no esporte um aliado, pois além de servir de escape de uma sociedade Vitoriana rigorosa também atendia a doutrinação da massa de operários, na medida em que ensinava valores da burguesia, como a competitividade dentro de regras pré-estabelecidas. Conforme DaMatta (1982) o futebol é uma ferramenta didática que ensina o indivíduo a obedecer as regras e conviver com frustrações e derrotas.

No Brasil o futebol encontrou solo fértil no decorrer das duas primeiras décadas do século XX. Jovens estudantes organizados em associações atléticas vinculadas aos seus estabelecimentos de ensino e clubes independentes foram se

¹ Alex Fernandes de Oliveira (PUC/SP); Olívia Cristina Perez (UNIP/Santos)

organizando para a prática esportiva. O futebol não demorou a contagiar as camadas menos favorecidas da população brasileira. O esporte que nasceu branco e elitista dentro das escolas e clubes aristocráticos das grandes cidades industrializadas passa a ter também uma identidade popular, quando negros, mulatos e bancos pobres se organizavam em equipes e clubes normalmente vinculados as empresas que recrutavam operários para seus times. (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Segundo DaMatta (1982) o futebol é a síntese de uma sociedade, onde são expostas suas diferenças, bem como seus conflitos. Nesse contexto, os estádios de futebol eram espaços democráticos, cujo universo e variedade de seu público reunia todos os extratos de uma sociedade. Não importava o poder aquisitivo de seus frequentadores, o indivíduo podia ser rico, classe média ou operário, empregado ou desempregado, todos tinham acesso a suas arquibancadas, cadeiras numeradas ou camarotes.

Cada clube possuía seu perfil de sócio definido, tendo como limítrofes a configuração da condição social, origem étnica, geográfica ou ocupação profissional do quadro associativo. Apesar das diferenças étnicas perceptíveis dos sócios, os clubes de futebol traziam outra similaridade além da prática futebolística. Os principais ideais da democracia representativa burguesa se fazem presente no cerne dessas organizações esportivas. E mais, as relações de poder travadas dentro de um clube esportivo não distam das instituições da política parlamentar. A conquista, a distribuição e a manutenção do poder no futebol se assemelham ao modo como esse jogo ocorre no sistema político, seja no legislativo ou no executivo.

Partindo dessa constatação, esse texto retoma autores clássicos do pensamento político para traçar uma analogia com os clubes de futebol. Especificamente são retomados os conceitos de burocracia e estratificação social de Max Weber e a “lei de ferro da oligarquia” proposta por Robert Michels. Trata-se, portanto, de uma reflexão teórica em que conceitos centrais da ciência política são dissertados e utilizados para pensar as relações de poder nos clubes de futebol brasileiros.

Weber: burocracia e estratificação social

Max Weber (1864-1920), sociólogo alemão, é referência para a compreensão das sociedades modernas ao entendê-las a partir do processo de racionalização. Se nos períodos anteriores às sociedades capitalistas prevalecia uma forma de compreender e organizar as instituições próximas do pensamento mítico e religioso, no sistema capitalista a razão predomina. Usa-se a razão para descobrir a realidade - por isso a ciência é a principal forma de conhecimento. A razão também é usada para organizar as instituições de forma sistematizada e padronizada, garantindo assim procedimentos uniformes – nasce a burocracia.

Apesar de o termo burocracia ter adquirido na linguagem comum uma conotação negativa associada à demora e excesso de procedimentos desnecessários – é a burocracia a responsável pelo desenvolvimento das instituições modernas. O modelo burocrático descrito por Weber seria calcado pela eficiência, velocidade, clareza e domínios técnicos, sobretudo na forma monocrática de tomada de decisão e a hierarquização rigorosa do poder. A burocracia possui a propriedade de transformar um grupo de pessoas com

objetivo comum em organização societária regulamentada, com a presença de níveis hierárquicos definidos, ou seja: "A burocracia é o meio de transformar uma ação comunitária em ação societária racionalmente ordenada" (WEBER, 1974, p. 264).

A gênese da moderna burocratização seria atender as necessidades dos exércitos da Antiguidade envolvidos em processos de expansão e manutenção territorial. Weber (1974) emprega o termo "exércitos burocráticos" a esses modelos de organização. Portanto, a cultura da burocratização surge como ferramenta de controle absoluto e dominação eficaz empregado por um Estado conquistador e militarizado. Entretanto, a burocracia moderna seria orientada pelo processo complexo advindo da civilização.

Portanto, a organização por meio do modelo burocrático descrito por Weber é um sistema ordenado utilizado como meio para atingir os objetivos organizacionais com o menor emprego de capital possível, sendo esses objetivos intrinsecamente ligados à expansão e manutenção do poder e do capital.

Para Weber, quanto maior e mais importante fosse um Estado, ou esse tendesse a ser, maior seria também a complexidade das tarefas internas necessárias ao seu pleno funcionamento. O Estado moderno e suas instituições tendem a adotar a racionalidade de decisões e procedimentos considerados formas superiores de organização, conforme explica Weber (1974, p. 249):

A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se às outras organizações exatamente da mesma forma pela qual a máquina se compara aos modos não-mecânicos de produção. Precisão, velocidade,

clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal — são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática, especialmente em sua forma monocrática. Em comparação com todas as formas colegiadas, honoríficas e avocacionais de administração, a burocracia treinada é superior, em todos esses pontos.

O processo de burocratização também pode ser observado quando se analisa clubes de futebol. Com a intenção de se adequar à realidade competitiva, são criados normas e procedimentos que uniformizam a gestão esportiva. Um clube hoje não pode mais pautar sua gestão somente pela tradição. A gestão administrativa de um clube deve ser a mesma das modernas empresas privadas. E quanto maior o clube, maior a necessidade de profissionalização – aqui entendida como a presença de procedimentos burocráticos.

A burocracia no futebol não se faz presente somente na estrutura dos clubes. Os atletas elevados à condição de estrelas midiáticas também comportam o modelo weberiano. Ao atingir essa condição particular, o exercício da prática futebolística do jogador se transfigura em uma organização institucionalizada constituída com viés burocrático, demandando o emprego de um quadro funcional de burocratas com a capacidade de garantir o máximo de desempenho do atleta profissional em todas as áreas de atuação. Um jogador de projeção que atua no cenário do futebol de alto rendimento requer a contratação de diversos profissionais, tais como preparadores físicos, assessores de imprensa, agentes, advogados, nutricionistas, publicitários, entre outras funções que podem variar em função da performance do atleta e o reconhecimento do mercado esportivo.

O esporte de alto rendimento praticado na modernidade sob a ótica do capital, exige uma readequação estrutural por parte das instituições esportivas. A especialização dos profissionais envolvidos diretamente pela prática esportiva, somada a necessidade de organização das funções burocráticas de suporte, impuseram aos clubes de futebol no Brasil um novo modelo de gestão pautado pela departamentalização funcional, focado não somente nas pessoas e processos administrativos, mas também em equipamentos e tecnologias.

O processo denominado de “profissionalização na gestão do futebol”, trouxe ao mundo da bola áreas de conhecimentos originários do setor corporativo tradicional – *marketing*, finanças, recursos humanos, planejamento estratégico, além de nutrição esportiva, fisiologia, fisioterapia são especificidades normalmente encontradas nos considerados grandes clubes de futebol.

Weber também refletiu sobre o futebol. O autor alemão relacionou de maneira sucinta o surgimento dos clubes esportivos e sociais na Grã-Bretanha como uma forma moderna de agrupar indivíduos pertencentes a uma mesma elite para o exercício burocrático do poder. Na Alemanha, Weber identificou a ocorrência de fenômeno da mesma natureza, sendo esses chamados por ele de “grupos duelistas” - e assim como ocorreu na Inglaterra, tais grupos foram constituídos em escolas que reuniam os resíduos da nobreza feudal.

No Brasil o futebol também foi introduzido como instrumento pedagógico nas escolas da classe dominante. Não era somente o futebol que despertava o interesse dos jovens ricos, mas sim toda forma de atividade física que pudesse valorizar os ideais da burguesia. Nesse sentido, os clubes esportivos constituíam-se em organizações restritivas de formação do caráter competitivo, lazer e estreitamento dos laços de solidariedade - sendo esses elementos

distintivos da pretensa superioridade da burguesia. Almejava-se, entre outras coisas, o afastamento dos demais setores da sociedade brasileira (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Por isso nos primeiros clubes constituídos eram excluídos pobres, os negros e mestiços que jogavam em agremiações operárias, sem a ostentação dos uniformes importados, e acima de tudo trocavam sua prática no futebol por recompensa financeira. Com o tempo e expansão dos meios de comunicação de massa, alguns clubes tradicionais das grandes cidades nascidos na classe dominante foram se tornando também os clubes de preferência dos trabalhadores (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Mas não só entre os ricos o futebol tinha função pedagógica. O esporte devidamente disciplinado atendia aos interesses de produtividade e doutrinação na medida em que estimulava tais práticas. Nesse sentido o futebol praticado pela classe trabalhadora propagava a competitividade dentro de normas pré-estabelecidas, além de ensiná-los a conviver com as frustrações impostas pela vida (FRANCO JÚNIOR, 2007).

Logo, o esporte como produto normatizado possui como um dos seus princípios comparar o desempenho e classificação dos participantes da contenda. Em uma sociedade onde o que interessa é a desempenho de corpos perfeitos, a forma de competição esportiva oficial tem também o objetivo de enaltecer os melhores nas suas respectivas categorias e assim agrupar as pessoas de forma hierarquizada. Se o que interessa é o desempenho corporal, as pessoas são estratificadas segundo o seu desempenho.

O teórico mais famoso nos estudos sobre a divisão de indivíduos em classes sociais foi o alemão Karl Marx [1867] 2008. Para Marx os indivíduos estão

divididos dentro das sociedades capitalistas segundo a posse dos meios de produção. Os burgueses possuem as máquinas, o capital e a matéria prima necessária para o processo de produção. Já os proletários não possuem os meios necessários para produzir, e vendem seu trabalho para os burgueses em troca de salários. Marx chegou a examinar a pequena burguesia – formada por burgueses que empregavam pouco ou nenhum trabalhador. Mas os burgueses, ou capitalistas; e os proletários, ou trabalhadores, formam as duas principais classes do sistema capitalista.

De acordo com a teoria marxista, o burguês desfruta de muitos privilégios proporcionados pela sua posição econômica, tais como: o acesso ao poder político, o controle da justiça, da religião e do sistema educacional, que são usados para interesse próprio e perpetuação de sua posição na hierarquia social. Ou seja, além de explorar os proletários no processo de produção, os burgueses dominam constantemente os proletários para que não haja mudança na sociedade.

O estudo da estratificação também foi realizado pelo sociólogo alemão Max Weber (1974). Para Weber, a posição que os indivíduos ocupam dentro das sociedades capitalistas não está ligada somente a posse de riquezas. Fatores como prestígio e poder também devem ser considerados para compreendermos os critérios que dividem os indivíduos e que possibilitam mais acesso a determinadas oportunidades. Em suma, Weber explica a estratificação a partir das dimensões sociais e políticas, além da conhecida dimensão econômica.

Em contraste com a “situação de classe” determinada apenas por motivos econômicos, desejamos designar como “situação de status” todo componente típico do

destino dos homens, determinado por uma estimativa específica, positiva ou negativa, da honraria. Essa honraria pode estar relacionada com qualquer qualidade partilhada por uma pluralidade de indivíduos e, decerto, pode estar relacionada com uma situação de classe: as distinções de classe estão ligadas, das formas mais variadas, com as distinções de status. [...] Mas a honraria estamental não precisa, necessariamente, estar ligada a uma "situação de classe". Pelo contrário, normalmente ela se opõe de forma acentuada às pretensões de simples propriedade. (WEBER, 1874, p. 218 e 219).

A estratificação social dos jogadores tanto dentro do clube como na sociedade em geral também não pode ser explicada somente pela variável econômica ou posição nos meios de produção. As relações entre os profissionais da prática futebolística e os clubes de futebol são permeadas por uma série de códigos legais e condutas tácitas entre as partes, sobretudo na esfera dos grandes clubes que comporta os atletas consagrados pela mídia.

Dentro do campo esportivo os esportistas profissionais são elevados a condição de estrelas do espetáculo, evidencia-se a figura daqueles que exercem o domínio dos meios de comunicação e das massas de torcedores. Embora no universo do futebol profissional seja esse grupo extremamente reduzido quando comparado aos demais da mesma categoria, devido à ampliação de sua imagem simbólica pela mídia, torna-se esse um símbolo da profissão de jogador de futebol no imaginário popular. A esse tipo específico de atleta denominamos jogador midiático.

Os jogadores midiáticos são remanescentes extraídos de um verdadeiro exército de crianças e adolescentes oriundos em sua maioria de famílias de baixa renda. Esses jovens lançam suas perspectivas de vida futura lastreadas no dinheiro, reconhecimento e fama que a profissão pode conferir. Forjados por métodos

espartanos nas categorias de base dos clubes de futebol, os jovens aspirantes são considerados matéria prima de um produto para abastecer um mercado milionário.

A trajetória vitoriosa na carreira de um atleta consagrado permite que esse assuma uma nova posição no campo esportivo. O jogador salta no espaço social e passa ser detentor de um novo padrão de consumo proporcionado pela conquista do capital econômico. A ascensão conquistada no campo esportivo concede ao atleta um estilo de vida e *status* social distinto daquele imposto à sua condição social de origem.

Entretanto, apesar da imagem glamorosa da profissão, poucos conseguem atingir o Olímpio da categoria - a grande maioria abandona o sonho e busca oportunidades em outras áreas. Entretanto, apesar das frustrações de uma ascensão malograda alguns insistem na carreira de atleta profissional. Ao invés do prestígio e fortuna oferecida aos jogadores midiáticos, a não ascensão no campo esportivo produz os operários da bola. Esses atletas são desprovidos de capital, sendo obrigados a venderem a sua mão de obra aos pequenos clubes que disputam competições intermediárias e oferecem baixa remuneração e condições precárias para a prática do esporte.

É comum ao campo esportivo ex-atletas utilizarem o *status* com o objetivo de garantir a manutenção das vantagens econômicas e simbólicas ao término da carreira de jogador. Dessa maneira, em virtude da ascensão conquistada, o ex-jogador adota um modelo de planejamento de carreira que permite uma conversão dentro do campo esportivo em direção a outras posições e funções, tornando-se assim gestores da área esportiva, treinadores, comentaristas esportivos, intermediários de atletas e negócios ligados ao futebol.

Outra estratégia possível é adotar um movimento de conversão para outro campo, como a entrada na vida política, ou na abertura de negócios além da área esportiva.

Ou seja, a compreensão da posição que o jogador ocupa na estratificação social, considerando que além dos seus ganhos econômicos, o *status* conferido a um jogador na sociedade brasileira confere poder e prestígio ao jogador, ainda que o mesmo não tenha um patrimônio considerável ou seja um burguês no sentido marxista.

Michels: a lei de ferro da oligarquia

Os cientistas políticos divergem entre si a respeito do que é o Estado e quem ocupa o poder político estatal. Por exemplo, conforme a interpretação marxista o Estado é uma arena ocupado pela classe dominante – os burgueses – que usam o poder político como perpetuação da sua posição dominante e opressiva. Já para a chamada teoria das elites, representada pelos escritos de Mosca (1992), Pareto (1984) e Michels (1982) o Estado é ocupado por elites.

Michels (1982) após estudar a estrutura dos grandes partidos de massa formulou a conhecida “lei de ferro da oligarquia” expressa na seguinte passagem: “[...] a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1982, p. 238): Esse trecho resume a ideia da tendência inexorável à centralização e à burocratização das organizações de massa.

O autor alemão estudou o partido social-democrático alemão e sindicatos de operários e esperava encontrar maior democracia nessas organizações – democracia no sentido de autogoverno das massas mediante reuniões em assembleias. Isso porque as instituições estudadas são ligadas aos ideais da esquerda. Contudo, o autor constatou que toda vez que uma organização de massa se forma, nasce uma oligarquia dentro dela, que passa a tomar as decisões por todos, ou seja, uma elite no poder.

Assim como os partidos, os clubes de futebol e os sindicatos padecem com a impossibilidade de seus membros (associados e operários) exercerem diretamente o poder decisório em suas respectivas organizações. Dessa forma, ocorre naturalmente a transferência do poder aos delegados e dirigentes eleitos em processos eleitorais.

Os clubes possuem desde sua origem uma constituição estatutária baseada no modelo de representação política, onde associados delegam poderes a uma classe de dirigentes escolhidos por meio do sufrágio e que se distancia das massas, conforme explica Michels (1987, p. 21):

A especialização técnica, esta conseqüência inevitável de qualquer organização mais ou menos extensa, torna necessário o que chamamos de direção dos negócios. Daí resulta que o poder de decisão, considerado como um dos atributos específicos da direção, é pouco a pouco retirado das massas e concentrados exclusivamente nas mãos dos chefes. E estes, que antes não eram senão órgãos executivos da vontade coletiva, em breve se tornam independentes das massas, frustando-se ao seu controle.

Michels (1982) lista alguns fatores responsáveis pelo surgimento das elites que passam a dirigir as organizações de massa: o fator técnico, o fator intelectual, o fator tático e o fator psicológico.

O fator técnico é central para o surgimento desse grupo, pois numa organização com muitos membros, não é tecnicamente possível o autogoverno de massa. Quando uma organização cresce, não é viável a realização de reuniões regulares entre todos da organização, pois para isso seria necessário um grande espaço físico para acomodar a massa, por exemplo. Ademais, as controvérsias dentro da organização não são facilmente resolvidas nesse formato. Por fim, com o crescimento da organização é necessário promover a divisão do trabalho, o que leva a formação de uma burocracia.

Michels (1982) explica que para que a organização continue funcionando são necessários representantes, chamados de delegados. A escolha dos representantes não pode ser aberta, dado que o mesmo precisa de conhecimentos técnicos e aptidões para exercer o cargo, o que leva à ocupação dos cargos por políticos profissionais e técnicos especializados. Assim, a massa não decide diretamente, mas sim esses delegados especializados que cada vez mais se distanciam dos seus representados.

O segundo fator identificado que explica a oligarquização das instituições, conforme Michels (1982), é o intelectual. O chefe, ou delegado, precisa de superioridade intelectual (tanto devido a maior escolaridade, quanto devido a um maior conhecimento técnico ou mesmo a uma melhor capacidade de oratória) e são essas pessoas que acabam sendo escolhidas para representar a massa.

Também há o fator tático relacionado à necessidade que as grandes organizações têm de tomarem decisões rápidas - o que não ocorre em

organizações mais democráticas e descentralizadas. Assim, é necessária certa dose de autoritarismo para que uma organização exerça e amplie suas atividades.

Por fim a oligarquização acontece pelo fator psicológico relacionado ao fato de que a maioria dos membros não tem vontade de participar de todas as decisões de maneira ativa e direta. Participar é custoso, por isso as pessoas entregam tal tarefa para os mais bem preparados e dispostos – os políticos profissionais. (MICHELS, 1982).

Michels justifica a delegação do poder das massas em razão das dificuldades de organizar assembleias deliberativas com todos os membros a fim de dissecar os assuntos pertinentes ao coletivo. O paradoxo dos partidos de viés democrático trazido à luz por Michels nasce na dicotomia entre o pensamento da representatividade política, contraposto a ideia da democracia direta.

Outros teóricos da ciência política dissertam sobre a dificuldade de participação direta. De acordo com Plotke (1997), a impossibilidade da participação direta não decorre somente do problema de escala. A democracia direta seria impossível de se concretizar também porque as pessoas não têm tempo e disposição para participar de todas as decisões. Se fosse dada liberdade aos cidadãos para escolherem participar ou não de todas as decisões, parte deles não compareceria às reuniões deliberativas, e aí não haveria legitimidade nas decisões, pois os cidadãos não teriam sido consultados nem representados. A manutenção do comparecimento dos cidadãos nas assembleias provavelmente exigiria a coerção. A saída para esse dilema seria a criação de comissões, o que tornaria o sistema representativo (PLOTKE, 1997). Por isso que somente com a representação seria possível incluir os cidadãos nas decisões públicas.

Em suma, Michels (1987) destacou que numa grande organização, como a dos partidos de massa, ocorre o mesmo fenômeno da concentração do poder – fato que Mosca tinha constatado na sociedade em geral. Mosca (1992) propõe basicamente a existência de dois grupos - um menor e organizado que exerce o poder sobre a maioria desorganizada.

Essa mesma lógica também está presente nas organizações de massa, como os clubes de futebol. Os clubes formam e são formados por elites do futebol. Aliás, desde seu nascimento os mesmos foram constituídos com o propósito de estabelecer distinções entre as classes e distinguir simbolicamente seus integrantes. Portanto, a subordinação aos melhores constituídos como elite permeia o esporte em todas as suas esferas, indo além do óbvio que envolve o jogo e os atletas, como também os atores sociais que compõe outros campos inseridos dentro do espaço social do futebol. Desde suas origens mais remotas o esporte está relacionado às elites.

O conceito atribuído ao termo elite é empregado em larga escala por todos os envolvidos com o esporte. Expressões como “clubes de elite”, “a elite do futebol”, “jogadores de elite” são exemplos do uso constante do termo pelos canais de comunicação e torcedores em geral. O senso comum atribui ao conceito o sinônimo de melhor em comparação aos demais enquadrados em uma mesma categoria. No clube, a elite é quem tem o poder.

No futebol há uma distinção entre a classe dirigente do esporte, o grupo de sócios e a imensa maioria dos torcedores desorganizados. Os associados são organizados pela burocracia do clube de futebol, constituindo-se uma elite, ou grupo funcional de torcedores que sustentam de alguma forma o clube esportivo. São eles que influenciam as decisões do clube, participando de grupos e

compondo chapas para as disputas do processo eleitoral. Tais sócios são aspirantes, ex-ocupantes ou ocupantes de cargos eletivos e funcionais do clube de futebol.

Dentro ainda da classe política do clube, observa-se um grupo ainda menor, que pode ser denominado de elite política do clube de futebol, sendo esses os efetivos dirigentes da organização esportiva, que exercem o poder diretamente, e são constituídos por famílias tradicionais ligadas a história do clube, empresários e outros setores econômicos e políticos da sociedade que dedicam seu tempo integral ou parcial ao clube de futebol.

Considerando as dificuldades encontradas pelos clubes em convencer seus torcedores e convertê-los à categoria de sócio contribuinte, é possível entender os esforços dos clubes a partir das explicações formulados por Michels (1987). Se para os partidos e sindicatos um maior número de filiados e militantes é proporcional à força da categoria na luta contra a classe dominante, para os clubes o aumento dos sócios proporciona ganhos de capital econômico, e conseqüentemente maior força no nível da competitividade.

Logo, a conscientização dos torcedores também é desejo das organizações esportivas. O grande desafio dos clubes, além das vitórias no campo esportivo, consiste em transformar sua massa de torcedores em consumidores associados.

Portanto, a conquista de maior número de filiados representa uma maior receita para a organização, seja essa esportiva ou partidária/sindical. Entretanto, um maior número de associados representa um maior número de eleitores com direito a voto nas eleições. Michels (1987) destaca que algumas organizações

operárias, quando atingem determinado nível de sócios e receitas, passam a adotar uma estratégia reversa com o objetivo de diferenciam-se da grande massa.

Com a finalidade de evitar tal questão, os grandes clubes do futebol brasileiro desenvolveram diferentes categorias de associados. Regulamentados por lei específica, os clubes criaram a categoria de sócio sem direito a voto no processo eleitoral. Constitui-se assim um sócio de segunda categoria, ou sócio-torcedor. O sócio torcedor recebe benefícios tangíveis (camisas autografadas e produtos alusivos ao clube) e serviços exclusivos na compra de ingressos. Entretanto não possui o direito de votar, tampouco de candidatar-se a cargos eletivos.

O esporte e a política não são fatos sociais descolados entre si. Ambos surgiram como parte do mesmo contexto do processo civilizatório, e foram alternativas de não enfrentamento físico, a fim de evitar restrições recíprocas entre grupos antagônicos com histórico de conflito e violência (Elias e Dunning,1987).

Nesse sentido, o regime parlamentar apresenta algumas similaridades com os jogos desportivos, e o objetivo do presente texto foi justamente traçar analogias entre a conquista, manutenção e exercício do poder nas arenas parlamentares e nos clubes de futebol. Para construir tais as analogias foram utilizados conceitos teóricos presentes nas obras de Weber e Michels.

Os conceitos de Weber (1974) nos são úteis pela identificação dos processos que conduziram a organização do trabalho por meio da burocratização do aparelho funcional do Estado Moderno, processo esse que reverberou no modelo organizacional de diversas outras instituições. A organização do futebol em todas as esferas também foi impactada pelo modelo burocrático observado por Weber. As regras de hierarquização dos cargos e a importância do prestígio

social na estratificação social também podem ser observados no universo dos clubes de futebol.

O estudo da configuração das oligarquias realizados por Michels (1982) e como essas evoluíram de elites estabelecidas em grupos sociais organizados, e se apossaram da estrutura do poder através de processo eleitoral são úteis para entender o sistema de conquista e distribuição de poder nos clubes de futebol no Brasil. Os clubes de futebol constituídos pelo princípio da democracia representativa delegada pelos sócios que os compõe, oferecem um cenário propenso ao estabelecimento de grupos minoritários que constituem uma elite com características oligárquicas, constituído de dirigentes profissionais, dotados da capacidade de lograrem êxito na captura do poder por tempo indeterminado na estrutura funcional e política da organização.

O estudo parte do pressuposto e conclui que o esporte e a política estatal não são fatos sociais descolados entre si. Nesse sentido estudos que realizem tais aproximações podem ir além da compreensão das organizações esportivas, pois permitem deslocar a política das arenas parlamentares, ampliando assim a própria compreensão do poder.

FUTEBOL E A GESTÃO DOS ESTÁDIOS: O CASO DO MORUMBI¹

Com o advento dos megaeventos esportivos que ocorreram no Brasil, a Copa do Mundo em 2014, e os Jogos Olímpicos de Verão que irão ocorrer no Rio de Janeiro em 2016, diversos autores vêm se debruçando sobre as questões envolvidas nesses grandes episódios da história do esporte. Esse tipo de abordagem teórica apresenta uma serie de temáticas que podem ser exploradas, e uma das mais recorrentes é o estudo dos novos estádios que foram construídos no Brasil, exibindo como objeto de investigação indagações administrativas, econômicas, e sociais que esse tipo de análise expõe.

Será exposto no texto um breve comentário sobre o aparecimento do futebol no Brasil, fazendo uma aproximação histórica do surgimento dos primeiros clubes de futebol, partindo para uma abordagem prefacial dos estádios de futebol em território nacional. Para entendermos como se deu esse surgimento dos estádios brasileiros, tratar-se-á de forma célere a edificação dos primeiros grandes estádios de futebol no Brasil, para assim depois seguir para o objeto principal de análise do texto, o estádio Cícero Pompeu de Toledo, mais conhecido como “Estádio do Morumbi”, articulando de maneira mais profunda as ações que marcaram essa grande obra empreendida por uma agremiação esportiva específica, o São Paulo Futebol Clube, explorando como ocorreu o “caso do Morumbi”.

¹ Danilo Lutiano Valerio (USP)

Observando as questões históricas do futebol no Brasil, utilizaremos como fundamentação teórica, autores como Almeida; Gutierrez e Ferreira (2010), Caldas (1990), Franco Junior (2007), Franzini (2009), Guterman (2009) e Mascarenhas (2014), que apresentam como linha de pensamento o nascimento do futebol em terras brasileiras a partir da chegada de Charles Miller ao Brasil em 1894, juntamente com alguns de seus conterrâneos ingleses que voltaram de seus estudos na Inglaterra, e transportaram essa nova modalidade esportiva para o país do carnaval. Historiador brasileiro que estuda essa temática, Hilário Franco Junior (2007), aponta algumas considerações sobre o nascimento do futebol no Brasil:

O pontapé inicial no esporte que se tornaria a paixão nacional faz parte de uma história oficial pontilhada de características quase míticas. Da mesma forma que na Inglaterra, onde a elite se apresentou como criadora e organizadora do futebol, no Brasil sua introdução foi atribuída ao jovem paulistano Charles William Miller, filho de um engenheiro escocês aqui radicado. Enviado à Inglaterra com nove anos para completar seus estudos, Miller retornou em 1894 trazendo em sua bagagem um verdadeiro arsenal litúrgico: dois uniformes, um par de chuteiras, duas bolas, uma bomba de ar, um livro de regras e o desejo quase apostólico de desenvolver o esporte entre seus pares (FRANCO JUNIOR, 2007, p. 60).

Devido às características que possibilitaram a vinda do futebol para o Brasil, seu início por aqui ficou marcado como uma modalidade esportiva de caráter elitista, onde este era praticado apenas pelos membros da alta sociedade brasileira. Sua gênese em terras tupiniquins foi de um esporte praticado apenas pelas classes mais abastadas, porém durante as primeiras décadas do século XX, mais precisamente até o final da década de 1930, o “esporte das multidões” disseminou-se pelo povo, e se tornou uma paixão nacional dos brasileiros. Caldas

(1990) apresenta uma leitura sobre alguns eventos que possibilitaram a democratização e popularização do futebol pela sociedade brasileira, entre esses episódios, está o Bangu Atlético Clube, clube de uma fábrica de tecidos do subúrbio Carioca, que permitiu aos seus operários jogar futebol junto com os altos funcionários da empresa (ingleses e filhos de ingleses). O autor ainda relata o episódio da regulamentação e profissionalização do jogador de futebol no início dos anos 1930. Anterior a esses processos germinou os clubes de futebol, que apresentaram em quase todos os casos as mesmas idiossincrasias no processo de sua fundação, associações que em seu ventre possuíam apenas membros das classes mais abastadas da sociedade.

É válido tecer algumas considerações sobre essas agremiações esportivas, as quais foram as primeiras que surgiram em solo brasileiro, e que serviram de inspiração para o surgimento dos grandes clubes de futebol do Brasil. Franzini (2009) apresenta um diálogo sobre essa temática, abordando alguns dos primeiros clubes que se dedicaram ao futebol em São Paulo, no final do século XIX início do século XX:

Em São Paulo, onde Charles Miller promovera o primeiro jogo em 1895, entre funcionários da Companhia de Gás e funcionários da São Paulo Railway (em sua maior parte sócios do The São Paulo Athletic Club, como o próprio Miller), já existiam cinco clubes intensamente dedicados à sua prática: São Paulo Athletic, Associação Athletica Mackenzie College, Sport Club Germania, Sport Club Internacional e Club Athletico Paulistano. Destes, apenas o primeiro existia antes de 1890 – fora fundado em 1888 por ingleses desejosos de um espaço tanto para seus eventos sociais quanto para a prática de esportes, em especial o críquete; todos os demais surgiram na segunda metade da década, já voltados primordialmente ao futebol (Franzini, 2009, p. 116).

Essas agremiações citadas realizaram seus primeiros jogos em São Paulo no campo do Velódromo (localizado no bairro da Consolação), que pertencia a uma rica família paulistana, a família Prado. Neste campo Charles Miller começou a organizar os primeiros jogos de futebol na capital paulista, juntamente com o campo da Companhia Antártica (palco dos jogos do primeiro Campeonato Paulista realizado em 1902), e o campo da Chácara Dulley. Os três locais eram os principais “estádios” de futebol da Capital Paulista no início da década de 1900. A construção do estádio Parque Antártica, no local onde havia o campo da companhia Antártica, é considerado o primeiro estádio de futebol do Brasil.

Isto posto, alguns dos grandes clubes brasileiros os quais hoje são os protagonistas do futebol nacional começam a se formar, e surgem atrelados aos grandes centros urbanos que começavam a surgir no início do século passado. Lucena (2001, p. 127-8) nos remete sobre a importância dos clubes na vida social das pessoas nesse determinado período, destacando que as atividades esportivas ganharam “cada vez mais espaço no modo de vida urbanizado”, ressaltando a influência de um dos grandes clubes do cenário futebolístico nacional dos dias atuais, o Fluminense Football Club. O Tricolor Carioca possibilitou que o futebol tomasse “um novo impulso entre a juventude da cidade do Rio de Janeiro”. O Fluminense Football Club foi fundado em 1902, e tem em seu seio o futebol como esporte fundador, sendo o primeiro dos grandes clubes cariocas estabelecido com essa característica.

Em São Paulo o mais importante clube de futebol deste início de século é o Club Atlético Paulistano, os grandes clubes da Capital Bandeirante nascem posteriormente. Em 1910 surge o Sport Club Corinthians Paulista, a Sociedade

Esportiva Palmeiras é fundada em 1914 (fundada como Societá Palestra Itália), e o São Paulo Futebol Clube é o último dos grandes paulistas a eclodir, fundado pela primeira vez em 1930, encerra suas atividades em 1935, ganhando nova vida em fins do mesmo ano. No Rio de Janeiro o Clube de Regatas do Flamengo incorpora o futebol em seus quadros em 1912, o Clube de Regatas Vasco da Gama introduz o “esporte bretão” em 1915, já em Minas Gerais o Clube Atlético Mineiro nasce em 1908, em seguida o Cruzeiro Esporte Clube surge em 1921. Por fim em Porto Alegre, na Capital dos Pampas o Grêmio Foot - Ball Porto Alegrense tem sua fundação em 1903, posterior a ele o Sport Club Internacional é fundado em 1909. Esses são alguns exemplos de grandes clubes brasileiros que foram importantíssimos para a disseminação e popularização do futebol em solo brasileiro. Algumas dessas agremiações foram responsáveis pela construção dos primeiros estádios de futebol no Brasil.

É o caso do Tricolor Gaúcho (Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense), que em 1904 levanta sua primeira “casa” com somente 500 lugares, esse é o primeiro estádio da Região Sul do Brasil. No Rio de Janeiro o estádio das Laranjeiras do Fluminense Football Club, patrocinado pela família Guinle, aparece como primeiro estádio da Capital Carioca, que sobrevive até os dias atuais, porém hoje o Fluminense utiliza seu estádio apenas para treinamento de sua equipe profissional, não realizando mais partidas oficiais no local. O estádio do Parque Antarctica é construído pela Companhia Antarctica, no local onde havia o parque de lazer para uso de seus funcionários, em 1920 o Parque Antarctica é adquirido pelo Palestra Itália (Sociedade Esportiva Palmeiras). Em outras capitais brasileiras também começam a surgir seus primeiros estádios, na capital baiana, Salvador, o Estádio da Graça desde 1920, em Curitiba com o Estádio Joaquim Américo inaugurado no

ano de 1924, no Recife com dois estádios, o Estádio da Liga Sportiva Pernambucana em 1915, e o Estádio dos Aflitos do Clube Náutico Capibaribe, aberto em 1939. Com a ajuda do governo Municipal da cidade de Florianópolis, o Avaí Futebol Clube constrói o Estádio Adolfo Konder em 1930.

Observando o trabalho do geógrafo Gilmar Mascarenhas (2014), o autor faz uma leitura da geografia dos estádios construídos na primeira fase do futebol aqui no Brasil, relacionando as construções com as condições de como se deu a introdução do esporte na sociedade brasileira:

Nesse sentido, nossos primeiros estádios eram destinados exclusivamente às elites. Sua geografia é inequívoca: localizados nos bairros mais nobres, e como equipamentos de pequeno porte (geralmente uma única estrutura edificada que sequer cobria toda a extensão de um dos quatro lados), apresentavam uma arquitetura mais assemelhada a um confortável teatro, porém, a céu aberto (MASCARENHAS, 2014, p. 107).

Fica exposto à primeira fase dos estádios brasileiros, onde estes apresentam características de grandes espaços próprios da elite econômica da sociedade, aos quais faziam parte à maioria dos integrantes dos clubes nesse período. A partir da década de 1920, com o aumento dos torcedores nos estádios, há uma demanda maior por mais espaços nas arquibancadas. Aludindo o texto de Caldas (1990, p. 189) “o numero de torcedores nos estádios, que já vinha crescendo desde 1923 com a Revolução introduzida pelo Clube de Regatas Vasco da Gama continuaria crescendo, mas agora em ritmo mais acelerado”. A mesma agremiação esportiva que faz essa chamada “revolução” é o responsável por erigir o maior estádio do Brasil neste período, é erguido no Rio de Janeiro, o Estádio de São Januário, inaugurado em 1927 com capacidade na época de 50 mil lugares.

Com a edificação do estádio do Vasco da Gama evidencia-se a segunda fase da construção dos estádios no Brasil, a fase dos grandes estádios construídos com grandes investimentos. Caldas (1990) traz a importância da inauguração do Estádio do Vasco da Gama, o autor aponta para esta nova fase dos grandes investimentos em amplos estádios no Sul e Sudeste:

Em 1927, temos certamente um dos mais importantes acontecimentos político-esportivos da fase amadora, com a inauguração do Estádio de São Januário, do Clube de Regatas do Vasco da Gama. Este evento é um marco no futebol brasileiro. É a fase dos grandes investimentos em estádios no Sudeste e Sul do país. Com capacidade para um público de 50.000 pessoas, ele só seria superado pelo Estádio Alto da Glória (Belfort Duarte) em Curitiba, em 1932, e mais tarde pelo Estádio Municipal do Pacaembu (atual Paulo Machado de Carvalho), em 1940, São Paulo (CALDAS, 1990, p. 88).

O caso do Estádio de São Januário é um fato importante de ser destacado, pois este foi um marco de um período em que o processo de democratização e popularização do futebol se consolidou, durante as décadas de 1920 e 1930, como bem explica Gilmar Mascarenhas (2014). Durante estas décadas citadas ocorre um aumento de público nas partidas de futebol, e isto pode ser entendido pela veloz disseminação do esporte bretão, juntamente com a importância que ele foi ganhando na vida das pessoas que faziam parte das classes econômicas inferiores da sociedade.

Com o aumento do público nas partidas, havia a necessidade de novos estádios que acomodassem mais pessoas, fica claro que o primeiro grande estádio que é concebido com essas concepções, é o estádio de São Januário, sendo superado após cinco anos de sua inauguração pelo estádio Alto da Glória, em Curitiba, como foi exposto na leitura anterior. O Estádio do Pacaembu mostra a

forma de como o futebol passou a ganhar bastante importância na vida política e social brasileira.

Erguido pela Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo em 1940, é concebido como um monumento da Capital Paulista, a partir dos ideais da revolução de 1932, relatando a narrativa de Mascarenhas (2014, p. 123) o estádio do Pacaembu nasce “com o discurso bandeirante ufanista de ‘locomotiva do Brasil’”. O estádio Bandeirante é inaugurado com capacidade para 70.000 pessoas, e é o primeiro estádio de futebol erguido por um governo no Brasil. A partir de sua obra inicia-se uma nova fase na edificação dos estádios brasileiros, a construção de gigantescos estádios de futebol, com capacidades para mais de 100.000 pessoas, erigidos pelo Estado.

Isso fica claro com o Estádio Mario Filho, ou Estádio do Maracanã, um dos mais importantes templos do futebol mundial, que foi construído pelo Governo Carioca, para ser o principal palco da Copa do Mundo de 1950. Guterman (2009) traz algumas concepções sobre o que foi a realização desta gigantesca obra:

[...] Dutra investiu suas forças na realização da Copa de 1950. Dois anos antes, começou a construção do Maracanã, que viria a ser o maior estádio do mundo na época e que se tornaria o símbolo desse Brasil que almejava ser grande, a despeito problemas crônicos de sua eterna transitoriedade. Cerca de 3.500 operários foram mobilizados para a obra do estádio, que funcionou, no imaginário popular, como a nossa São Petersburgo – no século XVIII, a título de igualar-se às capitais europeias iluministas, o czar russo Pedro mandou construir uma cidade sofisticada às margens lodosas do rio Neva, mobilizando para isso todos os pedreiros de seu império. O Maracanã seria do mesmo modo, a prova que poderíamos eventualmente superar aquilo que de melhor

havia na Europa, como prova da pujança nacional (GUTERMAN, 2009, p. 89-90).

Outro palco de futebol brasileiro que foi erguido sobre essas concepções, é o estádio mineiro, Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, inaugurado em 1965 com capacidade para cerca de 132.000 torcedores, o “Gigante da Pampulha” (como é conhecido devido sua localização), torna-se a casa do futebol mineiro. O Mineirão proporcionou “um salto evolutivo formidável na capital mineira, já que os demais se situavam no interior do espaço original da urbe planejada, àquela altura já bastante adensada” (MASCARENHAS, 2014, p. 166). Partindo para os grandes estádios privados desse período, citamos em Porto Alegre o Beira – Rio, estádio construído pelo Sport Club Internacional, que teve sua obra iniciada em 1959 e concluída apenas dez anos após seu início, e ainda na Capital dos Pampas em 1954, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense inaugurou seu estádio para quase 100.000 torcedores, o Monumental Olímpico.

Para começarmos a tecer as considerações sobre o objeto principal de análise do texto, é necessário fazer algumas reflexões a respeito dos motivos que levaram o São Paulo Futebol Clube a empreender essa obra de proporções incalculáveis para sua história. Desde os anos 1930 os dirigentes de futebol começaram a se preocupar com a construção de maiores estádio para acomodar mais torcedores nos campos, como já mencionado no texto anteriormente. Os estádios estavam recebendo grandes públicos em praticamente todos os jogos, um dos autores clássicos do futebol brasileiro, Thomaz Mazzoni (1939) relata esse fato em um de seus escritos:

O grave problema das acomodações em campos paulistas – Desde 1933 que se tornaram de vez insuficientes nosso campos em vista da

crescente atração das partidas, mas pouco ou nada se fez em favor do público, com prejuízo naturalmente à própria economia e popularidade do futebol local e conseqüentemente em grande mal ao "association" profissional (MAZZONI, 1939, p. 33).

Como exemplo desse fato, o estádio de São Januário do Clube de Regatas Vasco da Gama foi construído sobre essas concepções ainda nos anos 1920. Retomando o caso do Morumbi, já nos anos 1940 em São Paulo, o grande palco futebolístico da Capital Bandeirante era o Pacaembu, local onde ocorriam os grandes jogos dos clubes paulistas. Nas décadas subsequentes as receitas dos clubes de futebol brasileiros eram provenientes quase que exclusivamente da bilheteria dos jogos, torcedores não faltavam nas partidas, e o Pacaembu antes um ciclópico estádio, havia se limitado diante do crescimento da população paulistana, "em 1950 a população da cidade já passava de 2,2 milhões, ou 60% mais do que quando se inaugurava o estádio" (DUARTE; VILELA, 2011, p. 116).

Com a realização da Copa do Mundo de 1950, que trouxe uma nova tendência de erguer gigantes estádios no Brasil, com a edificação do Maracanã, e o já citado estádio Olímpico do Grêmio que já em 1954 abrigava quase 100.000 torcedores, o SPFC motivado por esses exemplos vislumbrou a construção de um colossal estádio que iria lhe proporcionar um salto de qualidade estrutural, e a partir de seu novo empreendimento assegurar um futuro rentável. Grande idealizador da obra foi Cícero Pompeu de Toledo, presidente do SPFC entre as décadas de 1940 e 1950.

O então presidente Cícero Pompeu de Toledo, aderiu à ideia da construção de um grande estádio, consoante ao texto de Duarte e Vilela (2001, p.

117), a “obra não só acomodaria muito mais pagantes, como livraria o São Paulo de continuar alugando campo da prefeitura e faria do clube um locador”. O momento vivido pelo país que progredia em compasso irrefletido possibilitou aos dirigentes do Tricolor Paulista, sonhar com um projeto grandioso, porém alguns diretores do clube capitaneados pelo “Marechal da Vitória”, Paulo Machado de Carvalho, não viam a edificação de um palco gigantesco com bons olhos, argumentando “não sem bons fundamentos, que seria uma aventura de muito dinheiro e muitos anos e traria sérios prejuízos para o departamento de futebol, pondo em risco a posição vencedora que o SPFC conquistará” (DUARTE; VILELA, 2011, p. 117). De fato isso ocorreu, pois o SPFC ficou 13 anos sem conquistar um título do campeonato Paulista (Campeão Paulista em 1957, sangrando-se campeão apenas em 1970 com as obras do estádio já concluídas), praticamente todo o período da construção da casa são-paulina, de 1953 a 1970.

Diante da estrutura financeira que se concentrava os grandes clubes de futebol no Brasil, onde nesse período a bilheteria dos jogos proporcionava a principal fonte de receitas, os dirigentes do SPFC “acreditavam que a construção de um estádio com capacidade para acomodar um público numeroso poderia significar a garantia de uma fonte de receita estável, o que viabilizaria a existência do clube” (FUMAGAL; LOUZADA, 2009, p. 12). Frase que marca o desejo de dirigentes e torcedores são-paulinos é o lema da Comissão Pró-Estádio, criada para colocar de pé o sonho do Grêmio das Três Cores, que dizia “*se é um sonho que seja grande!*”, impulsionando todos os são-paulinos durante a empreitada tricolor para colocar de pé o Colosso do Morumbi. Fica assim estabelecida a construção de um gigante de concreto para ser a casa são-paulina:

Diante desta visão, decidiu-se pela construção de um estádio com capacidade para 150.000 pessoas, que

se tornou a principal prioridade da administração; somente após a realização desta meta os investimentos seriam canalizados para a montagem de uma equipe competitiva, o que permitiria atingir o segundo objetivo: manter o SPFC entre os grandes clubes (FUMAGAL; LOUZADA, 2009, p. 12).

O ano de 1950 marca o início dessa jornada, o São Paulo Futebol Clube até idos dos anos 50 era sediado no Canindé, local situado às margens do rio Tietê, lá foi pensado em erguer a casa são-paulina, porém o terreno de 70.000 m² não abrigaria uma grande obra, e com a retificação do rio Tietê e o projeto para construção das marginais o terreno seria diminuído ainda mais, logo não acomodaria um grande estádio. Por consequência, o SPFC passa a procurar um terreno para levantar sua casa, o primeiro local a ser pensado foi o terreno onde hoje está localizado o Parque do Ibirapuera, porém a prefeitura de São Paulo foi contrária a essa ideia, devido ao fato que em 1954 ela inauguraria o Parque em comemoração pelo aniversário do Quarto Centenário da cidade. Antes mesmo de o SPFC conseguir um terreno para levantar seu mais novo sonho, em 1951 à diretoria tricolor consegue um aval junto a Caixa Econômica Estadual de um empréstimo no valor de Cr\$ 5.000.000,00, que auxiliaria no início da construção do gigante são-paulino. É válido ressaltar que o clube só consegue esse empréstimo após postular junto ao governo, pois antes clubes da capital como o Sport Club Corinthians Paulista, e a Sociedade Esportiva Palmeiras já haviam reivindicado e conseguido o benefício.

A construção do estádio onde hoje se encontra o parque mais famoso dos paulistanos não seria viabilizada, coube ao corpo diretivo do SPFC buscar alternativas. Após diversas reuniões com o então Prefeito Armando de Arruda Pereira e a Imobiliária e Construtora Aricanduva, fica estabelecido o local onde

seria erguido o “Colosso Tricolor”, situado no Jardim Leonor, Morumbi. No dia 4 de agosto de 1952 o SPFC adquire o terreno de 99.873m², nessa primeira fase o Tricolor Paulista comprou cerca de 25.000m², a Construtora e Imobiliária Aricanduva doou outros 25.000m², e os outros quase 50.000m² foi doado pela Prefeitura da Capital Paulista. É importante explicar porque a engenharia para aquisição do terreno se deu desta forma, havia uma Lei Municipal que estabelecia espaços para a construção de praças de esporte em São Paulo, por isso a prefeitura doou uma parte do terreno ao SPFC, já a Construtora e Imobiliária Aricanduva era dona de uma gleba de mais de 2,3 milhões de metros quadrados na zona oeste paulistana, e tinha por objetivo o loteamento comercial do local, nada melhor que um estádio, um grande empreendimento do SPFC como atrativo para o desenvolvimento da região, e conseqüentemente um chamariz para a venda dos lotes, já que a região era distante do centro da cidade, desconhecida por grande parte da população, e carente de infraestruturas básicas. O jornalista Orlando Duarte e o historiador Mário Vilela em sua obra destacam essa passagem:

Em 1950, a Aricanduva passara a controlar na zona oeste uma gleba de 2,3 milhões de metros quadrados. Acusou-se Adhemar de, enquanto ainda estava no governo, ter desviado recursos públicos para a aquisição. Pela lisura do homem, não poremos a mão no fogo. Mas que fique bem claro: a incorporação da gleba seria auditada e aprovada pelas autoridades competentes e, de qualquer modo, não ocorreu nada de suspeito ou ilegal nas transações que a Aricanduva fez com o São Paulo e as outras pessoas físicas e jurídicas que se estabeleceriam ali. Igualmente importante: tampouco houve doação do poder público ao clube. A imobiliária pretendia transformar o que era um imenso ermo em bairro de alto padrão, e um dos chamarizes seria justamente o estádio numa época em que isso atraía compradores em vez de afugentá-los. Em iniciativa semelhante à City no Pacaembu, a Aricanduva doou 25

mil metros quadrados ao São Paulo, que comprou outros 25 mil e, no correr do tempo, adquiriria lotes contíguos até chegar aos quase 190 mil metros quadrados do atual complexo do clube (DUARTE; VILELA, 2011, p. 117).

Foi lançada assim logo em seguida a pedra fundamental do estádio, no dia 15 de agosto de 1952, em cerimônia que contou com o presidente do SPFC Cícero Pompeu de Toledo e diversos diretores, como General Porfirio da Paz, Frederico A. G. Menzen, Caetano Estelita Pernet entre outros, além da presença do Cardeal Tricolor Monsenhor Francisco Bastos, que abençoou as terras onde seria erigido o estádio do Morumbi. Comandado pelo Presidente Cícero Pompeu de Toledo, o Tricolor Paulista constituiu a Comissão Pró-Estádio, presidida pelo mesmo, e que contava em seus quadros com Piragibe Nogueira na Vice-presidência, Luiz Cássio dos Santos Werneck como Secretário, e Amador Aguiar no cargo de Tesoureiro. A comissão apresentava ainda os demais membros: Altino de Castro Lima, Carlos Alberto Gomes Cardim, Luiz Campos Aranha, Manoel Raymundo Paes de Almeida, Oswaldo Artur Brakte, Roberto Gomes Pedroza, Roberto de Barros Lima, Marco Gasparian, Paulo Machado de Carvalho, e Pedro França Pinto.

O projeto da casa são-paulina foi concebido pelo escritório do arquiteto Vilanova Artigas, um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O projeto do arquiteto paranaense venceu outros dois projetos que também se interessaram na construção do estádio, um projeto da empresa soviética Antonov & Zolnerkevic, e outro da firma de Gilberto Junqueira e Caldas. O projeto de Artigas apresentou a edificação de um estádio com capacidade para 120 mil torcedores, além de uma praça de atletismo, um parque aquático (os dois com arquibancadas para 5 mil lugares), ginásio

poliesportivo com capacidade para 20 mil pessoas, quadras poliesportivas e sede social. Segundo consta, Vilanova Artigas tinha por concepção arquitetônica o movimento de vanguarda artística que apreciava o concreto exposto, o Brutalismo, posto isto, o Estádio do Morumbi foi construído apresentando as características do movimento artístico o qual Artigas era adepto, sendo exibidos esses traços no estádio até os dias de hoje.

Em julho de 1953 iniciam-se as obras da casa tricolor, para que estas fossem iniciadas a Comissão Pró-Estádio tomou as primeiras medidas para angariar recursos. Primeiramente foi decidido a venda de 5 mil futuras cadeiras cativas, com título válido por 20 anos. A segunda estratégia promovida pelo clube na busca de recursos financeiros para continuar tocando a obra foi um contrato de exploração comercial do estádio junto a Companhia Antártica Paulista. A companhia de cerveja concebeu ao SPFC Cr\$ 5.000.000,00 em troca ela teria o direito exclusivo de comercializar seus produtos no estádio do Morumbi por dez anos, com opção para renovar o contrato por mais cinco anos. Esse contrato foi intermediado pelo então dono do Banco Bradesco, Amador Aguiar. Para conseguir mais recursos e adquirir materiais que seriam utilizados na obra, o Tricolor planejou outras ações, como a campanha de venda de souvenirs (entre eles o LP Bola no Barbante), a famosa campanha de doação de cimento, a exploração publicitária do canteiro de obras como fonte de receitas, possibilitando que as empresas divulgassem seus produtos, e até mesmo utilizar a imagem do presidente do SPFC (Laudo Natel) como garoto propaganda de uma indústria de parafusos para assim conseguir cerca 400 mil unidades de graça. No ano subseqüente, 1954 o arquiteto responsável pelas obras, Vilanova Artigas, repassa os direitos de propriedade do projeto ao SPFC, que muda uma parte do

planejamento, alterando a capacidade do estádio de 120 mil lugares para 156 mil, que transformaria a Casa Tricolor no maior estádio particular do mundo.

A epopeia do Clube da Fé sofre uma grande perda no ano de 1957, o então Presidente do Clube Cícero Pompeu de Toledo, grande idealizador da casa são-paulina é afastado da direção devido a problemas de saúde, vindo há falecer dois anos após, em 1959 com 49 anos de idade vítima de um tumor cerebral. Quem assume o comando dessa empreitada é Laudo Natel, eleito presidente do SPFC em 1958, se tornando também presidente da Comissão Pró-Estádio. Laudo executivo de uma grande instituição financeira, o Banco Bradesco, é nomeado pelo então presidente Cícero Pompeu de Toledo em 1952 como diretor do departamento de finanças do clube, passa depois em 1956 para o cargo de primeiro Tesoureiro até chegar ao posto máximo do corpo diretivo Tricolor em 1958.

Retomando as ações empreendidas pelo SPFC para angariar fundos para a construção de seu mais novo estádio, o Tricolor Paulista para impulsionar a venda das cadeiras cativas, contrata o produtor de rádio e TV Oswaldo Molles, que criou o personagem S.O (Sócio Olímpico), que seria dono da cadeira cativa. O SPFC utiliza o grande veículo de informação da época, o rádio, e contrata também a Rádio Bandeirantes para divulgar as vendas das cadeiras cativas, a partir dessas duas ações a um aumento considerável da venda das cadeiras, que acaba se tornado um sucesso. O Tricolor também mudou o modo de como as cadeiras cativas seriam comercializadas, ao invés de cadeiras cativas com título válido por 20 anos, as cadeiras passariam a serem vendidas com título patrimonial definitivo. A junção de todos esses fatores, contratação de um executivo para gerir as vendas das cadeiras, juntamente com um grande veículo de informação, e a mudança no

formato do título, faz com que as vendas se tornassem um sucesso, viabilizando a venda de 12 mil cadeiras cativas com título patrimonial definitivo.

Dois anos após iniciar a construção de sua nova casa, o SPFC vende sua sede no Canindé para um de seus Conselheiros Wadi Saddi, no ano seguinte em 1956, o conselheiro são-paulino vende o terreno a outro clube da Capital Bandeirante, a Associação Portuguesa de Desportos, que inauguraria em 1972 o Estádio Dr. Oswaldo Teixeira Duarte, mais conhecido como Canindé. Todo o dinheiro conseguido com a venda da antiga sede tricolor foi destinado a Comissão Pró-Estádio, que utilizou toda essa receita nas obras do Morumbi. Os anos de 1956 e 1957 se destacam, pois é nesse momento que as obras mais pesadas (como obras das fundações, e sustentação das colunas) são iniciadas, possibilitando que em 1960, cerca de dois terços do estádio já estivessem concluídos. Contudo a Comissão Pró-Estádio decide inaugurar o Estádio Cícero Pompeu de Toledo de forma parcial, porque mesmo com o estádio inacabado ele poderia gerar mais recursos para a continuação de suas obras, provindo receitas das rendas dos jogos, e da exploração publicitária no estádio, pois o Morumbi passaria a ter grande destaque na imprensa esportiva, tornando-se interessante para as grandes empresas anunciarem seus produtos na nova casa do SPFC.

Assim em 2 de outubro de 1960, em festividades que contou com a benção do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, o SPFC inaugura de forma parcial seu estádio, em um jogo festivo contra o Sporting Club de Portugal que contou com a presença de 64.748 pessoas. O Tricolor vence a partida por um a zero, com o gol marcado pelo atacante são-paulino Peixinho. Laudo Natel então presidente da Comissão Pró-Estádio e do Clube, proferiu algumas palavras no livro de Thomaz Mazzoni (1960) sobre esse momento:

A inauguração, ainda que parcial, do Estádio "CÍCERO POMPEU DE TOLEDO", é o acontecimento de maior vulto entre tantos outros que ornamentam a jovem mas gloriosa história do São Paulo F. C. A gigantesca obra do Morumbi nasceu do nada. Teve, apenas, a impulsionadora, a chama do ideal e a fé inquebrantável que tem sido a principal característica do grêmio das três cores. Constitue, sem dúvida, exemplo magnífico do que pode a vontade sadia de uma coletividade esportiva para quem o dia de amanhã reserva papel de grandeza no cenário esportivo da nação. Ao ensejo da inauguração parcial do Estádio, cumprimos o dever de apresentar agradecimentos a quantos, ainda que anonimamente, colaboraram para a concretização do velho sonho são-paulino, tornando possível o acontecimento que ora comemoramos, que transcende às fronteiras do nosso clube para se integrar, com destaque, no patrimônio de nossa terra. LAUDO NATEL (MAZZONI, 1960, p. 5).

De acordo com o jornalista Ricardo Perrone (2011) o SPFC em 2011 emite um relatório financeiro sobre a construção de seu colossal estádio, neste relatório contém documentos da Comissão Pró-Estádio, que esmiuçavam a engenharia financeira realizada pelo Clube na construção do Morumbi, relatando os passivos e os ativos da obra. Em um desses documentos da Comissão Pró-Estádio de 23 de agosto de 1956 foi relatado quais as fontes dos recursos iniciais para a obra, composta por doações, venda das cadeiras cativas, concessão de exploração de bares e propaganda, campanha de fundos, juros e descontos. O documento também cita que o Tricolor do Morumbi recebeu junto a Prefeitura de São Paulo (Cr\$ 5.473.000,00 em 1956) e do Governo do Estado (Cr\$ 5.500.000,00 entre 1956 e 1958), verbas para a edificação de seu estádio, o que representou 4,54% do total gasto com a obra até 1961. Segundo a diretoria tricolor essa ajuda

financeira foi concedida ao Clube em formato de Títulos Públicos restituíveis com juros, sendo esses mesmos títulos cedidos a Palmeiras e Corinthians.

Após essa primeira inauguração do Estádio do Morumbi, o SPFC seguiu para a segunda fase do projeto, a construção de seu Parque Social. Para isso o Tricolor Paulista obtém junto a Imobiliária Aricanduva mais 25.936m², e compra mais 29.584m² de terreno para construção da sua área social. Os recursos advindos para esta fase são oriundos das vendas dos Títulos Patrimoniais instituído pelo Conselho Deliberativo do Clube, ao preço de Cr\$ 100.000,00. Logo de cara são vendidos 7.500 títulos, permitindo que em 16 de março de 1961 as obras do Parque Social fossem iniciadas. A empresa responsável pelas obras é a Civisan Engenharia S/A, que entrega toda estrutura social do complexo em 30 de setembro de 1962.

Com o debute parcial do Estádio, e a inauguração do Parque Social a aventura tricolor ainda não havia terminado, faltava o término do principal objetivo são-paulino, finalizar seu colosso de concreto. Porém os anos posteriores foram de inúmeras dificuldades, os recursos diminuíram substancialmente, fazendo com que as obras se estagnassem durante 8 anos, no período entre 1961 e 1968 o estádio quase não avançou. No entanto o SPFC não é conhecido como o Clube da Fé atoa, em uma ação elaborada pelo apresentador de TV e são-paulino Hélio Setti e o já citado Oswaldo Molles, é lançado o Carnê Paulistão (espécie de Baú da Felicidade da época), que sorteava prêmios nos intervalos das novelas do canal de televisão Excelsior. Com o slogan *"A grande jogada é construir o Paulistão"*, o carnê foi um sucesso, vendendo em seu total cerca de 700 mil unidades (comercializado a NCr\$ 5,00 com mais 12 prestações do mesmo valor), facultando

os recursos necessários para que o Tricolor Paulista terminasse sua gigantesca obra.

Em dois anos o SPFC conclui o seu tão desejado sonho, finaliza as obras do seu grandioso estádio, em 20 de dezembro de 1969 a Casa Tricolor estava terminada. Sua inauguração definitiva ocorre no dia do aniversário da cidade de São Paulo, 25 de janeiro de 1970 em partida realizada entre o SPFC e o clube português Futebol Clube do Porto. O jogo da inauguração completa do Estádio Cícero Pompeu de Toledo contou com a presença de 107.869 pagantes, e teve como resultado um empate de 1 a 1. O gol Tricolor foi marcado pelo atacante Miruca. Depois de mais de 18 anos e com um gasto total da obra de 70 milhões de dólares, chega ao fim a grande odisseia são-paulina de colocar de pé o maior estádio particular do mundo até então.

Ao longo desses mais de 55 anos de idade o Estádio do Morumbi foi palco de incontáveis partidas, que estão marcadas nos corações tricolores, como os títulos da Copa Libertadores da América de 1992 e 2005, e os jogos finais das conquistas dos Campeonatos Brasileiros de 2006 e 2007, entre outros jogos memoráveis do Grêmio das Três Cores que por algum motivo estão na lembrança do torcedor são-paulino. Mas o Morumbi também está na mente de torcedores de outros clubes que levantaram troféus em seu gramado, como o Título Paulista de 1977 do Sport Club Corinthians Paulista, que tirou o clube de uma fila de mais de 23 anos sem nenhuma conquista, ou a vitória da Sociedade Esportiva Palmeiras na final do Campeonato Paulista de 1993, proporcionando a sua torcida tirar o grito de é campeão que estava entalado na garganta por 17 anos. Ademais a casa do Tricolor do Morumbi recebeu grandes espetáculos musicas e até mesmo

religiosos. Exemplo de um grande evento musical foi o show da banda britânica Queen em 1981, que reuniu mais de 100.000 pessoas.

Arrematando esse capítulo que contou de maneira resumida a enorme história da construção do Estádio Cícero Pompeu de Toledo, segue algumas palavras proferidas pelo Patrono do SPFC, Laudo Natel em solenidade realizada no estádio em 2012. O testemunho do homem que ocupou o principal cargo diretivo do Grêmio das Três Cores durante grande parte das obras que edificaram a casa do torcedor do Clube da Fé, relata de maneira limitada, porém significativa, a ação empreendida por toda coletividade São-Paulina, expressando um pouco do que foi, e o que significou a grande epopeia da construção do maior estádio particular do mundo quando inaugurado. Vale ressaltar que essa façanha foi realizada a mais de 60 anos atrás, expondo o espírito vanguardista do Tricolor Paulista. Fica atestado com esse depoimento o quão importante foi o Estádio Cícero Pompeu de Toledo na história, e no desenvolvimento do SPFC, e até mesmo do futebol Paulista e Brasileiro:

[...] Este estádio tem o nome de um famoso são-paulino, de um grande são-paulino que foi Cícero Pompeu de Toledo, mais se tivesse um sobrenome seria Fé e Perseverança, porque é um produto de fé e perseverança. Muita gente entende que aqui teve dinheiro público, aqui não teve dinheiro público e dinheiro de ninguém, foi exclusivamente a venda de ideias, título patrimonial, cadeira cativa, enfim rifa, e toda sorte de ideias que foram surgindo, o que modernamente se chamaria hoje uma obra de marketing. Mais o São Paulo conseguiu esse milagre, um clube endividado, um clube que tem a ousadia de lançar um estádio, consegue esse milagre de inaugurar esse estádio sem um centavo de dívida, o estádio foi inaugurado completamente pago, graças à ajuda da coletividade dos amigos que o São Paulo foi granjeando, e até de outros homens de outros clubes que vieram apoiar essa ideia, de um estádio que

representou o alargamento econômico do futebol de São Paulo, que é a capacidade do estádio do Morumbi. Hoje o futebol tem muitas rendas, o futebol tem televisão, o São Paulo tem muitas rendas, mais inicialmente era exclusivamente bilheteria, e o alargamento econômico que eu falo, foi exatamente a capacidade do estádio, o aumento do estádio. Mais eu quero fazer aqui uma ressalva, o Juvenal me atribui muito esse estádio do Morumbi, eu fui apenas um coordenador de esforços de uma coletividade que fez esse estádio. [...] Então essa consolidação do patrimônio, esta fazendo a grandeza e é à base de sustentação do nosso SPFC. Desculpe se eu me alongo um pouco, mais é que essa solenidade tem para mim particularmente um grande significado, ela fala muito de perto a minha sensibilidade que desde menino venho acompanhando a história desse Clube. De modo que tive aqui a satisfação imensa de ver tanta coisa, o privilegio de entregar esse troféu pro Peixinho, que marcou o primeiro gol desse estádio, que ficou na história do SPFC. Por tudo isso, isto para mim foi uma noite feliz, e eu espero que tenha sido para todos os presentes, como esta sendo para todos os são-paulinos, meus cumprimentos à direção do São Paulo, as autoridades que estão hoje nos prestigiando, e que eu tenho certeza que vão continuar prestigiando o SPFC, e a todos vocês hoje que estão aqui honrando com a sua presença essa solenidade, eu quero lhes dar os meus cumprimentos. Que Deus continue ajudando o nosso SPFC. LAUDO NATEL (CANAL OFICIAL DO SPFC, 2012).

À vista disso fica nesses escritos uma pequena contribuição para os amantes do futebol que se interessam pela história do esporte que é paixão dos brasileiros, além de poder auxiliar em futuros estudos que venham a ter temática semelhante ao exposto no texto. O que foi exibido aqui é uma leitura histórica sobre um fato marcante executado por um grande clube de futebol do Brasil, que foi a construção de um dos grandes templos do futebol brasileiro, o Estádio do Morumbi, apresentando assim um pouco do que foi o “Caso Morumbi”.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO POLÍTICA DOS ESPORTES EM PERSPECTIVA COMPARADA: O TOTALITARISMO NAZISTA (1933-1945) E O AUTORITARISMO VARGUISTA (1930-1945)¹

As relações entre esporte e Estado são, historicamente, diversificadas, variando segundo as concepções político-sociais de esporte e os modelos de Estado existentes em determinado contexto. Um marco importante para a compreensão dessas relações trata-se do momento em que o poder público passou a se ocupar do tempo livre do trabalhador, ofertando atividades de diversas naturezas². A prática de atividades físicas e a frequência aos espetáculos esportivos foram atividades promovidas e/ou estimuladas pelo Estado que se destacaram nesse sentido, sobretudo durante o período entreguerras (1918-1939), marcado internacionalmente por crises políticas e econômicas, e pela ascensão de diferentes movimentos conservadores antidemocráticos e antiliberais pelo mundo ocidental, como o governo nacional-socialista (nazista) de Adolf Hitler na Alemanha (1933-1945) e a primeira passagem de Getúlio Vargas pela presidência da República no Brasil (1930-1945), especialmente durante o Estado Novo (1937-1945)³.

Além de terem ascendido ao poder em resposta ao contexto de crise política e econômica, as experiências governamentais em questão se aproximaram

¹ Marcus Vinícius Costa Lage (UFMG); Elcio Loureiro Cornelsen (UFMG).

² Para uma discussão teórica sobre as relações entre esporte e Estado, ver Linhales (2001).

³ Chamamos de primeira passagem os três governos de Getúlio Vargas entre 1930 a 1945, quais sejam: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).

em vários aspectos como, por exemplo, no culto ao líder carismático, na centralização da vida política e da organização econômica, na formação do Estado policial e no controle sobre os meios de comunicação conjugado a um projeto de propaganda política. Várias dessas práticas políticas autoritárias compuseram o modelo de regime político denominado por totalitarismo, do qual o nazismo foi um dos principais expoentes. Contudo, se o governo Vargas lançou mão dessas estratégias políticas, não podemos considerá-lo como um regime totalitário, dentre outros aspectos, pela ausência de uma ideologia oficial de cunho teleológico, fundamental para que o Estado legitime o excessivo controle e coação social, o expansionismo bélico e os crimes contra a humanidade, afastando, presumivelmente, qualquer possibilidade de resistência ou oposição política⁴.

No caso alemão, essa ideologia oficial foi elaborada a partir de obras do chamado "racionalismo" do século XIX, tais como *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853) de Arthur de Gobineau, e *The Foundations of the Nineteenth Century* (1899) de Houston Stewart Chamberlain, dando origem ao "mito ariano", que pressupunha a organização social da nação a partir de uma suposta superioridade da "raça ariana", representação ideal do próprio povo alemão. Conseqüentemente, as ações do Estado deveriam servir como catalisadoras do movimento pretensamente natural de aprimoramento da espécie humana por meio da implementação de uma política eugênica. Assim, em menos de um ano, o Estado nazista criou uma série de organizações políticas e de arcabouços legais que buscavam ideologizar todas as áreas da vida pública, processo denominado por "nazificação" ou "sincronização" ideológica da estrutura organizacional

⁴ Para uma reflexão do conceito de totalitarismo a partir das obras de Friedrich; Brzezinski e Arendt, ver Cornelsen (2014b).

alemã⁵, incluindo aqui o tempo livre, com destaque para a prática e o espetáculo esportivos que passaram a ser concebidos como uma ferramenta política de eugenia, de integração nacional, de militarização da sociedade e de aumento da produtividade do trabalhador.

Apesar da ausência de uma ideologia oficial como a do “mito ariano” para o contexto brasileiro, pode-se dizer que, do ponto de vista teórico, essas mesmas concepções sobre a prática e o espetáculo esportivo foram endossadas pelo governo Vargas, o que, eventualmente aproximou a política de esportes empreendida nesses países durante o contexto histórico em questão. Aproximação que se explica, em grande medida, pela influência do movimento higienista fortemente desenvolvido no Brasil ao longo das três primeiras décadas do século XX e pela própria defesa das ideias totalitárias conservadoras europeias por grupos políticos que compuseram essa primeira passagem de Getúlio Vargas pela Presidência da República. Por outro lado, sem obter o pretense controle total sobre a sociedade, e também considerando as especificidades do desenvolvimento político e esportivo nacionais, o Estado varguista enfrentou uma série de debates e percalços na institucionalização dos esportes, denominado à época por “oficialização” dos esportes, como também na própria condução

⁵ O termo “*nazification*” é encontrado em Bachrach (2000) como sinônimo de instrumentalização política e ideologização nazista das organizações estatais e sociais alemãs. Ideia correlata à *Gleichschaltung*, traduzida para o português como “sincronização” (CORNELSEN, 2014a).

política do país⁶, que, assim, o distanciaram politicamente da experiência totalitária alemã.

Nas duas seções que seguem abaixo buscamos descrever, respectivamente, as aproximações e os distanciamentos da institucionalização política empreendida pelo totalitarismo nazista e pelo autoritarismo varguista. Esse exercício comparativo que ora empreendemos objetivou refletir historicamente sobre as diferentes relações entre esporte e Estado autoritário e conservador sem, necessariamente, adotar um dos casos como um modelo a ser seguido, mas, sobretudo, buscando desvelar aspectos ou desnaturalizar entendimentos a partir das semelhanças e diferenças entre as realidades analisadas⁷.

Aproximações das concepções político-sociais de esporte no nazismo e no varguismo

As semelhanças entre as concepções político-sociais do esporte endossadas pelos Estados varguista e nazista fizeram com que os arcabouços legais e institucionais relacionados à prática e à assistência esportiva nesses países se aproximassem consideravelmente. Um dos primeiros pontos que mais se destacam nesse sentido trata-se do estímulo à prática esportiva, sobretudo para estudantes e trabalhadores, concebendo-a como uma ferramenta política para integrar os indivíduos ao projeto nacional, como também para “militarizar” e

⁶ Dentre os percalços políticos varguistas, destacamos a Revolução Constitucionalista de 1932, reação paulista à centralização política empreendida por Vargas, em defesa de maior autonomia dos estados e de uma Constituinte Nacional.

⁷ Para uma discussão metodológica sobre a História Comparada, ver Barros (2007).

“moralizar” os corpos como forma de aprimorar a “raça” – ariana, no caso alemão, e nacional, no caso brasileiro –, preparando-os para o trabalho e para servir à nação. Assim, a militarização do corpo, higienizado, “aprimorado” e “fortalecido” contribuiria para transformar e unificar o próprio “corpo social”.

Foi, portanto, dentro desses conceitos político-sociais de esporte que a Alemanha nazista buscou difundir a prática esportiva entre a sociedade alemã por meio de algumas instituições nazistas, estatais ou partidárias. Dentre elas, destaca-se a Comunidade Nacional-Socialista Força pela Alegria (*Kraft durch Freude*; KdF), criada pelo Estado em novembro de 1933 e subordinada à Frente Alemã para o Trabalho (*Deutsche Arbeitsfront*; DAF), órgão que substituiu os sindicatos livres extintos em maio de 1933, estabelecendo, compulsoriamente, a filiação e contribuição financeira dos trabalhadores⁸. Aproveitando-se da estrutura pré-existente dos sindicatos durante a República de Weimar (1918-1933) e sob influência da organização corporativista italiana “Após o Trabalho” (*Il Dopolavoro*), a KdF tinha como principal objetivo organizar e ideologizar o tempo livre, especialmente as férias do trabalhador alemão, por meio da criação de “[...] um amplo programa de descanso e diversão, que, sobretudo para o operariado, até então era inacessível.” (SCHNEIDER, 2004, f. 1)

A KdF era composta por diversas Repartições que atuavam sobre vários segmentos, dentre os quais destaca-se a Repartição de Esportes, que, dentro dessa perspectiva da integração nacional alemã, atuou no sentido de difundir e tornar acessíveis modalidades esportivas tidas como onerosas, como, por exemplo, a equitação, o iatismo e o tênis. O estímulo à prática esportiva por essa

⁸ Para uma análise da atuação da KdF, ver Schneider (2004).

Repartição de Esportes tinha ainda como meta a educação física dos trabalhadores alemães a partir das perspectivas eugênica – de aperfeiçoamento da “raça ariana” –, bélica – de preparação dos trabalhadores para a guerra – e de produtividade – de recuperação das forças físicas e psíquicas dos trabalhadores.

Igualmente influenciado pela organização fascista, o Estado Novo varguista, por sua vez, criou, em 1943, o Serviço Recreativo Operário (SRO), cujo objetivo central também era aumentar o controle do Estado sobre os trabalhadores, inclusive sobre o processo produtivo, atuando em relação ao tempo livre dos operários por meio de atividades culturais e de Educação Física⁹. Assim como a KdF, a SRO possuía algumas seções em sua estrutura administrativa, dentre as quais destacam-se as de Escotismo, Ginástica e Desportos, responsáveis por estimular as atividades físicas entre os operários, organizando, principalmente, torneios de futebol e mobilizando os trabalhadores para as festividades cívicas, sobretudo na capital da República, à época o Rio de Janeiro.

Essa mesma política de estímulo à prática esportiva pedagógica, contribuinte da eugenia, da militarização e promotora de coesão social foi igualmente implementada entre os jovens e estudantes, por meio da atuação do Serviço de Esportes do *Reich*¹⁰, órgão estatal nazista responsável por controlar todos os clubes e as organizações esportivas alemães, e, no caso brasileiro, através das Forças Armadas e, em especial, do Ministério da Educação e Saúde Pública¹¹. No Estado nazista, a atuação do Serviço de Esportes do *Reich* foi empreendida, em várias ocasiões, através da ingerência em segmentos diversos da sociedade ou

⁹ Para uma análise da atuação do Serviço de Recreação Operária, ver Drumond (2014).

¹⁰ Para uma análise da atuação do Serviço de Esportes do *Reich*, ver Bachrach (2000).

¹¹ Para uma análise da política de esportes varguista, ver Souza (2008) e Drumond (2014).

por meio de parceria com outras organizações ligadas ao Partido Nazista, como, por exemplo, a Juventude Hitlerista (*Hitlerjugend*), que tinha suas competições esportivas supervisionadas pelo órgão estatal em questão, e as próprias “Tropas de Assalto” (*Sturmabteilung, SA*), milícia paramilitar nazista que passou a ser responsável por “[...] desenvolver um programa de incorporação dos esportes militares ao treinamento de professores alemães” (BACHRACH, 2000, p. 34).

O interesse do Serviço de Esportes do *Reich* nessas duas instituições – Juventude Hitlerista e escolas alemãs – evidencia a relevância assumida por elas na difusão da política de esportes nazista. Nas instituições de ensino, a Educação Física assumiu centralidade no currículo escolar, como atesta, por exemplo, a proeminência das anotações dos educadores físicos nos boletins escolares e as ampliações de carga horária dessa disciplina que, em 1938, chegou a corresponder a cinco horas semanais. Outro indício da valorização da educação corporal nas instituições de ensino alemãs durante o nazismo era que os estudantes com desempenhos esportivos insatisfatórios poderiam ser expulsos da escola. Além disso, merece destaque as modalidades esportivas estimuladas pela Educação Física escolar que primavam pelo confronto físico, como, por exemplo, o cross-country, o futebol e o boxe.

Entre a Juventude Hitlerista, as práticas esportivas também primavam-se pela preparação dos corpos para a guerra, simulando treinamentos militares como marchas, montagem de barracas, jogos e cantigas. Além disso, a organização juvenil nazista passou a explorar as caminhadas coletivas, uma tradição alemã antecessora ao nazismo, como estratégia de integração nacional entre os jovens.

Já no contexto varguista, as primeiras aproximações do governo com o setor demonstram a ênfase do militarismo e dessa perspectiva pedagógica

atribuída à prática de atividades físicas. Nesse sentido, em 1933 foram fundadas a Liga de Sports do Exército e a Liga de Sports da Marinha, enquanto o Centro Militar de Educação Física, criado em 1922, transformou-se em Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), sendo que um dos objetivos era formar educadores físicos, transplantando o militarismo esportivo para as escolas brasileiras. A EsEFEx buscava, assim, atender à demanda de algumas instituições públicas de ensino que, também desde 1933, receberam as primeiras praças de exercícios físico-recreativos. Nos anos que se seguiram, tais equipamentos públicos passaram a ser construídos desvinculados dos grupos escolares, em locais de fácil acesso, dotados de equipamentos necessários à exercitação física e atlética de diversas modalidades esportivas.

A partir de 1937, o recrudescimento do autoritarismo no Brasil com a instauração do Estado Novo afastou a oposição do poder, interveio nos governos estaduais e municipais e extinguiu os partidos políticos e o Parlamento, abrindo campo para que o governo ampliasse sua política de esportes iniciada em 1933 baseada nessas concepções político-sociais pedagógicas e militaristas, enfatizando ainda mais a atuação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Exemplo nesse sentido pode ser encontrado na Constituição Federal de 1937 que definiu a obrigatoriedade do ensino da Educação Física nas escolas do país, atividade controlada pela Divisão de Educação Física, órgão criado também em 1937 e subordinado ao Ministério em questão, contando com grande participação dos militares. Dois anos depois, em 1939, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), ligada à Universidade do Brasil, instituição de ensino superior exclusivamente dedicada à formação docente e de treinadores esportivos, e à pesquisa na área.

A proeminência dos princípios pedagógicos relacionados à prática esportiva defendidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública torna-se ainda mais evidente ao apreciarmos o principal marco regulatório varguista relacionado à institucionalização do setor esportivo, qual seja, o Decreto-lei nº 3.199 de 1941. Em suma, esse Decreto-lei tinha como objetivo controlar toda a organização esportiva do país por meio da atuação do Conselho Nacional de Desportos (CND) e dos Conselhos Regionais de Desportos (CRD), cujas principais competências relacionavam-se ao estímulo ao desenvolvimento do esporte amador, pautado nas concepções educacionais físicas, cívicas, militares e eugênicas.

A relevância desse marco regulatório, contudo, não restringe-se ao estímulo à prática esportiva dentro dos princípios político-sociais pedagógicos e militaristas até então explicitados. Embora aparecesse com menor ênfase, a legislação de criação do CND considerava competência estatal disciplinar o esporte de espetáculo, ou de alto rendimento, orientando e fiscalizando as entidades e instituições que o promoviam.

Essa preocupação varguista com o esporte espetáculo relacionava-se a uma segunda concepção político-social do esporte, também presente no governo nazista, que considerava os eventos esportivos como uma importante ferramenta de propaganda política interna, com vistas à integração nacional, e externa, como “vitrine” desses países, difundindo os aspectos pretensamente positivos promovidos por esses regimes políticos. Para tanto, os espetáculos esportivos deveriam ser controlados por meio dos órgãos de censura, difusão e propaganda político-cultural no sentido de explorar os satisfatórios desempenhos dos atletas nacionais em competições internacionais e a própria organização desses eventos, quando promovidos por esses países, como sinônimo da superioridade racial e

também como demonstração da integração da nação em torno do projeto e, em especial, do líder político, transformando, assim, os espetáculos esportivos de massa em espetáculos cívicos.

Indubitavelmente, a organização e a realização dos IV Jogos de Inverno em Garmisch-Partenkirchen e, respectivamente, dos XI Jogos Olímpicos em Berlim no ano de 1936 devem ser consideradas como a síntese de toda essa “nazificação” do setor esportivo alemão. Por sua vez, a instrumentalização política dos espetáculos esportivos em Vargas teve seu ápice com a participação brasileira na III Copa do Mundo de futebol promovida pela Federação Internacional de Futebol *Association* (Fifa) na França em 1938 e na construção e utilização de Estádios de futebol como espaços físicos e simbólicos para a comemoração de datas cívicas alinhadas aos princípios sustentados pelo regime político varguista.¹²

¹² Dentro dessa perspectiva, merece menção o projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública de construção de um Estádio Nacional no Rio de Janeiro para abrigar as atividades da ENEFD, projeto que seria executado posteriormente, durante a redemocratização política nacional (1945-1964), originando o Maracanã. Durante o governo Vargas, contudo, projeto semelhante fora empreendido em São Paulo, sob gestão do interventor Prestes Maia, dando origem ao Estádio Municipal de São Paulo, o Pacaembu.

Figura 1 – Público saúda Adolf Hitler durante os Jogos Olímpicos de Berlim (1936)



Fonte: Autor desconhecido (TRICOLOR, 2008).

Figura 2 – Trabalhadores homenageiam Getúlio Vargas em desfile no Estádio São Januário (1942)



Fonte: Autor desconhecido (DRUMOND, 2012).

Que se pese as semelhanças entre as concepções político-sociais de esporte sustentadas por nazistas e varguistas nesse contexto, responsáveis por aproximar várias das intervenções estatais empreendidas por esses países, como demonstraremos a seguir, a diferença entre os modelos de Estado e as especificidades do contexto alemão e brasileiro evidenciam distanciamentos no processo e na natureza como essas duas institucionalizações políticas ocorreram.

Distanciamentos entre os processos de “nazificação” do setor esportivo alemão e de “oficialização” do setor esportivo brasileiro

Um breve olhar em direção à cronologia e natureza da institucionalização política esportiva alemã e brasileira dos anos 1930 e 1940 já nos permite contrapor a imediata e total intervenção nazista à gradual e parcial

intervenção varguista sobre o setor, evidenciando um controle pretensamente integral sobre a sociedade alemã empreendido pelo Estado nazista e a existência de interesses políticos por vezes antagônicos que tiveram de ser enfrentados por Getúlio Vargas para intervir na organização esportiva brasileira. Menos de um ano após a ascensão de Hitler ao poder executivo alemão, instituições esportivas estatais inteiramente novas foram criadas na Alemanha, ao passo que entidades esportivas privadas já existentes foram objeto de intervenção política, em um claro objetivo de “sincronizar” a prática e o espetáculo esportivo no país a partir dos princípios ideológicos nazistas; enquanto, no Brasil, brigas políticas e interesses privados postergaram o objetivo de Vargas de utilizar o setor a seu favor, o que só veio a ocorrer, de maneira mais contundente, a partir do recrudescimento do autoritarismo com a instauração do Estado Novo em 1937.

Em relação à organização privada do setor esportivo brasileiro, em 1933, enquanto lideranças próximas ao governo, em especial o presidente da Federação de Atletismo do Rio Grande do Sul e membro fundador do Clube 3 de Outubro¹³, Luiz Aranha, assumiram o controle da principal entidade de organização do esporte nacional, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD)¹⁴, alguns dirigentes esportivos de destacados clubes de futebol, sobretudo do eixo Rio de

¹³ O Clube 3 de Outubro foi uma “Organização política fundada em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, por elementos vinculados ao movimento tenentista, em apoio ao Governo Provisório de Getúlio Vargas.” (FGV. CPDOC, 2012) O nome do Clube fazia menção à data oficialmente considerada como de início da “Revolução de 1930”. Dentre seus principais expoentes, o grupo tinha como terceiro vice-presidente o irmão de Luiz Aranha, Oswaldo Aranha, influente político gaúcho durante o governo Vargas, tendo sido Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1930-1931), Ministro da Fazenda (1931-1934), embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1934-1937) e Ministro das Relações Exteriores (1938-1944) (MOREIRA, 2009).

¹⁴ Ver a esse respeito trabalhos de Souza (2008) e Drumond (2014).

Janeiro-São Paulo, deram início ao “dissídio esportivo”, motivados, principalmente, pelo “clubismo”¹⁵. Os embates entre esses dois grupos dividiram a organização esportiva nacional durante os anos de 1933 e 1937, enfraquecendo politicamente a CBD que, sem contar com a concorrência de destacados atletas brasileiros, vinculados a clubes e entidades considerados dissidentes, não pôde efetivar as estratégias do governo de converter o espetáculo esportivo em evento cívico antes de 1937. Mais ainda, os desempenhos insatisfatórios das delegações brasileiras na II Copa do Mundo de futebol de 1934, realizada na Itália fascista de Mussolini e, sobretudo nos “nazificados” Jogos Olímpicos de 1936, realizados em Berlim, representaram propriamente uma propaganda negativa para o país no cenário internacional.

A Copa de 1934 é, ainda hoje, considerada a pior participação da seleção brasileira na história da competição, eliminada logo no primeiro jogo disputado; resultado atribuído, principalmente, à ausência dos principais jogadores que, após o “dissídio”, passaram a atuar nos clubes filiados a entidades que reconheciam a profissão do jogador de futebol, sendo, portanto, dissidentes à CBD. Já a Olimpíada de Berlim ficou marcada negativamente para os brasileiros antes mesmo de se iniciar. Com a divisão da organização esportiva a partir de 1933, duas delegações olímpicas brasileiras foram enviadas à capital alemã, somando mais de 100 atletas, recorde para o esporte olímpico brasileiro, em clara disputa de poder por parte dos dois grupos políticos em litígio. Iniciada a competição e resolvido o imbróglio sobre quais atletas iriam representar o país, nenhum brasileiro subiria ao pódio, sendo que a maioria obteria baixo desempenho.

¹⁵ Identidade cultural urbana de adesão afetiva de um indivíduo a uma agremiação futebolística (cf. DAMO, 2007).

Enquanto enfrentava percalços junto aos dirigentes esportivos brasileiros no sentido de explorar politicamente os espetáculos esportivos, o governo Vargas também encontrava dificuldades para “oficializar” os esportes no país. Ainda em 1934, ano de realização do Mundial de futebol na Itália, um primeiro projeto de “oficialização” dos esportes no Brasil foi proposto, a ser empreendido por meio da criação do Conselho Supremo de Esportes, composto pelos Ministérios da Guerra, Marinha e Educação e Saúde Pública, e um delegado de cada um dos grupos dissidentes. O projeto foi rechaçado por dirigentes esportivos que questionaram a composição majoritária política do Conselho. Em 1936, após o fiasco brasileiro em Berlim, o deputado paranaense Paula Soares elaborou o projeto de lei de “oficialização” autoritária dos esportes, dando amplos poderes de intervenção ao governo junto aos esportes, algo também negado pelos representantes dos clubes e entidades esportivas.

Em 1937, por atuação do próprio Vargas, buscou-se apressar o projeto de intervenção dos esportes, enquanto os governistas da CBD e os dissidentes se propuseram a reunificar a organização esportiva nacional. Divergências políticas quanto à intensidade e ao órgão de “oficialização” dos esportes sustentadas, principalmente, por correntes políticas que compunham o governo Vargas, em especial por representantes do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), órgão que em 1939 foi transformado em Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e do Ministério da Educação e Saúde Pública, revelavam a ênfase em duas concepções político-sociais do esporte, a saber: como espetáculo de massas e de propaganda, e como educação física e cívica. A instauração do Estado Novo possibilitou a elaboração de um plano de “oficialização” dos esportes a partir das concepções pedagógicas de esporte, sustentadas, sobretudo pelo

Ministério da Educação e Saúde Pública com apoio das Forças Armadas. Evidência nesse sentido pode ser encontrada na Constituição Federal que inaugurou essa nova fase do governo Vargas, cujo texto criou a Divisão de Educação Física subordinada ao referido Ministério. Por outro lado, a “pacificação” do “dissídio esportivo”, levada a cabo também em 1937, definiu uma estrutura nacional de organização dos esportes almejada e idealizada, principalmente, pelos clubes “dissidentes” e opositoristas à CBD, propiciando-lhes autonomia e controle na oferta dos espetáculos esportivos no Brasil, restando à Confederação Brasileira “[...] o comando da seleção brasileira em disputas internacionais, encargo que já controlava antes do pacto por ser a entidade brasileira filiada à FIFA” (DRUMOND, 2014, p. 79-80).

É dentro desse cenário de disputas políticas e clubistas, portanto, que o principal marco regulatório produzido pelo governo Vargas em relação aos esportes, qual seja, o Decreto-lei nº 3.199, também se ocupava, em menor escala, do espetáculo esportivo. A partir de 1941, o Estado alterou toda a estrutura organizacional do esporte brasileiro, vinculando-a, diretamente, ao poder executivo, tendo em vista a exigência de que os estatutos de clubes e entidades fossem redigidos a partir das bases definidas pelo CND como forma de superar os próprios percalços enfrentados pelo governo ao longo dos anos 1930 no sentido de institucionalizar o setor. Que se pese a relevância desse marco regulatório, ainda são escassas as produções que investigam sua real capacidade interventora nos clubes brasileiros, sobretudo em termos organizacionais.

Se os interesses difusos, tanto no plano político quanto entre as instituições esportivas privadas, caracterizaram o processo de “oficialização” dos esportes brasileiros como tenso e tortuoso, a ideologia totalitária na Alemanha

permitiu, por sua vez, que o Estado “nazificasse” o setor de maneira imediata e radical. Como vimos, em 1933, mesmo ano de ascensão de Hitler ao poder, o Estado totalitário alemão criou a KdF, cuja principal atuação teria sido a organização e o subsídio governamental de viagens de turismo em massa para os trabalhadores que, junto com as demais frentes de atuação, incluindo a da Repartição de Esportes, foi importante para tornar o nazismo socialmente atraente, evitando resistências, conseguindo novos adeptos, em suma, ideologizando a sociedade alemã.

Ainda em 1933, a institucionalização nazista dos esportes avançou no sentido de controlar as entidades privadas promotoras do espetáculo esportivo. Nesse sentido, o Partido Nazista indicou o coronel da SA, Hans von Tschammer und Osten, como chefe do Serviço de Esportes do *Reich*. Em uma de suas primeiras medidas no comando do Serviço de Esportes, em abril de 1933, Tschammer und Osten implementou a política segregacionista nazista no setor. A partir de então, os clubes, organizações esportivas e espaços públicos destinados à prática esportiva deveriam ser frequentados exclusivamente por “arianos”, restando aos “não-arianos”, sobretudo judeus e ciganos, apenas alguns clubes com instalações esportivas precárias, limitando consideravelmente suas oportunidades de competir e interrompendo a carreira de vários atletas desses grupos étnicos.

No ano seguinte, em 1934, Theodor Lewald, então presidente do Comitê Olímpico Alemão, foi afastado do cargo sob acusação de que seu pai seria judeu e que, portanto, sua ascendência não seria “ariana”. Em seu lugar, os nazistas escolheram o mesmo coronel da SA, Tschammer und Osten, com o claro objetivo de controlar a composição da delegação alemã para os Jogos Olímpicos de

Inverno e, sobretudo, de Verão, a serem realizados em 1936, respectivamente em Garmisch-Partenkirchen e Berlim¹⁶.

Embora tivessem criticado os Jogos em 1932, considerando-os “[...] um festival infame organizado por judeus [...]” (BACHRACH, 2000, p. 32), os nazistas assumiram a responsabilidade contraída em 1931 pela República de Weimar de sediar o evento em Berlim, considerando-o uma arena privilegiada de propaganda política (inter) nacional da “nova Alemanha”, moderna, progressista e pacifista, oposta àquela caracterizada pelas políticas de repressão política e cultural, de discriminação e expansionista empreendidas desde 1933. Se, por um lado, o racismo e a militarização da sociedade empreendida pelos nazistas conflitava com o moderno ideal olímpico humanista e pacifista engendrado pelo Barão Pierre de Coubertin, fomentando discursos de boicote aos Jogos de 1936, a manipulação dos órgãos de propaganda e censura permitiu que os alemães colocassem o olimpismo e o antigo caráter sagrado dos Jogos a serviço da política e da ideologia estatal por meio de uma “[...] associação simbólica entre a Grécia Antiga, como berço da civilização ocidental, e a ‘nova’ Alemanha” (CORNELSEN, 2002, p. 323). A construção dessa anacrônica ponte entre a tradição clássica grega, tida por muitos como inquestionável, e o Estado nazista se verificou na ritualização dos Jogos Olímpicos de Berlim, como, por exemplo, na pioneira encenação da corrida de revezamento da tocha olímpica partindo de Olímpia até a capital alemã,

¹⁶ Os Jogos Olímpicos de Inverno realizados em fevereiro de 1936 em Garmisch-Partenkirchen podem ser considerados como uma espécie de ensaio nazista para os Jogos Olímpicos de Verão realizados em agosto do mesmo ano em Berlim. Dado o menor porte e expressividade dos Jogos de Inverno, nos concentraremos aqui nesse segundo evento. Para maiores informações sobre os Jogos de Garmisch-Partenkirchen, ver Bachrach (2000).

ressignificando o ritual sagrado grego de se acender a fogueira do sacrifício no altar de Zeus, em Olímpia. Ou ainda nas colossais esculturas ornamentais do Complexo Olímpico berlinense, produzidas a partir da concepção nazista de arte que congregava o ideal de beleza grego fundamentado na harmonia entre corpo e espírito, contextualizado com elementos nórdicos, exemplos estereotipados da suposta forte, superior e absolutamente bela “raça ariana”.

Apesar dessa clara instrumentalização política dos Jogos Olímpicos de Berlim, a imprensa alemã foi devidamente instruída a representá-los como um evento “apolítico”. Para tanto, explorou-se, em grande medida, o pretenso caráter pacifista das Olimpíadas gregas, sobretudo a chamada “trégua sagrada”, armistício entre as cidades-estados helênicas durante um período que antecedia e se estendia durante a realização dos Jogos, possibilitando a circulação de atletas, parentes e peregrinos pela Grécia Antiga. A Guerra Civil Espanhola, deflagrada semanas antes do início das Olimpíadas de 1936, permitiu à pré-censurada imprensa alemã difundir a ideia da “paz olímpica” dentro de uma moldura de guerra. Nesse sentido, o conflito espanhol foi representado como contraponto político e belicoso ao Estado nazista promotor de um evento pacifista, escamoteando o reestabelecimento do serviço militar obrigatório alemão, a invasão da Renânia e a ajuda hitlerista às tropas do general espanhol Francisco Franco, manobras expansionistas empreendidas pelos nazistas ainda em 1936. Além disso, os símbolos e publicações segregacionistas, sobretudo antisemitas, foram retirados dos espaços públicos berlinenses, e as prisões a estrangeiros homossexuais e “não-arianos” foram proibidas pelo governo durante a realização dos Jogos no país.

Essas estratégias propagandistas associadas ao inédito primeiro lugar dos alemães no quadro geral de medalhas dos XI Jogos Olímpicos permitiram que os anfitriões concretizassem seus objetivos com a promoção desse evento esportivo internacional, legitimando, assim, a política intervencionista sobre o setor esportivo, contribuindo para que os próprios nazistas intitulassem seu regime como “Estado Total”. Enquanto isso, o consenso político e esportivo brasileiro a partir de 1937 também permitiu ao governo Vargas instrumentalizar politicamente a participação brasileira na III Copa do Mundo de futebol da Fifa, realizada na França em 1938, último evento esportivo internacional de significativa importância antes da eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945) e que, pela primeira vez, não foi ofuscada pelas disputas dos clubes e entidades de organização do esporte nacional. Na ocasião, o Estado concedeu altas subvenções à CBD, constituindo-se em um “mecenas” da delegação brasileira, além de ter se vinculado simbolicamente à seleção de diversas outras maneiras, sobretudo durante a campanha que proporcionou à representação nacional a inédita terceira colocação na competição.

Entretanto, a ausência de uma ideologia oficial de cunho teleológico como a do “mito ariano” possibilitou que o governo sustentasse, a um só tempo, políticas eugênicas, semelhantes àquela adotada pelos nazistas, e políticas culturais de apologia à miscigenação. Nesse sentido, a vitoriosa seleção brasileira na Copa de 1938 foi associada à composição pluriétnica da equipe e, sobretudo, à atuação de jogadores com trajetórias de ascensão social por meio do futebol, considerando-os como símbolos nacionais, o que permitia a sustentação do discurso de “elogio à mestiçagem” e de uma pretensa unidade social e “racial” heterogênea brasileira. Assim, o “[p]ragmático [Vargas], sonhava com o perfil

atletico grego enquanto se aproveitava das conquistas mestiças” (SANTOS, 2000, p. 164).

Por isso, não é de se estranhar o interesse do Presidente da República do Brasil em se associar ao maior destaque futebolístico dos anos 1930 e 1940, Leônidas da Silva, cujo apelido, “Diamante Negro”, fazia menção a sua própria característica fenotípica. Em contrapartida, Adolf Hitler conduzia-se, sem reservas, a partir da ideologia teleológica do “arianismo”. Embora oito medalhas de ouro tenham sido conquistadas por atletas norte-americanos negros durante os Jogos Olímpicos de Berlim, com destaque para o popular corredor Jesse Owens, que conquistou metade dessas medalhas, desafiando o “mito da superioridade ariana”, Hitler e as demais lideranças nazistas optaram por associar suas imagens à espetacular patinadora norueguesa Sonja Henie, campeã mundial entre 1927 e 1937 e medalhista de ouro durante os Jogos de Garmisch-Partenkinchen, dado o seu perfil nórdico semelhante ao padrão “ariano” nazista.

Figura 3 – Getúlio Vargas recepciona o futebolista Leônidas da Silva (Rio de Janeiro, 1939)



Fonte: O Globo Sportivo, 11 fev. 1939 (SOUZA, 2008, p. 204)

Figura 4 – Adolf Hitler cumprimentando a patinadora Sonja Henie no Palácio de Gelo (Munique, 1934)



Fonte: World Figure Skating Museum (BACHRACH, 2000, p. 78)

A eclosão da II Guerra Mundial impossibilitou que o projeto de instrumentalização política dos esportes fosse ainda mais enfático e exitoso nos dois países, tendo em vista a suspensão da realização das edições da Copa do Mundo de futebol de 1942 e 1946, sobretudo se levarmos em consideração que, ainda em 1938, durante o Congresso da Fifa realizado em Paris, a CBD, apoiada pelo governo estado-novista¹⁷, candidatou-se como sede do próximo campeonato internacional de futebol, disputando essa prerrogativa com a própria Alemanha nazista. Entretanto, a conjuntura política de cada país também contribuiu para distanciar as intervenções empreendidas por Hitler e Vargas em relação ao setor esportivo. O protagonismo alemão no conflito bélico mundial iniciado em 1939 interrompeu boa parte das políticas nazistas em relação aos esportes, uma vez que, a partir de então, o Estado passou a organizar a sociedade para os “esforços de guerra”. A pouca atuação esportiva brasileira durante o

¹⁷ Evidência nesse sentido é o fato de que a Confederação Brasileira estava presidida, na ocasião, por Luiz Aranha.

conflito internacional não interrompeu, contudo, a conversão dos espetáculos esportivos em eventos cívicos. Após 1939 o Estado Novo reorientou suas ações em relação ao espetáculo esportivo, explorando, a partir de então, a construção e utilização de Estádios de futebol como espaços físicos e simbólicos para a comemoração de datas cívicas, com destaque para o Estádio São Januário no Rio de Janeiro, de propriedade do Clube de Regatas Vasco da Gama, e do Estádio Municipal de São Paulo, o Pacaembu. Enquanto o primeiro foi palco do anúncio do salário mínimo em 1940 e da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1941, além de comemorações do Dia do Trabalho, a inauguração do Pacaembu em 1940 constituiu-se em um festejo cívico de enaltecimento e simbologia do progresso e do desenvolvimento econômico do país¹⁸, caracterizando-o, a partir de então, em uma arena privilegiada para o regime se autopromover.

Como procuramos demonstrar no presente texto, apesar das aproximações teóricas presentes na Alemanha nazista e no governo varguista em relação ao universo esportivo, as relações entre esporte e Estado autoritário e conservador nem sempre foram homogêneas, sobretudo se considerarmos as especificidades dos regimes políticos e dos contextos nacionais analisados. Utilizando uma mesma matriz político-social, tanto nazistas quanto varguistas conceberam o esporte como uma ferramenta política de eugenia, integração nacional, militarização da sociedade e aumento da produtividade do trabalhador. Assim, a ênfase pedagógica e militarista relacionada à prática esportiva, e a conversão dos espetáculos esportivos em eventos cívicos pautaram as principais medidas políticas relacionadas à institucionalização do setor nesses dois países.

¹⁸ Para uma análise da cerimônia de abertura do Pacaembu, ver Negreiros (2003).

Por outro lado, o caráter totalitário com que se revestiu o Estado alemão a partir de 1933, permitiu a “sincronização” ou “nazificação” das organizações estatais e sociais alemãs à ideologia oficial do “mito ariano” já nos primeiros meses de ascensão do Partido Nazista ao poder por meio de uma dupla institucionalização: i) a nomeação de um membro do Partido e da milícia paramilitar para o comando das entidades, estatal e privada, de organização do esporte de espetáculo (Serviço de Esportes do *Reich* e Comitê Olímpico Alemão); e ii) estimulando a prática esportiva pedagógica e militarista em diversos setores da sociedade através de treinamento paramilitar de estudantes e trabalhadores nas instituições de ensino, na Juventude Hitlerista, na Frente Alemã para o Trabalho e na própria SA. Essa dupla intervenção institucional nazista possibilitou ao governo utilizar, sobretudo, os Jogos Olímpicos de 1936, sediados em Berlim, como uma “vitrine” da “nova” Alemanha. Tal evento coroou toda essa “nazificação” do setor esportivo nacional, evidenciando esse controle pretensamente total sobre a sociedade alemã.

Enquanto isso, a instrumentalização política dos esportes no Brasil empreendida pelo governo Vargas teve de enfrentar diversos interesses manifestados tanto no âmbito privado, entre clubes e associações esportivas, como também a nível estatal, entre correntes políticas governistas. Dentro do Estado, as disputas entre as pastas políticas evidenciam a ausência de consenso sobre a concepção político-social de esporte que deveria prevalecer no governo. Do ponto de vista da organização privada do esporte nacional, o “dissídio esportivo” motivado por disputas políticas pela dominância do setor frustrou as tentativas do governo em se associar simbolicamente às representações brasileiras nas competições internacionais em 1934 (Copa do Mundo de futebol na Itália) e

1936 (Jogos Olímpicos de Berlim), servindo, propriamente, como uma propaganda negativa ao governo. Mesmo quando o governo conseguiu se apropriar politicamente da Copa do Mundo de 1938, a ausência de uma ideologia oficial de cunho teleológico permitiu que o governo negasse sua política eugênica apoiando-se em uma construção identitária nacional difusa ao explorar o sucesso da seleção de futebol como símbolo da pretensa unidade social (pobres e ricos) e "racial" ("raça" miscigenada) brasileira, contrariando as teorias racistas tradicionais.

Assim, comparando institucionalmente os esportes na Alemanha nazista e no Brasil varguista, percebemos que, apesar das aproximações e influências entre os dois casos, nenhum regime político deve ser tomado como mera reprodução ou cópia fiel de outro.

PRÍNCIPE ESPORTE CLUBE: ESPECULAÇÕES SOBRE A GESTÃO ESPORTIVA À LUZ DOS APONTAMENTOS DE MAQUIAVEL¹

O esporte é um fenômeno complexo, polissêmico, multifacetado e atualmente é estudado por grande número de áreas do conhecimento. É possível verificarmos inter-relações entre o esporte e a educação, cidadania, saúde, economia, mídia, direitos humanos e, dentre tantos outros assuntos possíveis, também a política.

Quanto ao aspecto político, interessa-nos explicitar algumas relações existentes entre as disputas no Campo esportivo, especialmente, os conflitos inerentes as batalhas políticas pela vitória e conquista e manutenção do poder neste cenário. Em outras palavras, faremos algumas especulações sobre as relações do esporte com a guerra e a política pelo poder. Para tanto, recorrer-se-á ao livro *O Príncipe* (Maquiavel, 2013)² como fonte principal de análise sobre os elementos necessários para a conquista e manutenção do poder e, em seguida, serão realizadas algumas especulações a respeito da transposição destes elementos, quando condizentes, obviamente, à gestão esportiva em níveis estruturais como os municipais, estaduais, nacionais e mundiais e das instituições esportivas, como federações, confederações e clubes.

¹ Rodrigo Pojar Paiva (PUC/SP); Adriano José Rossetto Junior (PUC/SP); Lucia Maria Machado Bógus (PUC/SP)

² Escrito em 1513, cuja primeira edição foi publicada postumamente, em 1532.

Os estudos de Martini (2009) relatam certa aproximação entre o esporte e a guerra. Certos aspectos demonstrados como congruentes entre tais fenômenos são o treinamento, o ataque e a defesa, força e fraqueza, vitória e derrota, estratégia e tática, companheiro/aliado e oponente/inimigo. Notadamente, tanto o esporte quanto a guerra são orientados por um sistema organizado de princípios que os submetem indiscutivelmente a tais aspectos.

Cumprir sinalizar que tais elementos estão igualmente presentes no contexto das disputas políticas. Todos estes termos são absolutamente cabíveis quando da análise de um confronto pelo poder nos mais diversos palanques eleitorais do mundo, sejam de disputas pelo poder público, como também das instituições esportivas.

Os motivos e sentidos pelos quais governantes e gestores, capitães e técnicos, povos e times iniciam e se empenham em guerras, esportes ou embates políticos são distintos. Já os mecanismos de disputa, ao contrário, são bastante semelhantes.

Recorremos ao conceito de guerra de Von Clausewitz (1979, p. 73), que indica que “objetivo imediato é o de abater o inimigo a fim de o tornar incapaz de toda e qualquer resistência”. Podemos inferirmos que tais semelhanças, se cautelosamente observadas, conduzem diferentes atores tanto ao campo da guerra, como do esporte. Ainda, “a guerra é, pois, um acto de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (Ibidem).

Minimizando a forte impressão que nos causa a associação entre esporte e violência, alguns eufemismos dariam conta de convencer-nos de que no esporte o objetivo é vencer/superar o adversário a fim de torná-lo incapaz, dentro do

conjunto de regras previamente estipuladas e acordadas mutuamente, de qualquer resistência ou nova forma de superar-nos.

Como forma de retrair brevemente a origem do esporte que as sociedades modernas conhecem e praticam, relacioná-lo aos elementos bélicos que este texto especula, ainda que de forma mais genérica do que precisa, é possível inferir que o esporte moderno surge na transição dos séculos XVIII para o XIX, da transformação de antigos jogos populares que aconteciam nas escolas inglesas, durante os quais os filhos das famílias da aristocracia realizavam práticas corporais ressignificadas, que se separavam/distanciavam das ocasiões e funções sociais (festividades agrárias, religiosas, comunitárias) às quais os jogos camponeses estavam diretamente ligados.

Obviamente, os jogos que os camponeses praticavam tinham significados/ representações distintas das que lhes foram atribuídas com o advento do esporte moderno. No entanto, isso não equivale a uma compreensão ingênua em relação aos jogos. A essência da prática dos jogos era a mesma da prática do esporte: disputar (inclusive disputas físicas com risco de morte), vencer (a busca pela vitória e sobrepujança ao adversário é inerente a todo jogo), celebrar (certificar e notificar a capacidade de superação). Se as ocasiões e formas e regras de jogos eram outras, as características das disputas, aparentemente, não.

O esporte, que fora "inventado" nas escolas inglesas, ganha popularidade e, em pouco tempo, se espalha por toda a Europa e pelo mundo, tornando-se, num curto período de tempo, a principal expressão da cultura corporal de movimentos e fonte de lazer humano. O esporte, com origem nos jogos ancestrais/ populares teve, dentre outros, o objetivo de contribuir para o autocontrole físico/corporal, reduzir a agressividade e promover certos valores de

não violência ou, em alguns casos, de regerar/controlar a violência inerente a certos tipos de jogos corporais praticados, especialmente, pelos jovens (ASSIS, 2005).

Se os pesquisadores da área do esporte e Educação Física não foram suficientemente profundos nas análises sobre os novos significados dos jogos, então reconfigurados de forma esportiva, os sociólogos o fizeram muito bem.

Elias e Duning (1995) utilizam estas características de controle regrado do corpo e diminuição gradativa da violência para elucidar o advento do esporte. Desvelam ao leitor o papel da racionalização, por meio de regras rígidas e universais, e do controle da violência por parte do estado como fatores explicativos que potencializaram a mundialização do esporte.

Segundo os autores umas das características mais evidentes das práticas esportivas é a disputa quase bélica pela vitória. A competição é a essência da experiência esportiva. São confrontos que envolvem força física ou proezas de tipo não militar. A maneira encontrada para minimizar os riscos de danos físicos é submeter os praticantes a certos e determinados tipos de comportamentos regrados que os compelem a um ou outro tipo de ação dentro deste regulamento. Diante destas configurações modernas das práticas corporais é interessante notar a inquietação causada em Elias e Dunning (1995):

Que espécie de sociedade é esta onde cada vez mais pessoas utilizam parte de seu tempo de lazer na participação ou na assistência a estes confrontos não violentos de habilidades corporais a que chamamos desporto? É claro que, em alguns desportos, existem áreas pouco nítidas onde a violência se pratica. Mas, na maioria dos confrontos desportivos, as regras existem com a finalidade de manter estas práticas sob controle (p.40-41).

Os mesmos autores chegam a correlacionar as práticas esportivas às atividades bélicas. Associam a vitória esportiva a uma representação simbólica da vitória de uma guerra, desta vez, sem sangue e absolutamente regrada como mecanismo legal e legítimo de combate entre os Estados.

Talvez o fulcro do debate seja esse. Na sociedade moderna o esporte se apresenta como o simulacro da guerra.

Os Estados recorrem às práticas esportivas como forma de evidenciar uma espécie de soberania do corpo, mas principalmente da ideologia político-econômica, como observou-se durante a guerra fria com as disputas entre o bloco capitalista contra o bloco comunista. Uma soberania, portanto, supranacional. Um Estado comprovadamente superior ao outro sem a necessidade de sabres ou sangue, bombas ou espadas. Cada medalha conquistada representa vitória da Nação carregada de orgulho ideológico sobre o inimigo. Batalhas no campo esportivo que representavam vitórias e sobrepujança sobre o "inimigo", mas, ao menos, com vidas poupadas.

A declaração do atleta americano do Decathlon, Bob Mathias, citado por Waddington (2006, p.29) demonstra a alteridade da representação dos Jogos Olímpicos e o nexos das disputas esportivas com a guerra, "Havia muito mais pressão nos atletas americanos por causa da participação dos russos [...] Eram de certo modo um inimigo real. Você simplesmente amava vencê-los, tinha que vencê-los [...] Esse sentimento era forte no time inteiro".

"O esporte [...] transformou-se numa extensão da competição política, militar e econômica que caracterizou relacionamentos entre os superpoderes e seus blocos associados" (WADDINGTON, 2006, p. 29).

É possível ainda recorrer à definição e caracterização de Estado de Habermas (1995) para ampliar a compreensão das afirmações supracitadas. Para este autor, Estado compreende ao mesmo tempo um território nitidamente definido e delimitado, abrangendo a totalidade de seus cidadãos e dotado de atividade administrativa que garanta soberania intra e inter-fronteiras. Também Habermas apoia-se nas características de racionalização administrativa e meios legítimos de violência controlada (note o leitor, que ambas são emprestadas às práticas esportivas). Se adotarmos os conceitos de soberania, compreendidos como autoridade política, mais uma vez poderemos compreender por que motivos os esportes representam simbolicamente a guerra entre Estados anunciada por Elias e Duning (1995).

Até aqui, os argumentos apresentados sinalizam interpretações e inferências que insinuam intersecções entre o esporte e a guerra. Entretanto os pontos que mais nos interessa debater é se e em que circunstâncias, os mecanismos adotados para a ascensão ao controle do poder do Campo esportivo, que se busca na guerra, podem ser transpostos ao contexto esportivo.

A pergunta acima, de Elias e Duning (1995), sobre que tipo de sociedade é esta que tanto se dispõe livremente à prática e assistência de combates físicos, quase bélicos, repletos de riscos e representações simbólicas, nos conduz, ainda, a uma outra indagação: em uma sociedade tão inclinada à esportivização seria possível assumir, gerenciar, manter, controlar uma instituição esportiva com seus membros, ministros, secretários, presidentes, assessores, gerentes, entre tantos outros, à luz dos ensinamentos maquiavelianos?

Entendemos, que existe uma relação entre as formar de governar e gerenciar o esporte e os pressupostos de Maquiavel. Para esclarecer os nexos de tal obra clássica da política e o atual estágio do esporte é fundamental recorrer minuciosamente às indicações de Maquiavel.

Tomemos com o ponto de partida que qualquer soberano, príncipe ou dirigente esportivo deve conhecer aqueles a quem pretende governar.

Nem quero que seja considerada presunção se um homem de baixa e ínfima condição ousa regular e discorrer sobre o governo dos príncipes, porque, assim como aqueles que desenham paisagens põem-se baixo, no plano, para considerar a natureza dos montes e dos lugares altos, e para considerar aquelas de baixo põe-se alto, sobre os montes, similarmente, para conhecer bem a natureza do povo é preciso ser príncipe e, para conhecer bem aquela do príncipe, é preciso ser povo (MAQUIÁVEL, 2013, p. 8).

Ora, o bom líder deve conhecer de forma nítida e desvelada a realidade dos que lidera. Um bom gestor esportivo deve entender as múltiplas e complexas inter-relações entre os membros de sua equipe. Será possível administrar, gerir e obter bons resultados de uma instituição esportiva, um ministério, uma Federação Internacional se, e somente se, o gestor for capaz de reconhecer quem são seus “súditos”, seus funcionários, seu “povo” e espectadores.

Nos casos em que um ministro ou partido se perpetuam à frente de um ministério ou secretaria, como um príncipe à frente de um povo, é notadamente mais fácil mantê-la coesa e disposta a lutar, batalhar, vencer em nome da tradição do partido, do ministro ou do presidente do que em situações em que há rotatividade de governante e gestores. E este governante e gestores poderão,

ainda, com certa tranquilidade, transmitir seus poderes de gerenciamento a outrem de dentro dos limites das muralhas simbólicas do partido, ministério, pasta, secretaria, ou federação, desde que observadas as condições de vigilância contínua, correção de pequenos desvios dos subordinados. Caso haja alguma intercorrência e, em virtude dela, o governante (Presidente de federações e clubes; Ministros, Secretário de Esporte) venha a perder sua posição, serão necessárias poucas adversidades para que, com pouco esforço, retome seu lugar de origem.

Sobre isso, ensina-nos Maquiavel (2013):

[...] nos Estados hereditários e acostumados ao sangue de seu príncipe são menores as dificuldades para mantê-los do que nos novos, porque basta somente não desprezar a ordem de seus antecessores e depois contemporanizar com os acidentes; de modo que, se tal príncipe é medianamente capaz, sempre se manterá em seu Estado, a menos que uma extraordinária e excessiva força o prive de seu Estado; e privado que seja, assim que algo de sinistro ocorre com o ocupador, recupera-o (p.10).

Facilidades como estas não se apresentarão àqueles governantes, gestores, presidentes, secretários ou quaisquer outros que assumam uma instituição, mas que não façam parte, inicialmente à linhagem daqueles que já lá estavam.

Basta que se verifique no cenário mundial os incontáveis exemplos de perpetuidade no poder das instituições esportivas.

O mesmo partido administra o esporte no país há décadas. Desde a criação do ministério dos Esportes praticamente uma única legenda esteve à frente da pasta, o PCdoB.

Apenas para explicitar ao leitor algumas instituições nacionais (CBF, COB, CBV) e internacionais (FIFA, COI, FIA, IAAF), também os clubes esportivos do país, que não caberiam no espaço deste texto, tem pouca ou nenhuma rotatividade dos dirigentes. Quando o fazem simulam mudanças no campo superficial que em nada reconfiguram as verdadeiras estruturas de poder. Tal continuidade de poder revestida de substituições simuladas representa claramente a assertiva de Giuseppe de Lampedusa ao demonstrar, no clássico *O Leopardo*, o mecanismo de manutenção do poder: “é necessário que tudo se transforme para que nada se modifique”.

A manutenção do poder de um principado ou instituição esportiva sempre será mais fácil que a conquista de um novo, como já asseverava Maquiavel no século XVI.

É no novo principado onde se encontram as grandes dificuldades. Na nova Federação, no novo ministério ou clube é que o gestor enfrentará adversidades às quais deverá estar preparado. Cabe-lhe, logo entender, que será bem aceito de início porque os homens mudam com frequência, gosto e vontade de senhor sob a eterna expectativa de melhorarem sua condição miserável. Assim, funcionários de carreira, atletas, assessores, administradores e burocratas do esporte veem-se esperançosos diante da chegada de um novo dirigente, um novo príncipe gestor. Essa esperança os faz, no caso da guerra, pegarem em armas para empossar o novo príncipe, o dirigente do momento. Mas no caso do esporte, os súditos funcionários se manifestam, conclamam e elegem um novo dirigente.

Este ato ocasiona dois problemas, segundo Maquiavel: 1) parte dos gestores, funcionários e atletas que se posicionam a teu favor tem, em primeiro lugar, que demeritar o dirigente antecessor, injuriando-o até que seja deposto e

para isso enfrentar a outra parte satisfeita com o dirigente, ministro, ou presidente atual e; 2) ao ascender à direção da instituição ou cargo público o novo gestor deverá enfrentar de forma ofensiva aqueles que se opuseram à sua vinda, mas ao mesmo tempo não poderá desfrutar pacificamente da amizade dos que lhe aclamaram líder, uma vez que a este não será possível satisfazer todas as expectativas daqueles.

Esta talvez seja uma das ações mais paradoxais de assunção do poder em um novo principado, uma nova instituição esportiva. A impossibilidade de agradar e atender plenamente os que te apoiam de imediato, ao mesmo tempo em que é imprescindível o apoio incondicional deste povo para a manutenção do poder. A insolubilidade deste paradoxo resulta na frustração de apoiadores e injuriados, o que para Maquiavel, aumenta o risco de que se perca o poder.

Mas se o que se busca é utilizar os conceitos maquiavelianos nesta empreitada, cumpre considerar que ao assumir um ministério, uma federação ou clube esportivo cabe ao novo dirigente, presidente, ou gestor eliminar prontamente toda a linhagem do predecessor, mas mantendo as mesmas condições, ou melhores, aos que lhe prestaram serviço (MAQUIAVEL, 2013, p.12).

Sob esta perspectiva um novo dirigente deve, assim que possível, demitir todo o corpo diretivo. Substituir todos os assessores. Subjugar todos os outros profissionais que desfrutem de quaisquer méritos perante o corpo de funcionários ou a opinião pública. Também é uma estratégia eficaz que minimiza possibilidades de reivindicações ou resistências internas.

Tais ações são extremamente frequentes nas instituições esportivas e políticas. O Brasil é palco constante destas arbitrariedades. Basta que se verifiquem as modificações que ocorrem quando um ministro, um secretário, governador,

prefeito, enfim, assume o cargo em substituição a outro partido ou gestor. De imediato demite todos os que de alguma forma demonstravam fidelidade ao antecessor. Modificam programas. Substituem equipes inteiras. Nos clubes não é diferente, a nova presidência e diretoria demite os funcionários, técnicos e atletas. Seguem à risca a cartilha maquiaveliana, mesmo que a desconheçam.

Deverá, ainda, manter-se atento às desordens que possam ocorrer durante esta transição até que seja possível livrar-se de todos os dissidentes, afinal, “estando presente, caso venham a nascer as desordens imediatamente podem ser remediadas” (Ibidem, p13).

O gestor que observa o surgimento de um conflito entre seus subordinados, soluciona-o imediatamente e antevê as sementes que germinarão um novo desentendimento tem maiores possibilidades de manter-se no poder e conquistar os objetivos esportivos/políticos a que se propõe.

Impedindo que os conflitos que ainda não germinaram se desenvolvam o gestor poderá facilmente manter seu poder. No entanto, caso se espere e permita que eles atinjam condições descontroladas já será tarde. Pode tornar-se irremediável.

Ensina-nos Maquiavel que todas as ações de repúdio aos príncipes antecessores devem ser tomadas com rapidez, uma vez que jamais se deve adiar uma guerra. Protelar o combate só beneficia o inimigo. Toda a força e poder devem ser usados de uma única e implacável vez. Quem não o fizer estará permitindo que o inimigo político ou esportivo se fortaleça.

Pode o novo gestor, durante este percurso de implantação de novas diretrizes, leis, costumes e comportamentos, novas estratégias de administração e formação do grupo profissional de assessores e gestores precisar ser ajudado por

antigos e respeitados administradores, supervisores, funcionários ou atletas que lhe auxiliaram quando da sua chegada ao poder. Tal qual o príncipe pode governar melhor tendo por apoiadores os barões que são legitimados pelo povo. Pode, ainda, o dirigente, ministro ou secretário eleger de forma arbitrária novos apoiadores que não sejam reconhecidos como lideranças positivas pelos predecessores ou pela opinião pública, mas que julgue, por algum motivo, que lhes sejam úteis na administração e na manutenção de seu poder.

Mas o político ou dirigente esportivo deve estar atento ao fato de que, como o príncipe, ao governar com ministros estrangeiros indicados, as dificuldades encontradas para conseguir o reconhecimento de seu povo serão infinitamente maiores. O Príncipe (dirigente, ministro, secretário ou presidente) que submete toda uma nação (ou instituição) à arbitrariedade e torna seus gestores e funcionários alheios a realidade da instituição dirigida, conseqüentemente, poderá igualmente enfraquecer seus comandos e semear, ele mesmo, a insatisfação e dissidência. Assim, ao proceder dessa forma, incorre ainda outro risco, ou seja, oferecer poder demasiado a alguém de confiança duvidosa. Maquiavel (2013, p.9) adverte que “[...] quem é a causa de outro se tornar poderoso se arruína, porque esse poder provém ou da astúcia ou da força, e uma e outra dessas duas são suspeitas quando são a causa do poder alheio”.

O governante ou dirigente deverá, e é muito útil que assim o faça, percorrer os caminhos de sucesso trilhados por outros grandes homens que o antecederam. Espelhar-se nas obras, nos feitos, nos comportamentos, nas estratégias, nas equipes, nos programas adotados por aqueles que o antecederam e obtiveram glórias e conquistas memoráveis. Ainda que não os alcance, ou que seus feitos não sejam igualmente grandiosos, ao menos que se assemelhem aos

daqueles de tal forma que seu nome se eternize como símbolo de ousadia e poder. Exemplo, dessa prática é o esforço dos governantes brasileiros para sediar os megaeventos esportivos, como outros famosos fizeram para conquistar as glórias de grande estadista e perpetuar-se no poder, como Mussolini, Hitler e outros ditadores.

Bourdieu (1983) compreende o esporte como um meio potencial para a conquista política e simbólica. A maximização de sua influência com a realização de megaeventos esportivos, devido ao desenvolvimento e alcance dos meios de comunicação, revela as principais razões em tornar-se país e cidade-sede: criação e desenvolvimento de imagem global e exposição midiática regional, nacional e internacional. A utilização do esporte como meio de promoção política se dá de forma dissimulada (BOURDIEU, 1983). Porque as possibilidades de conversão do esporte em capital político, e, ainda mais específico, dos megaeventos, as intenções políticas não são necessariamente explícitas.

As elites dirigentes do esporte moderno buscam perpetuar sua posição de liderança no Campo esportivo, na tentativa descomedida de estabelecer o “monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva” (BOURDIEU, 1983, p.142). Atualmente, na disputa entre agentes, dirigentes e instituições que tem o poder de classificar práticas esportivas, o COI e a FIFA são entidades detentoras desse monopólio. Em relação a megaeventos, a percepção desse poder é evidente e clara quando os países, cidades, instituições nacionais e até mesmo a população se submetem a todas as exigências e encargos dessas organizações esportivas.

Com o subsídio teórico de Pierre Bourdieu, constata-se mais claramente que o esporte profissional e espetáculo, como dominante no Campo esportivo,

busca uma posição de dominância e/ou autonomia também no metacampo do Estado. Explicitando as intenções das relações que se estabelecem entre as entidades administradoras do esporte no país, notadamente o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com o Governo Federal brasileiro. Uma posição de maior destaque para as ações dessas instituições tem sido dada após a “conquista do direito” de sediar os megaeventos de 2014 e 2016, com a promulgação de leis de incentivo fiscal, aporte de recursos, criação do Ministério do Esporte, estabelecimento de parcerias e outras ações.

A fim de perpetuar-se na condição de dirigente ou presidente, é ainda fundamental depender o mínimo possível de quaisquer outras forças externas, que não as próprias.

A primeira a temer é a dos que lhe criaram condições, por interesse e favores, para tornar-se dirigente. Todos os que se lhe fizeram apoiadores de início, tornar-se-ão parasitas em busca de recompensas em pouquíssimo tempo. Aqueles que chegam ao poder ou por dinheiro e riquezas, ou por favor e graças, estarão eternamente submetidos a dois elementos extremamente volúveis: vontade e sorte dos que lhes forneceram o cargo. Esta fragilidade do poder não se desvela aos dirigentes esportivos, sejam ministro, presidente, secretário e até ao treinador de imediato. A perda do poder acontece como todas as coisas que existem na natureza e que crescem rapidamente sem fortalecer suas raízes e acabam se enfraquecendo e tombam diante da adversidade do primeiro outono, também a capacidade de manter-se liderando o principado esportivo dependerá da solidificação e enraizamento do absolutismo do novo poder. Desatentar para qualquer fato que possa minimamente enfraquecer o poder do novo Príncipe (ministro, presidente, secretário e outros) é como sepultar a si mesmo.

Outro aspecto fundamental é conquistar, assim que possível, o respeito e apoio da opinião pública. Aqueles que chegam ao comando das mais altas pastas políticas, das mais respeitadas federações e instituições esportivas por intermédio de outro dirigente ou por meio da força e poder arbitrários encontrará mais dificuldade em manter-se na liderança da instituição do que aqueles que são reconhecidos pela maioria como um líder. Um escolhido. Assim, não serão raras as circunstâncias e condições em que deverá demonstrar severidade contra os insurgentes que lhe contradigam.

Mas caso seja necessário injuriar alguém, que o faça contra outros dirigentes e não contra a população. Explica-nos Maquiavel (2013):

Não se pode com honestidade satisfazer os grandes, sem injuriar o povo, mas bem se pode o contrário: porque o povo tem fins mais honestos do que os grandes, querendo estes oprimirem e aqueles não serem oprimidos. Mais ainda, um príncipe não se mantém tendo o povo como inimigo, por serem muitos; contra os grandes pode manter-se, porque são poucos. O pior que pode esperar um príncipe, tendo o povo como inimigo, é ser abandonado por ele; mas dos grandes, uma vez inimigos, não somente deve temer o abandono, mas também que lhe venham contra (p. 45).

Um erro, que conforme Maquiavel pode acarretar na perda do poder, que políticos e dirigentes esportivos quase nunca comentem, é especular com gestores e ministros concorrentes, políticos adversários ou federações conflitantes, dando declarações, entrevistas, elogiando os que estão alhures em detrimento dos seus próprios funcionários, seu próprio povo. Minimizar seu reino enquanto fortalece outro é um comportamento que deve ser repudiado. Ainda, evitar atuar com força máxima contra alguma instituição pode acabar por fortalecê-la. Mais

uma regra maquiaveliana é de que o príncipe tem de fortalecer seu reino e em situações de vulnerabilidade proteger as partes com todas as forças, ainda que mantenha desprotegidas outras menos importantes.

Quando se observa a distância que se mantém estrutural entre os ministérios, as secretarias estaduais e municipais ou até federações fica evidente que as lições de Maquiavel são seguidas à risca. Ministros e Secretários de esporte não se relacionam de forma saudável ou cordial com os de Saúde e Educação. Aqueles que deveriam se conectar para promover políticas integradas de democratização do acesso ao esporte não o fazem, pois, uma vez se aproximando, tornam-se alvos uns dos outros. Ao menor sinal de dissidência passam a culpabilizar as outras pastas. Escolhem alguns programas-chave de seus governos/gestão e os insuflam, mesmo que por vezes acabem por relegar todos demais. A mesma estratégia é encontrada na direção dos presidentes dos clubes esportivos que na sua gestão atacam os outros como inimigos de morte, procurando demonstrar para seus “súditos” que defendem a sua instituição e odeiam o outro como forma de conquistar o apoio do seu “povo”.

Ora, mas se toda a batalha nos campos esportivos, políticos, administrativos da gestão esportiva são vencidas pela astúcia estratégica do príncipe, mas disputadas, jogadas, ou praticados pelo seu povo ou súditos, ou seja, funcionários e atletas, cabe ao príncipe dirigente e ao administrador do esporte escolherem com máxima atenção e dedicação quem os defenderá quando na condição de confronto, esporte ou guerra.

Há quatro formas de constituição dos defensores do reino (instituição, pasta, ou clube): milícias mercenárias, milícias auxiliares, milícias próprias e mistas.

Tomemos as milícias como equipes.

As mercenárias são aquelas que representam a instituição, federação, ministério, secretarias, ONGs e clubes, como os atletas do time, o treinador ou os gestores e funcionários que atuam exclusivamente em troca de pagamentos e retribuições financeiras. Não há nenhum outro vínculo com a instituição que não seja o salário. Durante os períodos de treinamento e competições se mostram ávidos e vorazes por seus altos salários, ainda que não haja nenhum comprometimento com os resultados de seus torneios. Trocam de equipes e clubes assim que lhes são oferecidos melhores rendimentos e condições. Vê-se esta cena frequentemente nos campeonatos esportivos, quando um atleta representa um clube e em outra temporada relata juras de dedicação e amor a outra instituição.

No cenário brasileiro o mercantilismo no comportamento dos técnicos e atletas de futebol evidencia claramente as relações de milícias mercenárias. Atuam em troca de salários vultosos, mas não se constroem em abandonar em quaisquer condições o diretor, o time e a torcida pelo clube adversário que oferece salários e condições melhores.

As equipes auxiliares são igualmente lesivas e inúteis no campo esportivo. Se caracterizam por forças emprestadas, como os jogadores de outras equipes que permanecem durante um curto período, emprestados, com contratos milionários lhes aguardando, ou realizando uma temporada para se manterem em forma e na vitrine do esporte, mas que igualmente mercenários, abandonam os ideais do clube e do treinador na primeira oportunidade que lhes é dada. Note-se, ainda que por pertencerem a outro grupo, outra equipe e clube, assim que possível prestarão um desserviço ao treinador que lhes solicitou ou lhes recebeu, uma vez que são temporariamente ajudantes, mas estruturalmente adversários.

Sobre estas milícias, equipes, jogadores, atletas, alerta Maquiavel (2013, p 61), “aqueles, portanto, que não querem vencer que se valham das armas auxiliares, porque são muito mais perigosas que as mercenárias”.

As equipes próprias são aquelas pertencentes exclusivamente ao clube. Atletas próprios, amadores que ascenderam ou profissionais que foram adquiridos definitivamente pelo clube. Aqueles que respeitam e trabalham a favor do treinador e, principalmente, ao dirigente esportivo. Preferencialmente são aqueles que torcem pelo clube e que tenham estabelecido quaisquer relações de virtude com o time para além da busca cega por rendimentos e recompensas. Ressalta-se, ainda, que mesmo que em determinadas condições a equipe própria não vença imediatamente a partida ou o torneio, continua a fortalecer o clube como patrimônio. Enquanto outros membros se distanciam forçosamente da equipe na primeira ou segunda temporada sem vitórias, como o soldado desertor que abandona o campo de batalhas após a explosão de uma única bomba.

Equipes mistas são compostas por atletas próprios, auxiliares e mercenários. Um príncipe sábio sempre fugirá dessas armas e se voltará às próprias (Idibem, p. 61).

No âmbito político administrativo o dirigente, administrador, político esportivo que utilize um pouco de agilidade mental tenderá a recorrer prioritariamente a seus exércitos próprios, formados e vinculados à ideologia e ao partido do gestor, do príncipe, do que apoiar-se em forças desintegradas de mercenários, parasitas políticos que buscam cargos e recompensas temporárias, que pouco ou nada se preocupam com a honra e história do príncipe.

Côncios sobre as diferentes maneiras de se constituírem exércitos e milícias, ou seja, suas equipes de gestores, funcionário ou atletas, resta ainda aos

governantes e dirigentes do esporte a busca constante pelo aperfeiçoamento da equipe, da condição de vencer o adversário, da competência de sair vitorioso da batalha/guerra político-esportiva. A forma de se alcançar tal mérito é por meio do treinamento constante, ininterrupto. O Príncipe (governante ou dirigente esportivo) deve estar sempre focado em como aperfeiçoar as habilidades da sua equipe, milícia. Seja realizando treinos técnicos e corporais, seja refletindo e elaborando novas estratégias, ou articulando parcerias, apoio e acordo políticos, treinador e equipe, príncipe e milícia, dirigente e gestor, deverão empenhar-se ativamente na busca pela vitória esportiva, administrativa ou política, com treinos físicos e mentais, formações profissionais, contratações, reuniões e articulações.

Sobre este aspecto cabe observar que o Príncipe (dirigente esportivo) “deve, portanto, nunca afastar o pensamento dos exercícios da guerra, e na paz mais se deve se exercitar do que na guerra, o que se pode fazer de dois modos: um com a ação e outro com a mente” (MAQUIAVEL, 2013, p. 67).

Quanto ao treino mental, o gestor pode observar a forma como seus oponentes políticos se comportaram historicamente contra sua instituição ou contra as outras de características semelhantes ou destoantes. Buscar a identificação de padrões do oponente, simular táticas de acordo com os comportamentos previsíveis do adversário, sejam esportivos ou políticos.

Diante de qualquer tipo de adversidade ou dissidência demonstrada pelos membros da equipe durante o decorrer dos embates no campo político-administrativo que de alguma forma lhe ameace o poder, o Príncipe esportivo age de forma disciplinar e de forma que suas atitudes possam, ao mesmo tempo, inspirar e persuadir todos aqueles de seu grupo. Todo o seu “povo”. Toda falta de comprometimento e desrespeito é punida com rigor, usando, se for indispensável,

certo requinte de crueldade, para que não cause indignação e intolerância nos demais partícipes do grupo. Gestores, funcionários e treinadores são demitidos sumariamente, atletas afastados, emprestados para outras instituições caso não demonstrem lealdade e fidelidade com o dirigente e seus ideais. Constata-se nas falas vazias dos “súditos” do esporte e na constrangedora submissão aos dirigentes. Ainda que lhe valha ser admirado e querido pelo povo, ser respeitado e temido render-lhe-á mais resultados e longevidade no cargo.

O que se pode verificar quando da observação dos mecanismos atuais de gestão das grandes instituições esportivas é que os ensinamentos maquiavelinanos são tão pertinentes e relevantes, quando utilizados, que parecem cumprir o papel de cartilha.

Nota-se que os dirigentes das instituições esportivas, seja elas governamentais, instituições privadas ou clubistas, esforçam-se de maneira sobre-humana para se perpetuarem no poder com mandatos infundáveis.

Tal qual sugeriu Maquiavel, ao assumirem as funções de líderes eliminam toda a linhagem do gestor anterior, substituem, demitem e nomeiam a sua equipe de trabalho com pessoas de confiança (como os Ministros ou Barões). São frequentemente autoritários e evitam depender de forças e poderes de outrem, mas quando se veem ameaçados em seus cargos de dirigentes, presidentes, secretários ou ministros organizam conluios e conchavos necessários com as forças mercenárias que visam incentivos financeiros em troca de apoio temporário ao gestor. Cria-se um cipóal de dívidas de favores. Para fortalecer o seu reino, os dirigentes e políticos esportivos buscam conquistar cada vez mais.

Negociam com a mídia e o governo que os fortalecem com capital e poder em troca de favores posteriores e retornos financeiros e também de poder.

A equipes administrativas, técnicas e atletas revelados pelos clubes agem como as milícias próprias do príncipe, que se empenham ao máximo pela glória de seu Estado (instituição ou equipe), sendo que as dissidências são rigorosamente punidas (afastados, expulsos, exonerados ou presos).

A permanência na presidência e diretoria dos clubes, das federações e confederações esportivas ou secretarias estaduais e municipais como resultado de eleições fraudulentas, conluíus e trocas de favores, contratos nebulosos, uso manipulado de mídias que negligenciam ou obscurecem informações, o enriquecimento ilícito e injustificável dos dirigentes e políticos, como na realização dos megaeventos esportivos que priorizam os conluíus, entre o poder público, empreiteiras e outras empresas parceiras beneficiadas com as obras para os pseudo-legados, são evidências incontestáveis que a gestão esportiva atual se coaduna com os princípios, regras e ensinamentos do Príncipe de Maquiavel.

REFERÊNCIAS (PARTE 3)

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e accountability: debate teórico e o caso brasileiro. AVARTE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 75 – 102, 2004.

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L; FERREIRA, R. P. Futebol e ferrovia: A história de um trem da industrialização que parte para o noroeste paulista. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 24, n. 2, p.249-259, 2010. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v24n2/v24n2a08.pdf> . Acesso em: 16 out. 2015.

ALVES, José Antonio Barros; PIERANTI, Octavio Penna. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.6, n.1, jan.-jul. 2007.

ARAUJO, B. Estreia da banda Queen no Brasil reuniu cem mil pessoas no Morumbi, em 1981 © 2015. O Globo. Rio de Janeiro, 16 set. 2015. Cultura, p. 1-1. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/estreia-da-banda-queen-no-brasil-reuniu-cem-mil-pessoas-no-morumbi-em-1981-17486276>. Acesso em: 23 nov. 2015.

ASSIS, S. (2005) Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica. 2. ed. Campinas: Autores Associados.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DESPORTOS (São Paulo). História. 2015. Disponível em: <http://www.portuguesa.com.br/home/pagina/historia>. Acesso em: 16 nov. 2015.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O ornitorrinco de chuteiras : determinantes econômicos da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais. 415 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BACHRACH, Susan D. The Nazi Olympics: Berlin 1936. Boston; New York; London: Little, Brown and Company, 2000. 136p.

BARROS, José D'Assunção. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. História Social, Campinas/SP, n. 13, p. 7-21, 2007.

BASTOS, F.C. Sport manager's fields of practice: propose of a model for Brazil. The FIEP Bulletin, Foz do Iguaçu, v.74, p.429-31, 2004.

_____. Administração esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil. Motrivivência, São Cristóvão, v.14, n.20-21, p.295-306, 2003.

BASTOS, F.C.; MAZZEI, L.C.; SARMENTO, J.P. Analysis of Brazilian sports management, congresses abstracts from 2005 to 2009. In: EUROPEAN CONGRESS OF SPORT MANAGEMENT, 19, 2011, Madrid: European Association for Sport Management, 2011.

BOURDIEU, P. (1983) Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO HISPANIC, 1., 1978, Paris. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136 - 153. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos_PS_Mest_2015/ELS/WM-Como_é_possível_ser_esportivo_P._Bourdieu.pdf. Acesso em: 05 out. 2015.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo, Questões de Sociologia, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>, acesso em: 20 de junho de 2015a.

BRASIL. Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Lei nº 11.438/06. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11438.htm>, acesso em: 20 de dezembro de 2015b.

BRASIL. Normas Gerais de Direito Financeiro. Lei 4.320 de 1964. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320compilado.htm> Acesso em 16 de novembro de 2015c.

BUENO, Luciano. Políticas Públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 296 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CALDAS, W. O Pontapé Inicial: Memória do Futebol Brasileiro (1894 - 1933). São Paulo: Ibrasa, 1990. 234 p.

CARVALHO, César Machado. Esporte como política pública: um estudo sobre o processo de formulação de política de esporte no Brasil. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral de administração, Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

COBERTURA do Morumbi - Laudo Natel. Direção de São Paulo. Produção de Canal Oficial do São Paulo Futebol Clube. Realização de São Paulo Futebol Clube. São Paulo, 2012. (8 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K_xK8sREbcQ. Acesso em: 18 nov. 2015.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. Esporte e discurso totalitário: os Jogos Olímpicos de Berlim e o discurso nazista na imprensa. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (Org.). Análise do discurso em perspectivas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p. 315-350.

CORNELSEN, Elcio. O lazer sob o jugo totalitário. I Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer – O Lazer em debate. Coletânea. Belo Horizonte: EEFETO/UFMG, 2014a, p. 270-273.

CORNELSEN, Elcio. Totalitarismo. Literatura e Autoritarismo. Literatura: Compreensão Crítica. n. 14, dez. 2014b. 9 p.

COSTA, André Galindo; PERES, Ursula Dias. Instituições participativas no Brasil contemporâneo: ensaios sobre teorias explicativas. In: XIX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2014, Quito. XIX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2014.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. Revista Horizontes Antropológicos, vol. 19, n.40, Porto Alegre, jul/dez. 2013.

DAMATTA, Roberto. Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira: Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982

DAMO, Arlei Sander. A diversidade futebolística e a dinâmica das emoções na versão espetacularizada. In.: Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França. SP: Aderaldo & Rothschild Ed., Anpocs, 2007, p. 33-67.

DAMO, Arlei Sander. OLIVEN, Ruben George. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. Revista Horizontes Antropológicos, vol. 19, n. 40, Porto Alegre, jul/dez. 2013.

De DECCA, Edgard, O nascimento das fábricas. São Paulo, Brasiliense, 1987.

DRUMOND, Maurício. Getúlio Vargas, São Januário e o 1º de Maio. In.: História(s) do Sport. Post em 13 fev. 2012. Disponível em <<https://historiadoesporte.wordpress.com/2012/02/13/getulio-vargas-sao-januario-e-o-1o-de-maio/>>. Acesso em 23 nov. 2015.

DRUMOND, Maurício. O esporte nos Estados Novos. In: DRUMOND, Maurício. Estado Novo e Esporte: a política e o esporte em Getúlio Vargas e Oliveira Salazar (1930-1945). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 61-102. (Coleção Visão de Campo)

DUARTE, O; VILELA, M. São Paulo FC: O supercampeão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011. 328 p.

DUNNING, E; CURRY, G. Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol. In: GEBARA, A. PILATTI, L. A. Ensaio sobre história e sociologia nos esportes. Jundiaí: Fontoura Editora, 2006. Cap. 2, p. 45 – 76.

DUNNING, Eric. Sociologia do esporte e os processos civilizatórios, São Paulo, Annablume, 2015.

ELIAS, N. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992. p 429. Tradução: Maria Manuela Almeida e Silva.

ELIAS, N.; DUNNING, E. (1995) A busca da excitação. 3. ed. Lisboa: Memória e Sociedade.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: DIFEL, 1987

FGV. CPDOC. Anos de Incerteza (1930-1937). No país dos tenentes. Clube 3 de Outubro. In.: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Rio de Janeiro, São Paulo: Fundação Getúlio

Vargas, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PaisDosTenentes/Clube3Outubro>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

FRANCO JUNIOR, H. A dança dos deuses: Futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 433 p.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

FRANZINI, F. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: PRIORE, M. D; MELO, V. A. de. História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Cap. 4, p. 107 – 131.

FREITAS, Maria Ester et all. Assédio moral no trabalho. São Paulo, Cengage Learning, 2008.

_____. Cultura Organizacional: identidade, sedução e carisma?. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

FUMAGAL, R. F; LOUZADA, R. O MODELO DE GESTÃO DO SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE. Razón y Palabra: Primera Revista Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación, Mexico, n. 69, p.1-35, 2009. Disponível em: [http://www.razonypalabra.org.mx/O MODELO DE GESTAO DO SAO PAULO FUTEBOL CLUBE.pdf](http://www.razonypalabra.org.mx/O%20MODELO%20DE%20GESTAO%20DO%20SAO%20PAULO%20FUTEBOL%20CLUBE.pdf). Acesso em: 07 out. 2015.

GALEANO, E. Futebol ao sol e à sombra. Porto Alegre: L&PM Editora, 2004. p 296. Tradução: Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito.

GAMBETA, W. R. A bola rolou: O velódromo paulista e os espetáculos 1895 – 1916. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade, São Paulo, UNESP, 1991.

GIULIANOTTI, R. Sociologia do Futebol: Dimensões Históricas e Socioculturais do Esporte das Multidões. 2. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 2010. 248 p. Tradução: Marcelo de Oliveira Nunes, Wanda Nogueira Caldeira Brant.

GUTERMAN, M. O futebol explica o Brasil: Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Editora Contexto, 2009. 270 p.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. Tecnoburocracia e classe social: algumas questões conceituais e mobilidade interna, RAE, Revista de Administração de Empresas, São Paulo, FGV, vol. 32, n, 1, jan/março 1992.

_____. Gustavo Luis. Alianças e grupos de referência na produção do conhecimento, Campinas, Autores Associados, 2005.

_____. Gustavo Luis. Gestão Comunicativa: maximizando criatividade e racionalidade, Rio de Janeiro, Qualitymark, 1999.

_____. Gustavo Luis. Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas, Campinas (SP), Autores Associados, 2001.

_____. Gustavo Luis. Por que é tão difícil participar?, São Paulo, Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa, Madrid, Taurus, 1999 (trad. Manuel Jiménez Redondo)

HELAL, R; SOARES, A. J; LOVISOLO, H. A invenção do país do futebol: Mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. 162 p.

HIRIGOYEN, Marie-France. El acoso moral: El maltrato psicológico en la vida cotidiana (tradução: Enrique Folch González), Buenos Aires, Paidós, 2006.

IBGE. IBGE Cidades@ São Paulo. Disponível em :<http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=sp>. Acessado em : 28 de setembro de 2015.

LINHALES, Meily Assbú. Jogos da política, jogos do esporte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas/SP: Autores Associados, 2001, p. 31-56.

LUCENA, R. F. O esporte na cidade. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. 153 p.

MAQUIAVEL, N. (2013) O príncipe. Tradução de Hingo Weber. 3 ed. Petrópolis: Vozes.

MÁQUINA DO ESPORTE. Disponível em <http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/fifa-aprova-orcamento-recorde-para-2014_11005.html>. Acesso em nov 2015.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTAGNER, P. C. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 20, n. 4, p. 637-648, 2009.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, L. G. O esporte paralímpico no Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas. São Paulo: Phorte, 2014.

MARTINI, T.D. (2009) Esporte e Guerra. Monografia (Bacharelado em Educação Física). UNICAMP.

MARX, Karl, El capital, México, Fondo de Cultura Económica, 1946 (trad. Wenceslao Roces)

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Civilização Brasileira, [1867] 2008.

MASCARENHAS, G. Entradas e bandeiras: A conquista do Brasil pelo Futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. 256 p.

MAZZONI, T. Problemas e aspectos do Nosso Futebol. São Paulo: Edições A Gazeta, 1939. 254 p.

_____. São Paulo Futebol Clube: Album Comemorativo da inauguração do Estádio "Cícero Pompeu de Toledo. São Paulo: Olympicus, 1960.

MENDES, Alessandra Dias. AZEVEDO, Paulo Henrique. Políticas públicas de esporte e lazer & políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora ou dois pesos e duas medidas. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 32, n. 1, Porto Alegre set. 2010.

MICHEL SERRA (São Paulo). São Paulo Futebol Clube. Morumbi 53 anos: Se é um sonho, que seja grande!: O Estádio Cícero Pompeu de Toledo completa hoje 53 anos de história. 2013. Disponível em: <http://www.saopaulofc.net/noticias/noticias/morumbi/2013/10/2/morumbi-53-anos-se-e-um-sonho,-que-seja-grande!/>. Acesso em: 09 nov. 2015.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: UNB, 1982.

MINISTÉRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO. Portaria de nº 42 de 1999. Discriminação das Despesas por Funções. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>> Acesso em: 03 de junho de 2015.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Conferência Nacional do Esporte: Documento final. Brasília: Ministério do Esporte, 2004.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. II Conferência Nacional do Esporte: Documento Final. 2006. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/documentoFinal.jsp>>. Acessado em: 28 de setembro de 2015.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. III Conferência Nacional do Esporte: por um time chamado Brasil. Documento Final. 2010. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/conferencianacional/default.jsp>>. Acessado em: 28 de setembro de 2015b.

MOREIRA, Regina da Luz. ARANHA, Oswaldo. In.: FGV. CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

MOSCA, Gaetano. La classe política. México, Fondo de Cultura Económica: 1992.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes e PEREIRA, L. C. Bresser. Introdução à organização burocrática, São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. ET all, Vida psíquica e organização, Rio de Janeiro, FGV, 2000.

_____. ET all. Teoria Geral da Administração, São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. O que é burocracia, São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. ET all. Impactos econômicos de megaeventos esportivos, Belo Horizonte, Casa da Educação Física, 2014.

NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. *História: Questões & Debates*, Curitiba, PR, n. 39, 2003, p. 121-151.

OLIVEIRA, Bruno Assis. HÚNGARO, Edson Marcelo. ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O crescimento do 'Terceiro Setor' no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. *Revista EFDeportes*, Buenos Aires (AR), vol. 15, n. 153, fev. 2011.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de, *História do trabalho*, São Paulo, Ática, 1987.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Bosco. A Política educacional como espetáculo : a construção dos Centros Educacionais Unificados em São Paulo. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, vol. 11, nº 22, dez. 2011.

PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: visões críticas. *Anais do III Encontro Paulista de Sociologia do Esporte*. Disponível em: <<http://200.144.182.130/ludens/index.php/pt/destaques/noticias/377-3-encontro-paulista-de-sociologia-do-esporte>> Acessado em: 02 de dezembro de 2015.

PACIOLI, F. L. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>, Acesso: 09 nov 2015.

PARETO, Vilfredo. *Tratado de sociologia geral*. In: Rodrigues, J. A. (org.), Vilfredo Pareto: sociologia. São Paulo, Ática, vol. 43, col. Grandes Cientistas Sociais, 1984.

PERES, Ursula Dias; FRACALANZA, Ana Paula; COSTA, André Galindo; RIZZI, Raquel. *Estruturas de Governança no Setor Público e a Gestão Participativa: Dilemas e Possibilidades no Brasil Contemporâneo*. In: Sílvia Helena Zanirato. (Org.). *Mobilização e Mudança Social: Experiências de Participação Política na Sociedade Contemporânea*. 1ed. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 12-35, 2014.

PERRONE, R. Dossiê do SPFC diz que Morumbi teve 4,5% de dinheiro público. 2011. Disponível em: <http://blogdoperrone.blogosfera.uol.com.br/2011/07/dossie-do-spfc-diz-que-morumbi-teve-45-de-dinheiro-publico/>. Acesso em: 17 nov. 2015.

PERRUCI, Fernando Falconi. *Clube-empresa: o modelo brasileiro para a transformação dos clubes de futebol em sociedades empresárias*. 2006. 288f. Dissertação

(Mestrado em Direito Empresarial) – Faculdade de Direito Milton Campos, Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2006.

PLOTKE, D. Representation is Democracy. *Constellations*, vol. 4, n° 1. Oxford: Blackwell Publishers, 1997. p. 19-34.

POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE. Ministério do Esporte. 2005. Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>> Acesso em: 02 de junho de 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento da Política Nacional do Esporte. São Paulo: Secretária de Imprensa e Porta-voz, 2005.

PRONI, M. W. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. *Revista Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 9, jul./out. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es904.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2008.

RATTON, J. J.; MORAIS, J. V de. FUTEBOL E SOCIEDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: VISÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 42, n. 1, p.8-10, 2011. Semestral. Disponível em: http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v42n1/rcs_v42n1ap.pdf. Acesso em: 26 ou. 2015.

REZENDE, José Ricardo. Manual completo de incentivo ao esporte: como elaborar projetos e captar recursos através da Lei nº 11.438/06. 4 ed. São Paulo: All Print, 2012.

ROCHA, C.M. Patterns of bureaucracy in intercollegiate athletic departments. Columbus: Ohio State University, 2010. Disponível em: <http://rave.ohiolink.edu/etdc/view?acc_num=osu1273713772>. Acesso em: 20 maio 2011.

____ e BASTOS, F.C. Gestão do esporte: definindo a área. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. v.25, p.91-103, 2011.

____ e CHELLADURAI, P. Relationship between organizational support and performance of college coaches: a mediational model. *European Sport Management Quarterly*, [S.l.], v.11, p.301-18, 2011.

_____ e TURNER, B.A. Organizational effectiveness of athletic departments and coaches' extra-role behaviors. *Journal of Issues in Intercollegiate Athletics*, Normal, v.1, p.124-44, 2008.

RODRIGUES, F. X. F. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p.260-299, 2004. Semestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a12.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

SANDER, R. Sul – Americano de 1919: quando o Brasil descobriu o futebol. Rio de Janeiro: Maquinaria, 2009. 84 p.

SANTOS, Jorge Artur dos. Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890-1947). 2000. 277 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo.

SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE (São Paulo). A história do SPFC: Morumbi. 2015. Disponível em: <http://www.saopaulofc.net/spfcpedia/a-historia-do-spfc/morumbi>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SÃO PAULO. Decreto 50.212 de 12 de novembro de 2008. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. Lei 16.099/14. Lei Orçamentária Anual da Prefeitura de São Paulo de 2015: promulgada em 30 de dezembro de 2014. São Paulo : Câmara Municipal de São Paulo, 2014.

SCHENEIDER, Claudia. Die NS-Gemeinschaft Kraft durch Freude (2004). Disponível em: <http://www.zukunft-braucht-erinnerung.de/die-ns-gemeinschaft-kraft-durch-freude/>; acesso em: 21 fev. 2015. [tradução instrumental de Elcio Cornelisen – “A Comunidade Nazista ‘Força pela Alegria’ – Kraft durch Freude”]

SCIMMEL, Kimberly. Os grandes eventos esportivos: desafios e perspectivas. Belo Horizonte, UNICAMP – Centro de Estudos Avançados, 2013.

SILVA, Diego Augusto Santos. Evolução histórica da legislação esportiva brasileira: do estado novo ao século XXI. *Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança*. v. 3, n. 3, p. 69-78, set. 2008.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. *São Paulo em perspectiva*. São Paulo. Ano 15, nº4, p.84-97out./dez. 2001.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite; PIRES, Roberto. Conferências nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva dos gestores federais. *Revista do Serviço Público*. v. 63, p. 499-518, 2012.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. O Brasil entra em campo! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008. 220 p.

SPFC INSIDE: Caio Castro - Talento Tricolor. São Paulo: Áurea Editora, v. 1, n. 5, 2015. Bimestral.

_____: Alexandre Pato – Fazendo história no Tricolor. São Paulo: Áurea Editora, v. 1, n. 6, 2015. Bimestral.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico acadêmico. 2011. 421f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. SOUZA, Juliano. MARCHI JUNIOR, Wanderley. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: Uma proposta teórico-metodológica de análise. *Revista Movimentos*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 233-251, jul/set. 2011.

STRIGAS, A.D.; JACKSON JUNIOR, N. Motivating volunteers to serve and succeed: design and results of a pilot study that explores demographics and motivational factors in sport volunteerism. *International Sports Journal*, West Haven, v.7, n.1, p.111-23, 2003.

TRICOLOR, Leonardo. Olimpíadas de Berlim:1936. In.: Tudo de esportes ##&MUSICAS. Post em 31 maio 2008. Disponível em <

<http://tudodeem.blogspot.com.br/2008/05/olimpiadas-de-berlim1936.html>>. Acesso em 23 nov. 2015.

VAZ, Alexander. PIRES, Roberto. Participação como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. Brasília: IPEA, 2012.

VEJA. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/orcamento-da-olimpiada-sobe-a-7-bilhoes-de-reais-diz-coi>>. Acesso em nov 2015.

VIVEIROS, R. Laudo Natel: O último bandeirante. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2010. 320 p.

VON CLAUSEWITZ, C. (1979) Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes.

WADDINGTON, I. (2006). A história recente do uso de drogas nos esportes: a caminho de uma compreensão sociológica. In: GEBARA, A; PILATTI, L. A (Org.). Ensaio sobre História e Sociologia nos esportes. Jundiaí (SP): Fontoura.

WEBER, Max. Classe, estamento, partido. In: GERTH, H. e MILLS, W. (Org.). Max Weber - Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WEBER, Max. Textos selecionados, São Paulo, Abril Cultural, 1980 (trad. Maurício Tragtenberg et al)

PARTE 4

ESPORTE, GÊNERO E SOCIEDADE

ONDE O FUTEBOL NÃO É COISA PRA MACHO: PRÁTICAS NÃO NORMATIVAS DO FUTEBOL NA CIDADE¹

— Futebol é jogo pra homem.
E como era jogo pra homem, fora a conclusão a que o brasileiro chegara a 16 de julho de 1950, tínhamos perdido o campeonato do mundo (Mario Rodrigues Filho, em *O Negro no futebol brasileiro*)

Tem que ser muito valente para celebrar a amizade sem medo do que os preconceituosos vão dizer. Tem que ser muito livre para comemorar uma vitória assim, de cara limpa, com um amigo que te apoia sempre. Hoje é um dia especial. Vencemos, estamos mais perto dos líderes... (Émerson Sheik, ex-atacante do Corinthians)

Em 16 de julho de 1950, a Seleção Brasileira na condição de franca favorita disputava a final da Copa do Mundo de 1950 contra o selecionado do Uruguai. O jogo entrou na história como “Maracanazo”, dia em que o uruguaio Alcides Giggia calou o estádio do Maracanã – que anos depois ganharia o nome oficial de Estádio Mário Filho, em homenagem ao importante cronista esportivo brasileiro e autor do clássico livro “O Negro no futebol brasileiro” –, após anotar o segundo gol, que marcava a virada e a vitória uruguaia sobre os brasileiros.

Para Mario Filho e outros cronistas da época a derrota na final da Copa em casa expunha um fracasso que transcendia a esfera esportiva, mas era também compartilhado por todo o povo brasileiro, visto que o futebol e, principalmente a

¹ Maurício Rodrigues Pinto (USP)

Seleção Brasileira, eram vistos como símbolos nacionais. O futebol, um importante fenômeno cultural, expunha as tensões e conflitos em torno da construção de um ideal de sociedade brasileira miscigenada. Na visão da crônica esportiva e da sociedade da época, a Seleção, produto e representante da ideia de miscigenação da sociedade brasileira, ficou distante de um ideal construído de masculinidade que seria crucial para a conquista da Copa do Mundo. O que antes era visto como uma maneira alegre e singular de jogar futebol passou a ser um atestado do fracasso desse projeto nacional, sendo que a culpa pelo Maracanazo recaiu principalmente sobre dois jogadores negros do time: o lateral-esquerdo Bigode e o goleiro Barbosa.

Na Copa do Mundo de 1950, disputada no Brasil, a derrota para o Uruguai na final foi atribuída à falta de hombridade e a fatores raciais. Ou melhor, a 'falta de masculinidade de negros e mulatos' seria responsável pela nossa derrota. O negro e o mulato são representados quase como afeminados. Foram considerados os maiores culpados da derrota brasileira: o goleiro Barbosa, que teria falhado no segundo gol do Uruguai, e o jogador Bigode, que teria levado um tapa de Obdulio Varela, capitão do time uruguaio, ambos escolhidos, justamente, por possuírem ascendência negra (SOUZA: 1996, p.127)

O trecho revela uma intersecção entre sexualidade, gênero, raça e classe que caracteriza a construção da Nação e da identidade brasileira. Neste modelo de sociedade, a diversidade é reconhecida e pode até ser celebrada, mas a norma é ser branco, homem e heterossexual, relegando mulheres, homossexuais e não brancos à subalternidade (MISKOLCI: 2014, p.20).

Esse episódio marcante na história do futebol brasileiro mostra o quanto se consolidou a ideia de que o futebol era um jogo "pra machos". Negar a

masculinidade representa uma das principais formas de depreciar e atacar o adversário. Mas a feminização como desqualificação do indivíduo também pode ser vista no caso de jogadores do próprio time, que atuam mal ou aparentam não se adequar a essa masculinidade ideal. É o caso do ex-jogador do São Paulo Futebol Clube, Richarlysson, que desde a sua contratação pelo clube em 2005, teve a sua sexualidade questionada – apesar do próprio jogador sempre ter se declarado heterossexual – e foi constantemente hostilizado pela própria torcida são-paulina, mesmo quando era um dos principais jogadores da equipe.

Mais de 60 anos depois do Maracanazo, outro fato tornou-se emblemático por colocar em evidência a existência de um universo simbólico moldado por ações e modos de pensar característicos por parte de diferentes agentes que tem maior relação de pertencimento com o evento futebol (torcidas, dirigentes, mídia e jogadores), conformando um padrão de dominação masculina, calcada no modelo ideal da virilidade: "... a virilidade tem que ser validada por outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte do grupo de 'verdadeiros homens'". (BOURDIEU: 2002, p.64)

No dia 18 de agosto de 2013, o então atacante do Sport Clube Corinthians Paulista, Emerson Sheik, postou uma foto na sua página pessoal na rede social Instagram, em que dava um selinho em um amigo, acompanhada da mensagem em destaque na epígrafe. A reação à foto e à mensagem, por parte da grande mídia e de torcedores, foi imediata. Pela primeira vez um jogador de renome do futebol brasileiro, ídolo de um dos times de maior torcida do Brasil, posicionava-se de forma contundente contra a homofobia. No dia seguinte à postagem da foto, um protesto contra Emerson feito por cinco torcedores ligados

a uma das torcidas organizadas do Corinthians, em frente ao Centro de Treinamento do clube, ganhou amplo destaque da mídia. De acordo com o argumento apresentado pelos torcedores presentes no referido protesto, a atitude de Sheik depunha contra a imagem da torcida e, por extensão, do time.

Além de expor essa norma em torno de uma masculinidade hegemônica nas práticas e lugares que dão sentido ao futebol, por outro lado, o selinho de Sheik fez com que o debate estabelecido em outras esferas da sociedade sobre a heteronormatividade e a homofobia, que restringem as oportunidades e a garantia de igualdade de direitos de cidadania para pessoas LGBT, também alcançasse o futebol, esporte considerado “paixão nacional”.

Nesse contexto de ampliação do debate e dos questionamentos acerca da ideia de que o futebol seja um campo de reverência e centralidade masculina heterossexual e de naturalização das ofensas homofóbicas, ganharam visibilidade as torcidas que se apresentam como livres e queer. Surgidas também no ano de 2013 e constituídas na forma de comunidades na rede social Facebook, esses grupos externam a sua torcida por alguns dos times mais populares do Brasil, mas com um grande diferencial em relação a outros agrupamentos de torcedores: externam posicionamentos contrários às manifestações homofóbicas e misóginas recorrentes nos estádios e em outros lugares onde se dão as experiências relacionadas ao futebol no Brasil.

Para a pesquisa que venho desenvolvendo para o meu mestrado, foram selecionadas três comunidades virtuais para serem analisadas mais profundamente: a Galo Queer, formada por torcedores do Clube Atlético Mineiro e primeira comunidade criada como torcida declaradamente anti-homofobia do país; Bambi Tricolor e Palmeiras Livre, torcidas de dois dos grandes da cidade de

São Paulo (respectivamente São Paulo e Sociedade Esportiva Palmeiras) bastante ativas e engajadas no posicionamento favorável ao reconhecimento do direito pleno de liberdade de ir e vir e de expressão às pessoas LGBT não só no que diz respeito ao futebol, mas na sociedade como um todo.

Até para estabelecer um comparativo, decidi alargar o campo de pesquisa de forma a abranger outras ações, com ocupação e visibilidade em espaços públicos, que também têm como premissa o questionamento de que futebol é “coisa pra macho”. Na sua maioria são ações que surgem motivadas ou potencializadas pelos grandes eventos esportivos sediados pelo país desde 2014, casos da Copa do Mundo de Futebol, em 2014; a Copa do Mundo Feminina, em 2015; e os Jogos Olímpicos que serão realizados em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Foram feitos contatos com diferentes agentes, como o Museu do Futebol, o Museu da Diversidade, o núcleo de estudos e pesquisas LUDENS e o coletivo-time Rosanegra Ação Direta e Futebol. Foi possível verificar o esboço de uma configuração de “circuito” de práticas e sociabilidades não normativas em torno do futebol, especialmente na cidade de São Paulo. Entende-se como circuito:

Neste caso, os agentes que integram esse circuito de práticas e discursos não normativos do futebol conversam e convergem tendo um objetivo principal: a resistência à ideia de que futebol é “coisa pra macho”. No próximo tópico será feito um detalhamento e análise dessas ações.

Novas formas de pensar e praticar o futebol em sociabilidades virtuais e espaços públicos

As torcidas livres e queer surgem no mês de abril de 2013, meses antes do episódio do selinho de Émerson Sheik. Essas torcidas são, na verdade, comunidades virtuais constituídas na rede social Facebook, a partir das "...afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais" (LEVY: 2000, 130). Por meios de suas práticas discursivas, além de externar a paixão pelo time do coração, defendem que qualquer pessoa tenha garantido o direito de torcer, praticar e experienciar o futebol, independentemente de sua orientação sexual e gênero, sem ser constrangida ou intimidada.

As três torcidas que me proponho a acompanhar Bambi Tricolor, Galo Queer e Palmeiras Livre são comunidades curtidas e acompanhadas por milhares de pessoas, a sua maioria na faixa entre os 25 e 34 anos. Porém o núcleo responsável pela seleção e postagem de conteúdos é bastante reduzido, restringindo-se entre 3 e 5 pessoas. Outra característica em comum é que mulheres assumem o papel de porta-vozes dessas torcidas. Todas as três (Aline, pela Bambi Tricolor; Nathalia, pela Galo Queer e Thais, pela Palmeiras Livre) relataram ter vivenciado direta ou indiretamente situações de constrangimento e violência misógina ou homofóbica.

"A ideia da página foi minha, sozinha, mas logo que criei, chamei algumas amigas e amigos para participar e formamos um grupo de 5 a 10 pessoas meio flutuantes. O evento que me motivou foi uma ida ao estádio, depois de um ano na Alemanha (onde comecei a estudar gênero e portanto ser mais sensível ao tema), ao jogo do Galo contra o Arsenal, no qual todas as pessoas (incluindo os

meus amigos teoricamente não homofóbicos) gritavam "Arsenal é maricón". Além disso, me incomodou muito ser mulher naquele ambiente extremamente machista, no qual a maioria dos homens pensa que mulher não entende de futebol e ainda por cima nos assediam."

Como fica evidente na fala de Nathalia, da pioneira Galo Queer, a indignação diante da experiência de violência e opressão homofóbica e/ou misógina no futebol, ao invés de inibi-las ou fazê-las perderem o gosto pelo jogo, foi o que mobilizou as articulações junto a amigos e amigas, resultando na criação das comunidades-torcidas, como canais em que é possível expressar esse tipo de indignação ao que é tido como parte da "essência" do jogo.

Assim, como a pressão é enorme para que um jogador de um clube não venha a assumir publicamente a homossexualidade ou exponha publicamente afetividade que não condiz com o ideal da masculinidade reverenciada, as pessoas ligadas a essas torcidas lidam com ameaças e intimidações por parte de pessoas que se consideram torcedores "verdadeiros" dos times. É tão grande o incômodo causado, que até o momento não foi possível a transposição da esfera virtual para a realização de encontros em espaços públicos e de demarcação de lugares nos estádios de futebol.

"Dia sim e outro também nós recebemos ameaças. As pessoas vem ameaçando, dizendo que estão mexendo com o time errado, que eles vão descobrir quem é, que não sei o quê"

"Nós nos encontramos esporadicamente, uns mais outros menos, cada um tem uma rotina e uma vida bastante cheias, então não temos condição de promover encontros oficiais de "integrantes", nossa relação se mantém exatamente como antes da criação da página e por

enquanto permanecerá assim. Sim, os três rapazes, principalmente, frequentam bastante os estádios e por isso eles evitam a todo custo aparecer em matérias, eles têm receio de serem identificados e reconhecidos pela torcida, por integrantes violentos (...). Se a página for fértil o bastante para criar uma comunidade que tenha vontade de levar isso adiante nós daremos todo o apoio, mas nós, pessoalmente, com a vida e perspectivas que levamos, por enquanto sinceramente não dá.(...) Nossos compromissos da vida offline tomam nosso tempo quase inteiro, a Bambi é feita com o que nos resta de tempo livre e disposição e, tomara, os textos que postamos já contribuam pelo menos um pouquinho pro debate, pra essa realocação de ideias que começa a ganhar força”.

Se esses grupos não conseguiram ainda a apropriação plena da cidade e dos estádios de futebol, contribuíram e tem contribuído para o aumento das discussões e dos questionamentos acerca da homofobia e da misoginia no futebol. Somam-se a essas torcidas, iniciativas que visam justamente tornar a prática do futebol uma experiência mais inclusiva e não compreendida como um domínio, um reduto de um gênero.

A maior parte dessas iniciativas surge na esteira de grandes eventos esportivos sediados pelo Brasil, especialmente a Copa do Mundo de Futebol, que o país voltou a sediar em 2014. No mês de maio de 2014, às vésperas da Copa, o LUDENS (Núcleo de Pesquisa sobre Futebol e Modalidades Lúdicas da USP) realizou uma campanha em combate à homofobia nos estádios com o apoio da USP e da Prefeitura de São Paulo. A ação ganhou o nome de “Vista a sua camisa com orgulho” e teve por objetivo retratar pessoas presentes nos eventos ligados a Parada LGBT de São Paulo, vestindo camisas de times nacionais ou de seleções. Dessa série de retratos foi montada uma exposição com o mesmo nome da

campanha. Inicialmente, a exposição foi montada na sede da Prefeitura de São Paulo, no Centro da Capital, passando por diferentes pontos da cidade.

Segundo o Prof. Dr. Flávio de Campos, diretor do LUDENS, e curador da exposição o propósito da ação foi "...combater com criatividade, alegria e beleza a truculência da homofobia, tão arraigada no esporte e em nossa sociedade. Em todos os registros, exhibe-se um troféu, erguido com muito orgulho. O troféu da diversidade".

Durante a ação predominaram as camisas da Seleção Brasileira e referências às cores verde e amarelo, indícios de que a Parada LGBT também era contagiada pela atmosfera de demonstrações nacionalistas, que ganham maior visibilidade nesse período de Copa do Mundo.

Também dentro do contexto da Copa do Mundo, o Museu da Diversidade Sexual, equipamento cultural da Secretaria de Estado da Cultura atualmente situado no interior da estação de metrô República, inaugurou a exposição fotográfica "Diversidade Futebol Clube". As fotos eram de autoria de Roberto Setton e a curadoria feita por Diógenes Moura. A exposição foi inaugurada em 11 de junho, justamente quando a Copa começava e o país recebia grande número de turistas de diversos países.

Segundo o texto de apresentação da exposição, a proposta do Museu era:

Em ritmo de Copa do Mundo, o Museu da Diversidade Sexual discute a homofobia e o machismo dentro de campo e nas torcidas. Progressos importantes aconteceram na sociedade e na legislação, garantindo diversos direitos à população LGBT – mas no futebol, o esporte mais popular do mundo, o tema ainda é tabu com efeitos perversos à carreira e à vida pessoal de atletas, aos milhões de torcedores LGBT que não podem frequentar

os estádios, à sociedade como um todo e ao próprio esporte.

A exposição aposta no caráter lúdico e na irreverência ao destacar o “jogo das drags” para questionar a dominação masculina e mostrar que o futebol pode ser praticado e apropriado por qualquer pessoa. O jogo acontece uma vez por ano, em frente a famosa boate LGBT Blue Space, localizada no bairro da Barra Funda, em São Paulo, por ocasião do aniversário da boate. A rua é fechada para a realização do jogo que já se tornou uma tradição, sendo acompanhado e assistido entusiasticamente por parte da vizinhança. De acordo com o fotógrafo Roberto Setton, autor das fotos para a exposição, trata-se de “uma festa cercada de sorrisos e celebração”.

No caso do Museu do Futebol, o evento esportivo que veio a mobilizar a mudança de perspectiva para o próprio acervo foi a Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2015, realizada no Canadá. O desafio era investigar e contemplar a presença da mulher no futebol e a luta que existe para o reconhecimento de sua participação na própria história do futebol no Brasil. Dessa pesquisa resultou a exposição “Visibilidade para o futebol feminino”, que pode ser entendida como uma ressignificação da exposição permanente do Museu, dedicada a apresentar uma história do futebol brasileiro desde o seu mito fundador, que atribui ao filho de imigrantes ingleses Charles Miller o papel de introdutor da prática no país, de um esporte que surge na elite e posteriormente é apropriado pelas camadas populares.

Reconhecendo que exclusões nas narrativas históricas carregam significados profundos e sensível à demanda do público que sentia falta de menção ao futebol feminino praticado no Brasil, a coordenação do Museu e as

equipes de pesquisa e de ação educativa se dedicaram a promover um reexame da sua exposição permanente, agregando artefatos e acervos que fazem referência à história da mulher no futebol brasileiro (seja como atleta, na torcida, na arbitragem e também na imprensa), assim como a interdição oficial à prática da modalidade por mulheres entre as décadas de 1940 e fins da década de 1970.

A exposição “Visibilidade para o Futebol Feminino” chega para provocar nossa maneira de contar a história do futebol brasileiro. O que consagramos? O que deixamos esquecido por décadas? O que sabemos sobre a participação feminina no esporte mais popular do Brasil?

Ouvimos nosso público e fomos buscar informações nas mais variadas fontes, incluindo os preciosos arquivos pessoais das atletas. Para o Museu do Futebol é uma grande honra incluir em seu acervo as histórias de mulheres que batalharam pelo direito de jogar bola e não haveria melhor lugar para apresentar as novidades do que em nossa exposição principal.

Assim como se vê no caso das torcidas livres e queer, o Museu do Futebol, na fala da própria equipe, se reconhece como um “museu de mulheres”. A grande maioria das profissionais que atuam nas várias áreas do Museu é formada por mulheres. Durante o meu trabalho de campo que envolveu três visitas, mantive interlocução com três delas: a pesquisadora Aira Bonfim, responsável pela pesquisa de acervos e textos produzidos para a exposição; a coordenadora do Museu, Daniela Alfonsi; e a educadora Susana Cardoso, que faz a mediação da exposição para o público visitante e também elaborou roteiro de visita temático sobre a participação das mulheres na história do futebol brasileiro. Todas elas colocaram em suas falas um incômodo que sentiam com a própria

produção do conhecimento, que ainda relega ao segundo plano as questões de gênero. Esse incômodo impulsionou esse olhar diferenciado e mais complexo para a história do futebol brasileiro, mesmo enfrentando resistências internas.

Tim May avalia a importância da emergência dos “feminismos” na produção do conhecimento científico. Trata-se de uma ruptura com teorizações de fenômenos sociais que ignoravam o gênero, nesse caso contribuindo para a naturalização de hierarquização entre os gêneros e a estigmatização da mulher e do que representa o feminino:

(...) como as ciências sociais em geral, as perspectivas feministas não são simplesmente um corpo unificado de pensamento, e é preciso falar de “feminismos”. Entretanto, nas discussões subsequentes, deveria se ter em mente que elas compartilham diversas crenças. Primeiro, as mulheres e suas contribuições fundamentais para a vida cultural e social foram marginalizadas. Segundo, as normas da ciência perpetuam e ocultam o mito da superioridade dos homens sobre as mulheres e refletem um desejo de controlar os mundos social e natural. Terceiro, o gênero, como uma categoria social significativa, esteve ausente das nossas compreensões e explicações dos fenômenos sociais em favor tanto de categorias, como de classes sociais” (MAY: 2004, 32)

“Visibilidade para o futebol feminino” é uma exposição feita sem patrocínio ou recursos externos (o que pode ser considerado bastante representativo do olhar geral que ainda se tem para o tema). A partir da exposição, o Museu do Futebol vem promovendo outras ações que o consolidam como um espaço de debate e encontro de pessoas ligadas ao futebol feminino, como o trabalho de história oral com jogadoras atuais e ex-atletas com passagem pela Seleção Brasileira, encontros mensais que abordam temas ligados ao futebol

feminino, visitas agendadas temáticas e, mais recentemente, o lançamento de uma exposição temporária "As Donas da Bola", em que fotógrafas registram mulheres de diferentes partes do Brasil e as diferentes formas de relação estabelecidas com o jogo. Assim, vai-se desconstruindo a imagem de que há uma norma, ditada pela masculinidade, no jogar, no torcer e no experienciar o futebol.

Por fim, apresento o Rosanegra Ação Direta e Futebol, coletivo-time criado em 2014 e resultado de uma dissidência de outro time, o Autonomos FC, com base no bairro da Lapa e que se caracteriza pelo alinhamento com o anarquismo e pela autogestão coletiva. O motivo da dissidência está relacionada com a participação de mulheres e um debate no time, o que envolve princípios como a competitividade e a inclusão pelo jogo. O Autonomos FC atualmente disputa torneios do circuito do futebol de várzea, além de organizar campeonatos e festivais próprios e conta apenas com homens no seu elenco. Já o Rosanegra define-se como um time que faz política, pretende-se misto, sem estabelecer distinção de participação entre homem, mulher e pessoa de qualquer identidade sexual:

Somos um coletivo autônomo e uma equipe de futebol que pensa suas ações políticas através do futebol. (...) Nossa ação direta através do futebol passa por jogar em espaços que não são "nossos", espaços de disputa, pra marcar posições políticas; jogar com pessoas de todos os gêneros e orientações sexuais, sem distinção, como forma de reivindicar na prática a igualdade de tratamento entre todas elas; jogar sem hierarquias internas no time atravessadas por critérios únicos de habilidade ou qualquer outro critério, como forma de praticar a ideia do "a cada um de acordo com o que pode dar, para cada um de acordo com o que necessita, com o todo sendo o denominador comum desses interesses e necessidades".

(...) Nossa militância e nossa prática política são contra o racismo, o machismo, o sexismo, a homofobia, enfim, contra todas as muitas formas de opressão e dominação que surgem a partir de uma sociedade dividida pelo privilégio. Somos por uma outra sociedade, sem privilégios econômicos, políticos e de gênero, sem classes, onde o apoio mútuo e o anticapitalismo sejam a base das relações e onde caibam muitos mundos.”

Tendo como premissas a ocupação de variados espaços públicos e o pensar e fazer política por meio do futebol, o Rosanegra, reunindo homens e mulheres como integrantes do time, propõe-se a desafiar e questionar distinções com base em algum privilégio ou norma, seja de classe, étnica, de sexualidade e de gênero.

É interessante perceber nesse circuito das práticas não normativas do futebol que alcançam o espaço público da cidade, que apesar da controvérsia do tema e do recrudescimento das manifestações homofóbicas e machistas nos estádios de futebol, as ações identificadas durante o trabalho de campo tiveram/têm boa receptividade por parte do público. Aqui é possível estabelecer um comparativo com o meu campo principal de pesquisa, as torcidas livres e queer, que são constantemente vítimas de hostilidades e ameaças por parte de pessoas que repudiam as suas postagens e os conteúdos que divulgam. Essas ameaças fazem com que esses grupos não se sintam devidamente amparados e seguros para fazerem ações em espaços públicos e ainda menos demarcar espaços em estádios.

O grande fator que diferencia e justifica essa tensão maior em relação às torcidas livres e queer seja justamente pelo fato de que estas se apropriam do

futebol pela manifestação de paixão clubística e a associação de símbolos dos times, como o escudo, as cores e o nome, com referências e símbolos do universo feminino e LGBT, criando, assim, um campo de tensão com quem se sente estabelecido, devidamente legitimado pela norma da dominação masculina, que passa a se ver ameaçado. A hostilidade a essas comunidades parece ser uma tentativa de resposta ao fator de ameaça que esses grupos representam ao valor que conferiria integridade e “pureza” ao grupo diante do torcedor rival, esse sim alvo da depreciação, do rebaixamento que se dá justamente pela feminização ou negação da masculinidade do outro.

Por fim, não se pode ignorar a existência de um protagonismo das mulheres nesse movimento político de conquista da palavra e da elaboração de práticas discursivas que desconstroem a noção de que futebol é coisa “pra macho”. Estas são ações que se alinham às mobilizações feministas ou protagonizadas por grupos de mulheres que tem alcançado grande repercussão recentemente na sociedade brasileira, seja nas redes sociais ou em manifestações políticas de grandes proporções em espaços públicos.

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES EM PROGRAMAS DE ESPORTES NA TV ABERTA BRASILEIRA: TRADIÇÃO HISTÓRICA OU COMPETÊNCIA SILENCIADA?¹

A partir da segunda metade do Século XX, movimentos feministas têm colocado em marcha diversas formas de luta em busca da conquista de direitos até então indisponíveis às mulheres, consideradas inferiores aos homens em diversos segmentos sociais, econômicos e políticos. Entretanto, apesar das diversas conquistas, ainda há vários direitos pelos quais as mulheres ainda têm lutado. Dentre estes, podemos citar a reivindicação a respeito de melhores representações do universo feminino nos meios de comunicação.

Esta reivindicação é coerente com a posição de Pierre Bourdieu (2003), para quem a emancipação feminina ainda não teria ocorrido em sua totalidade, pois existiriam diversas instituições (como o esporte, o jornalismo, a escola, a igreja, a família etc.) que ainda manteriam práticas androcêntricas, ou seja, centradas na valorização da figura masculina. De acordo com Bourdieu (2003, p. 8), o jornalismo e o esporte mantêm e eternizam, de forma sutil, a relação de dominação entre os sexos e, por isto, suas estruturas e *habitus* devem ser repensados a partir de uma visão libertária feminina.

Considerando as reivindicações dos movimentos feministas contemporâneos e as posições de Bourdieu, este artigo analisará a representação quantitativa de profissionais (comentaristas, repórteres, narradores e

¹ José Carlos MARQUES (UNESP); Noemi Correa BUENO (UNESP)

apresentadores) em programas de esportes veiculados na televisão brasileira em 2015, a fim de observar se existe equidade ou não na representatividade dos profissionais quanto aos gêneros feminino e masculino.

Esta análise é importante para reflexão a respeito da visibilidade e representatividade dada aos profissionais de ambos os sexos. Buscaremos, assim, verificar se o espaço destinado para homens e mulheres na televisão representa acima de tudo a competência do profissional ou se está subordinado a uma tradição androcêntrica do esporte na TV brasileira.

Espaços femininos nos meios de comunicação e no esporte

É inegável o avanço das conquistas dos direitos femininos nas últimas décadas. No entanto, muitos teóricos apontam que o sexismo ainda está presente nas sociedades contemporâneas, afetando as relações cotidianas de homens e mulheres (BOURDIEU, 2003; ALVAREZ, 2002; MORENO, 2008). Por isto, movimentos feministas da atualidade mantêm diversas pautas de reivindicações, buscando alcançar direitos ainda não conquistados pelas mulheres e lutando pela valorização da imagem da mulher enquanto sujeito social, político e cultural, cujas idiosincrasias devem ser respeitadas.

Dentre estas mobilizações, destacam-se o Instituto Patrícia Galvão e Articulação Mulher e Mídia, que estudam e propõem novas formas de representações femininas pelos meios de comunicação. Para estas, os meios de comunicação consistem em possibilidades de campos estratégicos de debates a respeito de políticas públicas e ações voltadas à igualdade de gênero, mas, ao contrário disso, reforçam estereótipos androcêntricos ao priorizar o papel

feminino de brinde (como ocorre em comerciais de cerveja) ou de enfeite de cenários (como acontece em diversos programas de auditório). E mesmo nestes casos de representações inapropriadas, as mulheres não são demonstradas de acordo com a diversidade estética das brasileiras, pois estas seguem o mesmo padrão de beleza: jovens, altas, magras e loiras.

Ao estudar os meios de comunicação, a feminista Rachel Moreno aponta que

a mulher retratada na mídia tem que ser casada ou aspirar ao casamento, ter filhos ou aspirar à maternidade, ser ou parecer jovem, ser vaidosa, cuidada. Ser branca, heterossexual, monogâmica, fiel, comportada, decidir mais com emoção do que com a razão, ser sensível e delicada, preocupar-se mais em cuidar dos outros do que com qualquer outra questão, mesmo que trabalhe e tenha grandes responsabilidades profissionais ou políticas (MORENO, 2008, p. 45).

Diante destas constatações, movimentos feministas (por meio do Observatório da Mulher) encaminharam, em 2007, um manifesto para emissoras de televisão brasileira, denunciando as representações femininas veiculadas por estas. Neste manifesto apontaram a invisibilidade feminina em segmentos mais "sérios" da programação televisiva (inclusive telejornais) e no excesso de papéis estereotipados em programas de cozinha, programas de auditório e propagandas. Também acusaram os programas televisivos de utilizar a imagem feminina de forma vilipendiada (foco apenas no corpo e em comportamentos sexistas) para promover valores e produtos (CIRANDA, 2008).

Neste aspecto, as mobilizações são coerentes, pois os meios de comunicação consistem em importantes ferramentas para a veiculação de

imagens e valores, podendo colaborar para a afirmação ou o questionamento dos conceitos sexistas ainda presentes na sociedade contemporânea. De acordo com Bourdieu (2003), a relação androcêntrica é reforçada por algumas instituições, como igreja, escola, família, esporte e jornalismo. Segundo o sociólogo, estas instituições consistem em formadores de consciência, pois detêm alto crédito social (suas falas são pouco questionadas) e, conseqüentemente, possuem poder simbólico, ou seja, a capacidade de fazer algo com palavras (BOURDIEU, 1990, p. 167). Diante disso, são capazes de interferir na formação/consolidação do *habitus* e, por conseguinte, na maneira como a realidade é apreendida pelos sujeitos.

O *habitus* é formado por estruturas objetivas ou conjuntos de ações que orientam práticas e representações, pois fornece esquemas generativos que presidem a apreensão do mundo. O *habitus* naturaliza práticas moldando sujeitos a partir de matrizes de pensamentos e valores formadas a partir da objetividade do senso comum. Em um *habitus* eficiente,

os agentes de algum modo caem na sua própria prática, mais do que a escolhem de acordo com um livre projeto, ou do que são empurrados para ela por uma coação mecânica (...). Neste caso, basta que os agentes se deixem levar por sua natureza, isto é, pelo que a história fez deles, para estarem como que 'naturalmente' ajustados ao mundo histórico com o qual se defrontam (BOURDIEU, 1990, p. 130).

Neste sentido, valores androcêntricos, quando revestidos do senso comum, são incorporados naturalmente por homens e mulheres, pois são expressos em uma ordem simbólica produzida por diferentes instituições, como o jornalismo e o esporte (BOURDIEU, 2003). Estes produzem e circulam valores por

meio de falas e práticas, reforçando relações entre homens e mulheres. Assim, estes, enquanto instituições que estabelecem sentidos, possuem função importante na constituição e perpetuação das identidades de gênero.

No caso específico de nosso estudo, a ideia é propor uma nova forma de avaliar o papel da mulher nestas instituições: o jornalismo e o esporte, e a relação destes em programas de televisão. O jornalismo desempenha a função fundamental de tornar públicos assuntos e acontecimentos que serão discutidos e refletidos, ocupando um espaço central na divulgação de temas e fatos. Desta maneira, consiste em importante forma de mediação e integração de sujeitos aos contextos regionais, nacionais e mundiais e de construção de representações a respeito da sociedade; reforçando, questionando ou criando hábitos, costumes e comportamentos. O jornalismo, portanto, não apenas reflete identidades e relações sociais, mas também participam do processo de legitimação destas ao produzirem e veicularem discursos que influenciam as memórias e as relações sociais (VIZEU JÚNIOR, 2006, p. 34 e 37).

Apesar dos conceitos de neutralidade e objetividade ditos pelo jornalismo, todo o discurso é construído a partir de narrativas elaboradas sob a perspectiva de indivíduos que selecionam determinados aspectos em detrimento de outros (BENNET, 2008). Assim, ao determinar quais assuntos abordar e de qual maneira fazê-lo, constrói e transmite a realidade à sua maneira.

Considerando a questão de gênero (objeto deste estudo), o campo do jornalismo configurou-se historicamente como uma atividade profissional ocupada eminentemente por homens. Esta peculiaridade também caracterizou e ainda vem caracterizando inúmeras áreas e círculos sociais, no Brasil e em todo o mundo, e com o jornalismo esportivo não tem sido diferente. Entretanto, nas

últimas quatro décadas, a mulher acabou por assumir postos e funções a que não tinha acesso anteriormente. No trabalho da comunicação social, esta tendência mantém-se, mas à mulher ainda está impedido o trabalho de comentador desportivo e de locutor de jogos e partidas. Basicamente, mulheres atuam em programas televisivos de esporte como repórteres e apresentadoras de programas de TV.

Da mesma maneira, o próprio universo esportivo configurou-se a partir de uma ótica masculina. Segundo a socióloga portuguesa Salomé Marivoet (2015, p. 01), “os princípios do desporto moderno, o *ethos* competitivo e exaltação das proezas físicas em confrontações sujeitas a um código de honra de ‘cavalheiros’ – , que constituíram os valores da cultura masculina dominante no século XIX – reservaram-no por excelência aos homens”, cabendo às mulheres a possibilidade de participação nesta atividade apenas ao longo do século XX. Em seu artigo “Assimetrias e afinidades de género no desporto”, Marivoet conclui que

O desporto tende a apresentar-se como uma prática cultural diferenciada, onde parecem configurar-se diferentes incorporações de masculinidade e feminidade, consoante os envolvimento e os desportos. É sobretudo no espaço das práticas de competição federadas, que as tradicionais identidades de género se continuam a reproduzir (2015, p.07).

Este cenário atesta como o mundo do esporte, especialmente o do futebol, ainda é dominado por uma mentalidade de valorização das masculinidades. Isso explica, em parte, por que a mulher demorou a se inserir no jornalismo esportivo e por que assumiu apenas algumas atividades nessa área. Como consequência, o discurso da imprensa esportiva brasileira, em pleno Século

XXI, ainda reproduz práticas que buscam estigmatizar tanto o *ethos* das masculinidades como o das feminilidades.

Neste sentido, aparentemente o cotidiano não é representado em sua totalidade pelo esporte, apesar de ele mesmo revestir-se “de um discurso altamente democrático, estabelecendo que as oportunidades iniciais e as regras do jogo sejam as mesmas para todos, sem distinção de classe, raça, ou preferência religiosa (...) proporcionando a todos um sentido de igualdade e de justiça social” (HELAL, 1990, p. 71). Assim, apesar do discurso democrático, observamos que os esportes midiáticos ainda recebem espaços diferenciados conforme categorias de gênero. Além disso, seguindo os conceitos de Bourdieu, Marivoet (2014, p. 04) salienta ainda que o esporte é um espaço que reforça a virilidade masculina e suas proezas físicas, mas que na contemporaneidade também poderia consistir em uma possibilidade para abertura de novas concepções de masculinidade e feminilidade.

Por isso, pretendemos analisar neste estudo o espaço dado às mulheres profissionais de comunicação (narradoras, comentaristas, apresentadoras e repórteres) em programas esportivos, a fim de observarmos se neste meio há uma abertura para novas representações de gênero ou se esse campo ainda não é ofertado às mulheres brasileiras. Neste sentido, partimos da hipótese de que, em programas de televisão, predominam formatos em que a mulher comparece quase que invariavelmente na função de apresentadora, num paradigma proposital de valorização da beleza e da sensualidade, mas a ela é quase vedado o espaço do comentário e da opinião. Na mesma medida, mulheres não operam a função de narrador em transmissões esportivas, e sua presença dá-se pela total ausência de vozes femininas – a não ser no trabalho de reportagem de campo.

As profissionais da comunicação em programas de esportes televisivos

Para levantamento de dados, foram pesquisados os canais da televisão aberta brasileira: RIT, TV Aparecida, Bandeirantes, Rede TV, TV Gazeta, TV Record, TV Cultura, Rede Globo, Canção Nova e SBT. Assim, foram analisados 10 canais da televisão brasileira e 24 programas de esportes, quais sejam: RIT Esportes, Brasil Esportes, Gol: o grande momento do futebol, Jogo aberto, Os donos da bola, 3º tempo, Tudo azul, Band Esporte Clube, Futebol 2015 (Band), Bola dividida, Bola na rede, XFC, Gazeta esportiva, Mesa redonda, Vida de atleta, Super esporte, Esporte Fantástico, Cartão verde, Auto esporte, Esporte espetacular, Globo esporte, Futebol 2015 (Globo), Corujão do esporte e Treino da Fórmula 1.

Os dados extraídos nas páginas virtuais das redes de televisão e/ou dos programas foram organizados na Tabela 1, da seguinte maneira: na primeira coluna foram colocados os nomes das emissoras; na segunda, o nome do programa esportivo; na terceira, o número absoluto de profissionais mulheres de comunicação (comentaristas, repórteres, narradores e apresentadores) apresentado no respectivo programa esportivo; na quarta, o número absoluto destes profissionais do sexo masculino presente no mesmo programa; na quinta, o número absoluto e relativo destas mulheres em todos os programas esportivos da respectiva emissora; e, na sexta, o número absoluto e relativo destes homens em todos os programas de esporte da respectiva rede de televisão.

Como se poderá ver, dos 24 programas vigentes, apenas 12 possuem os profissionais femininos de comunicação estudados nesta pesquisa (repórter, narrador, comentarista e apresentador), sendo também 12 o número de

programas que excluem a mulher deste quadro, ou seja, que apenas possuem homens nas funções estudadas.

Tabela 1

Participação de profissionais homens e mulheres em programas de esportes

CANAL	PROGRAMA	Profissionais*			
		Femininos (participação no programa)	Masculinos (participação no programa)	Femininos (participação em todos os programas esportivos da emissora)	Masculinos (participação em todos os programas esportivos da emissora)
RIT	RIT Esportes	-	2	0	2 (100%)
TV Apareci da	Brasil Esportes	1	1	1 (50%)	1 (50%)
Bandeir antes	Gol: O Grande Momento do Futebol	-	1	4 (18,2%)	18 (81,8%)
	Jogo Aberto	1	6		
	Os Donos da Bola	-	1		
	3° Tempo	-	1		
	Tudo azul	-	1		
	Band Esporte Clube	3	4		
	Futebol 2015	-	4		
Rede TV	Bola Dividida	1	3	2 (28,6%)	5 (71,4%)
	Bola na Rede	-	1		
	XFC	1	1		
TV Gazeta	Gazeta Esportiva	1	9	5 (16,1%)	26 (83,9%)
	Mesa Redonda	2	10		
	Vida de Atleta	-	1		
	Super Esporte	2	6		
TV Record	Esporte Fantástico	2	-	2 (100%)	0
TV Cultura	Cartão Verde	-	4	0	4 (100%)

Rede Globo	AutoEsporte	1	2	3 (14,3%)	18 (85,7%)
	Esporte Espetacular	1	1		
	Globo Esporte	1	4		
	Corujão do Esporte	-	1		
	Futebol 2015	-	7		
	Treino da Fórmula 1	-	3		
Canção Nova	Não possui programa de esporte	-	-	-	-
SBT	Não possui programa de esporte	-	-	-	-
TOTAL		17	74	18,7%	81,3%
* Informações extraídas das páginas de internet da emissora ou dos programas					

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores em março de 2015.

Os programas em que a figura feminina é ausente, ou seja, em que não há nenhuma mulher no cargo pesquisado são: RIT esportes (RIT), Gol: o grande momento do futebol (Bandeirantes), Os donos da bola (Bandeirantes), 3º tempo (Bandeirantes), Tudo azul (Bandeirantes), Futebol 2015 Band (Bandeirantes), Bola na rede (Rede TV), Vida de atleta (TV Gazeta), Cartão verde (TV Cultura), Corujão do esporte (Rede Globo), Futebol 2015 Globo (Rede Globo) e Treino da Fórmula 1 (Rede Globo).

Já os programas em que constatamos a presença feminina são: Brasil Esportes (com 1 mulher e 1 homem como profissionais de comunicação), Jogo aberto (com 1 mulher e 6 homens), Band Esporte Clube (com 3 mulheres e 4 homens), Bola dividida (com 1 mulher e 3 homens), XFC (com 1 mulher e 1 homem), Gazeta esportiva (com 1 mulher e 9 homens), Mesa redonda (com 2 mulheres e 10 homens), Super esporte (com 2 mulheres e 6 homens), Esporte fantástico (com 2 mulheres), Auto esporte (com 1 mulher e 2 homens), Esporte espetacular (com 1 mulher e 1 homem) e Globo esporte (com 1 mulher e 4 homens).

Destes programas destacam-se, em relação à presença feminina, o Esporte Fantástico (TV Record), que apresenta dois profissionais, sendo ambos do sexo feminino (Mylena Ceribelli e Claudia Reis), ou seja, seu programa possui exclusivamente profissionais mulheres nos cargos analisados; e, os programas Brasil Esportes (TV Aparecida), XFC (Rede TV), e, Esporte Espetacular (Rede Globo), que possuem 2 profissionais, sendo 1 homem e 1 mulher.

Vale ressaltar que dos quatro programas nos quais se destaca a presença feminina (ou seja, nos quais a presença de profissionais mulheres equivale a 50% ou mais dos profissionais de comunicação representados), dois deles – o Brasil Esportes (TV Aparecida) e o Esporte Fantástico (TV Record) – pertencem a redes de televisão religiosas. O fato merece destaque, pois, no momento político brasileiro, bancadas religiosas são alvos de críticas de movimentos sociais, inclusive feministas (como se pode observar em diversas páginas sociais do Facebook, como, por exemplo, Quebrando o Tabu, Não me Kahlo, Feminismo sem demagogia e Empodere duas mulheres). Neste sentido, notamos que se a bancada religiosa é contra alguns direitos reivindicados pelo movimento feminista, ao menos na representatividade de profissionais femininos de comunicação em programas de esporte, canais religiosos têm-se mostrado à frente dos demais canais da televisão brasileira em relação à contratação igualitária de sexos de seus narradores, apresentadores, repórteres e comentaristas de esportes (exceto o programa RIT Esportes, que suprime a figura feminina em seu quadro de profissionais).

Em relação aos outros canais, dois (TV Cultura e RIT) não apresentam nenhuma profissional mulher e os demais apresentam apenas entre 14,3% (Rede Globo) e 28,6% (Rede TV) de mulheres com estas profissões nos programas de

esporte. Ou seja, nestes a figura feminina apresenta certa invisibilidade, demonstrando que “não é o lugar delas”, mas que o homem detém o poder retórico neste segmento.

Dos canais que mais excluem profissionais mulheres de comunicação dos programas analisados, destacam-se a Rede Globo (maior rede de televisão brasileira), TV Cultura (emissora de televisão pública) e RIT (emissora evangélica), sendo que, destas três, a TV Cultura e a RIT apresentam 100% de profissionais do sexo masculino em seu programa de esportes.

Em relação às três redes de televisão que mais priorizam pessoas do sexo masculino em seus quadros de profissionais de comunicação contratados para programas de esporte, podemos destacar os seguintes aspectos: a Rede Globo, por ser a maior emissora de televisão do Brasil, é a emissora mais assistida, portanto, a que possui o discurso mais disseminado na população brasileira; a TV Cultura, por ser uma rede de televisão pública com fins educativos e culturais, possui reconhecimento positivo de seu discurso; e a RIT, televisão evangélica, que aparece em contraposição ao destaque positivo apontado em outras duas redes de televisão religiosa (a TV Record e a TV Aparecida).

No quadro geral, observamos que as mulheres representam apenas 18,7% dos narradores, repórteres, apresentadores e comentaristas de programas de esportes, sendo os homens (81,3% dos profissionais) os responsáveis por divulgar e comentar sobre esportes na televisão aberta brasileira. Além disso, ainda foi verificada a função atribuída a cada um destes profissionais, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2

Funções dos profissionais de comunicação presentes em programas esportivos

	Feminino	Masculino
Narradores		7
Comentaristas		26
Apresentadores	14	17
Repórteres		10
Noticiarista	1	1
Não identificados*	2	13
Total	17	74

* Profissionais cuja função não foi apontada pelo site/portal da emissora/programa.

Fonte: Pesquisa realizada pelos autores em março de 2015.

Observa-se, portanto, que além da baixa participação das mulheres (18,7%), esta participação restringe-se praticamente ao cargo de apresentadora (apenas uma profissional exerce a função de noticiarista), ou seja, o papel da mulher é basicamente o de conduzir o programa, apresentando o que será veiculado naquela edição. Já aos homens cabem os demais papéis, como os de narradores, comentaristas e repórteres, cuja função é exercida por homens nos programas esportivos vigentes no período estudado.

Assim, observa-se que à mulher compete exibir os conteúdos que serão aprofundados, debatidos e produzidos por homens, cabendo a estes o poder da palavra, o discurso competente e, conseqüentemente, o debate qualitativo sobre o esporte.

Invisibilidade feminina: competência silenciada ou tradição histórica?

Considerando a pauta de reivindicação feminista por maior representatividade nos meios de comunicação, em março de 2007 o Observatório da Mulher encaminhou aos acionistas e diretores de diversas emissoras de televisão brasileira e ao Ministério Público Federal um manifesto que protestava contra a imagem das mulheres veiculadas. Dentre estas denúncias, ressaltavam-se as seguintes reivindicações:

Denunciamos que não nos reconhecemos em suas produções, quer na relativa invisibilidade nos momentos e segmentos mais sérios da programação televisiva (onde somos predominantemente invisíveis), quer na imagem, papéis, valores, dificuldades/facilidades, problemas e questionamentos, alegrias e prazeres que pretendem nos retratar, nos mais diversos programas - *telejornais*, na overdose de programas de cozinha, nos programas de auditório, programas “de sofá”, de entrevista, novelas, ou nas propagandas dos intervalos comerciais. E, o mais agravante, pior do que isso é, na maior parte do tempo, nos sentirmos vilipendiadas, ridicularizadas, usadas para promover valores, padrões e produtos os mais variados, em detrimento de nossa realidade e aspirações (CIRANDA, 2008).

Esta crítica também abarca o jornalismo esportivo, onde mulheres são representadas de forma quantitativamente inferior aos homens, como demonstrado na pesquisa realizada, ou seja, o fato de que nos oito canais da televisão aberta brasileira cuja programação inclui programas esportivos (RIT, TV Aparecida, Bandeirantes, Rede TV, TV Gazeta, TV Record, TV Cultura e Rede Globo) temos 24 diferentes programas esportivos; nestes, observou-se que apenas metade possui apresentadores, narradores, comentaristas e repórteres do sexo

feminino; no total, há 91 profissionais envolvidos, sendo 17 mulheres (18,7%) e 74 homens (81,3%).

No caso das representações femininas, “os meios podem simplesmente ocultar as vozes das mulheres, ignorá-las em determinadas situações ou simplesmente não retratá-las” (BUENO, 2010, p. 51). Como observado na pesquisa acima, no jornalismo esportivo este cenário de invisibilidade não é diferente, afinal, as profissionais de comunicação mulheres representam apenas 18,7% dos profissionais envolvidos neste ramo.

A invisibilidade nestes programas é importante de ser discutida, pois os meios de comunicação consistem em formadores de opinião, tendo créditos de que suas representações são verídicas. Desta maneira, “ao mesmo tempo em que as representações derivam dos valores da sociedade, também, reforçam tendências comportamentais ou propiciam o estabelecimento de novos valores, fornecendo apoio para a solidificação ou extinção de determinados comportamentos e identidades” (BUENO, 2010, p. 63). Assim, os meios podem construir, consolidar ou projetar identidades sociais, questionando ou legitimando estruturas vigentes (SOUSA, 2006, p. 211-213).

A invisibilidade da mulher neste ramo é resultado de uma trajetória histórica, na qual mulheres e homens assumiam e ainda assumem papéis distintos (BOURDIEU, 2003; ALVAREZ, 2002; MORENO, 2008), sendo o esporte uma área ainda considerada masculina. Essa trajetória histórica é, portanto, responsável por reafirmar (des)valores sexistas, afinal a construção da realidade simbólica de gênero é resultado de um longo e duradouro processo de inculcação de conceitos androcêntricos, a partir dos quais forma-se o *habitus* (estruturas que orientam

naturalmente práticas e representações) e que tornam tácitas e automáticas as relações de dominação entre homens e mulheres.

A partir destas posições teóricas (principalmente Pierre Bourdieu e feministas como Rachel Moreno e Ana de Miguel Alvarez), a invisibilidade de profissionais da comunicação em programas de esportes evidenciada nesta pesquisa não é um resultado de uma coincidência ou de melhores competências masculinas sobre o assunto, mas sim de uma naturalização histórica dos papéis femininos e masculinos frente às práticas esportivas.

Apesar do inegável avanço das conquistas feministas nas últimas décadas, o androcentrismo ainda encontra-se presente na sociedade brasileira contemporânea, influenciando na maneira como ocorrem as relações entre os sexos, suas representações e participações efetivas em diferentes campos sociais, políticos e econômicos.

Diante disto, movimentos feministas ainda lutam por diferentes direitos, como pela revalorização da imagem da mulher e por uma representação na esfera mediática que a aponte enquanto sujeito social atuante e que abarque a diversidade ético-social-etária das brasileiras. A relevância destas reivindicações é inegável já que os meios de comunicação contribuem para afirmação ou questionamento dos papéis e valores de gênero (BOURDIEU, 2003; ALVAREZ, 2002; MORENO, 2008).

Considerando estas fundamentações, esta pesquisa analisou a presença quantitativa das mulheres profissionais de comunicação (apresentadores, repórteres, narradores e comentaristas) em programas de esporte nas emissoras

de TV aberta brasileiras, comparando esta participação com a representatividade masculina.

Dos oito canais analisados, verificou-se a veiculação de 24 programas esportivos, com a presença de 18,7% de mulheres e 81,3% de homens. A partir destes dados, pode-se apontar que a diferença entre gêneros ainda é presente neste segmento (programas televisivos de esportes), privilegiando as vozes masculinas para discussão de acontecimentos, assuntos e profissionais do esporte. Assim, podemos afirmar que a veiculação do esporte nos meios de comunicação ainda é uma atividade predominantemente masculina, tendo a mulher pouco avançado na conquista deste espaço.

A discussão destas relações é importante para uma desnaturalização de papéis femininos e masculinos praticados cotidianamente e por décadas, de maneira a proporcionar a reflexão a respeito da equidade de representatividade de ambos os sexos em todas as atividades. Na área do jornalismo esportivo esta discussão também é relevante, pois, conforme aponta Bourdieu (2003), tanto o jornalismo como o esporte possuem envolvimento na construção social de gênero, representando o que é caracterizado como feminino e masculino.

Nos programas esportivos das emissoras brasileiras de TV aberta, à mulher ainda está impedido o trabalho de comentarista. Basicamente, mulheres atuam como repórteres e apresentadoras de programas de TV – ou como leitoras dos e-mails e mensagens encaminhadas pelas redes sociais. Imperam, assim, formatos televisivos em que a mulher quase sempre comparece realçando sua beleza e sensualidade – e a ela é quase vedado o espaço do comentário e da opinião. Assim, é comum a exploração do corpo feminino como elemento de atração das audiências, além da reprodução de estigmas que apontam para

práticas sexistas, quando não homofóbicas. Não raro, a imprensa propaga, por meio de suas coberturas, velhos ditados e máximas assertivas, como “futebol é coisa para homem”, “futebol é coisa pra macho” ou “o sujeito pode mudar de mulher, pode até mudar de sexo, mas jamais muda de clube”.

Neste sentido, percebemos que o discurso da imprensa esportiva na televisão brasileira ainda é refém da afirmação de masculinidades, tanto em sua práxis como na manutenção de um *ethos* pouco permeável a olhares que superem o preconceito de gênero. Trata-se de um novo desafio a ser superado pelos programas esportivos das diferentes emissoras de TV aberta no Brasil.

REFERÊNCIAS (PARTE 4)

ALMEIDA, Miguel Vale de. "Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal". In Anuário Antropológico, 95, pp.161-190. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ALVAREZ, Ana de Miguel. O feminismo ontem e hoje. Lisboa: Ela por ela, 2002.

BENNET, Lance, e, ENTMAN, Robert. Mediated politics: communication in the future of democracy. Disponível em: <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=L0GROJKLHukC&oi=fnd&pg=PA203&dq=entman+framing+autor:r-entman&ots=DA0Xv8pIGD&sig=kZI7sc-49HFV5WTTvsIxYdfV8n8#PPA205,M1>. Acesso em: 15 ago 2008.

BORRILLO, Daniel. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUENO, Noemi Correa. Jornalismo impresso e relações de gênero: enquadramentos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo de um caso de hostilização a uma estudante. Dissertação de mestrado, FAAC/UNESP, 2010.

CIRANDA. Mulheres pelo direito de resposta. Disponível em: <http://www.ciranda.net/spip/article1027.html>. Acesso em: 15 jul. 2008.

HELAL, Ronaldo. O que é sociologia do esporte. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HERZCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em jornalismo. In LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (Orgs). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008. Pág. 123-143.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da Periferia ao Centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MARIVOET, Salomé. Assimetrias e afinidades de gênero no desporto. Disponível em: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR49f83c627ef5f_1.pdf. Acesso em: 28 nov. 2015.

MARQUES, José Carlos. A falação esportiva: o discurso da imprensa esportiva e o aspecto mítico do futebol. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/viviane/A%20Fala%C3%A7%C3%A3o%20Esportiva.pdf>. Acesso em: 26 set. 2014.

MISKOLCI, Richard. "Estranhando as Ciências Sociais: Notas introdutórias sobre Teoria Queer". In Revista Florestan Fernandes, v.2, pp. 8-25, 2014.

MORENO, Rachel. A beleza impossível. São Paulo: Agora, 2008.

RODRIGUES FILHO, Mário. O Negro no futebol. Petrópolis: Editora Fumo, 1994.

SODRÉ, Muniz. O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUZA, Marcos Alves de. "Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro". In Cadernos Pagu, Campinas, nº 6-7, p. 109-152, 1996.

VIZEU JUNIOR, Alfredo. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. Famecos, Porto Alegre, n. 30, p. 31-38, ago 2006.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 1994.

PARTE 5

O ESPORTE COMO FATOR DE
IDENTIDADE NACIONAL

A IDENTIDADE BRASILEIRA EM JOGO NA IMPRENSA FRANCESA¹

A fixação de um estilo, modo de ser, não é exclusividade de nenhum povo específico e pode ser encontrada em qualquer lugar. Não obedece a raça, gênero, cor, idade, condição social. Assim como se pode ter ouvido de como os portugueses são burros e os argentinos nossos “inimigos”, pelos brasileiros, os franceses dirão a mesma coisa dos belgas e dos ingleses. Assim como pensamos dos franceses em termos de moda, estilo, artes, Paris, os mesmos possuem uma ideia superficial de nós, como nos exemplos: festa, música, futebol, Rio de Janeiro. Portanto, o espelho que utilizamos para sabermos o que não somos, também é utilizado por outros. E o principal meio utilizado para generalização e codificação dessas imagens é a mídia. Segundo LIMA-PEREIRA (2010, p. 181, tradução nossa), nas representações midiáticas do Brasil

proliferam também a imagem das brasileiras seminuas, das dançarinas de samba ou das prostitutas e todas, sem distinção de classe ou de cor, são obcecadas pela preocupação estética. [...] as mídias difundem uma imagem de um país onde reina a violência, a criminalidade, a corrupção. Nesse universo, o brasileiro não trabalha porque os dias e as festas são marcados pelo carnaval, o futebol, a música e a dança. [...] o Brasil se tornou para as mídias estrangeiras um paraíso para as seitas e onde a tolerância religiosa parece ser comprometida. A imagem do Brasil e dos brasileiros é recheada de preconceitos. Essa imagem construída, pelo passado, [...] se transformam, pelo poder das mídias, em imagens simplistas para não dizer folcloristas.

¹ Matheus Morais Rentero (UNIFESP); Vinicius Demarchi Silva Terra (UNIFESP)

O futebol é um fenômeno com grande importância social e cultural que, por meio dos acontecimentos esportivos, produz lugares de memória na sociedade criando, assim, um amplo esquema genérico de representações, que não pode ser visto como “[...] um simples esporte coletivo a ser jogado no contexto da vida privada. É, também, uma questão social, política, cultural, econômica e diplomática” (BONIFACE, 2013, p. 87).

A construção social enraizada no imaginário social de que o Brasil é o país do futebol gerou debates sobre o modo de ser do brasileiro, de se portar em campo e na vida. O epíteto de “Brasil, país do futebol” é uma construção social que foi fomentada e naturalizada pelo tempo, ideologias e sujeitos que primeiro a promoveram (HELAL, 2011). Uma discussão acalorada e de contínuo debate é a do “futebol-arte”, tipicamente brasileiro, mestiço, gingado e malandro, contra o “futebol-força”, pragmático, duro, paciente, do outro. Essa verdade que achamos ser tão evidente traz ao senso comum um sentimento de superioridade, um lugar de poder onde possamos ser pungentes perante o resto do mundo.

Devido aos acontecimentos recentes, como a derrota na última Copa do Mundo de 2014, realizado no Brasil, face à Alemanha, pelo fatídico placar de 7x1, será que o discurso internacional sobre essa identidade estaria sendo repensada?

A questão que deflagrou esta pesquisa foi realizada após a leitura do despojado comentário da revista France Football, com a manchete “Sept fausses idées reçues sur le foot brésilien” (“Sete falsas ideias recebidas sobre o futebol brasileiro”):

“Há as imagens, as reputações. E então a realidade. Não necessariamente de acordo com nossos atalhos que a vida dura tem. Revendo os sete clichês brasileiros mais discutíveis.

1. O futebol brasileiro é espetacular

Vimos na última Copa do Mundo em casa dos Auriverdes. Sólida defensivamente, a Seleção perdeu há muito tempo aquela pimentinha que fazia seu charme. Esse toque de loucura que a diferenciava de todas as outras seleções mundiais. Europeizada em exagero, o jogo brasileiro ressentido. Acabados os encantos, os rolinhos e os chapéus. É doravante a eficácia antes de tudo. E não é o técnico Dunga, antigo meio-de-campo áspero, que lhes dirá o contrário...

2. Os Brasileiros são todos técnicos

Em um imaginário bem ocidental, o jovem brasileiro aperfeiçoa suas gamas técnicas [com] os pés na areia de Copacabana sob um sol de lascar. Logo o frescor se instala, ele foge ao abrigo para aproveitar as alegrias do futsal. Roletas, coberturas e arabescos estarão no cardápio desse banquete técnico e artístico. Entretanto, vendo certos brasileiros, e não somente aqueles que jogam na Ligue 1, fica-se a perguntar se eles encontraram a porta do ginásio ou não terão confundido com uma sala de musculação superequipada.

3. Os laterais não são defensores

Djalma Santos, Carlos Alberto, Cafu, Roberto Carlos... A cada equipe campeã do mundo, seus laterais ultra ofensivos e espetaculares. Os corredores tomados de assalto, cruzamentos em todos os sentidos e as ultrapassagens que enlouquecem as equipes adversárias. Isso funcionou até a Copa do Mundo [de] 2014. Até que o binômio Marcelo – Daniel Alves não pega água de todas as partes. O exemplo mais gritante: o naufrágio face à Alemanha (1-7) onde Marcelo se jogou na abordagem e colocou em perigo sua defesa central repetidas vezes. Dunga apertou o parafuso. Ele trocou seus alas nos amistosos colocando Danilo (FC Porto) pela direita e Filipe Luis (Chelsea) pela esquerda. Menos ofensivos, mais

robustos, os novos laterais brasileiros são antes de tudo defensores do que contra-atacantes.

4. Os goleiros são ruins

Quem ousa dizer que o Brasil não tem grandes goleiros? Como vocês podem esquecer do imenso Gilmar, conhecido por ter concedido apenas 100 gols em 96 partidas (cujas 4 durante o Mundial conquistado em 1958, depois 5 durante o novo triunfo em 1962)? Como vocês podem passar Claudio Taffarel, primeiro jogador auriverde a ultrapassar 100 chamadas [pela Seleção] e precursor da chegada dos goleiros brasileiros sobre o continente europeu? E depois os Dida, Julio Cesar, respectivamente decisivos com o Milan e Inter? Não, não, vocês erram. O Brasil tem sagradas boas muralhas, e possui mesmo o melhor artilheiro dos goleiros, Rogério Ceni. Quem pode dizer isso?

5. É sempre a festa nas arquibancadas

Ok, durante a Copa do Mundo no último verão, foi um estouro. Os estádios cheios, as bandeiras, as cores, as belas garotas que dançavam... Uma simples miragem. Isso é esquecer que durante o Campeonato Brasileiro, além dos grandes dérbis, os estádios têm a tendência de soarem vazios. De prova, nas duas últimas temporadas, a média dos espectadores não passou os 16000 no Brasileirão. A título de comparação, o Parc des sports de Annecy onde joga o Evian Thonon-Gaillard, possui uma capacidade de 15700 lugares . Isso faz sonhar menos, hein?

6. O nível do Campeonato é fraco

‘O nível do Campeonato baixou.’ É sempre a mesma coisa com os antigos. Uma vez que suas carreiras terminaram ou ao ponto de terminarem, eles vêm julgar o Campeonato dos seus países e dizer que era melhor antes. E é bem

bonito de falar mas quando a Federação Internacional de História de Estatísticas de Futebol (IFFHS) classifica o Brasil em quarto dos melhores campeonatos do séc. XXI, só atrás da Premier League, a Liga e a Serie A, não escutam ninguém mais falar.

7. Os jogadores são muito religiosos

Ok, esse aqui nós estamos de acordo! Difícil de negar porque mesmo se todos não são praticantes, todos comemoram juntos antes da partida e frequentemente depois. Da camiseta do Edmilson e Kaka às lágrimas de Thiago Silva, passando pelos dedos apontados para o céu de Neymar, difícil de escapar de Deus quando um jogo do Brasil acontece. Ao limite do proselitismo, essa multiplicação de gestos de adoração em direção ao céu pesou durante o último Mundial. Esmagados pelo peso da carga emocional, os Auriverdes quebraram os nervos contra a Alemanha e a Holanda pelo jogo do terceiro lugar. Orações não respondidas." (SIMON e TABAU, 2015, tradução nossa).

Em tom esportivo e acalorado, a análise sobre "As sete falsas ideias sobre o futebol brasileiro" veiculada na imprensa francesa rebate as representações do senso comum e sugere que a clássica identidade do futebol brasileiro, associado à espetacularização, à técnica, à festa, à ofensividade, deveria ser desmitificada e atualizada, sobretudo pelos fatos recentes associados à performance internacional do esporte. Mas seria este um debate isolado na imprensa francesa, um efeito agudo de uma crise dos 7 x 1, ou existiria um conjunto de representações brasileiras se transformando de modo crônico? A leitura desta e outras notícias da mídia esportiva francesa sobre o Brasil levou-nos a dimensionar o problema: como será que esta identidade brasileira é produzida num país como a França? Os fatos

recentes associados ao futebol estariam produzindo discursos disruptivos na mídia esportiva francesa? Estas perguntas levaram-nos a tratar do conceito de identidade internacional.

Identidade Internacional e o futebol como soft power

Para Nye Jr (2004), a identidade internacional é um processo lento e de convencimento, que age persuadindo uma internacionalização desses símbolos (produtos culturais) por influência cultural e ideológica, chamado de soft power. E o Brasil teria dois elementos essenciais desse soft power no plano internacional, “a cultura popular do carnaval e do futebol” (NYE JR, 2012, p. 224). Portanto, seria esta a identidade internacional consolidada e trazida de modo informal (mídias, ONGs, viajantes, relações comerciais) e formal (política externa, através da política e diplomacia cultural) para dentro dos seus territórios e para seus cidadãos? Houlihan (1994) estabelece um panorama geral da possível relação entre as teorias gerais (realismo, pluralismo e globalismo) das Relações Internacionais com o esporte. Primeiramente, para tanto, ele desenha uma tipologia a partir dos três modelos de agentes ou atores (Estados e organizações internacionais governamentais; ONGs internacionais; e indivíduos) e do grau de interação e envolvimento dos recursos (finanças, indivíduos, cultura/conhecimento e território). Em segundo lugar, a abordagem teórica mais adequada seria o pluralismo para tratar do esporte e suas relações internacionais, que pensaria o esporte de duas maneiras: pelo papel das ONGs do esporte (COI, FIFA, etc) como atores independentes na política internacional e suas interações com os Estados;

e pelo papel da mídia esportiva (SUPPO, 2012) e é essa abordagem a qual nos prendemos nesse trabalho.

Tendo em mente o conceito de soft power e o futebol como seu principal elemento, não há como negar a existência de estreitamentos políticos no esporte e também a facilidade de difusão de interesses, modismos, identidades, marcas e aspectos culturais pelo futebol. Entretanto, como constata Amazarray (2011, p. 64)

O nível de eficiência do futebol como ferramenta de soft power é complicado de mensurar, tendo em vista o caráter subjetivo e difuso do poder brando no seu conceito e instrumentalização. [...] Seja a música, os esportes ou o cinema, é difícil perceber ganhos efetivos em prestígio e influência efetiva advinda de aspectos culturais.

Assim, vemos que há a possibilidade dos veículos informais e não sistemáticos de influência internacional se projetar em outras culturas, numa verdadeira relação de elementos das culturas nacionais. Outro modo que isso pode ocorrer, de modo mais formal, é pela diplomacia cultural, entendida como parte das relações culturais, mas de inspiração estatal, como um instrumento que efetivamente viabiliza a inserção externa do país e contribui para consolidar sua identidade (RIBEIRO, 2011). A diplomacia cultural desenvolveu-se no início dos anos 1960, quando por falta de recursos, por interesse preexistente, mudança de estratégia e maior coerência cultural o Itamaraty agregou uma dimensão popular à "cultura nacional" (DUMONT e FLÉCHET, 2014). Tal diplomacia contribui para uma visão mais ampla e relacional de difusão e relações internacionais e diplomáticas, entretanto existiriam "forças profundas" que oferecem elementos indispensáveis para explicar traços importantes da identidade internacional

brasileira, iniciativas, gestos e decisões governamentais. Assim, Lafer (2001) destaca as seguintes forças: a escala continental; o relacionamento com os muitos países vizinhos; a unidade linguística; a menor proximidade dos focos de tensão presentes no centro do cenário internacional; o tema da estratificação mundial e o desafio do desenvolvimento. Portanto, considerando o esporte como parte da cultura nacional e dentro dessa ferramenta política, uma diplomacia esportiva poderia ser identificada pelo “[...] uso dos esportes como instrumento para avançar objetivos, causas e interesses de política externa e como fontes significativas de poder brando” (CASTRO, 2013, p. 30). Essa diplomacia promoveria uma coesão nacional e um prestígio internacional, como se fosse uma “marca”, assim ela poderia ser “[...] útil no fortalecimento de identidades e imagens e no desenvolvimento de conexões e relações entre redes e audiências para benefício mútuo” (DEOS, 2014, p. 1176).

Desse modo, baseado por um critério de Nye Jr. (cultura/atração cultural) para as fontes do soft power, Machado (2012) apoiado pelo estudo de Gueraldi (2005), afirma que o Brasil é reconhecido internacionalmente por sua música (MPB e Bossa Nova), qualidade de jogadores de futebol, exportador de novelas, pelo futebol, vôlei, samba, carnaval, criatividade e corrupção. Assim, Menezes (2011) acredita que com a percepção de elementos emblemáticos da cultura nacional, estes que se tornam símbolos da identidade brasileira, o reconhecimento no exterior como produtos brasileiros por excelência é mais fácil. Isso teria acontecido a partir de 1930, quando a maior parte dos governos fez referência a esses símbolos no âmbito interno, e no plano externo como marcas de uma identidade cordial e pacífica do homem brasileiro.

As representações esportivas e a imprensa

A relação entre a mídia e a sociedade nos ajuda no entendimento do esporte moderno como um fenômeno midiaticizado. Essa associação cria “uma zona de intersecção entre o público e o privado: o meu e o seu se confundem com o nosso, sem que disso resulte um conflito” (COSTA, 2007, p. 3). A materialização desta zona de intersecção dá-se na falação esportiva, como relata Marques (2002, p. 6):

[...] a discussão sobre o espetáculo esportivo e sobre a falação a respeito do mesmo espetáculo (incluindo-se aí os jornalistas que falam sobre ele) é o substituto mais fácil da discussão das coisas sérias da vida. A falação esportiva permite, em suma, que os falantes e agentes desse jogo (do qual não se furtam os espectadores, torcedores e leitores de jornais) brinquem de gerir a “Coisa Pública”, só que sem os cuidados, deveres, e dilemas da discussão política.

No Brasil, os anos 1930 marcam o início da fase moderna da imprensa local e a configuração do jornalismo especializado, âmbito do jornalismo esportivo, como indica Silveira (2009, p. 15):

Em 1928 inicia a fase moderna da imprensa brasileira, com expansão do jornalismo, representando um passo para a indústria cultural de identidade própria. As redações passam a conter mais jornalistas profissionais e os jornais passam a conter especializações [...]. Os assuntos são os mais variados: esportes, humorismo, medicina, teatro, cinema, radioficina, moda.

A mesma autora define jornalismo como “uma atividade profissional da comunicação que lida com notícias, dados factuais, informações” (p. 26). Assim, o jornalismo especializado trabalha com duas ferramentas: a informação e a notícia. Essas se diferem no aprofundamento e densidade com que o tema é tratado. Ainda na mesma fonte se observa essa diferença:

A notícia é mais factual, sintética e fragmentada, tem de tratar de um assunto atual, inédito, intenso, que merece destaque conforme o “olhar jornalístico” dos fatos. Já a informação jornalística não necessita de um fato gerador de interesse, é mais extensa, completa, rica em dados. (p. 48)

Conforme Costa (2007), a ampliação da cultura esportiva na sociedade dos anos 1930 provocou a reconfiguração dos editoriais esportivos, que ganharam mais espaço e profissionalismo na imprensa, sedimentando um olhar jornalístico para o esporte, que amadureceu e se diversificou em meados do século XX. O surgimento da crônica esportiva, um gênero jornalístico e ficcional situado na periferia das páginas, dotou-se de certa liberdade política e poética, transformando-se num potente agregador de público e da opinião pública. De fato, a peculiaridade do chamado jornalismo esportivo está em sua “dedicação a temas específicos e a proximidade com o universo do leitor” (SILVEIRA, 2009, p. 51). Para uma maior autenticidade e relação com os leitores, público consumidor, esse tipo de jornalismo – o jornalismo especializado esportivo – tende a utilizar de uma dupla linguagem. Aquela do próprio jornalismo e a do esporte ao qual está falando.

Neste sentido, a cobertura esportiva é realizada com ferramentas gerais, do próprio jornalismo, e com ferramentas específicas do esporte. Isto é, as regras gerais (entrevistas com fontes, formas de apreensão, construção do lead, apresentação do título, texto claro e conciso, composição da página e outros valores exigidos pelos manuais de redação) valem para todas as editorias. Porém, o jornalismo acaba incorporando fatores característicos do esporte, como a descrição da ficha técnica em jogos, o uso de expressões características do campo competitivo (linguagem agonizante, de combate, mais despojada, em função do campo ser, sobretudo, de entretenimento, etc). (BORELLI, 2002, p. 10)

Esta proximidade com o leitor produz uma retórica própria, intensa e passional, conforme Helal e Lovisolo (2009, p. 21):

O jornalismo esportivo teve e tem no esporte o espelho que ele mesmo criou: deve ser emocionante. Os valores dos pertencimentos nacionais e locais e as figuras dos heróis foram centrais na construção da emoção pelo esporte e sobre esta base seu agir foi demagógico, retórico e polêmico.

Esse lado emocional é relatado por outros autores, que indicam que a mídia é um instrumento de legitimação do herói esportivo, construído segundo uma linguagem mítica (HELAL, 2003; GODOI, 2011). É por meio dele que o espetáculo se sustenta, o público se identifica e se emociona. Rubio (2002, citado por GODOI, 2011, p. 640) relata que:

[...] a influência da mídia sobre o espetáculo esportivo faz com que o atleta profissional do esporte contemporâneo tenha sido tratado e reconhecido como personalidade pública, ídolo, herói e ideal de ego de grande parte da juventude e dos adultos, porque à sua figura estão

associados o sucesso, a fama e uma vida vitoriosa, ou seja, valores cultivados e desejados pela sociedade atual.

Tendo como pressuposto que o mito naturaliza o acontecimento e produz uma “fala despolitizada” (BARTHES, 2009, p. 234), o jornalismo esportivo, movido por um escancarado desejo de se relacionar com o público, poderia construir leituras históricas de um show esportivo (VIGARELLO, 2002)? Ou ainda, retomando o tema em questão: como o jornalismo esportivo internacional vem tratando a identidade brasileira atualmente? Alguns autores (SILVEIRA, 2009; BORELLI, 2002) defendem que o jornalista especializado esportivo tem certa autonomia no que publicar, o que é contestado por outros, dado que o seu campo está inserido num sistema de mercado e que toda a construção da atualidade é agenciada por lógicas de consumo, conforme Borelli (2002, p. 6):

[...] o mundo das fontes, o imaginário dos leitores, a concepção de um ‘leitor ideal’ e as regras internas do campo jornalístico são fatores determinantes e disputantes no espaço jornalístico esportivo. Pelo fato do colunista convocar estas inúmeras falas de outros campos sociais, pode-se dizer que sua autonomia, mesmo que maior em relação às outras editorias, é relativizada.

Esta influência do consumo provoca generalizações e consensos instaurados numa ampla difusão ideológica desses meios de comunicação, assim naturalizando várias representações sociais, como nos resume bem essa função Gastaldo (2009, p. 355):

O discurso da mídia articula determinados significados aos fatos enquanto oculta outros, é construída nesse discurso uma determinada “definição de realidade”, que, dada a

imensa difusão social de seus veículos, tem grande possibilidade de tornar-se (ou "manter-se") hegemônica, colaborando assim de modo ativo na manutenção de uma dada relação de forças no interior da sociedade.

Como era de se esperar, não detemos a exclusividade dessa construção de identidade nacional pelo futebol, outros países também o forjam assim. Entre eles destacam-se os trabalhos de Gomes e Freitas (2002) relatando sobre esse processo em Portugal, que encontraram discursos que pretendem elevar o status perante um contingente continental, através de narrativas culturais sentimentais, apoiadas em nacionalismo, identidade nacional e nação. Coelho (2004) discerniu seus resultados analisando a seleção portuguesa e a mídia esportiva local:

[...] é através da linguagem e das práticas discursivas (a sintaxe, a organização da informação transmitida, a apresentação de símbolos e signos nacionais, etc.) e de um conjunto de discursos que se agrupam em narrativas de unidade e supremo interesse nacional e envolvem a (re)produção de caracteres e personalidades nacionais, mitos históricos fundadores, valores masculinos e marciais, estilos e estereótipos ráticos que, em grande parte, se (re)imagina e reproduz hoje, quotidiana e banalmente, a nação e a identidade nacional, nos jornais desportivos. (p. 28).

Interessa-nos compreender o comportamento da mídia em períodos nos quais as representações sociais homologadas internacionalmente passam por abalos e conflitos, quando representações sociais naturalizadas seriam postas em cheque. A mídia reforça a imagem consolidada ou abre fissuras para que a hegemonia seja repensada? Frente aos traumas, crises políticas e eminentes transformações históricas do esporte, ela reforçaria positivamente as clássicas

representações de identidade ou teria autonomia para contestá-las? A partir destas reflexões delimitou-se o objetivo deste artigo: analisar a produção de sentidos de uma ideia de identidade internacional brasileira, no futebol, a partir dos discursos midiáticos da imprensa esportiva francesa sobre o futebol brasileiro, por meio do volume total de notícias e seus sentidos, entre as Copas do Mundo de 2010 e 2014, tendo como fonte o periódico online L'Équipe, disponível no sítio eletrônico www.lequipe.fr.

O monopólio do futebol no periódico francês L'Équipe

A fim de traçarmos um recorte importante sobre a visão de um discurso midiático internacional de grande relevância e amplitude, escolhemos o periódico esportivo francês L'Équipe. Há algumas razões para tal: a) ambos pesquisadores se sentem confortáveis e possuem experiência com a língua estrangeira francesa; b) tradicionalmente os jornais são considerados como material válido em pesquisas históricas, qualitativas e discursivas; c) a relevância da marca e de seu conglomerado no território francês e internacionalmente.

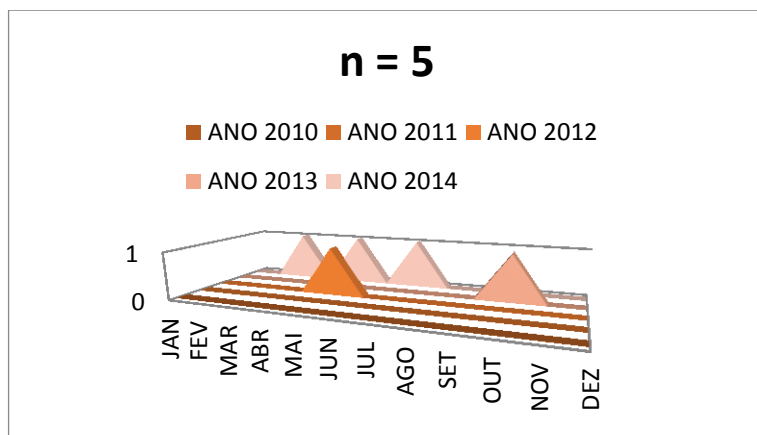
Através de estratégias editoriais, de marketing e de mercado, o conglomerado Amaury – dono do jornal L'Équipe entre outros títulos e mídias – se estabeleceu no mercado francês de modo quase monopólico. Um período de 40 anos de monopólio, 1 ano de período concorrencial e novamente monopólio do mercado, aquisição de outros títulos e expansão para outras mídias, assim desde 1948 o título L'Équipe aparece como uma marca genuína no mercado midiático francês (PONCET, 2011). Por exemplo, em 1994 o grupo Amaury possuía 63,6% do mercado de mídia esportiva francesa, e apenas um título concorria em

direto no tema “Futebol” com 3,4% do mercado. Onde o L'Équipe possuía 116 milhões de exemplares em circulação o que correspondia a 1870% a mais que a concorrência sobre “Futebol”. Portanto, as publicações do grupo Amaury captam participações e investimentos publicitários, através de criações e organização de eventos esportivos de alto rendimento e de premiações (Tour de France, Ballon d'Or , ou mesmo a Copa dos Clubes Campeões Europeus , conhecida hoje em dia como Liga dos Campeões da UEFA), cada vez mais e mais importantes e ocupam de modo durável, uma posição de monopólio para o seu jornal, configurando hegemonicamente para suas outras publicações (BOURG, 1996; MONTÉRÉMAL, 2007; RIOLO, 2010).

Notícias do Brasil no imaginário francês

Optamos por mostrar os volumes de dados das notícias investigadas por categoria e ano, sob forma gráfica, com descrições quanti-qualitativas, destacando o posicionamento positivo e negativo das notícias. A relação da categoria Identidade Internacional com o tempo pode ser observada abaixo (Gráfico 1), onde o total de inferências (positivas, negativas e neutras) da categoria foi espalhado pelo tempo em anos.

Gráfico 1 – Inferências de reforço negativo da categoria Identidade Internacional

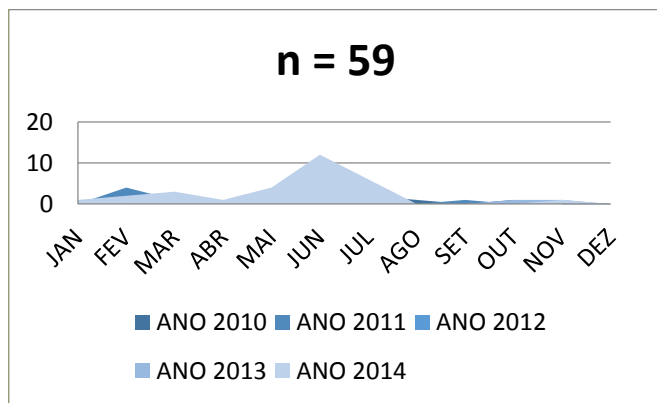


Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 1 mostra o volume de inferências negativas, ou seja, que contradizem o senso comum sobre a identidade internacional brasileira. O maior volume destas inferências ocorre no ano de 2014, durante a preparação para a Copa do Brasil, quando encontramos três inferências: a primeira reporta um manual editado pela FIFA de costumes para os estrangeiros evitarem desentendimentos quando viessem ao Brasil, nele constava impontualidade, sem paciência em filas, preferem cultivar o caos e que as coisas seriam sempre feitas no último momento . Todavia, parece que o mesmo nunca viu a luz do dia, pois foi considerado uma péssima ideia após seu lançamento e rapidamente foi retirado do ar no site da FIFA. A segunda apresenta uma enquete na qual o Brasil estaria em quinto lugar de preferência entre os franceses, se eles tivessem que escolher outra seleção fora a da França para torcer durante a Copa do Mundo , o que nos indica que há um questionamento sobre se somos ainda o país do futebol. A terceira apresenta a fala de um dos atores do espetáculo, o alemão ex-jogador

de futebol Lottar Matthäus que critica a emotividade excessiva da Seleção durante o evento esportivo, assim aqui a alegria, a festa, não estariam sendo reforçadas e sim um outro estereótipo que não seria motivador no ponto de vista do locutor.

Gráfico 2 – Inferências de reforço positivo da categoria Identidade Internacional



Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 2 fica claro que no ano de Copa do Mundo de 2014, no Brasil, entre os meses de Junho e Julho, observa-se o pico de maior volume de inferências sobre identidade internacional, assim como seu maior reforço positivo. O segundo pico aparece em 2010, durante a Copa do Mundo da África do Sul, quando o país saiu derrotado nas quartas de final. Os termos mais frequentemente encontrados foram do Brasil e do brasileiro relacionados ao país do futebol, samba, alegria, festa, ritmo, praias, paisagens, religião, acolhedor, cordialidade, sexo, sensualidade. Termos esses que ainda refletem as opiniões dos meios jornalísticos e acadêmicos, como demonstra Soares (1994) que a singularidade da identidade

brasileira não está no futebol malandro ou no traço sociocultural da malandragem, mas especialmente nas falas, acadêmicas e jornalísticas, que naturalizam tais características como uma quintessência de ser brasileiro. Além dele, diversos outros autores associam o sucesso do futebol brasileiro através dessas adjetivações e tantas mais outras, como de manha, malícia, malandragem, capoeira, ginga, improviso, felicidade, excessivamente amigáveis, relaxado, informal (BELLOS, 2014; GORDON JR, 1995; MURAD, 1994; RUGGI e COSTA, 2011; SANTOS, 1981) que permeiam o que podemos chamar de “brasilidade”.

Entre as notícias que reforçam positivamente os estereótipos brasileiros, há uma tendência de naturalização da simbologia erótica. Com a manchete “Tollé contre deux tee-shirts Adidas (Clamor contra duas camisas da Adidas)” a notícia relata a retirada de venda de duas camisas produzidas pela parceira oficial da FIFA, a empresa alemã Adidas, pois incitariam o turismo sexual (Figura 1).

Figura 1 – Ilustrações das camisas da Adidas que estariam sendo vendidas



Fonte: L'EQUIPE.fr, 2014.

A primeira, em amarelo, traz os dizeres em inglês "Procurando marcar" (com explícita conotação sexual, até mesmo com uma mulher morena e de pele bronzeada ao lado), e a segunda em verde, traz "Eu amo o Brasil" (com o coração em formato de uma bunda ao contrário com um biquíni fio-dental). Com repreensões de políticos, e até da própria presidente Dilma Rousseff, aqueles que tiveram a ideia dessas camisas, elaboraram-na, confeccionaram-na e provavelmente não pensaram no número desproporcional de mulheres envolvidas no tráfico humano (UNODC, 2009) e o combate à violência sexual empreendida pelo Brasil .

De fato, a grande maioria das falções encontradas foi positiva e a diferença comparativa entre os dados foi brutal (59 inferências positivas contra 5 negativas em todo período analisado). Isso não era o que esperávamos, pois acreditávamos que uma identidade cultural "internacional" (ou seja, aquela que é criada pelo outro de nós mesmos) também estaria sendo afetada nos últimos anos e sendo refletida num dos aparatos culturais mundiais, o futebol. Ou seja, a imagem do Brasil e do brasileiro apresenta-se essencialmente a mesma, pelo menos no meio do jornalismo esportivo, sendo sempre estereotipada, calcada e reforçada como algo natural, exótico e erotizado.

Exemplo digno de citação é o trabalho de Barbosa (2006) que, por meio da análise geral da mídia que cobriu o evento o "Ano do Brasil na França – Brésil, Brésils", em 2005, mostra que a imagem do Brasil no imaginário francês teria sido construída a partir de relatos de viajantes franceses e mesmo de historiadores brasileiros. Apesar do esforço dos seus organizadores, a autora afirma que o Brasil

ainda é aludido simbolicamente pelo carnaval, futebol e mulher bonita para os franceses: “mais forte que o setor de agribusiness, que a pujança do parque industrial, que a seriedade das pesquisas nas grandes universidades e instituições científicas, é a exportação da imagem de um país que ‘fait la fête’ (faz a festa), frase que vive na boca dos franceses” (p. 72, grifo da autora). Outro dado curioso encontrado pela autora é certa incoerência entre o que é redigido na pauta da imprensa francesa, que prima pela ética e pelo politicamente correto não deixando se levar por estereótipos e fornecendo informações sobre o país multifacetado que é o Brasil, e as imagens e ilustrações que adornam essas publicações. E assim, por mais que deem informações, esclareçam que somos um país continental, onde as desigualdades sociais são enormes, que os negros e mestiços não possuem as mesmas oportunidades, que a ideia da democracia racial é falsa, o brasileiro seria, no imaginário francês, fruto de uma mestiçagem dos tempos da colonização, habitante de uma terra paradisíaca, onde todos os sonhos e aspirações pudessem ser realizados, mesmo que todas essas ideias tenham surgido a partir do século XVI elas se mantêm intactas atualmente (BARBOSA, 2006). Vide as imagens daquele “Ano do Brasil na França” (Figura 2)



Figura 2 – Capas de revistas representando o Brasil. Fonte: Barbosa (2006).

O mais interessante como nos mostra a autora, é que na imagem da esquerda, onde há uma baiana vestida nos trajes típicos, a matéria principal da revista trazia como manchete “Fascinante Brasil – uma grande estação brasileira se abre na França. É a ocasião de redescobrir o país de brasa além dos clichês” (BARBOSA, 2006, p. 73). Posto isto, encontramos em nossos dados também referências visuais semelhantes quando era necessário representar o brasileiro.

Outro trabalho que mostra o reducionismo cultural na imprensa francesa em outras áreas é o de Travancas (2002), que analisou os jornais franceses na cobertura do movimento político “Diretas Já!”. Com a mesma preocupação com o leitor francês para a compreensão da realidade brasileira, agiram de forma ética, mas não acrescentaram informações substanciais sobre o país, e principalmente “não romperam com imagens e símbolos previsíveis, ao contrário reforçaram os já

estabelecidos. O Brasil continuou sendo a terra do samba, do carnaval, do futebol” (p. 97).

Mas não é só de festa, alegria e futebol que o imaginário internacional tem do Brasil. Pereira e Cassiano (2013) analisaram dois jornais estrangeiros (um inglês e o outro estadunidense) não exclusivamente esportivos na construção da imagem do Brasil antes da Copa de 2014, observaram nos comentários dos seus leitores que o Brasil é considerado como “uma espécie de país ‘sem dono’, onde a criminalidade e o tráfico de drogas reinam além [de] considerarem os brasileiros lerdos e sem a capacidade de planejamento e organização” (p. 8), desse modo os aspectos de reforço negativo, assim como nós o entendemos, são visíveis. E isso também é visto noutro trabalho, que analisou a cobertura política da reeleição do presidente Lula em dois jornais espanhóis, e encontrou que “[...] parece pertinente e razoável afirmar que aos poucos o Brasil é enquadrado no contexto internacional como um país em vias de desenvolvimento. [...] A cultura nacional, por sua vez, segundo o olhar estrangeiro, ainda é vista a partir da pobreza” (FABRES, 2010, p. 15).

As máscaras do futebol

Antes de tecermos quaisquer conclusões a respeito da identidade internacional brasileira, temos que ter em mente mesmo que intuitivamente que nosso imaginário e a cobertura midiática nacional não estão tão distantes do reducionismo que nos é colocado. Podemos notar que a imagem da Torre Eiffel, queijos, vinhos, país da moda, amor e filosofia são chavões frequentes.

Embora toda a contradição já exposta, os caminhos que algumas imagens da brasilidade tomaram informalmente, levando em consideração a dificuldade de mensurar a influência do soft power do futebol pela subjetividade, existem tentativas e uma política nacional de uso dessa ferramenta e do futebol como seu expoente atualmente. Utilizado pela política externa objetivamente a partir de 2003, no governo Lula, o futebol foi – e ainda o é, vide os megaeventos esportivos que ocorreram e ocorrerão no Brasil – mobilizado pela diplomacia brasileira para aumentar o prestígio do país, difundir sua cultura, expandir sua influência, e assim dar pontapé na diplomacia esportiva brasileira propriamente dita (RESENDE, 2010; VENTURA, 2010). Tanto isso é real que há estudos sobre o planejamento e a gestão do futebol no exterior, pelo Ministério das Relações Exteriores, demonstrando a preocupação com o avanço ou pelo menos a sistematização para uma melhor diplomacia e organização esportiva brasileira (BRASIL, 2015).

Enquanto discorremos sobre as imagens em si, tanto positivas quanto negativas de reforço, operação a qual não poderíamos deixar de fazer, algumas questões e hipóteses levantadas já podem ser respondidas ou pelo menos parcialmente. Não há um apontamento de mudança de identidade internacional brasileira, tanto no meio da mídia esportiva, quanto visto em outras áreas de conhecimento e produção de discursos. O que podemos constatar é que há um cuidado, algumas das vezes, em mostrar os dois lados da moeda, tanto os clichês positivos quanto os negativos. Entretanto, essa escolha parece operar pelo interesse econômico e ideológico daqueles que produzem o discurso, quer sejam atores do espetáculo, quer seja a mídia em si, e tende a resvalar para o lado folclórico e de reforço positivo. A tendência de ritmo e frequência desses discursos

parece ser cíclica, e dependente de grandes eventos (no caso do futebol, os eventos esportivos maiores como as Copas do Mundo, mas o reducionismo não se aplica só aqui, como foi visto nos diversos outros casos apontados anteriormente). Ademais, não parece haver uma pluralidade de identidades no discurso da imprensa esportiva francesa, como traçamos nas hipóteses. cremos, também, que a consolidação dessa identidade internacional brasileira aponta mais para a influência do soft power informal, como podemos ver anteriormente por viajantes, historiadores, acadêmicos, mídia, ONGs (FIFA, clubes de futebol) estrangeiros e brasileiros, acomodada no processo de globalização que é a máxima do zeitgeist pós-moderno. Pois a formalização dessa diplomacia só foi realmente consolidada pelo Brasil no século XXI.

Assim, como considerações finais, voltamos ao trabalho de Hilário Franco Júnior (2013), e como ele questionamos: seria o Brasil o “país do futebol”? Considerando o número de jogadores e clubes existentes no Brasil, seríamos o país com o maior número de profissionais. Entretanto, boa parte deles não consegue viver com a remuneração do futebol, o que os levaria a uma categoria semiamadora em outros países. Ademais, tomando em conta as populações, o peso do contingente de praticantes brasileiro não é superior, ao inglês, por exemplo, como também a China, os EUA, a Índia, Costa Rica e Alemanha, e a tendência é a diminuição dos praticantes, por falta de espaço, questão econômica e de interesse. O público nos estádios também não permite afirmar que somos os que mais gostamos de futebol, sendo bem inferior a de outros países. Considerando as temporadas de 2011 brasileira e 2011-2012 europeia, dentre os 100 clubes com maiores médias mundiais, somente 3 eram brasileiros. Ou ainda, a paixão pelo futebol no Brasil não seria tão grande quanto se propaga. A cada

dez torcedores brasileiros três não torciam por clube algum, numa pesquisa do Ibope, de 2002. O DataFolha de 2010 comprovou, que os brasileiros sem clubes (25%) superavam a maior torcida nacional (Flamengo, 17%). Além disso, nossa cultura tática e informacional é sofrível, 85% dos torcedores brasileiros não sabiam o que era a Copa das Confederações. Isso seria reflexo da quantidade e qualidade da mídia esportiva no país, considerando os contextos históricos e as populações: o jornal francês *L'Équipe* publica 28 exemplares por mil habitantes, enquanto o brasileiro *Gazeta Esportiva* apenas 6, o que quer dizer 5 vezes a menos que o francês. O nível técnico é outro fator clamado da identidade brasileira. Porém o nível dos campeonatos é baixo se compararmos com a organização, e interesse e divulgação televisiva de outros campeonatos estrangeiros. Mas vale ressaltar o processo de globalização e de transferências de jogadores entre os mercados, pelo atrativo econômico que os é claro. Outro ponto, é que somos pentacampeões e sempre favoritos. Entretanto, nossa superioridade é relativa, pois em 19 Copas do Mundo, conquistamos 5, o que dava até a data de publicação do estudo, 26,3% de aproveitamento. Enquanto a Itália tinha 23,5% (4 conquistas em 17 Copas), a Alemanha tinha 17,6% (3 em 17, mas agora aumentou para 22,2% com 4 em 18), o Uruguai tinha 18,18% (2 em 11).

Assim, tratando-se da metonímia o “país do futebol” concordamos com Franco Júnior (2013, p. 55), ao afirmar que:

O problema, como o tempo foi revelando, é a fragilidade da fórmula “país do futebol”, que pressupõe que ele vença sempre, ou quase, e com estilo. Quando isso não acontece o país imaginário se esgarça e revela o país real. [...] Mesmo tendo o país mudado bastante de lá para cá, a falta de eventos marcantes que ao longo da nossa história tenham forjado um forte sentimento de nacionalidade fez

com que este continuasse sendo construído em torno de elementos acessórios. [...] O Brasil carece, no futebol e na vida, de um olhar realista, equilibrado, não de autoimagens enganosas. Poder-se-ia, então, começar por esta constatação – o Brasil é país de bons futebolistas, não o país do futebol. E despindo-se dessa máscara, falsa, talvez ele possa finalmente ser mais do que isso.

Mas, talvez, mais do que despir-se de uma máscara para que possamos nos enxergar como realmente somos, é perceber que, com ou sem máscara, fomos nós que permitimos essa visão do mundo sobre nós mesmos. Consentimos calados, e até de certa forma orgulhosos quando nos convêm.

OS CLUBES DE FUTEBOL DE SÃO PAULO E A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: DA COMUNIDADE BRITÂNICA À INICIATIVA DOS TRABALHADORES FABRIS, 1895-1930¹

O texto pretende estudar o surgimento dos clubes de futebol na cidade de São Paulo e o funcionamento destes enquanto espaços de sociabilidade e de construção de identidades. Para isto, analisaremos, inicialmente, os cinco primeiros clubes de futebol da capital paulista e os grupos sociais que estes ambientes de socialização representavam. Em seguida, destacaremos a gênese de clubes de futebol a partir de iniciativas dos trabalhadores fabris, simbolizando grupos ávidos pelos seus próprios espaços de convívio e de trocas de experiências. Enfocaremos os principais “clubes de fábrica” de São Paulo, com o intuito de identificar seus membros, suas propostas iniciais e os caminhos pelos quais se enveredaram.

O período foi pensado pelos seguintes motivos: o ano de 1895 registra os primeiros contatos da capital paulista com o futebol através dos sócios britânicos do *São Paulo Athletic Club* (SPAC), enquanto o ano de 1930 corresponde ao momento em que a *Light* intensificou a concessão de incentivos ao “futebol de fábrica”. Discutiremos aqui, os diferentes modelos de clubes criados para a prática do futebol.

Cumpramos destacar ainda que o recorte histórico remete a uma fase de profundas mudanças na capital paulista. Acelerada industrialização, modernização, chegada de imigrantes, formação da classe operária e ocupação

¹ Renan Vidal Mina (USP)

do espaço urbano são alguns dos elementos constitutivos da modernidade paulistana. Um forte sincretismo cultural assentou-se sobre a cidade, propiciando novas formas de sociabilidade e a emersão das sociedades desportivas.

O esporte como expressão da modernidade e sociabilidade

Entre o final do século XIX e início do século XX, a cidade de São Paulo adentrou em uma etapa de significativas mudanças no que concerne à sua vida política, econômica e cultural. Ao assumir a condição de “capital dos fazendeiros de café”, São Paulo se tornou um grande polo de investimentos do capital estrangeiro. Tamanho *status* adquirido pela nova morada da elite cafeeira exigia da mesma uma infraestrutura e um cotidiano dignos de uma cidade moderna. De maneira progressiva, a paisagem foi sendo consumida pela expansão de atividades comerciais e industriais. Sua ornamentação paisagística sofreu drásticas alterações, incorporando os aspectos fragmentados do urbanismo inglês, francês e alemão. Os modelos das vestimentas também não ficaram ilesos, sendo cada vez mais influenciados pela moda parisiense. Instalou-se uma nítida “missão civilizatória”, dotando a cidade de uma artificialidade repentina e transformando-a em um espelho de elementos oriundos do velho continente que remetiam à modernidade.

Mas a *belle époque* paulistana não se restringiu a modernização da infraestrutura, das roupas ou a ações direcionadas para o “embelezamento” citadino. As atenções das classes mais abastadas também se voltaram para a criação de novas formas de convívio e diversão. Seus membros faziam questão de erigir espaços que expressassem a sociabilidade europeia, como teatros, cinemas,

cafés e restaurantes.² Participar de saraus literários, audições musicais e danças de salão simbolizava um hábito extremamente “civilizado”, quase uma exigência para aqueles ocupavam os postos mais altos na estrutura social.

A busca incessante pelos encontros, pela vida em sociedade, se estendeu até a esfera do esporte. Foram surgindo os primeiros clubes privados voltados para a promoção das modalidades esportivas, idealizados, principalmente, por personagens da elite paulistana, inspirados nas práticas de lazer que haviam conhecido em suas viagens pela Europa.

A cidade de Paris era um dos destinos preferidos dos latifundiários brasileiros. O grande berço da cultura e dos prazeres atraía aqueles que desejavam desfrutar do tempo livre para as diversões. Durante suas luxuosas estadias, estes homens vinculados ao capital cafeeiro³ encantaram-se com as corridas de cavalos e bicicletas, modalidades até então muito apreciadas pela aristocracia europeia. Os costumes parisienses exerceram grande influência sobre

² RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paula. (orgs.). *História da cidade de São Paulo - A cidade na primeira metade do século XX: 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 215-257.

³ Segundo Saes (2004, p. 240), “a noção de capital cafeeiro, bastante frequente na historiografia recente, procura dar conta de uma característica peculiar dos empresários paulistas do período. Com uma riqueza fundada na propriedade da terra, esses fazendeiros adquiriram feição de empresários urbanos: são acionistas e dirigentes de estradas de ferro, comerciantes, banqueiros, acionistas e dirigentes de serviços urbanos, industriais e frequentemente políticos. Assim, seu capital, embora circule em torno de atividades ligadas à produção cafeeira, não se limita à esfera estritamente agrária dessa atividade: é um capital agrário, mas é também capital comercial, capital financeiro, capital industrial. Daí a noção de capital cafeeiro, que procura dar conta das múltiplas faces da atividade desses empresários paulistas da Primeira República”.

o esporte nacional, sendo o turfe e o ciclismo os responsáveis pela gestão do cenário esportivo de São Paulo.

Neste contexto, a imagem do *sportsman*⁴ ganhou notoriedade perante a elite paulista. Tornar-se membro do seleto grupo dos *sportsmen* era um sinônimo de prestígio, simbolizava um estilo de vida condizente com uma capital dita moderna. Para as classes opulentas locais, impregnadas pelos modismos europeus, era uma questão de honra promover e financiar o desporto. O interesse dos rapazes ricos pelo lazer esportivo transformara este em um sinal de distinção em relação aos mais pobres.

Mas, como veremos no decorrer deste capítulo, o esporte adquiriu o aspecto de um fenômeno sociocultural plural. Os indivíduos mais abonados não foram os únicos que se deixaram seduzir pelos divertimentos esportivos. Com o passar do tempo, estratos sociais diversos se renderam diante daquela originalidade. O antigo hábito de repousar aos fins de semana para “recarregar as energias” passou a ser visto como um despropósito por um número cada vez maior de pessoas, um costume totalmente antiquado que precisava ser extinto. O descanso estava na contramão de uma cidade mergulhada na onda das

⁴ Segundo Gambeta (2015, p. 47), “até a última década do século XIX a palavra *sportsman* não era atribuída a um atleta, a alguém que praticasse atividades físicas, mas sim aos abastados que se envolviam com as corridas, os criadores e patrocinadores”. Nos primórdios do esporte, o *sportsman* era constantemente associado a um apostador. No turfe, por exemplo, os jôqueis eram pagos para representarem os *sportsmen*. Estes últimos assistiam as corridas na tribuna de honra e depois desfilavam, sob aplausos, ao lado de seus cavalos vencedores. Conforme aponta Corbin (2001), o *sportsman* deveria ser um verdadeiro *gentleman*. Ganhando ou perdendo dinheiro, este indivíduo deveria reagir de maneira exemplar. Respeitar e reconhecer os méritos dos adversários eram os requisitos básicos exigidos do comportamento de um *sportsman*.

inovações, tecnologias, comércio e indústrias. Acreditava-se que os corpos só acompanhariam o ritmo do progresso, caso estivessem adestrados, “regulados”, ou seja, funcionando em perfeitas condições, assim como os modernos maquinários importados.⁵

O espaço urbano foi se abrindo à prática de atividades físicas. Nos clubes ou ao ar livre, o importante era manter-se ocupado com os exercícios corporais e encetar novas socializações. O quadro esportivo de São Paulo, que havia sido impulsionado pelo turfe e pelo ciclismo na segunda metade século XIX, passou a contar com uma gama de modalidades. Os estrangeiros que chegavam à cidade, atraídos pelas promissoras oportunidades de emprego e investimento no comércio e na indústria, foram peças chave neste processo de desenvolvimento do esporte. Imigrantes europeus, acostumados a integrarem associações recreativas e esportivas em seus países de origem, trouxeram na “bagagem” o conhecimento sobre atividades físicas variadas, propiciando o contato de São Paulo com a ginástica, o *cricket*, a natação, o atletismo e mais uma série de modalidades. O envolvimento de diferentes atores sociais com o esporte foi um meio encontrado por eles para criarem suas próprias referências na capital paulista, uma tentativa de fortalecerem o sentimento de pertencimento em relação à cidade cosmopolita.

Os primórdios do futebol em São Paulo: os clubes pioneiros

⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 33-48.

Tendo como pano de fundo este cenário de efervescência cultural, um novo item proveniente do continente europeu desembarcou em solo paulistano no final do oitocentismo: o futebol. Credita-se a Charles Miller o papel de mito fundador da modalidade no Brasil. O jovem nascido em São Paulo, descendente de escoceses por parte de pai e de ingleses pelo lado materno, seguiu para a Inglaterra para aprimorar seus estudos. Foi lá onde manteve os primeiros contatos com o futebol. Atuou na equipe do *Banister Court School* e, mais tarde, fez parte do elenco do *Southampton Football Club*.

Quando regressou à capital paulista, por volta de 1894, Miller trouxe duas bolas de futebol e um livro de regras referente à modalidade inglesa. Para sua surpresa, o futebol era pouco conhecido no local. Apesar da colônia britânica presente na cidade,⁶ seus membros estavam mais apegados ao *cricket*, o qual era praticado dentro das instalações do SPAC.

Fundado em 1888 e destinado a ser um espaço de manutenção da identidade britânica e de sociabilidade de seus integrantes, o SPAC era frequentado, principalmente, pelos funcionários da *São Paulo Gas Company*, do

⁶ Na segunda metade do século XIX, a produção café do Oeste Paulista alcançou grande destaque. Para transportar o produto em boas condições até o porto de Santos, o governo paulista centrou suas atenções na tecnologia ferroviária. Em 1867, graças ao capital inglês, foi inaugurada a primeira ferrovia do Estado de São Paulo, denominada *São Paulo Railway*, interligando Santos à Jundiá. São Paulo se tornou uma intermediadora natural entre a produção do interior e o porto exportador, fato suficiente para assumir o papel de centro decisório sobre os negócios do café. Como consequência, a cidade atraiu uma série de outros investimentos que tinham o capital britânico como base. Em geral, as atividades eram implementadas para atenderem as necessidades da economia cafeeira. Além da empresa ferroviária, podemos citar como exemplos destas inversões a criação do *London Bank* e da *São Paulo Gas Company*. A capital paulista passou a abrigar uma mão-de-obra especializada, formada por imigrantes britânicos e seus descendentes.

London Bank e da *São Paulo Railway Company*.⁷ Trabalhadores qualificados e pertencentes à classe média da época, estes indivíduos foram os primeiros alunos de Charles Miller.⁸ O jovem engajou-se em um verdadeiro processo de conversão junto aos britânicos radicados na capital paulista, ensinando-lhes táticas e técnicas do jogo.

Segundo relatos, para a sorte de Miller, os sócios do SPAC se mostraram receptivos com aquela novidade. Os primeiros treinos ocorreram na chácara da família Dulley, no bairro do Bom Retiro, onde era ensinado o “bê-a-bá” do futebol: chutar a bola, driblar, cobrar laterais, pênaltis, *corners*, aprimorar o passe. Todos estes ensinamentos culminaram com a realização da primeira partida, disputada na Várzea do Carmo em 14 de abril de 1895. O embate travado entre o *The Gas Works Team* e o *The São Paulo Railway Team* terminou com a vitória do primeiro pelo placar de 4 a 2.⁹

O “pontapé” inicial dado por Miller inspirou a emergência de novos clubes que passaram a estimular a prática do futebol. Muitos eram os objetivos que embasavam estas agremiações. Algumas tinham a finalidade de promover encontros entre os iguais, estabelecer laços de identidade e/ou preservar a tradição. Outras valorizavam a diversidade, não restringindo a entrada de sócios.

⁷ Fundadores do SPAC: William Snape, William Fox Rule, Peter Miller, William Speers (superintendente da *São Paulo Railway Company*), Charles Walker e Percy Lupton (MILLS, 1996).

⁸ Norman Biddell, um dos principais jogadores do SPAC, era contador na *São Paulo Gas Company*. O próprio Charles Miller trabalhou no almoxarifado da *São Paulo Railway Company*. Posteriormente, Miller foi bancário e também atuou como agente de viagens e transportes marítimos na *Royal Mail Lines*.

⁹ MILLS, John Robert. Charles William Miller - 1894/1994 - Memoriam SPAC. Nova York: Price Waterhouse, 1996, p. 37-39.

O SPAC, a *Associação Atlética Mackenzie College* (AAMC), o *Sport Club Internacional* (SCI), o *Sport Club Germânia* (SCG) e o *Club Athletico Paulistano* (CAP) foram os responsáveis por preparar o terreno para que o futebol se transformasse na principal atração esportiva de São Paulo. Os cinco foram os únicos participantes da primeira edição do Campeonato Paulista da modalidade, disputado em 1902 e organizado pela Liga Paulista de Futebol (LPF).

A AAMC foi fundada em 1898, graças ao professor norte-americano Augustus Farnham Shaw.¹⁰ Os integrantes da associação eram jovens estudantes brasileiros ou filhos de imigrantes, que atuavam em nome da instituição americana *Mackenzie College*, subordinada à Igreja Presbiteriana e à Universidade de Nova York.

Em agosto de 1899 surgiu o *Sport Club Internacional* (SCI), heterogêneo, fundado por indivíduos de diferentes nacionalidades que integravam a classe média.¹¹ Três alemães que estavam presentes na reunião de fundação do SCI opuseram-se a proposta de identidade pluralista e, no mês seguinte, na residência dos irmãos Rudolph e Hermann Wahnschaffe, instituíram o *Sport Club Germânia* (SCG), sob a liderança de Hans Nobling.¹² O SCG destinava-se à comunidade teuto-brasileira presente na cidade, composta por indivíduos que exerciam profissões variadas. Os irmãos Wahnschaffe, por exemplo, eram filhos de um

¹⁰ Além de educador, Shaw era um missionário presbiteriano, esportista, nascido em Clayville, no Estado de Nova York. Tentou propagar junto aos seus alunos e companheiros de religião algumas modalidades, como o basquete, o *rugby* e o futebol.

¹¹ Defendendo a ideia de aglutinar associados de diferentes origens, o SCI contava, principalmente, com jogadores brasileiros, alemães e ingleses.

¹² Antes de chegar ao Brasil, Hans Nobling havia sido jogador do *Sport Club Germania*, de Hamburgo, primeiro clube alemão de futebol, fundado em 1887.

comerciante alemão, dono de uma distribuidora de bebidas e materiais para a construção civil, com sedes em São Paulo e Santos. Hans Nobling, ao contrário de Rudolph e Hermann, era um imigrante com origens mais simplórias. Em Hamburgo, Nobling era funcionário de uma casa exportadora no porto. Após emigrar para a capital paulista, trabalhou como balconista em uma farmácia e depois atuou como bancário. Outros integrantes exerciam ofícios ligados ao comércio exterior, tais como Tommy Ritscher, comissário de café no porto de Santos, e Hermann Friese, comerciante com escritório de representações. Era raro encontrar um esportista reconhecidamente rico no SCG. Uma das poucas exceções era o paulistano Arthur Ravache. Jogador e dirigente do clube, Ravache manteve-se na direção da filial do *Banco Brasileiro Alemão (Brasilianische Bank fuer Deutschland*, com matriz em Hamburgo) por trinta anos.¹³

O CAP, por sua vez, foi fundado em novembro de 1900, graças à iniciativa de membros da elite paulista com base fundiária. O clube apresentava-se como a única associação composta por legítimos brasileiros, e só foi adotar a prática do futebol entre o fim de 1901 e começo de 1902. Em comparação com as agremiações anteriores, o CAP era o único fortemente vinculado às tradicionais famílias de grandes cafeicultores.

Como podemos observar, o futebol reproduzia a mobilidade social que ganhava força em São Paulo, reflexo das profundas transformações modernizantes que aí ocorreram. As esferas de sociabilidade, que outrora estiveram direcionadas para os mais abonados, ampliavam-se à medida que

¹³ GAMBETA, Wilson Roberto. *A bola rola: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol 1895-1916*. São Paulo: SESI-SP, 2015, p. 173.

novos clubes aderiam ao futebol. A modalidade expressava o aparecimento das camadas médias formadas por imigrantes, cujos interesses - não negamos - aproximavam-se mais aos da elite do que dos subalternos. No entanto, devemos ter o devido cuidado para não generalizarmos e taxarmos os primeiros clubes que se aventuraram no futebol de estritamente elitistas. A rigor, tal rótulo caberia exclusivamente ao CAP. As agremiações oriundas da classe trabalhadora mais especializada eram coadjuvantes ideais para os espetáculos da elite cafeeira, figurando como exemplo de “respeitabilidade e de comportamentos honrados a serem imitados pelas massas menos qualificadas”.¹⁴

Os “clubes de várzea”: o exemplo do *Sport Club Corinthians Paulista*

Não é possível precisar a velocidade com que o futebol se espalhou pela cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Porém, não podemos desconsiderar o fato de que uma atividade cultural importada leva um certo tempo até ser codificada pela sociedade receptora. Em termos de espectadores, o futebol despertou uma maior atenção do público a partir da realização do primeiro Campeonato Paulista, quando os embates coletivos tornaram-se mais explícitos aos olhos do público. Foi neste momento também que as publicações dos jornais e revistas começaram a dar maior ênfase aos jogos, ajudando na divulgação da modalidade.

Diferentes autores já se arriscaram na árdua missão de tentar explicar o(s) porque(s) do futebol ter adquirido tamanha popularidade. Como o

¹⁴ GAMBETA, Wilson Roberto. (2015), *o.p. cit.*, p. 172-173.

aprofundamento desta questão não está entre os nossos objetivos, preferimos sintetizar as hipóteses que acreditamos serem as mais pertinentes para fundamentar a atração que esta atividade esportiva exerceu sobre as camadas populares.

Parece plausível considerar a ideia de que a própria dinâmica do jogo possui ingredientes capazes de prender a atenção das pessoas. A modalidade é uma das poucas em que o mais fraco pode surpreender o favorito, dificultando qualquer previsão sobre o resultado final das partidas; as regras sofreram poucas mudanças ao longo do tempo, algo que facilitou sua assimilação; os confrontos entre as equipes tem o potencial de simular batalhas emocionantes, podendo suscitar excitações miméticas¹⁵ e a catarse¹⁶; os jogadores não precisam ter dotes físicos extraordinários, nem equipamentos caros e sofisticados, podendo improvisar um simples “bate-bola” até mesmo em locais com infraestrutura precária.

Sendo assim, é preciso não perder de vista a difusão do futebol na cidade de São Paulo. Os processos simultâneos de industrialização, especulação imobiliária nas áreas centrais e crescimento urbano desordenado, incidiram no espraiamento da modalidade. Para se acostumarem com uma cidade tão fremente

¹⁵ As excitações miméticas são emoções e sentimentos que se assemelham, em parte, com o que sentimos em determinadas situações sérias da vida; a diferença é que na esfera esportiva, essa excitação não apresenta riscos ou ameaças, sendo, portanto, mais agradável (ELIAS; DUNNING, 1992).

¹⁶ Para Elias e Dunning (1992), a catarse corresponde à expulsão dos elementos nocivos ao corpo; é o acalmar-se pela emoção. Os duelos esportivos permitem alcançar a vitória sobre o(s) adversário(s) através de uma luta física, sem o risco de resultar em danos mais graves. O desfecho da tensão do confronto e o esforço para atingir a vitória podem ter um efeito alegre e purificador.

e firmarem suas próprias referências, os operários careciam de um “escape”, precisavam criar seus espaços específicos de socialização. Um divertimento tão cativante e que aparentava ser acessível, como o futebol, possibilitou isto. Desde então, o operariado passou a encarar as “peladas” como formas agradáveis de quebrar a extenuante rotina de serviço e estabelecer laços entre os integrantes da classe.

A Várzea do Carmo, palco da primeira partida de futebol disputada pelos britânicos, foi intensamente tomada pelos trabalhadores dispostos a praticarem a modalidade. No entanto, o espaço não era suficiente para abrigar todos os times. Havia mais gente interessada pelos prêmios, mas o adensamento dos terrenos centrais impeliu os campos de futebol para os bairros operários mais distantes. Brás, Belém, Penha, Bom Retiro, Canindé, Ponte Grande, Santana e Ipiranga concentravam a maior parte dos “clubes de várzea”.¹⁷

Estes clubes que reuniam as camadas populares não se restringiam ao futebol informal.¹⁸ Também era comum a promoção de atividades sociais diversas, como bailes, piqueniques, excursões e pescarias, ou seja, manifestavam um nítido anseio em consolidaram-se como lugares de encontros.

As iniciativas da classe operária proporcionaram resultados interessantes. A maior expressão disto é o surgimento do *Sport Club Corinthians Paulista* (SCCP),

¹⁷ Na Várzea do Carmo, o futebol de rua começou a adquirir maior organização, isto é, foi lá onde as camadas populares esboçaram a formação de seus primeiros clubes, os quais passaram a ser reconhecidos como “clubes de várzea”. A partir de então, tornou-se comum “batizar” as agremiações operárias que surgiam em diferentes bairros de “clubes de várzea”.

¹⁸ Quando falamos em futebol informal, estamos tratando sobre a atividade esportiva que passou a fazer parte do cotidiano da classe trabalhadora, praticada nas horas de folga e desvinculada de entidades oficiais.

um dos principais clubes de futebol do Brasil, fundado em setembro de 1910 por um grupo de trabalhadores e operários do bairro do Bom Retiro.¹⁹ Reunindo jogadores altamente técnicos, o Corinthians figurava como uma equipe capaz de duelar, de igual para igual, com os clubes tradicionais do futebol de São Paulo.

Contudo, conquistar o direito de participar do Campeonato Paulista não foi uma tarefa simples para os “braçais” corinthianos. Conforme vimos, mesmo que nem todos os clubes da cidade estivessem rigorosamente ligados à camada mais abastada, não podemos deixar de frisar que o comando da LPF centrava-se nas mãos da elite fazendeira vinculada ao CAP. Para estes *sportsmen*, seria descabível dividir espaço nos espetáculos esportivos com a classe mais baixa. Como fiéis defensores dos princípios amadores, da educação refinada e da conduta moral irretocável, evitavam ao máximo cogitar tal hipótese. Acreditavam que a presença dos subalternos seria uma ameaça perigosa à boa ordem dos eventos.

Mas a presença dessas barreiras não foi o suficiente para frear os objetivos do SCCP. Uma série de fatores começou a minar a influência das famílias cafeicultoras sobre a LPF: arbitragens desastrosas, discussões e conflitos dentro das quatro linhas, desavenças entre os diretores dos clubes. Todos estes componentes resultavam em pequenos problemas à entidade responsável pela administração do futebol paulista. Nada se compara, porém, ao abalo causado pela ascensão do *Sport Club Americano* (SCA). Fundado em Santos, em 1903, o SCA foi convidado a participar do Campeonato Paulista de 1907.²⁰ O clube santista

¹⁹ O Bom Retiro era um bairro que abrigava muitos operários, sobretudo de origem italiana. Justamente por isso, parte da primeira diretoria do Corinthians era composta por imigrantes italianos ou descendentes destes.

²⁰ O SCA foi fundado por antigos alunos da Escola Americana e do *Mackenzie College*.

era dirigido pelos irmãos René e Henrique Vanorden, cunhados de Augustus Shaw - professor do *Mackenzie College* - e empresários renomados no setor gráfico-editorial e em negócios de importação. Com elevado poder financeiro, os Vanorden imprimiram na agremiação uma gestão empresarial, destoando da clássica ideia de que os clubes deveriam funcionar como espaços de convívio. Os empresários não faziam questão de esconder que o principal objetivo do SCA era contratar os melhores jogadores para se firmar como potência no futebol de São Paulo.²¹

É bem verdade que o aliciamento sobre os jogadores mais talentosos não era uma tática incomum no esporte paulista. Apesar dos discursos da LPF valorizando os clubes que possuíam associados “fiéis”, isto não significa que os mesmos não se interessavam pela contratação de atletas de “fora”. De forma velada e aproveitando-se das lacunas do estatuto da liga, os clubes tradicionais contratavam jogadores que estavam disponíveis no mercado ou até mesmo imigrantes recém-chegados que haviam atuado por algum clube em seus países de origem.²²

²¹ GAMBETA, Wilson Roberto. (2015), *op. cit.*, p. 336-337.

²² Na prática, a LPF não averiguava o tipo de vínculo mantido entre clubes e jogadores. A entidade exigia apenas que uma lista com os nomes dos integrantes das equipes fosse apresentada trinta dias antes do início do campeonato. Atletas recém-chegados de outros Estados ou do exterior, e que eram contratados pelos clubes com o único propósito de fortalecerem seus times para a disputa das competições, não precisavam pagar a joia de admissão e nem as mensalidades para jogar. Bastava somente comprovarem que tinham residência fixa no Estado de São Paulo há mais de um mês e estavam aptos a jogar. Até mesmo o CAP recorreu a esta artimanha, incorporando em suas equipes jogadores talentosos provenientes das camadas sociais medianas, bem como ingleses e alemães (GAMBETA, 2015).

O que os Vanorden trouxeram de inovação foi o fato de não dissimularem a prática de aquisição de jogadores. Não importava se os jogadores contratados pelo SCA apresentavam alguma identidade com o clube. O importante era montar verdadeiros “esquadrões” e importunar o domínio dos clubes tradicionais, especialmente do CAP.

Dentro de campo, o SCA foi se tornando um adversário indigesto e sua fama perante os torcedores paulistas só aumentava. O crescimento e a audácia do clube causaram um enorme desagrado aos latifundiários que ditavam os rumos da LPF. A animosidade e as desavenças entre os dirigentes do SCA e do CAP atingiram um nível irreversível nos bastidores, e a elite fazendeira optou, então, por afastar-se do comando da entidade.

Com o racha formado, os clubes vinculados ao operariado se animaram com a possibilidade de se filiarem à LPF, pois sem a presença do CAP, acreditavam na emergência de um processo de democratização. O Corinthians adquiriu o direito de disputar o Campeonato Paulista no início de 1913, meses antes dos diretores do CAP anunciarem a criação de uma coligação concorrente à liga, denominada *Associação Paulista de Sports Athleticos* (APSA).²³

Os “clubes de fábrica”

²³ A elite fundiária fundou a APSA com o objetivo de recuperar o controle sobre os espetáculos de futebol. Com o passar do tempo, a APSA foi deixando para trás o seu caráter conservador e começou a implementar, aos poucos, um processo de democratização, tentando obter a adesão de novos clubes e automaticamente enfraquecer a LPF. Após constantes embates nos bastidores, a LPF não suportou a pressão e se rendeu. Em 13 de janeiro de 1917, a tradicional entidade foi absorvida pela APSA (GAMBETA, 2015).

Se levarmos em consideração a trajetória dos clubes de origem operária, realmente o Corinthians foi o que alcançou o maior prestígio no futebol paulista.²⁴ Outros clubes surgiram a partir da iniciativa do operariado, mas, diferentemente do SCCP, seus integrantes tiveram que se submeter ao comando da empresa em que trabalhavam, sendo conhecidos, então, como “clubes de fábrica”.

O desejo dos operários pela construção de seus próprios espaços de convivência coletiva era evidente. Pretendiam, mesmo que por alguns instantes, distanciarem-se da pesada rotina de trabalho e compartilharem ideias. Para a classe trabalhadora, o ato de criar clubes poliesportivos direcionados somente à categoria, era uma possibilidade atrativa e com potencial para atender seus objetivos. Porém, apesar de todo ímpeto dos subalternos, não era raro ver os seus planos cercados por um considerável empecilho: a escassez de recursos. Para contornar as adversidades e arcar com os custos de organização de um clube nos moldes que almejavam, foi necessário que muitos trabalhadores recorressem à direção das fábricas, buscando obter destas, subsídios para o desenvolvimento do esporte.

Os industriais não hesitaram em conceder auxílios para a fundação dos grêmios dos trabalhadores, dando uma atenção ainda maior para aqueles em que o futebol era o “carro chefe” dentre as opções esportivas. Os empresários logo viram na modalidade, elementos comuns e com relativo potencial para atenderem

²⁴ Apesar das raízes operárias, Almeida (2013) salienta que a consolidação do Corinthians no cenário futebolístico se deve aos laços que o clube estabeleceu ao longo dos anos com importantes nomes da sociedade paulista, tais como Antônio Alcântara Machado (deputado), Alfredo Schurig (empresário bem sucedido do ramo de parafusos e ferragens), entre outros.

às exigências da pedagogia fabril. Na visão destes, ao jogarem futebol, os operários estariam sendo treinados a trabalharem em equipe, conforme demandado pela fábrica moderna; a especializarem-se em determinadas funções, como exigido pelas linhas de montagem; a respeitarem as regras e a hierarquia, sob a ameaça de serem penalizados; e a buscarem o máximo de eficiência, valorizando o uso racional do tempo.²⁵

Ao estimularem o futebol operário, os empresários descobriram não só um mecanismo velado de controle e disciplina sobre o tempo livre dos trabalhadores, mas, sobretudo, um jeito de fazer com que o clube funcionasse como uma vitrine da empresa. Além da publicidade de seus produtos, a empresa buscava transmitir uma imagem positiva através do futebol, de uma instituição preocupada com o bem-estar físico e o divertimento de seus trabalhadores.²⁶

Convém salientar, entretanto, que a ideia de utilizar os clubes como veículos publicitários de estabelecimentos industriais começou a transformar o “futebol de fábrica” em um espaço altamente seletivo. Se esta atividade esportiva poderia servir de ferramenta para propagar uma imagem favorável da empresa que a bancava, logo, seria mais conveniente aos empresários, que as equipes fossem formadas pelos melhores jogadores. Deste modo, a seleção de atletas para os “times de fábrica” foi ficando mais rigorosa, e as oportunidades foram sendo concedidas somente aos operários que tinham maior “intimidade” com a bola. Aos demais funcionários, restavam o papel de espectadores nas arquibancadas ou a

²⁵ MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 91-93.

²⁶ ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. *Futebol de fábrica em São Paulo*. 1992. 190f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1992, p. 9-10.

participação em outras atividades promovidas pelo clube: frequentar bailes, cinema, ir à piscina, entre outras.

Nesse sentido, se ampliarmos nossa escala de análise acerca da relação histórica entre futebol e indústria no Brasil, veremos modelos de “clubes de fábrica” em diferentes cidades no raio do século XX. O caso mais emblemático - e bastante abordado pela literatura nacional - é o do *Bangu Athletic Club*, fundado no Rio de Janeiro em 1904. A ideia de criar o clube partiu de alguns técnicos e mestres ingleses que trabalhavam na *Companhia Progresso Industrial*, também conhecida como Fábrica Bangu, uma tecelagem brasileira, de capital português. Como o número de ingleses não era suficiente para jogar os prêmios, estes decidiram convidar outros operários para tentar fortalecer o pedido junto aos diretores da tecelagem.²⁷ Com a aprovação da proposta, o *Bangu Athletic Club* passou a depender diretamente da ajuda da fábrica.

A empresa cedeu um terreno de sua propriedade para a instalação do campo de futebol e também ficou responsável pela aquisição e distribuição dos uniformes para os operários-jogadores. Os trabalhadores que compunham o “time da fábrica” conseguiram certas vantagens na atividade profissional regular, como dispensas para os treinamentos, trabalho mais leve e possibilidade mais rápida de promoção.

No Estado de São Paulo, temos exemplos ainda mais antigos que o Bangu. Em meados de 1902, na cidade de Sorocaba, graças à iniciativa de técnicos ingleses da *Fábrica de Tecidos Votorantim*, foi fundado o *Votorantim Athletic Club*, o qual também era composto por operários italianos. No ano seguinte, os próprios

²⁷ De acordo com Antunes (1992), o Bangu foi fundado por nove indivíduos: sete ingleses, um italiano e um brasileiro.

italianos assumiram o papel de protagonistas, criando um segundo clube de futebol, o *Savoia Team*, cujas atividades perduraram até a década de 1960.²⁸

Não se sabe exatamente o(s) motivo(s), mas o fato é que os melhores jogadores do Votorantim se transferiram para o Savoia, transformando este último no único clube representante dos empregados da tecelagem. Para sustentar tal posição, o Savoia teve que se submeter às influências do quadro diretivo da empresa, caracterizando-se, desde o início, como um clube de futebol que priorizava apenas os trabalhadores que mais se destacavam como futebolistas.

Acreditamos que os “clubes de fábrica” de Sorocaba ajudam a ilustrar a dimensão alcançada pelos modelos de organização social-esportiva no Estado de São Paulo. No caso sorocabano, denota-se, inclusive, uma antecipação em relação a capital paulista, talvez pelo fato de que grandes empresas do ramo têxtil ainda estivessem situadas no interior, onde os colonos do café representavam um grande mercado para os seus produtos.²⁹

Quando direcionamos nossa análise para a cidade de São Paulo, notamos que os “clubes de fábrica” ganharam maior impulso a partir do final da primeira década do século XX, ou seja, após o estabelecimento da empresa canadense *The São Paulo Light and Power Company Limited*. A chegada da *Light*

²⁸ No início dos anos 1940, o Savoia registrou-se na Federação Paulista de Futebol (FPF) e teve o seu nome modificado para Clube Atlético Votorantim (CAV), assumindo um caráter plenamente profissional. Os jogadores eram registrados como empregados da Votorantim, mas na realidade, não trabalhavam na fábrica. Pelo contrário. Eram pagos apenas como futebolistas. Os demais funcionários da empresa, incomodados com a situação, passaram a questionar os cargos fictícios. Devido às sucessivas reclamações dos trabalhadores, a empresa decidiu encerrar as atividades do CAV nos anos 1960 (ANTUNES, 1992).

²⁹ De acordo com Saes (2004), Itu, São Roque e Salto de Itu eram cidades que abrigavam grandes empresas do setor têxtil. Além da Votorantim, Sorocaba ainda abrigava a Fábrica Santa Rosália.

proporcionou inovações significativas, especialmente no que se refere ao fornecimento de energia elétrica à indústria local. Utilizar a eletricidade como fonte de energia ao invés do vapor tornou-se uma opção bastante atrativa às fábricas de grande porte, que rapidamente se concentraram na cidade.³⁰

Neste contexto, é provável que a *Regoli & Cia. Ltda.* tenha sido a primeira grande empresa paulistana a patrocinar o "futebol de fábrica". Localizada na Mooca e reconhecida como um dos principais estabelecimentos industriais do setor de fiação e tecelagem, a *Regoli* financiava, desde 1907, um clube formado por seus operários. Dois anos mais tarde, a tecelagem foi adquirida pelo empresário italiano Rodolfo Crespi, e o clube de futebol, que até então fora mantido pela *Regoli*, teve o seu nome modificado para *Crespi F.C.*³¹

A renomada família Matarazzo, detentora da *S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo*, também subsidiou o "futebol de fábrica". Os funcionários que trabalhavam nos escritórios do complexo industrial fundaram em 14 de novembro de 1914, a *Associação Atlética Matarazzo* (AAM), um clube social e poliesportivo, destinado, principalmente, à prática do futebol. Por exigência da fábrica, os indivíduos recém-contratados para os escritórios eram obrigados a filiarem-se à AAM, independentemente se seriam frequentadores assíduos ou não,

³⁰ São Paulo passou a abrigar estabelecimentos industriais que atuavam em diferentes ramos. Saes (2010) cita alguns exemplos: *Regoli*, *Crespi & Cia*, *S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo* e *Companhia Industrial São Paulo* (setor de fiação e tecelagem); *Companhia Antártica Paulista* (produção de cerveja); *Elias Farhat*, *Souza Nogueira*, *Clarck Ltd.* e *Coelho da Rocha* (confeção de calçados); *Companhia Mecânica Importadora* (fundição e obras sobre metais); *Vidraria Santa Marina* (setor de vidros e cristais); entre outros.

³¹ Na década de 1930, o *Crespi F. C.* teve o seu nome modificado para Clube Atlético Juventus, firmando-se entre as agremiações profissionais de São Paulo (ANTUNES, 1992).

e os valores das mensalidades eram diretamente descontados das folhas de pagamento.

O “time dos escritórios” era o principal representante da empresa no futebol, mas não o único. O complexo industrial Matarazzo possuía unidades fabris instaladas em diferentes bairros de São Paulo. Em quase todas elas, existiam pequenos clubes de futebol criados pelos trabalhadores “braçais”: *Atléticas Brás* (Mariângela), *Ermelino Matarazzo* (Celosul), *Água Branca*, *Belenzinho*, *São Caetano*, entre outros.

Houve uma série de discordâncias entre a AAM e os clubes formados pelos trabalhadores mais humildes. O pessoal dos escritórios não queria ser confundido com os operários do “chão de fábrica”, enquanto estes últimos reclamavam que eram menos favorecidos. A AAM propôs que todos os pequenos clubes do operariado se vinculassem a ela, alegando que tal medida acarretaria em uma maior integração entre as associações representantes da indústria Matarazzo. Mas os “braçais” não se animaram com a ideia. Não queriam submeter-se às ordens da AAM, tampouco colocar em risco a identidade e as relações que haviam construído dentro de seus próprios espaços de interação.

O auxílio para os pequenos clubes dos operários manteve-se mínimo. A AAM, mais tradicional, melhor estruturada e submissa às ordens da fábrica desde a sua origem, gozava de imenso prestígio junto aos irmãos Ermelino e Eduardo Matarazzo, herdeiros da fortuna. A equipe de futebol da AAM foi escolhida pelos industriais para representarem a empresa da família no Campeonato da Liga Esportiva Comércio e Indústria (LECI), de 1933, onde se sagrou vice-campeã. A

partir dos anos 40, a AAM filiou-se à Federação Paulista de Futebol, assumindo traços mais “profissionais”.³²

A *Light* foi outra grande empresa que se “curvou” ao “futebol de fábrica”. Devido à sua dimensão e o elevado contingente de trabalhadores, não foi possível estabelecer um clube de futebol único para defender as “cores” da companhia. Foram criadas diversas pequenas agremiações formadas por empregados, representando diferentes seções ou departamentos da fábrica. Dentre as mais importantes estão a *Sociedade Esportiva Linhas e Cabos* (SELC) e a *Associação Atlética Light & Power* (AAL&P).

A SELC foi fundada em 17 de setembro de 1920 e suas atividades encerraram-se em abril de 1943.³³ O clube destinava-se aos empregados da seção de Linhas e Cabos - denominada posteriormente Divisão de Distribuição -, responsável pela instalação e conservação da rede elétrica. A modalidade que mais atraía adeptos na SELC era o futebol. A *Light* disponibilizou dinheiro e

³² Ermelino Matarazzo chegou a ser goleiro da equipe juvenil do Palmeiras, era um apaixonado pelo futebol. Aos poucos, ele e seu irmão, foram imprimindo novas características à AAM, destoando da ideia inicial de que o clube de futebol deveria funcionar como um “passatempo” para os empregados dos escritórios da indústria Matarazzo. Ermelino e Eduardo decidiram “profissionalizar” a AAM. Contrataram um técnico com experiência, roupeiro, massagista, comissão técnica e passaram a pagar premiações em dinheiro para os jogadores, o famoso “bicho”. Aproveitando-se do fato de ser um futebolista, Ermelino começou a convidar jogadores mais “rodados” do futebol paulistano para integrarem a equipe da AAM em algumas partidas.

³³ As atividades da SELC foram prejudicadas pelas sucessivas mudanças no setor administrativo da *Light*. O quadro de empregados da Divisão de Distribuição foi bastante reduzido. Se em 1934 o número de funcionários era de 678, em 1944 sobravam apenas 45. A quantidade de sócios decaiu, incidindo diretamente na diminuição do montante arrecadado através das mensalidades. Com poucos recursos, foi impossível manter o clube em funcionamento.

material de construção para a instalação da infraestrutura necessária à disputa dos jogos. Contudo, para que a edificação fosse concretizada, os sócios do clube tiveram que “colocar a mão na massa”, trabalhando gratuitamente nas horas de folga e nos fins de semana.

Diferentemente da SELC que era composta por trabalhadores “braçais”, a AAL&P foi criada em 16 de março de 1930 graças à iniciativa de funcionários dos escritórios centrais da *Light*. A AAL&P apresentou um projeto interessante, o *Light Club*, com o intuito de criar um espaço social e esportivo que congregasse os empregados de diferentes setores da empresa. A administração da companhia gostou da proposta e decidiu subsidiá-la.

Com o passar do tempo, a AAL&P foi se distanciando de seu propósito original. Os fundadores e dirigentes do clube eram indivíduos mais instruídos e com salários melhores do que os demais empregados que completavam o quadro de sócios. Eles se incomodavam com o fato da AAL&P ser identificada como mais um simples “clube de fábrica” de São Paulo.

Visando alcançar uma imagem mais “digna”, os funcionários dos escritórios aproximaram-se de Edgard de Souza, vice-presidente da *Light* e personagem de destaque no universo futebolístico da capital.³⁴ Edgard tornou-se uma espécie de padrinho da AAL&P e a sua influência foi determinante para que o clube se filiasse à APSA em 1931. A AAL&P passou a disputar os campeonatos de futebol ao lado das agremiações mais conceituadas da cidade, enquanto os sócios subalternos foram colocados à margem do processo.³⁵

³⁴ Edgard de Souza foi o primeiro presidente do São Paulo F.C.

³⁵ O futebol promovido pela AAL&P tornou-se privilégio de um grupo restrito. As demais atividades cotidianas deixaram de receber a devida atenção da associação. Alijados do clube, a grande maioria dos

O ar cosmopolita e industrial, aliado a um desejo pela adoção do “moderno”, foram condições determinantes para que o esporte se alastrasse por São Paulo. Em uma capital pretensa a experimentar formas de sociabilidade mais condizentes com o seu *status* econômico, as sociedades desportivas emergiram como espaços oportunos para estabelecer interações entre os indivíduos, valorizar culturas e construir identidades. Deste modo, foram criados diversos gêneros de clubes esportivos.

Os primeiros que aderiram ao futebol contaram com a participação ativa da elite fundiária ou de imigrantes europeus que compunham uma classe média em ascensão. Com o passar do tempo, os clubes de futebol começaram a germinar na várzea ou até mesmo dentro das fábricas, expressando o anseio dos subalternos pela criação de seus próprios espaços de socialização.

Ao difundir-se no ambiente fabril, o futebol foi “apropriado” pelos empresários, que passaram a incentivar a organização dos clubes de trabalhadores, não apenas para propiciar a diversão e o lazer de seus empregados, mas, acima de tudo, para divulgarem o nome da empresa e de seus produtos nos campeonatos que disputassem. Como consequência, o “futebol de fábrica” transformou-se em um espaço de sociabilidade destinado a uma minoria de trabalhadores. Já que esta atividade esportiva ajudaria na divulgação da imagem da empresa, nada mais vantajoso para os industriais do que a montagem de clubes bastante competitivos, formados apenas pelos funcionários que tinham maior habilidade com a bola nos pés. Muitos empregados, excluídos do “futebol

sócios foi perdendo o hábito de frequentá-lo. Somado a isso, alguns problemas financeiros também minaram a continuidade da AAL&P. Como consequência, o clube encerrou suas atividades em 1944.

de fábrica”, tornaram-se meros expectadores dos colegas ou tiveram que buscar alternativas de socialização em outras atividades promovidas pelos grêmios dos trabalhadores.

IDENTIDADE NACIONAL E O RUGBY NO BRASIL¹

Nesse artigo analisaremos a prática esportiva, mais especificamente do rugby no Brasil, sob a ótica da construção de uma identidade nacional específica, pensando esse sentimento como algo fluído, contínuo e sempre em transformação, um sentimento que não possui elementos únicos e superiores. O rugby, apesar de contar com muitos nativos praticantes, foi inicialmente uma modalidade dominada por imigrantes, que através da sua prática iniciaram o seu relacionamento com o Brasil.

O imigrante, ao mesmo tempo que retoma a prática da modalidade que aprendeu em sua terra nativa, estará constantemente dialogando com essa nova cultura nacional, procurando interpretar e entender os costumes e tradições da nova terra. Esse processo é um constante diálogo entre a cultura original do sujeito e os novos valores, construindo da interação desses dois sua própria visão do que é fazer parte desse país.

O rugby é uma atividade que vai muito além da prática do esporte dentro de campo, transmitindo um conjunto de valores e exigindo dos atletas uma dedicação importante fora do campo, seja na organização de um esporte eminentemente amador, ou através da participação nos tradicionais terceiros tempos.

O rugby será uma das primeiras formas de socialização que muitos desses estrangeiros irão vivenciar no Brasil, já que vinha do seu país de origem. A

¹ Diego Monteiro Gutierrez (USP)

prática então irá permear o processo de aculturação do imigrante, constituindo um ambiente de identificação com o Brasil, pelo contato com os nativos e sua participação no grupo. Este processo vai auxiliar a construção de uma noção própria de brasilidade, que mesmo ocorrendo em um grupo reduzido e com características específicas, não pode ser descartada como menos legítima ou irrelevante.

Nesse sentido vamos procurar desconstruir a noção original de identidade nacional, entendendo esses dois conceitos, identidade e nacional, como elementos extremamente fluidos sendo constantemente negociados dentro da sociedade, nunca encontrando uma forma definitiva, além de interpretado de forma diferente por diferentes grupos, conforme vem sendo discutido, principalmente a partir dos anos sessenta.

A busca pelo conceito de nação

A noção de nacionalidade está completamente arraigada no mundo moderno, sem nenhum indício de que, em um futuro próximo, as pessoas possam começar a se identificar em outros termos. No mundo moderno tudo pode ser colocado em termos nacionais, idioma, cultura, culinária, música, constituindo uma parte importante no modo como as pessoas são vistas e se veem. “Ter uma nacionalidade não é uma característica inata do ser humano, mas chega realmente a parecê-lo” (Gellner, 1993, p.19)

Apesar de ser vista como algo eterno, remetendo a um passado imemorial, a nação só surgiu como entidade política a partir do século XIX. O estudo do conceito de nação como algo artificial só ganhará força a partir do fim

dos 60, quando diversos teóricos, como Talal Asad, Edward Said, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson se debruçaram sobre o assunto (Teixeira, 2005, p.6).

No período anterior a esses pensadores o estudo das nações era da alçada dos historiados, e se relacionava mais com a sua formação. A nação era um elemento dado e atemporal, pouco atraindo os grandes sociólogos, por exemplo, Marx, Durkheim e Weber pouco discutiram sobre o assunto. (Gellner, 2008)

A definição do que é uma nação, e seus derivados, ainda é controversa. Partindo da descrição jurídica temos como base da nação uma população que compartilha uma herança comum. Pessoas que possuem a mesma língua, os mesmos costumes, uma história em comum, que fazem com que tenham uma identidade única, e habitem uma determinada região, com fronteiras definidas.

Se em 1918 essa definição era clara e, de certa forma consagrada, apenas algumas décadas antes a palavra nação tinha um significado totalmente diferente. Analisando o dicionário da real academia espanhola vemos que a palavra nação, no sentido moderno, aparece apenas em 1884. Nas edições anteriores essa palavra era apenas definida como "agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino" (Hobsbawm, 2008, p.25). No início do século XIX a nacionalidade era vista como nada mais do que o local de nascimento de uma pessoa. Não existia a relação direta entre território e cultura, como dois elementos inseparáveis.

A existência de um Estado não era considerada um elemento fundamental para a manutenção da cultura e da identidade de um povo, nem que um território deveria ser necessariamente governado por aqueles que constituíam

a maioria da população. Podemos perceber como a lealdade e a legitimidade residiam em outros elementos analisando as dinastias que governaram a Europa, durante o século XIX. A realeza inglesa atualmente se identifica como descendente da Casa de Windsor, essa corrente, porém, só surgiu em 1917, em meio ao sentimento anti-germânico, durante o reinado de George V. Antes disso, seus dois antecessores, Edward VII e George IV, eram afiliados da Casa de Saxe-Coburg and Gotha, de origem germânica, da qual fazia parte também o Kaiser Wilhelm II e o Czar Nicolau III. Durante todo o século XIX o povo britânico não viu problema em reverenciar uma casa real de origem Germânica, nem os monarcas eram vistos com desconfiança. (Hobsbawn, 2008)

O século XIX viu a formação e o crescimento da ideia de nação e do nacionalismo, de tal forma que não podemos pensar o século XX sem levarmos em conta esse fenômeno. Um fenômeno que atravessou as classes sociais, identidades regionais e cresceu da tal forma que, em 1914, parecia algo extremamente lógico para um jovem alemão morrer por um país criado apenas algumas décadas antes, formado por uma série de reinos que haviam conservado sua independência e cultura durante séculos. O que mudou na Europa nesse período, que elementos transformaram a mentalidade da população desse modo?

“Sendo assim, segundo nosso modelo, a era de transição para a industrialização estava também destinada a ser uma era de nacionalismo.” (Gellner, 1993, p.66). A nação é uma filha da modernidade e da modernização, não se pode pensar os eventos que aconteceram depois da revolução francesa sem pensarmos na nação, nem podemos pensar a nação sem levarmos em conta esses mesmos acontecimentos. A criação de uma consciência nacional também levará em conta as necessidades do capitalismo nascente, se adequando aos

objetivos do capital e da sua expansão econômica. Por ser criada na era de grande soberania europeia (Hobsbawn, 2010) não podemos pensar a nação sem pensar os eventos desse continente, mesmo que tenha se espalhado pelo mundo.

A Revolução Francesa, como coloca Hobsbawn, produziu um dos primeiros documentos que trata desse conceito, na Declaração de Direitos de 1795.

“Cada povo é independente e soberano, qualquer que seja o número de indivíduos que o compõe e a extensão do território que ocupa, esta soberania é inalienável”. Nesse artigo estão as bases do nacionalismo que viria a crescer, porém a carta não define ainda seus conceitos bases. A defesa da soberania será um dos elementos chaves da nação e virá a preencher muitas das lacunas de poder deixadas pela queda dos antigos regimes (Anderson, 2005)

Com a Revolução Francesa, o iluminismo e o conseqüente aumento da democracia, as antigas lealdades foram aos poucos sendo erodidas. Não era mais possível controlar a população da Europa com as antigas ferramentas existentes há séculos. A religião, o direito divino, a nobreza de sangue, perdiam força diante de uma população cada vez mais cética, que não tinha mais medo de uma punição divina em caso de desrespeito. A ideia de uma recompensa após a morte, depois de uma vida de submissão às vontades do soberano não atraía mais a população, que se mostrava cada vez mais disposta a buscar as recompensas ainda na terra. (Hobsbawn, 2008; Anderson, 2005).

Nesse ambiente de mudança o apelo nacional se tornava uma ferramenta importante. O sentimento de união reforçava a ideia de que todos os habitantes compartilhavam essa herança, estavam destinados a um futuro melhor. Trabalhando juntos em prol da grandeza de sua nação chegariam à terra

prometida, se sobressaindo em relação aos outros povos inferiores. A nacionalidade viria a servir como um farol em um mundo cada vez menos místico, ela daria para as pessoas o sentimento de eternidade, de que seu sacrifício não seria em vão, de um passado glorioso do qual fazem indiretamente parte, e um futuro onde não serão esquecidos. “A magia do nacionalismo é converter o acaso em destino. Poderíamos dizer, com Debray – sim, que eu tenha nascido francês é bastante casual; mas, no fim das contas, a França é eterna” (Anderson, 2005, p.33)

O nacionalismo também oferecia um contraponto importante ao crescimento do comunismo, a unidade mundial dos trabalhadores era deixada de lado em prol de uma união entre as classes. Tanto o proletariado quanto a burguesia compartilhavam um passado em comum e juntos deviam lutar pela grandeza de seu povo, contra a ameaça externa representada por aqueles, os estrangeiros, que buscavam destruir seu estilo de vida e bem-estar. Todos juntos trabalhariam, de forma harmoniosa, pela grandeza de seu povo e prosperidade da nação (Hobsbawn, 2008)

O apelo nacional oferecia muitos benefícios para a elite política e para a organização do estado. O apelo do nacionalismo, porém, se enraizou profundamente nas classes trabalhadores, conquistando um apoio muito além do que qualquer membro dos pequenos movimentos ultranacionalistas pudesse sonhar. Os movimentos aos poucos começaram a pipocar pela Europa, mudando a cara política do continente. Aos poucos todas as regiões passaram a contar com suas próprias minorias buscando autodeterminação, da Catalunha aos Balcãs.

A vida das populações como um todo se alterou drasticamente na Europa do século XIX, as novas tecnologias se infiltraram até os cantos mais atrasados do continente, a industrialização e a mecanização da lavoura

desestruturaram as comunidades tradicionais. A imigração em massa fez com que um número inédito de pessoas se deslocasse por distâncias impensáveis até algumas décadas atrás. As estruturas do estado passaram a participar de todas as instâncias da vida da população, com a atuação dos exércitos, dos cobradores de impostos, dos censores. Os habitantes da Europa em 1900 estavam muito mais cientes do tamanho do mundo e não tinham mais condições de se afastar dele.

A expansão da rede de comunicação e de transportes alterou drasticamente a vida das populações europeias. No século XVIII ainda diversas regiões viviam em total isolamento, era possível para uma pessoa passar a toda sua vida sem contato com o mundo exterior, falando apenas o seu dialeto local. O poder do estado central, mesmo nos casos mais consolidados, como França e Inglaterra, era pouco efetivo e executado pelas lideranças regionais. As viagens eram sempre muito longas e cansativas, o transporte de produtos era complicado e extremamente custoso.

Todo esse panorama se alteraria drasticamente durante o século XIX, as estradas de ferro se espalhariam pelo continente, tornando o transporte de pessoas e matérias muito mais eficiente. A continuidade do desenvolvimento econômico exigia a utilização de recursos, matérias e humanos, em escalas cada vez maiores, a única entidade capaz de uma organização nessa escala era o estado, que durante o século XIX aumentou a sua influência na sociedade exponencialmente. (Hobsbawn, 2008).

O estado nacional tomava então o lugar das antigas organizações políticas menores e passava a demandar a lealdade de seus súditos, que deviriam agora se reconhecer como membros desse estado. A expansão das comunicações

também permitiu aos habitantes terem cada vez mais contato com o “outro”, se reconhecendo como um grupo.

A questão do idioma também foi fator fundamental na criação de uma consciência nacional entre as populações europeias. O continente, ainda hoje, possui um enorme número de pequenos dialetos. Em um primeiro momento a língua não era um elemento unificador entre as populações. Idiomas que hoje são considerados nacionais, como francês e inglês, eram usados apenas por um pequeno número de pessoas, de classe mais alta, letrados e envolvidos na administração do estado. Para a maioria da população não havia conflito algum em usar uma língua em casa, e outra no ambiente de trabalho, sendo considerado algo natural. (Hobsbawn, 2008; Gellner, 1993).

O século XIX trouxe, também nesse aspecto, diversas mudanças. O aumento da população e da extensão dos estados, aliados à criação da imprensa, fizeram com que a comunicação entre o estado e os seus cidadãos fosse feita majoritariamente de maneira escrita. Nesse cenário uma língua escrita específica teria de ser eleita como a língua estatal. Em alguns lugares essa escolha foi fácil, por já existirem idiomas estabelecidos e bem estruturados, com uma história de grandes escritores e um número de falantes significativo, como o Inglês. Em outras regiões isso se mostrou um assunto extremamente complexo, como no caso do Império Habsburgo, que englobava boa parte do que é hoje a Europa oriental indo desde a Áustria até a Turquia, com sua constelação de etnias e linguagens. (Anderson, 2010)

A contínua evolução do estado capitalista também exigia uma sociedade cada vez mais letrada. O século XIX foi a era da educação primária, nunca um número tão grande de crianças teve acesso ao estudo, mesmo nos países mais

atrasados do continente (Hobsbawn, 2008). Isso novamente levantou a questão da escolha da língua que deveria ser ensinada para as crianças. Nesse sentido havia o consenso de que algumas línguas estavam fadas a morrer, seja pela sua dificuldade em se tornar escrita, pelo pequeno número de falantes ou pela dificuldade de se adaptar ao vocabulário moderno. No início do século XIX isso era considerado um fato e muitos dos próprios falantes viam esses fenômenos com naturalidade (Hobsbawn, 2008).

A expansão do estado gera uma grande demanda por cargos e o funcionalismo público passa a ser uma carreira das mais prestigiosas, principalmente para o segmento médio da população, que busca a ascensão econômica e social. Nesse cenário a língua passa a ter uma importância política, aquele que domina a língua estatal passa a ter uma vantagem sobre aqueles que a falam como segundo idioma. No outro extremo, a atuação estatal fica fechada para aqueles que não possuem conhecimento de determinada língua.

No fim do século XIX a relação entre a língua e o estado terá um grande destaque, pois um estado nacional, com um idioma nacional, significa na verdade o controle político daquele determinado território por uma elite específica, que não terá o risco de concorrência nesse controle, estando protegida pelo desconhecimento do código pelas pessoas de fora. (Hobsbawn, 2008)

Esse cenário, obviamente, não é absoluto, havendo casos também onde as organizações nacionais foram construídas de outras maneiras, com o caso mais emblemático da Suíça, que conseguiu construir um estado estável e duradouro agregando quatro populações com histórias e culturas diferentes. (Gellner, 1993).

As transformações políticas e econômicas ocorridas na Europa do século XIX foram os grandes catalisadores da construção do nacionalismo moderno,

porém a maior parte da população ficou alheia a essas transformações, percebendo apenas marginalmente a mudança pela qual passavam os estados. O nacionalismo, porém, conquistou um apoio massivo entre os diversos povos, passando de uma ideologia restrita a um pequeno número de intelectuais de direita para um movimento de massas, com grande força nas camadas inferiores da população.

O apelo nacional para as massas virá na forma do retorno a um passado idílico, que não necessariamente existiu. O século XIX foi um período de grandes mudanças, industrialização, urbanização e migração. Populações antes restritas à agricultura em comunidades tradicionais se verão, em um período de poucas décadas, transformadas no exército industrial nos grandes centros urbanos, vivendo em condições desumanas, em cortiços abarrotados, sem condições de higiene, trabalhando em condições igualmente ruins.

A migração em massa também irá contribuir para aflorar esse sentimento, com os imigrantes sendo vistos, com frequência, como um dos grandes responsáveis por essas transformações. A comunidade judia foi, durante esse período, um dos principais alvos dos nacionalistas, principalmente no leste europeu. O judeu era representado como a união de todos esses medos. Ele é estrangeiro, sem um lugar de origem e espalhado pelo mundo, ao mesmo tempo em que engloba todos os elementos da destruição da comunidade tradicional, sendo a representação do capitalista, do banqueiro e do industrial, os supostos responsáveis pela desestabilização da antes próspera comunidade tradicional (Hobsbawn, 2008)

O apelo para as massas será feito na forma de retorno a essa suposta comunidade tradicional, um lugar de prosperidade, onde a as pessoas eram mais

felizes, as coisas eram mais simples. Uma purificação que expulsará os elementos alienígenas e trará de volta a vida perdida.

O século XIX também foi o grande período de domínio Europeu. Nunca antes ou depois houve um continente com tanto poder sobre o resto mundo. Isso levou à exportação dos ideais políticos, econômicos e culturais europeus. Não se pode pensar a forma como o resto do mundo se vê e interage, sem levarmos em conta as visões construídas pela Europa do século XIX (Said, 1985)

A nação é uma entidade política surgida no século XIX que em pouco tempo se tornou um elemento central da sociedade, sempre evocando um passado glorioso e uma série de valores, supostamente compartilhado por todos os membros desse grupo.

A definição desses valores, porém, é sempre disputada, frequentemente encontrando noções opostas entre os participantes do grupo, que muitas vezes irão disputar, nem sempre de forma amigável, a posse do direito de definir esses elementos. Na atualidade essa série de elementos nacionais se convencionou chamar de identidade nacional, acrescentando ainda mais fluidez ao conceito original.

Se as palavras identidade nacional hoje são frequentemente retratadas juntas, como se fosse uma associação lógica a relação entre a busca da identidade através de sentimentos nacionais, pouco se discute sobre como essas duas palavras têm histórias e implicações muito diferentes no tempo. Para começar, como expomos anteriormente, a nação, como conceito, foi criada no séc. XIX na Europa enquanto a discussão sobre identidade, como a entendemos hoje, virá quase cem anos depois, a partir do fim da segunda guerra, associada a um

ambiente totalmente diferente, uma nova série de atores e condições socioeconômicas.

“The general preoccupation in the social sciences with the idea of identity dates from the after the Second World War. It marks a new sense of the word, highlighting the individual’s locations and psychological crisis in an increasingly uncertain world. (Asad, 2003, 161)

A noção de identidade focada no sujeito

A procura por um conceito de nação único e estável, que atravessará o século XIX com ramificações até os dias de hoje, se insere em um panorama mais amplo das ciências sociais e das discussões acerca da sociedade e da pessoa como um todo. Durante um longo período se procurou pensar a personalidade do sujeito como composta de um núcleo central, único, estável e bem definido (Hall, 2015).

O debate então se desenhava em torno dessa definição, variando de acordo com a escola de pensamento, por exemplo, os marxistas tenderão a dividir os sujeitos entre proletários e burgueses, tendo como critério a posse dos bens de produção, nesse sentido outras características como gênero, etnia e nacionalidade serão consideradas pouco relevantes, em nome de um núcleo central que uniria todos os sujeitos, sua classe social. Os nacionalistas, por outro lado, sempre identificam a nação como esse grande elemento unificador.

Apesar de ainda encontrar ressonâncias, e defensores, essa busca pela identidade do sujeito se transformará, a partir do pós-segunda guerra, quando

setores da sociologia, utilizando elementos da psicanálise, passarão a construir um conceito de identidade mais fluído e focado no sujeito.

Identidade, na sua definição mais crua, se refere às questões mais básicas e antigas da humanidade, quem somos, de onde viemos, o que fazemos aqui. Nesse sentido ela possui uma utilização ampla e pode ser aplicada às mais variadas discussões.

A psicanálise será uma das áreas que mais destaque dará para a questão da identidade, não sem polêmicas. Nesse sentido identidade pode ser tratada como uma construção de nós mesmos, que vai sendo realizada durante nossas vidas "A identidade situa-se no ponto de cruzamento entre algo que vem de nós (o equipamento psíquico com o qual nascemos) e algo que nos vem de fora, isto é, da realidade externa." (Mezan, 1986).

Essa discussão já estará presente marginalmente em Freud, para se tornar um elemento central com o passar dos anos. E entrará para o vocabulário leigo nos anos 50, com a contribuição do psicólogo Erik Erickson (1994), que junto criará um dos termos que terá muito destaque na vida da população: "crise de identidade".

A perspectiva da psicanálise, criada também no século XIX, apesar de trazer muitos novos e interessantes elementos, não contribui para a análise da sociedade como um todo, não sendo considerada uma ferramenta útil para as ciências humanas em geral. Essas ciências, com destaque para as ciências sociais, durante muito tempo se preocuparam com o grande quadro, como os agentes sociais e a classe, sempre tentando eliminar o elemento pessoal da equação.

Os anos 60, principalmente a segunda metade, trouxeram profundas mudanças na sociedade e na forma como ela se reconhecia. Uma nova gama de

sujeitos passou a integrar os movimentos sociais, como negros, mulheres, homossexuais, entre outros. A ideia da antiga divisão da sociedade em duas grandes classes já não dava mais conta de incluir esses participantes.

A globalização, mais tarde, complicaria ainda mais essa equação, já que com o aumento da migração se tornou cada vez mais difícil enquadrar as pessoas em grupos unificados. Como deve ser entendido um imigrante mulçumano, negro, vivendo na periferia de Londres? Antes de tudo um proletário, pois vive no segmento inferior da sociedade e deve se reconhecer como membro desse grupo, ou como negro, encontrando nas pessoas com essa característica em comum um elemento unificador ou, por fim, como mulçumano. (Pietersen, 1995).

A crítica feminista iria desconstruir ainda as certezas sobre o corpo e a sexualidade, com o movimento gay entrando, posteriormente, para completar esse quadro, agora até mesmo as antigas certezas elementares, relacionadas ao corpo e ao gênero, foram desaparecendo. (Butler, 1993).

Nesse novo momento, a partir do fim dos anos 60, uma nova abordagem da sociedade começou a se desenvolver. Apesar de, na área acadêmica, ser sempre muito difícil determinar autorias e o início de determinadas ideias, podemos colocar o início do debate sobre identidade nas ciências sociais (Rose, 1986) nos trabalhos de Louis Althusser, mais especificamente, no livro "Aparelhos Ideológicos de Estado" (1970).

Althusser repensa o conceito de Interpelação, que funciona como uma dupla relação entre o estado e o indivíduo, e como o que ele irá definir como "Aparelhos Ideológicos do Estado" influenciam tanto o indivíduo, quando a sua visão dos outros.

Apesar das muitas polêmicas envolvendo suas teorias e ele mesmo, o trabalho de Althusser terá como mérito o fato de colocar a discussão sobre o sujeito no centro do debate das ciências sociais, e a enorme popularidade conquistada na época de seu lançamento servirá para abrir um novo campo de estudos, trazendo diversas questões da psicologia, mais especificamente da abordagem lacaniana de identidade, para o vocabulário das ciências humanas em geral. (Rose, 1986)

Os trabalhos de Michael Foucault viram a dar ainda mais destaque para a questão da formação da identidade. O filósofo francês teria como tema central a influência dos discursos nas pessoas, e como construímos o que somos a partir de elementos externos. (Butler, 1993)

"The subject is produced 'as an effect' through and within discourse, within specific discursive formations, and has no existence, and certainly no transcendental continuity or identity from one subject position to another." (Hall, 1996, p.10)

Em um cenário onde as antigas categorias cada vez mais se mostram pouco eficientes para analisar a sociedade, e ainda não se chegou a uma nova teoria unificadora da sociedade, a identidade foi ocupando esse espaço, permitindo analisarmos o sujeito de forma múltipla, sem prendê-lo a uma categoria definitiva, vendo as diversas influências que agem sobre ele, e como a sua atitude impacta na sociedade como um todo.

No mundo contemporâneo a identidade é um conceito cada vez mais fluido. As categorias imutáveis deixam de existir para dar lugar a uma visão cada vez mais relativística do que somos ou podemos ser. Nesse novo mundo o

pertencimento não está mais vinculado à raça, nacionalidade e gênero, se tornando cada vez mais uma escolha pessoal de cada um.

Nesse universo a pessoa em si ganha cada vez mais destaque. A análise deixa de ser impessoal, até certa medida, para se debruçar sobre o ambiente e a vida e as atitudes de cada um. Não faz mais sentido debater se o elemento fundamental do personagem descrito há alguns parágrafos é a sua renda, a cor da sua pele ou a sua religião, mas entender que essas características estão todas presentes, entre muitas outras, e que elas irão se mostrar mais dependendo da situação. Ele pode se definir como negro em um momento ou como proletário em outro.

Vale destacar que essa categoria deve ser sempre utilizada com cuidado. Se levado ao extremo podemos acabar em uma teia quase infinita de identidades, tornando impossível uma análise do quadro social. Uma pessoa é composta de uma enorme variedade de experiências e características, não sendo possível categorizarmos todas elas, e mesmo se conseguíssemos, não teria nenhuma utilizada para ninguém além da pessoa mesmo.

Seguindo esse caminho teórico, a busca pela nacionalidade, como colocada no século XIX, perde o sentido, sendo a empreitada pela definição de grandes elementos unificadores algo fadado ao fracasso e pouco representativo. O sentimento de pertencimento ao país é construído a partir de pequenas coisas, cada grupo buscando elementos que façam sentido no seu contexto específico. Mesmo assim continuamos, muitas vezes, presos a representações unificadoras, construídas a partir de uma visão impositiva de grupos mais poderosos.

“Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença

como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo 'unificadas' apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto - como nas fantasias do 'eu inteiro' de que fala a psicanálise lacaniana - as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas." (Hall, 2015)

Nação, identidade e rugby

A prática esportiva, na nossa tese o campo esportivo e seus subcampos, podem ser entendidos como um ambiente onde se constrói a identidade. Quando dizemos o campo esportivo e suas práticas não estamos pensando em um elemento unificador, como no caso brasileiro a noção de que o futebol é o grande locus para a expressão de uma suposta brasilidade, mas em uma série de práticas, interpretadas de maneira diferente por cada grupo, e que só fazem sentido quando analisamos o seu contexto específico.

A série de práticas e valores atrelados a cada modalidade esportiva é um lugar privilegiado para a construção da identidade, com o participante adequando seu comportamento aos valores do grupo (Donnelly e Young, 1985).

O rugby não deve ser entendido como uma prática alienígena e pouco condizente com uma suposta identidade brasileira, principalmente se tomarmos em conta que os dois esportes, rugby e futebol, possuem uma mesma origem e chegaram ao Brasil em condições similares. Apesar do futebol, de fato, apelar para a identidade de um número muito maior pessoas, isso não invalida os outros processos pelos quais um grupo pode construir sua sensação de pertencimento à sociedade brasileira, nem os torna menos legítimos.

O rugby brasileiro sempre contou com um grande número de participantes estrangeiros, que de certa forma serão os responsáveis pela manutenção da modalidade no Brasil. Esses imigrantes, principalmente ingleses, argentinos, franceses e japoneses, atraídos ao Brasil pelas mais diversas razões e permanecendo no país por um tempo variado, trarão com eles valores atrelados ao rugby, construídos através da prática na sua nação de origem.

No Brasil esses novos moradores retomarão sua prática, buscando um ambiente já conhecido para começar sua socialização no novo país. A prática do rugby então irá possibilitar esse processo de nacionalização. Esse grupo terá na prática da modalidade o grande elemento de contato com a realidade nacional, criando assim uma sensação de intimidade e pertencimento ao país. Uma identidade nacional desenvolvida a partir de elementos do rugby, de seu país de origem e da interpretação de valores nativos, dando origem a um conceito diferente de identidade nacional, mas, mesmo que compartilhado por um grupo reduzido, não é menos legítimo.

O conceito de identidade nacional sofreu uma série de transformações ao longo do tempo, passando de noção imutável e universal, para um conceito em eterna transformação, sendo negociado constantemente pela sociedade e pelos sujeitos de maneira individual, que através da sua vivencia dentro da sociedade constroem seu sentimento de pertencimento.

Este sentimento de pertencimento a um determinado grupo, ou país nesse caso, pode estar relacionado a elementos menores, com significado para apenas um grupo reduzido de pessoas. O nacionalismo não advém apenas de

elementos compartilhados por todos os habitantes daquele território, mas de pequenas ações e pequenos grupos.

No caso deste artigo específico discutimos como através da prática de um esporte de pouca expressão no Brasil, o rugby, foi possível para um determinado grupo de estrangeiros construir seu sentimento de pertencimento à nação. Utilizando no seu processo de aculturação elementos específicos desta modalidade, e que fazem sentido apenas para esse grupo reduzido.

Ao iniciar seu processo de aculturação, através da prática do rugby, sua noção de identidade nacional carrega elementos diferentes dos formatos mais tradicionais, como, por exemplo, quando relacionada ao futebol, contendo até mesmo conceitos conflitantes. Mas fato de ser compartilhada por um grupo reduzido e conter elementos diferentes, não faz dela menos legítima ou brasileira.

O FUTEBOL COMO ELEMENTO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA¹

No final do século XIX uma prática esportiva oriunda da Inglaterra chegou ao Brasil através de brasileiros que iam para lá estudar e depois traziam as novidades do momento para sua terra natal. Charles Miller, um jovem paulistano que estudou na Inglaterra, trouxe em seu retorno ao país duas bolas e um livro de regras de um novo esporte que fazia sucesso por lá: o futebol. Em um curto espaço de tempo esta modalidade se popularizou entre os cidadãos locais, passando de uma atividade amadora e de caráter elitista e aristocrática para um espetáculo das massas e multidões, tornando-se um forte elemento da identidade nacional e transformando-se em um sinônimo do Brasil aos olhos do mundo, uma marca registrada da brasilidade.

Esse processo, porém, começou décadas antes com a profissionalização da modalidade. Os primeiros clubes do futebol brasileiro eram em sua grande maioria formados pela parcela aristocrata da população de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Todos os praticantes jogavam por amor ao esporte, pelo status que este oferecia, pois era considerado uma atividade nobre e uma forma de diferenciação social como cita Pierre Bourdieu (1983), e por ajudar seus praticantes a obter um maior autocontrole, correspondendo ao chamado processo civilizador de Norbert Elias e Eric Dunning (1992). Esporte de regras simples e acessível, podendo ser jogado praticamente em todos os lugares, o

¹ Guilherme Silva Pires de Freitas (USP); Luiz Gonzaga Godoi Trigo (USP)

futebol foi ficando cada vez mais popular e atraiu a atenção das classes mais pobres, dos operários e dos negros. Em uma sociedade desigual e que ainda dependia da economia agrária, essas camadas populares também demonstraram interesse em praticar a novidade:

As fronteiras sociais do futebol começaram a ser transportadas desde cedo com a formação de times improvisados pelos setores populares, que passavam da curiosidade ao mimetismo. Sem equipamentos adequados e jogando com bolas desgastadas e mesmo improvisadas, em terrenos ainda não ocupados pelo processo de urbanização, o futebol dos grupos subalternos tornava-se um modo de representação da existência negada em outros campos sociais (Franco Júnior, 2007, p. 63-64)

Com a popularização cada vez maior da modalidade pelo país, passou-se a discutir a profissionalização. Em 1885 a Inglaterra aderiu a regulamentação da profissão do jogador de futebol, mas os brasileiros ainda resistiam em aceitar a nova ideia. Temia-se que a “pureza” do jogo fosse perdida ao inserir no campo de jogo membros das classes mais pobres que encontraram no futebol uma oportunidade para a prática esportiva, já que outras, como a capoeira haviam sido proibidas pela polícia (Santos, 1981, p. 25-26). A inclusão das camadas de massa através da profissionalização foi um longo processo que levou muito tempo até ser finalmente ratificada na década de 1930. Além de remuneração financeira, a modalidade passou a servir como plataforma de ascensão social para as camadas mais pobres, em especial para os negros. Profissionalizado, o futebol brasileiro cresceu tornando-se uma febre entre os torcedores locais. Seu sucesso despertou a atenção das autoridades que passaram a utilizá-lo como ferramenta política, principalmente durante o Estado Novo.

O futebol no Estado Novo e a Campanha do Selo na Copa de 1938

No dia 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas implantou no país o Estado Novo, um regime político com características ditatoriais e marcado pela centralização do poder, autoritarismo e exaltação do nacionalismo. Diversos segmentos sociais foram utilizados pelo regime visando um plano de integração nacional, entre eles o futebol (Mascarenhas, 2014, p. 149). O presidente recebeu a seleção brasileira que foi a Copa do Mundo em 1938 antes do embarque e compareceu a inauguração do estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 1940.

Em 1930 ocorre a primeira edição da Copa do Mundo de futebol que viu o Uruguai ser coroado campeão. O Brasil não enviou ao evento sua melhor equipe devido às brigas entre dirigentes cariocas e paulistas que provocaram desistências de grandes jogadores, entre eles o maior artilheiro da época, Arthur Friedenreich. No Mundial seguinte, em 1934, novamente problemas de bastidores prejudicaram o time. Dessa vez a divergência foi entre os adeptos do amadorismo e os do profissionalismo.

Após essas participações discretas nas duas primeiras Copas do Mundo, a seleção brasileira resolveu demonstrar maior seriedade em relação ao Mundial de 1938. Com o profissionalismo já ratificado no país a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) convocou os melhores jogadores, que fizeram um longo período de treinos no interior de Minas Gerais antes de viajarem de navio para a Europa. A preparação foi elogiada pela imprensa e pelo governo federal que se mobilizou

para ajudar financeiramente a equipe. No dia do embarque o time foi recebido pelo presidente da República que desejou boa sorte aos atletas pessoalmente:

Antes da viagem para a França, Getúlio fez questão de encontrar os atletas. Recomendou que voltassem como campeões mundiais, pois o título seria de suma importância para o futuro do país. (Souza, 2008, p. 63).

O presidente iniciava ali um ritual que seria repetido pelos demais chefes de estado do Brasil nos próximos anos: o encontro oficial com os jogadores antes da viagem para uma Copa do Mundo no exterior. O ato de Vargas era típico de um torcedor, mas também tinha claros objetivos políticos. Ao dizer que “o título seria de suma importância para o país”, ele visualizava a chance de elevar o nome do Brasil no exterior e também fortalecer-se internamente.

Do outro lado do Oceano Atlântico os torcedores brasileiros lotavam as ruas para ouvir em altos falantes a transmissão das partidas pelo rádio. A cada vitória da seleção, que terminou o Mundial em terceiro lugar e viu Leônidas da Silva ser eleito o melhor jogador da Copa, crescia o sentimento de orgulho nacional. Aos poucos o brasileiro ia sendo conquistado pelo futebol e assumindo a prática como algo seu, até porque, parte das despesas da viagem foi bancada pelos torcedores que compraram selos comemorativos aderindo a “Campanha do Selo”, estratégia promovida pela CBD que tinha como lema “ajudar o scratch é dever de todo o brasileiro” (Pereira; Lovisolo, 2014, p. 41). Nem mesmo a derrota na semifinal desanimou os torcedores que foram recepcionar os jogadores pela campanha no Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Principal jogador da equipe, Leônidas foi carregado nos ombros e festejado pelo povo que via nele características do que era “ser brasileiro” (Souza, 2008, p. 144). Leônidas tornou-se uma estrela popular, virou garoto-propaganda do chocolate Diamante Negro,

que também era seu apelido, e foi considerado como um exemplo bem sucedido da miscigenação no Brasil (Antunes, 2004, p. 65) mesmo com sua personalidade rebelde.

A imprensa da época deu forte destaque ao Mundial de futebol e ajudou a popularizar ainda mais a modalidade. Jornais impressos ampliaram suas tiragens e as rádios transmitiam os jogos para a população. Parte da mídia em tom ufanista, buscava através do futebol exaltar as qualidades do Brasil em prol de um país sem divisões sociais e raciais. Além dos cronistas da época, intelectuais passaram a comentar o desenrolar dos jogos. Em sua crônica no Diário de Pernambuco, o sociólogo Gilberto Freyre escreveu no dia 17 de junho de 1938 o texto "Foot-ball Mulato" onde exaltava o mulatismo como fator de identidade e afirmava que o futebol brasileiro só chegou a semifinal devido ao time contar com muitos negros e mulatos. Elogiava também o estilo brasileiro que afirmava ter algo de capoeira e dança, adoçando o jogo:

Freyre começa a definir de tal maneira o estilo brasileiro que é possível perceber como a análise do futebol pode contribuir para a compreensão de nossa identidade cultural. Pois ele vai buscar nas raízes da cultura negra as razões de ser desse estilo. (Barreto, 2004, p. 235).

Na época houve uma mudança do conceito de raça pela de cultura e essa transformação da negatividade do mestiço em positividade idealizada por intelectuais como Freyre, permitiu completar os contornos de uma nova identidade que vinha se desenhando a muito tempo e que graças ao mito das três raças (branco, negro e mulato) permitiu que as teorias racistas fossem reelaboradas para se tornarem nacionais. O culto a mestiçagem não só encobriu

conflitos raciais como possibilitou que todos se reconhecessem como nacionais (Ortiz, 2005, p. 41-44).

O governo Vargas também colheu frutos com a boa campanha que o Brasil teve no Mundial de 1938. Alzira Vargas, filha do presidente, foi nomeada madrinha da equipe e após a vitória na estreia o presidente recebeu telegramas de torcedores parabenizando-o pela vitória. Durante a Copa ele ouvia os jogos pelo rádio e emitia declarações positivas em alusão a participação do time. O resultado final da Copa foi ótimo para o governo, pois houve união nacional em prol do time. Apostar na seleção foi uma tática que deu certo ao Estado Novo que pode ver muitos brasileiros juntos, unidos e esquecendo momentaneamente suas diferenças. O futebol ali era a alternativa encontrada pelo governo para celebrar a unidade nacional (Franco Júnior, 2007, p. 81).

A fórmula de utilizar o esporte como ferramenta política também seria utilizada futuramente em outros momentos da relação futebol e governo brasileiro, principalmente durante a Ditadura militar (1964-1985), além de ter sido usada por outros chefes de estados contemporâneos de Vargas como Benito Mussolini que tentou popularizar o fascismo através da seleção italiana, bicampeã mundial de futebol na década de 1930, e Adolf Hitler, que aproveitou os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 para fazer propaganda global do nazismo. Atitudes como essas davam aos críticos do futebol mais munição para classificar a modalidade como instrumento para desviar a atenção popular para outros temas, similar a opinião de Herbert Marcuse (1997, p. 183), que considerava o esporte como uma ferramenta de alienação para distrair as camadas populares e dar-lhes subtítulos de satisfação.

Após o êxtase da Copa de 1938 o governo Vargas passou a dar cada vez mais atenção as atividades esportivas. Através do decreto Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, foi criado o Conselho Nacional de Desportos, que tinha como função orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos esportes no país, além de desenvolver o amadorismo como prática educativa e vigiar o profissionalismo para mantê-lo dentro dos princípios morais. O que estava havendo era uma espécie de oficialização do esporte nacional, já que o CND podia:

decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas (Decreto Lei n 3.199, 1941).

Enquanto sangrentos combates se desenrolavam nos campos de batalha na Europa e na costa do Oceano Pacífico, nos campos de futebol da América do Sul a seleção brasileira começava a despontar para o sucesso vencendo a competições continentais. A procura cada vez maior dos torcedores para assistir aos jogos, somada aos interesses comerciais e a promissora indústria do entretenimento urbano, motivaram a construção de novos ou ampliação de estádios (Mascarenhas, 2014, p. 114) ratificando a popularização da modalidade no país. Encerrada a II Guerra Mundial, o Brasil lançou-se candidato para sediar a Copa do Mundo que viria a ser disputada em 1950. Uma boa oportunidade de aparecer no cenário internacional e mostrar ao mundo que aquele era o país do futuro, onde pessoas de diversas etnias esqueciam suas diferenças e conviviam de forma pacífica para formar uma nação nova e homogênea (Zweig, 2008, p. 18).

O Maracanazo e a derrota que afetou a autoestima do brasileiro

Naquela época respiravam-se novos ares e a Copa do Mundo não seria apenas só mais um evento esportivo. Ela representava muito mais do que isso. Seria um momento crucial de afirmação nacional onde se iniciaria uma nova era com o mundo conhecendo um Brasil moderno, o país do futuro. Por isso toda a população se agarrou ao time de futebol, que naquele momento também buscava sua autoafirmação nos gramados. Uma vez mais o povo se identificava com a equipe. Naquele momento, a seleção brasileira simbolizava tudo que a sociedade queria alcançar. Dentro de campo as coisas iam muito bem. Com um time recheado de ótimos jogadores, o Brasil era o grande favorito ao título mundial. Até a última partida da competição, detinha a melhor campanha e o melhor ataque, porém, no jogo decisivo os favoritos foram surpreendidos por um aguerrido Uruguai, que venceu de virada por 2 a 1 e deixou escapar a chance de conquistar o mundo pela primeira vez.

A perda do título mundial foi devastadora e mergulhou o país em uma comoção nacional profunda. O gol de Ghiggia deixou o estádio do Maracanã, com 200 mil pessoas presentes, em total silêncio na trágica tarde do dia 16 de julho de 1950 que ficou conhecida como Maracanazo. O revés doeu tanto na alma do povo brasileiro que muitos definiram a derrota como a pior tragédia da história do Brasil:

Primeiro porque implicou numa coletividade e trouxe uma visão solidária da perda de uma oportunidade histórica. Segundo, porque ela ocorreu no início de uma década na qual o Brasil buscava marcar o seu lugar como nação que tinha um grande destino a cumprir. O resultado foi uma busca incansável de explicações e responsabilidades para essa vergonhosa derrota (Da Matta et. al., 1982, p. 31).

O trágico resultado da partida derradeira da Copa de 1950 também marcou uma geração de crianças e jovens que estavam presentes no Maracanã com seus pais. Um desses jovens era o comunicador Jô Soares que relatou décadas depois ter assimilado o placar final com um fracasso de ser brasileiro:

Eu saí chorando. Meu pai ficou triste, mas achou curioso e até um pouco engraçado um menino de doze anos ficar emocionado e chorar assim aos borbotões, por causa de um jogo de futebol. Pra mim aquilo não era um jogo de futebol, era a minha primeira afirmação do Brasil como primeiro em alguma coisa (Nogueira; Soares; Muylaert, 1994, p. 69).

O revés no Maracanã fez emergir um sentimento negativo que os brasileiros haviam esquecido durante o decorrer da Copa do Mundo: a inferioridade. Durante anos criou-se o mito de que o Brasil era um país onde nada dava certo e que o brasileiro era um imprestável. O futebol, que seria a válvula de escape para esquecer esse desprazer, era uma ótima justificativa para afirmação nacional e um espaço onde o brasileiro poderia enfim triunfar e mostrar seu valor ao mundo. O título mundial que não veio em 1950 também ratificaria de vez a identidade do Brasil como o “país do futebol”.

Até hoje tenta-se explicar a causa para a derrota. Há quem culpe o goleiro Barbosa e o lateral Bigode que teriam falhado no lance decisivo. Outros citam o inflamado discurso de Mendes de Moraes, então prefeito o Rio de Janeiro, saudando os atletas como “futuros campeões mundiais” horas antes da final. E alguns citam a postura da imprensa da época que em tons ufanistas já considerava o Brasil como vencedor. Para Mario Rodrigues Filho (2003, p. 289) a causa do revés teria sido a empolgação da torcida na vitória sobre a Espanha no penúltimo jogo,

quando na opinião do jornalista a marchinha “touradas de Madri” ajudou a criar um clima de oba-oba antecipado.

A humilhante derrota por 7 a 1 para a Alemanha na semifinal da Copa do Mundo de 2014 foi o maior fiasco da história do futebol brasileiro, mas não teve o mesmo peso do Maracanazo. O revés em 1950 foi muito mais doloroso e traumático para o brasileiro. A identificação com a equipe era tão forte que até aquele que não gostava de futebol sentiu o baque e chorou a perda da taça Jules Rimet. Ali jogador e torcedor se fundiam em um só personagem. Nos 64 anos que separam as derrotas para uruguayos e alemães, muita coisa aconteceu. A seleção brasileira conquistou o título mundial cinco vezes e o país enfim adquiriu o respeito e prestígio internacional que tanto almejava. A derrota em 1950 sangrou o coração do brasileiro, fazendo-o duvidar até mesmo do futuro do país e se perguntar: quando enfim ganharia o respeito do mundo?

Do complexo de vira-latas ao “país do futebol”

Meses depois da Copa de 1950 aconteceram novas eleições para suceder Eurico Gaspar Dutra, que havia sido eleito presidente após o fim do Estado Novo. Getúlio Vargas venceu o pleito e retornou a presidência. Porém, sentindo-se pressionado por setores políticos, militares e empresariais, cometeu suicídio no dia 24 de agosto de 1954 e seu mandato foi completado pelo vice Café Filho. Em 1955 Juscelino Kubitschek seria eleito presidente com o lema “cinquenta anos em cinco”, um ambicioso plano de governo que visava modernizar e colocar o Brasil nos holofotes do mundo, além de alavancar a autoestima social do povo.

Nos campos a derrota em 1950 ainda persistia na memória do torcedor e criou algumas superstições. Uma delas era evitar que goleiros negros defendessem na meta da seleção. O negro Barbosa foi um dos crucificados pelo Maracanazo e como pertencia a um grupo historicamente discriminado acabou transferindo a culpa para os demais arqueiros negros. Outra crença foi substituir a cor branca da camisa do selecionado já que ela trazia tristes lembranças. Escolheu-se então uma nova cor para o uniforme: o amarelo, cor que eternizaria uma marca e imporá medo aos adversários no futuro.

A estreia da camisa canarinho, como o uniforme ficou conhecido, ocorreu na Copa do Mundo de 1954. Naquele Mundial disputado na Suíça a seleção brasileira começava a apresentar ao mundo esboços da futura geração campeã mundial. Após uma disputadíssima partida, o Brasil perdeu para o poderoso time húngaro nas quartas de final. Novamente pairou no ar a sensação de dúvida e de que os jogadores eram inferiores aos adversários. Esse constante sentimento de inferioridade acabou sendo definido como “complexo de vira-latas” pelo jornalista e dramaturgo Nelson Rodrigues em sua coluna na revista *Manchete Esportiva* no dia 31 de maio de 1958:

Por complexo de vira-latas entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo no futebol. [...] Eu vos digo: - o problema do esporte não é mais futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. (Rodrigues, 1993, p. 52)

Ao cunhar essa expressão que é citada até os dias de hoje, Nelson Rodrigues criticava o fato do cidadão brasileiro ser excessivamente negativo e de nunca ter fé em si mesmo. Na coluna, escrita uma semana antes do início da Copa

do Mundo, ele afirmava que a derrota em 1950 ainda persistia e que a seleção brasileira poderia voltar para a casa com a taça de campeão mundial.

Esse sentimento de inferioridade fundia-se a sensação de esperança que pairava no ar. O Brasil vivia um momento de euforia turbinado pela abertura da economia para o capital internacional e o crescimento econômico proposto pelo Plano de Metas do governo Kubitschek que tinha na expansão industrial seu alicerce de crescimento. Nem o aumento das dívidas interna e externa derrubava o ânimo do brasileiro em enfim sentir-se parte da modernidade. Ao mesmo tempo erguia-se uma nova capital federal, Brasília, com a arquitetura modernista idealizada por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e o ritmo da Bossa Nova animava os jovens. Faltava apenas a glória no futebol para completar essa brasilidade. Atento aos acontecimentos e da possibilidade do Brasil fazer uma boa campanha na Copa de 1958, JK também pressentia que um título mundial no futebol seria mais um fator positivo para o país e conseqüentemente para seu governo. Desta forma ele buscava sempre que possível aproximar-se da modalidade:

[...] mesmo antes da Copa, estando sempre presente à tribuna de honra do Maracanã em jogos internacionais, imagem posteriormente reforçada pelas fotos tiradas ao pé do rádio, durante a Copa de 1958, e nos convites feitos ao pai de Garrincha, à noiva do jogador Vavá e à esposa de Didi pra ouvirem, em sua companhia, no Palácio do Catete, as transmissões dos jogos do Brasil. (Antunes, 2004, p. 226)

O título mundial que viria a se confirmar em 1958 ajudou Kubitschek em termos de popularidade, já que para muitos a aura de euforia de seu governo só começou após a conquista da Copa do Mundo (Castro, 1995. p. 184).

Na Suécia, onde aconteceu o Mundial de 1958, o Brasil começou a competição sem empolgar. Na terceira partida contra a União Soviética o técnico Vicente Feola enfim atendeu aos pedidos de torcedores e de parte da imprensa escalando dois jovens que mudariam o rumo da campanha da equipe: Pelé e Garrincha. Com a dupla o time passou a ter um futebol mais encantador, fazendo o torcedor brasileiro enfim se render a esperança de que o Brasil poderia ser campeão e enterrar o complexo de vira-latas.

Oito anos depois a seleção brasileira jogaria outra final de Copa do Mundo e teria pela frente os anfitriões. Porém, havia um problema. Assim como o Brasil, a Suécia também jogava com camisas amarelas e calções azuis. Os dirigentes brasileiros tiveram que improvisar e compraram camisas azuis, onde bordaram os números e o escudo da CBD. Novamente a superstição brasileira apareceu. Depois de bons jogos com a camisa amarela, que enterrava de vez a trágica camisa branca de 1950, os jogadores acharam que a troca de cor era um sinal de azar e mau pressentimento. Coube ao chefe de delegação, o empresário Paulo Machado de Carvalho, tratar de tranquilizar o elenco ao dizer que o azul foi escolhido por ser da mesma cor do manto de Nossa Senhora Aparecida e que a santa iria abençoar os jogadores (Castro, 1995, p. 172).

Na grande final o Brasil teve uma atuação de gala. O gol de Liedholm aos 4 minutos de jogo assustou os torcedores que reviveram o fantasma do Maracanazo, porém, a seleção não se abalou e virou o jogo ainda no 1º tempo para vencer por 5 a 2. Um resultado que tirava do ombro do brasileiro o fardo pela derrota de 1950 e o fazia enfim se sentir um vencedor, consagrando uma equipe talentosa e dois personagens que viriam se tornar lendas do futebol: Pelé e Garrincha.

Com 17 anos de idade, Pelé já era campeão mundial e foi corado como Rei do futebol. Dono de um talento fora do comum conquistou a admiração do mundo inteiro, inclusive do rei sueco Gustavo VI Adolfo que foi até o gramado apertar a sua mão depois da final. Ao longo de sua carreira conquistou três Copas do Mundo, marcou mais de mil gols e imortalizou a camisa 10, que após sua carreira passou a ser a camisa destinada ao craque do time. Para Nelson Rodrigues (1993, p. 43) a maior virtude de Pelé era “sua imodéstia absoluta, pois sempre se punha acima de tudo e de todos”. Seu irmão Mario Rodrigues Filho (2003, p. 329) afirmava que “em Pelé se sentia toda a grandeza do futebol como paixão do povo, como drama, como destino”. Não a toa foi eleito o maior atleta do século XX e tornou-se um dos maiores símbolos do Brasil.

Ao longo de sua carreira Garrincha ganhou diversos apelidos como “Demônio de pernas tortas” por infernizar defesas adversárias e “Alegria do povo” por encantar os torcedores com seus dribles. Para muitos o jogador era o sinônimo do brasileiro. Tinha a ginga, malícia, irreverência e malandragem. Encarava qualquer adversário sem medo. O fato de ser mulato, ter as pernas completamente tortas e origens indígenas fazia de Garrincha o exemplo perfeito do brasileiro mestiço vencedor, como Gilberto Freyre citou em seus trabalhos. Para Eduardo Galeano (2013, p. 106) ele “foi o homem que mais deu alegria em toda a história do futebol”. Porém, mesmo com tantas vitórias ele não conseguiu vencer o vício do alcoolismo e morreu sozinho, na miséria plena.

O título mundial em 1958 enfim ratificou o futebol como patrimônio do Brasil. Ninguém jogava melhor do que o brasileiro, expressão que foi eternizada na canção “A Taça do Mundo é Nossa” que tinha como refrão “A Taça do Mundo é nossa/Com brasileiro não há quem possa”. Com a taça nas mãos o brasileiro

assumia o futebol como orgulho nacional, que nos 12 anos seguintes ganharia a Copa do Mundo mais duas vezes, criando a tradição de ser o “país do futebol” e assumindo a modalidade como um de seus traços mais fortes de identidade.

Acompanhamos nas páginas anteriores que o processo de criação e transformação do futebol como símbolo da identidade nacional aconteceu em um curto espaço de tempo. O bicampeonato em 1958 e 1962, juntamente ao tri em 1970, reforçaram o mito da expressão “país do futebol”. A modalidade não foi inventada em terras brasileiras, mas talvez o Brasil seja o país que mais despertou a admiração dos aficionados e a seleção que melhor jogou esse jogo ao longo da história. Como cita Stuart Hall (2014), as identidades não estão impressas em nossos genes e nós não nascemos com elas, pois são formadas e transformadas com o passar dos tempos.

Apoiando-se na teoria de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2012), a eficiência do futebol brasileiro pode ser considerada uma tradição inventada, afinal estabeleceu-se e foi difundida rapidamente graças ao talento do jogador brasileiro, sendo passado de geração para geração o mito de que a camisa canarinho é a maior de todos os tempos. E mesmo em caso de derrotas dolorosas como o recente 7 a 1 para Alemanha na Copa de 2014, tenta-se estabelecer uma ligação e continuidade com o passado, lembrando que o Brasil é o “país do futebol” e sempre dará a volta por cima após algum tropeço.

Também pode-se dizer que essa tradição inventada criou o mito da técnica brasileira de jogar futebol como algo único e natural, o jogo bonito, praticamente um dom que esta ligado a genética do brasileiro (Giglio; Morato; Stucchi; Almeida, 2008, p. 68). Similar ao que cita Marcel Mauss (2003, p. 407) quando conclui que a “técnica é um ato tradicional eficaz e que não há transmissão

se não houver tradição”. Ou seja, para que o mito do estilo brasileiro de jogar futebol fosse criado deveria haver essa tradição do Brasil ser o “país do futebol”.

Em uma época onde a questão de se assumir como um país multirracial era bastante difundida por alguns intelectuais, o futebol apareceu como instrumento ideal para este projeto de nação. Prova disso foi a valorização do homem negro e do mulato através da modalidade, com o culto ao negro Leônidas da Silva na década de 1930 até a consagração do título mundial na Suécia em 1958, quando o Brasil elegeu seus dois ídolos nacionais: o preto Pelé e o mulato Garrincha (Rodrigues Filho, 2003. p. 16). Uma forma de unificar o Brasil através do futebol, transformando-o em um poderoso instrumento de identidade nacional. Essa valorização foi reforçada constantemente pela crônica esportiva através de figuras populares como Mario Rodrigues Filho, Nelson Rodrigues e José Lins Rego que sempre valorizaram as qualidades atléticas do negro e do mulato. Também era uma forma de simbolizar a miscigenação como um importante traço cultural do jeito brasileiro de viver, valorizando as características brasileiras e reforçando a identidade nacional (Almeida; Gutierrez; Marques, 2013, p. 66).

Parafraseando Stuart Hall podemos dizer que “não importa quão diferente seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural para representá-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional” (Hall, 2014, p. 35). Ou seja, o futebol é um dos grandes símbolos da identidade brasileira afinal foi ao longo dos tempos moldando-se como importante fator de integração nacional e unindo os cidadãos em torno da seleção brasileira. Prova disso é o comportamento dos brasileiros durante as Copas do Mundo onde o país literalmente interrompe suas atividades para torcer e acompanhar os jogos da

seleção. Após mais de 120 anos de história é impossível desassociar o futebol do Brasil e o Brasil do futebol. Um claro exemplo de brasilidade e orgulho nacional.

A RACIONALIDADE DAS PAIXÕES: TERRITÓRIO, PODER E IDENTIDADE ENTRE AS BARRAS BRAVAS ARGENTINAS¹.

Não se sabe exatamente como ou quando surgiu o termo Barra brava, mas ele aparece já em 1925 quando a revista argentina *Critica* publicou uma nota com esse mesmo nome para definir 'grupos mais ou menos uniformes de energúmenos que vão aos campos com o objetivo de manifestar seus baixos instintos'. Manifestar baixos instintos seria, entre outras coisas, o mesmo que agir de forma irracional, estúpida ou violenta. Hoje, quase um século depois, o senso comum repete essa mesma visão, as barras bravas seriam grupos de torcedores fanáticos e violentos que agem de forma instintiva e irracional por conta da paixão que devotam aos seus clubes. Na verdade, esse discurso repete a fala do torcedor, para quem futebol é uma paixão inexplicável e para quem tudo o que dele decorre é sentimento, é passional e também sem explicação. É como se as disputas, brigas, violências e mortes pudessem ser naturalizadas pelo predomínio dos instintos.

Para além dos instintos há, porém, uma lógica, existem razões para a violência como também razões há para as amizades e isso pode ser compreendido. Seria demasiado ingênuo acreditar que indivíduos se unem às barras apenas para brigar e colocar suas vidas em risco sem que ganhassem nada em troca além da adrenalina disparada nos conflitos. Caso acreditássemos que são apenas grupos de vândalos, organizados em torno das atitudes violentas, seríamos obrigados a pensar que os conflitos são pouco frequentes e que os

¹ Ailton Laurentino Caris Fagundes (UFG).

milhares de membros das barras pouco ou nada ganham com elas, já que poderiam arrumar brigas com maior frequência em qualquer bar ou boate da cidade, da mesma forma deixaríamos de entender que uma parcela significativa dos conflitos se dão entre membros de uma mesma torcida. É preciso entender que para muitos a barra é uma espécie de família, é o lugar das amizades, do sentimento de pertencimento, é onde o indivíduo se vê como parte de um todo e como membro de uma comunidade que dá sentido às suas ações, não seria, portanto, muito diferente de uma igreja, de um grupo assistencial, de uma célula de um partido nacionalista ou qualquer grupo semelhante.

Ora, o futebol ocupa um papel fundamental na construção das identidades coletivas, constitui, portanto, um aspecto relevante a partir do qual se pode observar tanto a formação dos indivíduos quanto os processos de mudança cultural e as formas de organização social. É dentro desse espectro, que devemos buscar compreender as barras: como grupos de torcedores de um determinado clube que se unem para acompanhar e apoiar seu time, mas também como lugares de sociabilidade onde se constroem amizades e relações de apoio mútuo. De modo simplista, podemos definir Barra como um grupo de torcedores (hinchas) de um determinado clube que se unem uns aos outros para acompanhar e apoiar seu time, esse apoiar, entretanto vai muito além do torcer, não se resume ou se restringe ao momento da partida e nem pode ser entendido como um simples entretenimento, uma forma de distração ou simples diversão.

Uma barra é um conjunto de torcedores que adotam determinados comportamentos que vão muito além do papel socialmente definido para os espectadores de um jogo de futebol. Cada barra e cada um dos seus membros possuem uma identidade, uma ideia de conjunto, uma forma de devoção e uma

série de comportamentos compartilhados e guiados que dizem respeito à uma noção de pertencimento que traz consigo uma série de valores morais e de normas de conduta que são definidas e reguladas pelo grupo. Para pertencer à uma barra não basta gostar de futebol e ser torcedor de um determinado clube, é necessário adotar um certo estilo de vida, ser militante e se adequar às regras e aos valores coletivos, não é, portanto, uma simples forma de fruição, é antes um modo de devoção para a qual se assumem todas as dificuldades e problemas que isso pode trazer. O que une esses torcedores é a crença de que eles são os legítimos representantes da alma e da garra das suas equipes e é nesse sentido que podemos tentar entendê-las em suas semelhanças e diferenças, pois é esse o caminho para buscar encontrar a identidade que determinam as suas ações.

Como fenômeno cultural, as barras são um produto tipicamente sul-americano e, ainda que suas origens sejam também reivindicadas pelos uruguaios, é na Argentina onde elas mais se desenvolveram e ganharam projeção e é de lá que foram exportadas para diversos países. Embora suas origens remontem à década de 1930 é sobretudo a partir dos anos 1980 que ganham notoriedade, é quando passam a ser organizadas de forma mais sistemática e a ter um maior poder de pressão sobre os clubes, conquistando apoio dos dirigentes dos clubes e controle de recursos de financiamento. Já nos anos noventa as barras vão se tornar uma espécie de modelo para torcedores de futebol em diversos países.

Hoje é possível encontrar barras em praticamente em toda a América Latina e em países os mais diversos, como Japão, Ucrânia, Estados Unidos e Grécia, onde elas não existem oficialmente é possível enxergar sua influência nas torcidas locais. Assim como o dulce de leche, o bife de chorizo e o alfajor, as barras bravas se tornam um produto típico e uma das mais importantes marcas do futebol

argentino. Conhecidos em todo o mundo por incentivarem incondicionalmente suas equipes com cantos intermináveis, instrumentos, pirotecnia e diversos materiais, esses grupos são facilmente reconhecidos, nas arquibancadas geralmente ficam atrás dos gols e, com suas faixas e instrumentos musicais, acompanham os jogos sempre de pé, cantando durante toda a partida. O cantar e acompanhar são, porém, apenas a parte visível dessa complexa rede de relações sociais.

O torcedor, a barra e os usos das paixões

Diferente do espectador de teatro ou da maioria dos fãs de outros esportes, o do futebol não apenas faz parte do espetáculo como também costuma acreditar que é uma peça chave para o seu desenrolar. Está no imaginário do torcedor que ele pode de algum modo influenciar no resultado de uma partida e que esse é o seu papel, as superstições que vão desde a escolha da roupa com a qual vai assistir ao jogo até as rezas, mandingas e rituais, passando pelas formas de cantar e gritar, há um conjunto de esforços individuais que poderiam influenciar ou mesmo decidir os rumos de uma partida.

Um torcedor pode ser tudo, menos passivo. Nesse sentido duas características são fundamentais para o sentimento da não passividade espectadora, de modo geral ele tem a ideia de que é um profundo conhecedor dos detalhes do jogo, o hinja acredita que conhece o melhor esquema tático, a escalação ideal e as contratações necessárias, mas também o estilo que o time deve jogar conforme a história e o sentimento do clube, além disso o torcedor é

aquele que, através do exemplo, pode exigir dos jogadores a habilidade, virilidade, entrega, coragem e paixão que eles portariam caso estivessem em seu lugar.

Para o historiador Julio Frydenberg, no caso argentino a formação dos públicos ajuda a elevar o grau de identidade entre o jogador e o hincha dado que em suas primeiras décadas os expectadores de futebol eram, em geral, jogadores e ex-jogadores que conheciam o jogo a partir de experiências vividas e que as sustentavam como um poder legitimador para suas críticas e comportamentos. Podemos acrescentar que a vinculação do torcedor com a identidade do clube, com seu território e com sua história, o coloca à frente dos técnicos, dirigentes e jogadores que simplesmente passam pelas equipes, quase sempre sem deixar grandes marcas, enquanto o torcedor é aquele que de fato permanece.

Os hinchas integrantes das barras se enxergam como representantes da alma e da garra das equipes e cada uma delas se pensa a partir de um modelo ideal de torcedor. Embora para quem observe de fora o mais provável é que veja apenas gangues violentas numa luta sem sentido, como organização coletiva as barras evidenciam os aspectos de identidades étnica, classista, política e territorial que formam o espírito do clube, uma identidade geralmente montada sobre as características sociais, econômicas e culturais do bairro de origem. Para compreender esse fenômeno é importante pensar que o bairro é parte essencial da identidade dos argentinos, sobretudo daqueles que vivem nas grandes cidades, pode ser considerado como o componente básico da vida portenha, edificando desde as formas da vida cotidiana até os imaginários populares; é um âmbito de igualação, de participação e solidariedade, mas também, cenário de distinção social e de edificação de uma ideologia barrial, construída sobre a base do pertencimento, da diferença e da alteridade.

Dentre as maiores e mais importantes barras do país, cinco estão na região metropolitana de Buenos Aires e pertencem aos clubes de maior torcida do país: La Guardia Imperial do Racing Club, La Gloriosa Butteler do San Lorenzo de Almagro, La 12 do Boca Juniors, Los Borrachos del Tablón do River Plate e Los Diablos Rojos do Independiente. Estas disputam poder e territórios com mais algumas dezenas de barras menores e é comum que as rivalidades se transformem em conflitos e os atos de violência; algumas barras ou alguns de seus líderes são constantemente acusados de ligações com atividades criminosas como o tráfico de drogas. Na região metropolitana de Buenos Aires são dezenas de clubes e barras e as rivalidades se dão, antes de mais nada, pela questão territorial, cada uma delas é representante do seu pedaço.

Os jogos mais importantes e de maior rivalidade ocorrem quando clubes de uma mesma localidade ou de bairros vizinhos se encontram, assim, um clássico pode ocorrer quando equipes pequenas se enfrentam, como é o caso dos jogos entre Atlanta e Chacarita (o clássico de Villa Crespo) ou Ferro Carril e Velez Sarsfield (Clássico do Oeste) ao passo que um jogo entre clubes grandes e tradicionais pode não ser um isto como um clássico, como por exemplo uma partida entre River Plate e Racing ou entre Boca Juniors e San Lorenzo. Desse modo, um clássico pode colocar frente a frente clubes muito díspares, pela proximidade territorial o clássico do San Lorenzo, um dos maiores clubes do país, é com o Huracan.

Dominar uma barra significa controlar um território e com isso conquistar prestígio político e vantagens econômicas. Por conta disso e também pelo fato de que elas não possuem uma estrutura hierárquica definida, como as torcidas organizadas brasileiras, a violência é muito mais comum no interior de cada uma

do que nas disputas entre elas. De fato, pelo menos desde a década de 1920, é comum que a rivalidade se transforme conflito e os atos de violência são relativamente comuns; algumas barras ou alguns de seus líderes são constantemente acusados de ligações com atividades criminosas como o tráfico de drogas. Também é comum a ligação das barras com certos grupos políticos, ainda que muitas vezes isso se dê menos por questões ideológicas que por interesses em comum. Grupos políticos, partidos e sindicatos, buscam nas torcidas tanto novos militantes quanto a influência sobre grupos já organizados, ter esse apoio pode significar votos, mas também pode significar números, isto é, pessoas dispostas a participar de seus eventos. Algumas barras oferecem trabalho de segurança em eventos organizados.

As características da violência no futebol mudaram ao longo do tempo, é um fenômeno complexo que envolve muito mais do que as barra bravas, espelham questões sociais mais profundas de desarticulação social e evidenciam, entre outras coisas, o desconhecimento e despreparo dos governos e das forças de segurança. Inicialmente os conflitos se davam sobretudo nas disputas entre torcedores de clubes rivais e era quase sempre restrita a demonstrações de intimidação e força física, de modo geral, se reduzindo a brigas de mãos; recentemente, porém, o uso de armas brancas e de fogo são cada vez mais comuns e os conflitos por poder e prestígio têm se dado também dentro das barras.

Desde o início da era profissional, em 1939, foram registradas mais de 150 vítimas fatais em confrontos entre torcidas, além de uma enorme quantidade de feridos, não é pouca coisa, mas também costuma ocorrer uma supervalorização dos números e da violência tanto por parte da imprensa quanto

por parte do poder público e de grupos socialmente organizados, para a ong Salvemos al Futbol, por exemplo, o número de vítimas fatais relacionadas ao esporte já ultrapassa a marca de 300, ocorre que esse número inclui acidentes, vítimas da violência policial e conflitos pessoais que pouco ou nada devem diretamente ao futebol, mas ainda assim as barras são colocadas como sendo o maior ou o único dos problemas.

Quando, na década de 1980, os hooligans apareciam como um grave problema para a ordem pública inglesa, a então primeira-ministra Margaret Thatcher afirmava que a questão seria de simples solução: os hooligans eram pessoas más e para combatê-los bastava que as pessoas boas se unissem para puni-las. Algo semelhante se ouve na mídia em quase todo o mundo, os torcedores violentos não são torcedores mas marginais que aproveitam do espetáculo para praticar seus atos ou colocar para fora os seus “baixos instintos”. Não faz sentido imaginar que aqueles que se envolvem em atividades ilegais ou violentas são mais ou menos torcedores que os demais, mas é legítimo pensar que essas atividades não apenas são aceitas nas barras mas também comumente estimuladas dentro de um complexo conjunto de rearranjo e ressignificação de determinados valores sociais.

O fato é que há uma construção moral sob a qual o modo de demonstrar a paixão ao clube reside na disposição ao sacrifício e ao sofrimento, ser hinchá é estar disposto a fazer esforços para acompanhar e se dedicar ao time, nesse sentido, o verdadeiro torcedor é aquele que abre mão de questões da vida cotidiana para acompanhar a equipe em viagens aonde quer que ele vá, é estar disposto a brigar, bater ou apanhar, para defender seu grupo e a sua hinchada,

acompanhar o time em seus piores momentos, cantar e alentar até os limites do corpo numa espécie de devoção desinteressada.

O torcedor de uma determina equipe se diferencia do seu rival por ser portador de um capital simbólico. Esse capital depende de três características fundamentais: a fidelidade à equipe e também à hinchada, o fervor com que alienta durante toda a partida e o lutar na defesa do clube e da barra. A fidelidade é um comportamento e significa acompanhar o time mesmo nos seus piores momentos e estar com a barra mesmo que isso represente perigo; o fervor com que torce é mais que um rito é a expressão de um sentimento e de uma devoção enquanto o lutar envolve, em última instância, a disposição à violência como forma de garantir a honra e as glórias tanto pessoais quanto do grupo.

Os membros de uma barra carregam um sentimento de superioridade em relação aos demais hinchas, no imaginário desses torcedores a barra representa uma espécie de exército que possui a função de defender tanto as cores e a camisa do time quanto as honras e os valores de toda a torcida, assim, os que estão na barra são aqueles que se dispõem a lutar, dedicando partes importantes da sua vida e por vezes arriscando a própria vida em nome da instituição e da coletividade. Esse sentimento é compartilhado não apenas pelos integrantes da barra ou pelos membros da hinchada mas também por parcelas significativas da juventude portenha, por conta disso é sempre grande o número de jovens que desejam ingressar e participar das barras, ser reconhecido como parte de um desses grupos é um sinal de distinção e, nas escolas e nos bairros, significa ter poder, ser portador de determinadas características de uma certa masculinidade mas, sobretudo, estar ligado a um grupo forte, disposto a proteger e vingar os seus membros. Por outro lado, viver para a barra pode permitir, em

algum momento, também viver da barra, mas para isso é preciso demonstrar determinados valores e capacidades que vão além do simples alentar.

É, sobretudo, nos combates entre hinchas de equipes diferentes que o hincha pode mostrar seu valor para a barra. Os que lutam e os que se 'plantam' são os que merecem respeito e glórias. Plantarse significa não fugir do combate, isto é, estar disposto a defender os valores e os patrimônios do grupo mesmo estando em minoria, ainda que para isso seja preciso arriscar a integridade física e mesmo a vida. Coragem e lealdade são valores essenciais para um hincha da mesma forma que fraqueza, covardia, medo e descompromisso são inadmissíveis. Enfrentar o grupo adversário, não fugir do combate mesmo quando em desvantagem, é efetivamente um ato heroico, merecedor de respeito pelos demais membros da barra e também pelos adversários, ainda que esses jamais assumam as qualidades do adversário publicamente.

Faz parte de um código de honra comum às barras e diz respeito às características que distinguem os melhores combatentes, assim há discurso que qualifica o hincha que mais luta pelo seu grupo, o aguante, e diminui aqueles que fogem das batalhas e aqueles que utilizam armas de fogo em combates contra indivíduos ou grupos que se garantem com as mãos limpas. Ainda que as armas, brancas ou de fogo, sejam comuns a quase todas as barras o fato de ser tachadas como barras que só se garantem ou se plantam quando armados significa uma importante forma de desqualificação. Se negar ao combate ou correr diante do adversário quando isso não é absolutamente essencial são comportamentos condenáveis dentro das barras, demonstram fraqueza e descompromisso com o grupo, mas não são tão graves quanto perder los trapos, as faixas ou bandeiras que como estandartes representam o grupo.

Como patrimônio e símbolo das hinchadas, quando roubados dos adversários os trapos são exibidos como troféus de guerra e quando perdidos lamentados como uma humilhação imposta. Como relíquias, as barras guardam os trapos conquistados e, quando podem, os exibe nos estádios tanto como provocação aos adversários quanto como sinal de força (Moreira:2008, 84). Ganhar ou perder uma partida pode fazer parte do jogo, mas perder uma peleja, ter um trapo roubado ou ser calado em seu próprio estádio é uma derrota moral inaceitável. Ao contrário de uma partida comum em que o resultado pode ser digerido ou esquecido em alguns dias, os trapos ganhos ou perdidos serão eternizados como troféus e as glórias da conquista ou as humilhações da derrota passarão a fazer parte da hinchada e da barra enquanto a memória for cultivada pelo vencedor.

Há um código de ética que determina o valor de cada membro dentro da hierarquia da barra e ele é fundamental para determinar o espaço e as expectativas de cada um. Esse código é construído em seus próprios parâmetros e valores e, não raro, estabelecem um ordenamento baseado em práticas que fora do grupo seriam condenáveis. Assim, o uso de drogas, a prática de pequenos delitos e o uso constante da violência são comportamentos que ganham novos significados e se tornam motivos de honra e prestígio. Para se ganhar prestígio e reconhecimento e assim subir dentro da estrutura piramidal da barra é preciso ter as virtudes reconhecidas e desejadas pelos demais membros.

Os líderes das barras costumam negar qualquer ideia de comando pois isso acarretaria a possibilidade de responsabilização pelos atos dos membros comandados, assim, de modo geral, eles se autodenominam e são reconhecidos como referentes, isto é, como aqueles que pelo seu comportamento e exemplo

servem de modelo ou referência para os demais. O número de referentes varia acordo com o tamanho da barra e sua dispersão territorial, é comum que elas se organizem a partir dos bairros e que cada um deles tenha uma liderança, isso, entretanto, não contraria a estrutura piramidal do grupo, mas, ao contrário, a reforça, todos se submetem de forma mais ordenada àqueles que estão no topo liderando o grupo.

Não é apenas a capacidade do uso da violência que determina o capo ou os referentes de uma hinchada, é também a capacidade que cada liderança possui para oferecer em termos simbólicos e práticos para os grupos e indivíduos que formam ou apoiam a barra. Em termos práticos é necessário ter a capacidade de gerar e distribuir recursos, em termos simbólicos significa ter conquistado legitimidade de liderança pela conduta exemplar dentro dos valores da barra se mostrando capaz de garantir o nome, o renome e os interesses do grupo (Moreira, 2008:85).

Organizadas como uma instituição de combate, as barras valorizam seus melhores 'soldados', aqueles que estão em todas as batalhas e sempre dispostos a todo tipo de enfrentamento, mas isso não basta para se ascender à uma posição de liderança, além de valentia é preciso mostrar solidariedade aos membros da hinchada, companheirismo, respeito à hierarquia, talento para negociação e, como dito, capacidade de gerir e distribuir recursos. Nas barras maiores, as lideranças distribuem ingressos, oferecem lanches aos seus aos membros da barra nos intervalos dos jogos e conseguem transporte para jogos em cidades distantes graças a negociatas com diretores de clubes e políticos expressivos nas barras menores, com recursos escassos, o poder simbólico da liderança se torna mais visível.

Por um lado, os clubes financiam suas barras oferecendo dinheiro, viagens, ingressos, influência e poder aos seus líderes, por outro, as barras sustentam atividades, quase sempre ilegais, que vão da oferta de vagas de estacionamento à venda de drogas, que garantem aos chefes dinheiro, força e prestígio. Estar no comando de uma grande barra pode significar uma liderança que interessa a grupos e partidos políticos, a liderança de um grupo pequeno habilita prestígio no clube ou no bairro. Na 12, principal barra do Boca Juniors, a liderança significa ganhos financeiros e prestígio político, figuras lendárias como José Barrita, el Abuelo, e Rafael Di Zeo são reconhecidas publicamente em todo o território nacional. Nas organizações menores como a Banda 100% Caballito do Ferro Carril ou La Peste Blanca, do All Boys, estar à frente do grupo dá um reconhecimento menor, geralmente restrito à torcida, aos bairros ou a partes da região metropolitana, e se o dinheiro e as facilidades não vêm com tanta facilidade é certo que as relações com os dirigentes e jogadores pode lhes dar, por exemplo, ingressos gratuitos, viagens pagas para jogos distantes e o direito de escolher quem pode ou não entrar no estádio sem pagar nada.

O poder dos referentes não é apenas exercido sobre o grupo, mas é o poder do próprio grupo, assim o capo ou líder tem um poder que advém do grupo e é legitimado por ele. Não é, portanto, um poder pessoal, mas a representação de um poder que é o da própria hinchada, quanto mais poderosos forem os líderes mais poderosa será a barra e vice-versa, o que muitas vezes inviabiliza ou dificulta qualquer modelo horizontal ou democrático de organização. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que há uma liderança que busca uma organização vertical, de cima para baixo, há uma complexa rede de relacionamentos e organizações que se sustentam horizontalmente, geralmente

na base da amizade e no apoio mútuo, pode ser assim na organização das festas e excursões, na confecção de trapos e dos espetáculos a serem apresentados nos estádios e é assim no cotidiano dos encontros para beber e conversar, é quando a amizade se sobrepõe à ordem e o companheirismo supera a hierarquia.

Território e identidade: quando ser é pertencer

Se o reconhecimento dentro da barra ou do bairro é sinal de um prestígio conquistado através de lealdades, atos de coragens e glórias diversas, fora desses grupos a imagem de aguante pode trazer uma série de dificuldades na vida cotidiana. Ocorre que esses torcedores, como quaisquer outros, mantêm relações sociais diversas e se situam em diferentes redes de sociabilidade e pertencimento. Hinchas de um mesmo bairro podem torcer por clubes diferentes e rivais, do mesmo modo amigos ou irmãos podem pertencer a barras distintas e ainda assim frequentar os mesmos espaços públicos, seja para lazer, trabalho ou estudo. Decorre daí um problema comum aos aguantes que se envolvem em batalhas, ferindo ou impondo humilhações a grupos adversários pois estes podem ser facilmente reconhecidos e vingados, disso decorre que, de modo geral, os homens das primeiras linhas de uma barra sejam, mesmo que não quisessem, forçados a abandonar estudo e trabalhos formais e impelidos a uma vida social restrita, dentro dos limites territoriais considerados seguros.

No processo de construção de identidades, os hinchas constroem e reconstroem imaginários coletivos baseados em glórias do passado, construções ficcionais ou mentiras assumidas como verdades que são aceitas como dogmas irrefutáveis (Arangón, 2011:4). Essas construções servem para diversos fins e

envolvem tanto o clube e o bairro quanto a hinchada, seus homens e a barra, nelas são expressos os valores e os códigos morais de cada grupo. São narrativas que transformam fracassos em glórias, que vangloriam ganhos e feitos e organizam não apenas uma identidade positiva para seus membros como também um imaginário que os coloca acima dos seus rivais. Embora sejam os motivos das gozações pelos adversários e rivais, as grandes derrotas, as crises profundas e as adversidades muitas vezes são transformadas em motivos de orgulho.

Na torcida do Racing, por exemplo, a falência do clube, ocorrida em 1999 quando a justiça decidiu vender os bens e o estádio para quitar dívidas atrasadas, não é um motivo de vergonha, mas de orgulho pois é lido como um momento de superação no qual os torcedores se unem para sustentar e reerguer um clube que passa efetivamente a ser patrimônio deles como se clube, time e torcida fossem efetivamente uma só coisa. Se o fato de o clube ter quebrado a ponto de chegar a um pedido de falência, lembrado pelos adversários, é visto a partir do ponto de vista da torcida que no seu pior momento defendeu o clube, encheu os estádios mesmo quando não havia jogos e conseguiu levar o clube ao seu devido lugar, nasce assim a mística de que é uma torcida que possui um clube e não a de um clube que possui uma torcida, como os demais. Do mesmo modo os hinchas do San Lorenzo cantam o fato de se manterem fiéis apoiando o time em seus momentos difíceis, quando o clube ficou sem estádio e caiu para a segunda divisão.

Nos momentos difíceis a unidade entre time e clube e entre o bairro e a hinchada sofre uma reinterpretação de modo que as dificuldades enfrentadas por uma determinada equipe não representem uma crise para o clube ou para que

esse seja não uma instituição formal, mas uma entidade etérea sob a qual se unem os hinchas. Com isso é possível justificar e glorificar, como faz os torcedores do San Lorenzo, que o grupo se faz mais forte nas adversidades. Do mesmo modo que as dificuldades e adversidades são transformadas em motivos de honra, as atribuições de características pejorativas e os insultos geralmente são incorporados pelas hinchadas como parte da sua identidade; os apelidos de bosteros, gallinas e cuervos, que designam os simpatizantes do Boca, River e San Lorenzo, respectivamente, nascem de insultos dos adversários que tentam ligar esses hinchas a características supostamente negativas como pertencer a um bairro muito pobre, ser fraco e covarde para lutar ou ter origem na figura de um padre católico.

Muitas vezes a rivalidade é expressa não apenas em termos de barra ou clube mas como expressão das disputas entre bairros. A identidade de cada torcedor é relacionada com a identidade do clube e esta com a do bairro de origem, exemplo disso é que os hinchas do Chacarita são conhecidos como funebreros devido à antiga proximidade do seu estádio com o cemitério de mesmo nome, os do Nueva Chicago são toritos pelo fato de Mataderos ter sido sede de um grande matadouro de gado bovino, os do Huracan são quemeros devido à queima de resíduos sólidos que ocorria num lixão a céu aberto do bairro que recebia o lixo da cidade, os do Quilmes são cerveceros por virem de uma cidade que tem como referência a maior fábrica de cerveja do país.

Entre os clubes menores, os torcedores de modo geral têm alguma relação com o bairro ou cidade sede do clube, é assim por exemplo com os torcedores do Argentinos Juniors de La Paternal, o Atlanta de Villa Crespo ou o Defensores de Belgrano. À identidade clubística soma-se a identidade barrial, a

rivalidade no futebol explicita assim uma certa forma de explicitar um outro pertencimento e uma fidelidade ao território de origem. Assim, os hinchas do Nueva Chicago, de Mataderos, provocam os adversários do All Boys, clube do vizinho bairro Floresta, cantando “Floresta puta, chupame bien los huevos, el barrio Mataderos vos nunca lo copas...”. É como se o bairro e o clube se tornassem uma coisa só: “Matade mi pasion, (...), Metade mi barrio, doy la vida por salir Campeon”.

Nesse sentido, clubes que tiveram que sair de seus bairros de origem geralmente por conta do crescimento urbano e da especulação imobiliária, perdem mais que sua identidade, perdem antigos torcedores e nem sempre conquista novos; é o caso dos times do Almagro e San Telmo, que levam os nomes dos bairros onde nasceram mas que hoje tem sede fora da cidade, ou ainda do Chacarita que sai do bairro de Villa Crespo para a cidade de General San Martin na região metropolitana de Buenos Aires, hoje ainda que seus torcedores mantenham a alcunha de funebros a sua barra foi batizada com La Famosa Banda de San Martin. A mudança de bairro, ainda na década de 1940, provoca uma nova questão de identidade, ainda que o principal rival do Chacarita continue sendo o Atlanta, com quem disputa o clássico da Villa Crespo, outras novas se acirram com os clubes das cidades vizinhas como o Tigre e o Platense. Ao mesmo tempo, a mudança para uma região mais pobre acirra a rivalidade identitária relacionada à origem socioeconômica, enquanto o Atlanta possui fortes ligações com a comunidade judaica e com os comerciantes mais ricos do bairro, os funebros se orgulham de sua origem operária e socialista.

A Capital Federal e ainda as cidades que formam a grande Buenos Aires possui bairros muito bem delimitados, cada um deles com sua história e seus perfis

culturais e socioeconômicos, sejam reais ou imaginários, que constroem e definem a identidade de cada um deles a partir das suas relações com os demais. Essa história e esses perfis de modo geral conjugam os ideais que são expressos nos clubes que os representam (Arangón, 2011). Questões étnicas e de classe, ideologias políticas e representações culturais presentes na identidade dos bairros passaram a ser marcas assumidas da identidade dos torcedores dos clubes ainda que a origem de cada um deles possa ser bastante diversa. Exemplo disso é o Argentinos Juniors, quem possa andar no entorno do seu estádio verá alusões aos mártires de Chicago, que inclusive batizaram o clube, às suas origens anarquistas e socialistas e aos desaparecidos políticos durante a ditadura militar. Do bairro pobre e o operário do início do século XX sobrou pouca coisa, mas busca das origens e do passado é uma forma de tentar manter uma história que una a todos num momento em que o distanciamento entre o presente e o passado ameaça a possibilidade de identidade.

O amor ao clube, entretanto, nem sempre coincide com a dedicação ao bairro e isso é tanto mais evidente quanto maior o tamanho da torcida. Nos jogos dos times grandes vê-se faixas (trapos) com nomes de diversos bairros e cidades, assim numa partida do River Plate ou do Racing, por exemplo, se encontrará alusões à Ciudad Evita, Mataderos, Wilde, Pilar ou Floresta entre outras dezenas de referências a localidades e mesmo faixas com o nome de lugares que também batizam outros clubes como Lanús e Quilmes. Isso mostra que a identidade relacionada ao clube e às suas origens compete ou reafirma com um outro tipo de pertencimento, àquele relacionado ao bairro de origem ou de moradia. A fidelidade ao bairro e a paixão pelo futebol permitem, em alguns casos, que um mesmo torcedor seja aceito em duas hinchadas diferentes, o que geralmente

ocorre numa divisão de paixão entre um time grande e outro pequeno, entre um clube de expressão nacional e outro local. Entre as centenas de equipes com torcidas locais, isto é, restrita a um bairro, pequena cidade ou a um território bem delimitado é possível encontrar hinchas que torcem para uma dessas equipes e também para um clube maior.

Exemplo desse tipo de paixão dividida é a torcida do Dock Sud, pequeno time de Avellaneda que tem em suas arquibancadas hinchas dos grandes da cidade e também de fora, sobretudo do Racing, inclusive membros da barra, La Guardia Imperial. Seu maior rival, San Telmo, teve como líder de barra um homem influente da Diablos Rojos do Independiente. Os grandes de Avellaneda, times que concentram uma das maiores rivalidades do futebol mundial, 'emprestam' torcedores para pequenos times de bairro e, de modo geral, não se vê grandes problemas nisso. Como esses clubes, grandes e pequenos, geralmente jogam em divisões diferentes a possibilidade de conflito entre eles é bastante reduzida e, portanto, não haveria para esses torcedores qualquer conflito entre os sentimentos. Esse fenômeno, todavia, não é aceito facilmente na maioria das torcidas, sobretudo naquelas consideradas médias ou que aspiram a um maior reconhecimento, o que geralmente se vê mesmo nos clubes menores é a negação desse 'amor duplo' e o orgulho da dedicação exclusiva à uma única hinchada, assim, em Mataderos, por exemplo, a palavra de ordem é 'Soy de Chicago y nadie más'.

A identidade com o bairro expressa outras formas de identidade e de pertencimento. Se para uma hinchada como a do Nueva Chicago ou do Ferro Carril a relação com o local de origem é quase sempre óbvia e fundamental para a identidade do grupo, dado que a maioria dos torcedores tem origem ou vive,

respectivamente, nos bairros de Mataderos ou Caballito, o mesmo não se pode dizer de um clube grande como o Boca Juniors, o de maior torcida, com seguidores em todas as partes do país. Entretanto, ao contrário do que se poderia supor a maioria dos seus hinchas se identificam como boquenses. O mesmo ocorre com o San Lorenzo e o bairro de Boedo. O canto da torcida, seja o “vengo del barrio de Boedo, barrio de de murga e carnaval”, ou ‘soy del barrio de La Boca’, ou qualquer outro, cantado por todos, cria uma unidade mítica, como se todos tivessem uma origem comum, como se formassem uma unidade, são todos corvos ou bosteros, são torcedores do San Lorenzo e por isso vieram de Boedo ou são torcedores do Boca e têm a mesma origem que o clube, são iguais no mito de uma mesma origem e na ideia de que possuem derrotas e conquistas em comum, uma história e uma personalidade que é vivida e compartilhada. As lutas e as vitórias são de todos e portanto reconhecidas e estimuladas por todos.

Manter a sua ligação com o bairro é um ponto fundamental da identidade do hincha do Boca entre outras coisas por ser capaz de diferenciá-los dos arquirrivais do River Plate, clube que nasce no mesmo bairro, mas que o abandona, ainda na década de 1930, para se abrigar no outro lado da cidade na região norte junto aos bairros mais ricos. Essa mudança leva a rivalidade do campo do território, a disputa para ser o verdadeiro ou o maior representante da comunidade local, para o campo da rivalidade entre classes sociais, se o Boca se mantém como bosteros, clube de operários não qualificados, os rivais seriam agora representantes das elites e classes abastadas; uma identificação reforçada ainda na década de 1930 quando no início do profissionalismo o River tem o melhor estádio da cidade em Palermo e ainda faz altos investimentos na compra de jogadores, ganhando com isso a alcunha de Millonarios.

Dentre os clubes de do futebol argentino o River é um dos raros que não enfatizam qualquer identificação com um bairro ou uma cidade sede. A origem territorial é uma referência simbólica fundamental para os torcedores do Boca, ainda que proporcionalmente sejam raros os que efetivamente vieram do bairro, o mesmo se pode dizer da questão classista. Ainda que algumas pesquisas mostrem que efetivamente o tenha, em termos proporcionais, mais torcedores entre as classes mais altas do que o Boca, é evidente que esse também possui seguidores em todos os estratos e classes sociais. Se a alteridade é fundamental para a identidade dos hinchas, um outro aspecto que merece destaque nos discursos da rivalidade é a questão étnica; ambos os clubes tem origem na comunidade italiana que dominava o bairro nos primeiros anos do século passado, mas o bairro de La Boca tem hoje pouco a ver com aquele onde a mais de um século foi fundado o clube, ainda que a pobreza ainda domine o local, a colônia italiana deu lugar à comunidade boliviana, motivo de ironia e sarcasmo para as torcidas adversárias.

A torcida millonaria se vê como legitimamente argentina em suas origens europeias e, por conta disso, como outros clubes ligados a bairros de classe média, enxerga nos rivais uma parcela da população desenraizada de suas tradições portenhas e se referem a eles a partir de preconceitos étnicos, como bolivianos ou negros, e de classe, como villeros, moradores de villas, que são as favelas ou bairros pobres da periferia da cidade. Paradoxalmente, tanto a identidade bostera quanto a millonaria se formam a partir da comunidade italiana, servindo de base para outras rivalidades étnicas, como, por exemplo, com a hinchada do San Lorenzo, o terceiro grande da capital, que é fortemente identificada com a colônia espanhola. Num país formado fundamentalmente por imigrantes europeus,

reconhecer o peso e a importância de cada colônia para a identidade nacional se torna uma questão nacional que vai muito além das rivalidades futebolísticas.

Para os torcedores do San Lorenzo a busca por essa marca de identidade foi fundamental para que conseguisse se colocar como um dos grandes do futebol argentino. Diferente dos outros quatro grandes que se construíram em rivalidades territoriais diretas, Boca e River no bairro de La Boca e Racing e Independiente em Avellaneda, os cuervos tinham como principal rival o Huracán, clube de menor estatura do vizinho bairro de Parque Patricios, a poucas quadras de distância da sua sede original em Boedo. Ter como principal rival um adversário pouco expressivo acaba por limitar a grandiosidade de um clube e de uma torcida que buscava concorrer em glórias com os maiores do país.

Além da questão étnica os hinchas do San Lorenzo buscaram construir um discurso classista e político segundo o qual a sua torcida se diferenciaria dos outros dois grandes da capital por ser composta pela classe média, em oposição ao Boca que representaria a população mais pobre e ao River que representaria aos mais ricos, e também político por ter sido dentre os grandes aquele que mais foi prejudicado pela ditadura militar, enquanto o regime militar construiu o estádio do River Plate, maior da Argentina para a Copa do Mundo de 1978, o San Lorenzo teve seu estádio demolido e seus terrenos confiscados.

Quando dois clubes disputam um mesmo território a questão identitária envolve aspectos mais complexos que dizem respeito à própria identidade de bairro. Essas rivalidades, comuns aos clubes do interior, é uma das marcas da rivalidade entre os clubes de Avellaneda, Racing e Independiente. Se por um lado os dois partilham a mesma experiência de pertencer a uma "hinchada da província", em oposição aos clubes da capital, o fato de pertencerem a um mesmo

território ou localidade não pode ser a base da alteridade, dado que suas sedes e os seus estádios estão separados por poucos metros de distância, a identidade passa por questões relacionadas a questões comportamentais.

A enorme rivalidade entre as hinchadas, expressa em dezenas de cantos, tem como foco a disputa por ser a maior e sobretudo mais importante torcida da cidade, o que se baseia em valores e percepções pouco concretas, discutíveis e, por isso mesmo, motivo de discussões, debates e paixão. A torcida do Independiente, ainda que as pesquisas a coloquem como a terceira maior do país, é considerada menor pelo fato de que seus torcedores serem menos fiéis e aguantes, por conta disso são chamados de amargos e pechofrios, sem sentimentos. Os hinchas do Racing são vistos como sofrendores e frustrados pelo histórico do clube, que venceu apenas um campeonato argentino em mais de quatro décadas e deixou de ser uma sociedade civil controlada por seus sócios para ser gerenciado por uma empresa de capital privado.

De forma geral, o orgulho do pertencimento e a identidade da barra não estão ligados às vitórias ou aos títulos dos clubes. As glórias de cada grupo podem ser expressas em frases como 'la hinchada que nunca abandona', 'la que tiene más aguantes' etc. Assim, para a hinchada do Nueva Chicago, um time sem títulos de grande expressão, um sinal de honra e glória é a capacidade de arrastar seus hinchas e encher sua cancha mesmo em momento difíceis como na mítica invasão da cancha do Independiente, quando cerca de dez mil pessoas, na conta dos torritos, se dirigiram até Avellaneda para assistir à partida do clube, já rebaixado, se despedir da primeira divisão. Nisso eles se vangloriam e se colocam como superiores aos rivais dos bairros vizinhos, All Boys de Floresta e, sobretudo, Velez Sarsfield de Liniers cujo time tornou-se, nas últimas três décadas, um dos maiores

campeões argentinos conquistando mais de dez títulos entre eles a cobiçada Libertadores da América e o Mundial Interclubes e que só assim pode ser ridicularizado pelos torcedores de Mataderos, cujo time esteve, no mesmo período, a maior parte do tempo entre a segunda e a terceira divisão. Os hinchas de Mataderos se vêem como mais apaixonados e fiéis que os de Liniers e isso os tornam melhores e também maiores.

O tamanho da torcida é fundamental para definir o que é um time grande, se o Velez, com diversos títulos conquistados nas últimas décadas é ainda considerado médio ou pequeno, o Racing com raras conquistas nas últimas décadas é um dos grandes, como costumam dizer, pela sua gente. Mesmo com um histórico de fracassos a torcida racinguista é uma das que mais leva torcedores aos estádios no mundo, em 2012, por exemplo, a média de público foi de quase 25 mil pagantes, número bem próximo aos de Boca e River, clubes com torcidas proporcionalmente muito maiores. Para se ter uma base de comparação, naquele ano o sofrido Racing teve nos jogos em seu estádio praticamente a mesma média de público que o Corinthians, time que naquele ano conquistou os mais importantes títulos de sua história.

Se a relação entre as hinchadas e os clubes tem como componente fundamental a história e as origens de cada um, perder a relação com o bairro pode significar um drama profundo. Nas últimas décadas o San Lorenzo tem vivido essa situação, por mais de dez anos foi um time sem bairro, o que no futebol argentino significa ser um time sem alma. Um acúmulo de erros administrativos das diretorias do clube, um sonho de modernização, a especulação imobiliária e a pressão da ditadura militar que dizia desejar reurbanizar o bairro levaram as arquibancadas do estádio do clube ao chão, no terreno 'sagrado' de Boedo foi

construído um Carrefour. Com as mesmas três cores do San Lorenzo a construção do supermercado representava a maior derrota do clube, a vitória do capital contra a paixão e um motivo de provocações por parte dos adversários.

Caíram as arquibancadas e com elas o time, o clube. Sem casa e endividado, dois anos depois o San Lorenzo amargava sua queda para a segunda divisão, foi o primeiro dos grandes a cair. Nos catorze anos seguintes os corvos ficaram sem estádio e sem títulos, jogando em campos que não eram seus, geralmente utilizando o estádio Monumental do rival River Plate ou o estádio do pequeno Atlanta na Villa Crespo. Sem alma, talvez, mas não sem torcida, a torcida fanática seguiu o time e na segunda divisão bateu todos os recordes de público. O novo estádio, inaugurado em 1993 no 'distante' bairro de Bajo Flores, significava uma nova casa, mas nunca chegou a ser um lar, a torcida do cuervo nunca deixou de sonhar com o retorno a Boedo.

Ao longo dos anos o sonho virou obsessão e ganhou as ruas em 2012. Depois de gigantescas manifestações com dezenas de milhares de pessoas o poder público finalmente reconheceu o direito histórico do clube de reaver sua antiga sede. A campanha 'Volver a Boedo' ganhou a batalha nos tribunais e agora busca viabilizar economicamente a volta à terra santa, o retorno ao novo Velho Gasômetro e a um futuro que volta ao passado. Um passado que, assim como no caso do projeto sionista, reorganiza a identidade do grupo a partir da ideia do retorno a um território sagrado.

Evidente que a questão territorial é apenas um dos aspectos a serem considerados quando se busca compreender o fenômeno das barras bravas. Aspectos de identidade étnica e política além de outras características sociais, econômicas e culturais profundas marcam o comportamento e as visões de

mundo dos indivíduos que as compõem, mas como foi dito anteriormente o bairro é um componente básico da vida cotidiana e do imaginário popular, é um âmbito de igualação, participação e solidariedade e também cenário da distinção social que edifica um certo ethos de bairro, construído sobre a base da diferença e da alteridade. A paixão e a devoção aos clubes muitas vezes se somam a isso e outras vezes buscam superar essas barreiras. A identidade, contudo, não é capaz de responder ou mesmo dizer muito sobre alguns fenômenos que cercam as barras, como por exemplo a questão da violência, para isso é preciso entender que controlar uma barra significa dominar territórios e valores simbólicos e, com isso, conquistar poder político, vantagens econômicas e prestígio social.

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO(A) PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRO(A): ASPECTOS DA PEDAGOGIA DO ESPORTE E PSICOLOGIA ESPORTIVA¹.

O esporte que almejamos: um fenômeno plural e sociocultural

O Esporte vem evoluindo e tem se transformado de forma rápida e significativa. Desta forma, podemos afirmar que o esporte é um fenômeno sociocultural de variadas manifestações, cada vez mais incorporado aos interesses e necessidades dos mais diversos tipos de praticantes (CAGIGAL, 1996; GOELLNER, 2005; GALATTI, 2006; PAES e BALBINO, 2005a; 2005b; PAES et al., 2009).

Com o processo de massificação do esporte, tornando-o pluralizado e fascinante (PAES, 1992), cada vez mais crianças e jovens procuram a prática esportiva seja no ambiente formal (escolas), não-formal (clubes, escolas de esportes) ou informal (ruas, praças públicas). Nesse sentido, se faz necessário estudá-lo em diversos contextos. E um elemento chave nesse processo é o profissional de Educação Física, considerado por PAES (2002; 2008) como o Agente Pedagógico, mediador que facilita a intervenção e o aprendizado.

Ultimamente, temos percebido a importância e necessidade em se discutir o processo de formação profissional do treinador ou desse agente pedagógico, bem como aspectos interpessoais eminentes no contexto esportivo

¹ Rubens Venditti Jr (DEF/FC - UNESP BAURU) Marlus Alexandre Sousa (FEF-UNICAMP) Luiza Darido da Cunha (UNESP R. CLARO) Roberto Rodrigues Paes (FEF- UNICAMP)

e seus desdobramentos e interferências nos processos emocionais e aspectos psicológicos destes elementos constituintes do contexto esportivo (atletas; pais e familiares; treinadores, e professores; torcidas, dirigentes, patrocinadores e colegas). Este será o nosso desafio durante este capítulo.

Logo, consideraremos o esporte em sua pluralidade, nos diferentes contextos e objetivos variados, com os mais diferentes sujeitos (ou personagens) compositores do cenário de atuação, na modalidade escolhida (PAES, 1992; 1996), a respeito de como compreender o esporte e as modalidades para um embasamento teórico considerando o esporte como fenômeno sociocultural e plural (PAES e BALBINO, 2005a; 2005b).

1 - ELEMENTOS DA PEDAGOGIA E PSICOLOGIA DO ESPORTE COMO BASES TEÓRICAS APLICADAS NO CONTEXTO ESPORTIVO BRASILEIRO

A Pedagogia e Psicologia podem ser aplicadas aos contextos esportivos?

Analisando o termo Pedagogia, em sua origem, verificaremos que na Grécia antiga, a palavra Paidagogos nomeava o escravo, que conduzia a criança ao templo (que seria a escola). Com o passar dos tempos, a função do Pedagogo foi enriquecida dentro dos mais variados sistemas de ensino. Libâneo (1998) aponta que a Pedagogia:

“(...) é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da Educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana.” (LIBÂNEO, 1998, p.22)

Pimenta e Anastasiou (2008, p.66) compreendem Pedagogia como “campo teórico da prática educacional, que não se restringe à didática da sala de aula nos espaços escolares, mas está presente nas ações educativas da sociedade em geral”.

Desta forma, a partir da ideia dos autores, compreendemos que Pedagogia é uma área voltada à Educação e, portanto, o(a) Pedagogo(a) seria aquele que se dedica às questões ligadas ao processo educacional.

Neste contexto, Libâneo (1998) destaca que a educação é:

“(...) conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.” (LIBÂNEO, 1998, p.22)

Portanto, o(a) Pedagogo(a) do Esporte, seria exatamente esse Agente Pedagógico, o facilitador dos processos e intervenções presentes no contexto esportivo. E inclui-se nesse(a) Pedagogo(a) Esportivo(a) o treinador, o professor de iniciação e também os professores de Educação Física Escolar, uma vez que o esporte está inserido em todos esses contextos e oferece diversas possibilidades de atuação.

Podemos também destacar que dentro das práticas corporais, o Agente Pedagógico sendo mediador nas intervenções, faz uso do esporte e suas características educativas e lúdicas, para transmitir conhecimentos, comportamentos e valores (VENDITTI JR e SOUSA, 2008).

Paes (1996) destaca a importância do Jogo Possível, como elemento da Pedagogia do Esporte. Através deste recurso, podemos adequar as práticas

esportivas aos interesses e necessidades dos praticantes, tornando-o um facilitador no processo de ensino e aprendizagem (VENDITTI JR e SOUSA, 2008).

O jogo é um importante instrumento pedagógico na busca de uma continuidade do processo educativo, que a cada aula deve proporcionar uma aquisição gradual de conhecimentos (FREIRE, 1994).

Em síntese, se o praticante não compreende essa dinâmica, pode ter uma falsa sensação de que chegou a seu limite e pode equivocadamente acreditar que ocupa uma posição de inferioridade perante os outros colegas, assim como esses colegas podem acreditar que ocupam uma posição de superioridade.

Esta situação pode comprometer a motivação dos alunos com relação à prática da modalidade (VENDITTI JR e SOUSA, 2008). E aqui também surge a necessidade de discutirmos questões relacionadas aos estados emocionais e aspectos psicológicos inerentes à Pedagogia do Esporte.

Paes (1996) propõe a utilização do "Jogo Possível" como proposta pedagógica:

"Para nós, o "jogo possível" possibilita o resgate da cultura infantil no processo pedagógico de ensino do esporte, tornando seu aprendizado uma atividade prazerosa e eficiente no que diz respeito à aquisição das habilidades básicas e específicas. Nossa experiência no trabalho com iniciação esportiva possibilitou algumas descobertas e adaptações em jogos e brincadeiras já conhecidas, porém, direcionamos essas atividades buscando o aprendizado coletivo" (PAES, 1996, p. 113).

E o Esporte, considerado como um jogo, ou com seu componente lúdico, fica sendo um facilitador de elementos conceituais, procedimentais e atitudinais no Esporte.

Uma vez que é lúdico, motivante e alegre, incitando valores e modos de comportamentos, possibilita intervenções positivas e adaptáveis aos contextos e sujeitos, despertando o gosto e interesse pela prática, facilitando o ensino de modalidades coletivas, bem como a compreensão da lógica interna do jogo (técnica-tática dos JDCs), como visto em PAES e BALBINO (2005a, p. 129).

Como destacamos, uma vez que ao tratarmos pedagógica e complexamente do esporte, incutimos em considerar aspectos psicológicos e questões emocionais, trazemos também a necessidade do treinador conhecer a Psicologia do Esporte e suas possibilidades de utilização, conhecimentos e aplicação nos contextos esportivos. Samulski (2009) conceitua que a mesma é atualmente uma das disciplinas das ciências do esporte e constitui um campo da psicologia aplicada.

“A psicologia do esporte analisa as bases e os efeitos psíquicos das ações esportivas, considerando a análise dos processos psíquicos básicos (cognição, motivação e emoção) e, por outro lado, a realização de tarefas práticas do diagnóstico e intervenção” (NITSCH apud SAMULSKI, 2009, p. 3).

A função da Psicologia do Esporte resumidamente consiste na descrição, explicação e prognóstico de ações esportivas, com a finalidade de “desenvolver e aplicar programas de intervenção, cientificamente fundamentados, levando em consideração os princípios éticos” (NITSCH apud SAMULSKI, 2009, p.3).

Para Weinberg e Gould (2008, p.22) a Psicologia do Esporte e Exercício consiste em “estudos científicos de pessoas e seus comportamentos em atividades esportivas e atividades físicas, bem como na aplicação prática desses conhecimentos”.

Ora, se destacamos a importância da Psicologia do Esporte, e sua característica aplicada, recorreremos, portanto, a seus fundamentos e linhas teóricas, buscando sempre mostrar a aplicabilidade e utilização de seus conhecimentos e fundamentos integrados às Ciências do Esporte, sobretudo com a Pedagogia do Esporte, no que diz respeito a aspectos motivacionais e elementos psicológicos que surgem nos contextos de intervenção profissional e colaboram para os planejamentos e sistematizações de treinos e intervenções dos pedagogos esportivos.

Vale aqui também destacar que atualmente aquele antigo “tripé” que fundamentava as práticas esportivas e era determinado por: a) aspectos técnicos e habilidades motoras; b) questões táticas e lógica de jogo; e c) condicionamentos e capacidades físicas, agora passam também a considerar os elementos psicológicos, dentre eles: motivação, adesão e estresse esportivo, administração e equilíbrio emocional, concentração e ansiedade, relações interpessoais, liderança e outras questões afetivo sociais, que podem ser compreendidas e trabalhadas pela psicologia do esporte, dentro da pedagogia esportiva (figura 01, abaixo).

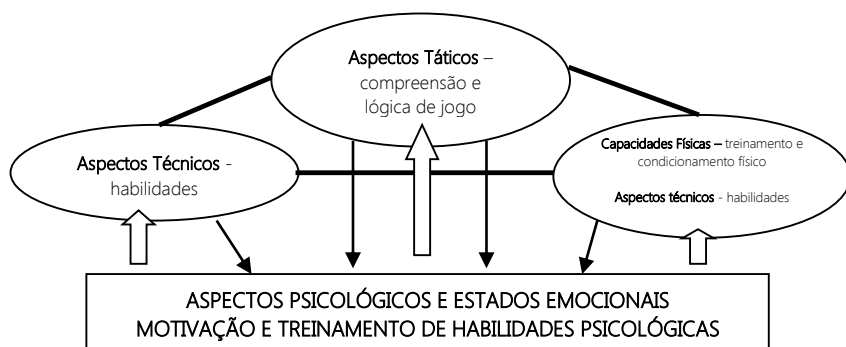


Figura 01- Ilustração sobre a proposta do “tripé” das práticas esportivas (aspectos técnicos, táticos e condicionamento das capacidades físicas), integrados atualmente a elementos e aspectos psicológicos. Nesse texto, propomos a integração das ciências do esporte (Psicologia e Pedagogia do Esporte) para a compreensão de maneira complexa e plural dos esportes nos diferentes contextos de atuação.

2 - A DUALIDADE DO(A) PEDAGOGO(A) ESPORTIVO(A): TREINADOR E/OU AGENTE PEDAGÓGICO?

**Qual nosso papel como treinadores esportivos?
Administrador de conflitos intra e interpessoais? Liderança na equipe?
Treinador de habilidades? Ou um agente pedagógico?**

É sabido que o papel do treinador esportivo é essencial para a obtenção de bons resultados, sendo exatamente esse mediador dentro das diversas relações esportivas. Entretanto, são poucas as pesquisas científicas que buscam compreender os saberes necessários para atuação do treinador (ROSADO e MESQUITA, 2011) e também o quê ou quais aspectos devem ser levados em consideração quando estamos trabalhando com sua formação (acadêmica e/ou de atuação profissional).

Também é necessário reforçar a importância de como são suas relações dentro do âmbito da Pedagogia do Esporte, área em que se busca organizar e sistematizar o processo de iniciação e treinamento esportivo a partir do referencial técnico-tático, referencial socioeducativo e o referencial histórico-cultural.

E costumamos dizer que a Psicologia do Esporte e Exercício também está inserida nas tomadas de decisões, interações e planos de ação desse agente pedagógico, uma vez que o mesmo irá administrar em aulas e treinos diversos conflitos e questões afetivo-emocionais, aspectos motivacionais e elementos sócio-culturais. Daí a importância de reconhecermos a necessidade de se estudar e discutir maneiras aplicadas da Pedagogia e Psicologia do Esporte, para que o

treinador ou professor possam ter ferramentas aplicadas para suas intervenções e atuações profissionais.

Para a organização dos conteúdos, o treinador deve utilizar-se de procedimentos pedagógicos coerentes e condizentes com as expectativas dos praticantes. Diante deste quadro, Paes (2002) sinaliza que o esporte deve ser tratado sob dois referenciais: o Técnico-Tático e o Socioeducativo. Além destes, Machado (2012) nos apresenta em seu estudo, um terceiro referencial, o Histórico-Cultural. A seguir discutiremos brevemente sobre cada um deles.

O Referencial Técnico-Tático trata da lógica técnica e tática das modalidades esportivas. O Referencial Socioeducativo aborda a importância que se crie um ambiente agradável, para que se compreendam valores e modos de comportamento, questões atitudinais e valores agregados às práticas corporais.

E por último temos o Referencial Histórico-cultural, em que Machado (2012) aponta a necessidade que os praticantes têm para acesso ao conhecimento de elementos históricos e culturais do esporte, promovendo desta forma um significado crítico das práticas esportivas.

Vários autores discorrem sobre os três referenciais abordados, como: Paes (1996), Galatti (2006), Galatti et al. (2008), Paes e Balbino (2009), Galatti, Paes e Darido (2010), Machado, Galatti e Paes (2011), Machado (2012) e Machado, Galatti e Paes (2014). Daí a aplicação e utilização do esporte também como elemento educativo e facilitador também da aquisição de habilidades e possibilidades atitudinais.

Por isso a importância de nesse capítulo, trazeremos à guisa de discussão as interfaces presentes entre a Pedagogia do Esporte contemporânea (e repleta de novos conceitos e propostas sistematizadas), com a Psicologia do Esporte e

do Exercício, seus aspectos motivacionais, de adesão e de estímulo aos estados emocionais e psicológicos.

Importante considerar essas relações da Pedagogia do Esporte como processo de competências para o treinador, pois assim, podemos observar várias características dos referenciais no âmbito da psicologia como a motivação, os diversos estados emocionais, cognição entre outros, que estão presentes no dia a dia do trabalho do treinador, seja no seu processo educativo como também na fase competitiva.

Segundo Côté e Gilbert (2009), existem vários modelos conceituais para o desenvolvimento do treinador, como: liderança, experiência, relacionamento, motivação e educação.

A partir disso, conceituaram o conhecimento do treinador em três variáveis:

- Conhecimento Profissional, relacionada à área do esporte, conhecimentos específicos da área de fisiologia, pedagogia, relações técnico/táticas;
- Conhecimento Interpessoal, relacionado com a relação treinador-atleta, trabalhada nos treinos e em competições e também na relação extraprofissional, relações da psicologia e de gestão desse conhecimento; e
- Conhecimento Intrapessoal, que está ligado ao autoconhecimento, autorreflexão e autocrítica.

Para que esses conhecimentos sejam utilizados para determinar um treinador eficaz, é necessário que esses conceitos estejam interligados na sua prática diária. Podemos citar um dos mais consagrados treinadores de futebol, Josep (Pep) Guardiola, que atualmente está frente à equipe do Bayern de Munique, em seu livro relata: "eu só procuro passar aos meus atletas alguns princípios de

jogo, que reduzem os riscos ao mínimo e potencializam suas virtudes ao máximo” (PERERNAU, 2014, p.135).

O mesmo também complementa:

“No campo após o jogo, retomamos a conversa com Estiarte sobre a criatividade do técnico. Como um treinador aprende? Como evolui e melhora? “Basicamente, vendo jogos, estuando vídeos do próprio time e dos adversários. Ele revê as partidas com atenção para os detalhes, pensando em possíveis novos movimentos ou repassando os erros. E a partir daí, deve refletir, criar novas ideias e movimentos para ensaiá-los nos treinos e jogos. É um processo similar ao realizado quando analisamos um adversário (...)” (PERERNAU, 2014, p. 82).

(...)

“A que dedica as doze horas de trabalho? Metade delas à profunda análise do adversário, que costuma ocupa-lo durante dois dias e meio. Boa parte do tempo restante é empregada nos treinamentos ou na preparação das próximas sessões com Buenaventura, Torrent e Gerland. Por fim, todos os dias Pep passa uma ou duas horas em conversas individuais com os jogadores, às vezes com a ajuda de vídeos ou simplesmente indo tomar um café ou fazer uma refeição para falar de problemas pessoais. Esses são momentos-chaves, que realmente importam, e Guardiola aprendeu que deve dispensar a eles o tempo necessário (...)” (PERERNAU, 2014, p.167).

Podemos observar várias características presentes do renomado treinador Guardiola (PERERNAU, 2014), como buscar potencializar a virtude dos seus atletas, estudar não só o adversário, mas seus jogadores e também a si mesmo e ter uma relação de confiança entre treinador-atleta, podemos compreender que tais comportamentos do treinador levaram ao sucesso da equipe.

Ou seja, elementos psicológicos e interpessoais interferem, e muito, nesse processo de treinamento e na rotina dos atletas liderados por ele.

Sendo assim, podemos fazer uma pequena complementação no modelo conceitual de CÔTE e GILBERT (2009), inserindo as influências e possibilidades de aplicarmos as ciências Pedagogia do Esporte e Psicologia Esportiva nesses três níveis de conhecimentos.

Com esses embasamentos teóricos formativos, o cenário de formação de treinadores e professores de Educação Física poderia apresentar profissionais mais bem preparados pedagógica e psicologicamente.

A figura 02, a seguir, mostra essa proposta que iniciamos nessa reflexão com o leitor.

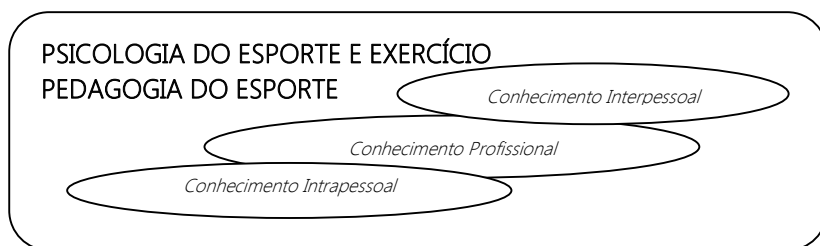


Figura 02- Modelo proposto por CÔTE e GILBERT (2009), ilustrado a partir da proposta dos mesmos autores. Adaptação e complementação, ilustrando que o Pedagogo Esportivo pode recorrer às duas áreas da Ciência do Esporte para sua atuação profissional e tratar os três níveis de conhecimento propostos pelos autores: profissional, intra e interpessoal.

Nas palavras de Becker Jr. (1995 apud BECKER JR. e SAMULSKI, 2002, p. 106) “[...] cada atleta tem uma capacidade diferente dos demais para entender as mensagens”. O que nos faz entender que é necessário compreender cada atleta, saber motivá-los para tornar a relação treinador-atleta (aluno) mais harmoniosa.

Também precisamos considerar neste momento as próprias motivações individuais desses elementos e também as estratégias de auto-motivação do

próprio treinador e como as relações interferem dinamicamente nesse processo motivacional coletivo. É sabido que em esportes competitivos, principalmente os coletivos mais conhecidos (futebol, voleibol, handebol, basquetebol, dentre outros), muitas vezes a equipe pode estar “fechada” e compromissada com o treinador e sua comissão técnica, ou simplesmente fazerem de tudo para sabotar a ele e seus colaboradores.

A partir de entrevistas em projeto paralelo a esse (CUNHA, 2015, s/p.), a respeito da Seleção Brasileira de Basquetebol feminina, referente a dois momentos distintos, a década de 1990 e 2000, recorremos a algumas questões que podemos analisar à luz do referencial sócio-educativo dentro da Pedagogia do Esporte. E porque não trazer à tona a questão da Psicologia Esportiva, podemos assim observar as análises dos entrevistados, dentre eles, ex atletas e treinadores? Vamos a elas:

ENTREVISTADA 02 - “2008, Pequim, a gente e o time teve uma preparação legal... O time tava (SIC) legal... Acabamos perdendo jogos fáceis, mas o clima que estava por trás dos bastidores não era legal... era aquela coisa, ai como eu posso falar pra não comprometer muita coisa? (...) Então, aquela relação de técnica jogadora, não tava (SIC) legal. Não era estreita essa relação, tipo... era meio que uma ‘guerrinha’ com as jogadoras e o técnico, muitas vezes eu senti que não tinha espaço suficiente... ai eu não joguei o tanto que eu devia ter jogado, ai eu queria ser titular... ai eu não sei o que, briozinhos, coisinhas de jogadoras. Era aquela coisa que ficava distante, o time tava(SIC) muito junto, muito unido assim, a nossa convivência diária era muito legal mas não tinha isso com o técnico. Então, ficava aquela coisa ‘ahhhhhh... não dá nada perder’, não tinha aquela preocupação, porque além da gente “estar vestindo” (SIC) uma camisa da seleção...”

Já, no outro momento da Seleção, que ocorreu na década de 90, evidenciamos comprometimento entre atletas e comissão técnica, como é o caso do relato a seguir:

ENTREVISTADO 07 - "O sucesso da equipe atribuo a duas coisas fundamentais: a qualidade das jogadoras a qualidade e união das jogadoras e a comissão técnica competente e harmônica."

Além do mais, observamos que o contexto da psicologia esportiva no Brasil ainda é uma realidade distante (SAMULSKI, 2002), verificamos também que o conceito motivacional, fator de extrema importância no esporte é atrelado somente à psicologia, não cabendo ao treinador trabalhar essa questão.

Podemos notar tal fato de dois treinadores reconhecidos em suas modalidades, Muricy Ramalho do futebol e "Guerrinha" do basquetebol, que cita Muricy, em sua entrevista explicando a demissão do Bauru Basquetebol em 2015, na frase a seguir: "Uma vez o Muricy Ramalho disse uma frase fantástica: jogador que joga em time grande e ganha bem, não precisa de motivação. Tem que agradecer. Se precisa de motivador, tem que contratar uma psicóloga, não demitir o técnico." (Jorge Guerra, 17 de outubro/ 2015).

Se a Pedagogia do Esporte começa a aparecer como uma área interessante das Ciências do Esporte, temos uma mesma história para a Psicologia do Esporte e Exercício. Além de que, nessa última, ainda surge a disputa pela apropriação da atuação profissional por profissionais da saúde que não os profissionais de Educação Física, uma vez que a mesma é interdisciplinar e deriva da atuação profissional aplicada de psicólogos e médicos esportivos no contexto dos esportes.

Uma das propostas deste capítulo é realizar uma abordagem com diferentes áreas do conhecimento e das ciências do esporte, para que o(a) treinador(a) possa interligá-las de maneira eficaz. Diante disso, percebemos no esporte profissional, treinadores que desconhecem e menosprezam, por exemplo, trabalhos psicológicos nesse cenário, que atualmente passam a ser fundamentais nessa perspectiva ecológica e sistêmica.

Para exemplificar tal situação, o treinador Muricy Ramalho mencionado por Guerrinha, declarou em matéria antiga que "a psicologia no futebol é importante somente quando problemas são detectados com os jogadores". E também complementa o que Guerrinha destacou: "que é obrigação do jogador profissional estar sempre motivado"- UOL-ESPN NOTÍCIAS ON LINE, 2011- Publicado em 08/04/2011 (CANHOTA10, 2015). Portanto, a fragmentação das áreas do conhecimento não possibilita uma convergência de ideias e objetivos, prejudicando dessa forma todo processo de treinamento.

3 - A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ÂMBITO DA PEDAGOGIA DO ESPORTE, AGREGANDO A PSICOLOGIA ESPORTIVA

Conforme já mencionamos no presente capítulo, verificamos nos dias de hoje, uma enorme e variada manifestação do Esporte, tornando imprescindível uma rica compreensão sistêmica deste fenômeno. Para isso, destacaremos a importância da atuação do(a) Pedagogo(a) Esportivo(a) dentro do processo de ensino e treino, desde as fases iniciais de aprendizagem até o esporte profissional.

Esse aspecto também é um fator que merece destaque, pois ainda de forma errônea, acredita-se que a Pedagogia do Esporte é apenas aplicada na iniciação esportiva, sendo também restrita e entendida apenas para a iniciação de

crianças. Por outro lado, o preconceito e dificuldades de aceitação também da Psicologia Esportiva no âmbito esportivo ainda segue a lógica da crença de que o papel da psicologia é apenas tratar de pessoas com desequilíbrios mentais, sendo amplamente evitada por treinadores e atletas, por este receio.

Para defendermos a atuação do Pedagogo Esportivo, faz-se necessário reforçar a concepção que a educação acontece em diversos locais e situações sociais, entretanto, comumente ouvimos termos relacionados à Educação e escola, como aponta Brandão (2007), o autor destaca que a educação não é somente exclusiva desse contexto:

“Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor-profissional não é o seu único praticante.” (BRANDÃO, 2007, p.9).

As práticas educacionais permeiam por diferentes ambientes, como o formal (escolas), informal (praças públicas) e não-formal (clubes, ONGs. Escolas de esportes).

No presente capítulo, enfatizaremos a atuação do Pedagogo dentro do ambiente esportivo, em busca de um cidadão que seja autônomo perante suas decisões. Para isso, é necessário aproximarmos os conceitos de pedagogia e esporte.

Assim, toda prática esportiva está implícita a educação, seja nas fases iniciais de aprendizagem ou até mesmo no esporte profissional. Diante deste quadro, Balbino (2005, p. 75) destaca:

“Surge, então, a necessidade de se dar a essa atividade um tratamento pedagógico, com a presença do educador esportivo, ou mais especificamente o pedagogo esportivo, especialista

responsável pela compreensão, estudo e aplicação das prerrogativas da ciência da educação, a Pedagogia, dentro das manifestações do fenômeno Esporte.”

Em uma abordagem tradicional, a Pedagogia do Esporte era vista, em sua concepção inicial, como uma metodologia voltada para o ensino de modalidades esportivas elaboradas para o processo de iniciação esportiva.

Barbanti (2003) apresenta aspectos da evolução deste conceito, relacionando-a com diferentes perspectivas e disciplinas do ensino da Educação Física e do Treinamento Esportivo.

Porém, existe uma visão equivocada por parte da comunidade esportiva e também do senso comum, assim como destaca Marques (2006) que o “ensino” está ligado às atividades na escola e “treino” ao desporto de rendimento.

Essa visão, podemos assim dizer, é reducionista e refere-se dentre várias coisas, aos aspectos do treino e capacitação técnica das habilidades motoras e esportivas.

Segundo Libâneo (1998, 2002), é preciso acabar com essa ideia simplista e reducionista (de que o treinador não é apenas um especialista apenas do esporte), do conceito de Pedagogia. É necessário que se considere a diversidade, as possibilidades de contextos e participação, a inclusão e a complexidade de tudo esse fenômeno que chamamos de esporte.

Portanto, pedagogos em esporte devem combater uma pedagogia que está mais preocupada em cumprir metas e etapas de treinamento. Verificamos nas escolas de esportes, que crianças passaram a ser consideradas como “adultos em miniaturas” (GRECO e BENDA, 1998).

Com isso, defendemos a implementação de uma pedagogia mais complexa que respeite os interesses e necessidades esportivos de cada criança para, assim, propormos um esporte mais educativo e responsável.

Qual é o nosso papel, considerando aspectos pedagógicos e psicológicos?

Evidentemente, sabemos das particularidades, conteúdos, cobranças e objetivos destes dois diferentes cenários, pois na escola os aspectos educacionais e formativos possuem um caráter mais amplo, além do esporte não ser um conteúdo exclusivo das aulas de Educação Física (DARIDO e RANGEL, 2005) e no clube, que também pode ser definido como um dos cenários mais procurados para a prática e iniciação esportiva no Brasil (PAES e GALATTI, 2013), além da otimização da performance esportiva, o tempo dedicado a essa tarefa fica mais evidente, conforme o tempo que o aluno pratica determinada modalidade, ou tem contato com o esporte em questão. No entanto, podemos afirmar que é função do pedagogo esportivo adequar conteúdos, situações ricas de aprendizagem, estratégias, métodos e estimulando para uma evolução e compreensão do jogo, seja qual for o cenário.

Com a intenção de aprofundarmos a discussão acerca do papel do pedagogo do esporte, o presente capítulo está delimitado ao pensamento pedagógico e, porque não dizer, epistemológico em Educação Física, e suas relações com as práticas esportivas. Entendemos por pensamento pedagógico em Educação Física a área do conhecimento (pedagogia do esporte) que tem como objetivo analisar e compreender as diferentes formas esportivas, ocupando-se dos fenômenos do jogo, do treino, da competição e da aprendizagem; ao mesmo

tempo, esta pedagogia do esporte tem como compromisso refletir sobre o sentido do esporte enquanto prática educadora e formadora da condição e conduta humana (BENTO, 1991).

Diante disso, podemos afirmar que é compromisso do treinador, reconhecer que para as crianças, ele não é mais apenas um mero treinador ou um especialista do esporte. É mais do que isso, são pessoas com as quais estas crianças mais se identificam, com quem partilham algum tempo importante das suas vidas (MARQUES, 2006). Sob esta visão, faz-se fundamental uma proposta que considere a diversidade, a inclusão, a cooperação e autonomia (PAES; BALBINO, 2005a).

Assim, conforme aponta Balbino (2005), esta área é de conhecimento amplo e globalizante, tornando imprescindível reconhecê-la definitivamente como mediadora, tendo no pedagogo esportivo, sustentado pelos conhecimentos da pedagogia do esporte, o mentor deste processo.

Ao tratarmos do esporte para crianças, jovens, adultos, idosos, grupos especiais e pessoas com deficiência, o que vemos, de modo geral, é uma pedagogia que tem por finalidade o não desenvolvimento de valores e modos de comportamento, tais como, a moralidade, a sociabilidade, a afetividade, o companheirismo; em face, privilegia a dimensão racional e quantitativa, voltada a aspectos biológicos e fisiológicos (capacidades físicas), ou seja, questões puramente quantitativas.

Além disso, esta pedagogia simplista e reducionista tem a tendência em eleger um tipo ideal de atleta que acaba sendo seguido ou mesmo perseguido por aquela criança ou adolescente que está iniciando num determinado esporte (SANTANA, 2005).

Tratar "pedagogicamente" o esporte tornou-se um desafio para todos os pedagogos esportivos. Sem contar que o próprio esporte evoluiu e vem passando por transformações e gerando, por conseguinte, outras mudanças.

Desta forma, a questão é fazer com que as crianças e adolescentes tenham acesso a uma prática esportiva, que a pratiquem da melhor maneira possível, que aprendam e, sobretudo, aprendam a gostar desse esporte (FREIRE, 2003), não se resumindo aos conceitos antigos nem se balizeira pura e simplesmente no rendimento e no espetáculo.

Outros autores, que possuem o mesmo ponto de vista, complementam a ideia ao afirmar que o treino para crianças e jovens é um processo de exercitação sistemático em longo prazo, que oferece formas motrizes multifuncionais e específicas da modalidade, a constituir-se numa etapa de desenvolvimento para os objetivos finais que normalmente se situam nas idades adultas (HAHN, 1988; BRIGHTON, 1998; ADELINO; VIEIRA; COELHO, 2000; MARQUES, 2002; ESTEVES, 2003; BRITO, 2005).

4 – PARA ONDE CAMINHAREMOS? UM NOVO PERCURSO...

Diante do quadro apresentado, evidencia-se a necessidade do pedagogo esportivo em perceber e considerar o ser humano como um todo, não desprezando e nem negando a sua individualidade, as suas diferenças e, muito menos, a sua complexidade (BENTO, 2004).

Portanto, torna-se imprescindível considerar o ser humano, praticante, aluno e atleta, como sujeito e não como objeto, ressaltando que a Educação, nos

mais diferentes cenários, possui suas particularidades, conforme defendido por todo o texto.

Além disso, o Esporte tem inúmeras possibilidades educacionais e oferece diversas facetas de utilização e compreensão.

Recorrendo ao embasamento na Pedagogia e Psicologia do Esporte, seria possível revertermos o quadro em diferentes cenários esportivos, que mesmo apresentando suas particularidades, tem em comum a utilização de práticas esportivas ou corporais, além de em todos estes ambientes, ser o profissional de EF o principal Agente Pedagógico.

Ora, sendo assim, é preciso oferecer, na formação e também na atuação profissional, subsídios teóricos das ciências do esporte, que sejam aplicáveis e compreendidos pelos profissionais de Educação Física. Para tanto, é necessário adotarmos o paradigma de que o Esporte que estamos tratando, pedagógica e conceitualmente, seja compreendido de maneira sistêmica, integrada com os sujeitos e contextos diversificados de utilização.

Paes (1996; 2002) acredita que uma Pedagogia do Esporte deve ter como objetivo a participação de todos. Sendo assim, o Esporte pode ser utilizado como ocupação do tempo livre, relacionado à área de Recreação e Lazer. Para o autor, é fundamental “aprender jogando” e não “aprender para jogar”. Esta seria a principal característica do chamado “jogo possível”, onde, através das práticas esportivas, surge um ambiente repleto de possibilidades e potenciais pedagógicos.

Freire (1994) faz uma análise sobre a Pedagogia do Esporte, enxergando o fenômeno sociocultural de forma abrangente, onde o processo de ensino supera as questões voltadas somente à aprendizagem de gestos esportivos. Para o autor,

é preciso: Ensinar Esporte a todos; ensinar bem Esporte a todos; ensinar mais que Esporte a todos; e ensinar a gostar do Esporte.

Complementamos essas ideias clássicas de nossos autores, destacando a necessidade do Pedagogo Esportivo também considerar e saber trabalhar nas intervenções os aspectos psicológicos e comportamentais, administração de conflitos e estados emocionais, bem como questões motivacionais e de relacionamento inter/intrapessoal, em diferentes finalidades, conforme o contexto em que é desenvolvida.

Diante desta visão, cabe ao agente pedagógico considerar o esporte com múltiplos significados e conforme aponta Balbino (2005) o técnico ou professor – terá que ter uma visão global do processo a partir de quatro pontos: o que ensinar (qual a modalidade)? Em qual cenário? Quem são os personagens? Quais os significados? (PAES; BALBINO, 2009; PAES; MONTAGNER; FERREIRA, 2009).

Conforme posicionamento dos autores já citados, defendemos o estabelecimento do caráter educativo dentro também do ambiente esportivo, a fim de estimular a criticidade, autonomia e competência dos indivíduos. E ao tratarmos o esporte de maneira pedagógica e educativa, traremos a necessidade da preparação e formação com embasamentos em aspectos pedagógicos (tanto na formação em bacharelado quanto em licenciatura) e psicológicos, principalmente por ser o contexto esportivo palco de diversas emoções e relações interpessoais.

O aspecto motivacional do professor de Educação Física e dos participantes ou atletas também deve ser constantemente observado, para a

manutenção da adesão e participação nas atividades propostas (VENDITTI JR, 2014; WEINBERG e GOULD, 2008).

Para uma atuação eficaz e abrangente, é fundamental que nós, profissionais de Educação Física, Agentes Pedagógicos ou "Pedagogos(as) do Esporte", conforme já salientamos, tenhamos uma visão ampla do processo de formação esportiva.

Abrangendo o indivíduo em sua totalidade, considerando as individualidades de cada aluno(a) e diversidades de contextos e objetivos, bem como as diversas possibilidades e manifestações desse fenômeno socio cultural tão importante em nossa sociedade atual: o ESPORTE.

Balbino (2005) ressalta, por meio de um esquema gráfico as possíveis reflexões, que gostaríamos de partilhar com os leitores, para assim encerrarmos o capítulo com um panorama sistêmico a respeito desse nosso fenômeno chamado Esporte Moderno (figura 03, a seguir).

Pois bem, adotando a visão sistêmica, podemos considerar o esporte e seus personagens em micro e macro sistemas (clube, família, escolas, comunidade, sociedade em geral etc.).

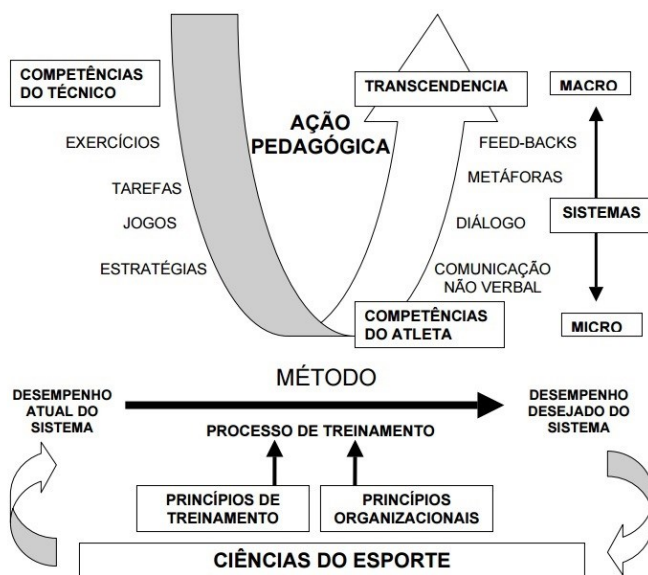


Figura 03- Modelo proposto por Balbino (2005, p.181), a respeito das relações pautadas na visão sistêmica e nas ciências do esporte, ao considerarmos as ações pedagógicas.

Por essa mesma visão sistêmica, podemos recorrer às Ciências do Esporte Moderno, de maneira científica e acadêmica, considerando sua aplicabilidade e utilização, por meio de princípios do treinamento esportivo e princípios operacionais.

A aplicabilidade da Pedagogia do Esporte e seus aspectos teóricos e procedimentais, associados aos elementos e ferramentas da Psicologia do Esporte e Exercício, podem auxiliar o(a) Pedagogo(a) esportivo(a), ou Agente Pedagógico(a) em Educação Física, a atuar e intervir, realizando a mediação e sendo um facilitador das ações pedagógicas (compreendidas em todos os âmbitos esportivos: iniciação e aprendizagem esportiva, treinamento e aperfeiçoamento e esporte profissional).

Assim, destaca-se a importância e papel do treinador em desenvolver as competências do atleta, fazendo uso de seus conhecimentos empíricos, teóricos e também elementos e aspectos psicológicos (tais como feedbacks, diálogos, metáforas de ensino e comunicação não-verbal, obtidas pela convivência e transmissão de valores e atitudes), além é claro das estratégias e elementos didático-pedagógicos (exercícios, tarefas, jogos e estratégias de treino).

Considerando esses aspectos e interrelacionando-os de maneira sistêmica, destacaremos também possíveis competências diferenciadas no treinador, que podem levar à transcendência tanto dos agentes pedagógicos, quanto de seus atletas, alunos ou praticantes sob sua orientação.

Por fim, as questões motivacionais, enfatizadas e destacadas por quase todos os teóricos da Pedagogia do Esporte que utilizamos no texto, surge como outro potencializador dessas competências e facilitador do convívio interpessoal dentro das equipes e entre os personagens destacados, nos mais variados contextos esportivos.

Essa proposta é complexa, e necessita de diversas reflexões, durante até mesmo o processo de formação acadêmica dos futuros profissionais de Educação Física. Além disso, aos já formados, é preciso a ruptura total com os modelos mais tradicionais de atuação em contexto esportivo, que preconizam apenas o modelo de nível profissional como o molde a ser seguido.

Deste modo, precisam ser repensados, para que se considere o esporte dessa maneira plural, sistêmica e complexa, que estamos vislumbrando e partilhando com os leitores.

Diversos são os paradigmas a serem rompidos e superados, bem como a necessidade de se romper alguns preconceitos e barreiras de formação e alguns

“vícios” adquiridos histórica e socialmente por profissionais atuantes e em formação. Portanto, dependem basicamente da intencionalidade, engajamento e envolvimento dos próprios profissionais de Educação Física.

REFERÊNCIAS (PARTE 5)

ADELINO, J.; VIEIRA, J.; COELHO, O. Treino de jovens: o que todos precisam saber! 2ª. ed. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva, 2000.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Análise sociológica do processo de desenvolvimento dos principais clubes de futebol do Estado de São Paulo no final do século XIX e começo do século XX: influência da urbanização, ferrovias e Rio Tietê. 2013. 230f. Tese (Livre Docência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, São Paulo, 2013.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. Uma leitura do futebol em São Paulo: A ginga, os territórios e as identidades. ____In: Revista da Alesde, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 52-71, abril 2013.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro, Graal, 2007.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão da nação. Lisboa, Edições 70, 2005.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. Futebol de fábrica em São Paulo. 1992. 190f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1992.

ANTUNES, Fatima Martins Rodrigues Ferreira. “Com brasileiro não há quem possa!”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ASAD, Talal. Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity. Stanford University Press, Stanford, 2003.

BALBINO, H. F. Pedagogia do treinamento: método, procedimentos pedagógicos e as múltiplas competências do técnico nos jogos desportivos coletivos. 2005. 92f. Tese

(Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005.

BARBANTI, V.J. Dicionário da Educação Física e do esporte. 2. ed. São Paulo: Manole, 2003.

BARBOSA, M. O Brasil é um país de —balangandãsll no imaginário francês. *Discursos Fotográficos*, v 2, n 2, p 69-92, 2006.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Túlio Velho. Gilberto Freyre e o futebol-arte____In: *Revista USP*. São Paulo, n. 62, p. 233-238, junho-agosto de 2004.

BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Diefel, 2009.

BECKER JUNIOR, B.; SAMULSKY, D. *Manual de treinamento psicológico para o esporte*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

BELLOS, A. *Futebol: the brazilian way of life*. Londres: Bloomsbury, 2014.

BENTO, J. O. *Novas motivações, modelos e concepções para a prática desportiva*. In: BENTO, Jorge Olímpio (Org.). *O desporto do século XXI: os novos desafios*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1991. p. 113-146.

_____. *Desporto para crianças e jovens: das causas e dos fins*. In: GAYA, Adroaldo; MARQUES, António; TANI, Go. *Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-56.

BONIFACE, P. *Football as a factor (and a reflection) of international politics*. *Italian Journal of International Affairs*, v 33, n 4, p 87-98, 1998.

BORELLI, V. *O esporte como uma construção específica no campo jornalístico*. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 25.. 2002, Salvador. *Anais ... Salvador*, 2002. p 1-22.

BOURDIEU, Pierre. *Como é possível ser esportivo?____*In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURG, J-F. *La presse sportive en France: forms du marché, stratégie concurrentielle et offer d'informations*. *Recherches en communication*, s/v, n 5, p 45-82, 1996.

BRASIL. Decreto n. 3.199, de 14 de abril de 1941. *Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país*. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1941.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Mundo Afora: planejamento e gestão no futebol*. 2015.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Tráfico de mulheres: política nacional de enfrentamento. 2011.

BRIGHTON, M. D. S. B. Desporto de base: uma preocupação necessária. In: SILVA, F. M. (Ed.). Treinamento desportivo: reflexões e experiências. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998. Cap.8. p. 119-126.

BRANDÃO, C. R. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 2007. 49ª ed. 2007.

BRITO, N. Especialização precoce: a precipitação para o (in) sucesso. Treino Desportivo, v. 27, p. 16-17, 2005.

BUTLER, Judith. Bodies that Matter: on the Discursive Limits of 'Sex'. Routledge, London, 1993.

CAGIGAL, J.M. El deporte contemporáneo frente alas ciências del hombre. In:

MARTIN ACERO, R.et al. Educación Física y deporte no século XXI. Universidade da Corunã, 1996.p.163-180.

CANHOTA10. Guerrinha: meu substituto vai ter um desafio muito grande. Bauru, 2015. Disponível em: <http://www.canhota10.com/bauru-basket/adeus-guerrinha-2> Acesso em 14 dez. 2015.

CASTRO, A. S. e. 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy 'to win hearts and minds' through sports and football. Public Diplomacy Magazine, v 5, n 1, p 28-35, 2013.

CASTRO, Ruy. Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COELHO, J. N. —Vestir a camisolall: jornalismo desportivo e a selecção nacional de futebol. Media & Jornalismo, v 4, n 4, p 27-39, 2004.

CORBIN, Alain. História dos Tempos Livres. Lisboa: Teorema, 2001.

COSTA, S. R. M. Nação, comunidade imaginada pela mídia? O futebol-espetáculo e as identidades nacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3.. 2007, Salvador. Anais ... Salvador, 2007, p 1-14.

CUNHA, L. D. Histórias das Seleções brasileiras de Basquetebol feminino. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2015.

COTE, J. e GILBERT, W. An integrative definition of coaching effectiveness and expertise. *International journal of sports science & coaching*. v. 4, n. 3, 2009.

DA COSTA, Felipe Rodrigues; NETO, Amarílio Ferreira; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. CRÔNICA ESPORTIVA BRASILEIRA: HISTÓRICO, CONSTRUÇÃO E CRONISTA. *Pensar a Prática*, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 15-32, mar. 2007. ISSN 1980-6183. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/198/1230>>. Acesso em: 10 Dez. 2015. doi:10.5216/rpp.v10i1.198.

DA MATTA, Roberto e outros. *Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Pinakotheke, 1982.

DAMATTA, R. A. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. *A educação física na escola implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DEOS, A. Sport and relational public diplomacy: the case of New Zealand and Rugby World Cup 2011. *Sports in Society*, v 17, n 9, p 1170-1186, 2014.

DONNELLY, Peter; YOUNG, Kevin M. Reproduction and transformation of cultural forms in sport a contextual analysis of rugby. *International Review for the Sociology of Sport* 20.1-2, 1985, p.19-38.

DUMONT, J.; FLÉCHET, A. —Pelo que é nosso!II: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*, v 34, n 67, p 203-221, 2014.

ELIAS Norbert; DUNNING Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

ERIKSON, Erik H. *Identity: Youth and crisis*. Nova York: WW Norton & Company, 1994.

ESTEVES, P. T. M. O planejamento do treino de jovens basquetebolistas - descrição e análise das "cargas" e conteúdo de treino, em duas épocas distanciadas no tempo, de um treinador de referência. (2003). 73 f. (graduação) - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Pedro Esteves, Universidade do Porto, 2003.

FABRES, R. R. A reeleição de Lula na imprensa espanhola: um estudo sobre hegemonia, identidade e representação a partir da análise dos jornais espanhóis El País e El Mundo. Revista Anagrama, v 4, n 1, p 1-16, 2010.

FRANCO JÚNIOR, H. Brasil, país do futebol? Revista USP, s/v, n 99, p 45-56, 2013.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. 4.ed São Paulo: Scipione, 1994.

FREIRE, J. B. Pedagogia do futebol. Campinas: Autores Associados, 2003.

GALATTI, L. R. Pedagogia do esporte: o livro didático como mediador no processo de ensino e aprendizagem dos jogos esportivos coletivos. 2006.138f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GALATTI, L. R. et. al. Pedagogia do esporte: procedimentos pedagógicos aplicados aos jogos esportivos coletivos. Revista Conexões, Campinas, v. 6, n. especial, p. 404-415, 2008.

GALATTI, L. R.; PAES, R. R.; DARIDO, S. C. Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos Jogos Esportivos Coletivos. Motriz: Revista de Educação Física (Online), v. 16, p. 751-761, 2010.

GALEANO, Eduardo. Futebol ao sol e à sombra. Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 2013.

GAMBETA, Wilson Roberto. A bola rolou: o velódromo paulista e os espetáculos de futebol 1895-1916. São Paulo: SESI-SP, 2015.

GASTALDO, É. L. "O país do futebol" mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. *Sociologias*, v 11, n 22, p 352-369, 2009.

GELLNER, Ernest. Nações e nacionalismo. Gradiva, Lisboa. 1993.

_____. Nations and nationalism. Cornell University Press, Cornell 2008.

GIGLIO, Sérgio Settani; MORATO, Márcio Pereira; STUCCHI, Sérgio e ALMEIDA, José Julio Gavião de. O dom de jogar bola____In: Horizontes antropológicos [online]. Porto Alegre, vol.14, n.30, p. 67-84, 2008.

GOELLNER, S. Locais da memória: histórias do esporte moderno. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.79-86.jul. /dez.2005.

GODOI, M. R. A mídia e a construção do herói esportivo: análise de publicidades com Ronaldo —FenômenoII. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v 33, n 3, p 637-651, 2011.

GOMES, R.; FREITAS, M. A construção da identidade nacional na imprensa desportiva portuguesa: análise do discurso jornalístico durante o Euro 2000 de futebol. *Revista Digital*, v 8, n 48, p 1-10, 2002.

GORDON JR., C. História social dos negros no futebol brasileiro. *Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol*, s/v, n 2, p 71-90, 1995.

GRECO, P. J.& BENDA, R. N. Iniciação Esportiva Universal, da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: Ed. UFMG ,1998.

GUERALDI, R. G. A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira. Dissertação (Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

HAHN, E. Entrenamiento con niños - teoría, práctica, problemas específicos. Barcelona: Desportes Técnicas, 1988.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Lamparina, Rio de Janeiro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HALL, Stuart; GAY, Paul Du (eds). Questions of cultural identity. London, Sage, 1996.

HELAL, R. G.; LOVISOLO, H. Pelé e Maradona: núcleos da retórica jornalística. Revista Brasileira de Futebol, v 2, n 2, p 20-26, 2009.

HELAL, R. G. A construção de narrativas de idolatria no futebol brasileiro. Alceu, v 4, n 7, p 19-36, 2003.

_____. Futebol e comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil. Comunicação, Mídia e Consumo, v 8, n 21, p 11-37, 2011.

HOBBSBAMM, Eric; RANGER, Terence. (Org). A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBBSBAMM, Eric. The age of empire 1875–1914. Weidenfeld & Nicolson, London, 1987

_____. A Era dos extremos: o breve século XX. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

_____. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Paz e terra, Rio de Janeiro, 2008.

_____. The Age of Empire. London, Abacus, 2010.

HOULIHAN, B. Sport and International Politics. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1994.

LAFER, C. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIBÂNIO, J. C. Pedagogia e Pedagogos: para quê? São Paulo: Cortez, 1998; 2002.

LIMA-PEREIRA, R. Les médias et les clichés sur le Brésil: entre synthèse culturelle et sirene d'appel aux études universitaires em France. Revista Pós Ciências Sociais, v 7, n 14, p 173-190, 2010.

MACHADO, G. L. A difusão cultural brasileira como instrumento de política externa: estratégias contemporâneas. 2012. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACHADO, G. V. Pedagogia do Esporte: organização, sistematização, aplicação e avaliação de conteúdos esportivos na educação não formal. 134 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MACHADO, G.V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos. *Motrivência*, Florianópolis, v. 24, n. 39, p. 164-176, dez. 2011.

MACHADO, G. V.; GALATTI, L. R.; PAES, R. R. Pedagogia do Esporte e o Referencial Histórico-cultural: interlocução entre teoria e prática. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 414-430, jan./mar. 2014.

MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade* – Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARQUES, A.T. Conceito geral de treino de jovens - aspectos filosóficos e doutrinários da actividade e do treinador. *Treino Desportivo* v.20. Edição Especial - Treino de Jovens, p. 4-11, 2002.

_____. *Pedagogia do desporto*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

UOL ON LINE. Muricy Ramalho aprova psicólogo, mas ironiza palestras motivacionais. 08/04/2011. Disponível em http://espn.uol.com.br/noticia/185314_muricy-ramalho-aprova-psicologo-mas-ironiza-palestras-motivacionais. Acesso em: 14 de dez. 2015

MARQUES, J. C. A falação esportiva (o discurso da imprensa esportiva e o aspecto mítico do futebol). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25.. 2002, Salvador. Anais ... Salvador, 2002, p 1-22.

MASCARENHAS, Gilmar. Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo Futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MAUS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MENEZES, C. C. F. Identidade nacional e poder nas relações internacionais: uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26.. 2011, São Paulo. Anais ... São Paulo, 2011, p 1-17.

MEZAN, Renato. Psicanálise, judaísmo: ressonâncias. Ed. Escuta, Campinas, 1986.

MILLS, John Robert. Charles William Miller - 1894/1994 - Memoriam SPAC. Nova York: Price Waterhouse, 1996.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 10.ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MONTÉRÉMAL, G. L'Équipe: médiateur et producteur de spectacle sportif (1946-1967). Le Temps des médias, v 2, n 9, p 107-120, 2007.

MORAIS RENTERO, M. Identidade Internacional Brasileira e a Imprensa Francesa: uma busca pela originalidade e a virtude da diferença. 2015. 142f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2015.

MORAIS, W. T. P. Canções e trabalho. São Paulo: Globus, 2012.

MORSINKHOF, J. The influence of social identity theory on voting behavior in the FIFA Ballon d'Or competition. In: BACHELOR THESIS CONFERENCE, 4.. 2014, Enschede. Anais ... Enschede, 2014. p 1-7.

MURAD, M. Corpo, magia e alienação – o negro no futebol brasileiro: por uma interpretação sociológica do corpo como representação social. Rio de Janeiro: UERJ, 1994.

NOGUEIRA, Armando; SOARES, Jô; MUYLAERT, Roberto. A Copa que ninguém viu e a que não queremos lembrar. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NYE JR, J. S. Soft power. New York: Public Affairs, 2004.

_____. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, 2012.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PAES, R. R. Aprendizagem e competição precoce: o caso do basquetebol. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

_____. Educação Física Escolar: o Esporte como conteúdo pedagógico no Ensino Fundamental, 1996. 206f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

_____. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: DE ROSE, D. et al. Esporte e atividade física na infância e na adolescência. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.89-98.

_____. Pedagogia do esporte e o jogo: considerações acerca do processo de ensino-vivência aprendizagem sócio esportiva. Revista E. n. 12. Ano 14. 2008.

PAES, R. R.; BALBINO, H. F. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JUNIOR, Dante de et al. Esporte na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009. Cap. 5, p. 73–83.

_____. Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 1-23, 2005a.

PAES, R. R.; BALBINO, H. F. Processo de ensino e aprendizagem no basquetebol: perspectivas pedagógicas. In; DE ROSE JUNIOR,D.;TRICOLI,V. Basquetebol: uma visão integrada entre ciência e prática. Barueri: Manole, 2005b.

PAES, R. R.; BALBINO, H. F. A pedagogia do esporte e os jogos coletivos. In: ROSE JUNIOR, Dante de et al. Esporte na infância e adolescência: uma abordagem multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009. Cap. 5, p. 73–83.

PAES, R. R.; MONTAGNER, P. C.; FERREIRA, H. B. Pedagogia do esporte: iniciação e treinamento em basquetebol. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PAES, R. R.; GALATTI, L. R. Pedagogia do Esporte: o esporte educacional no contexto do clube contemporâneo. In: GONÇALVES, C.E.B. Educação pelo Desporto e Associativismo Desportivo. Porto: Edições Afrontamento, p.85-110, 2013.

PERARNAU, M. Guardiola Confidencial. Campinas: Grande área, 2014.

PEREIRA, A. C.; CASSIANO, C. M. A construção da imagem do Brasil em jornais internacionais no período que antecede a Copa do mundo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 18.. 2013, Bauru. Anais ... Bauru, 2013, p 1-10.

PEREIRA, Camila Augusta; LOVISOLO, Hugo. 1938: O nascimento mítico do futebol-arte brasileiro___In: Copa do Mundo: comunicação e identidade cultural no país do futebol. Organização: Ronaldo Helal, Alvaro do Cabo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

PIETERSEN, Jan Nederveen. Globalization as hybridization. Globalization: Analytical Perspectives, 1995, p. 265-90.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2008. 3.ª edição.

PONCET, H. Les strategies du groupe Amaury dans la presse sportive en France: l'empire de la marque L'Équipe. Library and information sciences, s/v, s/n, p 1-50, 2011.

RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paula. (orgs.). História da cidade de São Paulo - A cidade na primeira metade do século XX: 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 215-257.

RESENDE, C. A. R. de. O esporte na política externa do governo Lula: o importante é competir? Meridiano 47, v 11, n 122, p 35-41, 2010.

RIBEIRO, E. T. Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RIOLO, D. Football et médias: um heureux mariage de raison. Géoeconomie, v 3, n 54, p 91-103, 2010.

RODRIGUES FILHO, Mario. O negro no futebol brasileiro. 4ª edição. Mauad: Rio de Janeiro, 2003.

RODRIGUES, N. Mário Filho, o criador de multidões. In: MARON FILHO, O.; FERREIRA, R. (Orgs.). *Fla-Flu... e as multidões despertaram*. Rio de Janeiro: Europa, 1987. p. 136-138.

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSADO, A.; MESQUITA, I. Modelos, concepções e estratégias de formação de treinadores. In: _____. (Orgs.). *Pedagogia do desporto*. Porto: FMH Edições, 2011. Cap. 8, p. 207-219.

ROSE, Jacqueline. *Sexuality in the Field of Vision*. Verso, Londres, 2005.

RUBIO, K. O trabalho do atleta e a produção do espetáculo esportivo. *Scripta Nova*, v. 6, n. 119, 2002. In: GODOI, M. R. A mídia e a construção do herói esportivo: análise de publicidades com Ronaldo —FenômenoII. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 33, n. 3, p. 637-651, 2011.

RUGGI, L. O.; COSTA, H. Gooooooooool: notas sobre mitologias futebolísticas no Brasil e na Argentina. *Esporte e Sociedade*, v 6, n 18, p 1-21, 2011.

RUIZENDAAL, R. 'Does culture explain voting biases in association football awards?': the FIFA Ballon d'Or 2013 award. In: BACHELOR THESIS CONFERENCE, 3.. 2014, Enschede. *Anais ... Enschede*, 2014. p 1-10.

SA, T. H. de.; GARCIA, L. M. T.; CLARO, R. M. Frequency, distribution and time trends of types of leisure-time physical activity in Brazil, 2006-2012. *International Journal of Public Health*, v 59, n 6, p 975-982, 2014.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. São Paulo Republicana: Vida Econômica. In: PORTA, P. (orgs.). *História da cidade de São Paulo - A cidade na primeira metade do século XX: 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 215-257.

_____. O estado de São Paulo no século XX: café, indústria e finanças na dinâmica da economia paulista. In: ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. (orgs.). *História do Estado de São Paulo/A formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. cap. 1, p. 13-40.

SAID, Edward W. *Orientalism: Western conceptions of the Orient*. Penguin, London, 1995.

SAMULSKI, D. *Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas*. 1 ed. Barueri, São Paulo. Manole, 2002; 2009.

SANTANA, W. C. *Pedagogia do esporte na infância e complexidade*. In: PAES, R. R.; BALBINO, H. F. *Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SANTANA, Wilton Carlos de. *Pedagogia do esporte na infância e complexidade*. In: PAES, Roberto Rodrigues; BALBINO, Hermes Ferreira. *Pedagogia do esporte: contextos e perspectivas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 1-23.

SANTOS, J. R. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981

SCHMIDT, F. *Brasilero troca futebol por musculação*. 2014. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/noticias-svs/15222-brasileiro-troca-futebol-por-musculacao>> Acesso em: 11 nov. 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVEIRA, N. E. da. *Jornalismo esportivo: conceitos e práticas*. 2009. 92f. Monografia (Bacharelado em Jornalismo) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SIMON, T.; TABAU, J. *Sept fausses idées reçues sur le foot brésilien*. 2015. Disponível em: <http://www.francefootball.fr/news/Sept-fausses-idees-recues-sur-le-foot-bresilien/545724>. Acesso em: 8 jun. 2015.

SOARES, A. J. *Malandragem, futebol e identidade*. Vitória: UFES-SPDC, 1994.

SOUZA, Denaldo Achorne de. *O Brasil entra em campo!: Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

SUPPO, H. Reflexões sobre o lugar do esporte nas relações internacionais. *Contexto Internacional*, v 34, n 2, p 397-433, 2012.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. Narrativa e fronteira cultural. *FÊNIX-Revista de História e Estudos Culturais* vol 2, 2005.

TRAVANCAS, I. Samba, futebol e democracia? A cobertura do movimento —Diretas Já! pela imprensa francesa. *Contracampo*, s/v, n 6, p 83-98, 2002.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Global Report on Trafficking in Persons: Executive Summary*. 2009.

_____. *Global status report on violence prevention*. 2014.

VENDITTI JR, R. Autoeficácia docente e motivação para a realização de profissionais de Educação Física Adaptada. Curitiba: CRV, 2014.

VENDITTI, J.R. R.; SOUSA, M. A. Tornando o jogo possível: reflexões sobre a pedagogia do esporte, os fundamentos dos jogos desportivos coletivos e a aprendizagem esportiva. *Pensar a prática* 11/1:47-58, janeiro./Julho. 2008.

VENTURA, E. *Le football comme instrument de la diplomatie brésilienne*. 2010. Disponível em: <http://denisrolland.univ.free.fr/pdf/transfers%20culturels/La_diplomatie_du_footballGRIB.pdf> Acesso em: 11 nov. 2015.

VIGARELLO, G. *Du jeu ancien au show sportif: la naissance d'un mythe*. Paris: Seuil, 2002.

VOGEL, A. O momento feliz, reflexões sobre o futebol e o ethos nacional. In: DAMATTA, R. A. (org.) *Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

WEINBERG, R.S.; GOULD, D. *Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 2008.

MINI CURRÍCULOS

Adriano José Rossetto Júnior possui Graduação em Educação Física - Uni-FMU - 1993, Pós-graduação em Educação Física Escolar - Uni-FMU - 2001, Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - (PUC-SP, 2003) e Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pesquisa sobre os nexos do esporte e sociedade. Atuação profissional: Coordenador Pedagógico da OSCIP Instituto Esporte & Educação e Coordenador e professor dos Cursos de Pós-graduação em Educação Física escolar do Centro Universitário Uni-Fmu e Universidade Estácio de Sá, com experiência em Metodologia da Pesquisa Científica; Educação Física Escolar; Dimensões sociológicas do Esporte e Cultura esportiva. Autor dos livros: Jogos educativos: organização e estrutura da prática; Práticas pedagógicas Reflexivas e Metodologia da pesquisa científica em educação física.

Ailton Laurentino Caris Fagundes possui graduação, bacharelado e licenciatura, em Ciências Sociais, mestrado em Ciência Política e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, USP. Desenvolveu pesquisa de pós-graduação na área de Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Unicamp e foi Professor na Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual Paulista. Atualmente é doutorando em História Econômica na Universidade de São Paulo, professor Adjunto de Ciência Política e coordenador do curso de bacharelado em Ciências Sociais no Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, UFG. Tem experiência na área de Ciência Política e atua principalmente nos seguintes temas: Estado e

desenvolvimento, planejamento econômico, ensino superior e políticas de ciência, tecnologia e inovação.

Aline Cavalcante de Souza é Nutricionista graduada na Universidade de São Paulo - USP (2013). Mestranda em Nutrição e Saúde Pública na Universidade de São Paulo. Possui aprimoramento em Transtornos Alimentares no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (2014).

Ana Cristina Zimmermann é Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (1995), especialização em Recreação, Lazer e Animação Sócio-Cultural pela Universidade Estadual de Londrina (1997), mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2001) e doutorado em Educação pela USFC (2010), com estágio no Exterior (Bolsa Capes/PDEE), University of Nottingham. Trabalha com Ensino Superior em Educação Física, com ênfase em Educação Física Escolar e dimensões socioculturais e filosóficas do movimentar-se. Atualmente é professora na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. Editora da seção "Estudos Socioculturais do Movimento Humano" da Revista Brasileira de Educação Física e Esporte; orientadora no Programa de Pós-graduação em Educação Física e Esporte EEFEE/USP na área de "Estudos Socioculturais e Comportamentais da Educação Física e Esporte" e orientadora no Programa de Pós-graduação em Educação FEUSP, na área de "Cultura, Organização e Educação".

André Galindo da Costa possui graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Licenciado em Administração pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (2011). Mestre em Ciências no Programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (2014). Fez curso de extensão em nível de mestrado em Desenvolvimento Humano Sustentável pela Università Degli Studi Milano Bicocca, de Milão, Itália. Faz curso de especialização em Gestão Pública Municipal na Universidade Federal de São Paulo. Doutorando em Ciências da Integração da América Latina na linha de Pesquisa de Sociedade, Economia e Estado na Universidade de São Paulo. Atualmente é assessor de gabinete, professor e pesquisador da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Políticas Públicas, Orçamento Público, Finanças Públicas, Mudança Social e Participação Política.

Bárbara Schausteck de Almeida é bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado/CAPES na Universidade Federal do Paraná. Pela mesma instituição, obteve os graus de doutora (2015) e mestre (2010) em Educação Física. Suas pesquisas estão relacionadas aos megaeventos esportivos, financiamento e políticas públicas, a partir da leitura da Sociologia do Esporte. Atua como editora do *Journal of the Latin American Socio-Cultural Studies of Sport* (ALESDE) para o período de 2014-2016.

Danilo Lutiano Valerio é Mestrando em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP. Graduado em Educação Física e

Saúde pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP (2014). Bolsista no Programa de Monitoria em Resoluções de Problemas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP (2015) (2016). Estagiário bolsista no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) na Escola de Artes Ciências e Humanidades - USP (2015). Bolsista CNPq do Programa de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte e Lazer (2015). Membro do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte (PISE). Tem estudos nas áreas de Sociologia do Esporte e História do Esporte, e Sociologia do Futebol. Formado em Técnico em Nutrição e Dietética pela Escola de Tecnologia Estadual Professor Camargo Aranha - SP (2009).

Diego Monteiro Gutierrez é graduado em jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Mudança Social e Participação Política pela Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH-USP) e bolsista Fapesp, com publicações nas áreas de sociologia do esporte e comunicação.

Edmur Antonio Stoppa é Graduado em Educação Física pela Universidade de Santo Amaro (1986), Mestre (1998) e Doutor (2005) em Educação Física, pela Universidade Estadual de Campinas, na área dos Estudos do Lazer. Atualmente é professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo, no curso de Lazer e Turismo. Tem experiência na área de Educação Física e Turismo, com ênfase nos Estudos do Lazer, atuando principalmente nos seguintes temas: lazer, educação, formação profissional, atuação profissional e mercado de trabalho.

Elcio Loureiro Cornelsen possui graduação em Letras - Alemão e Português pela Universidade de São Paulo (1992), mestrado em Letras (Língua e Literatura Alemã) pela Universidade de São Paulo (1995), doutorado em Germanística - Freie Universität Berlin (1999), na Alemanha, pós-doutorado em Estudos Organizacionais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP; 2005), e pós-doutorado em Teoria Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp (IEL-Unicamp; concluído em fev. 2010). É Professor Associado III da Faculdade de Letras da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, credenciado junto ao Programa de Pós Graduação em Estudos Literários. Além disso, é docente credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO/UFMG). É membro do Grupo Integrado de Pesquisa "Literatura e Autoritarismo"; (CAL/UFMS-RS) desde 2000, do Núcleo Walter Benjamin (FALE/UFMG), desde 2006, do Núcleo de Estudos sobre Literatura e Guerra (FALE/UFMG), desde 2009, e líder do FULIA - Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes (FALE/UFMG), fundado em 2010. Desde 1994, é membro da Internationale Alfred Döblin-Gesellschaft. Atuou como Presidente da Comissão de Ética da UFMG, de novembro de 2012 a fevereiro de 2015. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Moderna Alemã, Literatura, História e Memória Cultural, e Literatura e outras Artes e Mídias, atuando principalmente nos seguintes âmbitos: teoria literária, literatura alemã, língua alemã, análise do discurso e cinema. Atualmente, desenvolve atividades também no âmbito da relação entre futebol, linguagem, artes e cultura. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - nível II com o projeto "A memória do trauma de 1950: contos, crônicas, poemas".

Guilherme Silva Pires de Freitas possui graduação em Jornalismo pelo Centro Universitário UniFIAMFAAM e especialização em Globalização e Cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Atualmente é mestrando em Estudos Culturais pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) com projeto de pesquisa sobre identidade nacional, globalização e imigração no futebol europeu.

Gustavo Luis Gutierrez é graduado em administração de empresas, mestre em ciências sociais (política) pela PUC de São Paulo, doutor em administração (Organizações e Recursos Humanos) pela FGV de São Paulo, livre docente em sociologia (UNESP) e professor titular do departamento de Atividade Física Adaptada da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Tem produzido principalmente nas áreas de gestão, metodologia de pesquisa, qualidade de vida e inclusão de grupos com necessidades especiais.

José Carlos Marques é docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru) e integra o Departamento de Ciências Humanas da mesma instituição. É Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Licenciou-se em Letras pela Universidade de São Paulo. Durante dois mandatos (2008-2011 e 2011-2014) foi o Diretor Administrativo da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Em maio de 2015, foi eleito Chefe do

Departamento de Ciências Humanas da Unesp, para um mandato de dois anos. É autor do livro *O futebol em Nelson Rodrigues* (2ªed., São Paulo: Educ, 2012) e de diversos artigos em que discute as relações entre a comunicação e o esporte. É líder do GECEF (Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol) e integrante do LUDENS (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas).

Leila Salvini é bolsista do Programa Nacional de Doutorado/CAPES na Universidade Federal do Paraná. É graduada em Educação Física pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2008) e mestre pela Universidade Federal do Paraná (2012). Suas pesquisas estão relacionadas às práticas esportivas de mulheres, mais especificamente ao futebol e ao MMA (*Mixed Martial Arts*) a partir da leitura da Sociologia do Esporte.

Lucia Maria Machado Bógus é Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1970), é mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1981) e doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1988). Coordena o Observatório das Metrôpoles São Paulo. Professora titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, atua nas áreas de Sociologia Urbana e Demografia, com ênfase em Política Pública e População, analisando principalmente os seguintes temas: cidade, desigualdade social, urbanismo, metropolização e migração. É coordenadora, desde 1999, do Núcleo São Paulo do Observatório das Metrôpoles, rede de pesquisa vinculada ao

Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, INCT-CNPQ-MCTI. Editora dos Cadernos Metrópole.

Luiz Gonzaga Godoi Trigo   Professor titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, atuando nos mestrados de Turismo e de Estudos Culturais e na gradua o de Lazer e Turismo. Graduado em Turismo (1983) e licenciado em Filosofia (1988) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1988); mestre em Filosofia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991); doutor em Educa o pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e Livre Docente em Lazer e Turismo pela ECA/USP (2003).   professor titular desde 2011. Foi diretor de turismo da Prefeitura de Campinas (1989-1991), diretor e assessor de turismo e hotelaria do Senac-SP (1995-2004), professor da PUC-Campinas (1988-2007). Foi um dos membros da Comissão de Turismo do Ministério da Educa o para o ENADE (2006 e 2009). Publicou 22 livros e dezenas de artigos e capítulos de livros nas áreas de viagens e turismo, educa o e entretenimento. Possui experiência na área de Turismo, com ênfase em Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, turismo, educa o, sociedade, política e entretenimento.   membro vitalício da Congrega o da EACH.

Luiz Silveira Menna-Barreto   Docente do departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas da USP entre 1980 e 2005, e desde 2005 docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Mestre e doutor em Ciências (Fisiologia Humana) pela Universidade de São Paulo em 1981, com Pós-Doutorado na Universit  de Franche-Comt , França em 1987. Livre-

Docente pela Universidade de São Paulo em novembro de 2008 e Titular em 2009. Atua na grande área de Neurociências e Comportamento e na área específica de Cronobiologia.

Luiza Darido da Cunha Graduada em Licenciatura no curso de Educação Física da UNESP campus Bauru. Foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/Reitoria 2012-2014) desenvolvendo pesquisa na área do Basquetebol feminino e memória. Atualmente é mestranda do programa de Pós Graduação em Ciências da Motricidade na Unesp/Rio Claro, atua principalmente nas áreas de Basquetebol, história e memória, formação de treinadores e pedagogia do esporte.

Luzia Mêire Ferreira Rall – É mestranda em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Graduada em Educação Física e Saúde pela EACH-USP. Especialista em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto. Graduada em Odontologia pela Universidade de Mogi das Cruzes. Membro do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte (PISE).

Marco Antonio Bettine de Almeida é Coordenador do curso de de Educação Física e Saúde - Universidade de São Paulo. Professor Associado da Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (EACH-USP). Professor do Programa de Pós-graduação de Ciências da Atividade Física (EACH-USP). Pós-Doutor em Sociologia do Esporte - Universidade do Porto. Coordenador do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte (PISE).

Marcus Vinícius Costa Lage possui Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2008), Bacharelado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2010) e mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2013). Atualmente é doutorando da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Futebol, atuando principalmente nos seguintes temas: futebol, copa do mundo de futebol, 'amadorismo marrom', discurso político e modernização capitalista.

Marlus Alexandre Sousa é Bacharel e Licenciado em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Especialista em Esporte Escolar(Unicamp). Mestrando na área de Biodinâmica do Movimento e Esporte, atuando na linha de pesquisa da Pedagogia do Esporte. Membro do Grupo de Estudos em Pedagogia do Esporte (GEPESP). Professor de Basquetebol e atuação também na Educação Física Escolar.

Matheus Morais Rentero possui graduação em Educação Física - Modalidade Saúde pela Universidade Federal de São Paulo. Atuou como prestador de serviços na musculação na Rede de Academias BodyTech - Eldorado. Atuou como assistente de preparação física e estatístico da União Suzano Atlético Clube, Sub-17, em 2010. Como assistente técnico e preparador de goleiros do Saint Jean-le-Blanc FC, Sub-15, em 2014.

Maurício Rodrigues Pinto é Mestrando do Programa Mudança Social e Participação Política, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Graduiu-se em História pela Universidade de São Paulo (USP) e concluiu especialização em Sociopsicologia na Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP). Trabalhou como pesquisador para o Museu da Pessoa, integrando projetos de memória institucional desenvolvidos a partir da metodologia da história oral. Tem experiência de atuação na educação não-formal, trabalhando como educador no Projeto Curumim (SESC Itaquera), e em museus (Museu do Theatro Municipal e Museu da Energia). Atualmente realiza estudos de gênero e sexualidade dentro do campo esportivo e também integra o coletivo HLGBT, que está desenvolvendo o projeto Histórias de Todas as Cores, selecionado pelo edital Manifestações Culturais LGBT do Proac, promovido pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

Michelle Aline Barreto é Doutora em Atividade Motora Adaptada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - 2016), mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF - 2011). Possui Especializações lato sensu em Educação Física Adaptada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - 2007); Dança e Consciência Corporal pela Universidade Gama Filho (UGF - 2007); Aspectos Metodológicos da Pesquisa Científica (UFJF - 2009) e Atividade Motora Adaptada (UFJF - 2009). Atualmente é Diretora da Faculdade Presbiteriana Gammon - Lavras/MG, onde ministra as disciplinas: Educação Física Adaptada, Didática da Educação Física, Seminários de Pesquisa e Atividade Física em Academia no curso de Educação Física; e Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico nos cursos de Educação Física, Administração e Sistemas de

Informação. Membro-pesquisador da Academia Paralímpica Brasileira. Coordenadora e pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação Física Adaptada (GEEFA). Foi professora substituta na Universidade Federal de Lavras (2011 - 2013).

Noemi Correa Bueno possui graduação em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006) e mestrado em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Atualmente é doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), professora da Associação de Escolas Reunidas LTDA e da Fundação Herminio Ometto, e tutora a distância da Fundação Getúlio Vargas.

Olivia Cristina Perez é Doutora em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FFLCH/USP). É mestre em Sociologia também pela FFLCH/USP e especialista em Tecnologias, Formação de Professores e Sociedade pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ (UNIFEI). cursou o bacharelado e licenciatura plena em Ciências Sociais na Faculdade de Ciências e Letras da UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (FCLAr/UNESP) Atualmente é professora em cursos de graduação e pós-graduação na UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP/Santos). Foi professora substituta na UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP) Baixada Santista - Eixo O Ser Humano e sua Inserção Social. Sua área de pesquisa engloba temas como sociedade civil, representação política, accountability, responsabilidade social e marcadores sociais da diferença. Participa como

comentarista de política em programas de televisão, rádio e jornais da Baixada Santista.

Renan Vidal Mina é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Atuou como estagiário no Centro de Solos e Recursos Ambientais do Instituto Agrônomo de Campinas-SP (IAC), nas áreas de pedologia e conservação do solo. Foi bolsista de graduação sanduíche do Programa Ciência sem Fronteiras, na Universidade de Vigo (Espanha), no curso de Ciências Ambientais. Contribuiu com o desenvolvimento de pesquisa do grupo de Física da Atmosfera e do Oceano (EPhysLab) da Universidade de Vigo. Possui estudos nas áreas de Geografia Econômica, Relação Campo-Cidade e atualmente em Sociologia do Esporte, dando ênfase para as reflexões acerca da relação entre futebol, ferrovia, urbanização e industrialização. Membro do LUDENS (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas) e PISE (Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte), da USP.

Renata Ferreira dos Santos é Doutoranda em Educação Física na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Graduada em Educação Física e Saúde pela Universidade de São Paulo (USP). Bailarina profissional. Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (LUDENS) e do Grupo Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte (PISE). Atua nas linhas de pesquisa Sociologia do Esporte, Educação Física Adaptada,

Qualidade de Vida e Dança. Atualmente, desenvolve a pesquisa “Contribuições da dança para o desenvolvimento de resiliência e superação”.

Renato Francisco Rodrigues Marques é Professor Doutor da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo - EEFERP-USP. Doutor em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2010). Mestre em Educação Física pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2007). Pós-graduado lato sensu em Futsal pela Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR (2004). Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e bacharel em treinamento esportivo pela mesma instituição (2001). Líder e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Aspectos Socioculturais e Pedagógicos do Esporte - GEPESPE-RP - USP. Pesquisador e Representante no Brasil da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte - ALESDE. Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas - LUDENS - USP. Atua principalmente nas seguintes áreas de ensino e pesquisa: Sociologia do esporte; Pedagogia do esporte.

Ricardo Aurélio Carvalho Sampaio é graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Ceará (2007) e mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Kyoto (2014), onde também atuou como assistente de pesquisa (2011 - 2012) e foi membro do Comitê de Prevenção de Quedas do hospital da universidade (2013). É especialista em Fisiologia do Exercício (2008); e foi estudante pesquisador em Educação Física na Universidade de Shiga (Japão, 2010-2011).

Atualmente, cursa o doutorado na Faculdade de Educação Física - Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada - da Universidade Estadual de Campinas (FEF/DEAFA/UNICAMP).

Roberto Rodrigues Paes possui Graduação em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1979), Mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1989) e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Atualmente é Professor Titular pela Universidade Estadual de Campinas. Foi membro do Grupo de Trabalho Instituído pelo Ministério Extraordinário dos Esportes no âmbito do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, que teve por finalidade assessorar o Instituto no processo de implantação do Programa Esporte Educacional (1996-2000) no Brasil; Membro da Comissão de Especialistas de Ensino da Área de Educação Física - Ministério da Educação - Secretaria da Educação Superior (2000-2002), Coordenador de Extensão da Faculdade de Educação Física da Unicamp (1990-1995); Diretor Associado da Faculdade de Educação Física da Unicamp (1998-2002); Diretor da Faculdade de Educação Física da Unicamp (2002-2006); Líder do Grupo de Estudos em Pedagogia do Esporte (GEPESP) credenciado no CNPq desde 2006; Diretor Executivo da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp - FUNCAMP (2008-2010); Prefeito do Campus da Universidade Estadual de Campinas (2009-2012) e Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário da Universidade Estadual de Campinas no período de 07 de junho de 2012 a 30 de abril de 2013. Atua principalmente nos seguintes temas: pedagogia do esporte, esporte, basquetebol, educação física e jogos coletivos. Atualmente é membro

(facilitador) da Academia Brasileira de Treinadores do Instituto Olímpico Brasileiro (a partir de 2013).

Rodrigo Pojar Paiva – Possui graduação em licenciatura Educação Física pela Universidade Nove de Julho (2004); Graduação em Bacharelado Educação Física pela Universidade Nove de Julho (2005) Pós Graduação em Aprendizagem Motora pela Universidade de São Paulo (2007); Mestrado pelo Programa de Estudos Pós Graduação em Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Curso Doutorado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com estudos relacionados ao direito ao acesso ao esporte. Trabalha no INSTITUTO ESPORTE E EDUCAÇÃO, onde ministra cursos de formação de professores na temática ESPORTE EDUCACIONAL por todo Brasil. Consultor Técnico do Grêmio Recreativo Barueri para a formação de professores com ênfase em Esporte Para Todos/Esporte Educacional. Ministra, também, aulas de esporte educacional para crianças e jovens; Ministrou cursos de esporte educacional na temática Esporte Educacional no programa London Legacy International Inspiration (UNICEF/UK SPORTS/ BRITISH CONCIL); Coordenou o programa de Esportes Radicais Educacionais para pessoas com deficiência da RED BULL. Atua também em cursos de Pós Graduação nas Universidades FMU (São Paulo); FEFISO/ACM (SOROCABA) Gama Filho e Estácio de Sá. Central de Cursos (BRASIL). Coordena o Curso de Educação Física da Faculdade Mario Schenberg (COTIA/SP), onde também ministra aulas para a graduação. Coordenou o programa de seleção de Projetos Esportivos Nacionais da Seleção Pública PETROBRAS

Rubens Venditti Jr - Professor Assistente Doutor, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Bauru), Departamento de Educação Física, Faculdade de Ciências. Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) nas modalidades de Bacharelado em Treinamento em Esportes (2001) e Licenciatura (2004). Mestrado (Pedagogia do Movimento) e Doutorado em Educação Física e Sociedade (Linha de Aspectos Psicológicos do Movimento Humano/ Psicologia do Esporte e do Exercício) na FEF/ UNICAMP. Pós doutoramento (em andamento) na Unesp Rio Claro, em "Autoeficácia, Motivação e Estados Emocionais", no Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Experiência nas áreas de Atividade Motora Adaptada, Psicologia do Esporte e do Exercício e Pedagogia do Esporte. Os temas relacionados ao seu escopo de pesquisa são os seguintes: formação profissional, pedagogia do esporte adaptado, motivação do professor, autoeficácia e atividade docente. Gestor e coordenador do Núcleo de Estudos, Ensino e Pesquisa em Motivação, Aspectos Psicológicos e Pedagógicos do Esporte (NEMAPPE), que integra o Laboratório de Atividade Motora Adaptada, Psicologia e Pedagogia do Esporte (LAMAPPE/ Unesp Bauru- FC/DEF) e o Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisas em Psicologia e Pedagogia do Esporte Adaptado (GEPPEA- Unesp Bauru).

Soraia Chung Saura é Bacharel em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2001). Mestrado e Doutorado em Antropologia do Imaginário pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. (2008). Professora Doutora no Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano da Escola de Educação Física e

Esportes da Universidade de São Paulo.(2010). Orientadora nos Programas de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Cultura, Organização e Educação) e da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (Estudos Socioculturais do Movimento Humano) Desenvolve pesquisas na área do movimento humano (lazer, atividade física e esporte) com ênfase em filosofia e antropologia e na área dos Estudos do Imaginário. Idealizadora e Coordenadora, do Projeto Cinema e Corpo (EEFE, CÍNUSP e Pro Reitoria de Cultura e Extensão da USP) e do Grupo de Estudos PULA. Editora adjunta da seção “Estudos Socioculturais do Movimento Humano” da Revista Brasileira de Educação Física e Esporte da Univ. de São Paulo.

Taiza Daniela Seron Kiouranis é bolsista do Programa Nacional de Doutorado/CAPES na Universidade Federal do Paraná. Obteve os graus de mestre (2011) e licenciada (2005) em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Suas pesquisas estão relacionadas ao esporte escolar, política pública de esporte, sociologia do esporte, ginástica e educação física escolar.

Ursula Dias Peres possui graduação em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas - SP (1993), mestrado e doutorado em Economia pela Fundação Getulio Vargas - SP (2007), tendo realizado parte do Mestrado na HEC-França. Desde 2008 é Professora Doutora da EACH/USP no Curso de Gestão de Políticas Públicas e nos Programas de Mestrado - Mudança Social e Participação Política e Gestão de Políticas Públicas. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em gestão pública e controladoria do setor público. Atuou como gestora na área de orçamento público e consultora de empresas e governos nas

áreas de planejamento e orçamento, gestão de políticas públicas, recursos da educação e fundos municipais. Foi Assessora Geral do Orçamento na Secretaria de Finanças do Município de São Paulo (2002-2003), Assessora da Presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (2005-2007). Foi Secretária Adjunta de Planejamento, Orçamento e Gestão no Município de São Paulo (2013).

Vinícius Demarchi Silva Terra possui graduação em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) junto ao curso de Educação Física - modalidade Saúde, no campus Baixada Santista. Foi professor da Faculdade de Educação Física da Unicamp entre 2004 e 2007, onde ministrou aulas nas áreas de História, Dança e Ritmo e Expressão. Atuou como assistente técnico da Gerência de Estudos e Desenvolvimento do SESC SP e membro pesquisador do CORPO - Grupo de Pesquisas Corpo e Educação (FEF/Unicamp). Tem experiência em Formação Profissional e Ação Sociocultural, atuando em equipes multidisciplinares nas áreas de Educação, Cultura e Saúde.

Wanderley Marchi Júnior é professor nos programas de graduação em Educação Física e pós-graduação em Educação Física e Sociologia na Universidade Federal do Paraná. É coordenador do Centro de Pesquisas em Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS UFPR), presidente da *Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte* (ALESDE) e membro do corpo editorial de revistas internacionais na área de Sociologia do Esporte. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.